

***Os homens do futuro e o passado pombalino:
memória, comemoração, história***

Gustavo Pereira

Tese de Doutoramento em História

Setembro, 2020

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História (especialidade em História Contemporânea), realizada sob a orientação científica do Prof. Dr. João Luís Lisboa.

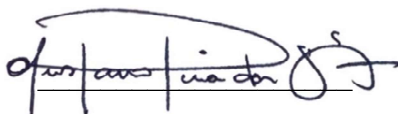
(versão final corrigida)

Apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Fundação CAPES, Ministério da Educação, Brasil), no âmbito do Programa de Doutorado Pleno no Exterior (DPE, processo 0889/2014-08).

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é resultado de minha investigação pessoal e independente. Seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.


O candidato,



Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2020

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,



Lisboa, 21 de Setembro de 2020

*A meus pais, desde o começo;
ao Guilherme, pelos meios;
ao Heitor, enfim.*

AGRADECIMENTOS

Este volume marca a derradeira fase de um longo percurso que não correu conforme o planejado. Entre imprevistos, equívocos e hesitações, só me foi possível rever e aprimorar ideias, pesquisar, aprender e afinal escrever e apresentar um trabalho por ter contado com generosos colaboradores, a quem aqui registro meus sinceros agradecimentos. Como de costume, início com um afetuoso aceno a meus pais, Orli e Cátia. Do gentil empurrão a Portugal à feliz acolhida no retorno ao Brasil, eles foram os maiores incentivadores em mais esta etapa; tornaram possíveis e seguras tanto minhas escolhas menos óbvias quanto minha persistência em seguir por uma via infelizmente pouco fiável nos dias que correm.

Ainda no Mestrado, o Guilherme Pereira das Neves, que me orientava desde a Licenciatura, estimulou meus planos para um Doutorado externo e me auxiliou com questões relacionadas a fontes e contatos em Lisboa. Além disso, ele e a Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves se mostraram receptivos e empenhados no momento em que, na iminência da volta ao Rio de Janeiro, busquei acolhimento institucional. Apesar de eu não ter dado conta de corresponder à altura, seu apoio facilitou a ida e o retorno. O João Luís Lisboa, que conheci por intermédio de ambos, foi quem me recebeu na FCSH. Como orientador, manteve-se constante em meio a muitas mudanças; incentivou as alterações mais sensatas à pesquisa e me fez repensar o trabalho em uma série de passos.

Logo à minha chegada a Lisboa, a Maria do Carmo Lourenço-Gomes (*tia Cacau*) fez com que eu me sentisse em casa. Ademais, quando ela se mudou, quando precisei me mudar (uma e outra vez), quando decidi voltar... sempre pude contar com seus cuidados e conselhos, que deixaram tudo muito mais leve. Na mais complexa de tais mudanças (em que foi necessário sair de meu apartamento e pôr os pertences em um depósito), a Maja Plüddemann, por intermédio da Lise Bastos, proporcionou-me abrigo. A Camila Amaral se fez, então, presente – da carona (em que carreguei tudo que pude transportar) até seu depoimento, mais tarde. Às três e à Tera Shimizu, vizinha atenciosa e simpática, fica o imenso reconhecimento, que se estende ao António Castro Nunes, que me ajudou a assegurar (na disputa com uma senhoria desonesta) uma alternativa à opção entre uma terceira mudança apressada e a cedência a um abusivo aumento no arrendamento.

Além da Lise e da Camila, também a Bárbara Lito, o Pedro Rocha Pitta, a Ana Carolina Menezes, a Laís Vilhena, a Virginie Defosse, a Katielle Susane, o José Eudes

Gomes, em Lisboa, e o Gustavo Almeida, no Porto, amigos queridos, deixaram boas lembranças dos encontros, dos copos, dos bolos. Na fase final da empreitada, a amizade da Noemi Alfieri me ajudou a repensar a vida acadêmica, compartilhando críticas, auxílio e encorajamento. Enquanto estive longe, os amigos no Rio me possibilitaram contornar saudades – com mensagens, presentes, visitas a Portugal e bilhetes para um pulo no Brasil. Para mencionar apenas aqueles com quem regularmente converso sobre o Doutorado, deixo registrado o tanto que a Carolina Bezerra, a Marcela Moraes, a Fernanda Correa, a Valesca Almeida, o Vinícius Natal, a Talita Teixeira, a Daniele Ferreira, a Letícia Campos e a Luana Donin têm feito diferença em meu dia a dia – desde a Licenciatura.

Também desde essa época, assinalo a colaboração de duas professoras. No Rio e em Lisboa, a Maria Fernanda B. Bicalho conversou comigo em algumas ocasiões. Sempre atenta a questões relativas às cidades, seu interesse e suas perguntas sobre a pesquisa reforçaram os planos de dar sentido e expressão a reflexões que eu vinha tecendo sobre representações do marquês na capital, influenciando a forma final desta tese. Por sua vez, a Denise Rollemberg, que me recebeu tão bem em uma disciplina da Pós-Graduação logo que retornei, foi importante em uma altura em que eu precisava ler, reler e discutir; incentivando a escrita com maior atenção à relação entre história, memória e museus.

Ninguém, mais que o Sérgio Brasil (leitor certo de minhas tentativas acadêmicas), acompanhou este texto em tantas etapas. Ao lado de passagens mais acuradas, escrevi trechos rasteiros, e dele recebi críticas construtivas – prova de cuidado e incentivo que marca uma amizade externa à rotina da Universidade; fundamental nesse trajeto. A Letícia também leu e comentou algumas porções da tese, ajudando mais do que ela suspeita. Meus irmãos, Orli Filho, Mariana e Gabriel, por seu lado, nunca leem senão esta parte dos agradecimentos que lhes cabem – motivo adicional para não ficarem de fora, registrando a importância de suas colaboração e presença (tanto longe quanto perto).

Quando o lá e o cá se mostraram indefinidos, o Heitor chegou e mudou tudo: me fez estender a estadia no Rio, ficou comigo em Lisboa e ainda me deu um novo sentido ao retorno (com planos de biblioteca, jardim e rotina em comum). Além de me trazer para perto de seus pais, Álvaro e Marilza (a quem agradeço o acolhimento na família), ouviu questões acerca do trabalho, apreciou esboços e partilhou conversas e leituras. Nos momentos em estive atento sobretudo a este texto, o Heitor e minha irmã arcaram com custos de meu descuido em relação a afazeres quotidianos, facilitando-me a conclusão.

Colaboradores bastante generosos, enfim. A cada um e aos mais, muito obrigado.

OS HOMENS DO FUTURO E O PASSADO POMBALINO: MEMÓRIA, COMEMORAÇÃO, HISTÓRIA

GUSTAVO PEREIRA

RESUMO

O primeiro centenário da morte do marquês de Pombal, celebrado em 1882, atualizou polêmicas em torno de seu passado em Portugal e no Brasil. Nesta tese, tomam-se registros de tal efeméride como incentivo e ponto de partida para refletir sobre diferentes narrativas a respeito do marquês. Este não é um estudo acerca do reinado de D. José e do governo de seu ministro; é o resultado de uma investigação sobre representações de Pombal em diferentes passos de sua posteridade. Apresenta, para tanto, um esforço duplo. Por um lado, entrecruzam-se comemorações e temporalidade, atentando a conexões e recorrências em um escopo cronológico ampliado. Por outro, busca-se entender como alguns dos debates ensejados pelas celebrações de 1882 nas cidades de Lisboa, do Porto e do Rio de Janeiro mobilizaram memória e discursos históricos – articulando diferentes vozes do passado selecionado, do presente corrente e de um futuro idealizado.

Palavras-chave: história; historiografia; memória; comemorações; usos do passado; monumentos; pombalismo; antipombalismo; republicanismo; imprensa; Portugal; Brasil; marquês de Pombal.

ABSTRACT

The first centenary of the death of the marquis of Pombal, celebrated in 1882, updated controversies surrounding his past in Portugal and Brazil. In this thesis, the author takes the records of that event as both an incentive and a starting point to reflect on different narratives about the marquis. This is not a work about the reign of King José I and the government of his minister. It is the result of an investigation on representations of Pombal in different moments of his posterity. It presents a double effort. On the one hand, commemorations and temporality intertwine, in the search for connections and recurrences in an expanded chronological scope. On the other, the aim is to understand how some of the debates raised by the 1882 celebrations in the cities of Lisbon, Oporto, and Rio de Janeiro mobilized memory and historic discourses – articulating different voices from the selected past, current present, and an idealized future.

Keywords: history; historiography; memory; commemorations; uses of the past; monuments; pombalism; antipombalism; republicanism; press; Portugal; Brazil; marquis of Pombal.

ÍNDICE

| | |
|--|------------|
| AGRADECIMENTOS..... | i |
| APRESENTAÇÃO | v |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO I: Homens do passado, do presente e do futuro | 52 |
| I.I Comemorar D. Pedro I/IV – independência e liberalismo..... | 65 |
| I.II Homens do passado em festividades e impressos..... | 82 |
| I.III <i>Os homens do futuro</i> e o passado pombalino | 100 |
| CAPÍTULO II: <i>Fazer história</i> na igreja da Memória | 114 |
| II.I Igreja da Memória, 13 de maio de 1923 | 123 |
| II.II Igreja da Memória, 13 de maio de 2019 | 141 |
| II.III <i>Operação historiográfica</i> | 158 |
| CAPÍTULO III: Efemérides e efígies pombalinas | 177 |
| III.I Marcos comemorativos | 183 |
| III.II Praça do Comércio / Terreiro do Paço | 191 |
| III.III Praça / Rotunda do Marquês de Pombal | 213 |
| CAPÍTULO IV: Leituras do passado pombalino no centenário de 1882... 240 | |
| IV.I <i>A Folha Nova</i> e <i>A Palavra</i> | 260 |
| IV.II Camilo e <i>O Perfil</i> | 274 |
| IV.III Machado e <i>A Derradeira injúria</i> | 294 |
| CONCLUSÃO..... | 314 |
| FONTES E BIBLIOGRAFIA..... | 338 |
| Impressos..... | 338 |
| Impressos periódicos..... | 343 |
| Dicionários | 346 |
| Bibliografia | 346 |
| <i>Sites</i> da internet | 372 |
| ANEXO I: Hino dos estudantes de Lisboa..... | 376 |
| ANEXO II: Caderno de imagens..... | 381 |
| ANEXO III: Notas biográficas (autores/políticos) | 451 |
| ANEXO IV: Notas bibliográficas (jornais/revistas)..... | 462 |

APRESENTAÇÃO

O destino do trabalho está, necessariamente, associado aos lugares da sua partida, assim como à personalidade do pesquisador. [...] [O] mundo antigo e passado [...] deixou de se mover; ele é movido. Ele altera-se, como é evidente, porque modifico minha maneira de olhar. Deixo de ter a mesma expectativa e o mesmo olhar a seu respeito. Com meu desejo, modifica-se o que eu sabia a seu respeito. [...] “Faço história”, no sentido em que não só produzo textos historiográficos, mas tenho acesso, por meu trabalho, à consciência de que algo se passou, atualmente morto, inacessível como vivo. [...] O historiador parte de certo número de peças que fazem parte de sua atualidade; e seu trabalho constitui um “passado” na medida em que há passado exatamente no lugar em que se encontra, sob diferentes formas, a resistência do que já não existe [...]. O trabalho histórico, se é que ele tem uma significação, corresponde a “fazer aparecer” a alteridade [...] e a produzir (no duplo sentido: fabricar e mostrar) essa diferença constitutiva da história e constituída pela historiografia; por conseguinte, corresponde a relativizar o presente em relação a um passado, por sua vez pensável na medida em que ele organiza uma ausência.

Michel de Certeau, 1970.

Ainda na Graduação (Licenciatura e Bacharelado), cursada na Universidade Federal Fluminense (UFF), em que ingressei no início de 2007, aprendi com a *Apologia* de Marc Bloch (1949) que a história tem como objeto não exatamente o passado, e sim “os homens no tempo”. Entendi que, histórica e socialmente situados, historiadores e historiadoras desenvolvem seus estudos e discursos a partir das questões que propõem – sensíveis ao contexto, às diferenças e à diacronia e conscientes de que tanto suas fontes quanto suas análises estão inscritas no tempo; de que o conhecimento histórico está em constante reconstrução. Ademais, assimilei como inerentes ao *ofício* a recolha de testemunhos e vestígios e a atenção à temporalidade e às particularidades da narrativa histórica, ciente de como, em cada etapa, presente e passado se entrecruzam, cabendo-me, enquanto historiador, a reflexão ponderada sobre as séries de mudanças e continuidades no tempo, considerando sempre a documentação e os pontos de referência.

A partir de meados de 2008, passei a desenvolver atividades no programa de Iniciação Científica da UFF e do CNPq, órgão do governo federal voltado ao fomento à investigação. Em finais de 2010, quando cheguei a Lisboa pela primeira vez, era bolseiro sob a orientação do professor Dr. Guilherme Pereira das Neves, que me incentivava a perseguir minhas pesquisas, desafiando-me a não desistir de responder às questões que eu formulava. Desembarquei em Portugal, portanto, decidido a aproveitar a oportunidade de fazer incursões nos arquivos lisboetas de que tanto ouvia falar ao estudar o império português da segunda metade do século XVIII. Se a bolsa com que contava cobria apenas

uma pequena parte de meus gastos, o valor do fomento representava, entretanto, um grande incentivo para que eu já então me entendesse investigador.

Após um semestre letivo na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), carreguei de volta para o Brasil o gosto pela cidade, uma série de livros sobre história e transcrições de documentos setecentistas sob a guarda da Torre do Tombo (ANTT) e do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Com base nesse material, a que se somaram outros registros, transcritos no Arquivo Nacional (AN) e na Biblioteca Nacional (BN), no Rio de Janeiro, desenvolvi a monografia de Bacharelado, que apresentei ainda em 2011, e a dissertação de Mestrado, que defendi na UFF em inícios de 2014. Nesse tempo, usufrui sucessivamente de uma bolsa da CAPES, fundação do governo federal voltada para a consolidação e para a expansão da Pós-Graduação, e de uma bolsa-prêmio concedida pela FAPERJ, agência estadual fluminense de fomento à investigação.

Enquanto me dedicava a esse trabalho, percebi que eu havia me colocado diante de uma temática acerca da qual restava, de minha parte, muito que estudar e pesquisar. Por um lado, o contato com a documentação e com a historiografia me possibilitou responder a algumas de minhas questões iniciais sobre reflexos e ecos das políticas regalistas e antijesuíticas do marquês na América portuguesa. Por outro, os documentos e os demais textos sobre os quais eu me debruçava me levantavam questionamentos outros, que me demandavam mais tempo para serem devidamente considerados.

Auxiliando-me na investigação das fontes da época de Pombal (sobretudo aquelas relativas à expulsão dos jesuítas “do reino Portugal e de seus domínios” em 1759), o Guilherme gentilmente me emprestou os quatro volumes da *Coleção dos Negócios de Roma* (1875) por ele encontrados com um alfarrabista lisboeta. A coletânea remete aos conflitos do governo pombalino com a cúria romana no âmbito do processo que levou à supressão da Companhia de Jesus pelo papado (1773), reunindo materiais coetâneos e anteriores. Ao mesmo tempo que me facilitava o acesso aos documentos nela coligidos (alegada justificativa para sua organização no seio do *gabinete* de Pombal), a leitura da *Coleção* me impulsionava a avançar cronologicamente em minhas reflexões. Afinal, indicia a relevância de, no ambiente português do último quartel de Oitocentos (cerca de cem anos após seu arranjo original), mobilizar importantes registros de justificativas do antijesuitismo que marcou o governo do marquês, emprestando-lhes novos sentidos.

Passei a ponderar por que, passado tanto tempo, mobilizar (resgatar dos arquivos, publicar e distribuir) tais documentos com “escrúpulo, [...] exatidão e fidelidade” podia

não apenas parecer interessante, mas também ser apresentado como um serviço atendendo ao “interesse patriótico, e nenhum outro” (nas palavras do arquivista editor dos volumes, Júlio Firmino Judice Biker*). Delineei, então, outro projeto de pesquisa – dessa vez com foco na recuperação e nos usos desse passado antijesuítico pombalino no último quartel do século XIX em Portugal; recorte e perspectiva que me eram novos. Convencido da relevância da empreitada, ainda em 2014 obtive, novamente da CAPES, uma bolsa de investigação para passar quatro anos do Doutorado entre alfarrábios, arquivos e bibliotecas portuguesas, acolhido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), sob a orientação do professor Dr. João Luís Lisboa, no âmbito do CHAM – Centro de Humanidades.

Na NOVA FCSH, além de meu orientador, destaco a colaboração do professor Dr. Júlio Joaquim Rodrigues da Silva, cuja sugestão para um trabalho me provocou a incluir em minhas preocupações o 1º centenário da morte de Pombal (1882). A despeito de meu receio inicial de abrir a pesquisa a um evento posterior à edição da coletânea, a farta documentação impressa relacionada às festividades não se revelou um desvio, e sim uma oportunidade para melhor responder às indagações que eu havia formulado, reajustando e redirecionando minha atenção. O instigante contato com textos acerca das comemorações e dos debates em torno do marquês em livros, opúsculos, jornais e revistas (que por vezes mobilizavam registros históricos e leituras divergentes sobre o governo pombalino) introduziu à investigação a temática das comemorações e das efemérides, tomadas como ponto de observação sobre usos do passado. O interesse por considerar as questões em tela a partir de tal perspectiva (mais bem explorada em recortes ampliados) justificou um importante deslocamento nas balizas e no *corpus* da pesquisa.

A *Coleção*, ao conduzir meu olhar da segunda metade do século XVIII ao último quartel do XIX; da América portuguesa a Portugal; do Rio de Janeiro a Lisboa e ao Porto, foi importante no processo de elaboração deste trabalho, como fonte auxiliar e sobretudo como provocação inicial – ponto de partida para a formulação das questões fundamentais da investigação. Daí a relevância de sua menção nesta parte prévia à tese. Trata-se, em suma, de apresentar e justificar um percurso de pesquisa e escrita de que resultou um trabalho que se distancia, à primeira vista (e desde o título), do delineamento inicialmente proposto. Em todo tempo, contudo, mantiveram-se os esforços por melhor perceber ecos das políticas antijesuíticas do marquês (que, de forma circunscrita, eu havia estudado ainda na Graduação e no Mestrado). Mas também passaram a me interessar (de modo

muito mais amplo) as reapropriações/atualizações de uma alegada herança pombalina em Portugal; processos de que é testemunho a publicação da *Coleção*, em 1875.

Atentei, portanto, à problemática da mobilização de certas versões desse passado por setores liberais e republicanos, com particular empenho no que diz respeito à retomada da abundante produção impressa relacionada ao centenário de 1882 – que, como ponto de observação privilegiado, tomou o lugar da referida coletânea. Não descuidei, ademais, das reações que o processo de resgatar esse histórico gerou entre alguns dos opositores dos (sempre intencionados) usos da figura de Pombal – a partir de lembranças, escritos, vestígios. Em questão, sua imagem enquanto reformador/restaurador (do país, da capital, dos estudos), e sobretudo enquanto grande opositor de setores da nobreza e dos jesuítas (e daquilo que esses grupos evocavam em momentos distintos). Interessei-me, enfim, por diferentes representações (*aparência de presença*, nas palavras de Michel de Certeau [1983]) do passado pombalino ao longo do tempo – que, mais sensível à temática e a sua recorrência, passei a notar um pouco por toda parte.

Certa vez, por exemplo, esbarrei com a referência, em um *pub* lisboeta, a uma cerveja nomeada *Marquês de Pale Ale*. Desconfiando se tratar *do tal* marquês, pedi uma, curioso, e logo notei uma releitura do conhecido e muito reproduzido quadro (imagem 1) de Louis-Michel van Loo e Claude Joseph Vernet (1766). No rótulo, vê-se Pombal, com um discreto sorriso, segurando uma garrafa da cerveja que o homenageia – pose sugestiva de um brinde autocomemorativo (imagens 2-3). Pela forma como a cena é apresentada, vislumbra-se (ainda que parcialmente encoberta pelas letras que compõem *Marquês*) a face da garrafa, podendo-se imaginar multiplicados o rótulo e o ministro, na atitude por ele assumida em substituição ao gesto ao Tejo celebrizado na pintura setecentista.

No famoso quadro, veem-se um modelo da estátua equestre de D. José, ao fundo, planos da reconstrução *pombalina* de Lisboa, espalhados pelo chão, e um panorama da Ribeira do Tejo, com algumas embarcações. De acordo com o historiador Rui Tavares (2018), à obra se atribuem “dois títulos diferentes, resultado de uma interpretação mais literal e outra um pouco mais cínica – ‘Pombal ordena a reconstrução de Lisboa’ e ‘Pombal ordena a expulsão dos jesuítas’, supostamente acumulados no interior daqueles navios”. Além do curioso rótulo, notei, ao longo da pesquisa e da estadia em Lisboa, outras releituras da referida obra, de que aqui destaco quatro.

Em 1995 (imagem 4), a pintora Menez (Maria Inez Carmona Ribeiro da Fonseca), encarregada da decoração da nova estação *do Marquês de Pombal* (linha amarela) da rede

lisboeta de transporte metropolitano (metro/metrô), delineou, em traços azuis sobre azulejos brancos (em linguagem próxima à de histórias aos quadrinhos/em quadrinhos), uma série de episódios relativos ao histórico do governo pombalino. Em um dos quadros, o ministro é retratado na conhecida pose da obra de 1766, com a legenda: “o marquês de Pombal inicia a reconstrução de Lisboa”. Dada a importância da estação *do Marquês* em meus deslocamentos, que incluíam frequentes percursos de ida e volta da estação *da Avenida* à NOVA FCSH, à Biblioteca Nacional (BNP) e à ANTT, não foram poucas as vezes em que estive diante dessa narrativa sobre Pombal em azulejos decorativos.

Em 1910 (imagem 5), em uma ilustração satírica alusiva à recente expulsão dos jesuítas, substituiu-se a figura do marquês pela de Afonso Costa,* ministro do governo provisório da I República (1910-1926) que literalmente recuperou as leis expulsórias e anticongreganistas de 1759 (Pombal) e 1834 (Joaquim António de Aguiar).* Na imagem, veem-se símbolos republicanos, padres inacianos, acossados por um militar e embarcando na Ribeira, e um busto do marquês, pairando sobre as nuvens. Em outra versão da mesma cena (imagem 6), o destaque no espaço etéreo é concedido a uma efígie da República (figura feminina, em vermelho e verde, portando barrete frígio) – sinal de uma disputa de protagonismo alegórico que mais tarde (1914-1916) expressou-se também nos imbróglios do concurso para definir o projeto para uma estátua do marquês na capital (ideia proposta em 1882 e concretizada apenas em 1934), na Rotunda sob a qual está a referida estação.

Em 1882 (imagem 7), por fim; na altura do primeiro centenário pombalino, cujos promotores reclamavam a devida observância dos diplomas de 1759 e 1834 (oficialmente, ainda em vigor – a despeito de os inacianos terem paulatinamente voltado ao país), o célebre ilustrador Rafael Bordalo Pinheiro* retratou, no lugar de Pombal, o *zé povinho* (uma criação sua; personagem-síntese do *povo* português). Na imagem, notam-se jornais republicanos, espalhados pelo chão (em substituição às plantas da capital), uma paródia da estátua equestre (com o rei substituído por uma efígie da República), ao fundo, e a legenda: “vejam *vossorias* o que eu faria se fosse o sr. marquês de Pombal...”

Os exemplos, em conjunto, atestam aspectos da recorrência da figura do marquês e também certa dubiedade (expressa já na dupla titulação do quadro de 1766) quanto às formas como ainda na atualidade se reclama sua herança: representando-o alternada ou simultaneamente, em suma, entre o reconstrutor/reformador e o expulsor/persecutor. De sua parte, os referidos casos de 1882 e 1910 explicitam tanto as atualizações do histórico de Pombal e de suas políticas antijesuíticas de que aqui venho falando quanto sua forte e

persistente vinculação a grupos republicanos – a que remontam algumas de suas mais duradouras e convincentes representações pósteras. Mais que curiosidades recuperadas e coligidas, os registros, ou melhor, as expressões de tal recorrência foram encaradas, nesse tempo de pesquisa e escrita, como importantes indícios dos processos em foco.

A partir do esforço para investigar e melhor entender algumas das polêmicas em torno de lembranças, fontes, efemérides e efígies pombalinas (sobretudo aquelas diretas ou indiretamente relacionadas às comemorações do primeiro centenário fúnebre do marquês), neste trabalho também se consideram algumas perspectivas acerca do conhecimento histórico, de usos do passado, da ideia de *fazer história* e sobretudo das tensões entre memória, comemorações e história. Para tanto, esbocei um amplo e peculiar percurso relacionando diferentes momentos e abordagens; ensaiando relações e enfoques distintos – com recuos e prolongamentos na cronologia, dedicando particular atenção ao último quartel do século XIX.

Entre aproximações, idas e vindas, busquei acompanhar debates que ecoaram em Portugal e também (de modo complementar) no Brasil – duplo *lugar* em que decorreram os processos de investigação, reflexão e escrita. Em meio aos intercambiáveis lá e cá, não me escapou o fato de eu escrever de, para e sobre um *lugar* sempre *outro*. Particularidade que, se por um lado me demandava contextualizações e explicações abundantes e também cuidadosas – nomeadamente em notas de rodapé (algumas, porventura desnecessárias, se encaradas unilateralmente) –, por outro implicava, quando se tratava de Pombal, uma série de justificativas inesperadas. A figura do marquês se revelou, pois, um objeto-polêmica que ressaltou as peculiaridades de minha posição enquanto um historiador brasileiro debruçado sobre uma polêmica tipicamente portuguesa; questão que se nota em parte da documentação consultada.

Acerca desse ir e vir, ainda registro neste espaço prévio autoconcedido uma nota de valor mais pessoal sobre percurso e contexto. Enquanto eu, entre Rio, Porto e Lisboa, pensava na tese e nas imbricações de instâncias, inscrições e experiências do tempo nos discursos, decorreu, no Brasil, o questionável processo jurídico-político em que um então ex-vice-presidente, com seu malfadado projeto de “ponte para o futuro”, cruzou as vias democráticas, levando o país a atravessar limites supostamente bem demarcados – remetendo-nos, afinal, a aspectos do passado. Remontando-se ao pós-proclamação da República (1889), o lema positivista estampado na bandeira nacional (entretanto relegado a uma espécie de documento histórico), impôs-se como nova divisa oficial do governo.

O datado ideal comtiano de “ordem e progresso”, importante para alguns dos autores oitocentistas abordados nesta tese, reapareceu, assim, inscrito em uma espécie de logomarca oficial; representação alegórica nacional sintomaticamente desatualizada.

Tal representação se relacionava, em suma, à versão da bandeira que havia tremulado em períodos da República Nova (1946-1964) e da Ditadura Militar (1964-1985), quando ainda estavam ausentes as estrelas que hoje evocam cinco das entidades federativas que compõem a União. Corrigiu-se, de imediato, apenas o anacronismo mais óbvio: repostas aquelas anteriormente esquecidas, as 27 estrelas estabelecidas desde 1992 (e que já se associaram a lemas como “pátria educadora”, “país rico é país sem pobreza” e “Brasil, um país de todos”) mantiveram-se vinculadas a um suposto *progressismo* faccioso e contraditório. Enunciando no mote e nas ações um porvir em reverso, foi em nome da parcialidade dessa dita *ordem* que em 2018 o então mandatário, antes indignado com seu “papel decorativo”, anunciou uma intervenção militar do governo federal no Rio de Janeiro – medida tomada pela primeira vez, desde a entrada em vigor da *Constituição Cidadã* (1988), fruto da redemocratização.

O ex-vice-presidente, revisando relatos e números, insistia que suas intervenções contribuíam para “avanços em termos de progresso e em termos de ordem”. Contudo, o assassinato de uma representante municipal carioca e de seu motorista no centro da capital do estado fluminense repôs seu discurso em xeque: que espécie de *ordem e progresso*, para quê e para quem? As mortes, até o momento não esclarecidas, de Marielle Franco (socióloga, militante feminista e dos direitos humanos que encarnava uma série de grupos minoritários: mulher, negra, *LGBTQI+*, originária do complexo de favelas da Maré) e de Anderson Gomes (cidadão que os executores não quiseram poupar); as consequências do plano para a execução dessa vereadora da cidade do Rio de Janeiro, designada pela Câmara Municipal para fiscalizar a intervenção militar-federal e que denunciava as milícias cariocas e o abuso de autoridade e a violência das forças policiais em comunidades periféricas não silenciaram, contudo, sua militância.

Em torno de suas bandeiras e de seu legado, uma multidão se pôs literalmente nas ruas, questionando “quem mandou matar Marielle” e clamando pelas mudanças que em vida ela pleiteava; por uma luta de que sua trajetória se tornou um poderoso emblema. Enquanto isso, outros tantos, reatualizando polarizações por meio do recurso à difamação, explicitavam aquilo que o conservadorismo tacanho e excludente expresso no *ordem e progresso* tem de mais perverso no Brasil dos dias que correm. Travaram-se, portanto,

novos confrontos de narrativas; disputas em volta das *(re)leituras* e dos usos do passado e da memória – pondo frente a frente, ademais, o discurso oficial e aquele das ruas.

Tal embate se tensionou no pleito eleitoral do mesmo ano, polarizando tópicos como democracia, direitos das minorias, violência e corrupção. No confronto, parcelas da centro-direita tradicional e de uma extrema-direita nacionalista e religiosa, fortalecidas, flertaram abertamente com um revisionismo desonesto, ou melhor, com um flagrante negacionismo de períodos traumáticos da história nacional. O certame presidencial foi vencido por um ex-capitão do exército que, mesmo acumulando mandatos legislativos desde 1989 (um como vereador carioca, sete como deputado federal), diz-se *outsider*, *antiestablishment* e representante da *nova política* – além de ser referido por apoiadores aguerridos como “mito”. Não é preciso um olhar crítico, contudo, para notar na *mitologia política* que sua família encarna (três de seus filhos ocupam, em sua senda, cadeiras na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e na Câmara Federal e no Senado, em Brasília) aspectos do processo de “fabulação, deformação e interpretação objetivamente recusável do real” de que fala Raul Girardet (1986).

Envolvidos, antes mesmo de assumirem o governo, em polêmicas e imbróglios, o ex-capitão e seu vice-presidente general, mais que a patente confusão de hierarquias entre militares da reserva, inauguraram um novo momento no país. O atual lema do governo, “Pátria Amada, Brasil”, ecoando os últimos versos do hino nacional, explicita um nacionalismo primário. Já o slogan da campanha, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, repetido além dos limites tênues da legalidade pelo já presidente Messias (seu segundo nome) e por seus intermitentes ministros, explicita como se embaralham, no discurso e nas medidas estatais, nação, religião e política; governo, partidos, igrejas e família. Não por acaso, tal viragem trouxe às esferas oficiais a “comemoração” (antes restrita à caserna) da suposta “revolução de 1964” – golpe que iniciou uma ditadura civil-militar e que atualmente se faz anual e corriqueiramente “rememorada” (na expressão equivocada e fugidia das explicações de Brasília).

Dando continuidade à escrita da tese de volta a um Rio de Janeiro não mais sob a tutela das forças armadas, juntei-me aos que assistem e resistem aos desatinos dos governos federal e estadual, e que também os denunciam – preocupados com a redução de direitos e com o aumento da repressão. Restrições que atingem inclusive a produção acadêmica, com destaque aos discursos sobre o passado, sob patrulha, ataque, descrédito e disputa acentuados.

Tendo de 2008 a 2018 contado com o fomento (rigorosa e continuamente relatado e avalizado) de agências públicas, entendo o esvaziamento de programas de incentivo à pesquisa como um importante sinal de mudança – agravado pela exclusão das Ciências Humanas de editais de bolsa de Iniciação Científica e de mais investimentos por parte do Ministério da Educação; sobretudo desde a gestão que apresentou um malfadado programa intitulado “future-se!”. Com o argumento de *facilitar* a captação de recursos privados por institutos e universidades federais (que o inepto ministro declarou “lugar de balbúrdia”), propõem-se reduções em investimento estatal e autonomia acadêmica, desconstruindo conquistas constitucionais. Planeja-se um futuro feito verbo – imperativo e apassivado; exclamação contraditória que indicia o projeto não pactuado de regresso desordeiro: saída do governo, tendente privatização do ensino público e responsabilização de alunos, professores e investigadores diante do caos e do fracasso iminentes.

Eu antes me juntava aos críticos de contradições que permeavam o projeto de um partido no poder havia três mandatos completos e um em andamento; projeto que, por suas importantes iniciativas de investimento e abertura (expansão e democratização) no âmbito educacional, informou minha experiência universitária, criando condições para uma trajetória de crítica, aprendizado e pesquisa de que resulta esta tese – mas que hoje infelizmente se mostra quase inviável. Agora, junto-me às denúncias de que se tem *ordenado* o país no sentido de um retrocesso mal disfarçado em lemas e exclamações de *progresso* obtusos, conservadores e nacionalistas. Um retrocesso que as políticas desinvestimento (de feição excludente) tornam acelerado e perceptível, acentuado por uma gestão desqualificada e interventora em instituições de ensino, informação e pesquisa.

Diante de crescentes cortes de recursos, desrespeito à autonomia administrativa, iniciativas de controle ideológico e de censura (reforçadas por alterações nos mecanismos federais de monitoramento), órgãos com estruturas decadentes pouco têm podido fazer, senão resistir. Pelo que diz respeito a minhas atividades, destaco sobretudo equipamentos acadêmicos e culturais, alvo de descaso por parte de várias esferas do governo – descaso já antigo, mas acentuado nos últimos anos. Emblema de tal realidade, o caso/ocaso do Museu Nacional (MN-UFRJ), no Rio de Janeiro, é relevante. 2018 foi o ano em que se assinalou o bicentenário da fundação do primeiro museu do país. Situado em um palácio que foi sede do governo imperial, era depositário de um dos principais acervos da América Latina (História, Arqueologia, Antropologia, Etnologia, Linguística, Ciências

da Natureza), reconhecido como grande centro de Pós-Graduação e pesquisa, integrado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A despeito dos esforços de professores, funcionários e alunos e de uma série de iniciativas e demandas por recursos, não dispunha sequer de hidrantes em funcionamento. Sua destruição pelo fogo testemunha os tempos que correm. A inação e o silêncio do atual governo frente às necessidades da instituição (que tenta se reerguer, e cujo prestígio se põe em causa) confirmam o desinteresse em relação a educação, investigação e cultura. Descaso/destruição que se repete em outras esferas, mundialmente visível no aumento alarmante de incêndios na Amazônia e no Pantanal, na oposição aberta a mecanismos legais de proteção a indígenas e quilombolas (e a suas muito cobiçadas terras) e ainda em questionamentos tresloucados a diretrizes e consensos científicos globais sobre saúde.

Perpassado por inquietações e imbróglis políticos, ambientais e sociais e ainda pelas muitas limitações relacionadas à pandemia de covid-19 (que tem levado a um número absurdo de mortos no cenário de desgoverno brasileiro), este texto é resultado de um contínuo movimento entre Portugal e Brasil. Foi, portanto, afetado por realidades com que me deparei: inquietações, leituras, percursos urbanos, discussões entreouvadas, notícias de jornais, conversas em que tomei parte... situações que não poucas vezes me fizeram encarar sob perspectivas inusitadas algumas das questões a que eu me dedicava enquanto historiador; no contínuo esforço de pensar e repensar passado, presente e futuro – circulando (enquanto foi possível) por estações, ruas, praças, museus, universidades, alfarrábios, bibliotecas e arquivos.

Iniciado com o ingresso no Doutorado em História e Teoria das Ideias, este trabalho apenas foi concluído já após o encerramento de tal programa pela NOVA FCSH – passando, portanto, por mais essa reconfiguração e se apresentando, agora, como uma tese de Doutorado em História. Sem representar uma mudança efetiva na abordagem e na orientação ensaiados, esse detalhe reflete e testemunha um processo de investigação e escrita que (com os altos custos e atrasos decorrentes) pouco respeitou planos, limites documentais e prazos, apesar da persistente atenção aos questionamentos da partida.

Ademais, antecipo que, em vez de empreender um mergulho em um período específico, saltita-se, nas páginas que se seguem, por diferentes momentos históricos, considerando a temática na temporalidade e atentando, para empregar uma expressão de Reinhart Koselleck (2000), aos *estratos do tempo*. Espero, assim, ensaiar uma visão de conjunto da relação entre “*os homens do futuro* e o passado pombalino”. Entretanto,

importa referir que, depois do levantamento inicial e das diversas ampliações e tentativas para tudo abarcar (vendo-me diante de um volume de transcrições e escrita de manejo inviável), decidi proceder a cortes abrangentes, deixando de lado capítulos inteiros ou pela metade, um abundante material documental e uma série de questões por resolver.

Julgo importante registrar, a tal respeito, duas breves ressalvas, destacando certas particularidades que enquadram e limitam este trabalho. Os recentes protestos de teor antirracista e decolonialista que eclodiram após a execução de George Floyd nos EUA; protestos em que, além de se acusar a violência policial, questionaram-se estátuas e museus mundo afora (o que remete a questionamentos a que já se vinha assistindo em Portugal, no Brasil e alhures), não tendo influído na escrita do capítulo que se aproxima da temática (que estava já pronto e que resisti à tentação de rever, ampliar... reescrever, enfim), reforçaram bastante meu interesse pelo assunto – a ser em breve retomado.

Quanto às palavras em itálico acima referidas, que aparecem no título e se repetem em diversos trechos da tese, elas se remetem ao *Hino dos estudantes de Lisboa* (1882) – com letra e partitura reproduzidas ao fim deste volume (anexo I). Recorrendo a um masculino pretensamente universal, o verso, muito retomado nas páginas que se seguem, pode ser relacionado a (e também ser percebido como indício de) limitações flagrantes ao lugar possível das mulheres daquele tempo em representações, espaços e discursos políticos e históricos – aspecto que um passar de olhos nos marcadores de autoria dos impressos coetâneos aqui mobilizados atesta, e também duplica. Tal temática, todavia, não chega a ser explorada neste texto, que resulta de um trabalho elaborado a partir de um recorte nas fontes disponíveis, atendo-se a uma parcela dos sujeitos e grupos então mais difundidos e discutidos, sem avançar na explicitação ou na problematização desse limite. Terminada a tese, contudo, tal limitação e sua importância me parecem maiores que à partida – outro ponto a retomar refletidamente em um futuro próximo.

Além do *Hino dos estudantes*, apresenta-se, nas últimas páginas deste volume, um generoso caderno de imagens (anexo II). Os documentos iconográficos são referidos, no trabalho, em parênteses (imagem nº). Acompanham-nos informações de origem, data e localização e, para certos casos, um pequeno texto descritivo. Não sendo essenciais à argumentação, conformam um extenso material complementar, enriquecendo, portanto, o percurso. Devido ao amplo repertório de autores e periódicos mobilizados, ainda julguei necessário apresentar sumariamente informações biográficas e bibliográficas pontuais.

Os nomes e títulos assinalados com um asterisco (*) encontram-se, assim, elencados alfabeticamente em notas biográficas (anexo III) e bibliográficas (anexo IV).

Ademais, também tendo em conta a abundância de tais nomes, restringi às muito exploradas notas de rodapé a referência nominal a grande parte dos demais autores e autoras. Tal opção, que pode gerar certo estranhamento, relaciona-se ao esforço para melhor comportar no corpo do texto, ressaltando-os, os sujeitos que escreveram e discursaram no período em foco em cada parte – acompanhados por alguns indivíduos mais recentes que colaboram com as questões em tela. Por fim, destaco que escrevi pensando a possibilidade de duas (futuras) leituras distintas (pós-júri): uma mais corrida, focada no corpo do texto, e outra mais atenta, considerando (passo a passo, ou nos casos de interesse) as longas e copiosas notas de rodapé – em que se encontram referências documentais e bibliográficas, esclarecimentos e reflexões teóricas e historiográficas.

Dentre as instituições a que recorri, ressalto: em Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT); Biblioteca Nacional de Portugal (BNP); Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL); Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML). No Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP). No Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional (BN); Real Gabinete Português de Leitura (RGPL). Nas versões *online*, os acervos nos *sites* do Arquivo Municipal de Lisboa (AML); da ANTT; da BN; da BNP; da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Universidade de São Paulo (BBM-USP); da Biblioteca Digital da Universidade Estadual Paulista (BD-Unesp); da Biblioteca Digital do Senado Federal; da *Casa Comum*-Fundação Mário Soares (FMS); da HML; do Museu de Lisboa (ML); do RGPL, além dos *sites* *Hathi Trust Digital Library* e *Internet Archives*. Ainda *online*, o arquivo de legislação e discursos disponibilizado em *sites* da Assembleia da República de Portugal e, no Brasil, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Acerca dos impressos periódicos, os números citados se encontram discriminados na bibliografia – indicando-se cidade e data de publicação. Quanto aos não periódicos, refere-se o ano da publicação em tela – também indicando, quando diferente, o ano da primeira edição, em colchetes. Saliento, por fim, que, devido a uma escolha pessoal, pela qual me responsabilizo, optei por atualizar e homogeneizar pontuação e ortografia nas citações diretas, visando a facilitar a leitura do *corpus* menos recente, sem perder o fundamental dos excertos selecionados. As demais intervenções aos textos estão assinaladas entre colchetes, com meus grifos apontados em notas.

O marquês de Pombal é morto. Mas [...] a lembrança dos seus longos trabalhos, a imagem sempre presente dos seus grandes serviços, a utilidade e a felicidade pública poderão fazer parar a rapidez dos seus anos, pondo-os, como em depósito, no seio dessa glória incorruptível, que o fará imortal em todas as idades. [...] O marquês de Pombal morre. Mas não morrerá jamais a sua memória. Não há poder sobre a Terra que risque a lembrança do homem virtuoso; a corrupção dos tempos, o capricho da fortuna estão muito abaixo do verdadeiro merecimento. Este é o juízo que pela boca da independência profere para sempre a verdade. Precioso ao Estado e à pátria, o marquês de Pombal será em todos os séculos o homem grande [...]; a sua sepultura não poderá ter epitáfio nem mais permanente nem mais enérgico que o seu nome.

Frei Joaquim de Santa Clara, 1782.

Pombal não é um homem; é uma idade, uma antecipação do futuro, bem que não incólume da eiva inevitável do seu tempo. [...] [Sua] vida não coube no seu século. [...] Na história do homem, [...] [há] individualidades proféticas que, à distância, prenunciam as ideias e esboçam as instituições vindouras. Uma dessas grandes profecias vivas do futuro humano é o marquês de Pombal. [...] Faz hoje um século que a morte o tomou no regaço, para o entregar à história. [...] O vulto do marquês de Pombal se projeta sobre o século XIX [...]; sobre a solenidade maravilhosa deste centenário; primeiro elo na cadeia de aclamações crescentes que, por cima dos séculos, através das lutas e reações obscurantistas, há de levar a [s]ua imortalidade [...] até onde chegar a história das duas nações que [o] coroam hoje.

Rui Barbosa, 1882.

Pombal, tomado no sentido tradicional de ministro a realizar sozinho uma tarefa hercúlea, [...] não passa de um mito. Nesse sentido, quase se poderia dizer que jamais existiu. Entretanto, [...] se de um lado é falsa a perspectiva tradicional, centrada nos feitos de Pombal, de outro lado não menos falso é incidir no erro oposto, isso é, negar a importância das transformações, das autênticas rupturas que assinalam a sua governação [...]. O período pombalino solda-se historicamente não com aquilo que o precede, mas com o que vem depois. [...] Uma perspectiva que culmina na Revolução Liberal de 1820. Não que ele tenha sido liberal ou “precursor” do liberalismo, como quiseram seus admiradores do século XIX. Mas exatamente porque sua prática política e ideológica abre novos caminhos, coloca novos problemas, além de alguns antigos, sem dúvida, mas em novas perspectivas.

Francisco José Calazans Falcon, 1982.

INTRODUÇÃO

Lisboa, 8 de dezembro de 1904. Na freguesia de São Sebastião da Pedreira,¹ lança-se a primeira pedra de um “templo monumental à Imaculada Conceição”. A solenidade decorre no 50º aniversário da definição dogmática da Imaculada Conceição de Maria, por Pio IX (1846-1878) – o pontífice que, em um período de acentuado confronto entre a cúria romana e os regimes e Estados-nação saídos das revoluções liberais, condenou o liberalismo (1864) e convocou o concílio que declarou a infalibilidade papal (1870).² À cerimônia, conduzida pelo cardeal patriarca, comparecem “a rainha [mãe], D. Maria Pia, dignitários da corte, o ministério e grande número de convidados, onde se contavam muitas senhoras da alta aristocracia, titulares e grande concurso de povo”. Após a “bênção da pedra fundamental”, entoam-se orações e salmos no local em que se planeja erigir uma enorme igreja – templo evocativo de uma devoção já antiga no país, e que desde meados do século XIX se associa a um catolicismo aguerrido.³

No mesmo dia, representantes de uma “comissão antirreacionária, tendo ao seu lado 52 associações”, acusam em um panfleto terem sido infrutíferos seus esforços para realizar uma manifestação de protesto em resposta à cerimônia católica. Afinal, “a reação, que tudo pode e manda neste país, não o consentiu. Só ela tem o direito de se manifestar e esse direito é-lhe garantido pelos altos poderes, que direta ou indiretamente se associam às suas festas e às suas provocações aos liberais”. Os autores questionam, então, a negativa do governo e seus critérios – segundo os quais, em seu ver,

preparar cortejos cívicos que tenham por fim rememorar as elevadas qualidades de homens da envergadura do marquês de Pombal e de José

¹ A área da extinta freguesia de São Sebastião da Pedreira atualmente integra a das Avenidas Novas.

² A bula de 1864 (*Quanta Cura*) e seu anexo (*Syllabus*), que lista 80 *erros* do tempo (como liberdades de culto e de imprensa, socialismo, comunismo, sociedades secretas), datam de 8 de dezembro. Desde o século XV, a data se inscreve no calendário litúrgico por conta da festividade da Imaculada Conceição. Em 1854, a bula da definição oficial do dogma (*Ineffabilis Deus*) foi emitida no referido dia 8, em que se acumulam comemorações. Para Bernard Cottret e Lauric Henneon (2010, p. 7-15), comemorações são ritualizações de aspectos do passado, visando à recordação e à educação. Sua intenção inicial é unir a coletividade (*comemorar*; memorar coletivamente/junto) em torno de uma mensagem. No entanto, tais rituais (e as mensagens neles mobilizadas) muitas vezes se revelam foco de uma série de disputas.

³ *O Ocidente*, Lisboa, 10/12/1904. Segundo Fernando Catroga (2010, p. 70), “no contexto de hostilidade entre a Igreja e as forças políticas empenhadas na modernização da sociedade – que, com altos e baixos, se arrastava desde a Revolução e que virá a ser comum a todos os países de hegemonia católica”, o clima se agudiza quando se coloca “na ordem do dia uma nova modalidade de secularização – a laicidade –, resposta modernizadora à contra-ofensiva lançada por Pio IX e que veio a culminar tanto no *Syllabus* e na *Quanta Cura* (1864), como na dogmatização da infalibilidade papal (Concílio Vaticano I, 1870)”. Sobre o pontificado de Pio IX, a *questão romana* e os conflitos ultramontanismo, tradicionalismo e catolicismo x liberalismo, nacionalismo, anticlericalismo e laicismo a partir da segunda metade do século XIX, ver: CATROGA, 1988; 2001; HOBBSAWM, 2013 [1989]; NETO, 1998; RÉMOND, 2011 [1974].

Estêvão,* que tão relevantes serviços prestaram à pátria e à causa liberal, é perturbar a ordem social, é desequilibrar a harmonia que deve reinar entre os portugueses. [Mas] organizar festas espetaculosas, com todo o aparato do guarda-roupa sacro; desde a batina ao hábito e do solidéu à mitra,⁴ tendo por objetivo prestar culto a ídolos, a fim de fanatizar e bestializar os ignorantes, é contribuir para o nivelamento moral, para o equilíbrio da ordem, para a harmonia que deve reinar em uma nação culta e civilizada. A isso chegamos. A isso descemos. Em poucos anos, temos retrogrado um século. Como se a ciência tivesse estacionado! Ela, que dia a dia vem descobrindo novos princípios e estabelecendo novas leis; rasgando caducos privilégios e abrindo novos horizontes ao espírito, à razão e à vida!⁵

Em tal discurso, percebe-se, à partida, uma instrumental oposição entre “a reação” (vinculada às ideias de tradição, fanatismo, idolatria e retrocesso) e “os liberais” (alegados representantes da ciência, da razão, do reconhecimento a grandes homens da pátria e do progresso). Os autoproclamados antirreacionários contestam, portanto, o perceptível apoio governamental a festejos de teor religioso, a que buscam contrapor iniciativas com sentido diverso. Não por acaso, recordam duas importantes manifestações *cívicas*,⁶ a que propõem vincular seu protesto: “em 1880, levantou-se o país a comemorar o tricentenário do grande épico Luís de Camões. Em 1882, organizaram os liberais de Lisboa um dos maiores cortejos cívicos de que há memória, em honra do grande estadista marquês de Pombal”. Eles ressaltam, contudo, que, em 1904;

decorridos 22 anos, é negada aos liberais da capital a autorização para realizar um cortejo em homenagem ao eminente e inolvidável ministro de D. José e ao ilustre tribuno José Estêvão Coelho de Magalhães, duas glórias da pátria que tanto a engrandeceram e nobilitaram perante a Europa assombrada! Mas é consentido que, com toda a pompa, se realize o lançamento da pedra

⁴ Pela sequência de referências a vestes e barretes religiosos, abarcam-se clérigos seculares e regulares, de baixa e alta hierarquias. Ver: ARAÚJO, 2000; GUERREIRO, 2001.

⁵ COMISSÃO ANTI-REACIONÁRIA, 1904.

⁶ A ideia de manifestações/ritos cívicos aponta a uma noção de religiosidade civil/estatal. De acordo com Clifford Geertz (1989 [1973], p. 80-83), a perspectiva religiosa é “uma maneira particular de construir o mundo”, assente no sentido que “as atividades simbólicas da religião como sistema cultural se devotam” a produzir e intensificar, buscando “torná-lo inviolável pelas revelações discordantes da experiência secular [...]”; é no ritual – isso é, no comportamento consagrado – que se origina de alguma forma essa convicção de que as concepções religiosas são verídicas e de que as diretivas religiosas são corretas”. Thales Azevedo (1981) remete as origens da ideia de *religião cívica* à Antiguidade e sua conceituação (com contributo de Maquiavel) a Rousseau, que pensa formas de legitimar/convencer a sociedade acerca do poder do Estado. Catroga (2010) recupera, nessa lógica, os sentidos de *pátria* e *patriotismo religioso*, vinculados à ideia de *res pública*, articulada ao bem comum e à liberdade – que passava pelo “comprometimento do cidadão com a vida pública, em função de deveres para com uma comunidade política [...]”; forma superior de se ter e se amar a pátria”. Ele recorda: “em Rousseau, o sentimento patriótico aparecia como um complemento afetivo não natural, que teria de ser desenvolvido sob pena de cair no atomismo social. Para isso, propunha-se ‘santificar’ o contrato social com o recurso ao que chamou ‘religião civil’, conjunto deístas de crenças, ritos e símbolos indissociável de um projeto de educação nacional que devia estar ao serviço da interiorização do sentimento patriótico e da luta contra o possível regresso dos indivíduos ao insociável estado de natureza”. Ainda segundo Catroga (2011 [2006], p. 135), que fala de “sacralização do profano”, os novos poderes políticos, buscando se legitimar secularmente, “não dispensavam o recurso a mitos, símbolos e ritos, tendo em vista o reforço dos novos consensos sociais e nacionais”.

fundamental para a construção de um suntuoso edifício de superstição, que é um insulto ao progresso e uma afronta aos liberais de todo o país.⁷

Não são fortuitos os aspectos do passado que os liberais/antirreacionários lisboetas recuperam, propondo comemorá-los combativamente. Os referidos festejos, inspirados em ideias de teor comtiano/positivista,⁸ marcaram um tempo de crescente mobilização popular e política no país;⁹ um período de ampliação de manifestações nacionalistas e anticlericais questionando consensos do regime monárquico constitucional (1820-1910) – em que o catolicismo, religião do Estado, mantém-se um importante fator de coesão social.¹⁰ Quanto aos indivíduos *gloriosos* a que haviam proposto a homenagem (não autorizada), os liberais recordam, dos respectivos históricos, medidas e discursos anticongreganistas,¹¹ ressaltando elogiosamente dois acontecimentos importantes, e

⁷ COMISSÃO ANTI-REACIONÁRIA, 1904.

⁸ De acordo com Rui Ramos (2010, p. 13), “‘positivismo’ teve vários sentidos filosóficos. Por vezes, era sinónimo da filosofia de Auguste Comte; outras de um tipo de materialismo fundado nas ciências experimentais. [...] Em geral, porém, ‘positivo’ denotava o que era sistemático, profissional, científico e moderno”. Nesta tese, por *positivismo* se remete às concepções comtiano-positivistas e a suas leituras e releituras em Portugal (e no Brasil), e não à chamada *escola metódica/crítica* (G. Monod, C. V. Langlois, C. Seignobos), também dita (de forma menos precisa) *positivista* – devido à intenção de dar à disciplina histórica um teor de *ciência positiva* (com sentido de rigor e objetividade; sem vinculação ao comtismo ou às demais *filosofias da história*). Ver: BOURDÉ & MARTIN, 2018 [1983], caps. III e VI. Aspectos das ideias de Comte e de sua influência no país são abordados a seguir nesta introdução. Ver: CATROGA, 1977; HOMEM, 1989; LUZ, 2004.

⁹ Importa evitar que eventos históricos posteriores influam demasiado na apreciação dos festejos. Rui Bebião (1982), abordando a “patriótica missão de fazer sair Portugal da crescente decrepitude em relação aos legados de um passado que a maioria assumia como tesouros coletivos que importava resgatar”, entende que os centenários de 1880 e 1882 (e o Ultimato de 1890) permitiram aos republicanos “o engrossar constante” de suas fileiras: “constituíram momentos-chave desse processo evolutivo, no decurso dos quais um certo nacionalismo vai constituir o *leitmotiv* da propaganda do Partido. Procura-se, assim, de uma forma independente, o assumir dos valores tradicionais da pátria, identificando a Monarquia, os partidos governamentais e os grandes grupos político-financeiros com aqueles que se opunham à prossecução da inadiável tarefa de redenção nacional”. V. Pulido Valente (2010 [1975], p. 28) aponta-as como a primeira de cinco “etapas fundamentais da ascensão do Partido ao poder, no consenso geral”. David Justino (2016, p. 223) entende que “a exaltação patriótica e de carácter nacionalista” dos centenários “preparou a reação ao Ultimato, talvez o mais marcante episódio de expressão nacionalista”. Ver ainda: BONIFÁCIO, 2010, p. 100-108; CABRAL, 1973 – cap. III; RAMOS, 2010.

¹⁰ Ver sobretudo os capítulos I e IV desta tese. Sobre o período entre 1890 e 1910 (do *Ultimato* à República), marcado por conflitos entre o regime e seus opositores, ver: CARVALHO, 2008; HOMEM, 2000; RAMOS 2001 [1998]; VALENTE, 2010 [1975]. Na altura, líderes dissidentes no seio dos partidos que se alternavam no poder passaram a apostar em mobilizações de teor popular, recorrendo a/apoiando republicanos – atacando os diferentes governos e D. Carlos (1889-1908). Diante de ameaças à ordem pública, acentuou-se a repressão. Para A. H. de Oliveira Marques (2000, p. 289-292), “ser republicano, por 1890, 1900 e 1910, queria dizer ser contra a Monarquia, contra a Igreja e os jesuítas, contra a corrupção política e os partidos monárquicos [...]; o anticlericalismo era timbre da opinião pública mais esclarecida e vanguardista [...]. Combater e destruir o clericalismo, portanto, era tão indispensável como derrubar o regime. Igreja e Monarquia identificavam-se e mutualmente sustentavam-se”.

¹¹ *Congreganismo* diz respeito a ordens/congregações religiosas. “A questão do congreganismo e do anticongreganismo transformou-se num aspecto importante do debate político-religioso no final da Monarquia Constitucional e durante a I República [...]; uma das variáveis do anticlericalismo. [...] Uma das dimensões mais contundentes deste anticongreganismo manifestou-se no antijesuitismo, na medida em que os jesuítas eram considerados expressão da contrarrevolução, do antiliberalismo e do ultramontanismo” (FERREIRA, 2000, p. 489-490). Sobre a noção de anticlericalismo e a influência da herança pombalina, ver: ABREU, 2004, p. 13-97; FERREIRA, 2002 [2000]a.

apartados por uma centúria: a expulsão dos jesuítas (1759) e o embate às irmãs de caridade (1858-1862).¹²

Considerando a recente recusa do governo a seu pedido, os antirreacionários questionam a seus colegas: deveriam eles “curvar a espinha dorsal em face da atitude provocadora da reação?” Respondendo negativamente à pergunta retórica, eles explicam: “proibiu-se o cortejo, mas não se podem proibir as manifestações individuais, pacíficas e ordeiras”. De modo que “se aos reacionários lhes é permitido o lançamento da pedra fundamental que servirá de base ao templo do fanatismo, a cada um dos liberais assiste-lhes o direito de lançar aos pés dos gigantes heróis do progresso e da liberdade as flores queridas da civilização”. Daí sua proposta:

*na praça do Marquês de Pombal existe um recinto, sagrado para todos nós, onde será em breve erigida uma estátua ao homem que teve a sublime audácia de expulsar de Portugal a seita nefasta dos jesuítas. Pois bem, que esse mesmo local fique coberto de flores. No largo das Cortes, parecendo ainda arrebatado os ouvintes com a altivez do seu gesto, a expressão significativa do seu rosto e a extraordinária eloquência do seu verbo, ergue-se a figura majestosa do grande liberal que, com o maior desassombro e civismo, produziu o célebre discurso sobre a expulsão das irmãs de caridade francesas. Que esse monumento seja igualmente juncado de flores. E assim os liberais, sem que da parte dos poderes constituídos haja pretexto para intervir, manifestarão o seu amor à causa da liberdade e ao mesmo tempo afirmarão um eloquente protesto contra a dissolvente reação. Que todos cumpram o seu dever. Que ninguém falte. A praça do Marquês de Pombal e o largo das Cortes serão o ponto de reunião da grande família liberal. Viva a liberdade!*¹³

Importante no histórico português de Oitocentos, José Estêvão (cuja estátua, inaugurada em 1878, permanece vinculada ao Parlamento)¹⁴ não tem destaque nesta tese, em que assumem relevo narrativas, cerimônias e marcos relacionados ao “eminente e inolvidável ministro de D. José”.¹⁵ Quanto aos episódios com que se inicia este texto,

¹² A *questão das irmãs de caridade* marcou embates anticlericais e anticongreganistas em meados do século. Chegadas por diligência de figuras da aristocracia para auxiliar em epidemias (cólera-morbo e febre amarela), as irmãs francesas de S. Vicente de Paulo despertaram grande oposição de setores do liberalismo, contrários a uma abertura em relação a ordens religiosas. Depois de forte reação na imprensa, no parlamento e nas ruas, foram expulsas do país, reconduzidas para a França. Ver: NETO, 1998 – parte II, caps. I e II.

¹³ COMISSÃO ANTI-REACIONÁRIA, 1904. Grifos meus.

¹⁴ Ver: “Estátua de José Estêvão”, *site ARP*; *O Ocidente*, Lisboa, 15/05/1878; CATROGA, 1999, p. 190.

¹⁵ COMISSÃO ANTI-REACIONÁRIA, 1904. Destaca-se, desde já, a contribuição de Paul Ricoeur (2012 [1983]; 2012 [1998]; 2018 [2000]) para este trabalho, em que se mobilizam suas categorias e ideias (ainda que não sejam discutidas passo a passo no corpo do texto). Tanto suas reflexões sobre a *narrativa*: a tese de que *o tempo se torna humano na medida em que está articulado de maneira narrativa* e a distinção entre narrativas ficcional e histórica a partir dos respectivos referenciais (imaginário e real) – o que remete à pretensão da história à verdade. Quanto suas reflexões sobre o fenômeno mnemônico: *presença no espírito* (representação) *de uma coisa ausente*; de uma realidade pretérita (que *não é mais, porém já foi*) – o que remete à pretensão da memória à fidelidade. O filósofo ainda distingue, para aquilo que aqui importa, *memória* (capacidade; efetuação; lembrar-se de) e *lembrança* (imagem; a coisa lembrada); *evocação* (aparecimento atual de uma lembrança; afetação) e *recordação* (busca; esforço, coroado ou não pelo reconhecimento, que se volta contra o esquecimento – impedimento ou apagamento dos rastros do que foi aprendido); *rememoração* (implica o retorno à consciência do ocorrido, sob a forma da evocação e do

ressalta-se que, no local em que então se deposita e abençoa a primeira pedra do templo-monumento que está na origem da proposta do protesto antirreacionário, hoje não se vê uma igreja, e sim outro tipo de edifício-tributo, com finalidade distinta: a principal maternidade lisboeta, inaugurada em 1932 em homenagem ao médico impulsor da assistência materno-infantil no país: Dr. Alfredo da Costa, que lhe empresta seu nome.¹⁶

Ali perto, entretanto; a uma distância de cerca de 1km (que se pode percorrer em uma caminhada de pouco mais de 10 minutos), encontra-se uma enorme estátua do marquês, na praça/Rotunda há muito tempo oficialmente referida como *do Marquês de Pombal* – apontada em 1904 como “recinto sagrado [...] ponto de reunião da grande família liberal”, para o qual desde de 1882 se propõe um monumento¹⁷ “ao homem que teve a sublime audácia de expulsar de Portugal a seita nefasta dos jesuítas”.¹⁸ Na altura da contramanifestação, reaviva-se a proposta de uma tal estátua (relacionada às pautas dos *antirreacionários*, de feição laicizante). Como da primeira comissão (1882) não se obtiveram resultados práticos, a partir de 1901 se iniciaram, no seio da Sociedade de Geografia de Lisboa e de meios maçônicos, movimentos para a composição de um novo comitê, nomeado pelo governo já em 1905. Organiza-se, a seguir, uma comissão executiva capitaneada pelo republicano Magalhães Lima.* No próprio formulário para a subscrição popular, reafirma-se sua alegada atualidade:

o monumento ao notável ministro de D. José representa, nesta fase da vida portuguesa, a revivência do sentimento liberal no nosso país. Poderá haver quem, de um baluarte formado de trevas, procure embaraçar o trabalho eminentemente patriótico dos que promovem a glorificação pública do ínelito estadista, mas a alma portuguesa abrir-se-á ao grande cometimento para sorver em um belo dia de festa nacional uma dívida sagrada de civismo.¹⁹

Na opinião do polêmico padre Almeida Silvano,* contudo, o cenário e seu sentido são outros. Manifestando-se contrariamente aos *antirreacionários*, ele entende que

os liberais avançados renovaram a tentativa e conseguiram que o governo nomeasse uma nova comissão para diligenciar a ereção do monumento. Levará a cabo a empresa? Não sei. Em um país que fosse amante da *verdadeira liberdade* e suficientemente ilustrado, eu diria afoitamente: nunca. Mas num

reconhecimento), *memorialização* (aprendizagem, visando a uma efetuação fácil, de saberes/habilidades) e *comemoração* (evocação pública; celebração/*re-atualização* do passado em cerimônias apropriadas).

¹⁶ A igreja (para a qual pouco antes se havia realizado um concurso), não passou de um projeto solenemente inaugurado. Ver: MAGALHÃES, 2007, p. 43, 80-81; “Maternidade dr. Alfredo da Costa”, *site* CHULC.

¹⁷ Obra “construída com o fito de contribuir para a perpetuação memorialística de pessoa ou acontecimento [...] edificação de grande estatura, cujas dimensões, estética, imponência despertam admiração; obra artística de grande vulto, que se perpetua no tempo pelo seu alto valor artístico; sobrevivência, na memória, de alguma coisa significativa [...] recordação, lembrança” (HOUAISS, 2001). Ver o capítulo III desta tese.

¹⁸ COMISSÃO ANTI-REACIONÁRIA, 1904.

¹⁹ COMISSÃO DO MONUMENTO, 1905. Ainda se informa que “o produto dessa subscrição será entregue [...] à Comissão reorganizada pelo decreto de 9 de março de 1905”.

país como Portugal, em que temos 5/6 de analfabetos, meio milhão de leitores inconscientes e derrancados e quase outro meio de ilustrados cultivadores da *mandria nacional*, que fazem papel de papagaios, restando alguns poucos milhares de homens que têm amor ao estudo e prestam culto à verdade e à liberdade, sem escumalha, é de recear que o ídolo de algumas centenas de cesaristas e algumas dezenas de berradores de arengas frígias alcance afrontar as ruas de Lisboa e gravar eterno labéu de vergonha sobre a nação. Quando um povo oferece os pulsos às algemas, já não tem consciência da sua dignidade. *Se memorar os heróis enobrece, estatuar déspotas envilece.*²⁰

A despeito da previsão, vinda do lado oposto, de que a estátua “será em breve erigida”,²¹ somente em 1934 um tal monumento é de fato inaugurado.²² Esse retardo pode sugerir, à primeira vista, descaso ou esquecimento. Desde 1882, entretanto, cerimônias, projetos, comissões e debates em torno da(s) ideia(s) de uma estátua indiciam, junto de registros de eventos e marcos comemorativos, o uso combativo do passado pombalino pelos *homens do futuro*. Tal a temática que se propõe explorar nesta tese.

Não basta ter o título de marquês, é preciso conservá-lo

Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu em 13 de maio de 1699. A partir de 1738, serviu a D. João V (1707-1750) – na Inglaterra e depois na Áustria. Já de volta a Portugal, foi nomeado secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra logo no início do reinado de D. José (1750-1777). Com poder e reconhecimento crescentes sob a alçada do novo monarca, passou à secretaria do Reino (1756), mais importante, e ainda recebeu os títulos de conde de Oeiras (1759) e marquês de Pombal (1769). Descendente de fidalgos modestos, a nobilitação não lhe foi atribuída por herança, mas como recompensa por serviços prestados à coroa. A despeito de o título mais elevado lhe ter sido concedido após os 70 anos, ficou conhecido na posteridade como marquês de Pombal.²³

Devido a sua grande influência, o período em que ele atuou como ministro recebeu o epíteto de *pombalino* – época associada a leituras divergentes acerca de suas medidas; a conflitos de memória que fazem de sua figura um dos tópicos históricos mais discutidos

²⁰ SILVANO, 1906, p. 8-9. Grifos meus. Ver ainda: *A Capital* (Lisboa, 11/08/1917); RODRIGUES, 1947, p. 255-258 – remetendo-se a Borges Grainha,* o autor aborda a discussão do monumento ao lado da proposta de um templo à Imaculada Conceição; cenário em que se opõem republicanos e maçons, de um lado (pró-estátua), a clérigos e jesuítas, de outro (pró-templo), como em 1904.

²¹ COMISSÃO ANTI-REACIONÁRIA, 1904.

²² Ver o capítulo III desta tese.

²³ Como destaca Rui Tavares (2018, p. 32-33), “a maneira como nós vemos ‘Pombal’ [...] é hoje muito mais plana e circunscrita que no seu tempo. Pombal não foi sempre Pombal [...]. Os contemporâneos acompanhavam essas alterações e encaravam-nas como uma mudança substancial do que significava aquela pessoa com título ou sem título, com este título ou aquele”. Tavares se esforça por empregar a cada momento a forma mais ajustada, mas em grande parte de seu estudo fala de pombalismo; refere-se a seu governo como um conjunto identificado, a posteriori, ao ministro. Neste trabalho, focado em discursos e na memória sobre tal indivíduo na posteridade, refere-se a ele (consciente do anacronismo) indistinta e alternadamente como marquês de Pombal/Pombal/marquês, independentemente do período em questão.

no país.²⁴ Afastado do poder com a iminente morte de D. José, o marquês faleceu na vila de Pombal em 8 de maio de 1782 – doente, desterrado e imputado a uma série de crimes. Cem anos mais tarde, D. Luís (1861-1889) presidiu a cerimônia de lançamento da pedra fundamental de um monumento em sua homenagem, que na altura não passava de uma proposta pouco definida, idealizada para o topo da avenida da Liberdade recém-aberta (1879); parte oficial dos festejos de seu primeiro centenário fúnebre.

Enquanto decorria a pomposa solenidade, preparava-se, na praça do Comércio simbolicamente inaugurada pelo marquês (1775) e cujo arremate (o arco da rua Augusta) concluiu-se cerca de um século depois (1875), a manifestação referida como “um dos maiores cortejos cívicos de que há memória”.²⁵ O préstito percorreu as vias da Baixa – dita *Pombalina* em homenagem às reformas planejadas e iniciadas pelo ministro após o terremoto que destruiu grande parte da capital (1755). Seus entusiastas comemoravam, na efeméride,²⁶ não apenas o reconstrutor de Lisboa, mas também o reformador da Universidade (1772) e dos estudos e, aspecto menos consensual, o expulsor dos jesuítas. Seus críticos, em contrapartida, não deixavam esquecer a violência de sua repressão a opositores, destacando sobretudo o *suplício dos Távoras* (1759).²⁷ Diferentes aspectos de seu histórico, registrados e repetidos nas narrativas sobre o século XVIII português.

A despeito da dita solenidade inaugural, o regime monárquico chegou ao ocaso antes que se iniciassem as obras de construção de um monumento ao marquês na Rotunda. Apesar da definição de um projeto e da realização de mais duas cerimônias (1917 e 1926) de lançamento de “primeiras pedras” na I República (1910-1926), somente no Estado Novo (1933-1974) concluiu-se e se inaugurou uma estátua de Pombal na praça nomeada com seu título. Nesse ínterim, sua figura foi mobilizada em algumas campanhas de teor anticlerical; indício da eloquência, na posteridade, do combate em torno da recordação e da evocação de suas conhecidas iniciativas antiultramontanas e antijesuíticas,²⁸ e também

²⁴ Para S. Campos Matos (2010), ele se tornou “uma das presenças mais marcantes na cultura histórica e até na cultura política portuguesa do século XIX [...]; sendo uma das personalidades mais controversas na memória nacional desde os fins do século XVIII [...]”. Raras personalidades históricas em Portugal terão sido tão louvadas e, ao mesmo tempo, tão execradas como a do marquês de Pombal. Ainda hoje”. As importantes tensões e demarcações entre memória e história são abordadas no capítulo II desta tese, em que também se reflete sobre a ideia de *conflitos de memória* – bem trabalhada por Michael Pollak (1989).

²⁵ COMISSÃO ANTI-REACIONÁRIA, 1904.

²⁶ Para uma reflexão histórica sobre efeméride – aqui com o sentido de *fato importante ou grato que ocorreu em determinada data; comemoração de um fato importante, de uma data* (HOUAISS, 2001) –, associando-a e diferenciando-a de comemoração, ver: BONALDO, 2014.

²⁷ Sobre o *suplício* e suas evocações, ver o capítulo II desta tese.

²⁸ *Ultramontano*: “aquele que defendesse o poder absoluto do papa e a sua independência em relação aos poderes seculares [...]; que apoia a autoridade e o poder da Igreja, adere aos princípios e à actuação da

da relevância dos persistentes e renovados embates com os inicianos; ordem religiosa que liberais e republicanos²⁹ (representando-se como herdeiros do marquês de Pombal) consideravam, nas palavras de António Matos Ferreira, a “expressão da contrarrevolução, do antiliberalismo e do ultramontanismo” – o inimigo a abater; a reação, em suma.³⁰

A força e o simbolismo de tal oposição permitem assinalar um tópico recorrente que confere sentido a aproximações e usos do passado pombalino por setores que, ao longo do tempo, percebem-se e se apresentam como antirreacionários e antijesuítas. Como aponta Jorge Borges de Macedo, afinal, no governo do marquês se desenvolveu uma verdadeira “campanha contra os jesuítas, levada a efeito com uma determinação e um aparelho ideológico extremamente diversificados”. No discurso *pombalino*,

os jesuítas tornavam-se o bode expiatório de todos os males, os culpados da fraqueza do Estado. A sua resistência explicava todos os atrasos. A expulsão dos jesuítas, o horroroso espetáculo da morte do padre Malagrida e o corte de relações com Roma são aspectos dessa situação, que se reflete igualmente, embora em menor grau, nas outras ordens religiosas, assim como na nobreza de sangue e nas camadas populares. [...] Os ataques pombalinos aos diferentes grupos sociais nunca são simultâneos, mas estipulam sempre o mesmo responsável: o jesuíta.³¹

Na perspectiva de Heloísa Paulo, a memória oficial ou oficiosa de grandes vultos é uma construção efetuada a partir de valores institucionalizados; resulta de um trabalho

Igreja Romana, nos planos teológico, jurisdicional ou político” (NETO, 2011, p. 158). “Os ultramontanos pugnavam pelo regresso à velha aliança entre o trono e o altar”. Nesse sentido, no período em tela, “adversários do liberalismo e da democracia, eram favoráveis a um modelo de sociedade assente” na tradição, opondo-se à soberania nacional e assumindo como programa o *Syllabus* (NETO, 1998, p. 26, 376). Sobre a associação entre as políticas de teor antiultramontano, anticongreganista e marcadamente antijesuítas do marquês e do liberalismo, ver: ABREU, 2004, cap. 5; ALMEIDA, 2013, p. 75-83.

²⁹ Adianta-se que na altura se empregam tanto *democracia* quanto *república* com referência ao regime republicano (em oposição ao monárquico). Sobre a relação entre os conceitos de *res publica*, monarquia, democracia e republicanismos ao longo do tempo, ver: CATROGA, 2010; POCOCK, [2010] 2013.

³⁰ FERREIRA, 2000, p. 489-490. Jesuítas/inicianos são padres da Companhia de Jesus, ordem regular fundada por Inácio de Loyola em 1534 e reconhecida pelo papa Paulo III em 1540. Após serem expulsos de Portugal, foram suprimidos por Clemente XIV em 1773. Apesar de restaurados em 1814 por Pio VII, só foram readmitidos no país no governo absolutista de D. Miguel (1828-1834). Com a vitória do liberalismo (1834), foram novamente expulsos – por determinação de Joaquim António de Aguiar,* cognominado *mata-frades*, que extinguiu todas as ordens e congregações religiosas masculinas. Retornaram a partir da década de 1850. Dentre outras iniciativas, inauguraram o colégio de Campolide (1858), que desempenhou importante papel na educação das elites da capital. Na madrugada de 5 de outubro de 1910, data de proclamação da República, o colégio (tópico frequente nas campanhas anticongreganistas) foi alvo de bombardeio e invasões. Três dias mais tarde, os inicianos foram novamente expulsos, quando Afonso Costa,* ministro do governo provisório (1910-1911), repôs em vigor as medidas de 1759 e 1834. No ano seguinte, Costa, também ele cognominado *mata-frades*, assinou a lei de separação do Estado e das Igrejas. Com o fim da I República, os jesuítas retornaram a Portugal, onde desempenharam relevante papel sobretudo a partir do Estado Novo. Ver: FRANCO, 2006; 2007; MATOS, 2010; ROMEIRAS, 2018; WRIGHT, 2006 [2004].

³¹ MACEDO, 1982b, p. 25. Gabriel Malagrida, padre jesuíta italiano que atuou no império português, foi condenado como herege, supliciado na praça do Rossio, no último auto de fé com pena de morte na capital (1761). Sua punição, para cujo desfecho se acusa a influência de Pombal, foi muito mobilizada nas críticas ao marquês (em que muitas vezes se recuperam os comentários de Voltaire). Ver: TAVARES, 2016.

de recorte em que se descartam, de sua trajetória “real e documentada”, referências que fogem à imagem que se quer, a cada passo, afirmar. “Produto de uma memória social cristalizada [...], sofre os reveses da própria história, acompanhando as mudanças sociais, justificando as alterações políticas e ideológicas através dos tempos”.³² Reflexão importante para pensar alguns dos confrontos relativos a interpretações do passado pombalino pelos *homens do futuro* ao longo do tempo. Nesse sentido, pode-se, com Rui Cunha Martins, ponderar: “fatalmente, o passado tem futuros. O que fazer deles? O que fazem as sociedades políticas com eles? O que muda no modo como o fazem? Qual o reconhecimento da historicidade desses processos?”³³

Luís Reis Torgal destaca que, “personalidade polémica”, Pombal é das “figuras que constantemente suscitam a adesão ou a repulsa das ideologias políticas e o desejo de fazer a seu respeito ‘revisões históricas’ que muitas vezes nada têm de científico”. Ainda em “seu governo e após a sua queda, surgiram em catadupa críticas a seu respeito [...]”. Mas, quando se tornou oportuno, as acusações ao marquês [se] intercalaram com defesas apaixonadas”.³⁴ Na perspectiva atenta de Borges de Macedo, “a figura e a ação de Carvalho e Melo têm dominado os estudos relativos ao século XVIII português”. Assim, em grande parte das obras historiográficas, “tudo se passa como se ele [o século XVIII] fosse constituído por três fases interligadas, mas de valor divergente, conforme as opiniões: antes, durante e depois da intervenção pombalina”.³⁵

De sua parte, Nuno Gonçalo Monteiro, do preâmbulo ao epílogo de uma biografia de D. José, responde à provocação por ele mesmo apresentada: “memórias de um rei ou de um ministro?” Se sua resposta é antecipada pela recorrente imagem, evocada logo no subtítulo, de um monarca “à sombra de Pombal”, a obra se inicia e finaliza com reflexões acerca da permanência de diferentes leituras sobre o marquês no país, contrastando com o tendencial olvido que o autor acusa:

o reinado de D. José é dos poucos que escaparam ao geral esquecimento a que foi votada a maior parte dos factos e personagens mais remotos da história de Portugal. De resto, não é pelo nome do rei que o mesmo é, em regra, conhecido [...]; o que dele se conhece é, quase sempre, pela interposta pessoa do seu ministro [...]. À sombra do esquecimento em que jazem sepultadas quase todas as personagens da história portuguesa, a partir das figuras destacadas da expansão dos séculos XV e XVI, escapou o valido do rei, por força das celebrações encomiásticas e das críticas enfáticas que conheceu, dentro e fora de Portugal, quando ainda era vivo. Será difícil, de resto, encontrar outra

³² PAULO, 2010, p. 169.

³³ MARTINS, 2010. O trecho se relaciona a uma reflexão acerca da obra de John Pocock.

³⁴ TORGAL, 1982, p. 7.

³⁵ MACEDO, 1982b, p. 9.

personagem portuguesa que tenha concitado tanta atenção em vida. [...] Nunca caiu, pois, verdadeiramente no esquecimento. [...] Se o rei permaneceu para sempre na relativa penumbra na qual quis viver, o valido, que com ele se confundiu, renasceu em força.³⁶

Para o historiador, além disso, “quase todos os decisores e opinadores políticos das décadas subsequentes tiveram de se debruçar sobre a sua herança, reiteradas vezes comentada também por políticos e viajantes estrangeiros”.³⁷

Em termos de produção bibliográfica, chamam a atenção tanto o volume do que já foi escrito a respeito do marquês quanto as acentuadas polêmicas que a temática costuma trazer à tona. De acordo com Tiago Reis Miranda, “revisitar Pombal significa aceitar o convite para procurar compreender um universo de representações políticas entrelaçado e contraditório – cheio de incertezas e preconceitos –, mas igualmente rico em significações”. Assunto que ocupou o debate político lusófono desde o reinado de D. José, quando uma série de indivíduos foi perseguida por discordâncias políticas. Se com a queda do ministro se passou à crítica aberta, pondo em xeque algumas de suas medidas, a lembrança de suas ações perdurou, ecoando em elogios, censuras e trabalhos muitas vezes pouco ou nada imparciais.³⁸

Para Francisco Falcon, deve-se rejeitar uma análise que, por demais centrada em seus feitos, “bons ou maus, segundo seus biógrafos”, valoriza o indivíduo e o episódico. Deve-se, também, evitar a negação da “importância das transformações, das autênticas rupturas que assinalam a sua governação”. Ou seja, mesmo sem lhe conceder atenção demasiada, não se pode furtar de pontuar transformações que marcaram sua governação, pensando a fundo o “problema pombalino”, o que complica a justa medida da atenção a sua figura.³⁹ Ao considerar os abundantes, divergentes e por vezes apaixonados textos dedicados ao marquês e a seu governo, nota-se como não é tarefa fácil compreendê-lo, superando embates entre pombalistas e antipombalistas.

³⁶ MONTEIRO, 2008 [2006], p. 9-10, 326. José P. Paiva (2009) afirma que “um dos maiores problemas [do livro], e do qual em boa medida o seu autor tem consciência (prova-o bem o título e o que escreve no Epílogo) é a quase ausência do rei”, que “sequer apareceu por trás da sombra de Pombal. Foi eclipsado por ela”. Monteiro (2009), contudo, recusa tal crítica.

³⁷ MONTEIRO, 2008 [2006], p. 9. São interessantes os levantamentos efetuados por Matos (2010) e Torgal (1984) sobre abordagens/referências ao marquês na cultura histórica portuguesa subsequente ao período pombalino; estudos com enfoques diferentes, e de grande valia para este trabalho.

³⁸ MIRANDA, 1993, p. 30, 20-24. Sobre críticas e panegíricos: SANTOS, 1991. Borges de Macedo (1982b, p. 9) aponta que “a controvérsia sobre o seu governo e até [sobre] sua personalidade principiaram, deve dizer-se, durante o seu próprio governo: nota-se claramente nos numerosos escritos de louvor que lhe são dirigidos [...]; peça de um processo ou de uma diatribe. Pela mesma razão, vieram a explodir os ataques panfletários depois da sua queda, em discordâncias violentas. E o debate prosseguiu com oscilações várias, muito mais ao sabor das circunstâncias políticas e sociais do que da evolução dos estudos históricos”.

³⁹ FALCON, 1982, p. 224.

Contudo, na perspectiva de Joel Serrão “não há outro caminho para o historiador”. Aqueles que se voltam para a história portuguesa da segunda metade do século XVIII se veem diante de uma “polémica que tem por tema Pombal e o significado último do pombalismo. Essa polémica, em princípio, não é inútil, se ela visar, em termos historiográficos, à *objectividade possível* do nosso passado histórico”.⁴⁰ Ressalva importante quando, sem ceder a um essencialismo simplificador, busca-se entender e ultrapassar esquematismos binários, atentando a como se constroem argumentações díspares acerca do marquês e ao que a mobilização de sua figura informa/implica em momentos distintos; aos usos que se fazem desse passado (e a sua historicidade).⁴¹

Ainda no que diz respeito à compreensão do pombalismo,⁴² Serrão afirma: “parece evidente que o aspecto fundamental daquilo que [o] caracterizou [...] é exactamente o reforço da máquina do Estado: o rei é o símbolo e o critério da legitimidade das leis”.⁴³ Monteiro, que também avança em reflexões sobre o governo e sobre sua percepção por coetâneos e pósteros, justificando retomadas e críticas (e ainda relativizando rupturas ao findar o reinado), entende que o marquês,

contemporâneo das Luzes, partilhou com elas alguns inimigos – os jesuítas e o poder civil da Igreja – e foi buscar nelas algumas fontes de inspiração. Mas não era um produto do Iluminismo. Não foi por acaso que ele próprio, tal como o fariam muitos dos seus contemporâneos, se comparou a Richelieu. [...] O principal e mais irreversível impacto do governo pombalino foi político e simbólico e, a esse nível, jurídico-institucional. Representou, assim, uma afirmação sem precedentes da supremacia da realza sobre os demais poderes

⁴⁰ SERRÃO, 1984, p. 353. Grifos meus.

⁴¹ Para Fernando Nicolazzi (2010, p. 236), “o passado não chega ao presente apenas na expressão de uma herança legada. Ele é igualmente constituído enquanto tal *a posteriori*. [...] Na história e para os historiadores, é o presente quem fala do passado [...]. [Há] possibilidades, tanto positivas quanto negativas, dos usos viáveis do passado pelo presente [...]; definições variadas dos passados que estão em jogo”. Ao pensar tais usos, podem-se recuperar as palavras de R. Cunha Martins (2010), recordando que “o passado tem futuros” e questionando sobre aquilo que as sociedades fazem com tal passado (no futuro) – os modos, as particularidades, os sentidos e a historicidade de tais processos.

⁴² Ver: DIAS, 1982-1984; PEREIRA, 1991; TORGAL, 1982. J. Vicente Serrão (1989) destaca a pouca consistência conceitual no emprego corrente da expressão, entendida como um projeto político (em sentido geral) empreendido por indivíduos e instituições reunidos por redes de solidariedades centradas no marquês; em torno de quem convergiam ideias, objetivos e medidas políticas. Contudo, “não avançou para a concretização do seu projecto político com base num quadro teórico previamente definido. Este foi-se, sim, construindo à medida das necessidades de justificação da prática política”. Para Macedo (1982b, p. 19, 26), seu esforço “não foi feito sobre planos previamente estabelecidos”. Suas medidas revelam “uma efetiva falta de sistematização”. Monteiro (2008 [2006]), de sua parte, entende que em muitas de suas políticas reformistas, como naquelas que se opunham à Igreja e aos inicianos, não se pode enxergar um projeto dado de antemão; leitura contestada por Paiva (2009), a quem Monteiro (2009) reage, afirmando que Pombal “tinha algumas ideias políticas, só que penso que se resumiam a fortes convicções mercantilistas [...] e a concepções sobre o poder real bebidas em autores seiscentistas. Por isso, aquilo que acabou por fazer resultou em larga medida das circunstâncias e dos contextos [...] não de um ‘projeto’ acabado. Em parte, foi o facto de ser prisioneiro de modelos do passado o que explica os limites das mudanças que protagonizou”. Ver ainda: HESPANHA, 2007; MONTEIRO, 2007.

⁴³ SERRÃO, 1984, p. 358.

e instituições. [...] É verdadeiramente no reinado de D. José que se inaugura em Portugal a intervenção reformadora e autoritária do Estado e do governo em múltiplos domínios da sociedade. Uma herança que nunca mais seria esquecida. Tudo isso permaneceu depois de Pombal, tal como perdurou uma parte da elite política que o acompanhou ou nele se veio a reconhecer, embora para aplicar, como veio a acontecer, no fim do século, um conjunto de reformas com uma outra inspiração doutrinária, ou seja, já claramente iluminista e economicamente liberal. Foi exatamente pela imagem de ruptura que criou e pelos adversários que teve que o regime pombalino inaugurou uma herança política que depois seria [...] sucessiva e contraditoriamente apropriada.⁴⁴

Sobre a relação entre o ministro, o rei e a coroa, João Lúcio de Azevedo aponta que o marquês “possuía o poder régio por direito de conquista”. Ao abordar o episódio da inauguração da estátua equestre de D. José (1775), ele assevera que

sob a figura do soberano era o ministro divinizado. [...] Através do rei, que era a sombra do poder, recebia ele, poder verdadeiro, as homenagens que para o outro decretara. [...] O [monarca] guerreiro, lá no alto, não era mais que um símbolo, o do absolutismo robustecido, e por ele, Pombal, confiscado, em proveito da sua obra de engrandecimento próprio e revificação do país.⁴⁵

A despeito do que pode ser percebido como certo exagero em tal exposição crítica, sua obra, publicada ainda em 1909, representa uma abordagem mais disciplinada e documentada ao período pombalino; afirmando-se importante marco historiográfico.⁴⁶ Desde o início do estudo, ademais, Azevedo reflete sobre fontes disponíveis e trabalhos precedentes, afirmando que as lutas em que Pombal se empenhou fizeram com que

nenhuma individualidade política do seu tempo tão discutida fosse como a sua. Em todas as nações, em todas as línguas da Europa, vozes se levantaram a exaltar ou combater o marquês de Pombal. Histórias, biografias, memórias,

⁴⁴ MONTEIRO, 2008 [2006], p. 326. O historiador questiona sua imagem como iluminista, aspecto visível na crítica à obra de Maxwell (2015 [1995]), que o classifica como um “paradoxo do iluminismo”. Ver: MONTEIRO, 2013. Para uma perspectiva que parte de uma concepção plural das Luzes, ver: ARAUJO, 2003; NEVES, 1995; TAVARES, 2018; VILLALTA, 1999. Segundo Guilherme e Lúcia M. B. P. das Neves (2011, p. 307-308), tratou-se de um governo “muito mais absolutista do que ilustrado, em que a Coroa sobrepôs-se ao reino, antes de mais nada, pelo recurso à violência e à intimidação”. Para Torgal (1973, p. 8-12), suas reformas se caracterizaram pela concepção de um “Estado em que só o rei governa guiado pela razão, não reconhecendo outro superior na ordem temporal [...]”. Pombal não era orientado por um Diderot ou por um Voltaire, mas, por outras vias, caminhava até certo ponto em paralelo com as tendências dos monarcas ‘iluminados’ da Europa dos meados do século XVIII”. De acordo com Joel Serrão (1984), “se Pombal foi um iluminado, quando muito se poderá ajuizar ter sido um iluminado *malgré lui* [...], um político com o sentido das realidades possíveis, disposto a pôr a funcionar a máquina do Estado absolutista”. Ver ainda: ARAUJO, 2014 [2000]; SANTOS, 1984a; TORGAL, 1982.

⁴⁵ AZEVEDO, 1990 [1909], p. 262. A cerimônia e a estátua são abordadas no capítulo III desta tese.

⁴⁶ J. Lúcio Azevedo (1855-1933), português, viveu no Brasil entre 1873 e 1900. O livro veio a lume ao fim da Monarquia, marcado por conflitos anticlericais, mobilizando a figura do marquês (com elogios exagerados, da parte de republicanos) e sua memória e chamou atenção, sendo em 1910 elogiado, como “lúcido, imparcial e desenvolvido resumo”, em parecer da Academia das Ciências de Lisboa (ACL), em que ele pleiteava ingresso. No primeiro número de sua *Revista de História* (1912), Fidelino Figueiredo elogia a abordagem do autor “um espírito superiormente orientado, com uma sólida educação histórica aliada a um largo conhecimento da vida e dos homens, [que] não se deixa levar no entusiasmo pelo marquês, nem vai às afirmações absolutas. Por isso corrige sempre criteriosamente e fundamentalmente, os seus assertos” (Ver: DHP). Em ponderações acerca da historiografia sobre o período pombalino, Maxwell (2015 [1995], p. 216) afirma ser o livro a “melhor obra de caráter geral em português” e Torgal (1982) aponta Azevedo como “um dos primeiros grandes historiadores de Pombal e de sua época”.

apologias, panfletos, pasquins, em sua vida e depois da morte, imenso é o número de tais escritos. Mas, nessa copiosa literatura, o investigador, animado de senso crítico, debalde rebuscará traços para um juízo seguro acerca do famoso estadista. À primeira vista se reconhece que uns exaltam em demasia, que outros caluniam sem recato. Importa, para o fim, pôr de banda o que rescende controvérsia; consultar na origem os documentos. [...] [Este ensaio] não pretende ser a história definitiva e completa de uma época famosa, senão apenas trazer algum material para a obra de maior tomo que o assunto requer.⁴⁷

Suas palavras indiciam um olhar de fato mais bem fundamentado e crítico em relação a um conjunto de textos já abundante e polêmico. Abertamente contrário a muitos dos elogios ao marquês, o historiador, em vez de simplesmente se contrapor, busca superá-los – pela via da contextualização e da crítica. Entretanto, deixa patente a confusão entre o monarca e seu ministro. Evitando a acusação de um confisco do poder por Pombal, considera-se aqui, na esteira de Serrão e Monteiro, que o marquês, tendo se beneficiado e engrandecido ao longo de sua governação, agiu de modo a fortalecer o poder da coroa, personificado em D. José – monarca que o escolheu, nomeou, possibilitou a progressiva concentração de prerrogativas de que desfrutava e em cujo ele nome agia.

O reformismo pombalino apresentou como justificativa esse esforço. Com base no confronto entre a ampliação dos poderes régios e a manutenção dos privilégios dos demais corpos políticos, podem-se perceber (na linha de argumentações do pombalismo) muitas das resistências que Pombal enfrentou por parte de elementos incapazes ou não desejosos de se adaptar, ou de ceder espaço/prerrogativas.⁴⁸ Entende-se, pois, a afirmação de que “desse reforço da máquina de Estado, dessa fase final e paroxística do absolutismo real deriva a impossibilidade efectiva” de certos grupos aceitarem a perda de seus direitos tradicionais – sobretudo elementos da nobreza e das ordens religiosas, em especial os jesuítas (que desfrutavam de laços privilegiados com a coroa e com a mitra).⁴⁹

Acerca de sua fama no período subsequente a sua morte, Azevedo pondera:

tinham-se aquietado as paixões, e sobre o discutido nome pairou o silêncio de muitos anos. Rompeu-se depois e Pombal ressuscitou na lenda, em toda a grandeza que os lisonjeiros lhe atribuíram durante o poder. Deformado o seu génio, transfigurou-se o torvo déspota em corifeu da liberdade.⁵⁰

⁴⁷ AZEVEDO, 1990 [1909], p. 7-8.

⁴⁸ Segundo Oliveira Martins (1882 [1879], v. II, p. 184), “o reformador nivelava todas as classes perante o trono absoluto, varrendo parte do sistema de categorias de pessoas legado pelas tradições da Idade Média”. Para Macedo (1982b, p. 20), “a resistência dos corpos privilegiados foi, porém, tenaz e a governação pombalina só conseguiu impor-se à custa de inúmeras violências”, dirigidas ao clero, à nobreza, à “camada mercantil” e também à “‘plebe’”, aliada potencial dos grupos mais poderosos”.

⁴⁹ SERRÃO, 1984, p. 358. Sobre a particular relação dos inicianos com o papado e com os reis portugueses, que ajuda a compreender em termos as oposições pombalinas (e posteriormente liberais e republicanas) à ordem, ver: GONÇALVES, 2001. Acerca de tais conflitos, ver: CASTRO, 2009; COUTO, 2009.

⁵⁰ AZEVEDO, 1990 [1909], p. 313.

A imagem do ministro-*torvo déspota* ressuscitado na lenda e deformado e transfigurado em herói-*corifeu da liberdade* acusa uma contraposição pertinente. Afinal, são questões relacionadas a narrativas divergentes sobre Pombal o que se explora neste trabalho – que acompanha embates de interpretações e discursos sobre o ministro. Esta não é, em suma, uma tese sobre o marquês e sobre aspectos do pombalismo, apesar de abordar a temática incidentalmente. Trata-se, na verdade, de um trabalho acerca de representações⁵¹ pósteras do ministro de D. José e de suas medidas reformistas (recuperadas, reinterpretadas, *deformadas*, mobilizadas e comemoradas de diferentes formas, com sentidos diversos); um trabalho que considera variados enfoques, a partir de um recorte cronológico amplo, com especial atenção a datas que assinalam efemérides relacionadas a Pombal.

Nos termos empregados por Torgal, busca-se “entender o sentido e o alcance das interpretações que o marquês suscitou ao longo do tempo”. Em tal esforço, em vez de recorrer sobretudo a abundantes fontes coetâneas ao período pombalino e a estudos restritos a tal respeito, “o historiador vê-se obrigado a mergulhar num sem número de obras impressas e artigos de jornais e revistas, pois o ministro suscitou uma riquíssima produção ideológico-política”.⁵² Não sendo possível ou necessário conhecer e mobilizar essa produção em sua totalidade, importa considerar uma amostragem ampla, de modo a interpretar, comparar e conectar diferentes leituras sobre o passado do marquês.

Parte-se, aqui, da percepção, explicitada por Azevedo, de que o descompasso entre a desgraça ao fim de sua vida e a posterior e parcial glória⁵³ renovada de sua figura, ainda

⁵¹ Destacam-se memória e narrativas históricas como representações que têm como referente o acontecido. Representar comporta o sentido *de tornar presente o ausente (re-apresentar)* e/ou dele criar/apresentar uma *imagem/figura* (termos muito mobilizados neste trabalho). Em outro sentido, ademais, as representações não se opõem ao real; constituem-se através de determinações sociais para, em seguida, tornarem-se matrizes de classificação e ordenação do mundo social – daí se falar de uma dialética entre práticas e representações. Ver: CHARTIER, 2002. Ricoeur ([2018] 2000, parte II; 2012 [1998]) ressalta as vantagens e a ambiguidade de mobilizar o termo no campo da história, distinguindo *representação-objeto* do discurso historiador e *representação-operação* (reivindicação/preensão desse discurso de representar *em verdade* o passado). Destacando que a história é, de uma ponta a outra (dos documentos do passado aos textos produzidos pelos historiadores), escrita, Ricoeur fala de *representação escriturária/historiadora*; terceira fase da *operação* de que resulta a obra do historiador, entendida como construção de uma imagem (representação) do passado/ausente, a partir da consideração crítica de seus rastros/vestígios/testemunhos. A historiografia abre-se, pois, a um referencial extralinguístico: o passado (que *já foi* e que *não é mais*), acessado indiretamente, por meio de seus rastros (lugar-tenência do passado/ausente). Sobre a *operação historiográfica* (DE CERTEAU, 2011 [1975]) e também sobre as dubiedades da ideia de *fazer história* e sobre fontes/vestígios/rastros/*restolhos* – testemunhos sobre o passado/acontecido, feitos documentos pelo trabalho do historiador-investigador (CATROGA, 2016 [2011]; LE GOFF, 2016 [1977-1982]) –, ver o cap. II desta tese.

⁵² TORGAL, 1984, p. 133.

⁵³ Para Antoinette Lilti (2018 [2014], p. 14-15), “glória designa a notoriedade adquirida por alguém julgado fora do comum por suas façanhas [...]; é essencialmente póstuma e desenvolve-se por meio da comemoração do herói na memória coletiva [...]. Todo indivíduo, pelo simples fato de viver em sociedade,

que continuamente contestada, evidencia uma mudança de perspectiva, associada a apropriações políticas do marquês e de seu legado. O destaque à década de 1880 se deve ao fato já mencionado de, em 8 de maio de 1882, exatamente cem anos após sua morte (e mais de um quarto de século antes da publicação do livro de Azevedo), assistir-se a grandes comemorações em homenagem a Pombal; momento de relevo para a produção de teor histórico e para os debates a seu respeito – que influenciou de modo marcante (como sugere o episódio de 1904) em apreciações posteriores sobre o passado pombalino.

À altura, foram editadas, “sob o signo da discórdia”, centenas de textos sobre sua vida; “muitas das obras que então se escreveram tornaram-se verdadeiros ‘clássicos’”.⁵⁴ Longe de se resumirem a debates acadêmicos, as discussões em torno de Pombal; de sua memória e de seus festejos comemorativos foram amplamente exploradas na imprensa. Ao mais tarde apresentar o volume em que inventaria “vários documentos que elucidam a história e os antecedentes dessa comemoração [...] e as publicações que se imprimiram nesse período ou têm relação com ele”, o bibliófilo Brito Aranha,* entendendo necessária a ressalva, indicia o tom de polêmica em causa:

não se julgue que [...] separei as publicações elogiosas das que não o eram, e só relacionei ou indiquei as que eram favoráveis à celebração do centenário. Dou igualmente conta das notas discordantes. Deixo *os elementos para o julgamento imparcial* do importante fato e do homem eminente que se comemorava e assim sirvo os estudiosos que queiram formar um juízo seguro e reto, sem paixão e com critério. No julgamento de todas as causas e até naquelas que mais comovem os ânimos e excitam as paixões, é indispensável pesar os documentos a favor e contra, sem o que não pode ser lavrada a sentença reta, serena, imparcial, como essencialmente convém a pontos de história controversos.⁵⁵

é objeto do julgamento dos outros e possui, assim, uma reputação [...]. A glória diz respeito aos heróis, aos santos, aos homens ilustres, a todas essas figuras cuja glorificação desempenhou um papel tão importante na cultura ocidental e até a seu avatar moderno, o ‘grande homem’, caro aos filósofos do iluminismo; a reputação depende dos mecanismos locais do julgamento social, da fama e da honra”.

⁵⁴ MIRANDA, 1993, p. 24-27. Referido em trabalhos sobre o último quartel do século XIX (pontuando os aspectos anticlerical e republicano), o centenário recebeu mais atenção em estudos sobre comemorações. O artigo de Bebian (1982) a respeito dos festejos apresenta protagonistas, propostas, debates e política coetâneos, percorrendo a imprensa e os impressos – é o trabalho de maior interesse, com ênfase em Coimbra. Catroga (1998 [1996]) e Matos (1998), refletindo sobre história, memória e historiografia em Portugal no Oitocentos, abordam em algumas páginas os festejos pombalinos, relacionando-os ao debate de teor histórico e à temática dos centenários. Tratando das comemorações de 1882 no Porto, a dissertação de Helena M. R. Q. Sampaio (2006) apresenta algumas fontes locais de interesse. Já o capítulo escrito por Paulo A. L. Parente (2001) sobre os festejos cariocas mobiliza pouca documentação e bibliografia. José E. Franco (2007; 2009) também se refere ao centenário na chave pombalismo/antipombalismo/maçonismo x jesuitismo/antijesuitismo/antimaçonismo e Aranha (1908) compila uma série de documentos importantes.

⁵⁵ ARANHA, 1908, p. 46. Grifos meus. A obra se insere em um volume do *Dicionário* a seu encargo. Ele recorda (p. 34) que “para apreciar melhor a época pombalina e certos atos da administração do marquês de Pombal e até o seu caráter particular com imparcialidade e retidão, indispensáveis em quem tem que deixar para a história páginas sérias, em que não entrem paixões, nem predileções de nenhuma espécie, é necessário lançar mão das mais seguras e demoradas investigações de documentos”. Aranha destaca a

Se os textos então vindos a lume são importantes como ponto de partida, também se levam em conta, nesta tese, outras fontes, efemérides e efígies.⁵⁶ Refletindo acerca de narrativas, recordações e comemorações diversas, amplia-se, pois, o escopo cronológico, ainda que se privilegiem a produção e o debate em torno do primeiro centenário do marquês – que é também o ponto de chegada do percurso não linear aqui ensaiado.

Cem anos após o centenário, Borges de Macedo, grande estudioso do período pombalino,⁵⁷ escreveu uma pequena “biografia política de Sebastião José”. Publicada pela Biblioteca Nacional por iniciativa da Comissão Oficial das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal, a obra se propõe “um ponto de partida para uma meditação atual” acerca do ministro, visando a “tornar acessível o conhecimento da intervenção do marquês de Pombal na vida pública portuguesa”. Em uma passagem de particular relevância para a abordagem em tela, o historiador afirma que, dando expressão às controvérsias encetadas sob a égide do governo pombalino, inicia-se então

uma nova forma de escrever a *história de Portugal*. Essa passa a ser não um relato dos acontecimentos, mas o enunciado de uma responsabilização permanente de instituições que actuam dentro de uma lógica que as torna antecipadamente louvadas ou culpadas [...]. Tomava, desse modo, força decisiva a história-tribunal, com a responsabilização antecipada dos acontecimentos e a motivação pelos antecedentes anunciadores da culpa ou do louvor. Nessa dicotomia historiográfica, que, em verdade, corresponde à essência do Iluminismo,⁵⁸ se inseriu o próprio Pombal e passou a constituir depois um tipo de interpretação histórica que nunca mais desapareceu. Governantes e classes pensantes do país dividiram-se, desde então, em dois grupos bem distintos: pró-jesuítas ou antijesuítas; pombalinos ou antipombalinos; partidários ou adversários do despotismo iluminado etc. Iniciava-se um processo de análise-julgamento que chegou aos nossos dias. [...] Com o liberalismo, reavivou-se o debate pombalino, para atingir extraordinária intensidade, sobretudo a partir dos anos 70 do século XIX, a propósito do debate anticlerical e da intensa propaganda que à volta da chamada “questão religiosa” se desenvolvia em Portugal. A campanha antijesuítica tinha-se transformado em agitação partidária e o marquês de

importância da *Coleção pombalina*, “subsídio precioso [...]; coligidos em parte pelo próprio estadista [...], comprada pelo governo para a biblioteca nacional de Lisboa em 1888”, que a cataloga [MONIZ, 1891].

⁵⁶ Efigie: “representação plástica da imagem de um personagem real ou simbólico, especialmente em vulto ou relevo; retrato, imagem, figura de um indivíduo” (HOUAISS, 2001). Para Oliver Ihl (2008, p. 131), “L’effigie (du latin *effingere*: représenter) est une image peintre, gravée ou sculptée, destinée à faire exemple. [...] Le terme dérive du latin *fingere* qui, lui-même, contracte les notions de *figura* (la figure) et de *fictio* (la fiction). L’effigie, c’est cet ensemble de formes qui donnent force à un visage, réel ou allégorique. Trois éléments la composent: d’abord, l’image proprement dite, c’est-à-dire ce par quoi un visage ou un corps se rend visible; ensuite, la figure qui désigne la stylisation historique de ces particularités individuelles; enfin, la représentation qui délimite l’univers de ses usages proprement politiques”.

⁵⁷ Pode-se citar, sobretudo, seu influente estudo sobre *a situação econômica no tempo de Pombal* (MACEDO, 1989 [1951]). Também se pontua o verbete sobre o marquês no *Dicionário de História de Portugal* coordenado por Joel Serrão (MACEDO, 1968).

⁵⁸ Acerca da relação entre Iluminismo, progresso e uma perspectiva sobre a história vinculada à valoração positiva da mudança a partir dos valores e grupos representantes do presente-futuro (em detrimento daqueles relacionados à tradição/ao passado); perspectiva relacionada a um julgamento baseado na razão, e não na Providência – em substituição ao juízo final, portanto, ver: TOSH, 2011 [1984], caps. I-II.

Pombal passou à categoria de um dos seus heróis. Foi o que se verificou nas comemorações do centenário da sua morte.⁵⁹

Ainda em 1982, António Barreto demonstra a importância que, na altura do bicentenário, continuava a ser concedida a advertências parecidas com as apontadas por Brito Aranha quase cem anos antes. Em apresentação ao catálogo documental publicado por parte da referida Comissão Oficial, ele afirma que a obra (erudita) a seu encargo

não é uma homenagem, nem pretende tomar partido em nenhuma das querelas que se perpetuam há duzentos anos com o nome do marquês de Pombal ou a seu pretexto. É um instrumento de trabalho e tem um só objetivo: informar, facilitando a investigação. À equipa que o realizou e ao seu responsável, é-lhes completamente estranha a hipótese de ser “a favor” ou “contra” o marquês. [...] Parece não haver dúvidas que circunstâncias ulteriores muito contribuíram para que a “questão pombalina” fosse uma das nossas mais perenes querelas. Até porque, em certo sentido, se popularizou: há poucos portugueses [...] que não tenham uma ideia definitiva, mesmo se vaga ou pouco informada, favorável ou contrária ao marquês, à sua obra, à maneira como governou. É assim o mito. Atribui-se-lhe demais ou de menos; bondades ou maldades; causa última de tudo o que se fez ou não fez durante três décadas, ou simples “agente” histórico, sem vontade nem ideia. [...] Não foram só obras de literatura ou poesia, às quais todas as liberdades são permitidas, mas sim compêndios de história, respeitáveis obras académicas e manuais escolares que fizeram do marquês um anjo ou um diabo. [...] Duzentos anos depois da sua morte, ainda é possível encontrar esforçados “clans” intelectuais de incondicionais favoráveis ou adversários, como se de combate político e actual se tratasse. Poucas são as obras, mesmo de carácter científico, que se não deixam de inspirar pelas ideologias ou os interesses republicanos ou monárquicos, democráticos ou corporativistas, católicos ou maçónicos, a fim de, por via pombalina, ajustar contas com os seus adversários e contemporâneos.⁶⁰

Nesse ponto, é interessante recuperar as palavras de Macedo, segundo quem,

ainda hoje, em muitos casos, e apesar de todos os esforços, a historiografia referente ao século XVIII vale mais como depoimento histórico do que como contribuição crítica. O fogo da paixão e da polémica manifesta-se de tal modo que a preocupação de objectividade se considera obrigada, na maior parte dos casos, ou a representar o papel de árbitro e de meio termo ou a limitar-se à minúcia erudita onde, em regra, a polémica não prejudica a conclusão modesta.⁶¹

Ou seja, mesmo “no resguardo dos gabinetes de trabalho”,⁶² não se estava, em 1982, diante de uma temática inerte. Daí as notas reclamando (em sentido semelhante a outras tantas, ao longo do tempo) uma alegada imparcialidade como característica

⁵⁹ MACEDO, 1982b, p. 7, 9-11. O historiador ressalta que “o leitor interessado no conhecimento dos dados concretos em que este estudo se fundamenta ou na informação bibliográfica e arquivística que se lhe refere deverá consultar os trabalhos de especialidade” e refere os “catálogos a publicar pela Biblioteca Nacional, [...] que comportam a discriminação analítica das espécies” da *bibliografia pombalina*.

⁶⁰ BARRETO, 1982. Instrumento útil à investigação. Na altura, publicaram-se importantes catálogos bibliográficos e iconográficos. Ver: Comissão Organizadora... (1982); Museu da Cidade (1982). Acerca da ideia de um *mito* pombalino/antipombalino, ver o capítulo II desta tese.

⁶¹ MACEDO, 1982b, p. 9-10.

⁶² BEBIANO, 1982, p. 381.

distintiva/qualificadora, na apresentação de novas abordagens a um tópico que permanecia dividindo opiniões na historiografia e também na política.⁶³ De todo modo, o bicentenário decorreu em um ambiente bastante diferente daquele do centenário – quando o impacto das comemorações (populares, embativas e abrangentes) foi “sentido mesmo ao nível do quotidiano do comum dos portugueses”, com “polêmicas acesas e apaixonadas as mais diversas correntes de opinião política e social”. Rui Bebiano adianta algumas das questões e apropriações em foco:

num Portugal coberto ainda pelas feridas abertas pelo processo político que se activara em 1820, feridas que a “Regeneração” [1851-1890] não pudera (ou não soubera) cicatrizar, a figura de Pombal surgia inscrita nas bandeiras de luta daqueles que propunham manter viva a chama liberal, opondo-se à ainda presente reacção legitimista ou, de uma forma mais radical e elaborada, propondo uma alternativa política e institucional à Monarquia que entendiam moribunda. Não porque a figura do marquês pudesse ser apontada como a de um liberal (não o fora de todo), mas porque, pela sua acção enérgica e até certo ponto inovadora, constituía um acidente no percurso da política portuguesa.⁶⁴

Mais de um século depois de seu primeiro centenário fúnebre; cerca de sessenta anos após a inauguração de sua estátua na Rotunda, o marquês desapareceu da vista dos lisboetas: entre 1994 e 1996 (pouco antes de seu 300º aniversário natalício), decorreram obras de restauro em seu monumento na capital – período em que também se realizaram modificações na rede de transporte metropolitano, no espaço subterrâneo à praça. Dentre as fotografias que registram tal processo (imagens 8-12), uma, em particular, deixa ver a dimensão de sua efígie, que no dia a dia escapa a transeuntes e motoristas. Diante dela; face a face, uma profissional envolvida nos trabalhos técnicos parece minúscula. Outra das fotografias, curiosa, não mostra a estátua – escondida, durante as intervenções, por trás de um invólucro em tela escura sobre andaimes. Afixadas na estrutura, letras brancas compõem a advertência: “não basta ter o título de marquês, é preciso conservá-lo”.⁶⁵

De acordo com Tzevetan Todorov, memória e esquecimento não se opõem; complementam-se. Conservar sem escolher/selecionar (o que envolve deixar algo de fora)

⁶³ Para Maxwell (2015 [1995], p. 215-217), “as principais biografias, datadas do século XIX, são mais tratados doutrinários acerca da luta que se travava entre liberais e conservadores do que produtos de um estudo sério das fontes. Trata-se de um corpo literário imenso, a favor e contra Pombal”. Em sua perspectiva crítica da historiografia portuguesa mais recente sobre o marquês (de que ele assinala, como contribuições positivas, sobretudo Borges de Macedo e Magalhães Godinho), ademais, “Pombal é quase sempre avaliado em termos da projeção dos seus atos nas disputas do século XIX, em vez de ser julgado de acordo com a projeção que alcançou no mundo do século XVIII”.

⁶⁴ BEBIANO, 1982, p. 382. Sobre a Regeneração, importa considerá-la a partir da perspectiva de uma relativa estabilização política e dos progressos materiais. Segundo M. F. Bonifácio (1992), houve uma “guerrilha permanente que caracterizou a implantação do constitucionalismo monárquico entre 1834 e 1851. O que claramente diferencia este período da segunda metade do século [...] é o recurso sistemático a meios *extralegais de luta pelo poder*”. Ver: SARDICA, 2013 [2001]; 1997; JUSTINO, 2016.

⁶⁵ Ver: “Monumento Marquês de Pombal” *site* NOVA CONSERVAÇÃO [2016].

não é uma tarefa da memória – sempre parcial, seletiva e interessada. Se recuperar, preservar e *re-apresentar* aspectos do passado são esforços característicos do conjunto das comunidades humanas, não é o passado que rege o presente, mas o presente que se vale do passado, da forma que lhe parece mais adequada. Processo que envolve recordar e também esquecer.⁶⁶ Não é fortuita, portanto, a recorrência da figura de Pombal em Portugal ao longo do tempo: se o passado pombalino tem sido continuamente mobilizado, pode-se afirmar que o marquês é um tópico do passado que ainda importa aos homens do presente/futuro. Como aponta João Luís Lisboa, afinal, “o passado que nos interessa é aquele que não nos é alheio, aquele que, de alguma forma, se relaciona com o nosso presente, mesmo quando, entretanto, se passaram centenas de anos”.⁶⁷

Século, centúria, centenário

Palavra de origem latina, século [*saecūlum*] é também “a grande conquista em matéria de unidade do calendário superior ao ano”. Empregado pelos romanos em referência a períodos variáveis, relacionado à noção de geração, o termo assumiu, com os cristãos, “o sentido derivado de vida humana, vida terrena, em oposição ao além”. Concebida em meios quinhentistas eruditos, a ideia de agrupar os anos em centúrias demorou a se afirmar; “o primeiro século em que verdadeiramente se aplicaram o conceito e a palavra foi o século XVIII”. A partir de então, “tudo deveria entrar nessa forma artificial, como se os séculos fossem dotados de uma existência, tivessem uma unidade, como se as coisas mudassem de um século ao outro”. Além disso, a referida ideia “favoreceu todo um renovar-se de comemorações: os centenários”.⁶⁸

Tais cerimônias festivas remetem a inspirações antigas, ecoando rituais de apoteose romanos, cultos pagãos aos mortos, jubileus e tradições judaicas em honra aos patriarcas – base da associação entre morte e memória difundida com o cristianismo. “Se a memória cristã se manifesta essencialmente na comemoração de Jesus”, expressa ao longo do ano na liturgia, em um “nível mais ‘popular’ cristalizou-se sobretudo nos santos

⁶⁶ TODOROV, 2000 [1995], p. 15-16, 25. Ricoeur (2018 [2000], p. 46, 300), de sua parte, destaca a importância de um “esquecimento de reserva” (“impedimento provisório”; distinto do “apagamento definitivo dos rastros do passado”), que ele entende como um “recurso para a história e para a memória”.

⁶⁷ LISBOA, 2018, p. 190. Para o historiador, ademais, “aquilo que condiciona a memória não é, apesar das declarações em contrário, o que ‘realmente aconteceu’, mas a forma como se vive um determinado patrimônio e como esse patrimônio alimenta discursos marcados pela emoção [...]. A memória, explicando a existência das comunidades, implica seleção e conflito. Implica seleção do que é relevante, como do que pode ser esquecido. Procede a recortes do real, determinando e fundamentando o que é factual e o que é articulável, o que é plausível e quais as relações significativas. Ao fazê-lo, assume a tensão que, se não é permanente, é inevitável” (p. 257). Ver ainda: GAGNEBIN, 2018 [2006]; YERUSHALMI, 2017 [1988].

⁶⁸ LE GOFF, 2016 [1977-1982], p. 523-524.

e nos mortos”, celebrados nos respectivos aniversários fúnebres.⁶⁹ Quanto aos ditos centenários, a despeito de antecedentes clássicos e medievais, são uma categoria bastante mais recente, para cuja consagração foi preciso que o conceito de século completasse cem anos.⁷⁰ Entende-se, portanto, a afirmação de que

os centenários foram inventados no fim do século XIX. Em algum momento entre o centésimo aniversário da Revolução Americana (1876) e o da Revolução Francesa (1889) – ambos comemorados com as exposições internacionais de praxe –, os cidadãos instruídos do mundo ocidental tomaram consciência do fato de que aquele mundo, nascido entre a Declaração de Independência, a construção da primeira ponte de ferro do mundo e a tomada da Bastilha, estava completando cem anos.⁷¹

Ainda no decorrer da Revolução Francesa, entretanto, formulou-se um tipo novo de celebração, com teor laicizado. Diferenciadas das tradicionais festividades católicas, mas fundamentadas em alguns de seus rituais,⁷² tais cerimônias se valiam de linguagens recuperadas do Antigo Regime e da Antiguidade. O calendário e as festas então propostos mobilizavam narrativas sobre eventos e personagens importantes para a afirmação e para a autocomemoração do processo revolucionário, visando à instrução dos cidadãos. Na primeira metade do século XIX (período marcado pela revalorização romântica de tradições pátrias, expressa também em homenagens aos mortos ilustres), celebrações cívicas, com destaque ao “culto da humanidade, traduzido na ideia de ‘grande homem’”, foram retomadas, reelaboradas e sistematizadas por Auguste Comte,* que propôs, com sua filosofia/sociologia positivista, “um arquétipo comemoracionista” e uma hagiografia laica e historicista.⁷³

Reconhece-se nos centenários oitocentistas a influência de heranças clássicas, do culto aos santos e de rituais revolucionários. Destacam-se aqui, contudo, tanto o gosto romântico pelo passado (recuperado e atualizado em investigações e obras relacionadas a

⁶⁹ LE GOFF, 2016 [1977-1982], p. 445-450. Warnick Frost e Jennifer Laing (2013, p. 2-3) entendem que “for anniversary commemorative events, the date provides a form of authenticity and justifies the organization of the event. Focusing on the date in these cases makes a strong statement that it is a special day when something important happened in the past and is worthy of being remembered in the present. Emphasizing a key date and a significant number of years fits well with the way popular media are constructed [...]. Years in groups of tens and hundreds capture our imagination, a practice that dates back to the Romans and the ways they organized numbers. [...] Centenaries and longer commemorations cannot utilize the actual memories of participants. Instead, they draw on the construction or imagination of collective or social memories to determine their importance and meanings”.

⁷⁰ NORA, 2008 [1992]a, p. 170.

⁷¹ HOBBSBAWM, 2009 [1987], p. 29. Ver ainda: GOULEMORT & WALTER, 1984; ORY, 1984.

⁷² Geertz (1989 [1973], p. 82-83) aborda rituais como “comportamento consagrado”. Para o antropólogo, “num ritual, o mundo vivido e o mundo imaginado fundem-se sob a mediação de um único conjunto de formas simbólicas, tornando-se um mundo único [...]; fusão do *ethos* com a visão do mundo”.

⁷³ CATROGA, 1999, p. 315-322. Ver ainda: ARRUDA, 1999, p. 8-10; BACZKO, 1984; FERRO, 1989 [1988]; IHL, 1996; OZOUF, 2015 [1976]; VOVILLE, 1989 [1988]. Ver, ademais, o capítulo I desta tese.

narrativas e heróis representativos de valores nacionais),⁷⁴ quanto a inspiração de teor comtiano/positivista. Os autores que começaram a produzir em Portugal nas décadas de 1860 e 1870 insistiam ainda “no valor educativo e formativo da história”, ressaltado pelo romantismo liberal; no seu valor “como ‘mestra da vida’ [...] e na sua função como vínculo social e fator de convergência”. Entretanto,

se detectará, já nos anos 80, uma significativa distanciação relativamente a essa noção de que o passado interessa sobretudo pelos exemplos morais que encerra. Afirma-se então em Portugal, com base em fundamentos cientistas e biólogos, a ideia totalizante de uma história universal que, todavia, não reunirá o consenso [...]. Tendia então a instalar-se um novo paradigma de heroísmo: o herói sem armas, o artista, o pensador e, sobretudo na segunda metade de oitocentos, o cientista, o técnico, o industrial. Além, claro está, do estadista [...]; são os benfeitores da pátria, ou até da humanidade (sobretudo na perspectiva positivista).⁷⁵

Refletindo sobre a temática da instrução pública no país, Ramalho Ortigão* aponta em 1876 que “a divisão e a classificação das ciências devidas a Auguste Comte, adotadas pelo sr. [Émile] Littré* e em geral por todos os filósofos positivistas, [...] constitui o único plano lógico da educação enciclopédica universal indispensável a todo homem moderno”. Acerca do ensino da história, ele entende que

conhecer pelo menos as linhas gerais dessas diferentes evoluções, as suas leis, as suas grandes épocas, os fatos memoráveis da civilização [...], *os nomes e as biografias dos homens úteis à humanidade*, [...] *parece que deveria ser o [seu] fim* [...]. Os estudos históricos dos cursos dos liceus constam de uma série de anedotas biográficas [...]. É diante dessa longa série de mandões, de déspotas, de tiranos, de homens inúteis ao progresso ou perturbadores dele que se fixa a atenção estática e absorta da mocidade, escondendo-se-lhe sistematicamente a notícia dos fatos verdadeiramente grandes e dos homens verdadeiramente benéficos [...]; *aqueles, finalmente, que foram na terra os portadores de uma ideia e se imortalizaram dando à humanidade algum dos seus bens*.⁷⁶

Quanto ao ensino religioso, “mais seguro meio de dar a um país a religião que ele não tem; de reunir o maior grupo de homens em torno de convicções comuns sobre os seus destinos eternos, de princípios idênticos sobre o dever e sobre a lei moral”, ele sugere

pôr de parte a teologia, que até hoje não tem produzido senão cisão, conflito e revolta, e *generalizar* pela maior soma de indivíduos a mais perfeita e mais completa concepção do universo, da qual se deduz *a religião verdadeira*, quero dizer: *a suprema regra da vida, a iniludível e imutável lei das nossas obras e dos nossos sentimentos perante a solidariedade humana*. Este é o máximo benefício das *fortes educações positivas*, que, quando não cheguem a dar à

⁷⁴ François Dosse (2005 [2015], p. 160-183), além de abordar o ‘grande homem’ das Luzes (por “méritos pessoais, associados à sua capacidade universalizante”) e o herói e o culto do Ser Supremo revolucionários (mobilizando modelos antigos para legitimar a Revolução, com seus mártires), aborda o herói em meio à história historicizante e ao romantismo, em que se destacam indivíduos que, por seus exemplos, iniciativas, ideias, sintetizam uma época, uma coletividade, “a alma nacional”. Ver: LORIGA, 2011 [2010], cap. I; JUSTINO, 2016, cap. 3.

⁷⁵ MATOS, 1992, p. 52-57.

⁷⁶ “A instrução pública (carta ao sr. ministro do Reino)”. *As Farpas*, Lisboa, jul-ago/1876. Grifos meus.

ciência cultores exímios, *dão sempre à sociedade os homens de bem e formam para a própria religião aos mesmos olhos de Deus uma categoria superior à dos religiosos: a categoria dos justos*. A sanção científica importa muito mais profundamente do que a sanção teológica.⁷⁷

Pouco depois, ele afirma que, como nas “sociedades modernas”, inicia-se no país

a tendência de *reformular o calendário, substituindo as efemérides eclesiásticas pelas tábuas históricas*. Essa tendência revela um progresso. A Igreja tem, certamente, datas memoráveis que a civilização há de manter entre as grandes épocas da humanidade. Mas essas datas, por mais gloriosas que sejam, não bastam para *preencher os fastos da humanidade e para pautar o culto devido à lembrança dos grandes fatos e à memória dos grandes homens*. Se a Igreja tem os seus santos, os seus mártires, os seus doutores, a liberdade, a ciência, o trabalho e a arte têm também os seus e a gratidão humana não deve menos aos segundos que aos primeiros [...]. [Há que incorporar] nos costumes a *fecunda lição aliada ao culto dos grandes homens e à comemoração dos grandes feitos, cerimônias destinadas a tornarem-se as festas nacionais de todos os povos civilizados*.⁷⁸

Importa ressaltar, contudo, que, nessa lógica positivista, reconhecer e preitar os *grandes homens* não equivale a exaltar o papel do indivíduo na história ou a acentuar a importância de ações e vontades singulares para o avanço da sociedade. Entende-se, na verdade, que determinados sujeitos se fizeram *grandes* (e logo dignos de comemoração) por terem compreendido o tempo e o meio em que se encontravam (seu passado, seus condicionamentos, suas particularidades, o sentido de sua evolução); por terem agido de modo a facilitar o futuro teleologicamente apreendido (o *progresso*, enfim), preservando a *ordem*. Na síntese do influente professor Manuel Emídio Garcia:*

1. Os *grandes* homens são o produto de uma evolução anterior; as suas ação e influência seriam nulas ou insignificantes se elas se manifestassem em uma época diferente e se desenvolvessem em um meio diverso daquele que os produziu. Logo, para determinar o valor real e positivo da ação e da influência dos grandes homens, é indispensável estudar também a época e conhecer bem o meio ou estado social que os produziram; 2. Não são os homens que geram os fatos e criam as circunstâncias do seu tempo, mas, ao contrário, são os fatos e as circunstâncias do tempo que geram os *grandes* homens, estimulam e provocam as suas ação e influência reformadoras; 3. Os grandes serviços que uma individualidade poderosa presta [...] são relativamente pequenos, se os compararmos à enorme soma hereditária, acumulada pela experiência de muitos séculos e de muitas gerações; 4. Uma grande descoberta, uma grande invenção [...] nunca saiu completa do cérebro de um único homem; é um produto lentamente elaborado e a consequência de invenções e descobertas sucessivamente feitas e acumuladas durante séculos [...]; 5. No domínio da política, a superioridade dos *grandes* homens consiste em conhecer o passado, compreender bem o presente e prever a direção fenomenal do futuro, impelir e dirigir os povos [...]. “Governar é prever e prover” e para prever é indispensável a ciência experimental positiva.⁷⁹

⁷⁷ *As Farpas*, Lisboa, jul-ago/1876. Grifos meus. Perspectiva afim à ideia ampla de *religiosidade cívica*.

⁷⁸ *Farpas*, Lisboa, jan-fev/1877. Grifos meus.

⁷⁹ GARCIA, 1885 [1882], p. 128-130.

Formulador do positivismo, Comte aplicou a fenômenos humanos metodologias científicas, para que explicações de caráter religioso cedessem àquelas de sua sociologia. Ele aspirava à objetividade e neutralidade reconhecidas nas ciências da natureza (de que espelhou métodos e lógicas, incorporando-lhes a comparação histórica).⁸⁰ Em Portugal, ideias de teor positivista se difundiram, a partir da década de 1870, em escritos e lições heterodoxos que se desvinculavam do que muitos consideravam um desvio do pensador:⁸¹ a sociocracia, decalcada do catolicismo. “As celebrações centenárias são uma das poucas e informais aproximações consentidas à *religião da Humanidade*” (mais relevante no Brasil) pela maior parte dos positivistas em Portugal.⁸² Para Teófilo Braga,*

a filosofia positiva, dando como ideal real a concepção da humanidade para a disciplina dos sentimentos individuais pelo altruísmo e [pela] criação artística tornando essa concepção a síntese de todos os esforços do homem para dominar as fatalidades da natureza, assegurando a sua liberdade pelo conhecimento das leis que prevê cientificamente e que adapta à sua vontade; essa filosofia dá forma a esses sentimentos pela comemoração dos grandes tipos da humanidade em todas as épocas históricas e em todas as nacionalidades. A doutrina positiva da solidariedade humana, sistematizando-se em uma ciência nova, a sociologia, dá também uma disciplina às paixões, tomando como estímulo de ação as emoções tradicionais, dando-lhes apenas o sentido progressivo que elas encerram. É um meio de atuar sobre a apatia mental, que pesa sobre as coletividades. Antes da atividade intelectual, tão difícil de conseguir, é preciso o estímulo emocional da emoção artística.⁸³

Segundo Teófilo, “nas sociedades modernas alguma coisa se passa que, tendendo a satisfazer necessidades de sentimento, vai ao mesmo tempo substituindo as religiões”. Ao lado de exposições e congressos, correspondentes às sínteses ativa (atividade material) e especulativa (atividade intelectual), os centenários de grandes homens e sucessos correspondem à síntese afetiva de que ele fala no trecho acima; relacionada “às novas noções morais da solidariedade humana” e sucedendo antigas manifestações religiosas:

⁸⁰ CATROGA, 1977, p. 10.

⁸¹ Ao se referir à contribuição de Comte, Ortigão apresenta-o como “duplamente dotado com um grande gênio e com uma dispepsia [...]. Deixou duas heranças distintas: a obra do seu gênio e a obra da sua dispepsia. Os discípulos tomaram conta de tudo, repartiram e ficaram divididos em dois grupos diversos. O primeiro grupo, presidido pelo sr. Littré, recebeu a herança do gênio. O segundo grupo, presidido pelos srs. Robinet e Laffitte,* recebeu a herança da dispepsia. E assim ficaram existindo, um por trás do outro, dois positivismos diferentes”. Assim, como outros à altura, ele se demarca do que entende como “ortodoxia”, “cultismo” e “metafisismo” no seio dos positivismos, sem abrir mão do que enxerga de útil na filosofia positiva. (*As Farpas*, Lisboa, out-nov/1876). Deve-se destacar que, em Portugal, via Littré, autores como Teófilo Braga, E. Garcia e Teixeira Bastos desenvolvem uma leitura heterodoxa e menos reacionária do positivismo, que se difunde nos ensinamentos universitário e secundário, incorporando outras influências teóricas de teor científico/cientificista. Ver: CATROGA, 1977; HOMEM, 1989; LUZ, 2004.

⁸² ABREU, 2004, p. 112. A. C. Homem (1989, p. 184-195), pensando a contribuição emblemática de Teófilo a tal respeito, destaca a recusa à rígida hierarquia sacerdotal proposta por Comte, e a valorização da comemoração e da sentimentalidade cívicas positivistas (ideias de que se aproxima Teixeira Bastos).

⁸³ BRAGA, 1880a, p. 359-360 – palavras escritas na sequência do tricentenário camoniano, por ele (um de seus organizadores e teorizadores) percebido como um grande sucesso.

caíram os velhos mitos religiosos diante da concepção científica do universo; decaíram do seu estéril prestígio as classes privilegiadas; perderam o respeito as instituições anacrônicas da política empírica. Efetivamente, sob esta poderosa ação crítica do século, falta-nos um objeto para a nossa veneração condigno da nossa altura moral. [...] Que objeto mais sublime do que a consagração social daqueles que exerceram a sua atividade, a sua afetividade e a sua inteligência, elevando a espécie e fortalecendo-a pela consciência da sua solidariedade?⁸⁴

Nas “festas das consagrações nacionais”, os países devem comemorar “o gênio que é a síntese do seu caráter nacional”, representando “os laços por onde estes povos, mantendo o seu individualismo nacional, se prendem ao grande conflito da história como esforços coletivos que conduziram para a noção da humanidade que se afirma”. Assim,

em vez de desvairar a mente do povo com a repetição de velhos mitos, acomodados pelas alegorias às paixões de cada época e aos interesses de uma classe, hoje procura-se localizar a admiração e a simpatia naqueles vultos que pela sua ação nos fazem sentir a solidariedade humana, que contribuíram para o bem-estar social por uma ideia, por uma intervenção oportuna, por qualquer sacrifício, enfim! Com os mitos tradicionais, caem também as glórias derivadas do acaso do nascimento e do canibalismo das grandes carnificinas militares.⁸⁵

“O Amor como princípio, como base a Ordem e como fim o Progresso”. Tal é a fórmula do positivismo em sua vertente religiosa, articulada em torno da ideia do “Grande Ser”; da Humanidade (em maiúscula) como “*conjunto* dos seres humanos passados, futuros e presentes”.⁸⁶ Comte interpreta a história, espécie de interação entre gerações, como expressão da “lei que regula a nossa marcha temporal”. Essa lógica evolutiva em três estágios/formas de concepção da realidade (teológico, metafísico e positivo) abarca as sociedades em seus aspectos diversos. Quanto à “marcha espiritual”, ela converge para a formulação religiosa positiva, em cujo âmbito se propõe a veneração comemorativa dos *grandes homens* defuntos. Para Comte, a sociabilidade que importa

consiste mais na continuidade sucessiva do que na solidariedade atual. Os vivos são sempre e cada vez mais governados necessariamente pelos mortos [...]. [Há,] em cada verdadeiro servidor da Humanidade, duas existências sucessivas. Uma [*objetiva*], temporária, mas direta, constitui a vida propriamente dita. A outra [*subjativa*], indireta, mas permanente, só começa depois da morte [...]; a nobre imortalidade, necessariamente imaterial, que o positivismo reconhece à nossa *alma*, conservando esse termo precioso para designar o conjunto das funções intelectuais e morais [...]. [Ora], a população objetiva, apesar de sua subordinação crescente à população subjativa, continua necessariamente indispensável a toda influência desta. [...] [Assim,] toda digna existência humana pode e deve sentir habitualmente a utilidade de sua

⁸⁴ BRAGA, 1884, p. V-IX. Escrita um pouco mais tarde; já após os centenários de Camões e de Pombal, a obra representa posterior esforço de reflexão teórica, comparação e síntese das ideias acerca do assunto, demonstrando o modo como o autor se apropria de ideias comtianas. Sua leitura (intencionada) faz-se influente em estudos históricos.

⁸⁵ BRAGA, 1884, p. 4-5, 199-200.

⁸⁶ COMTE, 1895 [1852], p. 61, 75. Por *conjunto* “não se deve compreender aí todos os homens [...]. Posto que todos nasçam necessariamente filhos da Humanidade, nem todos se tornam seus servidores”.

cooperação pessoal nessa imensa evolução que cessaria necessariamente logo que os seus mínimos elementos objetivos desaparecessem a um tempo.⁸⁷

Em seu *Catecismo*, ele inclui um “calendário positivista”, em que se incorporam, a cada dia, mortos ilustres; indivíduos “indispensáveis à Humanidade [...]”; promotores de nossos principais progressos”, a que se concede uma sobrevida subjetiva/comemorativa – apreciados teleologicamente, portanto, eles se dispõem/apresentam em meses temáticos. Expressão e símbolo de diferentes aspectos de um processo evolutivo e ordenado que se pode acelerar/facilitar, o calendário é entendido como um “quadro concreto da preparação humana”.⁸⁸

No 16º dia do 8º mês (dedicado a Dante e à *epopeia moderna*), assinala-se a figura de Luís de Camões. Em Portugal, coube às comemorações camonianas, imbuídas de concepções de inspiração comtiana por alguns de seus organizadores, inaugurar a voga de festejos centenários populares e abrangentes, estabelecendo-lhes um roteiro. Além de teorizações positivistas (a *ordem* como condição para o *progresso*, conduzido e conhecido por uma elite de iniciados na sociologia/filosofia positiva), nota-se, em tais cerimônias, a atualização de ideias que remetem ao culto romântico aos grandes homens do passado nacional; fator de mobilização das coletividades. Em Lisboa, as comemorações foram planejadas e conduzidas por uma comissão executiva eleita entre representantes dos principais jornais, convocados por Luciano Cordeiro.* Em meio a tais organizadores, destacaram-se justamente o prolixo Teófilo e o empenhado Ortigão (responsável pelo aspecto mais marcante do programa festivo: o cortejo cívico que percorreu a capital).

Dirigia o país um ministério *progressista* (1879-1880); partido resultante da fusão de dois grupos opostos aos *regeneradores* (que havia muito contavam com o apoio de D. Luís).⁸⁹ Confrontando-se a sua longa permanência no poder, os *progressistas*

⁸⁷ COMTE, 1895 [1852], p.77-80, 423. Fala-se de uma existência conservada “em nossos cérebros [...]”; intelectual e afetiva [...]; imagens, que reanimarão ao mesmo tempo os sentimentos que inspira o ente que nos foi arrebatado e os pensamentos que ele suscitou. O objeto do culto subjetivo reduz-se, pois, a uma espécie de evocação interior” (p. 100-102). Nesse sentido, a referida sobrevida dos mortos ilustres/grandes homens/servidores da Humanidade (existência subjetiva) concebe-se, portanto, enquanto memória; enquanto representação mental de sujeitos pretéritos/ausentes, sendo seu culto uma forma de comemoração.

⁸⁸ COMTE, 1895 [1852], p. 77-80, 426. O calendário objetiva facilitar o estudo da evolução da humanidade, condensada na história da religião até a fundação da “religião final” (p. 425-427); “a Humanidade substitui-se definitivamente a Deus, sem esquecer jamais os seus serviços provisórios” (p. 482-483).

⁸⁹ Para Sardica (1997, p. 562-565), as duas primeiras décadas da Regeneração foram um “período de experimentação, de clarificação, de adaptação, de depuração partidária [...]. Até a arrumação partidária da esquerda nos anos 70 (isso é, a junção de históricos e reformistas num único partido Progressista), a *vida política portuguesa [...] não configurou um rotativismo de partidos, quando muito um pluripartidarismo de parcialidades*”. A relativa pacificação política se intercalou com períodos de instabilidade; só após a década de 1860 o sistema partidário inicia sua consolidação “vindo, então sim, a dar consistência a um *único* partido de direita liberal monárquica – o Regenerador – e a um *único* partido de esquerda liberal

aproximaram-se, em campanhas contra o monarca e contra o partido *regenerador*, de críticas e bandeiras republicanas (de que se afastaram ao serem chamados a compor um ministério).⁹⁰ Fortalecidos e estabilizados internamente, os dois partidos monárquicos passaram a se alternar no governo; em um relativo rotativismo,⁹¹ assente na corrupção eleitoral e nas prerrogativas do poder moderador.⁹²

Tal cenário era criticado pelos republicanos, que se esforçavam para se estruturar, visando a superar dissidências; apresentando-se como alternativa (nacionalista) externa à dinâmica do regime. O período foi marcado por seu empenho em associações, veículos de imprensa e também em campanhas de opinião.⁹³ Bradavam contra corrupção, ordens religiosas, aumento de impostos, perda de territórios coloniais... questões relacionadas aos tópicos do decadentismo e do atraso do país – dentre cujas causas, na perspectiva de Antero de Quental* (influente figura da *geração de 70*),⁹⁴ destacava-se o catolicismo,

monárquica – o Progressista. [...] O rotativismo que se praticou em Portugal a partir daí não revelou nem a regularidade nem a credibilidade públicas que permitam falar de um ‘bipartidarismo perfeito’”.

⁹⁰ Nas palavras do republicano Basílio Teles (1905, p. 55-74), houve um “movimento de opinião” contra a “excessiva permanência de Fontes [*regenerador*] no poder”. Os *progressistas* se declararam, em comícios, “dispostos a ir, nessa luta contra D. Luís e o seu valido, até à revolução e à república”. E “se o republicanismo, como partido, era efetivamente diminuto, mal podendo vislumbrar-se no meio dos batalhões cerrados dos dois partidos monárquicos em conflito, era em compensação, como *espírito, ideia, esperança*, um fato moral considerável”, não passando despercebido aos *progressistas*, que, ao assumirem o poder, deixaram de lado a “poderosa massa democrática”, reforçando o “partido republicano em embrião”. Ver: CATROGA, 2010 [1991], p. 26-30; HOMEM, 1989, p. 65-66.

⁹¹ Segundo Sardica (1997, p. 597-598), o centro político dividiu-se, “a partir do momento em que a lógica do rotativismo se instalou definitivamente em Portugal, num centro-direita mais ou menos conservador e num centro-esquerda mais ou menos progressista, cúmplices ambos de uma estratégia de ordeirismo centrípeta e solidários ambos na defesa de um *status quo* monárquico que, nos anos 80, já começava a defrontar-se com inimigos posteriores, posicionados nos extremos do sistema”.

⁹² BONIFÁCIO, 2010, p. 96-104; MARQUES, 2004, p. 229-245. Chefe do poder executivo e detentor do poder moderador, ao rei cabiam: a escolha dos ministros (que conduziam a *res publica* a partir das secretarias de Estado, sob sua direção formal e sob a liderança do presidente do conselho de ministros); a convocação das eleições de deputados; as *fornadas* de novos pares (membros da Câmara alta do parlamento, de nomeação régia); a dissolução das cortes, quando “necessário”. Compunham-se, pois, maiorias – legitimando e confirmando o ministério de escolha do monarca. Ver: RAMOS, 2018; SANTOS, 1986.

⁹³ CABRAL, 1973, p. 95-102; HOMEM, 1998. Como demonstra Catroga (2010 [1991], p. 11-32, 63-73), o republicanismo, “de 1848 até 1883, foi sobretudo um ‘movimento’ doutrinal que, no plano orgânico, não superou o estado protopartidário”. Entre 1876 (fundação do Centro Republicano Democrático de Lisboa, que não conseguiu centralizar/agregar os diferentes núcleos regionais) e 1880, assistiu-se a um “inequívoco crescimento de militância”. Em 1878 se elegeu um primeiro deputado, mas só em 1883 se lançaram “as bases para que o movimento ganhasse a expressão de um partido político moderno”. Quanto aos socialistas, desde 1875 organizados em um partido, foram se distinguindo dos republicanos e se afastando da *questão política*, mais atentos à *questão social*, a associações e à imprensa operárias. Para Bebião (1982), “manter-se-ão então, por muito tempo, e é essa a situação na década de 80, numa grupuscular situação de subalternidade em relação ao republicanismo, numa posição de seguidismo político e ideológico”.

⁹⁴ Nas palavras de Rui Ramos (1992, p. 483), a Regeneração teve seu começo na altura em que “o governo do marechal Saldanha e a juventude republicana concordavam em que era preciso parar com a luta entre os partidos para se cuidar da economia e da educação”. Na década de 70, “outros jovens, não menos republicanos, citavam Proudhon e Comte para declarar a Regeneração uma fraude”. Segundo Álvaro M. Machado (1996, p. 38), “aqueles que *geraram* a Geração de 70 foram sobretudo Antero, Eça e Oliveira Martins”. Para eles, “*regenerar* nada tem a ver com o marechal Saldanha ou com Fontes Pereira de Melo.

que, sob a égide da Inquisição e do jesuitismo, havia servido de esteio ao absolutismo e mantinha influências negativas, afastando Portugal do espírito moderno.⁹⁵ Além do apoio buscado em certa intelectualidade,⁹⁶ os republicanos tentavam mobilizar a população, agindo em diversas frentes para regenerar o país; atualizando a memória de glórias pretéritas e o direcionando no sentido do progresso/da modernidade por eles concebida. Ideias simpáticas a uma parcela daqueles que escreviam e debatiam política.⁹⁷

Pela leitura de textos coetâneos que versam sobre o tricentenário, nota-se que as comemorações não foram consensuais.⁹⁸ Em torno do *cantor da nação*; da apoteose do *poeta do espírito nacional* se elaboraram diferentes narrativas, articulando, de maneiras e com intenções diversas, concepções concorrentes sobre Portugal, entre passado, presente e futuro; entre glória, decadência e progresso – tópicos já recorrentes em debates públicos, e que os festejos, os conflitos políticos subsequentes, as mobilizações populares e as críticas de sentido republicano e positivista tornaram particularmente eloquentes.⁹⁹

A despeito da dimensão que assumiram os preparativos, o ministério *progressista* só tardiamente aderiu ao tricentenário; “sem adotar oficialmente o programa da imprensa”.¹⁰⁰ Não se pôs completamente à margem das celebrações, mas se distanciou,

Tem a ver, antes de mais, com as ideias novas vindas do estrangeiro [...] graças ao comboio que vinha de Paris e passava por Coimbra”.

⁹⁵ QUENTAL, 1926 [1871].

⁹⁶ Numa leitura da história e da política influenciada por Antero e Oliveira Martins,* que deram o tom a muito das críticas à Monarquia. Acerca da trajetória e dos cruzamentos da *geração nova* (sujeitos que se conheciam e correspondiam, colaboravam, ajudavam-se, disputavam cargos, afastavam-se, criticavam-se), ressalta-se que, na altura em tela, muitos deles, que sempre estiveram ativos na imprensa, ocupavam postos no governo e em instituições oficiais ou oficiosas, lecionavam em escolas superiores, alguns se integravam nas estruturas partidárias. Ver: RAMOS, 1992; SARAIVA, 1995 [1990].

⁹⁷ Ver: SARDICA, 2018; SERRÃO, 1983, cap. II-III.

⁹⁸ Se Camões era uma espécie de consenso, não se pode dizer o mesmo sobre sua comemoração; sobre os usos do passado por ele representado/*re-apresentado*. Braga (1884, p. 31) afirma, em obras produzidas na altura, que “o nome de Camões é a síntese do sentimento nacional português” e mostra a sua mobilização e valorização em diferentes momentos do passado. Ao fazê-lo, ele recupera referências e movimentos anteriores de associação entre o poeta e a pátria e de retratação dos portugueses diante de sua figura (pagamento de uma *dívida de memória*). Ver: BUESCU, 1993; CUNHA, 2002; M. A. FRANCO, 2011; LOURENÇO, 1999 [1988]; PEREIRA, 2015. Destaca-se a importância do conjunto de documentos publicados por Aranha (1888) e Cordeiro (1887), de periódicos e mais textos comemorativos e críticos vindos a lume na altura, assim como a correspondência de alguns de seus organizadores. A despeito do tom sobredimensionado em relação ao teor popular, republicano, consensual e espontâneo apontado nos festejos, destacam-se, aqui, os seguintes estudos sobre o tricentenário: CABRAL, 1973; JOÃO, 1999; MEDINA, 1986.

⁹⁹ Na perspectiva positivista, o sentido do progresso era informado pelas leis da evolução, percebidas ao longo da história da humanidade – parâmetro para a consideração dos condicionamentos das diferentes nacionalidades. Para Emídio Garcia (1885 [1882], p. 123, 129), “a decadência e o retrocesso significam a evolução em sentido contrário [...]; evolução retrógrada” e denotam uma má condução. Afinal, “no domínio da política, a superioridade dos *grandes* homens consiste em conhecer o passado, compreender bem o presente e prever a direção fenomenal do futuro, impelir e dirigir os povos na sua conquista e realização”.

¹⁰⁰ Nomeação e relatório da comissão do governo (cf. Aranha, 1888, docs. 30 e 48).

desconfiado, da iniciativa capitaneada por elementos *regeneradores* e republicanos.¹⁰¹ Dado seu empenho nos festejos, em contrapartida, ganharam relevo os opositores do governo e do regime (acusados por seu desinteresse nas celebrações e apontados como responsáveis pelo atraso do país).¹⁰² Considerado um êxito por promotores e apoiadores, o tricentenário serviu de modelo e estímulo a comemorações vindouras.¹⁰³ Dois anos mais tarde, chegou a vez do centenário pombalino.

Como Luís de Camões, o marquês de Pombal figura no calendário positivista proposto por Auguste Comte – no 19º dia do 12º mês (dedicado a Frederico II e à *política moderna*). Para a organização de seus festejos, um grupo de *moços acadêmicos*, alunos das escolas superiores de Lisboa, elegeu, em 1881, uma comissão executiva composta por representantes das principais instituições de ensino superior da capital, que, reunindo-se com frequência na sede da Associação Acadêmica de Lisboa,¹⁰⁴ na rua dos Fanqueiros, na Baixa Pombalina, incumbiu-se dos preparativos. Nas palavras de Brito Aranha,

os esplendores do tricentenário do egrégio poeta Luís de Camões, o imortal cantor das glórias portuguesas, trouxeram [...], mais que nenhuma outra circunstância, o centenário do marquês de Pombal. A reforma dos estudos e o muito que incontestavelmente, no conceito de amigos e adversários imparciais, fez o eminente estadista em prol da instrução nacional levaram a mocidade estudiosa a iniciar a festa [...]. Em Camões, existia e existe a personificação da pátria. No centenário do marquês de Pombal, por maiores que sejam os desprendimentos e as abnegações; por mais elevado que se coloque o seu vulto, hão de vir à luz da crítica e das paixões as ofensas, as queixas, as afrontas, as vítimas, as grandes cicatrizes dessas imensas feridas que não estão saradas nem sararão jamais. Quando as paixões políticas e partidárias intervêm nas lutas e nos sucessos e refervem, passados cem anos, os curativos radicais devem julgar-se impossíveis. [...] A mocidade acadêmica lisbonense, no entretanto, fez bem. Acima de todas as considerações, muitas das quais não podem pesar no ânimo incauto, singelo e despreocupado da geração que veio – sem cuidados nas aflições, nos martírios, nas hipocrisias – das gerações que passaram, sorria para ela uma ideia boa e um princípio justo. Se a história tem que julgar fria e severamente, ela entendeu que não podia com o sobrepeso de um encargo superior às suas forças e que a sua missão era celebrar, no primeiro centenário, o político que vira muito longe, antes das violentas e atrozes comoções da

¹⁰¹ Teófilo Braga (1892, v. II, p. 420) escreve mais tarde que “o centenário de Camões foi compreendido pela nação inteira [...], somente os poderes públicos se conservaram em uma ininteligente desconfiança”.

¹⁰² Percebido como decadência, a partir da comparação com as glórias do passado e com o ideal de futuro então proposto. Ver: CATROGA, 1998c; BEBIANO, 1982.

¹⁰³ Para uma reflexão ampla sobre alguns dos centenários portugueses (mas não o pombalino), de 1880 a 1960 (do tricentenário camoniano ao quinquicentenário henriquino – seus organizadores, suas propostas, as instituições, as ideias e os conflitos envolvidos), ver: JOÃO, 1999. Com o mesmo recorte, um enfoque mais centrado nos manuais escolares e atentando ao centenário do marquês (e às relações entre Portugal e Brasil), ver: OLIVEIRA, 2014. Ver também, sobre as *ritualizações da história*, em tais celebrações: CATROGA, 1998 [1996]c.

¹⁰⁴ Também referida como Academia de Lisboa ou simplesmente Academia. Teve seus estatutos aprovados por sua assembleia e reconhecidos oficialmente em março de 1882. Desde pelo menos 1878, contudo, já estava organizada e discutia os referidos estatutos e as atividades de instrução, cooperação e assistência que deveriam ser realizadas em seu seio, em favor dos estudantes da capital, tendo no horizonte, ademais, reformas que ao ensino no país, visando ao “ensino livre”. Ver: ASSOCIAÇÃO, 1882; BAPTISTA, 1878.

Revolução Francesa, as necessidades e urgências da transformação do ensino. Esse é o seu moto.¹⁰⁵

Em fins de janeiro, a Academia lisboeta enviou uma carta aberta aos *acadêmicos* e à colônia portuguesa no Brasil. No documento, conclamando tanto seus patrícios residentes além-mar quanto seus confrades do Império a contribuírem com recursos para as iniciativas, os rapazes lisboetas bem expressam as principais ideias da comissão:

as grandes comoções que afetam a alma deste povo, quer tenham por móvel a centelha do gênio fulgurando através do esquecimento de muitas gerações, quer representem um preito humilde ou grandioso, tributado a um vulto superior que imprimiu à sociedade portuguesa um movimento regenerador, despertam sempre um eco de simpatia em toda a parte onde existe um português; onde quer que haja herdeiros da glória ou responsáveis do futuro desta nação. [...] [Com o centenário pombalino,] trata-se de consagrar para a imortalidade um homem que, há cem anos, marcou no meio social português o vestígio indelével da sua administração. A classe académica de Lisboa apossou-se dessa ideia e resolveu dar-lhe uma realização condigna; entendeu que o melhor e mais útil monumento que se pode levantar à memória do marquês de Pombal seria um *Instituto de Ensino Livre*, onde a ciência se ministrasse aos espíritos liberta de todas as peias teológicas ou metafísicas que o ensino oficial ainda respeita. Desse modo, a obra de Pombal seria prolongada e avivada entre nós e a sociedade portuguesa colheria dessa comemoração festiva um resultado imediato.¹⁰⁶

De acordo com o manifesto abrindo a subscrição pública para tal *Instituto*,

nenhum pensamento exclusivista dita os nossos atos; queremos associar o país aos nossos esforços e fazê-lo participe do entusiasmo e da fé que nos anima. *Sendo a instrução a base do progresso e da prosperidade material das nações, o monumento que nos parece traduzir melhor as necessidades do país, continuando ao mesmo tempo as teorias do marquês de Pombal, será um Instituto de Ensino Livre, onde se empreguem os processos mais perfeitos para favorecer o desabrochar das aptidões e garantir a liberdade dos espíritos.* [...] O fim principal dele é introduzir no nosso país alguns ramos da ciência que ou não existem, ou então apenas vegetam sem valor. Desenvolver e criar o ensino profissional e colonial para satisfazer uma necessidade da nação, animar o estudo da sociologia, da biologia, da antropologia e de outras ciências que não se professam entre nós e que são de uma utilidade incontestável.¹⁰⁷

No texto introdutório de seu programa comemorativo, vindo a lume em março, os acadêmicos ressaltam que, “tratando-se de um vulto tão assombrosamente enciclopédico, difícil foi escolher entre a multidão de meios com que se lhe poderia prestar uma homenagem condigna”. Dentre as propostas aprovadas em assembleia, destacam-se as

¹⁰⁵ [ARANHA], 1882, p. 64-65. A obra elogiosa, anônima e intitulada *Processos célebres do marquês de Pombal*, traz documentação de interesse sobre o marquês e sobre sua apoteose – destacando a importância do acesso aos papéis privados do marquês (posteriormente à guarda da Biblioteca Nacional). Mais tarde, Aranha afirma que recorreu ao anonimato “não para fugir à responsabilidade moral, mas para ter o capricho acaso pueril de poder entrar em concorrência de aparição de meus rabiscos e ouvir os Aristarcos que não soubessem que falavam diante do autor [...]”. A edição desse livrinho foi de 1.500 exemplares. Escrevi-o em uma semana e vi que se exauriu no mercado em pouco mais de um mês. Nunca revelei na imprensa que era eu o autor” (Cf. [Brito & Neves], 1923, p. 33-34).

¹⁰⁶ “Aos estudantes e à colônia portuguesa do Brasil” [26/01/1882], COMISSÃO, 1882.

¹⁰⁷ O trecho consta em: *Diário de Notícias*, Lisboa, 02/04/1882. Grifos meus.

inspiradas no centenário anterior: exposição artística; cortejo cívico pela Baixa Pombalina;¹⁰⁸ sarau literário-musical; iluminações e foguetórios; conferências públicas; impressos comemorativos. Mas também se propõem, ademais da inauguração simbólica do alardeado *Instituto*-monumento: um bazar em benefício dos estudantes pobres; um congresso acadêmico (com delegados das instituições de ensino de todo o país);¹⁰⁹ um passeio fluvial a Oeiras; uma marcha *aux flambeaux* (com os participantes carregando archotes pelas ruas). Segundo os estudantes, além de terem pedido ao ministro do Reino a “coadjuvação do governo” aos festejos, eles lembraram “aos descendentes do marquês de Pombal a conveniência de serem trasladados para os Jerônimos os restos mortais do ilustre precursor da revolução moderna”. Diante da “negativa formal” dos familiares, foram, contudo, obrigados a “pôr de parte por agora essa questão”.¹¹⁰

Sem deixar dúvidas quanto ao teor das comemorações então delineadas, eles apresentam, dentre outros, os pedidos seguintes. Ao poder legislativo, que “seja aumentado o ordenado dos professores da instrução primária [...]; que se reforme, no sentido mais liberal e científico, toda a instrução oficial portuguesa”. Ao poder executivo, o “cumprimento exato dos decretos do marquês de Pombal e [de] Joaquim António de Aguiar a respeito de todas as ordens religiosas; inspeção rigorosa do ensino para obstar aos progressos da reação religiosa”. À companhia dos caminhos de ferro, preços

¹⁰⁸ Na apresentação da proposta do cortejo, os acadêmicos mencionam a ideia de “desfile em frente do busto do marquês de Pombal, que será colocado em um ponto da cidade que a comissão não pode ainda indicar, porque espera que a maçonaria portuguesa escolha a praça onde deve ser erigido o monumento ao grande estadista” (COMISSÃO, 1882). Percebe-se, pois, que se o cortejo é de iniciativa da Academia, a proposta da estátua, na perspectiva dos estudantes, pertence à maçonaria (que a apresenta ainda em 1881). O programa dos acadêmicos se afirma, portanto, em paralelo às iniciativas maçônicas; planeja-se sem a colaboração aparente da maçonaria. Ver os caps. III e IV desta tese.

¹⁰⁹ A tal respeito, a Academia, entendendo ser o centenário “a melhor ocasião de se reunirem todos os estudantes portugueses em um congresso solene, onde se discutam e assentem definitivamente as bases da futura federação acadêmica [...], cuja influência sobre o bem-estar dos estudantes e o progresso da instrução nacional será de grandes vantagens; julga também de grande vantagem apresentar as bases para a reforma do ensino primário, secundário e superior dando-lhe toda a uniformidade”. Algum tempo mais tarde, Teófilo Braga (1892, v. II, p. 423-424) recorda que a Academia inscreveu em seu programa “um quesito obrigando-se a representar aos poderes públicos sobre a necessidade da reforma integral da instrução oficial portuguesa [...], cuja redação nos foi confiada e que a comissão executiva do centenário do marquês de Pombal levou ao parlamento”, publicando o conteúdo de tal documento, desenvolvido em torno da ideia-chave: “que se reforme no sentido liberal e científico toda a instrução oficial portuguesa”.

¹¹⁰ COMISSÃO, 1882. O programa é bastante referido nos periódicos coetâneos, sendo divulgado parcialmente em alguns e integralmente em outros – como no *Diário de Notícias* (Lisboa, 04-05/03/1882). O jornal é um dos que publica com maior empenho os informes da Academia. Os estudantes, aliás, fazem questão de agradecer “a bizarria com que alguns jornais têm dado publicidade aos resultados das nossas sessões, especializando o *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Comércio de Portugal*, *Século*, *Evolução*, *Porta Férrea* etc.” Ademais, ainda informam que a comissão “dirigirá ao país dois manifestos, um com toda a brevidade, pedindo a sua adesão à subscrição aberta pelas academias para a fundação do *Instituto*; outro expondo-lhe a conveniência de se precaver e tomar uma atitude digna e severa contra a invasão dos jesuítas, tão combatidos pelo enérgico ministro” (COMISSÃO, 1882).

reduzidos e um comboio expresso para os estudantes de outras partes do país chegarem à capital. Às empresas teatrais de Lisboa, “a conveniência de levarem à cena”, durante os festejos, dramas “tanto de combate às ordens religiosas, como de consagração aos sentimentos patrióticos do povo português”.¹¹¹

Na altura, estava no poder um ministério *regenerador* (1881-1883). Conhecendo, em primeira mão, o potencial da plataforma crítica que os festejos camonianos haviam oferecido aos opositores do governo *progressista*, os *regeneradores* se envolveram mais diretamente nos preparativos. Buscavam, assim, contornar, controlar e esvaziar os aspectos mais combativos do programa dos académicos; limitando-o em alguns pontos e promovendo, como contraponto, iniciativas oficiais.¹¹² Na introdução à proposta do ministério, explicita-se o foco que se buscava dar à comemoração iniciada pela Academia:

o governo, senhores, quer, como lhe cumpre, associar-se aos votos do povo e às suas honradas manifestações. Deseja convidar a nação a que levante um monumento ao marquês de Pombal. [...] A justificar a proposta para a qual pedimos a vossa aprovação, bastava lembrar o que lhe deveu Lisboa por ocasião do terremoto de 1º de novembro de 1755.¹¹³

Na passagem de tal proposta pela comissão de Fazenda, o *regenerador* Luciano Cordeiro se esforçou por retirar do texto inicial (que incluía um elenco das políticas do marquês, destacando a reconstrução de Lisboa, e também a expulsão dos jesuítas), toda feição “intencionalmente, particularmente liberal” (em seu ver, “uma ideia desastrada”; um “repto de facção”, já que nem todos os portugueses eram liberais).¹¹⁴ Tais esforços

¹¹¹ COMISSÃO, 1882. Reforçam, pois, a continuidade que tentam estabelecer entre 1882, 1834 e 1759 – no documento, após exaltarem as reformas do ensino do marquês, os académicos apontam a “vantagem que advirá à sociedade portuguesa, dando execução aos decretos de expulsão dos jesuítas, decretos que são capciosamente sofismados há cem anos”. Para Luís M. Abreu (2004, p. 13-97), “em relação à política religiosa de Pombal, a linha de continuidade assegurada pelo liberalismo vintista manifestou-se na clara orientação regalista das decisões e na transformação do antijesuitismo em anticongreganismo puro e simples. Quanto a esse último aspecto, a figura do marquês prolonga-se na de Joaquim António de Aguiar, que, como ‘mata-frades’, reduz ainda mais o espaço de livre e diversificada manifestação religiosa no país”.

¹¹² Segundo Bebiano (1982), “os partidos monárquicos tinham aprendido a lição. Procurando evitar que se repetisse o desaire [camoniano], que tão graves consequências tivera para o crédito e a estabilidade das instituições e do *rotativismo*”. Procuraram “conferir às comemorações pombalinas o caráter de ‘unânime’ confraternização dos diversos elementos da nação, buscando assim diluir o caráter combativo e de contestação ao regime que republicanos e socialistas pretendiam atribuir”. Os *regeneradores* tinham “muito mais a perder com a celebração de mais um centenário ‘revolucionário’”. Por isso, buscaram “evitar os ‘excessos’”. Participaram “nas comemorações, não dando, porém, um passo para as incentivar, impedindo certos atos considerados perigosos”. Ademais, atacaram o engajamento de *progressistas*, que colocaram “sua participação nas comemorações sob uma perspectiva de oposição ao governo fontista”, empenhando-se nos festejos e também nas críticas a repressões a estudantes e republicanos.

¹¹³ Proposta de lei n.º 116-C, apresentada pelo governo. Datada do mesmo dia e assinada pelo presidente do Conselho (Fontes Pereira de Melo),* pelo ministro do Reino (Tomás Ribeiro),* e pelo ministro de Marinha e Ultramar (Melo Gouveia) [CAMARA], 1882, sessão de 29 de março.

¹¹⁴ [CAMARA], 1882, sessão de 17 de abril. Também Fontes e Ribeiro se pronunciaram destacando tanto o fato de nem todos os portugueses se identificarem com o liberalismo quanto o aspecto suficiente da homenagem ao marquês pela estátua – destacando a reconstrução da capital; uma festa nacional/consensual.

expressam o receio do ministério. Na apreciação dos deputados ao relatório de Cordeiro, destacaram-se as intervenções do *constituente* Dias Ferreira*¹¹⁵ e do *regenerador* Cunha Belém,* que acusaram o governo de, com suas muitas ressalvas visando a uma suposta unanimidade em relação ao marquês (respeitando objeções de setores mais ou menos antipáticos ao constitucionalismo), retraindo-se na comemoração daquela que entendiam ser a principal contribuição pombalina herdada pelos liberais: suas medidas antijesuíticas.

Um importante legado que, para ambos (e para os apoiadores mais enérgicos do centenário), fazia-se necessário atualizar/recuperar/comemorar combativamente, dado o recente reingresso das ordens religiosas no país. Em seus discursos, explicita-se, assim, a feição embativa do passado que se buscava, de modo específico (intencionado e conectado a questões mais próximas/urgentes), mobilizar – o que ajuda a melhor perceber usos posteriores da figura do marquês. De acordo com Ferreira,

o que distinguiu naquela época o vulto eminente do marquês de Pombal e que o torna merecedor dos festejos liberais é a guerra sem tréguas que ele moveu aos inimigos da liberdade religiosa [...]; os padres estrangeiros, não só os jesuítas, mas outros, que não têm esse nome, e que merecem igual ou maior vigilância da parte dos poderes públicos, vão-se espalhando a pouco e pouco por diferentes pontos do país e os governos assistem tranquilos e indiferentes a esse fato. [...] É preciso que o governo siga de perto esses assuntos, porque pode o descuido produzir graves consequências! Não deixemos correrem as coisas à revelia de modo que se agravem os males e seja preciso depois recorrer a atos violentos, como aconteceu no tempo do marquês de Pombal [...]. Se o governo não estiver atento à marcha dos acontecimentos e se mostrar descuidado em assunto tão grave, podem renovar-se as questões que já tivemos em 1863 a respeito das irmãs da Caridade [...]. Associando-me às festas em honra do marquês de Pombal, associo-me à liberdade contra a reação.¹¹⁶

Belém, de sua parte, afirma:

não tenhamos pavor de dizer que o marquês de Pombal prestou serviços à liberdade! Não é essa uma questão entre regeneradores e progressistas ou constituintes; não é essa também uma questão entre monárquicos e republicanos [...]: é uma questão entre os homens que querem proclamar os princípios da liberdade de consciência e da independência da razão e os homens que querem curvar-se cheios de crença e de reverência à autoridade eclesiástica; entre os homens que olham para o século e para a luz da ciência e os homens que só olham para Roma e para a teocracia. [...] Assim como eles vão no dia 31 de julho rezar na igreja de Santo Inácio de Loyola, deixem-nos ir a 8 de maio rezar a São Sebastião José de Carvalho e Melo no altar da pátria, no templo da liberdade; deixem-nos santificar esse vulto [...]. Na celebração do centenário do marquês de Pombal, vai também alguma afirmação de que veneramos nele o grande estadista que expulsou os jesuítas

¹¹⁵ O partido *constituente* resultou de um grupo parlamentar reunido em torno do mesmo Dias Ferreira, que se organizou em partido em 1871, propondo “reformular em cortes constituintes a Carta Constitucional”. Chegou a ser popular e atraiu “homens de ciência”, mas, na altura em foco, contava com poucos deputados; nas palavras de José Caldas (1901, p. 272, 293), “esse partido, quase sem gente, estava unicamente reduzido a viver das suas ideias”. Dissolveu-se em 1883 (Chagas e também Antônio Augusto Aguiar passam aos *regeneradores*, assumindo pastas no governo). Ver também: MARQUES, 2004, p. 236-237.

¹¹⁶ [CAMARA], 1882, sessão de 17 de abril.

[...]. Pombal foi um revolucionário, foi o precursor da revolução liberal e, reformando tudo, só não pôde reformar-se a si [...]; reformou para o futuro, não podia reformar para o passado. Por isso, foi brutal, como os reformadores do seu tempo. Mas a afirmação do poder real era nessa ocasião ainda um grande passo para a liberdade. Naquele momento histórico, quando se destruiu o poder teocrático para se afirmar o poder real absoluto, dava-se um passo importante, destruindo-se, de duas tiranias, uma, a mais poderosa e temível, pela outra [...]. Queria que ao menos no parlamento se afirmasse que nós, maioria, não somos reacionários [...]. *A festa não pode ser para a reação.*¹¹⁷

Após dois dias de debates, afinal se retiraram, a despeito das críticas dentre setores liberais, as expressões consideradas polêmicas pelo governo. Acrescentou-se, ademais, um apoio pecuniário decidido pelos deputados (contra a postura inicial do ministério).¹¹⁸ Aprovado o projeto *regenerador* em sua nova feição, nomeou-se, em fins de abril, uma comissão oficial – encarregada de promover a subscrição popular para o monumento, com pedra inaugural lançada em 8 de maio (dia de grande gala), e dirigir os festejos (gerindo os recursos autorizados). Presidida pelo *regenerador* António Rodrigues Sampaio,* a comissão era composta por deputados, pares do reino, membros do governo e quatro representantes da comissão acadêmica (os presidente, vice-presidente e secretários anteriormente eleitos pelos estudantes) e passou a se reunir na sede do Governo Civil de Lisboa, sob a atenção do governador do distrito, o conselheiro Arrobas.*¹¹⁹

De sua parte, os acadêmicos (com apoio de alguns deputados, como o *constituente* Manuel Pinheiro Chagas,*) posicionaram-se reativamente, resguardando o que entendiam suas prerrogativas enquanto os iniciadores das comemorações. Da parte do ministério, entretanto, buscavam-se garantias quanto à preservação da ordem e da legalidade nas festas (e também quanto a sua conveniência). De acordo com um curioso relato crítico publicado no *Diário Popular*,*

o propósito do governo era absorver inteiramente em si as manifestações cívicas da iniciativa particular. Os dois acadêmicos presentes protestaram energicamente contra esses propósitos e com tanta justiça pela sua causa, que mereceram os aplausos da assembleia. [...] Queixaram-se amargamente de que

¹¹⁷ [CAMARA], 1882, sessão de 17 de abril. Grifos meus.

¹¹⁸ Tais discussões são retomadas sobretudo nos capítulos III e IV desta tese.

¹¹⁹ *Diário de Notícias*, Lisboa, 30/04/1882; *O Diário Popular*, Lisboa, 30/04/1882. Segundo Paulo S. Sousa (2015, p. 137-138), “os governadores civis eram, desde 1835, a autoridade administrativa máxima nos distritos [...]. O Estado estava organizado como uma pirâmide de poder que tinha no alto o ministro [do Reino], a seguir os governadores civis, abaixo destes os administradores do concelho e na base os regedores e, por vezes, os párocos. [...] Funcionavam, por isso, como delegados do governo, tentando sempre monopolizar as relações entre a periferia e o centro do aparelho do Estado”. Os governadores estavam, portanto, acima de “toda a administração local”, desempenhando um papel de “árbitro dos interesses” e de “distribuidor dos bens, serviços e posições periféricas”. Entre Academia e Arrobas, que há muito se voltava contra a *hidra revolucionária* (os republicanos, que entendia como grande ameaça à *ordem* monárquica), houve, sobretudo a partir do centenário, uma série crescente de embates. Em meio aos imbróglios, que assumiram aspecto caricato (e foram abordados criticamente em muitas páginas de jornais e também em discursos no parlamento), muitos estudantes chegaram a ser presos e o conselheiro acabou por se demitir.

o governo, à última hora, pretendesse usurpar-lhes o que a eles tanto custara a organizar, chamando a si as glórias e a direção do cortejo cívico [...]. O sr. Emídio Navarro* [deputado *progressista*] proferiu então algumas palavras de conciliação [...], achava justas as reclamações dos académicos, enquanto reclamavam para si, inteira e desassombrada, a iniciativa do cortejo cívico; que nem o governo nem a comissão podiam ter intenção de usurpar as glórias dos académicos, que com tanto esforço tinham trabalhado. Mas, por outro lado, tendo o governo de intervir oficialmente nos festejos e havendo só um dia para eles, era necessário que fossem dispostos de modo que uns aos outros não se prejudicassem. Era também necessário que o programa do cortejo fosse de acordo com o governo, para esse lhe dar toda a sua proteção, porque, infelizmente, a respeito do centenário do marquês de Pombal não se dava o mesmo que a respeito do de Camões, pois que havia dissidências e hostilidades. Para que a ordem pública não fosse de qualquer modo alterada por manifestações inconvenientes de qualquer gênero, convinha que o programa do cortejo fosse elaborado de acordo com a comissão [...]; [que,] deixando aos académicos toda a iniciativa na organização do cortejo cívico, [eles] dessem também garantias de respeitar nele e em tudo a ordem pública.¹²⁰

No programa especial elaborado pelos estudantes e aprovado (conforme tais determinações) pela referida comissão,¹²¹ afirma-se que “o préstito cívico é a homenagem prestada à memória do ilustre cidadão, distinto estadista e grande patriota Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro marquês de Pombal, pela pátria agradecida a seus serviços” – a que, enquanto “homenagem inteiramente nacional”, convidam-se à participação todas as corporações. Quanto à ordem a ser observada ao longo do cortejo e à arrumação prévia dos participantes (organizados e incorporados a partir de associações), informa-se:

a formação realizar-se-á na praça do Comércio, com a frente para a cidade, e a sua disposição, à qual se pretendeu dar uma certa harmonia e uma significação do papel que representam os diversos elementos da sociedade portuguesa, traduzirá o seguinte pensamento, já consagrado por uma festa análoga: o Estado no centro, à sua direita a Segurança e a Opinião e à esquerda o Comércio e a Indústria.¹²²

Ademais, antecipa-se que

¹²⁰ *O Diário Popular*, Lisboa, 30/04/1882. No jornal, simpático aos *progressistas*, destaca-se o teor alegadamente conciliatório da intervenção do oposicionista Navarro. Ademais, afirma-se: “se a maioria da comissão se mostrou conciliadora, o governo não parece animado do mesmo espírito. O sr. Arrobas, que aliás não faz parte da comissão, assistiu a toda a sessão, não se sabe com que direito”.

¹²¹ No programa da comissão, nota-se um aspecto duplo assumido pelas comemorações do dia 8. Por um lado, uma programação *oficial*, com a assistência do monarca, da corte, do ministério, do Parlamento, dos titulares e de instituições oficiais na Rotunda, para o lançamento da *primeira pedra* da estátua (seguida do lançamento de uma pedra inaugural de uma escola, por iniciativa da Câmara Municipal). Por outro, o cortejo cívico, na Baixa, logo a seguir, “por iniciativa dos estudantes”. Do préstito, já se anuncia um “programa especial”, a ser divulgado em breve, e ainda se informa que dele podem participar “associações legalmente autorizadas” – o que exclui algumas associações republicanas (cf. Aranha, 1908, doc. 04).

¹²² Cf. Aranha, 1908, doc. 07. A “festa análoga” em questão é o centenário camoniano, que partiu do mesmo local e se dirigiu à estátua de Camões, no Loreto, onde se depositaram as flores. Quanto ao ordenamento então proposto ao desfile, convém recuperar um documento da ocasião, em que se afirma: “procurou-se imprimir à ordem do préstito um caráter principalmente simbólico e nacional: o *Estado* no centro, tendo a um lado o *Comércio* e a *Indústria* e a outro a *Instrução* e a *Segurança*. Na frente, a *Instituição municipal*, base da sociedade portuguesa, e fechando o préstito, a *Opinião* ou a *Publicidade*, garantia e afirmação das *liberdades públicas*” (COMISSÃO, 1880). Não se trata, portanto, do “mesmo pensamento” – basta notar que não se percebe o combativo destaque então conferido tanto ao poder municipal quanto à imprensa.

o cortejo desfilará pelas ruas [da Baixa] [...]. A homenagem é prestada a uma estátua do marquês de Pombal, colocada no intercolúnio do teatro de D. Maria II, onde serão colocadas as coroas e onde ficarão até o dia seguinte.¹²³

O monarca, a corte e os representantes do governo, presentes na inauguração simbólica da estátua conduzida pelo ministério (no topo da avenida da Liberdade), não compareceram, contudo, ao desfile (que teve seu auge próximo ao ponto mais baixo da mesma via). De todo modo, segundo o elogioso (e exagerado) *Diário de Notícias*,*

seguiu, pois, o belo cortejo [...] o seu itinerário pelas ruas ladeadas de alas compactas de povo de Lisboa e das províncias, num número que nos pareceu muito superior ao que presenciou o cortejo camoniano. Talvez porque agora, apesar das contrariedades sofridas pela comissão, já se não acredite nos boatos pavorosos [de *motim/revolução*, que correram em 1880] [...]. O dia estava formoso; o sol quentíssimo, a natureza em alegria primaveral e nas janelas presenciavam com visível júbilo o cortejo milhares de famílias que sobre ele, em várias partes, derramaram profusas flores esfolhadas ou em ramos, saudando satisfeitíssimas as diversas corporações, muitas delas realmente simpáticas e interessantes. [...] Deram-se vivas a tudo quanto há nobre e belo [...]; uma ovação triunfal a todo o cortejo e nomeadamente à comissão académica, que recebeu felicitações de todos e de não menos de 10 mil cidadãos que o compunham.¹²⁴

Se as corporações “levavam os seus pendões, ricamente bordados e de finíssimos estofos, de ouro e prata, sendo com orgulho empunhados à frente das respectivas agrupações”,¹²⁵ os membros de organizações republicanas (proibidas pelo governo de se incorporarem enquanto tais ao préstito) compareceram de modo disperso. Colocando-se individualmente ao lado de grupos autorizados, eles coletivamente decidiram, entretanto, “adotar um distintivo, colocando cada” um, na lapela, “um pequeno ramo de perpétuas”. Segundo o relato do republicano *O Século*,* “a grande maioria dos que seguiam nessa procissão majestosa levavam esse distintivo e davam assim publicamente uma prova bem clara das suas ideias e das suas intenções políticas”.¹²⁶

O cortejo foi aberto e fechado por piquetes de cavalaria da guarda municipal. As diversas corporações, agrupadas e ordenadas de acordo com o programa, desfilarão intercaladas por sete *carros triunfais* (de Lisboa; do comércio, indústria e trabalho; das colônias; da imprensa; da ciência; da instrução militar; da agricultura – decorados, compostos por estátuas e emblemas e puxados por pares de cavalos), dois *carros de flores* (carregando coroas, ramos e buquês oferecidos em homenagem ao marquês) e um *carro de troféus* (dos bombeiros). Ao longo do percurso, sete bandas/fanfarras tocaram o

¹²³ Cf. Aranha, 1908, doc. 07.

¹²⁴ *Diário de Notícias*, Lisboa, 09/05/1882.

¹²⁵ *Diário de Notícias*, Lisboa, 09/05/1882.

¹²⁶ *O Século*, Lisboa, 11/05/1882.

hino do marquês de Pombal, especialmente composto para os festejos por um estudante da Associação Acadêmica.¹²⁷ Mobilizando uma representação de si mesmos e do marquês enquanto precursores do progresso, os rapazes cantaram pelas principais ruas da Baixa – embandeiradas, iluminadas e apinhadas de espectadores curiosos:

Nossa pátria idolatrada,
Por Camões glorificada,
Torna forte e respeitada
Pombal, o reformador
Faz prodígios, o estadista!
Brilha a ciência... e regista
Cada escola uma conquista,
Cada oficina um primor!

[coro] *Nós, herdeiros e discípulos,
De Camões e de Pombal,
Empunhando a pena ou a espada,
Honraremos Portugal.*

Condiscípulos! Eia, avante!
Nosso estandarte brilhante,
Desfraldado, tremulante,
Diga às novas gerações
Que as escolas portuguesas,
Nos estudos, nas empresas,
Nas heroicas gentilezas,
Ganham às doutras nações

[...] *Nós, os homens do futuro,
O amor mais santo e puro,
Em penhor o mais seguro,
Vimos à pátria of'recer;
Hoje, à escola devotados,
Amanhã, talvez soldados,
Sempre, sempre, dedicados
Pela pátria até morrer.*¹²⁸

Na noite seguinte, encerrando com chave de ouro as atividades comemorativas, decorreu, no salão da Real Academia de Ciências de Lisboa (onde havia se reunido, no dia 7, o congresso acadêmico),¹²⁹ a cerimônia inaugural do *Instituto de Ensino Livre*.¹³⁰ Contudo,

¹²⁷ Cf. Aranha, 1908, doc. 07. Segundo a descrição de Ramalho Ortigão (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26/06/1882), “várias fanfarras entremeadas no cortejo tocavam um novo hino: o hino acadêmico”.

¹²⁸ ALMEIDA, 1882. Grifos meus. Ver: Anexo I. A ideia de *homens do futuro*, que pode ser pensada a partir de uma concepção tríplice do presente (que remonta a Santo Agostinho e às ideias de espera, atenção e lembrança), é trabalhada no capítulo I desta tese – relacionada às abordagens de Ricoeur (2012 [1983]) e sobretudo de Reinhart Koselleck (2014 [2000]).

¹²⁹ Como se relata no *Diário de Notícias* (Lisboa, 07/05/1882), a Real Academia (de que Latino Coelho era secretário) cedeu aos estudantes, por dois dias, a imponente “sala da biblioteca”. Apesar de não mais contar com o relevo e a dinâmica do passado, a instituição dispunha de grande prestígio enquanto *congregação oficial* das ciências e das letras, em torno de que se reuniam personalidades de perfil diverso e independente.

¹³⁰ Na *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro, 01/07/1882), Ortigão apresenta um relato crítico dos festejos como um todo e da cerimônia, em particular; dos discursos proferidos e da ideia de ensino livre – seja por sua vinculação a Pombal (a quem ele acusa a censura e o autoritarismo), seja pela relativa liberdade que se experimentava em Portugal: “os professores têm hoje a faculdade de ensinar tudo quanto sabem sobre as matérias que explicam. Não porque essa faculdade lhes seja garantida por uma lei mais sábia do que a do famoso ministro [...]; dentro do sistema hoje em vigor na desorganização da nossa instrução pública, os

a despeito da importância que lhe foi concedida na ocasião e dos recursos para tal fim arrecadados dos dois lados do Atlântico, o *Instituto-monumento* do marquês de Pombal (diferentemente de sua protelada estátua), nunca foi de fato inaugurado.¹³¹

Homem do futuro... homem do seu tempo – visão, previsão e cegueira

Ainda em 9 de maio de 1882, o *Diário de Notícias* anunciou: “publicou-se, anteontem, o número que a empresa da *Biblioteca do povo e das escolas*, do acreditado editor David Corazzi, destinou para o centenário pombalino. É a biografia do marquês de Pombal, com [um seu] retrato”.¹³² Trata-se de uma dentre muitas obras de teor biográfico que vieram a lume na altura – com abordagem e público-alvo diversificados. Parte de uma coleção barata, acessível e instrutiva publicada entre 1881 e 1903, o volume (sem indicação de autoria) é especialmente interessante, em meio a uma produção ampla e diversificada, devido à popularidade da referida *Biblioteca*; publicação relevante em Portugal, e também no Brasil.¹³³ Na parte final do livreto, ademais, explicita-se o sentido que se imprime à recuperação e à difusão da figura do marquês:

despótico e onipotente ministro de um monarca absoluto, Sebastião José de Carvalho e Melo representa na história de Portugal o verdadeiro fundador dos elementos que mais tarde, em 1820, deviam gloriosamente desabrochar ao sopro do constitucionalismo e, quatorze anos depois [1834], desatar-se em sazonados frutos, assentando definitivamente para o nosso país o triunfo solene da democracia.¹³⁴

A iniciativa da *Biblioteca* traz à mente uma anterior coleção instrutiva e acessível. Autor de uma série de materiais de teor histórico visando à divulgação no meio luso-brasileiro,¹³⁵ o referido Pinheiro Chagas (que constantemente se debruça sobre Pombal e

mestres acham-se tacitamente e ilimitadamente autorizados para tudo: para propagar todos os erros da inépcia e para revelar todas as verdades da ciência”. No entanto, Ortigão pouco depois acusa as censuras do governador civil. Curiosamente, ele o faz comparando Arrobas a Pombal e a seu *herdeiro*: o intendente Pina Manique (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 09/06/1882).

¹³¹ Quanto aos valores arrecadados – e ao insucesso da iniciativa, importa referir a prestação de contas do tesoureiro da Academia, publicada alguns anos mais tarde: CRESPO, 1886.

¹³² *Diário de Notícias*, Lisboa, 09/05/1882.

¹³³ Sobre a importância das *coleções/bibliotecas populares* e dos *gabinetes de leitura* na altura, e também sobre a peculiar relevância do referido editor e de seus livrinhos, entre Portugal e Brasil (já em 1882, devido ao sucesso do empreendimento da *Biblioteca do povo e das escolas*, instalou-se um escritório da empresa no Rio de Janeiro), ver: NASCIMENTO, 2001; RIBEIRO, 1999; VENÂNCIO, 2005. Acerca da leitura e dos impressos nos dois países, ver ainda o capítulo IV desta tese.

¹³⁴ [CORAZZI], 1882, [n. 30,] p. 63.

¹³⁵ Ver os exemplos mobilizados ao longo do texto e elencados na bibliografia – dentre os quais aqui se destacam uma *História alegre de Portugal* (CHAGAS, 1880), editada por Corazzi, e uma *História de Portugal (popular e ilustrada)* (CHAGAS, s/d), publicada no Rio de Janeiro. Nem sempre os volumes apresentam sua autoria. O primeiro desses livros é construído como uma conversa à volta da lareira entre um mestre de instrução primária aposentado, recolhido na aldeia de Aqualva, e “um grupo de saloios [...] desejosos de ouvir algumas das histórias que o velho às vezes contava e que entretinham agradavelmente à noite”. Sem “disposição para histórias da carochinha”, ele propõe lhes contar, “em vez de contos de fadas e de histórias de Carlos Magno, a história do que se sucedeu em Portugal”. Em dois trechos particularmente

seu governo) dirige entre 1874 e 1876 a *Educação popular: encyclopedia instructiva e amena dedicada a mocidade estudiosa de Portugal e Brazil*, em cujo seio se publica, em 1875, um número dedicado ao marquês. Logo no início do livrinho, assevera-se:

se há um homem a respeito do qual tenham sido contraditórias as opiniões da posteridade, é decerto este. Uns têm louvado a sua energia, outros, condenado a sua severidade; uns têm exaltado as reformas com que levantou Portugal do abatimento em que jazia, outros têm estigmatizado o seu despotismo. Há justiça de ambos os lados. Cumpre, porém, não esquecer que as virtudes não caminham desacompanhadas dos vícios que lhes correspondem e que todos os homens têm, como os franceses dizem, *les défauts de leurs qualités*. Ao historiador, cumpre não ser o panegirista nem o panfletário, mas o juiz imparcial, que pronuncia a sentença depois de ter ouvido a acusação e a defesa, e ainda mais o filósofo, que estuda serenamente os homens públicos e sabe ver, nos seus crimes, muitas vezes o mesmo motor que o impele às grandes ações.¹³⁶

Afirmando o valor, a seriedade e a imparcialidade da empreitada, esclarece-se: “não pretendemos ocultar os crimes do marquês; recuaremos com horror diante do cadafalso de Belém, apreciaremos os erros do ministro, mas saberemos julgá-lo, contudo, colocando-o no meio em que viveu; observando as influências a que esteve sujeito”. Ademais, reforça-se e se explicita a perspectiva assumida pela obra no que diz respeito à interpretação do passado pombalino e de sua importância para o presente/futuro do país:

não esqueceremos, sobretudo, que, apesar do seu despotismo ferrenho, o marquês de Pombal foi o homem que abriu mais largo caminho às conquistas da liberdade e que, consciente ou inconscientemente, foi o seu machado terrível o instrumento desses gastadores do progresso que desbravaram as matas para que passasse avante o carro da civilização.¹³⁷

Em obra vinda a lume no ano anterior à publicação da *enciclopédia* e que logo ficou bastante conhecida, Latino Coelho* escreve que se Pombal “era, pela novidade singular das suas ideias, o homem do futuro; [também] era, nos sentimentos morais e nos costumes, o homem do seu tempo e da sua nação. [Se] afrontavam-lhe o poder, contestava à provocação com as armas que lhe ministrava a realeza absoluta”. Justificando a violência na ação do marquês (com base no já referido argumento do enfrentamento às resistências por ele encaradas), o professor republicano pondera, invertendo o sentido da responsabilização acusada pelos críticos:

interessantes da narrativa, lê-se: “agora encaminha-se tudo para a liberdade e para a igualdade, e quem é que no nosso país vai concorrer mas para semelhante coisa? O marquês de Pombal. Dir-me-ão vocês: Então o marquês de Pombal era algum liberalão por aí além, como os de vinte? Qual história. Era um tirano. E dos mais ferozes que nunca houve, mas, sem o querer e sem o saber, ninguém mais que ele trabalhou para a liberdade [...]; tratou Portugal exatamente como vocês tratariam [uma] quintarola. [...] As searas da inteligência [...] não podiam medrar, porque as afogava por toda a parte o joio do jesuitismo. Toca a sachar os jesuítas!” (p. 10-11, 140, 142).

¹³⁶ [CHAGAS], [n. 11,] p. 3.

¹³⁷ [CHAGAS], [n. 11,] p. 4.

a quantas cenas lastimosas a história recusaria hoje a sua paleta, se naqueles vinte e sete anos de reformas utilíssimas ao estado popular os privilegiados e os poderosos se resignassem estoicamente a ceder em benefício comum uma parte das suas opressivas preeminências! Mas a nobreza reagiu, repugnou o clero, agitaram-se os inimigos da revolução. O estadista ou havia de resignar covardemente o poder e apostar a sua crença, ou só lhe restava, como esperança de vitória, a audácia em cometer o inimigo animoso e indefeso na refrega. [...] O marquês foi cruel. Mas os seus adversários não lhe deram lugar a que no seu caráter naturalmente severo resplandecesse um raio de clemência e mansidão. [...] Não lhe pesava na consciência o sangue espargido nos suplícios, quando era forçoso consagrar pela violência uma ideia fundamental ou um sistema de governo. [...] Como sempre acontece aos grandes e impiedosos reformadores, coligaram-se, para o odiar e combater, todas as arrogâncias, que abateu, todas as alturas, que nivelou, todas as paixões, que reprimiu. A inveja dos grandes, a quem um homem de modesto berço acurvara humilhados à carroça triunfal. A cólera do clero, a quem forçara à obediência e à temperança no poder. As suspeitas e malquerenças do próprio estado popular, em cuja imaginação operava efeitos mais sensíveis a severidade do marquês do que nos seus incultos entendimentos a grande empresa de reforma universal.¹³⁸

Como a maior parte das apreciações elogiosas sobre o marquês, Latino Coelho contrapõe sua ação não apenas às referidas resistências enfrentadas durante seu governo, mas também às dificuldades devidas ao legado recebido de D. João V (1706-1750); à suposta herança (maldita) do “reinado magnífico, mas desastroso desse [...] pálido reflexo de Luís XIV; desse monarca voluptuário e negligente”. Em outro texto, escrito por ocasião do centenário, o autor, opondo os dois monarcas (absolutos, mas de valor, eficácia e utilidade opostos), afirma que Portugal se encontrava, sob o reinado joanino,

no extremo abatimento, a inteligência degenerada quase até o completo idiotismo, o trabalho esquecido e desonrado, as classes superiores ociosas e os magnatas sugando quase toda a substância da nação, o povo oprimido, misérrimo, envilecido. [...] Era quase uma nação estranha à civilização e às ideias do seu tempo. Era uma organização social incompatível com o progresso. O próprio absolutismo, que julgava concentrar na sua férrea dominação todos os poderes e todas as energias do país, vivia avassalado a uma potência superior, contra a qual já parecia impraticável resistir. O despotismo temporal só podia governar na escassa nesga que depois de crescentes invasões lhe deixara a teocracia supremacia e potestade espiritual. Apesar de sombrio e discricionário como era o governo de um monarca português naquele tempo, todos os terrores se concentravam na tremenda jurisdição do Santo Ofício. [...] O clero e a nobreza representavam as duas grandes forças sociais e repartiam entre si a maior e mais fecunda parte do sólio nacional [...]. O governo da nação residia nas mãos do clero, principalmente dos jesuítas, que indiretamente o exerciam [...]. Eram como uma república solidamente constituída entre um governo de inexcedível laxidão sem os bríos do seu dever e um povo inerte e ocioso sem a consciência do seu direito [...]. A Companhia de Jesus era, por assim dizer, o exército ativo, a primeira linha dessa cruzada temerosa que desde a reforma intentava contraditar e suspender a torrente do progresso e da inovação. O tempo de D. João V é, para as influências clericais, a culminação do seu poder.¹³⁹

¹³⁸ COELHO, 1874, v. I, p. 73-76.

¹³⁹ COELHO, 1885 [1882], cap. I.

Diante de tal cenário, ele entende que Pombal, chamado ao governo pelo monarca seguinte, e fortalecendo o poder régio (reconquistando-o ao clero e à nobreza),

era a *revolução inconsciente*, que vinha tomar das mãos ao débil potentado o cetro que ele mal podia sustentar e menear. *Era o espírito do XVIII século, que irrompia finalmente no Portugal da Inquisição*, principiando as suas ousadas incursões nos paços dos monarcas. *Era, sem o suspeitar e sem o querer, o precursor das reformas democráticas*. Era o terrível adversário da arrogância aristocrática, era principalmente o incansável antagonista da potestade clerical e, por um conseqüência natural, o providente fundador da classe média.¹⁴⁰

Na leitura paternalista, evolutiva e determinista do professor republicano, há somente dois meios, “ambos agros e pesarosos”, para acordar um povo/Estado decadente: a revolução (“energia violenta da própria sociedade, acordando do seu letargo diuturno pela ressurreição da consciência”) e o despotismo iluminado (“força de um só homem, substituída à dormiente razão da sociedade”). A primeira via, mais exigente, pressupõe

necessariamente uns clarões de lume intelectual nas classes superiores, uns restos de hombridade varonil nas turbas populares [...]; que os espíritos de quilate mais subido tenham feito previamente a crítica da sociedade e que, *chamando perante o seu pretório as instituições e os abusos, os poderes e as tradições, o passado e o presente, os interroguem e os condenem em face da razão, do direito, da justiça, em nome da humanidade*. Toda revolução tem de ser precedida forçosamente por uma larga elaboração intelectual. Antes de ser ação, há de ser escola, seita, filosofia. *Antes de ser espada, que combate, há de ser pena, que discute, e livro, que evangeliza*.¹⁴¹

Além de esclarecer sua ideia de que o despotismo pombalino era uma “revolução inconsciente”, tal ponderação lança luz sobre as exclamações dos acadêmicos em seu eloquente hino-manifesto. Afinal, apresentando-se como “homens do futuro” e clamando: “condiscípulos, eia, avante!”, os estudantes lisboetas (“hoje, à escola devotados; amanhã, talvez soldados”) expressam sua disposição para honrar Portugal “empunhando a pena ou a espada”. Se a mobilização conjunta dos instrumentos metafóricos não era uma imagem nova,¹⁴² não se tratava, no caso, de defender o país de ameaças estrangeiras, mas de levar Portugal, por uma série de avanços (sucessivos, determinados e necessários à revolução), a progredir – fazendo frente às demais nações.

¹⁴⁰ COELHO, 1885 [1882], cap. I. Grifos meus.

¹⁴¹ COELHO, 1885 [1882], cap. I. Grifos meus. Sobre a relação entre *despotismo* e *tiranía*, em oposição a *res pública*, ver: CATROGA, 2010.

¹⁴² É uma tópica recorrente, e se não costuma estar relacionada a Pombal, é há muito mobilizada em torno da figura de Camões enquanto poeta-soldado; “aquele que sentiu a sublimidade das nossas glórias marítimas, Camões, foi também um homem de guerra, que ao passo que gastava sua vida nas armadas [...], nas horas de pouso escrevia com o próprio sangue o pregão eterno com que somos conhecidos no mundo” (Mensagem da Comissão de Imprensa à Armada... 23/05/1880. cf. Aranha, 1888, doc. 36). N’*Os Lusíadas*, ele se define como tendo “Numa mão a espada, noutra a pena” e em muitas de suas representações, como em sua estátua lisboeta, no Loreto, é retratado com armadura, portando em uma mão sua espada e na outra, seu livro. Sobre a autorrepresentação dos estudantes (*homens do futuro... empunhando a pena ou a espada*) projetada no centenário, ver o capítulo I desta tese.

Na perspectiva de Latino Coelho, não realizadas as pré-condições imprescindíveis para despertar um Estado pela via revolucionária,

resta apenas que o absolutismo, em vez de esterilizar a gleba que senhoreia, se determine a feitorizá-la com fecundas benfeitorias [...] e que, julgando melhorar o seu próprio fideicomisso, funde sem o pensar para tempos não remotos o patrimônio popular, e cuidando encravar na terra fundamente as raízes da sua duradoura autocracia, lance inconsciente em volta do trono hereditário as sementes da revolução. Triste, mas fatal expediente. Quase ignominioso paradoxo, que a ventura popular haja de manar da terrível cornucópia, meneada pela mão agreste e rude de um déspota intratável e sombrio ou de um torvo e inexorável ditador. Mas assim é a humanidade. Ao povo, quando é infantil pela escuridade da razão ou decrépito pela degradação da consciência, não lhe é permitido dar um passo sem que o leve pela mão essa ama desabrida que se chama despotismo, ou o conduza, tirando-o por um barão, esse guia desalmado que tem o nome de tirania.¹⁴³

A um povo como o português de então; ainda distante das pré-condições/etapas para a revolução (um passo no sentido da democracia/liberdade), apenas restava, portanto, aguardar que “o despotismo, cansado de embrutecer e oprimir espontaneamente se resolva a oprimir e ilustrar”. Justificam-se, pois, as violências pombalinas a partir da consideração de vantagens experimentadas em um futuro já conhecido/antecipado (liberalismo, democracia, República). Latino Coelho entende, em suma, que “a liberdade pode, por uma flagrante, mas aparente contradição, nascer do despotismo” – dando-se, desse modo, “a passageira transação entre o passado, que já se envergonha de existir, e o futuro, que ainda não ousa mostrar-se claramente”. Ele afirma, assim, que, opondo-se ao que havia de atrasado/caduco no país e fortalecendo o poder régio absoluto, o marquês contribuiu (mesmo sem o saber) para a inevitável derrocada de tal poder, ao mesmo tempo que fazia Portugal avançar em direção ao progresso (fatores interligados):

o despotismo é como um terremoto que vem desquiciar e convelir a inteira estrutura da sociedade e deixar dispersos no solo os troços e as ruínas da velha e carcomida edificação, para que dos seus destroços se possa mais tarde erigir e fabricar a nova e mais sólida estrutura. [...] *É preciso acolher e aplaudir os vislumbres de reformação e melhoria que transluzem nas trevas populares pela enérgica vontade de um despotismo inteligente. É então o primeiro alvorecer da revolução, que desce das alturas governativas e prepara em certa maneira a revolução, que há de subir das profundezas sociais.* [...] Empenhe-se o absolutismo e a realza em desbravar-lhe o campo, mondando-lhe o torrão de todas as plantas estereis e daninhas – do poder e da influência deletéria das classes aristocráticas e da tirania das velhas tradições – e bem cedo na gleba regenerada brotará frutuosa a liberdade. É nesse significado *que o ministro onipotente foi o primeiro e grande revolucionário em Portugal. Pensando confirmar e robustecer o trono do seu rei, [...] esteve realmente enfraquecendo a régia potestade e aparelhando o triunfo no porvir à pura democracia.*¹⁴⁴

¹⁴³ COELHO, 1885 [1882], cap. I.

¹⁴⁴ COELHO, 1885 [1882], cap. I. Grifos meus.

Nas palavras do muito influente Francisco Luís Gomes,* vindas a lume ainda em 1869, “nenhum dos grandes homens foi mais do que o marquês de Pombal um poderoso cego, nem representou de uma maneira mais completa um papel diverso do seu”. Afinal,

julgando estabelecer em Portugal um governo quase despótico, representado pelo rei, e tendo por cortejo a nobreza e por sustentáculo o povo, [...] não fez mais do que aplinar o caminho por onde os burgueses deviam avantajarem-se. [...] *Não deu aos portugueses as instituições liberais de que gozam atualmente [...]. Porém deu-lhes a instrução pública, extinguiu as absurdas diferenças de classes que existiam entre o povo e elevou os burgueses pelo mérito*, até uniu-os aos nobres que deles julgavam-se separados por um abismo, *emancipou o país do domínio do clero, extirpou o fanatismo e as superstições e preparou enfim a liberdade, criando todas as condições que conduzem a ela.* [...] Portugal não teria chegado ao governo livre e democrático sem os bárbaros preparativos do marquês de Pombal? Nós não o acreditamos. A ele teria, sem dúvida, chegado, levado por seus próprios instintos, pelo exemplo e pelos progressos da civilização. *O marquês de Pombal não fez senão adiantá-lo; apressar seu andamento, porque esse homem foi para Portugal uma verdadeira revolução, ou antes um cataclismo social e político.* [...] Foram seus planos e a necessidade do papel que lhe coubera por sorte, que o tornaram [despótico]. Tendo nascido com um coração sensível, os acontecimentos tornaram-no severo, cruel e insensível.¹⁴⁵

Também influente, relativizante e teleológico, Emídio Garcia (que publica seu estudo sobre Pombal na mesma obra comemorativa em que se encontra o texto de Latino Coelho) demarca-se de iniciativas celebratórias e de narrativas históricas correntes e alegadamente consensuais no ambiente luso-brasileiro de Oitocentos. Ele critica, nesse sentido, os argumentos para as celebrações em torno da figura de D. Pedro IV/I em Portugal e no Brasil. Para o professor positivista,

a passagem do governo absoluto para o regime parlamentar do constitucionalismo monárquico explica-se [nas narrativas históricas mais difundidas] pela generosidade patriótica [1820], e depois [1834] pelos heroicos esforços e poderosa influência de D. Pedro IV [1826]; a independência do Brasil [1822], longe de ser um produto espontâneo das circunstâncias e imposição de uma lei de desenvolvimento orgânico [...], é, para os brasileiros, um favor da Providência e uma dádiva principesca do primogênito de D. João VI [1816-1826] e, para os portugueses, um castigo de Deus e uma dupla traição do príncipe ao pai, espoliado daquela parte dos seus domínios, e à pátria, privada dos seus recursos.¹⁴⁶

Em sua perspectiva, tal modo de encarar os *fenômenos sociais*, partindo de considerações de curto alcance, ignora “as leis fixas que os agregam e encadeiam regular e indissolúvelmente, por suas relações de antecedência, coexistência ou simultaneidade e

¹⁴⁵ GOMES, 1870 [1869], p. 113-114. Grifos meus. Além de muito referido na altura do centenário, Azevedo (1990 [1909], p. 7-8), um pouco mais tarde, aponta o estudo (publicado em Lisboa em 1869, em francês, e aqui citado a partir de em uma versão em português, vinda a lume no Brasil já no ano seguinte) como “obra, a todos os respeito notável, e a primeira, digna da história, que sobre o assunto se escreveu. Usando de documentos dos arquivos públicos, o autor pôde com suficiente exatidão retratar a personagem, narrar os fatos que andavam deturpados, muitas vezes pela malevolência, outras tantas pela lisonja e desautorada foi a parcialidade dos panegiristas como a má vontade dos detratores”.

¹⁴⁶ GARCIA, 1885 [1882], p. 126-127.

consequência”. Ele entende que “[n]a história e [n]a política assim compreendidas e assim explicadas, o destino das nações e da humanidade [é] entregue exclusivamente ao gênio e à vontade dos *grandes* homens”. Ao contrário de tal abordagem, Emídio Garcia busca compreender “a ação e a influência do marquês de Pombal *na evolução política da nacionalidade portuguesa*”. Em seus esforços, ele tanto *contextualiza e relativiza* a ação violenta do marquês (enquanto homem do seu tempo, enfrentando poderosos inimigos), quanto *projeta os resultados* de suas iniciativas *no futuro* menos imediato (considerando, pois, uma cronologia mais ampliada, que expressa o *progresso*). Eis a sua grandeza:

Pombal, que *conhecia a história* geral da civilização e particularmente da nacionalidade portuguesa, *possuía, além da positiva compreensão do presente, a clara previsão do futuro*. Sabia que as reformas sociais não devem começar por uma superficial renovação morfológica do governo, mas por uma renovação íntima das condições de existência do organismo. [...] *Procurando evitar a revolução, prepara, por uma renovação geral e profunda dos elementos orgânicos da sociedade portuguesa, uma transformação política, econômica, administrativa, moral e jurídica correspondente*, tendo, porque não podia deixar de ter, a convicção de que a mudança na forma de governo, apropriada ao novo estado social, viria fatalmente, como consequência inevitável e produto espontâneo dessa renovação. *Não foi, nem podia ser, revolucionário na rua, à frente do povo; foi revolucionário do seu gabinete, ao lado do rei*. Não empregou a liberdade nem invocou a democracia, para, em um momento, destruir o poder e a autoridade e arruinar o absolutismo, *serviu-se do poder e da autoridade despótica para fundar a liberdade e preparar o futuro da democracia*. O marquês de Pombal foi, no seu tempo, um oportunista ao serviço da revolução.¹⁴⁷

Ainda em 1869, Garcia afirma, em um pequeno e conhecido livro: “não foram só os germens da civilização, despontando ao sol da renascença, a luz irradiada pela filosofia do século XVIII, o brado universal de 1789, as armas de Napoleão I, o drama sanguinário de 1817 que prepararam a revolução de 1820”. Percorrendo o passado de Portugal, passando por 1385 (Batalha de Aljubarrota) e 1640 (Restauração), entende que o governo pombalino foi o “prólogo fecundo das revoluções” e o marquês

o precursor admirável do liberalismo! Foi uma luta gigante dos oprimidos contra os déspotas; a reação social contra a reação ultramontana; luta na qual

¹⁴⁷ GARCIA, 1885 [1882], p. 124-131. Grifos meus. No mesmo volume em que se encontram as contribuições de Emídio Garcia e Latino Coelho, consta um texto de Silvio Romero* (1885 [1882]), que busca, de sua parte, esclarecer a importância do marquês para *a evolução da civilização/nacionalidade brasileira*, apontando que “Pombal foi um fator poderoso do desenvolvimento do Brasil; foi um agente de diferenciação pátria [...]. Por meia dúzia de fatos capitais compreender-se-á todo o alcance da ação do estadista sobre o desenvolvimento do Brasil: a) a abolição dos últimos direitos feudais e a reversão para o Estado das capitanias restantes; b) emancipação dos índios [...]; c) expulsão dos jesuítas e derrota de seus planos antinacionais; d) facilidade de viagem para navios do Brasil e criação de companhias de comércio [...]; e) elevação do país a vice-reinado com a mudança da capital para o sul, criação de uma Relação e de escolas públicas; f) cuidado às nossas questões de limites ao norte e ao sul. [...] Por seus atos, contribuiu para o desenvolvimento normal deste país, como nação latina, como um prolongamento da civilização ocidental. É esse o seu título aos olhos dos brasileiros. Os últimos cem anos que passaram sobre a morte desse grande homem não confirmaram suas esperanças e ideias sobre o Brasil. Devemos considerá-lo como um dos agentes do nosso progresso. [...] Sim, fica insculpido em nossa história”.

a liberdade pareceu sucumbir e deixar-se esmagar debaixo dos pés da aristocracia orgulhosa e da clerezia degenerada e pervertida, para mais tarde ressurgir e erguer-se do mal encerrado túmulo vigorosa e ousada, para cantar no dia do merecido triunfo o hino da vitória.

Nesse sentido, ele assevera: “entre as causas remotas, mas essenciais determinativas, da transformação liberal que depois se operou, devemos considerar, como uma das mais importantes e eficazes”, não a ação imediata dos vintistas ou de D. Pedro e seus homens, e sim “o governo forte e enérgico, a administração sábia e ilustrada, a política severa e por vezes intolerante do marquês de Pombal”.¹⁴⁸

Por meio de recuos e avanços no tempo (entre um passado envergonhado e um futuro receoso, nas palavras de Latino Coelho); informados e enformados por uma lente teleológica e cumulativa (que visa a relativizar, justificar e neutralizar aquilo que ainda incomoda na memória sobre o despotismo pombalino), conforma-se uma imagem de Pombal (reclamando-lhe cegueira e/ou previsão) como “proto” liberal, revolucionário, democrata, republicano... antirreacionário, em suma.¹⁴⁹ Uma entre outras representações deformadas e intencionadas desse passado. Mobilizada, comemorada e atualizada de diversos modos ao longo do tempo (com particular intensidade no centenário de 1882), tal duradoura representação se pretende, a despeito de seu teor a-histórico, depreendida de toda parcialidade; isenta, documentada e verdadeira, enfim.

Daí a curiosa assertiva do professor positivista, que reivindica em seus escritos a autoridade do discurso histórico (lugar institucional, método e fontes) em seu esforço para confirmar uma imagem mítica: “abone a história imparcial a verdade que o paradoxo esconde [...]; que a realidade histórica do grande Sebastião José de Carvalho e Melo corresponde à poesia da legenda, provam-no muitos documentos, cuja autenticidade não pode ser contestada”.¹⁵⁰ Tal imagem, contudo, não é criticada apenas por setores ditos reacionários – que se opõem aos valores a que se pretende vincular o passado pombalino

¹⁴⁸ GARCIA, 1869. Ele apresenta a obra como “parte de um livro que o autor compôs e escreveu em 1866, quando a aparição do projeto do código civil no seio da representação nacional levantou, servindo-lhe de pretexto, porfiada luta entre o partido liberal e o bando reacionário”, que permaneceu inédito, em seu conjunto, e teve algumas partes publicadas na imprensa (então reunidas no pequeno volume). Segundo Bebião (1982, p. 410), o texto “parece constituir o primeiro que o positivismo português produziu acerca da figura do marquês” e foi refundido no volume impresso em 1885 (e que se remete a 1882).

¹⁴⁹ Tanto liberais, como Chagas (e sobretudo aqueles próximos à maçonaria), quanto positivistas e republicanos, como Garcia, mobilizavam, com diferentes acentos e vinculada a projetos políticos distintos, a imagem de um marquês antirreacionário. Para importantes considerações sobre referências a Pombal em discursos políticos e históricos anteriores, ver os já mencionados: MATOS, 2010 e TORGAL, 1984.

¹⁵⁰ GARCIA, 1869. É curioso apontar que a muito conhecida e citada obra de Maxwell (2015 [1995]) já em seu título indicia como, passado mais de um século, os historiadores continuam a se debruçar sobre o alegado *paradoxo*: Pombal encarado entre despotismo e iluminismo. *Paradoxo* também referido, como visto, por Latino Coelho (1885 [1882]).

e seus constantemente retomados projetos reformistas. Também dentre republicanos e liberais se lançam certas críticas à comemoração do marquês em tais termos; críticas devidas não a uma discordância em relação a esses valores, e sim ao empenho de se negarem a Pombal as justificativas e relativizações teleológicas que permitem apresentá-lo como precursor das liberdades supostamente defendidas e visadas por tais grupos.

Na perspectiva de Ramalho Ortigão, opositor do centenário do ministro (após ter colaborado com o tricentenário do poeta), por exemplo,

o vulto grosseiro desse ditador [...], levantado em triunfo como um símbolo de progresso e de liberdade, com a sua cabeleira de rabicho, com os seus autos do Tribunal da Inconfidência e os seus cadernos da Intendência da Polícia debaixo dos braços, faz-nos o efeito de um velho monstro paleontológico, desenterrado das florestas carboníferas e reposto, com palha dentro, no meio do espanto da flora e da fauna do mundo moderno. [...] Desde 1789 até hoje, todos os esforços dos povos cultos têm tendido precisamente a enterrar o princípio que nós ressuscitamos com a apoteose solene de um estadista. Todo o imenso trabalho da reconstituição social durante este século tem consistido para todos os homens livres em negar aquilo que a memória do marquês de Pombal afirma; em eliminar a ação do Estado sobre os atos dos indivíduos, reivindicando sobre os restos das velhas tiranias autoritárias todas as liberdades proclamadas pela Revolução: a liberdade de imprensa, a liberdade de cultos, a liberdade de ensino, a liberdade de associação, a liberdade de reunião, a liberdade de comércio, a liberdade de indústria, a liberdade de trabalho. A personalidade de um estadista da escola do marquês de Pombal representa a negação expressa de todas essas liberdades; a revivescência do antigo despotismo monárquico.¹⁵¹

Ainda antes, Francisco Luis Gomes critica as muito referidas/acusadas violências do ministro, ponderando: “de que meios lançou mão para chegar à realização de seus vastos planos! Empregou todos os artifícios, ainda os mais vis e os mais iníquos [...]; maculou sua glória, alienou de si a simpatia do mundo e mereceu o juízo severo da posteridade”. Ele conclui, no entanto, que “Pombal é como o sol do inverno que ora brilha em todo o seu esplendor, e ora cobre-se de nuvens espessas. Sua glória e sua grandeza sofrem das injustiças que ele causou a seu próximo e dos meios que empregou”. Quanto a seu esforço diante de coetâneos e pósteros, afirma:

o marquês de Pombal desejava elevar um monumento que pudesse fazê-lo passar à posteridade. Não tinha confiança na história e temia tanto mais o encarniçamento de seus detratores, quanto estava persuadido que seus partidários não lhe sobreviveriam; sabia que os aduladores são insetos que necessitam de sangue quente para se nutrir. Queria confiar sua glória à rigidez do bronze e não à inconstância dos homens. Sinceramente devotado à pessoa do rei, ou afetando sê-lo, Pombal quis que se erigisse uma estátua ao rei, reservando somente para si pôr o seu retrato em um medalhão sob o monumento. [...] [Assim,] entre os emblemas que deviam ornar o pedestal, havia um soberbo medalhão representando o marquês de Pombal. Era mais que um simples ornamento, era o complemento da estátua. [...] A reação que se

¹⁵¹ *As Farpas*, Lisboa, jun-jul/1882.

acompanhou a desgraça deste ministro [...] roubou o medalhão no reinado de D. Maria I [1777-1816]. Felizmente, a justiça não está sujeita aos caprichos das paixões. Um príncipe liberal e esclarecido, Pedro IV, restabeleceu, no século atual, o retrato do grande ministro tão cobardemente roubado.¹⁵²

A despeito de sua contribuição para o alegado progresso do país (e de seus esforços de memorialização), Latino Coelho entende, de sua parte, que apenas “quando haviam já passado largos anos depois que Sebastião de Carvalho pertencera à ferrenha jurisdição da história, principiou a posteridade a ser mais justa do que foram com ele os seus contemporâneos”. Seja em 1833, pelo decreto de D. Pedro IV visando à “reparação devida à [sua] memória [...], ordenando que no pedestal da estátua equestre fosse reposto o [seu] medalhão”; seja em 1856, quando, já sob D. Pedro V (1853-1861), “as cinzas do estadista [...] foram desde Pombal trasladadas solenemente para Lisboa”.¹⁵³

Entretanto, ele ressalta: “a grande e soleníssima apoteose do eminente reformador estava, porém, guardada para quando cem anos se perfizessem depois que se escondera no sepulcro [...]. Por louvável e generosa diligência dos estudantes de Lisboa [...], no presente ano de 1882” se realizou, enfim, “a mais aparatosa manifestação”, com a participação de “milhares de pessoas”, de diversas corporações e localidades. Na ocasião,

Portugal inteiro apreciava os beneméritos serviços do grande homem à civilização puramente secular e à moral emancipação do povo português. A festa magnífica do centenário foi como que a solene canonização civil de Sebastião José de Carvalho e Melo. Por ela ficou autenticamente inscrito o nome glorioso do estadista no livro de ouro onde se registram os beneméritos da humanidade [...]. Não é o favor nem a lisonja quem assim decreta a imortalidade ao homem que há um século passou. Quando do que teve de humano, de caduco, de terrenal só resta um pouco de pó, quando o seu poder é uma memória, a sua grandeza um nada, as homenagens rendidas ao seu nome e à sua glória representam a justiça indefectível da austera posteridade.¹⁵⁴

Nesta tese, exploram-se aspectos dessa duradoura representação do marquês como um protodemocrata; personagem-chave do antirreacionarismo posterior a seu governo. Vinculada a esforços de setores liberais e republicanos (que se apresentam como seus herdeiros, relativizando aspectos negativos de seu histórico), a tal representação se contrapõem sobretudo grupos relacionados à *reação/ao tradicionalismo* (que questionam vantagens e inovação em suas medidas, e destacam o teor violento e despótico de seu governo). Apesar de seu aspecto bastante reducionista, tal oposição ainda hoje se faz notar em narrativas sobre o marquês. Para explorá-la a partir de uma ocasião menos matizada

¹⁵² GOMES, 1870 [1869], p. 113-114, 94-95. Grifos meus. Sobre estátua, medalhão e questões relativas aos monumentos como recursos que, sobrepondo-se ao tempo e a contingências, visam a perenizar determinada representação do passado (tópico que a citação acima traz à tona), ver o capítulo III desta tese.

¹⁵³ COELHO, 1885 [1882], cap. CVII. Acerca de tais episódios, ver os capítulos II e III desta tese.

¹⁵⁴ COELHO, 1885 [1882], cap. CVII.

(de que resultaram, entretanto, imagens persistentes/recorrentes), debruça-se aqui sobre eloquentes registros do primeiro centenário fúnebre do marquês, que se propõe revisitar.

No que diz respeito à relação entre historiadores atuais, em suas pesquisas, e festejos comemorativos de teor nacionalista (tendo em vista suas particularidades na perspectiva sobre a história e na mobilização do passado), recordam-se, por fim, as ponderações críticas de Vitorino Magalhães Godinho. Para ele,

a história não é comemoração; nada tem que ver com comemorações, é somente o esforço de compreensão do passado [...]. Menos ainda se compadece a história com a determinação dos factos à força de decretos. E que têm que ver a vida, as preocupações e todos os homens com as flores de retórica que, quando se convencionava comemorar algum feito, profusamente se derramam sobre o seu mito ou a sua miragem romântica?

Contestando mobilizações ufanistas e artificiais de aspectos selecionados do tempo pretérito por ocasião de efemérides, o historiador aponta que

os aniversários e centenários só podem ser úteis se constituírem ensejo para estudar problemas, meditar diretrizes, criticar certezas dogmáticas; caso contrário, mumificam os vivos, sem ressuscitar os mortos. Esse espírito saudosista de comemorações incríticas significa que há interesses em desviar as atenções das questões actuais, em evitar que se reflita clarivamente e se colham informações objectivamente sobre elas; representa o esforço de impedir que o presente se transforme em futuro, o esforço de fazer regressar *hoje* ao que foi outrora. Tal tradicionalismo, apresentando-se como defesa das glórias do pretérito, mutila-as, decepa a tradição.¹⁵⁵

As palavras de Magalhães Godinho se contrapõem, pois, ao aspecto mitificador assumido por iniciativas e discursos recorrentes em celebrações de aspectos do passado, como as aqui em tela, ressaltando a importância de encarar a história como problema. Neste trabalho, não se propõe celebrar ou compreender Pombal, e sim tomar alguns dos muitos registros históricos relacionados a determinadas comemorações de suas medidas, em diferentes momentos, como objeto de investigação/reflexão sobre narrativas a seu respeito. Nesse sentido, em vez de declarar imparcialidade, interessa-se por parcialidades.

¹⁵⁵ GODINHO, 1947, p. 10-12. O autor questiona as feições assumidas pelo centenário da descoberta da Guiné (1946), sob o Estado Novo. Crítico ao comemorativismo nacionalista do regime (a que contrapõe novas perspectivas e problemas, a partir de bases seguras), aponta que, se “até 1923-4, as navegações henriquinas compuseram um quadro estável de ‘certezas’; o tema dava lugar a variação de adjetivação, a maior ou menor lirismo de arroubos, contudo o ‘fundo’ era sempre idêntico, as afirmações passavam de uns para outros autores sem discussão incomodativa; em vez de história viva, caíra-se nos exercícios de retórica para engalanar comemorações. Entretanto, pacientemente, cegamente, a erudição carregava materiais que viriam a ser úteis à síntese histórica”. Ele pontua o avanço em investigações (fora do âmbito das universidades), pondo em causa as motivações ao “oficialmente comemorar” o centenário, que “de maneira geral, manteve-se à margem do labor histórico sério que tem renovado os pontos de vista tradicionais”. Godinho também se debruça sobre questões historiográficas, contrapondo-se a interpretações que considera ultrapassadas e desonestas, ao recusarem estudos e debates sadios, na medida em que tais esforços põem em xeque certezas dogmáticas. “Basta de falsificações do passado. A história é ciência, e não apologética, e não aclamação acadêmica [...]. Um dos caminhos é o da história séria, fundamentada, corajosa, verdadeira; o outro é o do delírio, da retórica, da mistificação”.

Debruça-se, nas páginas que se seguem, sobre uma pequena mostra dos abundantes textos que resultaram de polêmicas e prolíficas celebrações do marquês, refletindo acerca da imbricação entre as dimensões histórica e mítica da figura do ministro, atentando a certos usos desse *passado pombalino*.

Mais ou menos deformadoras e intencionadas, as formas como se mobilizou tal passado em cada caso assumem, assim, relevância. Não estão em questão, insiste-se, Pombal e o reinado de D. José, mas suas representações em diferentes passos da posteridade (pretérita).¹⁵⁶ Parte-se, pois, da ideia de que “os holofotes voltados para as celebrações” projetam “um feixe de luz sobre” o passado comemorado, “que se refrata em imagens múltiplas e memórias diversas”,¹⁵⁷ cabendo a mesma metáfora para se ponderar sobre o presente da comemoração. Na medida em que “clarificar é muito mais uma questão de trazer à luz as complexidades do que tentar simplificá-las”,¹⁵⁸ pode-se pensar criticamente o “trabalho de fabulação” que tais solenidades suscitam e também “o modo como esse fluxo cria uma realidade imprecisa a partir da ficção”.¹⁵⁹

Na esteira de Paula Montero, propõe-se, assim, “tomar as celebrações do passado como pretexto”. Em suas reflexões, a antropóloga considera “a celebração como um rito constituinte de toda a vida social, uma vez que produz os vínculos dos indivíduos com o todo e reaviva os seus sentimentos de pertença”. Afirma, ademais, que “a celebração é sobretudo memória: sem a lembrança dos homens, deuses, heróis, eventos, cessam de existir”. Montero não parte, contudo, da consideração da memória visando a redescobrir a história. Pensa, em vez disso, “o modo como a memória se apropria da história para neutralizá-la ou torná-la mito”; como “os acontecimentos reconhecidos pela consciência histórica passam a operar na forma de mito”. Em tal perspectiva, espera-se lançar luz à “operação na qual os acontecimentos históricos são manipulados por grupos específicos com o intuito de produzir significações particulares”.¹⁶⁰

Em esforço afim, busca-se compreender como, nas comemorações pombalinas abordadas, associam-se recordação e esquecimento; como os grupos nelas envolvidos

¹⁵⁶ A relação entre as instâncias do tempo é abordada no capítulo I, sob influência de Reinhart Koselleck.

¹⁵⁷ MONTERO, 1995b.

¹⁵⁸ POCOCK (Cf. Martins, 2010).

¹⁵⁹ MONTERO, 1995b.

¹⁶⁰ MONTERO, 1995a, p. 13-17. De acordo com W. Frost e J. Laing (2013), “commemorative events provide fascinating insight into how societies see themselves, their heritage and their identity. These events carry high propensity for controversy as memory and identity are highly subjective and other stakeholders hold different views of what should be commemorated and why”.

“organizam o passado, quais aspirações carregam e quais possibilidades descartam, qual a natureza, pois, das divergências que os separam”. Além disso, ampliando os marcos cronológicos e pensando relações mais amplas, atenta-se a como, em meio a documentos, discursos, cerimônias e marcos comemorativos referentes ao marquês, diferentes “tempos históricos se sobrepõem e se interpelam mutualmente”, buscando ampliar a compreensão de tais imagens e concepções sobre o passado, “refratadas em tempos múltiplos”.¹⁶¹

Na linha das reflexões desenvolvidas por Manuela Tavares Ribeiro, entende-se ainda que, em certo sentido e com as devidas ressalvas e problematizações,

celebrações, comemorações e centenários não são inúteis nem inexpressivos, quer para a instrução do cidadão, quer para a “ilustração” do historiador. [...] Referentes da memória colectiva, perdem-se no esquecimento ou emergem da sepultura dos anos com manifestações que despertam entusiasmos e suscitam interrogações. Estudar uma comemoração implica a análise de questões relativas ao sentido e às funções do fenómeno de rememoração. Para além das palavras, dos símbolos, das festas – manifestações da consciência comemorativa – há também o lugar da história na sociedade que se quer, assim, ser celebrada.¹⁶²

Ademais, ao pensar a relação dos coetâneos com a história (seus parâmetros, sua relevância, seus interesses), importa considerar os recortes empreendidos, atentando-se à maneira como, em tais manifestações, relacionam-se passado, presente e futuro. Para José Jobson de Arruda, enfim,

nas comemorações, como xamãs da história, invocamos o passado. Qual passado? Não qualquer um! Mas um passado preciso, circunstanciado, necessariamente parcelar, recortado a partir das representações do presente, modelagem ideológica que o reduz às suas mínimas expressões apropriadas, escoimadas as dimensões que poderiam comprometer as bases da aliança indissolúvel entre passado, presente e futuro. [...] [Tais aspectos] retornam do passado para serem imediatamente dissolvidos no presente, assimilados em sua palatabilidade e, de novo, relançados à sua origem, de onde ressurgirão na oportunidade da próxima comemoração. Faces iluminadas; perfis nublados. Mutilações inevitáveis operadas pela ação seletiva do presente.¹⁶³

¹⁶¹ MONTERO, 1995a, p. 22-25. Paula Montero reflete, no texto, sobre as comemorações do V centenário do descobrimento da América – entre o mito e a história; dispõe-se a “analisar as celebrações como um drama que mobiliza metáforas, símbolos e paixões nos permitiu colocar no foco de nossa interpretação os mecanismos de manipulação de uma memória, que na sua existência concreta é fragmentada e difusa, mas que as comemorações [...] organizam e domesticam. Nesse movimento está a raiz dos conflitos que aqui nos ocupam: várias imagens disputam entre si a legitimidade de representar o que é a América. Nosso trabalho foi o de um intérprete”, atento ao “modo específico como os atores se apropriavam do passado”.

¹⁶² RIBEIRO, 1993, p. 331. Ela se debruça sobre o V centenário do infante D. Henrique (1894). A celebração do infante, vinculado à memória dos descobrimentos, marcou-se por manifestações patrióticas e antibritânicas da década de 1890 (com discursos e protestos em defesa do império português, e também pleiteando sua expansão). “As cerimônias comemorativas que se sucedem nas décadas finiseculares revelam-nos a busca de um consenso, a procura de outras bases de concórdia, de um movimento de solidariedade e de fraternidade em torno do sentimento nacional”.

¹⁶³ ARRUDA, 1999, p. 07. As palavras se encontram em uma ponderação crítica sobre o V centenário do descobrimento do Brasil (2000) – refletindo sobre o histórico das celebrações dos descobrimentos em

Estrutura da tese

As celebrações e os marcos comemorativos em tela são aqui encarados como ponto de observação privilegiado para, atentando às complexidades relacionadas aos processos de *(re)leituras*, disputas, conformações e mobilizações desse passado,¹⁶⁴ refletir sobre a também complexa figura do marquês ao longo do tempo – com particular atenção aos festejos de 1882; momento forte de produção e debate em torno da memória a seu respeito. Para abarcar de forma ampla, variada e cuidadosa tais temáticas, compus esta tese com quatro capítulos independentes e inter-relacionados. Contribuindo com enfoques distintos para a apreciação de camadas de sentido à questão que norteia o trabalho, essas partes não se vinculam, entretanto, de modo linear, progressivo e cronológico.

No primeiro capítulo, introduzo informações histórico-contextuais e abordagens que atravessam o trabalho; problemáticas que dizem respeito a formas de conceber e mobilizar o passado em Portugal e no Brasil no século XIX. Para tanto, parto da ideia de uma relação entre sujeitos do passado, do presente e do futuro, considerando, por um lado, o relevo concedido à figura histórica de D. Pedro I/IV – em questão, narrativas e comemorações (oficiais ou oficiosas) relativas à monarquia, à nação e a temáticas como independência e liberalismo. Por outro lado, considero em paralelo aspectos peculiares dos centenários do último quartel de Oitocentos, como o camoniano, e sobretudo o pombalino – em que alguns portugueses e brasileiros, ditos *homens do futuro*, mobilizam recordações sobre o passado em meio a embates políticos de seu presente, visando a legitimar projetos (futuros) de teor republicano.

Portugal e no Brasil, passando pelos regimes ditatoriais e pela redemocratização e ainda comparando as estratégias, empreitadas e os significados das comemorações dos dois lados do Atlântico.

¹⁶⁴ Como exemplo das complexidades referidas, citam-se dois trabalhos de história/historiografia do Brasil publicados enquanto se elaborava esta tese. Em *Como será o passado?*, Carolina S. Bauer (2017) volta-se sobre a Comissão Nacional da Verdade (investigação dos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar), refletindo acerca das tramas entre memória, história, historiadores e política; das relações entre passado e presente – ressaltando as múltiplas perspectivas sobre o tempo que se entrecruzam nos debates em tela. Em *Escrevendo a história do futuro*, Cristiane A. C. dos Santos (2017), debruçando-se sobre as leituras do passado no processo de independência a partir de narrativas em jornais coetâneos, atenta-se às maneiras de perceber e representar o tempo, destacando como algumas das ideias forjadas na altura, em que se buscava inscrever a nacionalidade e a independência numa cronologia que remontava ao passado colonial, foram mais tarde retomadas e reelaboradas por historiadores, dedicados à elaboração de uma história nacional. Considerando os títulos (em que se sugerem as imagens de um passado elaborado no presente/futuro e de uma narrativa pósteria sobre o passado, construída no presente/passado e visando ao futuro), notam-se as conflituosas relações em que se mobilizam as instâncias do tempo. Em ambos, expressam-se aspectos diversos dos processos de conformação e questionamento de memórias; de elaboração e reelaboração de narrativas sobre a história (passado) – em meio a disputas políticas correntes (presente), refletindo em projetos alternativos (futuro).

Para os dois capítulos seguintes, proponho um percurso reflexivo com idas e vindas por diferentes períodos históricos, explorando fontes, marcos, efígies e efemérides do marquês em Portugal. Desenvolvo o capítulo II a partir da consideração de duas cerimônias comemorativas bastante distintas realizadas no dia 13 de maio (aniversário natalício de Pombal) na igreja da Memória, onde se encontram seus restos mortais. Considerando discursos proferidos em 1923 (derradeira trasladação de seu féretro) e em 2019 (recente lançamento de um projeto acadêmico-científico sobre seus escritos), busco refletir acerca de imbricações e demarcações entre história, vestígios/traços do passado, memória e comemorações, sob a chave da ideia de *fazer história*.

No capítulo III, ensaio um itinerário reflexivo por Lisboa, cidade que ainda reclama, comemora e mobiliza de diferentes modos uma herança pombalina. Mirando a urbe atual, atento a marcos históricos; representações pretéritas que visam a perenizar, em pedra ou bronze (dirigindo-se a indivíduos do presente e do futuro), narrativas determinadas sobre o pombalismo: monumentos ao/do marquês na capital reconstruída a partir de seu governo, como elementos da praça do Comércio e sua estátua na Rotunda, cuja proposta se relaciona à efeméride dos cem anos de sua morte.

As reflexões que apresento no último capítulo se voltam, por fim, a embates decorridos nos festejos do centenário de 1882. Dadas a impossibilidade de abordar a documentação em sua totalidade e a intenção considerar os casos de Lisboa, Porto e Rio de Janeiro, proponho um relance a uma parte dos materiais impressos produzidos. Além disso, como as comemorações, em sua feição sobretudo lisboeta, são referidas nos demais capítulos, decidi dar maior atenção a aspectos dos imbróglis nos papéis portuenses. Finalizo o capítulo com a retomada de uma proposta de leitura de um curioso poema publicado no principal volume comemorativo relacionado às iniciativas cariocas (planejado no Brasil, impresso em Portugal), que me permite tecer considerações sobre a versão mais difundida sobre o passado pombalino.

Na conclusão, retomo algumas das ideias abordadas, ensaiando um arremate após percorrer um conjunto tão amplo quanto difuso de representações do marquês. Nessa breve ponderação, apresento a questão a partir de meu olhar de historiador diante desse apanhado de registros sobre os incessantes processos de leitura e releitura, de escrita e reescrita desse *passado pombalino* – passado ainda polêmico, apesar das tentativas de seleção, pacificação, conformação e neutralização; passado talvez ainda oportuno, mas também incômodo aos nada indiferentes *homens* [e mulheres] *do futuro* no presente.

CAPÍTULO I: Homens do passado, do presente e do futuro

O centenário de Camões fez-lhe [o povo português] lembrar que tinha sido grande e, fazendo reviver o entusiasmo pelas glórias passadas, deu-lhe a força para se levantar do abatimento em que o prostrou a sua indiferença. O centenário do marquês de Pombal abre uma brecha entre os que representam o passado e os que olham para o futuro [...]; os segundos transformaram o passado e servem-se dos seus materiais para constituir o porvir, enquanto os primeiros renegam esse mesmo passado e fecham os olhos à luz que pressentem no futuro, como as aves noturnas, que só veem nas trevas e fecham os olhos à claridade que as ofusca.

A Folha do Povo, Lisboa, 1882.*

*Nós, os homens do futuro,
[...] herdeiros e discípulos
De Camões e de Pombal
Empunhando a pena ou a espada
Honraremos Portugal.*

Hino dos estudantes de Lisboa, 1882.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado no Rio de Janeiro em 1838, discutem-se, ao longo do século XIX, parâmetros para a narrativa histórica nacional que se pretende afirmar para o recente Império do Brasil (1822-1889). Aborda-se a história enquanto discurso crítico e disciplinado sobre determinados acontecimentos pretéritos, elaborado a partir de vestígios e testemunhos de um passado percebido como brasileiro – tornados documentos mediante as atividades de seleção, recuperação e arquivamento,¹⁶⁵ a que se dedicam os homens do Instituto.¹⁶⁶ No seu programa, notam-se tanto a importância da escrita biográfica como forma de resgatar e preservar do esquecimento indivíduos relevantes para a narrativa que se busca consolidar,¹⁶⁷ quanto a

¹⁶⁵ Dada polissemia de *história*, afirma-se que se coligem documentos para, em condições e momentos devidos, avaliar criticamente a história (acontecimentos passados). Busca-se, ademais, preservar memórias (narrativa afetiva, “mítica”, e eficaz do passado), que tanto podem ser objeto da história (narrativa crítica, historiografia), quanto mobilizadas politicamente, pelos sentimentos que evocam (em comemorações). Para Lúcia Guimarães (1995), que resgata a oposição *história-memória* a partir de Pierre Nora (1993 [1984]), produz-se no IHGB *memória*, e não *história*. A relação entre os termos é abordada no capítulo II desta tese.

¹⁶⁶ Sobre o IHGB e sobre a escrita de uma história brasileira, ressalta-se a importância de uma elite letrada e de agentes estatais (alguns ligados ao Instituto) na mobilização de recursos políticos, culturais e simbólicos para a conformação das ideias de nação e patrimônio. Ver: CEZAR, 2018; GUIMARÃES, 1988.

¹⁶⁷ Ver: ENDERS, 2000; OLIVEIRA, 2010a. Quanto ao aspecto nacional de tais narrativas, remete-se à obra de Benedict Anderson (2017 [1983]) e às reflexões de Bronislaw Baczko (1985) sobre imaginação social; ao desenvolvimento de um sentimento de pertencimento/identidade baseado não na identificação face a face, mas em uma *comunidade imaginada*; a um trabalho de convencimento a partir de instituições, símbolos e cerimônias, buscando legitimar tal pertencimento/identificação em uma comunidade de sentido. Sobre a identidade nacional relacionada a recordações, mortos, território e escrita sobre o passado, ver: DETIENNE, 2013 [2010]. Para o caso brasileiro, pensando leituras do passado e formulações sobre a ideia de nação desde a independência até as concepções românticas, ver: SANTOS, 2017; RICUPERO, 2004.

afirmação do distanciamento temporal (e afetivo) como condição para a justa apreciação desse passado – desconfiando de reflexões sobre temáticas contemporâneas e ainda polêmicas.¹⁶⁸

Na *Sessão Magna Aniversária* do IHGB celebrada em 1881, Franklin Távora* discursa em homenagem a seus consócios recém-falecidos. Diferenciando o ato que protagoniza do “espetáculo no seio da família por ocasião dos aniversários do falecimento das suas pessoas caras”, ele aponta que, distintamente das ausências recordadas no ambiente familiar, no Instituto

os evocadosvolvem às nossas relações como se entre eles e nós nunca se tivesse interposto o verme sepulcral. [...] Eles estão aqui no nosso grêmio – eles, os nossos amigos, que andavam ausentes e pareciam esquecidos de nós. Desta vez, porém, não vêm conferir louros literários, como era costume antes desse longo apartamento. Vêm, ao contrário, recebê-los de nossas mãos, porque são eles o objeto da nossa festa; são eles os laureados e somos nós que os galardoamos; nós, que representamos, neste momento, a primeira entrância da posteridade.¹⁶⁹

Quase vinte anos antes, Joaquim Manoel de Macedo* estabelece, no aniversário de 1863, uma distinção elucidativa sobre como se lida no IHGB com tais questões:

o elogio acadêmico de um finado não pode ser uma *biografia escrita com a severidade dos preceitos da história*, porque, nesta, somente deve falar a justiça e, naquela, podem desafogar-se a estima e a saudade; em uma, a *imparcialidade sentencia*, no outro, a *gratidão paga um tributo*. Sentença e tributo, porém, que são *igualmente generosos e nobres quando nascem da consciência e firmam-se na verdade*. [...] A família que, em vestes de luto, visita a sepultura onde um dos seus descansa, dormindo o sono da morte, lembra, saudosa, os dotes e o merecimento do parente perdido, e, ou não recorda seus erros, ou, se os recorda, desculpa-os. *A família não julga, louva*. Como a família, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *comemorando anualmente aqueles que passaram à eternidade, paga uma dívida sagrada de reconhecimento e recordação das virtudes e dos serviços desses beneméritos* [...]. *No grande tribunal da história, os contemporâneos dos varões notáveis são apenas testemunhas e o juiz é somente a posteridade*. [...] Comemoramos, pois, os nossos finados. *Fale a verdade no elogio deles, e basta*.¹⁷⁰

¹⁶⁸ Isadora T. Maleval (2015) aponta, no IHGB, demandas por uma escrita do presente, mas, a par de iniciativas não continuadas nesse sentido (armazenadas para a apreciação de historiadores futuros), há outras em sentido oposto, como a *arca do sigilo* (para arquivar documentação e temáticas cuja apreciação é considerada inconveniente no presente, sendo por isso legadas ao *tribunal da posteridade*). Afirma-se, assim, o preceito do distanciamento temporal.

¹⁶⁹ *R.IHGB*, t. 44, pt. II, 1881, p. 451-452. Grifos meus. Relacionada ao aniversário do Instituto, a cerimônia remete a aspectos do catolicismo, que recorda os defuntos em aniversários fúnebres, “para que os familiares e amigos o tornem ‘vivo’” (ANDRADE & TORGAL, 2012, p. 19) e de elogios acadêmicos setecentistas, de teor iluminista; homenagem a grandes homens por talentos/virtudes (e não por nascimento/linhagem), apropriando-se de uma linguagem clássica, um passo no sentido da laicização da memória; comemorando-os na perspectiva da posteridade e da instrução dos vivos. Ver: BONNET, 1995; DOSSE, 2015 [2005], p. 160-183; OZOUF, 2015 [1984]. Sobre glória, reputação e celebridade, ver: LILTI, 2018 [2014], p. 9-29.

¹⁷⁰ *R.IHGB*, t. 26, 1863, p. 925-926. Grifos meus. Ressalta-se a distinção entre as formas de lidar com tais personagens do passado, preservando-os: primeiro, o depoimento; registro da lembrança e do luto, que se apresenta como um elogio particular verdadeiro (gratidão, louvor, tributo familiar). Depois, a sentença; escrita pública que resulta da posterior crítica rigorosa da história (imparcialidade, distanciamento, justiça).

Recuperando as palavras de Macedo, entende-se melhor a indicação, por parte de Távora, dos elogios/tributos (metafórica ressurreição, resgatando recém-falecidos do esquecimento) como uma “primeira entrância na posteridade”, pela via comemorativa.¹⁷¹ Para Macedo, dada a proximidade (afetiva e temporal), trata-se de um testemunho ao tribunal da história (registrando sua lembrança), e ainda não de seu veredito (etapa futura). Se aos contemporâneos dos elogiados e de seus feitos cabe apenas deixar depoimentos verdadeiros aos homens do futuro (preservando do olvido indivíduos e acontecimentos evocados e registrados), aos pósteros cabe apreciar imparcialmente tais declarações com distanciamento e método; julgando-as “com a severidade dos preceitos da história”.¹⁷²

Távora também pondera sobre a relação entre a crítica da posteridade (de que resulta uma história-julgamento em constante reformulação) e os diferentes vereditos sobre personagens históricos (biografias, e não elogios) já operados no país, revendo-se aspectos e protagonismos a partir do esclarecimento sobre acontecimentos pretéritos:

*a crítica histórica, ainda que muito longe do lugar que lhe compete em nosso meio literário, tem mudado velhos pontos de vista, de onde até certo tempo foi apreciada a formação da nossa nacionalidade. [...] Quanto mais nos adiantamos no estudo das nossas origens históricas; quanto mais penetra na cripta do nosso passado político a luz indiscreta, inconveniente, talvez, da crítica moderna, mais diminuem as proporções de certos vultos que chegaram ao nosso tempo a modo de envolvidos nos fumos da lenda. Os nossos primeiros historiadores sofrem cada dia uma nova retificação. Os heróis que ostentam grandes estaturas nas páginas dos seus livros mostram-se figuras banais, sem grandes paixões, e movem-se por pequenos caprichos e ambições vulgares nas páginas dos [livros] que vamos escrevendo. E por outro fenômeno paralelo, posto que contrário àquele, individualidades que esses escritores deixaram esquecidas e ocultas nos recantos mais escuros dessa cripta insondável vão surgindo à luz e avultam de dia a dia como os verdadeiros beneméritos; os verdadeiros fundadores da nacionalidade [de] que desfrutamos.*¹⁷³

Sobre a ideia de um *tribunal da história* e da distinção operacional entre *juízo crítico* (com base na crítica histórica) e *juízo de valor* (com base em crenças ou convicções), ver: ROLLEMBERG & VAINFAS, 2020.¹⁷¹ Hanna Arendt (2017[1955], p. 69-78) aponta que, na Antiguidade grega, “se os mortais conseguissem dotar suas obras, feitos e palavras de alguma permanência e impedir sua perecibilidade, então essas coisas ao menos em certa medida entrariam no mundo da eternidade [...]. Grande era o que merecera imortalidade, o que devia ser admitido na companhia das coisas que perduraram para sempre [...]. A História acolhe em sua memória aqueles mortais que, através de feitos e palavras, se provaram dignos da natureza e sua fama eterna significa que eles, em que pese sua mortalidade, podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre”. Fernando Catroga (2006, p. 12) entende que o discurso historiográfico “prolongava o protesto que, desde a construção de *monumentos* e da transmissão geracional, possibilitada pela oralidade e pela poesia escrita, procurava remediar a inexorável queda no esquecimento das obras e dos feitos dos homens”. Catroga (1999, p. 30-31) ainda define “memória como um segundo além imortalizador”.

¹⁷² R.IHGB, t. 26, 1863, p. 926. Arendt (2017 [1955], p. 69) recorda que Heródoto, dito *pai da história ocidental*, emprega, para designar história, *istoreín*, com “duplo significado: testemunhar e indagar”. Sobre Heródoto, ver: HARTOG, 2014 [1980]. Para uma reflexão acerca da ideia de justiça/juízo relacionada ao trabalho do historiador (comparado ao do juiz) e do papel da testemunha, tópicos há muito associados à escrita/crítica da história, ver: HARTOG, 2013 [2005], p. 203-251; KOSELLECK, 2014 [2000], p. 313-325; TODOROV, 2000 [1995], p. 29-49; RICOEUR, 2018 [2000], p. 330-347.

¹⁷³ R.IHGB, t. 44, 1881, pt. II, p. 456-457. Grifos meus.

Quase à mesma altura, mas do outro lado do Atlântico, Jaime de Ségurier* publica em um jornal republicano portuense uma crônica sobre um tributo fúnebre a que ele, pouco antes de começar a escrever, assiste em Lisboa:

ouvi na rua um clangor de clarins. Era um regimento de lanceiros que passava, com um magnífico *piffar* de cavalos e os capacetes resplandecentes de sol. A fanfarra entoava uma marcha de um movimento marcial e ingênuo. A voz dos clarins cantava com uma vibração sinistra [...]. Logo em seguida, desfilaram dois regimentos de cavalaria. Saí e encontrei pelas ruas as longas tênias dos grêmios de instrução e dos asilos de beneficência. Os pequerruchos marchavam dois a dois, a carita no ar, rindo de quem passava, completamente inconscientes da intenção do ato que iam praticar. A alguns deles, o sol incomodava-os. Seguravam o *bonnet* com a mão direita, a uma certa distância da cabeça, servindo-se deles como duma *umbrela*, e, muito vermelhos, limpavam com a outra [mão] o suor da testa. Escoltavam-nos sujeitos graves, energeticamente barbeados, de casaca e chapéu alto. Um dos pequerruchos levava um pendão do grêmio ou asilo, coberto com um crepe. E fazia um singular contraste a ideia lúgubre daquela manifestação com a alegria ingênuo e infantil de todos aqueles rostos imberbes e rosados.¹⁷⁴

Esse contraste expresso por Ségurier evoca a então recorrente oposição entre rituais oficiais da Monarquia, com aparato militar e gravidade, e certas manifestações de teor popular, alegadamente *espontâneas*.¹⁷⁵ Quanto ao tributo relatado, ele diz: “todo esse movimento indicara já a tarja preta do *Diário do Governo*. É hoje o vigésimo aniversário da morte de D. Pedro V” (1853-1861). Tal cerimônia recorda ao jornalista a celebração lúgubre anual dedicada ao avô homônimo do referido rei, D. Pedro IV (1826), que “ainda arrasta à igreja todo o esplendor oficial um dia a cada ano. E não há jornal monárquico que não tenha no seu alforje algum lugar-comum, com perpétuas em bom estado, para depor sobre a capa do *dador* [da Carta de 1826], numa certa manhã de setembro”.¹⁷⁶

Além do carnaval, de festividades religiosas e da celebração de datas relacionadas à família real (aclamação, aniversários, casamentos) e a episódios marcantes do histórico do liberalismo, no Portugal da segunda metade do século XIX se costuma comemorar o dia da morte do último monarca – observância continuamente alterada/atualizada com a sucessão de reis (e rainha). O luto pelo aniversário fúnebre de D. Pedro IV, contudo, prolonga-se por reinados sucessivos, visando à conservação de sua memória como forma de reafirmação do regime liberal.¹⁷⁷ Criticando tal permanência, Ramalho Ortigão* acusa

¹⁷⁴ *A Folha Nova*, Porto, 12/11/1881.

¹⁷⁵ *Esponâneo*: “livre, voluntário, não forçado” (PINTO, 1832); contraposto a oficial, compulsório.

¹⁷⁶ *A Folha Nova*, Porto, 12/11/1881.

¹⁷⁷ ANDRADE & TORGAL, 2012, p. 62; CATROGA, 1990. A Revolução Liberal (1820) marcou o início do primeiro liberalismo no país – dito vintismo (1820-1823). Após a reação (sob D. João VI, 1823-1826, e D. Miguel, 1828-1834, restabelecendo o Antigo Regime), a outorga da Carta (1826) e a guerra civil (1832-1834), opondo exércitos liberais (D. Pedro IV) aos absolutistas liderados por D. Miguel, inaugura-se nova experiência liberal, cujas primeiras décadas foram marcadas por conflitos. Ver: BONIFÁCIO, 2010.

satiricamente, também em 1881, tanto a defasagem de sentido no rito (que mistura linguagens religiosas e políticas) quanto a apropriação do histórico do monarca:

de cada vez que vem ao mundo o dia 24 de setembro, o país cobre-se de crepes e arranca do seu peito um *ai* decretado no *Diário [do Governo]*. Encerram-se as repartições públicas. As tropas vestem o grande uniforme e trazem as armas em funeral. O pavilhão nacional tremula a meio pau nas fortalezas e nos navios de guerra. A corte, os funcionários públicos, a nobreza e o corpo diplomático recolhem-se nos templos a orar. Os órgãos das igrejas e os artigos de fundo dos jornais entoam o *De profundis* e pregadores régios [...] sobem aos púlpitos; tomados à hora para espargir pitadas de latim e de rapé sobre a memória do morto.

– Por que, oh céus, uma tão grande dor?

– Porque Pedro morreu.

[...] Essa saudade pungente que nos devora uma vez por ano recai sobre um sujeito que morreu há cerca de meio século; que ninguém da nossa geração teve a honra de conhecer pessoalmente e que ninguém viu mais gordo. Tudo quanto a retórica da indiferença, tudo quanto a ênfase da hipocrisia pode inspirar em nébias, em sermões e em artigos bombásticos se tem atirado para cima da cabeça desse morto. Nenhuma outra memória tem sido mais horrorosamente inundada de tudo quanto há de mais pinga, de mais sarrafaçal e de mais reles nas ejaculações da literatura pelintra. É talvez tempo de se pedir para Pedro o respeito do esquecimento, a consideração do silêncio. Basta de exéquias! Basta de discursos! Como rei, Pedro merecia decerto que o enterrássemos um pouco mais do que se enterra a outra gente. Como homem, ele começa, porém, a ter direito à nossa piedade. Calemo-nos. Sejamos humanos!¹⁷⁸

Nesse mesmo ano, outro autor aborda a temática de sua morte, ao escrever:

no dia 20 [de setembro de 1834], D. Pedro, agonizante, abandonava a regência; a 24, morria de todo quem, pouco a pouco, fora morrendo aos pedaços, com a perda das ilusões e vaidades que a sorte dura amarrotava e despedia como bolas de papel inútil. [...] Um estrangeiro ilustre [Licknowski], meditando, dizia desse quarto de Queluz onde o príncipe acabou: “É coisa singular que o aposento em que faleceu D. Pedro se denomine a sala de D. Quixote e seja ornado com cenas tiradas as aventuras do cavaleiro da triste-figura!”¹⁷⁹

Em seu *Portugal Contemporâneo*,¹⁸⁰ Oliveira Martins* apresenta a oposição entre duas concepções sobre o país, representada pelos irmãos que se enfrentaram na guerra civil (1832-1834): Pedro e Miguel – o país novo (liberal) e o antigo (absolutista). O historiador deixa patente, contudo, uma perspectiva crítica da narrativa mais corrente no seio do

¹⁷⁸ O António Maria, Lisboa, 29/09/1881. Um pouco mais tarde, criticando sua figura, ele escreve: “Pedro, o dador, depois de outorgada a Carta no imperial palácio do Rio de Janeiro em 1826, ficou aparafusado à civilização de Portugal como um agente imodificável, inamovível e eterno. Sua Imperial Majestade quis, ordenou e mandou jurar por todos os seus súditos que nós nos regeríamos perfeitamente por essa lei. [...] Quando a gente lhe chama o *dador*, lhe não chama tudo, porque ele e não só *dador* mas também *decretador* e *mandador*; e diante de alguém assim dador, decretador e mandador, quem recebe é apenas sofre-dor, aguenta-dor e cala-dor” (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25/03/1882).

¹⁷⁹ MARTINS, 1895 [1881], p. 396.

¹⁸⁰ Cita-se a 3ª edição, “com as alterações e aditamentos deixados pelo autor”. Martins toma como ponto de partida 1826, o ano em que D. Pedro IV outorgou a Carta, discorrendo até 1868, na Regeneração.

liberalismo (que tem na figura do primeiro um grande protagonista), expondo uma influente visão desencantada do Portugal de Oitocentos.¹⁸¹

A Oliveira Martins não escapa a analogia entre o monarca e o fidalgo do romance de Cervantes; um herói anacrônico. Curiosamente, o cômodo não passa despercebido por quem nos dias de hoje visita o Palácio Nacional de Queluz, nos arredores de Lisboa. Além das referidas pinturas setecentistas inspiradas em D. Quixote, lá se expõem retratos de D. Pedro, imagens de sua época, objetos a ele atribuídos, cronologia, genealogia e textos auxiliares – amplificados por uma exposição digital interativa, disponibilizada também *online*. Partindo da premissa de uma “história em comum” aos dois lados do Atlântico, o palácio-museu apresenta o aparato como comemoração dos 180 anos da morte do “imperador e rei”.¹⁸²

D. Pedro IV morreu pouco após a assinatura do documento que pôs termo à guerra civil em Portugal. Como liderança militar, associou-se fortemente ao restabelecimento do regime liberal, afirmado na Carta constitucional (1826) por ele outorgada e restaurada com o fim do intervalo absolutista sob D. Miguel (1828-1834). Sua imagem esteve relacionada a uma heroicidade fundadora e unificadora, reunindo correntes divergentes do liberalismo.¹⁸³ Faleceu relativamente cedo (aos 36 anos) e ainda em vida presenciou oposições, mas a morte teve o efeito de poupar e desculpar sua figura. Entende-se, pois, o empenho em recordá-lo, preservando sua lembrança. Entretanto, afirmado o regime e reavivadas as oposições entre liberais (incidindo sobre apropriações e sobre a gestão de seu legado), tal empenho esmoreceu – como demonstram os atrasos na inauguração de

¹⁸¹ CATROGA, 1998 [1996]b, p. 150-151.

¹⁸² O quarto de D. Quixote, feito monumento, é o quarto de D. Pedro, que, como informam as cronologias ilustradas (postas para *emocionar* quem se volta a uma *figura tão carismática*), lá morreu e nasceu. Ver: “D. Pedro D’Alcantara...”, *site* Palácio Nacional de Queluz. No *Público* (Lisboa, 29/09/2014), afirma-se: “Portugal e Brasil encontram-se no quarto de D. Pedro IV: Exposição dedicada ao rei de Portugal e imperador do Brasil é estratégia para atrair mais visitas para o monumento [...]; foca-se no quarto do rei de Portugal e primeiro imperador do Brasil para contar a história que une estes dois países”. Em 1986, o Palácio, na visita do presidente do Brasil, José Sarney (1985-1990), organizou uma exposição sobre D. Pedro, de que se publicou um catálogo (PORTUGAL, 1986): *D. Pedro d’Alcântara de Bragança, 1798-1834: uma vida, dois mundos, uma história*. No ano seguinte, na visita do presidente de Portugal, Mário Soares (1986-1996), ao Brasil, inaugurou-se tal exposição no Paço Imperial, no Rio de Janeiro, com catálogo (PORTUGAL, 1987) de mesmo título. A exposição, em aspecto duplo, remete-se a iniciativas de aproximação entre os dois governos, mobilizando a figura histórica de D. Pedro e envolvendo parceria de órgãos de representação exterior e de cultura do Brasil e de Portugal.

¹⁸³ Nas palavras de António M. Silva (1998, p. 77), ele abdicou da coroa no Brasil e partiu para Portugal, visando a “restaurar, na sua qualidade de pai, a legitimidade do poder da rainha sua filha (D. Maria II) e empreender, durante a menoridade desta, a causa da Carta Constitucional” por ele outorgada.

monumentos (evocação em pedra, em espaço público) e a relativa indiferença em relação a comemorações fúnebres (evocação ritual coletiva) em sua homenagem.¹⁸⁴

Acerca de seu neto homônimo, diz Séguier que dele ficou uma lembrança “bem idealmente simpática”. Ele deixou “uma espécie de lenda que envolve a sua recordação num adorável luar”.¹⁸⁵ Morreu também prematuramente (24 anos), sendo logo objeto de textos e rituais laudatórios que excediam os do costume no liberalismo. Despertou um sentimento de perda, associado à idealização de sua figura. Demarcando-se da ideia que se fazia da família real, conservou-se sua representação como um monarca que se interessava por aprimorar o país.¹⁸⁶ Daí as palavras do cronista: “esse homem excepcional teve uma única felicidade na terra: morrer cedo [...]; entre saudades e bênçãos”. Se tivesse vivido mais tempo, “veriam como o cristal se rachava de alto a baixo com a pedrada de injúrias que ferve aí agora, pelas encruzilhadas da imprensa. Veriam como o seu manto se mosqueava de nódoas obscenas [...]; como a lenda se transformava em paródia”. Ele compreende, e também critica o tributo ao monarca: “sua figura doce e poética vive decerto na saudade de muitos. É, todavia, um vulto apenas esboçado, de linhas hesitantes e sem a robustez necessária para resistir à luta pela existência histórica”. São, afinal, poucos “os nomes que a história conserva”, mas muitos os que “se perdem no esquecimento anônimo, essa segunda e mais irremediável morte”.¹⁸⁷

Ao juízo da posteridade (e não aos promotores de cerimônias em torno da memória oficial do regime) cabe, em seu ver, a sentença definitiva quanto à conservação e ao

¹⁸⁴ ANDRADE & TORRAL, 2012, p. 62; CATROGA, 1990. Catroga (1999, p. 185) destaca que, “numa conjuntura em que se ia consolidando o novo culto romântico dos mortos – centrado na individualização da sepultura e na gestão afetiva e familiar da memória –, e em que se praticava a rememoração através de constantes visitas ao cemitério, o cultualismo à volta dos restos mortais de D. Pedro tinha ainda algo de Antigo Regime – era administrado por uma irmandade – e mostrava-se, mesmo no Porto, incapaz de conquistar o entusiasmo que os seus prosélitos sonharam ser digno de sua heroicidade [...]; para Oliveira Martins, o drama quixotesco do rei liberal residia no facto de ter sido ‘aclamado nos papéis’, mas ‘condenado nos corações’, enquanto D. Miguel ‘fulminado pelas Cortes, pelas gazetas’, foi ‘adorado ainda e sempre, até ao fim, por uma população infeliz, vencida e muda, caçada a tiro pelos desvios das serras’”.

¹⁸⁵ *A Folha Nova*, Porto, 12/11/1881.

¹⁸⁶ Ver. MÓNICA, 2007, p. 7, 255-273. Oliveira Martins (1895 [1881], p. 389-401) caracteriza-o como um romântico póstumo, condenado a ser príncipe. O povo o via como santo e criticava os políticos que intermediavam sua ação. Mais homem das letras que rei, sua sabedoria não condizia com sua ideia de uma predestinação trágica pessoal – que colaborou para sua martirização. Suas doença e morte foram um espetáculo anacrônico e metafórico: “a um povo desgraçado, a desgraça do rei aparecia como símbolo dos próprios infortúnios e a crueldade de uma estrela funesta tinha o condão de ferir ainda a alma de uma gente já descrente e ceticamente regenerada; tinha a virtude que decerto não terá tido o talento, a audácia, a ambição de um rei herói. A morte [...] era o símbolo da morte do reino [...]; na sua aflição, o povo dividia-se entre as lágrimas e a cólera. Os olhos choravam a sorte do rei, a sorte de todos”.

¹⁸⁷ *A Folha Nova*, Porto, 12/11/1881. Grifos meus. Sobre revisões à lenda *post mortem* do monarca, ver: MATOS, 1992.

esquecimento dos indivíduos na história/posteridade. Às homenagens aos Pedros IV e V, Séguier opõe o fato de que “o aniversário da morte de Garrett”,* a decorrer em pouco tempo, “passa despercebido nas regiões oficiais”, o que lhe permite concluir que, como não se veem planos para comemorações, “o século XIX lega ao século XX a herança de glorificar este nome no seu primeiro centenário; acha que é bastante celebrar esses grandes nomes de cem em cem anos”. Além disso, “o 1º e o 2º aniversários da morte de Herculano* passaram também na mesma obscuridade e olvido”. O que o leva a afirmar:

as glórias mais puras, as inteligências mais vastas, os corações de ouro mais puro vão caindo pouco a pouco, fulminados pela morte, e o país, que vive do patrimônio da sua glória, não tem manifestações de saudade e de respeito senão para a memória dos seus reis.¹⁸⁸

O jornalista não questiona as manifestações em tributo aos mortos. Para ele, a recordação e o preito a grandes figuras do passado nacional são um dever dos cidadãos. Assim, não os celebrando logo, lega-se tal obrigação aos homens do futuro. O que Séguier reprova é o critério de avaliação quanto a quem são devidos as consagrações e o registro na história e na memória nacionais. Escrevendo em um período de crescentes críticas no país aos consensos relacionados ao liberalismo da segunda metade do século XIX, marcado por certa estabilidade política e por uma relativa modernização,¹⁸⁹ ele entende não se dever homenagear, recordar e conservar a figura de monarcas (irrefletidamente, por tradição), e sim aquela de cidadãos cujos méritos (avaliados pela crítica histórica do presente/futuro) justifiquem sua glorificação.¹⁹⁰

Entre esses, o jornalista não por acaso destaca Almeida Garrett e Alexandre Herculano. Grandes nomes da primeira metade de Oitocentos; lutaram contra miguelistas ao lado de D. Pedro IV e desempenharam papel de relevo nos cenários cultural e político. Relacionados a um romantismo liberal, valorizaram e investigaram passado, monumentos e tradições populares portugueses. Empenharam-se, além disso, na elaboração e na divulgação de uma narrativa de teor nacional, secularizado, constitucional e anticlerical¹⁹¹

¹⁸⁸ *A Folha Nova*, Porto, 12/11/1881.

¹⁸⁹ Se as primeiras décadas do regime foram marcadas por grandes conflitos e instabilidade, a mudança adveio com o movimento que deu início à dita Regeneração (1851-1890), marcada por relativa estabilidade política, incentivando, ademais, atividades com sentido modernizador, com acento no desenvolvimento material (infraestrutura, transportes, comunicação). Ver: BONIFÁCIO, 2010; JUSTINO, 2016; RIBEIRO, 1998; SARDICA, 2013 [2001]. A partir da década de 70, entretanto, acentuam-se os questionamentos às narrativas e aos consensos do liberalismo da Regeneração. Ver: SARDICA, 2009; 2018.

¹⁹⁰ Sobre a ideia do culto cívico dos mortos, ver: CATROGA, 1999.

¹⁹¹ Garrett e Herculano, católicos, criticavam a ignorância e o ultramontanismo do clero e o relaxamento e as concessões de governos em relação à legislação anticongreganista. O segundo se envolveu em debates, como os resultantes das reações a suas teses acerca da inveracidade histórica do milagre de Ourique, que despertou forte reações de setores do catolicismo. Ver: CATROGA, 1998b. JUSTINO, 2016, cap. 3.

– rompendo com narrativas que marcaram o Antigo Regime e que ainda perduravam. Para ambos, a história deveria contribuir para a formação de cidadãos instruídos. Por isso, recorreram a diferentes suportes para transmitir conhecimentos úteis sobre o passado.¹⁹²

Entende-se o porquê de Séguier (republicano) opor ao vulto dos reis (os Pedros IV e V), “já meio indeciso e meio apagado na bruma do tempo” (mas cuja memória segue mobilizada pela pompa oficial nas ruas e na imprensa, a despeito do que Ortigão aponta como “retórica da indiferença”) o semblante “clássico e escultural” de Garrett; a figura “gigante e hercúlea” de Herculano.¹⁹³ Ele ainda pergunta: “qual dos quatro se impõe mais à saudade vindoura? Qual [...] merece mais magníficas exéquias?”, propondo:

celebrems as mansas e boas virtudes, mas não esqueçamos as virtudes heroicas e fortes. Demos o nosso pensamento a um rei que foi bondoso. [...] Demos o nosso entusiasmo, o melhor grito do nosso coração, a um plebeu que foi sublime. *Oponhamos a nossa iniciativa popular às manifestações oficiais.* Se a Sé se enche hoje de fardas bordadas e o ar se impregna de incenso, vamos nós, em outras datas saudosas, com o nosso humilde fato [terno] preto, aos cemitérios onde dormem aqueles que o nosso espírito ama. Deixemos que nas folhas oficiais desabrochem portarias, regulando a festa fúnebre. Façamos nós, sobre essas campas queridas, desabrochar montanhas de rosas!¹⁹⁴

O caso do mais velho dos Pedros aqui referidos é interessante para refletir sobre a mobilização de representações e de diferentes perspectivas acerca do passado em comemorações de teor histórico-político no século XIX dos dois lados do Atlântico. Ele foi imperador do Brasil: D. Pedro I (1822-1831) e rei de Portugal e Algarves: D. Pedro IV (1826) – onde foi também regente: duque de Bragança (1831-1834). Mesmo estando *perpetuados* em monumentos no Rio de Janeiro (1862), no Porto (1866) e em Lisboa

¹⁹² Seu romantismo foi “um historicismo, daí o papel educativo e formativo que era conferido ao passado”. Embora se acreditasse no protagonismo de Garrett, nomeado cronista-mor em 1838, prevaleceu na área da história a influência de Herculano, “grande fundador da nossa historiografia moderna”. Surgiram, então, obras “com análoga intenção de encontrarem no estudo do passado as raízes da nova ordem social e política que o liberalismo estava a construir” (CATROGA, 1998e). Ver: CATROGA, 1998[1996]a; DIAS, 2011, p. 17-43; MATOS, 2017; TORGAL, 1998[1996].

¹⁹³ Álvaro M. Machado (1996, p. 9-38) pensa três gerações do romantismo no país: 1820-30; 1840-1850 (estagnação); *geração de 70* (abertura): “como houve luta contra a ideologia estabelecida pela Regeneração, também houve oposição militante ao chamado ‘ultra-romantismo’ estabelecido e dominado por Castilho”, com *ideias novas* e com uma seletiva herança de Garrett e Herculano. O crítico Antero de Quental (1923 [1865], p. 372-396), de sua parte, opõe Castilho (antiquado “pontífice da nossa literatura oficial”) aos principais autores do primeiro romantismo. Garrett “cria o teatro e a poesia moderna em Portugal, inspira-se da alma da nação, ressuscita-a [...], revela-a de novo a um mundo que a tinha quase esquecido, faz despertar, nos corações que agita, sentimentos que são desta terra e deste sangue, fala ao crer íntimo do povo e cada uma de suas palavras é uma página animada da história do renascimento do espírito nacional”. Herculano, “inspirando todas as concepções de uma inteligência reta e forte, tendo por fim último o triunfo da verdade moral, tão heroico nos combates do pensamento como os maiores heróis dos nossos fastos nas pelejas da liberdade e da honra pátria. A história para ele não é uma curiosidade de antiquário; é uma lição dada ao presente por um filósofo cujo caráter está à altura das mais fortes e nobres épocas do passado”.

¹⁹⁴ *A Folha Nova*, Porto, 12/11/1881. Grifos meus. Em fins do século XIX, a peregrinação a cemitérios é um importante ritual (republicano, laicista). Ver: CATROGA, 1999, cap. V.

(1870),¹⁹⁵ sua figura e seu legado passaram por uma série de revisões (retificações e mudanças de ponto de vista, nas palavras de Távora) ligadas ao constitucionalismo, ao nacionalismo e a disputas políticas nos dois países.

Antes de morrer, legou seu coração ao Porto (*cidade invicta*; bastião da resistência liberal), onde ainda hoje o órgão se preserva, em um escrínio colocado em um monumento na capela-mor da igreja de Nossa Senhora da Lapa. Quanto às demais porções de seus restos fúnebres, após um tempo na igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa (panteão dos Bragança), encontram-se desde 1972 em um monumento às margens do riacho do Ipiranga,¹⁹⁶ em São Paulo, para onde foram trasladadas após negociações entre os governos português e brasileiro na celebração dos 150 anos da independência do Brasil.¹⁹⁷

O Antigo Regime foi profícuo em datas comemorativas que, concorrendo para o prestígio do soberano e da Monarquia, não dispensavam a fiança religiosa, dado que “seu último sentido sacralizado só poderia ser conferido pelo envolvimento da Igreja, visível pela centralidade do aparato litúrgico das cerimônias solenes”.¹⁹⁸ As celebrações em tela, contudo, ainda que coexistam e se imbriquem com propostas comemorativas de tal tipo e com outras, de teor marcadamente religioso, apresentam modelo e caráter distintos. Não buscam, em última instância, a reafirmação da fidelidade ao monarca ou ao catolicismo, e sim avivar a lembrança de acontecimentos e indivíduos (entre esses, alguns coroados) relevantes para a consciência e para o conhecimento da pátria e também para a afirmação de valores tidos por modernos.¹⁹⁹

¹⁹⁵ Sobre os processos, desde a proposição de monumentos em sua homenagem (em vida) até a inauguração, *saldando uma dívida de memória*, ver: KNAUSS, 2010a; 2010b; RIBEIRO, 1999; SOARES, 2019.

¹⁹⁶ *Monumento à Independência, do Ipiranga e Altar da Pátria*. Na *capela imperial*, encontram-se os restos mortais de D. Pedro I, da Imperatriz Leopoldina e de D. Amélia. O monumento integra o *Parque da Independência*, juntamente com o *Museu do Ipiranga* e a *Casa do Grito*. A região corresponde àquela em que D. Pedro proclamou a independência, em 1822 – episódio retratado no quadro *independência ou morte* (1888), de Pedro Américo, exposto no museu. Ver: *site* MUSEU Paulista; *site* PREFEITURA de São Paulo.

¹⁹⁷ O monumento foi inaugurado para o centenário da independência (1922), mas concluído apenas em 1926. O traslado se deu em meio às comemorações de 1972; momento em que se estreitavam as relações entre os governos ditatoriais de Portugal e do Brasil. Sobre tal aproximação e sobre a recuperação de D. Pedro, cujos restos fúnebres percorreram o país, ver: CORDEIRO, 2012. Em São Paulo, onde se encerrou o périplo iniciado em Lisboa, o presidente do Conselho de Ministros português, Marcelo Caetano (1968-1974), esteve ao lado do general presidente do Brasil, Emílio G. Médici (1969-1974), na cerimônia de inumação. Pedro Calmon, presidente do IHGB (e sócio da Academia Portuguesa de História), declarou: “Esta cerimônia exclui a morte. É a comemoração da vida” (cf. Cordeiro, p. 63).

¹⁹⁸ ANDRADE & TORRAL, 2012, p. 51-52. Sobre diferentes aspectos de festividades no Antigo Regime luso-brasileiro, ver os volumes coordenados por István Jancsó & Iris Kantor (2001).

¹⁹⁹ ANDRADE & TORRAL, 2012, p. 19. V. Araújo e J. P. Pimenta (2009), abordando o período entre 1750-1850 no mundo luso-brasileiro, falam de laicização das narrativas, da formação das macronarrativas e da nação como metanarrativa historiográfica, tendo a independência, no caso brasileiro, como fio condutor. No caso português, imbricam-se nação e liberalismo. David Justino (2016, cap. 3), refletindo sobre modernidade, tradição e “nacionalização da narrativa”, apresenta o romantismo liberal sob a “tônica

Entende-se que “comemorar significa dar vida à morte ou, por outras palavras, recordar aquilo que sucedeu, [...] valorizar um acontecimento ou uma personalidade, procurando avivar a memória presente e fazer com que ela se prolongue no futuro”.²⁰⁰ Assim, “nas cerimónias comemorativas a comunidade é recordada da sua identidade, contando-a e representando-a. Isso é, a atribuição de sentido ao passado como uma espécie de autobiografia colectiva não é apenas contada, mas revivida através de um culto encenado”.²⁰¹ Enquanto rituais públicos e coletivos, ademais, tais celebrações remetem às ideias de transferência de sacralidade e de apropriação de ritos religiosos.²⁰²

Entre os séculos XVIII e XIX, a crescente vontade de ordenamento por parte da coroa, enquanto expressão do poder central, buscou alcançar também as comemorações tradicionais, visando a colmatar seus alegados excessos e a transformar comportamentos coletivos, alcançando alguns ritos conhecidos e afetando inclusive a experiência habitual do tempo.²⁰³ Em um período em que se colocavam em questão determinadas rotinas e prerrogativas da Igreja, importante fator quotidiano de aglutinação social e identitária, buscavam-se diferentes meios para conter e mobilizar as populações. Em termos ideais, pode-se afirmar que, quanto aos festejos coetâneos, algumas mudanças se orientaram

colocada sobre a dimensão moral do progresso” (referência a Herculano). A valorização tradicional/popular inclui a “nacionalização dos heróis e dos mitos”, na perspectiva de que “não bastava que os heróis portugueses encarnassem as figuras estereotipadas dos mitos clássicos, eles teriam que dar voz aos sentimentos, aos valores e à cultura nacionais”. Ver ainda: CATROGA, 1998e; MATOS, 1998.

²⁰⁰ ANDRADE & TORRAL, 2012, p. 19.

²⁰¹ RIBEIRO, 1993, p. 339. Considerando o ato de recordar como um processo de construção/retenção de memórias, W. Frost e Jennifer Laing (2013, p. 1-3) destacam a incorporação da reflexão solene e da celebração individual ou coletiva, “typically planned with intentions of affirming and reinforcing memories that provide a sense of heritage and identity. Heritage is what we value and wish to preserve for future generations. The related concept of identity refers to what we perceive as defining and distinguishing us”. No caso de aniversários comemorativos, a data fornece autenticidade, justificando a celebração, “focusing on the date in these cases makes a strong statement that it is a special day when something important happened in the past and is *worth* of being remembered in the present”.

²⁰² COTTRET & HENNETON, 2010, p. 7-15. Segundo Paul Connerton (1999 [1989], p. 10-15), atento à apropriação pós-1789 de ritos/repertórios de Antigo Regime, “os actos dos revolucionários apropriaram-se da linguagem do sagrado que, durante tanto tempo, o poder dinástico tinha usurpado como sua”. Para Oliver Ihl (1996, p. 17), as comemorações festivas nacionais se relacionam à demanda oitocentista, após um período de distúrbios e mudanças políticas radicais, por inventar rituais de representação apropriados. Mona Ozouf (2015 [1996], p. 860-861) aponta que, nos Estados Unidos, a festa cívica se apropria de simbolismos da tradição religiosa. Na França, nota-se uma dificuldade, dada uma singularidade da Revolução, “d’avoir rompu en chemin, sans avoir vraiment voulu ni pensé la rupture avec la religion catholique. [...] Les hommes de la Révolution ont exclu de leur festivités les messes, les autels de la Patrie, les *Te Deum*, les prêtres, et la République hérite de cette exclusion: il y a donc une antinomie entre les symboles catholiques et le symbolisme de 1789 et pas d’expressions religieuses possible pour la fête républicaine. [...] La fête Républicaine est alors la mise en scène du réinvestissement du sacré sur la Patrie et l’Humanité”.

²⁰³ Em relação à experiência e aos mecanismos/rituais religiosos de controle do tempo no Antigo Regime, ver: CHAHON, 2008, cap. II; GOUVEIA, 1997; 2000. Sobre a proposta, na França pós-1789, do calendário revolucionário – ruptura na cronologia (um novo começo) e construção de uma nova memória coletiva pela gestão do tempo coletivo, ver: BACZKO, 1984.

no sentido de se definir uma separação entre as festas religiosas e as festas civis, relegando o sagrado e o profano para os seus limites próprios. A ideia traduzia-se no seguinte [posicionamento coevo]: “Para conciliar, pois, o culto da religião com os passatempos necessários, se poderia, conservando somente as grandes festas, abolir as outras, transportando-as ao domingo, e estabelecê-las de outra sorte, em memória de alguns factos consideráveis destinados então aos divertimentos e estas se poderiam chamar festas civis”.²⁰⁴

Apenas com a Revolução Liberal (1820), contudo, apresentou-se claramente um modelo alternativo a festividades tradicionais frequentes em Portugal, extrapolando anteriores medidas de polícia/controle/ordenamento.²⁰⁵ Propôs-se, então, sobretudo no ambiente urbano, a comemoração de eventos e protagonistas do processo revolucionário.²⁰⁶

Valendo-se de ritos e linguagens conhecidos, esses festejos se remetiam às grandes alterações vivenciadas e ao ideal de progresso/antecipação do futuro por elas informado. Tais modificações integravam um processo histórico mais amplo, que pôs em causa hierarquias tidas por imutáveis e que há muito condicionavam leituras de mundo no Antigo Regime. A um presente percebido como quase imóvel, vinculado a um passado conhecido e ritualizado (comunicando expectativas limitadas em relação à posteridade), opunham-se mudanças em um ritmo cada vez mais acelerado – características do que se convencionou chamar de modernidade, conceito relacionado a uma concepção de futuro em aberto;²⁰⁷

²⁰⁴ CRESPO, 1988, p. 96-97. O trecho entre aspas se remete ao primeiro tratado escrito em língua portuguesa sobre a polícia: VASCONCELOS, J. R. V. *Elementos da Polícia Geral de Hum Estado*. Lisboa, 1786-1787 – tradução (J. H. von Justi), com notas sobre a Intendência de Polícia em Portugal.

²⁰⁵ *Polícia*, no caso, diz respeito à administração interna, compreendendo todas as atividades do governo – com uma “crescente intromissão dos poderes públicos em todas as formas de atividade privada que possam de qualquer modo apresentar um interesse, positivo ou negativo, em relação à consecução dos fins do Estado”. Nesse sentido, o despotismo esclarecido/absolutismo iluminista e o *Estado de polícia* estiveram estreitamente conectados e interdependentes, com a aspiração fundamental dos governos por aperfeiçoar o controle sobre os súditos, ampliando seus próprios poderes. Ver: ASTUTI, 1984.

²⁰⁶ Sobre as festas no contexto da Revolução Francesa, a que se podem remeter as ideias de transferência de sacralidade e novo modelo comemorativo, misturando celebrações planejadas e espontâneas, ver: FERRO, 1989 [1988]; OZOUF, 2015 [1976]; VOVELLE, 1989 [1988]. De acordo com Baczko (1985), o surgimento e a institucionalização de símbolos e ritos relacionados ao processo revolucionário implicam “instalar, no coração da vida coletiva, um imaginário especificamente político, que traduziria os princípios legitimadores do poder justo do povo soberano e dos modelos formadores do cidadão virtuoso [...]; um sistema global de representações que tinha de impregnar não só a vida pública, como também, e sobretudo, constituir o quadro da vida quotidiana”, com um “sistema de festas cívicas”, visando a “representar permanentemente os novos valores” e a “*instituir um sistema de ‘educação pública’ distinto da instrução. Essa limita-se a dispensar um saber, a outra tem por objetivo formar as almas*”. Grifos meus.

²⁰⁷ Para Reinhart Koselleck (2006 [1979], p. 267-303, 21-37), novas experiências possibilitam ver o passado como diferente e “a enorme diferença entre o presente e o futuro, entre a experiência adquirida e a expectativa do que está por vir” aponta para um novo tempo. Tal transição se caracteriza pela “diferença de qualidade que se espera para o futuro” e por uma “maior rapidez com que o tempo presente se diferencia do passado”. Ele se refere a um “deslocamento do futuro”: ultrapassando o ponto em que “presente e passado estariam [...] circundados por um horizonte histórico comum [...], o progresso descortina um futuro capaz de ultrapassar o espaço do tempo e da experiência tradicional, natural e prognosticável”. Ainda segundo Koselleck (2014 [2000], 238-240), “a partir do século XVIII o futuro é experimentado como algo

a modernidade é também uma relação com o tempo, uma narrativa que os modernos sustentam sobre si mesmos, a afirmação de uma especificidade, a convicção de ter rompido com o passado, uma preocupação sempre crescente de reflexão. A historiografia, tal como a conhecemos há dois séculos, é inteiramente dependente dessa relação moderna com o tempo, que permite ao presente apreender o passado como um objeto de conhecimento, seja para mantê-lo à distância, seja para afirmar aquilo que lhe devemos e o que, nele, nos diz respeito.²⁰⁸

O crescente número de festividades cívico-comemorativas no Oitocentos (período marcado por revoluções e mudanças; pelo sentido de progresso e por um sentimento de perda, por vezes relacionado a uma vontade de recuperação) remonta assim a um longo e desigual processo de secularização – conceito abrangente e difuso, que aqui remete à ideia de temporalização; com a oposição entre passado e futuro se sobrepondo à centralidade da oposição entre aquém e além.²⁰⁹ Com tal processo (referido, em termos igualmente metafóricos, como desencantamento), história e política assumem, em muitas esferas, um lugar que anteriormente cabia à religião e a suas liturgias, narrativas e doutrinas.²¹⁰

Em Portugal e no Brasil, tais mudanças decorrem de modo característico.²¹¹ Ao lado de certas alterações flagrantes, notam-se permanências e adaptações não menos

aberto; a história como progresso, desenvolvimento ou processo”, e apenas no século XIX se dicionariza o conceito de modernidade. Sobre a centralidade da ideia de processo e da “dupla infinitude do passado e do futuro” para a concepção moderna de história, ver: ARENDT, 2017 [1955], p. 84-101.

²⁰⁸ LILTI, 2018 [2014], p. 23.

²⁰⁹ KOSELLECK, 2014 [2000], p. 150-188. O historiador destaca o uso ampliado e metafórico do conceito desde a Revolução. “A partir de 1800, a secularização adquire uma dimensão histórico-filosófica. Último título de legitimação para ação política e a conduta social, a doutrina dos dois reinos é substituída pela história e pelo tempo histórico, agora invocado e mobilizado como última instância de justificação para os planejamentos políticos e a organização social”. Para Arendt (2017 [1955], p.101-110), “o problema não era negar a existência de Deus, mas descobrir no domínio secular um significado independente e imanente, que nem mesmo Deus pudesse alterar”. Sobre o conceito de secularização (semântica e *genealogia*), ver: CATROGA, 2010 [2006], p. 47-63; MARRAMAO, 1997 [1994].

²¹⁰ T. G. Otte (2018) trata da sacralização do passado e de suas relíquias; “history had become the religion of the educated classes”. Com a presença de uma versão do passado (monumentos e festividades) permeando aspectos da vida pública, fala-se de “national self-historicization”, mobilizando eventos e personagens de um passado idealizado/da *tradição* na tarefa de dar forma à identidade nacional. Nesse sentido, pode-se remeter às “tradições inventadas”, definidas por E. Hobsbawm (2015 [1983]) como “práticas, de natureza ritual ou simbólica, [que] visam a inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição [...] são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição”. Segundo M. Campbell, J. M. Labbe e S. Shuttelworth (2017 [2000]), ademais, “the nineteenth-century – pre-Modernism, post-Enlightenment – regarded memory as a key to its civilization. Whether in the form of history, science, religion, literature or architecture, the ‘correct’ use of memory ensured the successful transition from past to future”.

²¹¹ Apoiado em R. Koselleck e em M. Gauchet (“saída da religião”), Guilherme P. Neves (2020, p. 275, 277) ressalva a “fragilidade do processo de desencantamento do mundo” (M. Weber) no universo luso-brasileiro, em que a “sociedade ainda *heteronômica*, quer dizer, que ainda se encontra subordinada majoritariamente a um poder que se situa fora e acima do poder dos próprios homens; com deficiências, por conseguinte, para abandonar as rotinas do antigo regime, para assumir as decisões do próprio destino nas mãos, para planejar o futuro. Em outras palavras, incapaz tanto de trocar a religião pela história, quanto de identificar no conhecimento do mundo – que só se difunde com a educação – o instrumento necessário para agir”.

significativas. Em diversas esferas, religião, história e política; tradição e modernidade coexistem e se imbricam no quotidiano dos dois países na segunda metade do século XIX. No que diz respeito às festividades aqui em foco, podem-se perceber aspectos pontuais de tais questões a partir de um relato estrangeiro que indicia algumas dessas modificações, continuidades e combinações em rotinas correntes:

o [povo] português é essencialmente religioso e assiste de bom grado a todos os atos externos de culto, que em Portugal se revestem de pompa faustosa. [...] Antigamente, cada dia tinha o seu santo e cada santo a sua festa. Presentemente, as festas religiosas diminuíram um tanto, substituídas pelas festas nacionais, que são em grande número.²¹²

I.I Comemorar D. Pedro I/IV – independência e liberalismo

Na síntese de Joel Serrão, a partir da qual se pode desenvolver a temática,

estabilizado na posse e usufruto da imensa e rica colónia brasileira, no predomínio social da nobreza e no carácter “sagrado” do poder real, o absolutismo português vai entrar em crise em virtude do triunfo e irradiação europeia da ideologia revolucionária francesa (última década do século XVIII), das invasões francesas (1807-10) e da gradual perda do Brasil (1808-1822). [...] Tal crise, só em 1834, após a guerra civil, a poderemos considerar em vias de resolução. [...] O liberalismo português se desenvolveu de acordo com aquilo que se pode denominar-se um projecto nacional de *regeneração*, que directa e indirectamente o liga quer ao passado da nação, quer aos vislumbres esperançosos do seu futuro.²¹³

Como se vem apontando, a tensão entre as ideias de tradição e modernidade marca o período em foco. Muitas vezes entendida como de transição, a época foi atravessada por uma série de movimentos de questionamento ao Antigo Regime. Até meados do século XVIII, predominavam no continente europeu e nos territórios sob seu domínio o cenário rural, as formas orais de comunicação, as ordens sociais – com leis particulares, hierarquias e privilégios; modos de concepção da sociedade em que o ideal de ordenação imemorial e os valores, dogmas e ritos da religião católica estruturavam o quotidiano, condicionando e estabilizando seus aspectos sociais, culturais e políticos.²¹⁴ Sob a égide *das Luzes*, contudo, ampliaram-se os questionamentos à tradição, propondo-se reformas sociais e políticas e se apresentando novidades técnicas e culturais em ritmo acelerado, rompendo com a impressão de imobilidade. Acentuava-se, além disso, o avanço do poder

²¹² RATTAZZI, 1881 [1879], p. 72.

²¹³ SERRÃO, 1983, cap. II.

²¹⁴ Ver: LASLETT, 1975 [1965]; CARDIM, 2001; HESPANHA & XAVIER, 1998. *Antigo Regime* é um legado da Revolução Francesa, que se afirmou ruptura com o passado em crise que lhe deu origem e que o termo pretendeu caracterizar – inaugurando a modernidade. Ver: VOVELLE, 2012 [2011], p. 5-18.

central sobre prerrogativas de outros corpos sociais, pondo em causa os privilégios e a legitimidade da Igreja e da antiga nobreza.²¹⁵

No espaço português, tal oposição se fez demarcada no período pombalino (1750-1777), o que ajuda a compreender a mobilização das representações sobre tal intervalo histórico por alguns daqueles que, já no Oitocentos, empenham-se em reformar o país – ainda que contrariamente ao reforço do poder monárquico que caracterizou as políticas de Pombal.²¹⁶ Independentemente dos avanços de meados do século XVIII, contudo, o Portugal de princípios da centúria seguinte permanecia em muitos domínios isolado, resistente a mudanças, preso a rotinas ancestrais e, senão em setores restritos, alheio a muitas das novidades que *iluminaram* (para usar a metáfora em voga) segmentos importantes da sociedade francesa de Setecentos – um ambiente urbano e letrado no qual se difundiram concepções filosóficas que instigavam à participação política coletiva.²¹⁷

Em termos de mudanças e rupturas, pode-se falar, a partir do último quartel do século, em um contexto revolucionário atlântico, caracterizado pelos processos da Independência dos Estados Unidos (1776), da Revolução Industrial que despontou na Grã-Bretanha nos anos de 1780 e sobretudo da Revolução Francesa (1789) – principal marco do período,²¹⁸ cujos ecos se fizeram ouvir (como incentivo ou receio) em diversos

²¹⁵ Ver: RÉMOND, 2011 [1974], p. 19-73. Koselleck (2009 [1959]) situa no século XVIII a *patogênese do mundo burguês* (inauguração dos tempos modernos) e aponta o absolutismo (poder soberano ordenador) como resposta às guerras civis religiosas, condicionando a gênese do Iluminismo (e este a da Revolução).

²¹⁶ Torgal (1973, p. 8, 11-12) entende que “o governo português sentiu também a atracção das novas teorias. Talvez as fontes em que bebeu não tivessem sido as mais audazes, mas, de qualquer modo, a sua atuação conduziu a um caminho idêntico”. Quanto a Pombal, “não era orientado por um Diderot ou por um Voltaire, mas, por outras vias, caminhava até certo ponto em paralelo com as tendências dos monarcas ‘iluminados’”.

²¹⁷ SERRÃO, 1983, p. 35; BONIFÁCIO, 2010, p. 13-15. Para G. e Lúcia P. Neves (2011, p. 307-308), após o “período pombalino, muito mais absolutista do que ilustrado, em que a Coroa sobrepôs-se ao reino, antes de mais nada, pelo recurso à violência e à intimidação, o reinado mariano e a regência joanina fazem retornar antigos personagens e motivações ao palco da política, ainda conduzida predominantemente pelo segredo – no paço, mais do que na praça”. Apesar da influência jesuítica (a despeito da expulsão pombalina e do regalismo que permaneceu) e das reivindicações da nobreza, que mobilizava o constitucionalismo antigo para conter o despotismo ministerial, os herdeiros do pombalismo, “cada vez mais afinados com as ideias do século, embora sem abrir mão da preeminência do soberano, após a independência das colônias inglesas da América e a Revolução Francesa, continuaram a buscar uma maior racionalidade administrativa”, atraindo, pelas oportunidades de ascensão, diplomados pela Universidade reformada e propondo reformas. Ver ainda: BETHELL, 2004 [1984], p. 187-199. Os ministros reformistas pós-Pombal se inspiravam em ideias ilustradas, opondo-se ao que a Revolução representava, para melhor gerir o império e os recursos do reino, visando a suas preservação e independência.

²¹⁸ Segundo René Remond (2011 [1974], p. 81-84), a revolução americana, caracterizada por “uma guerra de libertação exterior, mas também uma nova contestação dos fundamentos e das formas de governo” foi o principal antecedente da revolução de 1789, junto com as agitações sociais políticas na Grã-Bretanha nos anos de 1780; “durante cerca de setenta anos, o mundo é abalado, em intervalos curtos, por vagas de revoluções que fazem um vasto cortejo à Revolução Francesa e permitem falar de uma era das revoluções”, de agitação e crise do Antigo Regime. Hobsbawm (2009 [1962], p. 16) aborda a *era das revoluções* a partir das revoluções francesa e industrial, que transformaram o mundo entre 1789 e 1848, com a afirmação do *capitalismo liberal burguês*; “o triunfo não da ‘indústria’ como tal, mas da indústria *capitalista*: não da

momentos.²¹⁹ Portugal permaneceu um tempo à margem do processo revolucionário que marcou o pensamento político europeu, pondo em pauta o debate sobre a legitimidade dos regimes políticos. Se as primeiras notícias sobre a Revolução suscitaram curiosidade, o medo predominou após as notícias sobre a execução de Luís XVI (1793).²²⁰

Dado o temor generalizado, entende-se a reação ao avanço das ideias de inspiração francesa, cujos desdobramentos punham em causa autoridades estabelecidas e privilégios, com conflitos entre revolucionários e contrarrevolucionários; tradição e modernidade em todo continente.²²¹ Apesar da representação negativa da Revolução, Portugal manteve habilmente certa postura de neutralidade (cada vez mais difícil de sustentar) frente às disputas correntes, de modo a preservar a Monarquia e seu império ultramarino. Tendo tais objetivos em foco, D. João, príncipe regente, sob tensão, decidiu acatar uma sugestão há muito aventada e transferir sua corte para a América portuguesa.²²²

Os membros da casa real, com grande comitiva e valiosa carga, partiram de Lisboa sob escolta britânica pouco antes de forças napoleônicas alcançarem a capital. Em meio

liberdade e da igualdade em geral, mas da *classe média* ou da sociedade ‘burguesa’ liberal; não da ‘economia moderna’ ou do ‘Estado moderno’, mas das economias e dos Estados em uma determinada região geográfica do mundo [...], cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. [...] Levante gêmeo que se deu naqueles dois países e dali se propagou por todo o mundo”. Sobre o processo revolucionário, caracterizado como momento fundador da concepção moderna de política e dos princípios do Estado liberal, ver ainda: VOVELLE, 2012 [2011].

²¹⁹ Para Connerton (1999 [1989], p. 21), “era habitual interpretar-se todas as insurreições violentas como sendo a continuação do movimento iniciado em 1789, de tal forma que as épocas de restauração surgiam como pausas durante as quais a corrente revolucionária se havia tornado subterrânea apenas para irromper de novo à superfície. Na altura de cada insurreição [...], tanto os apoiantes como os opositores da revolução viam os acontecimentos como consequências directas de 1789”. Ver: HARTOG, 2003 [1998], p. 61-81.

²²⁰ NEVES, 2008, p. 71-74. L. M. B. P. Neves e Tânia M. T. B. Ferreira (1989) ressaltam a “reação por parte das autoridades portuguesas, preocupadas com a difusão das ideias francesas em seu país”, restabelecendo e reforçando instituições tradicionais de censura, para “conter o avanço da propaganda das ideias revolucionárias francesas e a onda invasora do enciclopedismo e do liberalismo em Portugal”. Nota-se, então, um “medo social” entre governantes e “homens esclarecidos que defendem as ideias da Ilustração para a organização de uma nova sociedade, que, entretanto, não aceitam uma revolução nos moldes franceses. As reformas pautadas na razão eram bem vistas para se evitar os perigos de uma convulsão social que poderia abalar os alicerces tradicionais da sociedade luso-brasileira, idealizada sobre a fé e a razão”. Apesar das precauções, “as novas doutrinas iam sutilmente penetrando no ideário da elite luso-brasileira”. Segundo Luís C. Villalta (1999, p. 81), “se a Revolução Francesa afetou as estruturas políticas da Europa e da América”, a via revolucionária das Luzes “não se generalizou”. No mundo luso-brasileiro, decorreram a partir de meados do século XVIII reformas ilustradas conduzidas por monarcas e por seus ministros, a que sucederam a Revolução do Porto (1820) e a independência do Brasil (1822), “que não tiveram nada de verdadeiramente revolucionário, levando, no primeiro caso, à limitação dos poderes régios e, no segundo, à ruptura dos vínculos político-administrativos entre Portugal e sua colônia”. Ver ainda: NEVES, 1995.

²²¹ Torgal (1973, p. XIV) aponta que contrarrevolução é uma temática complexa; “movimento de reação à Revolução liberal, que teve a sua grande realização histórica na França dos finais do século XVIII e que se projectou em Portugal logo nas primeiras décadas do século seguinte”, indo desde a “oposição mais radical à ordem liberalista até uma oposição relativa, com a inerente aceitação de certas coordenadas liberais”. *Tradicionalismo*, termo correlato, também apresenta diversas cambiantes.

²²² L. M. B. P. NEVES, 2011, p. 76; BETHELL, 2004 [1984], p. 199-200.

a batalhas, ocupações e transformações que punham o Antigo Regime em xeque em todo o continente, Portugal se viu invadido por tropas e ideias francesas (1807-1810), repelidas com o auxílio inglês.²²³ Tratou-se de uma viragem nas relações de poder, em que o Brasil, território colonial, fez-se sede da autoridade política, enquanto a *capital* do império se viu *acéfala* – ameaçada por tropas napoleônicas e gerida por uma regência frágil, sob tutela britânica. Na outra margem, fez-se necessário recriar a estrutura institucional da corte.²²⁴

Antes de aportar, D. João abriu os portos da América portuguesa para comércio e navegação, rompendo com a política exclusivista que tinha marcado o espaço colonial.²²⁵ Celebraram-se em 1810, além disso, tratados *de amizade* com a Grã-Bretanha, atualizando alianças luso-britânicas com vistas a garantir a integridade do reino. Com a deslocação na estrutura do poder, Lisboa passou a receber ordens do Rio de Janeiro, em que se centralizou a administração do Brasil – forjando uma unidade administrativa no Brasil, com relativa abertura a novas pessoas e ideias.²²⁶

Após o período de guerras, restou uma série de imbróglis por resolver. Na porção portuguesa do velho continente, tentava-se restabelecer a ordem, contando com o auxílio de diplomacia e tropas inglesas. Em meio às mudanças por que tinha passado a sociedade, contudo, o antigo ordenamento só em aparência poderia ser restituído.²²⁷ A travessia do Atlântico havia possibilitado a salvaguarda da Monarquia, mas resultou em uma inversão do estatuto da antiga metrópole, onde se demandava o retorno da corte. Deixando claro o propósito de permanecer no Brasil e preservar seus direitos, entretanto, D. João decretou

²²³ Sobre Portugal diante das invasões francesas, ver: NEVES, 2008; ARAÚJO, 1998.

²²⁴ ALEXANDRE, 2000, p. 11-20; MARTINS & MOTTA, 2015; SCHWARCZ, 2002, p. 183-224.

²²⁵ L. M. B. P. NEVES, 2011, p. 75, 78-80.

²²⁶ O Rio de Janeiro era capital do vice-reino do Brasil desde 1763, o que não se traduzia em primazia ou unidade administrativa do território – reforçada apenas com a chegada da corte e do aparato de poder em 1808. À América também chegaram artistas e cientistas, além de terem sido inaugurados prelos, bibliotecas, escolas e teatros. Ver: SILVA, 2011, p. 23-27; BETHELL, 2004 [1984], p. 201-206. Nas palavras de J. Murilo de Carvalho (1998 [1994], p. 234), à altura do deslocamento da corte “não existia Brasil nem politicamente, nem economicamente, nem culturalmente. Havia um arquipélago de capitanias que [...] frequentemente ignoravam a existência umas das outras. No máximo, havia integração precária de regiões”.

²²⁷ BONIFÁCIO, 2010, p. 21. Prolongamentos do processo revolucionário puseram em xeque soberanos, fronteiras e equilíbrios políticos pela Europa. Vencidas as tropas napoleônicas, representantes de dirigentes europeus se reuniram no Congresso de Viena (1814-1815) para reestabelecer territórios e monarquias de Antigo Regime. Tal processo pôs em confronto, contudo, conservadores e reformadores, contribuindo com a consolidação do ideal de nacionalidades em muitos territórios. Ver: VARGUES, 1998, p. 41.

a criação de uma nova entidade política (1815),²²⁸ sendo pouco depois aclamado D. João VI do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve (1818).²²⁹

Na porção europeia desse Reino Unido, havia insatisfação crescente. Além das dificuldades financeiras, acusava-se o monarca de romper com costumes do reino, feito uma espécie de colônia do antigo território colonial.²³⁰ A defesa de tradições históricas se relacionou, assim, a movimentos contestatórios que rejeitavam a influência estrangeira e a nova situação política. Difundia-se a ideia de repor em vigor as “constituições antigas”, com a convocação das “cortes tradicionais”.²³¹ Questionava-se, ainda, a legitimidade do rei ausente – questionamentos para os quais contribuía o exemplo de recentes movimentos contestatórios europeus, incentivando a organização do pronunciamento militar a que se assistiu no Porto (24 de agosto de 1820).

No processo deflagrado, acusava-se o rompimento do *contrato primitivo* entre o monarca e seus súditos, demandava-se seu retorno e se convocavam cortes para a elaboração de uma nova constituição.²³² A tal levantamento, dominado por chefes civis e militares, seguiu-se, em Lisboa (15 de setembro, data comemorativa da libertação da cidade dos invasores franceses), um movimento que lhes escapou, passando o povo a desempenhar certo protagonismo. No mês seguinte, tropas do norte entraram na capital, onde, em meio a um ambiente festivo, os grandes do reino, os tribunais e as corporações juraram obediência ao rei e às cortes, entoando o *Te Deum* nas igrejas. Associava-se o governo nascente à ordem e às tradições da fé católica e da Monarquia. O caráter mais popular assumido, bem como os *vivas* ao rei, à religião, às cortes e à constituição, representavam, entretanto, um ritual novo na sociedade portuguesa.²³³

²²⁸ Pondo fim às designações de colônia, domínio e conquista ao território americano – que, elevado a reino, afirmava-se simbolicamente; institucionalizando-se como corpo autônomo e como sede da Monarquia, o que afetava os sentimentos de teor *nacionalistas* no reino europeu. Ver: ALEXANDRE, 2000, p. 17.

²²⁹ Sobre a cerimônia e seus sentidos, ver: HERMANN, 2007.

²³⁰ NEVES & NEVES, 2011, p. 287-288; MELLO, 2002, p. 15.

²³¹ Reunidas pela última vez em 1697. Sobre o histórico das cortes em Portugal, ver: CARDIM, 1998.

²³² No meio luso-brasileiro, a linguagem *absolutista* que se afirmou e assimilou no século XVIII não pôde sufocar o ideal de uma “tradição do antigo constitucionalismo, embalsamado nas lembranças” do processo conhecido como Restauração (1640), de que resultaram o fim do domínio da coroa hispânica sobre o reino (União Ibérica, 1580-1640) e o início da dinastia de Bragança. Prestando-se a diferentes usos ao longo do tempo, ao vocábulo se juntou, com as revoluções atlânticas, a acepção do *constitucionalismo moderno*; “constituição passou então a significar a garantia de direitos e deveres, estabelecidos por um novo pacto social, elaborado entre o rei e o indivíduo, símbolo da política moderna [...]; assumiu, assim, a forma de ‘um sistema fechado de normas’ que designa uma unidade que não existe concretamente, mas apenas de maneira ideal” (NEVES & NEVES, 2009, p. 66, 70). Ver ainda: CATROGA, 2008; SANTOS, 1988.

²³³ BONIFÁCIO, 2010, p. 24. Sobre a religião e a Igreja no processo e após, ver: FERREIRA, 2002 [2000]b, que destaca que “a revolução de 1820 não se assumiu como anti-religiosa, mas implicou um profundo debate sobre a religião”, de que resultaram uma relativização da autoridade e do papel da Igreja e decisões

Mobilizavam-se, ao lado das lembranças de um *antigo constitucionalismo*, teorias que se remetiam ao pensamento iluminista (adaptadas e postas em práticas desde finais do século XVIII na Europa e na América) e que faziam residir no povo ou na nação (e não no monarca) a soberania. Refutava-se, assim, a autoridade tradicional, interpretando as relações de poder como um contrato entre governantes e governados e inaugurando formas de representação fundadas no sistema eleitoral (e não nas ordens antigas). Desse movimento, marcado por uma série de disputas, resultou a convocação das cortes (não pelo rei, mas pela nação), em cujo seio se elaborou uma constituição a que D. João VI, já de volta a Lisboa, jurou fidelidade (13 de outubro de 1822). Tratou-se, enfim, da inauguração da ordem liberal, em que *constitucionalismo moderno e nação* se afirmaram como ideias fundamentais.²³⁴

Da travessia de retorno da família real, excluiu-se, contudo, D. Pedro. Feito regente com amplos poderes (para preservar os laços na Monarquia e a unidade na América lusa), o príncipe herdeiro permaneceu no Brasil, onde as notícias de Portugal geravam alvoroço e receio. O primeiro desembarque de um monarca europeu no *Novo Mundo* (1808), com a relocação do aparelho central e das estruturas administrativas da coroa, havia transformado o Rio de Janeiro em uma *nova Lisboa*;²³⁵ espécie de metrópole em relação às demais capitanias, impossibilitando a autonomia e a liberdade que muitos almejavam.²³⁶ Em um ambiente em que se notava certa influência de algumas ideias

políticas que afetaram suas prerrogativas e funcionamento no país, visando a, em diversos aspectos, subordinar a instituição ao poder central. Ver ainda: FARIA, 1992; SARDICA, 2002. Entretanto, há um progressivo afastamento entre clérigos e liberais (conforme com o avanço da legislação contrária à Igreja), acentuado com a contrarrevolucionária Vilafrancada (1823), a que se alinha a maioria do clero.

²³⁴ NEVES & NEVES, 2009, p. 66, 70; VARGUES, 1998, p. 41; HESPANHA, 2004; MESQUITA, 2006, cap. II. Sobre a mobilização do tópico do *constitucionalismo*; das “antigas leis e liberdades pátrias” relidas como uma “‘realidade’ secular da nação” substituída/subvertida por uma prática política autoritária e arbitrária, ver: PEREIRA, 1997. Para Serrão (1983, p. 46-48), “por mais inovador que tenha sido, efectivamente, o liberalismo português – e até o foi; por mais que nele esteja presente a Revolução Francesa, ele procura conciliar o novo com o antigo, tendendo a pensar que as inovações de facto, que introduzia na vida política, administrativa, social e económica, se legitimariam pelo ‘regresso’ às lídimas tradições nacionais anteriores ao regime absoluto – a esse bom tempo que ‘só nos resta a lembrança’. Daí ter-se denominado *Cortes* à Assembleia Constituinte; daí o facto de os nossos liberais terem desfraldado muito mais a bandeira da *regeneração* nacional, que, na verdade, comoveu, na sua arrancada inicial, todo o país, do que a da *revolução*. [...] Essa crença regeneradora de todo o nosso liberalismo procurava, pelos meios viáveis, a síntese do passado e do presente, da tradição e da inovação [...]; só podia conceber o porvir como um *regresso* a certos aspectos do passado”.

²³⁵ Além das mudanças advindas da estrutura política da corte, destacam-se “transformações de longo alcance, como melhoramentos urbanos, a maior presença de estrangeiros e suas ideias, a difusão de distintas práticas sociais e, sobretudo, a introdução da imprensa”. Para o restante da América portuguesa, contudo; “regiões diversas com dificuldades quase insuperáveis de comunicação”, tais melhoramentos não eram uma realidade, o que só fazia acentuar a distância em relação à nova capital (NEVES & NEVES, 2011, p. 308).

²³⁶ Se a proximidade com a coroa acabou por beneficiar econômica, política e socialmente os grandes senhores de terras, a mesma reduzida distância reforçava a percepção do domínio metropolitano de seu governo absolutista e do peso das cargas tributárias. Ver: BETHELL, 2004 [1984], p. 205-209.

revolucionárias francesas e americanas, entretanto, determinadas regiões punham em causa os vínculos com a corte centralizadora sediada no Rio de Janeiro.²³⁷

Tanto em Portugal quanto no Brasil, estabeleceram-se condições que favoreciam a discussão de ideias políticas. Com o considerável aumento da circulação de impressos (cujo conteúdo, por meio de conversas, extrapolava os limitados círculos letrados), ampliou-se o teor das críticas aos partidários do Antigo Regime, reclamando mudanças institucionais que regenerassem a nação. Configuraram-se, portanto, hábitos políticos novos, pautados na concepção de uma monarquia constitucional que tinha na religião católica um elemento de coesão social.²³⁸ Entende-se, pois, que o eco das alterações liberais de 1820 reavivou aspirações por mudanças na América portuguesa, não tardando demonstrações de adesão ao constitucionalismo – voltado contra o absolutismo e ainda mobilizando uma apelativa linguagem contratualista.

O retorno da coroa a Lisboa, além das complicações que causava em termos políticos e econômicos, implicava o receio de que se tentaria reverter a autonomia e o estatuto da porção americana do Reino Unido. Temor que cresceu com o conhecimento das medidas das Cortes Gerais Extraordinárias Constituintes tocantes ao Brasil. Ainda antes de a maioria dos deputados brasileiros eleitos localmente chegar a Lisboa, as Cortes opunham ao ideal de um reino luso-brasileiro (com igualdade entre as partes) a diretriz visando à supremacia de Portugal. No que dizia respeito ao Brasil, tratava-se da proposta do restabelecimento da condição de território subalterno.²³⁹

Crescia o afastamento entre portugueses e brasileiros – acentuado com o envio de novos contingentes militares ao Brasil, com a ordem de sujeição das diferentes províncias

²³⁷ Em meio a descontentamentos, o movimento de teor federativo no Recife (1817) foi logo reprimido, mas muitas de suas ideias permaneceram em pauta, deixando o governo atento a movimentos independentistas e guarnecendo suas possessões. Ver: L. M. B. P. NEVES, 2011, p. 80-88.

²³⁸ L. M. B. P. NEVES, 2011, p. 89-93. Desde 1820 circulavam panfletos de teor *constitucional* nos dois lados do Atlântico. “O movimento encetado pela cidade do Porto foi saudado pelos portugueses habitantes da América como um sinal de esperança: os velhos tempos do absolutismo e da tirania haviam passado [...]. As noções de igualdade e fraternidade eram complexas e foram sendo elaboradas a partir do triunfo do constitucionalismo, reafirmando-se a necessidade de se reforçar a construção do império Luso-Brasileiro” (RIBEIRO, 1997, p. 65-69). 1808 marca o início da imprensa no Brasil, mas foi a adesão ao movimento liberal português “que criou as condições para os primeiros ensaios de uma relativa liberdade de imprensa”. Os panfletos divulgados entre 1820 e 1823, “quando as ruas se agitavam na luta pela constitucionalização do reino e pela independência do Brasil”, são um marco. Manuscritos ou impressos, fizeram-se ler em meio a “ruas e praças das cidades, cujas paredes e postes forneciam o suporte para a nova forma de comunicação” (CARVALHO, BASTOS & BASILE, 2012, p. 9-10).

²³⁹ As estratégias políticas e discursivas vão se demarcando. São as decisões das Cortes de Lisboa que acentuam a tendência a rupturas. A ideia de independência surge como “combate pela liberdade, que até o último momento se pensava em obter dentro da Nação portuguesa” (RIBEIRO, 1997, p. 65-105). Ver ainda: CARVALHO, BASTOS & BASILE, 2012, p. 21.

à administração lisboeta (não mais ao Rio de Janeiro), com a transferência das instituições governamentais para o reino europeu e com a ordem do retorno de D. Pedro a Lisboa.²⁴⁰ Em contrapartida, diante da oposição às decisões das Cortes, cresceu a união das elites brasileiras – ciosas de seus interesses e conscientes de que estavam em causa a autonomia e a unidade da América portuguesa.²⁴¹ Como de D. João VI não se podia esperar a defesa de seus interesses, diferentes grupos passaram a se organizar em torno da figura de seu filho. Com a recusa do príncipe herdeiro em acatar ordens de Portugal, deu-se a partida no processo que resultou na independência.²⁴²

No Rio de Janeiro, entre as questões que a partir de então se debatiam, destacavam-se as polêmicas em torno da Assembleia Constituinte (1823) e do estatuto dos portugueses no país recém-fundado. Em meio aos conflitos que o processo de separação política acentuou, deviam-se redefinir as relações entre lusos e brasileiros, com as demarcações identitárias decorrentes.²⁴³ Questão mais complexa, considerando-se a nacionalidade de D. Pedro I (imperador constitucional) e suas relações com Lisboa, com os portugueses e com a coroa lusa. Entende-se, pois, como se atentava aos acontecimentos do outro lado do Atlântico, onde, por um golpe em que influenciou D. Miguel (*Vilafrancada*, 1823), fecharam-se as cortes, restabelecendo o poder tradicional de D. João VI.²⁴⁴

No Brasil, D. Pedro I, após ter dissolvido, também em 1823, a Constituinte, outorgou e jurou a primeira Constituição brasileira (1824), que definia o país como uma

²⁴⁰ BETHELL, 2004 [1984], p. 213-217. Muitos deputados, diante da experiência e das hostilidades em Lisboa, vieram a radicalizar suas posições, recusando-se a acatar a Constituição de 1822.

²⁴¹ “As medidas das Cortes tiveram o efeito de promover a até então difícil união das diversas províncias e facções das elites brasileiras” (CARVALHO, BASTOS & BASILE 2012, p. 19).

²⁴² L. M. B. P. NEVES, 2011, p. 94-95. Para Evaldo C. de Mello (2002, p. 15-16), “o Brasil não se tornou independente porque fosse nacionalista, mas fez-se nacionalista por haver-se tornado independente [...]. O Império não foi o produto de uma aspiração nacional preexistente e cruelmente reprimida por uma potência estrangeira [...], mas o somatório de circunstâncias, como a impossibilidade de se fazer aceitar, tanto pelo Brasil quanto pela Inglaterra, a abolição da liberdade de comércio concedida em 1808; a luta pelo poder entre o regente D. Pedro e os ‘vintistas’ [...]; e os interesses da burocracia régia, que, civil ou militar, graduada ou subalterna, fabricava no Rio de Janeiro, desde a chegada do Bragança, seu pequeno paraíso tropical”. Daí as subseqüentes preocupações com a elaboração de uma narrativa nacional (em que assumiram papel de relevo o IGHB e os literatos, políticos e funcionários) e de incentivos ao “sentimento nacional”, por iniciativas diversas, dentre as quais se destacam, aqui, os festejos comemorativos. Para uma reflexão sobre a ideia de independência e sobre tal processo, ver: NEVES, 2010. De acordo com J. M. de Carvalho (1998 [1994], p. 235), ademais, “se a ideia de Brasil não estava no horizonte mental de grupos locais e da população em geral, estava na cabeça dos políticos que lideraram o processo de independência”; indivíduos naturais da América portuguesa, formados em Coimbra e incorporados na burocracia do império português; sujeitos que “forneceram o traço de continuidade entre a Colônia e o novo país, conservando a Monarquia como garantia da unidade política e da ordem social”.

²⁴³ RIBEIRO, 1997, cap. II.

²⁴⁴ A notícia incentivou rumores de planos de recolonização, o que levou o imperador a considerar planejar a defesa do Brasil, diante da hipótese de uma ofensiva lusa. Ver: RIBEIRO, 1997, p. 135-139.

monarquia unitária e centralizada, tendo o catolicismo como religião oficial, e cuja soberania residia simultaneamente no imperador e na nação.²⁴⁵ Embora houvesse uma aparente divisão dos poderes, o documento se caracterizava por conceder ao monarca a chave da organização política: o poder moderador, que lhe garantia com exclusividade a prerrogativa de sancionar as determinações legislativas e de prorrogar, adiar ou dissolver a Assembleia Geral de onde elas emanavam – espécie de limitação de Antigo Regime ao desenvolvimento da lógica liberal.²⁴⁶

Na narrativa nacional que se conformava e celebrava no Império após a independência, afirmaram-se quatro episódios relacionados à trajetória do príncipe herdeiro português: o *Dia do Fico* (9 de janeiro de 1822), o *Grito do Ipiranga* (7 de setembro de 1822), sua aclamação como D. Pedro I, imperador constitucional e protetor perpétuo do Brasil (12 de outubro de 1822, seu aniversário) e a outorga da Constituição (25 de março de 1824). Inicialmente, não havia definição sobre quando celebrar a fundação do Império, mas se fixaram essas datas no calendário de festividades cívicas, ao qual se adicionou uma quinta: a abertura do parlamento (3 de maio, segundo a Constituição).²⁴⁷ O calendário se estabeleceu na primeira sessão da primeira legislatura, em 1826. Entretanto, o imperador já havia decretado uma lista de dias de gala.²⁴⁸

A discussão no parlamento, com diferentes perspectivas acerca da narrativa histórica, das comemorações oficiais e de sua função cívica, faz-se aqui eloquente.²⁴⁹ De acordo com o visconde de Nazaré,* autor da proposta, “todas as nações recomendaram sempre à posteridade os dias notáveis de suas instituições; aqueles em que se praticaram certos fatos de grandeza e heroísmo que as tornaram célebres à face do mundo”. O senador ainda aponta que “nós também temos certos dias de igual notabilidade”. Sendo

²⁴⁵ NEVES, 2018.

²⁴⁶ L. M. B. P. NEVES, 2011, p. 103-106. Pode-se dizer que “o regime constitucional misto”, que informa limitações/peculiaridades do constitucionalismo luso-brasileiro, “foi decorrência da interpretação dada à teoria do ‘poder neutro’, desenvolvida por Benjamin Constant, que marcou a diferença da Constituição de 1822, elaborada pelas Cortes, e as Constituições de 1824 e de 1826, outorgadas por D. Pedro I. A divisão de poderes [...] foi atenuada pela acumulação na pessoa do rei (imperador) dos poderes moderador e executivo” (RAMOS, CARVALHO & SILVA, 2018, p. 12). Ver ainda: CARVALHO, 2018; HESPANHA, 2004; RAMOS, 2018.

²⁴⁷ KRAAY, 2013, p. 13-30.

²⁴⁸ Um decreto de 21 de dezembro de 1822 estabelecia nove dias de grande gala e nove de pequena gala, sobretudo de teor religioso e relacionados à família imperial – com exceção do dia da proclamação do sistema constitucional (26 de fevereiro). Da listagem referida, constava apenas o 12 de outubro, sem menção ao 7 de setembro. Ver: *Collecção das leis do Imperio do Brazil de 1822*, v. I, pt. II, 1887.

²⁴⁹ O projeto foi apresentado no Senado em 20 de junho, passou por três discussões e foi aprovado em 17 de julho, sendo então remetido à Câmara dos deputados – onde se deu a inclusão do 3 de maio; “dia em que o Brasil viu pela primeira vez a nação reunida e legitimamente representada” (Teixeira de Gouveia, *Annaes do Parlamento Brasileiro*, t. III, [1826], 1874).

já declarados dia de gala, fazia-se necessário declará-los “de festa nacional [...] de regozijo público em todo o império”.²⁵⁰

Sua ideia contemplava sete dias e foi criticada pelo visconde de Barbacena,* para quem “se nós quisermos fazer um projeto de festas nacionais de todos os acontecimentos memoráveis, teremos o inconveniente de, em pouco tempo, metade do ano ser toda de festas, além de que todos os objetos mais estimáveis, quando se multiplicam, perdem todo o seu valor”. Como a quase totalidade dos dias sugeridos era “de um só homem”, seria “melhor que reuníssemos todos em um só, que é o dia 12 de outubro, que deu ao mundo o imperador que declarou a independência e efetuou a fundação do império”.²⁵¹

Partindo de um rol comum de datas, debatia-se seu número e se ponderava a qual/quais delas atribuir prioridade. Para alguns, como o visconde de Caravelas,* sem que se questionasse a centralidade do imperador, o melhor seria privilegiar o 7 de setembro, em que ele “quebrou as nossas prisões, as cadeias que nos ligavam a Portugal”. Travava-se uma disputa em torno do aspecto do passado a destacar. Se sua figura se fazia cimeira na narrativa que se afirmava como oficial, a representação do rompimento com a antiga metrópole também se impunha como evento fundador da nacionalidade.²⁵²

Na segunda discussão do projeto, Barbacena e o barão de Cairu* propuseram que se comemorasse apenas o 12 de outubro.²⁵³ Sem acordo, adiou-se outra vez a decisão. Retomando a palavra no segundo dia da terceira discussão, Nazaré, reagindo a tal proposta, afirma que havia

uma razão política em apoio dessas diversas festividades; é para que nossos filhos e netos, geralmente falando, *as futuras gerações*, ouvindo as salvas, vendo embandeiramentos e mais demonstrações de regozijo, próprias de semelhantes dias, *se lembrem* dos gloriosos fatos que neles se passaram.²⁵⁴

Tal aspecto se fazia ainda mais importante quando se considerava que se lidava com um país de recente fundação. Determinar tais marcos narrativos e celebrativos seria, para o Brasil, um dever – pensando no interesse e na perspectiva da posteridade:

se nós já estivéssemos há séculos constituídos, não pugnaria tanto. Mas nós principiamos agora; tratamos de uma monarquia nova; de um novo império. É agora que nos constituímos e é impossível que *as gerações futuras nos não*

²⁵⁰ *Annaes do Senado do Imperio do Brazil... anno de 1826*. t. II. 1878. Sessão do dia 20 de junho.

²⁵¹ *Annaes do Senado do Imperio do Brazil... anno de 1826*. t. II. 1878. Sessão do dia 20 de junho.

²⁵² Sendo reconhecido em 1823 como momento fundador, foi até 1831 considerado menos importante que a aclamação de D. Pedro, entendida como dia da criação oficial do império. Ver: KRAAY, 2010.

²⁵³ O dia apresentava um duplo aspecto em torno do imperador: festejar sua aclamação poderia reforçar a ideia da origem popular de seu poder, agradando aos mais radicais; celebrar seu nascimento como data de fundação do império agradava mais aos conservadores. Ver: KRAAY, 2013, p. 41.

²⁵⁴ *Annaes do Senado... ano de 1826*, t. III. Sessão do dia 17 de julho. Grifos meus.

*cunhem de ingratos [...]. Com razão dirão elas que fomos mesquinhos em deixar de marcar dias que deviam ser assinalados com distintos e indelévels caracteres da nossa gratidão.*²⁵⁵

Tratava-se, pois, de uma espécie de obrigação de recordação e instrução frente às gerações futuras (sempre julgadoras). O que retoma algumas das questões aqui referidas sobre a passagem do tempo percebida como interação entre gerações; supondo-se que os homens do presente/futuro tanto podiam aprender com aquilo que os homens do presente/passado lhes legaram (inscrições e registros variados, patrimônio, benfeitorias), dando-lhes desenvolvimento crítico adequado (no caso da perspectiva histórica), quanto os sentenciar negativamente com base naquilo que eles deixaram de fazer ou que fizeram de maneira indevida. Além da representação e da instrução coetâneas, portanto, tinha-se em vista como tais celebrações, reavivando a lembrança de aspectos do presente/passado, desempenhariam um papel na e para a posteridade, fazendo dialogar (imaginativamente) diferentes períodos; imbricando instâncias do tempo e temporalidade,²⁵⁶ sob a ideia de um juízo da história.

Cairu, reagindo a uma proposição de Caravelas (que destacou a importância educativa das festividades – dado que “a maior parte da nação consta de homens que não folheiam livros”; homens que, em suas palavras, não “têm a história”), mostra-se supostamente otimista acerca da divulgação da narrativa mais tradicional, com base em alegados esforços políticos imperiais relativos a projetos voltados para a educação:

foi dito por um ilustre senador que a maior parte do povo não lê, nem é capaz de ler a história da nação para se lembrar das referidas épocas notáveis, porém que se recordará sempre de ver e ouvir as festas nacionais. Digo que a constituição tem destinado a instrução pública a todo o povo e não é impossível que a [instrução] das primeiras letras chegue a todas as classes.²⁵⁷

Ele apresenta uma interessante ideia acerca da relação das populações com a narrativa histórica (em diferentes manifestações, densidades e suportes), sugerindo a noção de instrução também por rituais quotidianos e por associação de ideias:

não se precisa de que os indivíduos tenham livros *in folio* da história nacional. Os factos principais, e especialmente das recomendadas e recomendáveis épocas, *se podem todos os dias ler na cartilha religiosa e civil*. Enfim, todas

²⁵⁵ *Annaes do Senado... ano de 1826*, t. III. Sessão do dia 17 de julho. Grifos meus.

²⁵⁶ Temporalidades enquanto formas como se inscrevem as atividades na duração; uma das maneiras como se pode conceituar a apropriação temporal (BARBOSA, 2007, p. 63). Acerca da ideia de mobilizações do passado, entende-se que os grupos humanos lidam de formas diversas com as instâncias e experiências do tempo, sendo as representações, as atualizações e os discursos sobre seu passado importantes para suas autocompreensão e identidade. Ver: BANN, 1994 [1990]; RÜSEN, 2009 [1994]. Sobre como as sociedades se relacionam com o tempo histórico, articulando passado, presente e futuro (as instâncias do tempo, na expressão de Ricoeur), ver: HARTOG, 2015 [2003].

²⁵⁷ *Annaes do Senado... ano de 1826*, t. III. Sessão do dia 17 de julho.

elas são subordinadas, ainda que pela associação de ideias, reunidas na festa nacional de 12 de outubro, que será a nossa grande olimpíada.²⁵⁸

Em uma altura em que se buscava afirmar a ideia de nação e seus valores, concedia-se grande relevo ao discurso que se construía sobre a consolidação de sua independência, sobre a fundação de suas instituições e também sobre os indivíduos que desempenharam papel importante em tempos pretéritos. O debate parlamentar em torno do calendário indicia a relevância atribuída à preservação e à conformação da memória nacional. As festividades cívicas, para alguns, deveriam ter lugar privilegiado na pedagogia sobre o passado nacional – visto que instruíam e reavivavam as lembranças pela via dos sentimentos. Para outros, contudo, a primazia caberia à história *in folio* (representação narrativa escrita desse passado), auxiliada quotidianamente por práticas que transmitissem diferentes aspectos da narrativa acerca do percurso da nação.

No IHGB, tais preocupações são consideradas e elaboradas de forma distinta. Com iniciativas e suportes variados, selecionam-se, elaboram-se e se preservam documentos para a futura escrita da história (para a qual ainda se decidem e estruturam parâmetros). Não se trata, pois, de meros registros sobre o passado nacional (espécie de “testemunho”, como diria Macedo), mas do almejado discurso crítico, documentado e disciplinado sobre esse passado (uma “sentença”).²⁵⁹ Na instituição, de resto, além de se destacarem mais as continuidades que os rompimentos na relação passado-presente,²⁶⁰ elabora-se uma espécie de *panteão de papel* relativamente aos indivíduos cuja lembrança se julga importante preservar.²⁶¹

²⁵⁸ *Annaes do Senado... ano de 1826*, t. III. Sessão do dia 17 de julho. Grifos meus.

²⁵⁹ *R.IHGB*, t. 26, 1863, p. 925-926. Como se tem destacado o papel do IHGB para o Brasil, importa apontar, em Portugal, a relevância da Real Academia de Ciências de Lisboa. Fundada em 1779, apresentando uma perspectiva pragmática e propedêutica da história, propunha, nesse campo, aprofundar o conhecimento da nação a partir da pesquisa e dos registros e guarda documental. Herdeiros de tal tradição, os primeiros liberais buscaram “conciliar presente e passado, nação e Monarquia, nação e religião”. A partir da década de 50, Herculano desenvolveu no seio da Academia um importante trabalho documental/arquivista e se distanciou, em textos, de “tradições míticas e religiosas, sobrepondo as evidências documentais às tradições gloriosas” (“Nacionalismo e História”; “Academia Real das Ciências”. *DHP*). No período em tela, apesar de não contar com o relevo e a dinâmica do passado, a instituição ainda dispõe de grande prestígio, afirmando-se enquanto *congregação oficial* das ciências e das letras, em torno de que se reúnem personalidades de perfil diverso e independente – que discursam, investigam, escrevem e elaboram homenagens sob sua égide. Conta, ademais, com a simpatia/proteção da coroa e ainda colabora com o Estado, com pareceres e estudos.

²⁶⁰ Nas discussões sobre a narrativa da nacionalidade no IHGB, a Independência só gradualmente vai ser abordada, superando o território do presente. Ver: MALEVAL, 2015, p. 18.

²⁶¹ “O ‘panteão de papel’ brasileiro, erigido pela *Revista do IHGB* e pelos numerosos dicionários biográficos publicados durante o reinado de dom Pedro II [...], conforma-se às leis gerais que orientam a história do Brasil, como sucessão de fatos e como narrativa, e que foram definidas por Martius em nome do IHGB. O recenseamento dos grandes homens extrapola, além disso, o debate acadêmico. A administração da posteridade, por suas implicações sociais, produz o encontro da história com a memória, mistura os campos intelectuais e políticos” (ENDERS, 2000, p. 41-42).

No pós-1822, a definição de um calendário cívico imperial (distinto daquele que havia regido as festas coloniais, que afinal se remetiam ao Antigo Regime português) relacionava-se a diferentes perspectivas sobre a imagem da nação, visando a ensinar/divulgar aos brasileiros o passado e o presente do Império de que eles faziam parte. Instaurado o regime parlamentar, os representantes políticos se incumbiram da tarefa de estabelecer marcos recordativos do passado selecionado do país, sensíveis à relevância da memória para instruir e mobilizar os brasileiros em meio aos esforços para a conformação da identidade nacional. Com a ocorrência de mudanças políticas, contudo, determinados indivíduos e episódios já afixados no repertório comemorativo foram perdendo destaque, sendo suprimidos ou substituídos seus festejos respectivos.

O imperador, devido ao protagonismo a ele atribuído na história oficial, foi personagem central no calendário cívico durante o Primeiro Reinado (1822-1831). Sua associação com tal narrativa que se afirmava se relaciona à mobilização de sua figura como fonte de legitimação, substituindo referências anteriores (em relação às quais, contudo, ele representava continuidades, em termos familiares/dinásticos e cerimoniais). A percepção que os brasileiros dele faziam, no entanto, foi aos poucos se distanciando da de um herói da nacionalidade. A abdicação, interpretada a partir de ideias de teor liberal (que se opunham a medidas autoritárias tomadas por D. Pedro), pode ser percebida como o culminar de um processo de reação a um governo que contrariava os interesses da maioria. Processo que se associou à desvalorização da imagem do monarca, com redução de seu impacto simbólico e reavaliação de seu papel histórico.

Em oposição ao imperador que abdicou, passou-se a se celebrar sua abdicação (7 de abril), representada como uma revolução que pôs fim a um governo despótico – sem derramamento de sangue ou desordens.²⁶² Se no período inicial da Regência (1831-1840), de teor liberal moderado (até 1837), afirmou-se forte oposição à imagem de D. Pedro enquanto déspota, as mudanças do chamado Regresso conservador emprestaram diferentes sentidos à comemoração de sua abdicação, ressignificando sua imagem. Antes foco de intensa disputa, tal celebração foi esmorecendo, em um processo caracterizado

²⁶² Em 1831 se discutiu e aprovou um novo calendário, suprimindo o 12 de outubro e adicionando, em contrapartida, o aniversário de D. Pedro II (2 de dezembro) e o próprio 7 de abril. Ver: *Annaes do Parlamento Brasileiro*, t. II, [1831], 1878. Relembra anualmente, a data mobilizava a população sem contar com o apelo ao imperador. Seus principais promotores eram os liberais moderados, organizados na Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional (1831). Ver: FERNANDES, 2013.

pela alternância de grupo no poder,²⁶³ em que também pesou sua morte, desalentando a oposição a sua figura e facilitando uma melhor apreciação da de seu filho/sucessor.²⁶⁴

Em Portugal, para onde partiu em 1831, D. Pedro se afirmou como comandante constitucional, liderando, em favor de sua filha, D. Maria II (1826-1853), tropas militares contra os absolutistas capitaneados por D. Miguel, seu irmão. Bastante intensos, os embates marcaram fortemente a política do país, com a derrota dos miguelistas e o início da segunda experiência liberal portuguesa, que tinha no regente, *dador* da Carta,²⁶⁵ uma figura fundadora – comemorada, portanto, enquanto tal.²⁶⁶ Prolongando-se no tempo, tais comemorações não deixam, contudo, de ser alvo de críticas. No último quartel do século, por exemplo, indivíduos como Emídio Garcia, Jaime de Ségurier, Oliveira Martins e Ramalho Ortigão questionam tanto a narrativa histórica quanto as celebrações e os protagonistas oficiais do regime.²⁶⁷

No país, a proposta de festas políticas autocomemoradoras remonta, como referido, à primeira experiência liberal, com a celebração de episódios importantes do processo revolucionário vintista.²⁶⁸ Contudo, tanto as ações de D. Miguel (com o retorno de liturgias do Antigo Regime) quanto a instabilidade política do liberalismo nas décadas seguintes implicaram alterações no calendário celebrativo, pondo em questão memórias relativas ao processo revolucionário.²⁶⁹ Com a estabilização política de meados do século,

²⁶³ “Além da luta pelo controle simbólico do espaço público, estava em jogo a construção de uma memória nacional acerca dos objetos alçados ao panteão cívico da pátria – a Constituição, a Abdicação, a Independência e o imperador Pedro II –, eles próprios eivados de controvérsias” (BASILE, 2006, p. 513).

²⁶⁴ Inicialmente apresentado como um movimento popular que resultara na abdicação, deixando o poder a cargo de uma regência ocupada por cidadãos, perdeu pompa, passando a pontuar o dia em que o trono fora entregue a D. Pedro II (1840-1889), cujo aniversário ganhou destaque. Ver: FERNANDES, 2013. Sobre a relação da narrativa do passado no Segundo Reinado com o imperador (mecenas do IHGB) e a ideia de conciliação com a herança portuguesa, ver: GUIMARÃES, 1995.

²⁶⁵ A tal respeito, importa recordar que “a constituição do Império do Brasil de 1824 é, como se sabe nas escolas de Direito portuguesas, a fonte principal da Carta Constitucional da Monarquia portuguesa, preparada no Brasil pelo imperador D. Pedro I e expedida para Lisboa em meados de 1826. Os juristas há muito que falam de ‘constitucionalismo luso-brasileiro’ [...] em cima dos escombros do Antigo Regime e sob a égide de uma nova ordem liberal, os dois países ergueram-se, então, a partir de um mesmo modelo político e de uma mesma legitimidade dinástica” (RAMOS, CARVALHO & SILVA, 2018, p. 10-12).

²⁶⁶ SILVA, 1998, p. 77-81.

²⁶⁷ Acerca da reflexão sobre a história no período, com destaque às “críticas ao paradigma de heroísmo ainda então dominante nos livros escolares e noutras obras de vulgarização histórica, que celebravam sobretudo o valor guerreiro e a ação política dos monarcas” e a celebrações católicas, ver: MATOS, 1992.

²⁶⁸ Datas relacionadas à implantação do constitucionalismo e ao reinado de D. João VI (1816-1826): 24 de agosto (1820), dia da Revolução no Porto; 15 de setembro (1820), revolta do Porto secundada em Lisboa; 26 de janeiro (1821), instalação das cortes constituintes; 26 de fevereiro (1821), o rei jura aceitar a constituição a ser elaborada; 1º de outubro (1820), união da junta do Porto com o governo interino de Lisboa; 6 de fevereiro (1818), aclamação de D. João VI; 13 de maio, aniversário do monarca; 4 de junho (1821), desembarque de D. João VI em Lisboa, retornando do Rio de Janeiro.

²⁶⁹ “A ordem liberal instituiu as suas ‘festas comemorativas’, criou ‘catecismos’, elegeu algumas palavras mágicas (‘constituição’, ‘cortes’, ‘cidadão’, ‘rei constitucional’). E os seus vultos políticos começaram a

entretanto, estabiliza-se também o rol de comemorações histórico-políticas, com destaque ao 29 de abril (1826), em que D. Pedro IV outorgou a Carta, e ao 31 de março (1826), em que tal documento foi jurado pela Regência provisória.²⁷⁰

Solenizando esses episódios, busca-se afirmar/conservar uma narrativa liberal (distinta da vintista), fortemente imbricada com a representação de D. Pedro IV. A esse esforço, associa-se a referida cerimônia relacionada ao luto por sua morte (24 de setembro). Já nas últimas décadas de Oitocentos, entretanto, assume relevo na capital o 24 de julho, que assinala a entrada em Lisboa das tropas liberais comandadas pelo duque da Terceira (1833), importante para o desfecho da guerra civil. Contrário à iniciativa festiva e a seus simbolismos, Ramalho Ortigão ressalta que “os fundadores da liberdade moderna em Portugal não foram os generais de 1833, mas sim os revolucionários de 1820”, cujas ações tiveram desdobramentos positivos em Portugal e também no Brasil:

a representação nacional congregada sob a ação revolucionária de 1820 é o fato mais brilhante da moderna história portuguesa [...]. Acusam-na de erros graves cometidos na direção dos negócios do Brasil. Esses erros [...] determinaram um dos mais belos triunfos da liberdade – a emancipação do Estado brasileiro proclamada pacificamente, em nome do novo direito, nas margens do Ipiranga. Foi assim que nasceu o sistema constitucional, uma enorme conquista sobre o regime político que o procedera, em Portugal e no Brasil. [...] O único trabalho a vencer era o de disciplinar a Monarquia para a tornar compatível com as formas do governo democrático.²⁷¹

Para o escritor, foram os obstáculos no seio da Monarquia que restabeleceram, nos dois países, governos de teor absolutista – estando, por conseguinte, na origem da guerra civil que decorreu em Portugal pouco depois:

foi a resistência monárquica a essa combinação de poderes que produziu no Brasil o golpe de estado de 12 de novembro e 1823 [em que D. Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte para no ano seguinte outorgar uma constituição que fortalecia seu poder] e em Portugal a aclamação do absolutismo em Vila Franca [1823] [...]. No regresso do soberano de Vila Franca para Lisboa, [...] os fidalgos idólatras do Antigo Regime desatrelaram as mulas do coche real, puxaram eles mesmos o veículo do absolutismo e foi com a sua corte à ponta de lança que el-rei entrou no palácio. [...] Desde que em uma sociedade concorrem por um lado cidadãos que procuram definir os direitos dos homens como o fizeram os deputados às cortes constituintes e por

ser vistos carismaticamente. Com todos estes elementos nasceu uma consciência de cidadania liberal [...]; a memória e a história de 1820 está radicada ao longo do século XIX”. Quanto às comemorações, a “Revolução de 1820 era considerada como origem de um novo tempo nas datas propostas [...] ‘dias de festividade nacional’”, valorizando episódios revolucionários e “acontecimentos marcantes relacionados a D. João VI”. Contudo, quase todas as datas propostas (com exceção das que não tinham relação com o processo revolucionário) foram revogadas, junto com símbolos e monumentos, com o fim do triênio liberal. (VARGUES, 1997, p. 272-276, 361). Ver ainda: CATROGA, 1998 [1996]c; FARIA, 1992; JOÃO, 1999, p. 37-54; SARDICA, 2002. Acerca das instabilidades e disputas no seio do liberalismo entre 1834-1851 e da instauração do consenso com a Regeneração, ver: SARDICA, 2013 [2001], parte I.

²⁷⁰ ANDRADE & TORGAL, 2012, p. 52-62.

²⁷¹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28/07/1877.

outro lado cidadãos que têm da dignidade humana uma compreensão que os leva a substituírem-se às mulas que puxam a carruagem de um príncipe, todo o acordo é impossível enquanto a espada não fizer as vezes do látigo para precipitar as parelhas ou para cortar os tirantes que prendem as berlindas de uns à força muscular dos outros. Foi esse o serviço adjudicado ao valor militar dos generais da sra. D. Maria II.²⁷²

Em uma carta satírica “à alma de D. Pedro IV” escrita em 1872, Ortigão afirma que naquele ano “escavou-se, desentulhou-se no fundo de um passado esquecido, o esqueleto do dia 24 de julho”. Dirigindo-se ao rei defunto, ele pondera: “deve parecer-lhe singular, senhor, que, passados 39 anos de indiferença sobre o [dia] 24, o fossem repentinamente desenterrar do passado – vesti-lo de gala e fazê-lo reinar”.²⁷³ Cinco anos mais tarde, em carta à popular *Gazeta de Notícias** carioca, ele novamente aborda tal comemoração (que assume maior relevo, então, devido à inauguração de uma estátua do mencionado duque da Terceira). Para o escritor, as festas relacionadas aos exércitos de D. Pedro IV (como as tropas comandadas pelo duque, que “fez a guerra, mas não fez a revolução”)²⁷⁴ no fundo dizem respeito a disputas e consensos no seio da Regeneração.²⁷⁵

A despeito de suas críticas, a data comemorativa decorre, na ocasião,

com a mais ruidosa pompa. A alvorada foi anunciada com salvas de 21 tiros nas fortalezas e em todos os navios de guerra surtos no Tejo, com milhares de foguetes, de morteiros, de bombas de dinamite por todas as ruas e praças públicas e com o *Hino da Carta* vibrado entusiasticamente nos trombones de todas as filarmônicas de Lisboa e seu termo. Um estrondo temeroso e solene. Muitas ruas da cidade amanhecera ornamentadas de bandeiras, de festões de murtas e de arcos triunfais. Às 5 horas da tarde *Te Deum* em S. Domingos, revista militar passada às tropas da guarnição por el-rei e em seguida inauguração da estátua do duque da Terceira, descoberta por Sua Majestade no cais do Sodré, no meio de um concurso enorme de pessoas que coalhavam a praça, que assistiram à cerimônia do mar, em embarcações embandeiradas que em terra se prolongava a muito longe do aterro e nas ruas adjacentes.²⁷⁶

Confirmando a relevância de tal comemoração, lê-se em um caricato e irônico relato estrangeiro que, excetuando-se o carnaval,

²⁷² *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28/07/1877.

²⁷³ *As Farpas*, Lisboa, jul-ago/1872.

²⁷⁴ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28/07/1877.

²⁷⁵ A proposta, em seu ver, remete-se/remonta à comemoração do 9 de julho (1832), *desembarque do Mindelo*, no Porto, festejo que Ramalho supõe ter influenciado/incentivado uma contraparte lisboeta. A solenidade portuense seria, segundo o autor, “uma festa constitucional para”, ademais, “fazer perrice aos jesuítas”, espécie de “inimigo cômodo” a diferentes correntes do regime, desde a partida marcado por seu teor e discurso anticongreganista (*As Farpas*, Lisboa, jul-ago/1872). O festejo do 24 de julho (bem como outros afins: além dos casos e das datas festivas do Porto e de Lisboa, Coimbra comemora o 8 de maio, *entrada do exército libertador*, 1834), em suma, é “fruto da iniciativa autónoma de sectores da sociedade civil, mas com um claro objectivo político conjuntural”. No entanto, como destacam Andrade e Torgal (2012, p. 62-63), a institucionalização das festas em tela “pode significar uma tentativa de reafirmar o consenso liberal, recordando a união no combate contra o inimigo comum, o absolutismo ultramontano” – sobretudo a partir da década de 1870.

²⁷⁶ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28/07/1877.

o grande festejo de Portugal é o 24 de julho, aniversário da entrada das tropas liberais em Lisboa em 1833 e do advento do governo constitucional. Nesse dia, o canhão acorda-nos às 3 horas da madrugada e continua a ribombar até à noite, de maneira a fazer em estilhaços os vidros das janelas. Excelente e proveitoso dia para os vidraceiros! Há *Te Deum* na Sé, grande revista passada pelo rei na vasta praça do Rossio, músicas, jantar no paço, espetáculo de gala etc. etc. Grandes e pequenos andam todos alvoroçados. O espaço, assim como as pernas dos transeuntes, são todo o dia fustigados por milhares de girândolas de foguetes, que estouram por toda a parte e por todos os lados. À noite, a praça do Rossio ilumina-se a gás. É essa realmente a grande festa. [...] Não há festejos em Portugal sem salvas de artilharia, dadas pelos fortes e repetidas e repercutidas pelos navios de guerra. [...] Dia de festividade religiosa, canhão. Dia de festejo político, canhão. Aniversário de um óbito, canhão. Aniversário de um nascimento, canhão. O rei tosse, canhão. Os príncipes espirram, canhão. Navio que entra, canhão. Navio que sai, canhão. Inauguração, seja do que for, canhão, canhão e sempre canhão! [...] Além do estrondear da artilharia, as festividades são anunciadas e acompanhadas por milhares de foguetes, lançados ao ar, nas ruas, sem consideração ou deferência pelas pessoas que estão às janelas ou transitam pedestremente. [...] Essa febre pirotécnica passou de Lisboa para as mais obscuras aldeias. Não há batizado, casamento ou festa de igreja sem o indispensável foguetório.²⁷⁷

De modo geral, tais festejos seguem rituais conhecidos da população em Portugal e no Brasil.²⁷⁸ Envolvem, como referido, parada militar, cortejos, iluminações, fogos de artifício, tiros de canhão, toque de sino, hinos e também representações teatrais e cerimônias religiosas.²⁷⁹ Ocupando o espaço público e alterando a rotina, imbricam manifestações distintas – ressaltando o sentido cívico a partir de uma linguagem litúrgica que lhes precede e perdura.²⁸⁰ Além dos debates quanto a seu estabelecimento, as

²⁷⁷ RATTAZZI, 1881 [1879], p. 74-76. Em carta à *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro, 24/08/1880), Ortigão continua a lamentar a manutenção de tal festa, relatando um ritual parecido. A continuidade, mesmo com algumas críticas, também se nota no caso portuense, como mostra o trecho referente “aos festejos com o Porto tenciona comemorar o quinquagésimo aniversário” do 9 de julho, comandado pela Associação Liberal, com presença da família real. Programam-se: “parada das forças militares [...], passando toda a brigada em contingência pela estátua do imperador na praça de D. Pedro. Missa campal [...], com assistência [...] dos veteranos da liberdade. Cortejos das corporações liberais a depositar coroas comemorativas no sarcófago de D. Pedro IV na Lapa e no túmulo dos Mártires da Liberdade [...] passeio fluvial com iluminação e fogos [...]. Músicas, embandeiramentos, iluminações e todo o cortejo habitual [...] pedido à Câmara Municipal portuense para que a nova avenida da Ponte D. Luís I se passe a se denominar avenida de Joaquim António de Aguiar” (*O Ocidente*, Lisboa, 01/07/1882).

²⁷⁸ Abordando festividades cívicas no Império, Hendrik Kraay (2013) apresenta rotinas parecidas e também cita relatos de espanto de estrangeiros em relação à abundância de fogos de artifício e tiros de canhão.

²⁷⁹ Como o *Te Deum Laudamus*, hino que remonta aos primeiros séculos do cristianismo, sendo parte importante da liturgia católica. Como se nota pelas referências ao *Te Deum* em diversos relatos, é frequentemente entoado nas festividades em tela, solenizando momentos de ação de graças. Para uma visão ampla das romarias/cortejos e outros aspectos populares nos rituais católicos, ver: SOUZA, 2013.

²⁸⁰ Segundo Isabel N. Vargues (1997, p. 340-341), as festividades vintistas (e, por extensão, pode-se pensar, em termos parecidos, na concepção das festividades liberais posteriores) “foram importantes espetáculos encenados com aspectos novos, que acentuavam as características cívicas inerentes a uma aprendizagem política. Outros mantinham ainda aspectos tradicionais onde a componente religiosa era imanente. E em muitos festejos ocorridos no primeiro liberalismo mesclavam-se ambas as características”. Influenciadas por festas revolucionárias francesas, revelam “características inovadoras, que se conciliaram com aspectos tradicionais”. Maria I. João (1999, p. 37-54) destaca continuidades em relação aos festejos tradicionais; “forma de tornar credíveis os novos valores à luz das crenças mais arraigadas das populações”. Para José M. Sardica (2002, p. 133), “a colagem à religião” era patente nas representações alegóricas e imagéticas do primeiro liberalismo, e também nas “abundantes manifestações cívicas”, nas quais “a Igreja era o cenário,

comemorações repercutem nos periódicos e em outros impressos – em meio a conclamações, críticas e descrições, que colaboram com o esforço para os fazer relevantes e memoráveis.²⁸¹ Já no último quartel do século, entretanto, notam-se sinais de novidade:

ninguém pensaria, decerto, que ao ano de 1880 estivesse reservado ver uma tão sincera e tão digna demonstração de entusiasmo e de patriotismo. *Os fatos mais notáveis da nossa história, os aniversários mais solenes, haviam sido festejados aos sons pouco harmoniosos de meia dúzia de bandas marciais, entoando o hino da Carta, e ao estalido dos foguetes, que enchiam o povo de admiração e de canas queimadas. Tudo acabava pelo mesmo. Tudo; desde o 24 de julho até o 1º de dezembro.*²⁸² E que alguém atentasse contra esse *status quo*; que alguém se atrevesse a asseverar que as festas da liberdade e da civilização constavam de outras manifestações mais proveitosas [...], teria contra si a turba pacata dos burgueses, que [...] se revoltariam corajosos e ameaçadores, exprobando quem ousasse falar-lhes em alterações daqueles hábitos, herdados dos seus bisavós, de mistura com as inscrições de assentamento e a tesourar de aparar os calos. *Foi preciso que uma coletividade respeitável e respeitada – a Imprensa – tomasse a iniciativa da festa, conduzisse os espíritos pelas conferências preliminares e pelos artigos nas colunas de todos os jornais, a aceitarem a solenização do tricentenário de Camões, como aconselhava o bom senso, e a encaminhasse para o lado democrático, único modo por que uma nação livre e pundonorosa podia provar o seu orgulho patriótico.*²⁸³

I.II Homens do passado em festividades e impressos

Ainda nas primeiras discussões acerca de um novo calendário cívico para o Império do Brasil, sugeriram-se e se debateram distintas formas de mobilizar representações do passado: discursos expressos em livros, festividades, cerimônias de teor religioso, monumentos, catecismos, jornais. Valendo-se da evocação de sentimentos, visava-se a cumprir expectativas quanto ao julgamento de gerações futuras (relacionadas à preservação da memória e ao registro de vestígios do presente e do passado). Ademais, quanto ao momento em que se vivia e a suas demandas específicas, ainda se buscava instruir sobre o país sua população iletrada. Nas palavras de Caravelas:

a Missa o ritual, o *Te Deum* o canto e o pároco o oficiante da celebração”. Afinal, como recorda Ana M. Faria (1992, p. 289), o catolicismo era o quadro preponderante disponível para solenizar os acontecimentos.

²⁸¹ Para Ribeiro (1993, p. 339), “a rememoração comemorativa pela palavra e pela imagem mantém o passado vivo através da descrição narrativa, mas preserva-o também através da sua reencenação e do seu regresso sob uma forma representacional”.

²⁸² Ao 1º de dezembro, que assinala a Restauração (1640), não se deu destaque no início do regime, quando a comemoração esteve mais ligada aos legitimistas. Em meio à polêmica iberista, contudo, funda-se a Associação 1º de Dezembro (1861), buscando promovê-la como estímulo ao sentimento nacional. As festas mantêm caráter não oficial, apoiadas pelos poderes locais e por associações e jornais. Com o fim do século, perdem fôlego. Ver: ANDRADE & TORRALBA, 2012, p. 52-62; CATROGA, 1998d; PEREIRA, 2007. No relato estrangeiro já citado, afirma-se que, se “a festa nacional por excelência, em Portugal, deveria ser a do 1º de dezembro [...], de todos os aniversários, esse é o menos festejado. Não existe a menor aparência de regozijo público”. Em nota do tradutor, contudo, ressalva-se: “a autora presenciou decerto um dos somenos festejos a que se refere, ou foi mal informada [...]. A comemoração do 1º de dezembro torna-se, de ano para ano, mais viva, entusiástica e convicta” (RATTAZZI, 1881 [1879], p. 72-74).

²⁸³ J. Estevão Azevedo, *Almanach Camões*, Lisboa, 1880. (cf. Cabral, 1973, apêndice III). Grifos meus.

disse o ilustre senador [Cairu] que a história fará a devida comemoração deles [os episódios em debate]; mas eu pergunto se pela história se faz que, quando chegar o aniversário de um desses dias, a nação se sensibilize e entusiasme, como sendo de festividade? Decerto que não, porque não há um objeto *que lhe desperte a memória* desse dia, nem dos fatos nele acontecidos. Pergunto mais: *a nação toda compõe-se de homens que têm a história? Não; a maior parte da nação consta de homens que não folheiam livros, uns porque lhes falta o tempo, outros porque não sabem ler. Os antigos, para eternizarem estes dias, levantavam monumentos e até os gravavam em bronze, para não se esquecerem. Nós não fazemos o mesmo, tão frequentes vezes, porque temos a imprensa, com que suprimos esses monumentos e esses bronzes. Mas é necessário que haja a festividade nacional, porque o povo, em geral, não lê a história, como já disse, mas vê a festividade e então pergunta ao instruído na história o motivo dela, e este lho explica. [...]* É verdade que nossos vindouros não experimentarão nesses dias os mesmos sentimentos que nós agora experimentamos. Entretanto, sempre se conservará a lembrança deles.²⁸⁴

Nota-se seu otimismo quanto ao potencial dos impressos (monumento/panteão em papel) na conformação da narrativa nacional (história *in folio*) contra o esquecimento (uma “segunda e mais irremediável morte”, nas palavras de Séguier). O que, contudo, não descarta a percepção da importância das festividades enquanto estratégia para *despertar a memória*, sobretudo tendo em conta que a maior parte da população não conhecia essa narrativa. De modo a mobilizar e instruir civicamente tais indivíduos, as festividades apelariam para seus sentimentos, cabendo aos poucos instruídos, que conheciam a história *in folio*, explicar-lhes os motivos por trás das cerimônias (que amplificavam e animavam essa mesma narrativa).

Ao recuperar debates sobre comemorações de teor histórico (imbricadas em torno de D. Pedro), ressaltam-se disputas acerca dos usos do passado (selecionado e encenado coletivamente); indício da relevância de tais iniciativas à altura. No Brasil, em torno da figura de D. Pedro I se desenvolveram reflexões acerca da história e de sua mobilização no cotidiano, no ensino e na política. Em questão, a narrativa sobre o rompimento com a antiga metrópole e sobre a fundação/afirmação da nacionalidade.²⁸⁵ Em Portugal, o

²⁸⁴ *Annaes do Senado... ano de 1826*, t. II. Sessão do dia 17 de julho. Grifos meus.

²⁸⁵ Como ressalva, recorda-se que J. Murilo de Carvalho (1998 [1994], p. 237-241) afirma que, se na década de 1850 se pode falar na consolidação de um Estado nacional centralizado, “a nação brasileira ainda era uma ficção”. A Monarquia era percebida como importante fator de coesão. Contudo “o sentimento monarquista da população não significava necessariamente sentimento de brasilidade. Era antes fidelidade à tradição monárquico-católica, de natureza religiosa e cultural antes que política. [...] O que seria de esperar, então, da parte da elite, era uma ação pedagógica, dirigida à população, que buscasse identificar a Monarquia ao Imperador e este à nação”. Para o historiador, no entanto, “pouco foi feito nesse sentido”, seja devido à falta de monumentos públicos e ao uso indevido de “símbolos cívicos clássicos, como o hino e a bandeira”, seja, ainda (como aponta um crítico em meados do século XIX), devido à “ausência de uma política educacional voltada para a formação cívica [...] [e ao] descaso em relação a museus, galerias de arte, festas nacionais [...]”. Era geral a apatia da população em relação às grandes datas nacionais. A preocupação da elite imperial com o problema da identidade nacional resumiu-se em tentar socializar e convencer setores divergentes da própria elite. Foi no campo das instituições de elite que se fizeram os maiores esforços”. Nesse sentido, destacam-se as escolas superiores e o IHGB, “instituição que mais

histórico de D. Pedro IV, figura-chave da vitória do liberalismo após o retorno/interregno absolutista, associa-se à afirmação de uma narrativa nacional liberal e secularizada, rompendo com os discursos sobre o passado típicos do Antigo Regime, e moderando ecos da revolução de 1820 – aspecto que as críticas de Ortigão (à memória do monarca, a seus festejos, à Regeneração e à Carta) trazem, contudo, à tona.

O processo de leitura e releitura de episódios relacionados a D. Pedro I/IV implicou a elaboração de diferentes visões sobre sua pessoa e sobre seu legado. De herói da independência em favor dos brasileiros liberais (o que, em Portugal, era percebido como traição), passou a ser visto, no Brasil, como um déspota português cuja abdicação se celebrava. Na antiga metrópole, entretanto, afirmou-se sobretudo devido à liderança das tropas liberais, restabelecendo a Carta por ele *dada* aos portugueses. Com o tempo e com as mais mudanças políticas, alterou-se também a percepção sobre seu papel histórico. Destacando-se em sua trajetória que ele abdicou de duas coroas em favor de seus filhos, outorgou dois documentos constitucionais e lutou contra tropas absolutistas em Portugal (restaurando o liberalismo), sua imagem pôde ser celebrada – mesmo que, sobretudo no último quartel do XIX, tal recuperação enfrente questionamentos nos dois países.²⁸⁶

Nas reflexões de Jaime de Séguier, nota-se a oposição entre ritos fúnebres oficiais aos Pedros IV e V, comemorações alegadamente populares e celebrações centenárias em lembrança de indivíduos como Garrett e Herculano.²⁸⁷ O jornalista escreve em 1881; altura em que se propõem festejos de teor distinto daqueles que se vêm abordando. Não se trata da celebração anual, com os ritos e pompas oficiais do costume, de episódios e

diretamente se empenhou em difundir o conhecimento do país, ao mesmo tempo em que buscava transmitir uma identidade particular”.

²⁸⁶ Sobre como se lidou com o legado de D. Pedro I no Brasil, incluindo sua reabilitação no II Reinado, atribuída em grande parte a seu histórico luso, ver: LAW, 2015. Quanto a Portugal, ver: CATROGA, 1990. Deve-se destacar, ademais, “o dilema das elites brasileiras do século XIX [...]; divididas entre a fidelidade ao universo da tradição e da cultura portuguesa [...] e a necessidade de construir uma identidade própria para o novo país independente” (NEVES & FERREIRA, 2000, p. 175). Para Bernardo Ricupero (2004, p. XXX-XXXII), de uma “postura originalmente crítica em relação a Portugal e a colônia para a incorporação positiva do passado pré-nacional”, passa-se a avaliar “de forma mais positiva a herança ibérica e o legado colonial”, propondo “a mestiçagem como fundamento do que seria praticamente uma nova civilização”.

²⁸⁷ Pouco antes, Gervásio Lobato escreve ser “incoerente que a geração que estigmatizou tão brilhantemente o procedimento dos contemporâneos do cantor d’*Os Lusíadas* fazendo essa grande festa [...] deixasse aos seus netos igual tema de acusações violenta”, reclamando que se prestem homenagens condignas, pagando sua “dívida sagrada” justamente a Herculano e Garrett (*Ocidente*, Lisboa, 15/10/1880). Assim, nota-se a recorrência do tópico e o reconhecimento a eles conferido e reclamado. Já em 1888, os restos de Herculano são trasladados para os Jerônimos, celebrando-se em 1910 o centenário de seu nascimento. Quanto a Garrett, após se assinalar o centenário de seu nascimento em 1899, suas cinzas são levadas para o mesmo templo em 1903, sendo mais tarde deslocadas para Santa Engrácia, finalmente inaugurada como o adiado e derradeiro Panteão Nacional em 1966 (Herculano, entretanto, permanece nos Jerônimos). Ver: CATROGA, 1998 [1996]c.

protagonistas consagrados no quotidiano e nas narrativas do regime vigente. Propõe-se, em alternativa, comemorar *grandes homens* defuntos por sua contribuição histórica para o progresso da nação/humanidade; evocando-os, glorificando-os e mobilizando a memória em festividades enriquecidas pelo apelo simbólico da efeméride de centenários fúnebres – uma reapropriação, com sentido secularizado, das apoteoses da Antiguidade e de rituais inspirados no catolicismo. A tal respeito, o conde de Samodães* escreve:

estamos na época dos centenários. [...] A Igreja celebra os seus santos, os seus mártires e os seus valorosos atletas na defesa da fé e da verdade. A sociedade civil conta também as suas celebridades, e se não lhes consagra festas anuais, singelas e despretensiosas, escolhe os centenários para decretar aparatosas apoteoses. Os heróis desses festivais recebem as honras póstumas que lhes tributa a posteridade, exibindo os monumentos que lhe legaram. [...] Sendo mestres perpétuos das gerações posteriores, rende a posteridade preitos e homenagens que, por assaz merecidas, não encontram contraditores, adversários ou indiferentes. [...] Assim como, diante do altar, onde pousa a imagem do bem-aventurado cujas virtudes preexcelsas a Igreja reconheceu, todos dobram os joelhos espontaneamente, não duvidando da infalibilidade do julgamento que no céu fora seguramente confirmado; assim também, em frente do pedestal encimado pela estátua do herói nacional, todos, abaixando a fronte, confessam a grandeza das ações [...]. Se muitas vezes os coevos foram ingratos ou desconhecaram serviços que deveriam confessar, a dívida é saldada pelos pósteros, que, herdando os benefícios, se desempenham de um encargo que os evos não satisfizeram.²⁸⁸

Nessas comemorações, dispensam-se alguns elementos correntes em cerimônias tradicionais do liberalismo monárquico, como a parada militar e o *Te Deum*, criticados por Ortigão e Séguier.²⁸⁹ Propõem-se, em alternativa, préstitos cívicos estruturados de modo distinto; procissão secularizada, integrando estandartes e carros alegóricos²⁹⁰ de grupamentos associativos de tipos diversos (escolares, profissionais, políticos), sem teor religioso. Assim, segundo o elogioso relato de Guilherme de Azevedo* acerca do primeiro cortejo de tal tipo realizado em Portugal – ponto alto dos festejos do referido tricentenário camoniano (1880),

²⁸⁸ SAMODÃES, 1882, p. 1-2.

²⁸⁹ Ortigão propõe “pôr de parte a teologia” e generalizar a “educação positiva”. Nesse sentido, exalta a tendência *moderna* de “reformatar o calendário, substituindo as efemérides eclesiásticas pelas tábulas históricas. Essa tendência revela um progresso” (*As Farpas*, Lisboa, jul-ago/1876). Ele opõe, assim, os novos e os velhos rituais, destacando a falta de apoio oficial aos festejos camonianos, de que esteve à frente, em Lisboa, e criticando a parada militar do costume: “nada mais triste, aos meus olhos de simples burguês, do que esse espetáculo do nosso militarismo! [...] Pobres diabos amarelecidos à sombra infecta dos quarteis, carregados de chumbo e de ferro como miséras bestas de cargas inúteis, marchando em rebanho aos tropeções [...] calculem o que temos sacrificado para nos permitirmos o receio de uma revista militar no dia 24 de julho de cada ano”. Ele opõe, ao duque da Terceira, Garrett e Herculano (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24/08/1880). Ortigão acusa que o governo gasta recursos para “fazer passar uma vez por ano em frente ao terraço do teatro de D. Maria em roda da estátua do dador da Carta um certo número de regimentos com as suas músicas à frente tangendo o hino da dita Carta [...] em rigor esse povo não paga 4:000 por ano [...] para o exército; paga-lhos unicamente para a música” (*Farpas*, Lisboa, mai/1879).

²⁹⁰ Importa recordar que no Antigo Regime cortejos, encenações e carros alegóricos foram importantes para os rituais celebrativos pomposos (de teor religioso) da Monarquia. Ver: JANCSÓ & KANTOR, 2001.

essa procissão não levava as basílicas da Sé, não levava capelães cantores, não marchava entre alas de soldados; era uma procissão em que o ídolo era o povo, glorificado pelo próprio povo; recebendo pela primeira vez sua apoteose e adquirindo a noção pacífica, a que muitos chamam revolucionária, de que ele é rei [...]. Sob esse ponto de vista, a procissão cívica é um dos fatos mais profundamente revolucionários que em Portugal se têm realizado [...] Os olhos do povo compraziam-se evidentemente neste espetáculo singular, inteiramente novo para ele, coitado, que nunca vira nada com que as suas vistas se deliciassem sem que o obrigassem a ajoelhar e a tirar o chapéu.²⁹¹

Não se trata de destruir formas antigas e costumeiras de celebração, que ainda dispõem de grande poder de mobilização popular e coesão social, e sim de modificar seus conteúdos e sentidos, revestindo-as de formas novas/renovadas – de acordo com as ideias de conservação e mudança; de *ordem* como condição para o *progresso*. Em suas propostas e execução, nota-se, pois, mais que a importante valorização romântica do passado pátrio, a influência de certo positivismo de matriz comtiana não ortodoxa, concebendo as sociedades e seu desenvolvimento a partir das ideias de evolução, ciência e civilização – informadas/conduzidas por variações de uma sociologia positivista e até certo limite inspiradas por sua face religiosa, centrada na comemoração dos mortos ilustres.²⁹²

Em meio a tais festividades alegadamente populares e *espontâneas*, apresentam-se discursos sobre o passado em conferências, publicações, cortejos... manifestações celebrando indivíduos que teriam desempenhado devidamente seu papel histórico (concebido teleologicamente); valendo-se de lembranças (reelaboradas) a seu respeito para instrução e crítica política (pondo em questão consensos do regime). Recordam-se defuntos notáveis que, por maiores que tenham sido no passado, dispõem, no presente, apenas do poder que lhes emprestam os vivos. Seus homenageadores, construindo a ideia de uma continuidade cronológica, restituem-lhes força e voz, mobilizando-os em função de discursos e iniciativas correntes, tendo em vista mais-valias simbólicas.²⁹³

²⁹¹ *O Ocidente*, Lisboa, 15/06/1880. J. E. Azevedo afirma que o cortejo “era a primeira procissão que se fazia em Lisboa sem a cruz alçada nas mãos de um devoto, grosso de carnes e de consciência, sem o latim problemático duns reverendos, corados e de coroa luzidia” (*Almanach Camões*, cf. Cabral, 1973, ap. III).

²⁹² A respeito da teorização acerca da problemática dos *grandes homens* (síntese e intérpretes privilegiados da evolução histórica) e da importância da história como instrumento de formação cívica no contexto dos centenários portugueses da década de 80, ver: CATROGA, 1977; 2006; MATOS, 1992. Para Ribeiro (1993, p. 374-375), “numa concepção evolucionista e historicista, a evocação distante e a sua exemplaridade justificam um ideal de sociedade projetado no futuro. Na linha da doutrina de Auguste Comte, as comemorações laicizam os rituais católicos e é essa dimensão cívico-religiosa que define a sociocracia comtiana como ‘governo dos vivos pelos mortos’. O imaginário colectivo quer-se um comum sentir, consensual, um reflexo de um sentimento afectivo solidário. A comemoração e o poder simbólico que ela reveste deveriam compatibilizar os intuitos dos seus mentores e dos seus intérpretes”.

²⁹³ GOULEMORT & WALTER, 1984, p. 407-409. Os autores empregam, ademais, a feliz expressão “ventriloquie posthume”, para tratar dessa instrumentalização de indivíduos do passado e de *suas* falas.

Na expressão de Azevedo, “o canhão mais monstruoso dos tempos modernos pode enviar uma bala a 5, 10 km de distância. Um simples livro manda o nosso nome à posteridade”. Motivo pelo qual a data comemorativa de Camões, autor d’*Os Lusíadas* (o livro em causa), deve ser a “mais santificada do nosso calendário”.²⁹⁴ Na sequência de “comemorações poético-festivas” que se generalizam nas “nações modernas da Europa”, propõe-se consagrar “a memória dos homens que representam a síntese da evolução pacífica do progresso”, não como “um estéril e simples culto que os vivos prestam aos mortos”, mas como “uma dívida sagrada de gratidão que as nações pagam a quem as serviu e honrou”. O tricentenário de Camões, há muito considerado “a cristalização gloriosa da vida histórica portuguesa”,²⁹⁵ é o primeiro festejo do tipo celebrado em Portugal (e também no Brasil).

Na proposição de tais festas, convoca-se a história enquanto saber autorizado para legitimar o presente-futuro, reatualizando e ritualizando evocações do passado. Trata-se de uma “reconstituição unilateral e selectiva”, a partir de interesses correntes; de um novo tipo de “cerimónias comemorativas e das tentativas de sagração das grandes figuras nacionais”.²⁹⁶ Os festejos camonianos são liderados em Lisboa por uma comissão executiva eleita entre representantes dos principais periódicos da capital, em cujo seio se propõem, como etapa preliminar, artigos, conferências e leituras públicas, de modo a “preparar o espírito público para a compreensão do sentido histórico desse dia [...] de Camões, da sua obras, do seu século e das suas relações com a nacionalidade portuguesa”.²⁹⁷ Apesar dos elevados índices de analfabetismo, os jornais são o principal e mais abrangente meio de difundir informações,²⁹⁸ fazendo-se, portanto, fundamentais na organização do centenário – informando e mobilizando a população acerca dos motivos, do programa e dos preparativos para os festejos.

Teófilo Braga,* um dos promotores do positivismo em Portugal, é, junto com Ortigão e Luciano Cordeiro,* dos maiores entusiastas das celebrações camonianas. Para ele, os centenários, sucessores das manifestações tradicionais religiosas, são como “festas

²⁹⁴ *O Ocidente*, Lisboa, 10/06/1880. Ressalta-se que a oposição não é fortuita, dado que os canhões, como referido, são elemento recorrente nos festejos tradicionais da Monarquia.

²⁹⁵ *Projeto de lei... apresentado pelo sr. deputado Simões Dias* (cf. ARANHA, 1888, doc. 05). Sobre sua recuperação por Garrett, vinculada a uma restauração da identidade nacional em torno d’*Os Lusíadas*, ver: BUESCU, 1993. Sobre a conformação de sua figura mítica em Portugal (e no Brasil), do romantismo à apoteose no tricentenário, ver: PEREIRA, 2015. Desde 1867, Camões está representado em um monumento no Chiado, aonde convergem as homenagens em 1880.

²⁹⁶ CATROGA, 1998c, p. 513.

²⁹⁷ Projeto de programa para os festejos [20/04/1880]. Cf. Aranha, 1888, doc. n.º 14.

²⁹⁸ Ver o capítulo IV desta tese.

das congregações nacionais”, em que cada povo escolhe e homenageia “o gênio que é a síntese do seu caráter”. Assim,

em vez de desvairar a mente do povo com a repetição de velhos mitos, acomodados pelas alegorias às paixões de cada época e aos interesses de uma classe, hoje procura-se localizar a admiração e a simpatia naqueles vultos que pela sua ação nos fazem sentir a solidariedade humana, que contribuíram para o bem-estar social por uma ideia, por uma intervenção oportuna, por qualquer sacrifício, enfim! Com os mitos tradicionais, caem também as glórias derivadas do acaso do nascimento e do canibalismo das grandes carnificinas militares.²⁹⁹

No caso português, “o nome de Camões sintetiza o sentimento nacional”. É por meio dele; das glórias que representa em termos literários (e do período áureo da história que com ele se encerra) que se faz conhecido na Europa o nome de Portugal. Ademais, cantando as peripécias da expansão marítima portuguesa, “o poema de Camões tem o valor de uma síntese das aspirações do mundo moderno”. Não apenas ao passado; “o nome e a obra de Camões estão indissolúvelmente ligados ao futuro da nacionalidade portuguesa”.³⁰⁰ Nesse sentido, entendem-se a recordação e a celebração de uma idade de ouro que se deseja opor a uma época já sem brilho.

Nota-se, pelas palavras enviadas pelos estudantes de Coimbra à comissão da imprensa lisboeta, a difusão da perspectiva dos organizadores; a força da ideia de que

o gênio de Portugal é Camões, a entidade mais preeminente de toda a sua existência, e seguramente um dos maiores vultos de toda a humanidade. [...] O tricentenário de Camões, como todas as comemorações dos grandes homens, é uma festa da humanidade [...], mas *se para a humanidade culta Camões é um dos seus heróis, um dos seus gênios, um dos seus deuses, para Portugal é o seu herói, o seu gênio, o seu Deus*. Por isso, entre nós, a solenização do tricentenário não é uma festa centralizadora, de localidades ilustradas, mas geral [...], *unânime em todo o país. Onde palpita um peito lusitano, aí uma homenagem ao maior dos portugueses*. [...] Queremos ver nas festas do tricentenário *não só um preito ao passado glorioso donde emergiu Camões, mas também um renascimento de espírito nacional; queremos que estas homenagens não signifiquem apenas uma manifestação de culto, uma veneração ao gênio, mas uma tendência para sacudir do torpor que nos esmaga e ressurgir do abatimento que nos vai matando; queremos alimentar a esperança de que uma nova época começará em Portugal* e que o velho descobridor de continentes ignotos irá retomar o seu lugar no grande cortejo das nações europeias, não já pela descoberta e conquista dos impérios, não já pelo ouro e pedraria do Oriente, mas pela conquista das ideias, por uma educação nacional bem dirigida, por um espírito patriótico bem disciplinado, por uma afirmação vigorosa das condições de vitalidade que possui. *Queremos essa feição dupla nas festas do tricentenário, queremos aliar o futuro ao passado; queremos fundir numa esperança uma saudade*.³⁰¹

²⁹⁹ BRAGA, 1884, p. 4-5, 199-200.

³⁰⁰ BRAGA, 1884, p. 5-32.

³⁰¹ *Mensagem da comissão dos estudantes da universidade de Coimbra à comissão executiva da imprensa de Lisboa*, 08/06/1880 (cf. Aranha, 1888, doc. 50). Grifos meus.

As festas na capital duram três dias, tendo como ápice o 10 de junho (que assinala a efeméride) e envolvem rituais, discursos e impressos comemorativos. Ainda no dia 8, procede-se ao traslado dos alegados restos mortais do poeta e de Vasco da Gama até a igreja do mosteiro dos Jerônimos – apoteose conjunta do descobridor e do vate; “gêmeos da glória nacional”. Unindo suas “cinzas, como sempre temos trazido juntas as [suas] memórias” e encerrando “os ossos dos dois primeiros homens de Portugal” no local de onde partiu Vasco da Gama rumo às viagens cantadas por Camões. Assim, “o poeta, o herói e o templo evocam separadamente a memória da mesma empresa”.³⁰²

A despeito da dimensão dos preparativos, o governo *progressista* (1879-1881) só tardiamente e sem entusiasmo adere ao centenário – aprovando um subsídio para auxiliar as iniciativas particulares e declarando “de gala” o 10 de junho. Ademais, “para se entender com a comissão executiva da imprensa”, nomeia uma deputação, explicitando-lhe que, “sem adotar oficialmente o programa da imprensa, o auxilia, todavia, em tudo o que puder e o recomenda às autoridades e corporações públicas em tudo que não perturbar o pleno geral dos outros festejos”. Reforça, assim, o entendimento de que o delimitado “propósito do governo é auxiliar a iniciativa particular e suprir o esforço dessa iniciativa, para que a festa do centenário do grande poeta se possa considerar verdadeiramente nacional, e não exclusivamente oficial”.³⁰³

Desse modo, não se põe totalmente à margem das celebrações (a que, além do forte apoio por parte da imprensa periódica, aderem muitas associações), mas não se compromete com elas. Distancia-se, desconfiado,³⁰⁴ da iniciativa capitaneada pela oposição representada por *regeneradores* e republicanos. De resto, a organização dos festejos serve de modelo para centenários posteriores, em que, com apoio dos poderes municipais, a sociedade civil, por meio de diversas associações particulares, desempenha papel fundamental. Em nenhum outro projeto, contudo, nota-se a dimensão abrangente assumida em 1880.³⁰⁵

Dado seu empenho nos preparativos e na divulgação das ideias comemorativas, ganham relevo, com o êxito dos festejos, os opositores ao governo *progressista* e ao regime – um e outro responsabilizados pela falta de empenho no centenário e também

³⁰² *Representação apresentada pela academia real das ciências de Lisboa...* 13/04/1880 (cf. Aranha, 1888, doc. 12). Trata-se, pois, de iniciativa da Academia Real das Ciências, e não da comissão da imprensa.

³⁰³ Nomeação e relatório da comissão do governo (cf. Aranha, 1888, docs. 30 e 48).

³⁰⁴ Teófilo Braga (1892, v. II, p. 420) escreve mais tarde que “o centenário de Camões foi compreendido pela nação inteira [...], somente os poderes públicos se conservaram em uma ininteligente desconfiança”.

³⁰⁵ JOÃO, 1999, p. 194-196. Ver ainda: CABRAL, 1973; MEDINA, 1986.

pela decadência do país (percebida a partir da comparação com as glórias do passado e com o ideal de futuro então proposto).³⁰⁶ De críticas ao ministério da vez, os republicanos avançam, de sua parte, contra os partidos monárquicos, como um todo, e contra a própria Monarquia. Na perspectiva de Teófilo, o centenário serve para a “pobre nação portuguesa, esgotada nas suas forças vivas sob a dinastia medíocre e nefasta dos Braganças”, sentir-se rejuvenescida, “na contemplação das suas passadas grandezas perpetuadas na epopeia d’*Os Lusíadas*”. Não se estranhando, além disso, o fato de que, “nesse coro unânime da mais esplêndida apoteose ao gênio de Camões, somente o governo revelou a mais triste inteligência, abandonando à iniciativa individual as manifestações que eram o sintoma da vida da nacionalidade”.³⁰⁷

O tricentenário, considerado um sucesso por seus organizadores (e percebido como ameaça por aqueles a quem se dirigem seus severos juízos), serve, pouco depois, de modelo e estímulo para o centenário pombalino de 1882.³⁰⁸ Segundo Teófilo, “a Associação Acadêmica, que pensara em tomar a iniciativa das festas camonianas, cedeu o lugar à comissão da imprensa, mas aproveitou a primeira data eloquente que se lhe oferecia” para capitanear uma tal comemoração. Desse modo, “a vibração pelo centenário de Camões continuou-se na mocidade das escolas, que em 8 de maio de 1882 realizava com um notável esplendor o centenário do grande ministro”.³⁰⁹

Contudo, se há um relativo consenso elogioso no país em torno da figura do *poeta nacional* (ainda que não se possa dizer o mesmo quando se trata dos usos de seu passado), a figura do *poderoso ministro* desperta sobretudo polêmicas, levantando oposições muito mais fortes a sua *apoteose*. Afinal, como aponta o referido conde de Samodães (um dos promotores do centenário camoniano no Porto, e assaz crítico aos festejos pombalinos),

os centenários, aliás de data recente, são perfeitamente adaptados e cumpre celebrá-los em honra dos mortos, para estímulo dos vivos e exemplo dos vindouros. Não sucede o mesmo quando o consenso não é unânime; quando, em vez de uma incontestável glória nacional ou da humanidade, se comemora um nome, embora ilustre, mas simbolizando um partido, uma escola, uma opinião que não seja a de todos, ou pelo menos de quase a unanimidade. É muito difícil haver conquistado a estima universal de um povo; em vida, seria quase um milagre essa concordância. Depois que a morte eliminou de entre os vivos a pessoa a quem se prepara a homenagem, o consenso geral é menos raro, mas ainda assim não é comum. Torna-se esse, todavia, impossível, quando as incompatibilidades políticas ou religiosas se interpoem. Então, os

³⁰⁶ CATROGA, 1998c; BEBIANO, 1982.

³⁰⁷ BRAGA, 1884, p. 51-53.

³⁰⁸ Mirando-se nas cerimônias de 1880, pensa-se em trasladar também o féretro pombalino. Não sendo possível fazê-lo em 1882, seus restos mortais têm um percurso distinto, abordado no capítulo II desta tese.

³⁰⁹ BRAGA, 1892, v. II, p. 425.

protestos surgem de toda a parte e a festa torna-se uma provocação que excita reclamações enérgicas.³¹⁰

No que diz respeito ao programa comemorativo; à proposta de mobilizar a população e à potencialidade das críticas ao governo e ao regime, percebe-se, nos festejos de 1882, a influência da experiência de 1880. Se o partido ora no poder (*regenerador*) participa mais ativamente da organização, é no fundo por visar a esvaziar/contornar as polêmicas que as recordações sobre Pombal e sobre seu governo (violento/enérgico, reformista/revolucionário) trazem à tona. Ademais, nota-se, nas celebrações do marquês, um discurso que relaciona progressivamente diferentes reformas: as empreendidas por Pombal em 1759, as levadas a cabo sob a tutela de D. Pedro IV em 1834 e as demandadas por determinados grupos em 1882. Comemorando-os, imbricam-se tais instantes do passado, mobilizando e atualizando narrativas históricas intencionadas em meio a disputas correntes. No caso dos principais promotores, ademais, percebem-se empenho e expectativa em relação a um futuro republicano tido por iminente.

Contudo, se boa parte dos intervenientes se mobiliza para exaltar o ministro de D. José, outros não apenas lhe recusam as honras; valem-se da ocasião para tecer fortes críticas a suas políticas e a seu legado. As narrativas sobre o passado pombalino entram, pois, em disputa – de modo imbricado com destoantes análises do presente corrente e com distintos projetos para o futuro, enunciando-se juízos e posicionamentos políticos particulares, a despeito da pretensa imparcialidade. Com diferentes acentos, escrevem-se crônicas, poemas, biografias, conferências, peças de teatro, músicas... Um variado repertório de textos acerca de Pombal, publicado em jornais, revistas, livros e folhetos.³¹¹

Dentre os aspectos recuperados, destacam-se as políticas regalias do marquês,³¹² especialmente suas medidas antijesuíticas. Consideradas as características do regime monárquico, constitucional e católico instaurado com a carta constitucional *dada* por D. Pedro em 1826 para Portugal (bem como a constituição que a inspirou, outorgada para o Brasil em 1824), tal relevo se faz compreensível. A instituição eclesiástica é percebida como um pilar para a política – e como fator de aglutinação de que não se pode abrir mão.

³¹⁰ SAMODÃES, 1882, p. 3.

³¹¹ Ver: ARANHA, 1908, p. 45-248; BEBIANO, 1982; FRANCO, 2007, parte III.

³¹² *Regalismo* é “designação em geral atribuída ao estatuto ‘político-religioso’ que advoga a supervisão tutelar da Igreja pelos monarcas ou pelos estados. [...] Daí a sua ingerência tanto no plano civil como no plano sacro, em ordem a manter um e outro sob a sua alçada mais ou menos expressa de poder” (RAMOS, 2001, 96-97). Ver ainda: CASTRO, 2009.

Por isso, busca-se contar com seu peso social, ao mesmo tempo que se almeja controlar a hierarquia eclesiástica com políticas de regalismo ascendente.

Tais políticas marcam os governos lusos há já bastante tempo, tendo se mostrado mais acentuadas no período pombalino e sendo recuperadas, com fôlego e características novas, no período liberal.³¹³ Compreendem-se, assim, as críticas então formuladas – seja por parte de setores tradicionais (que almejam um realinhamento com os valores de Roma, intransigente com o liberalismo), seja por parte de setores mais progressistas, com destaque, a partir da década de 1870, para republicanos e socialistas (para quem o rompimento com a tradição e com o catolicismo deve se dar de forma mais acentuada).³¹⁴

A lembrança de Pombal é recuperada e apropriada desde momentos iniciais do liberalismo por aqueles que se entendem voltados para o futuro (regenerando o país), opondo-se a tradições decaídas, a atrasos e a privilégios da Igreja e da nobreza. Nesse sentido, ainda em 1833 o próprio D. Pedro ordenou a reposição do medalhão com a efígie do marquês – incorporado ao pedestal da estátua equestre de D. José (1775), e arrancado com a morte do monarca (1777). Na véspera dos festejos pombalinos, mobilizando o episódio, afirma-se: “recordar esse fundamento da tradição liberal, o mesmo é que expressar a esperança de que não deixará de associar-se à solenização do centenário de Pombal [...] um só dos cidadãos portugueses que militam nas fileiras liberais”.³¹⁵

O aspecto que permite melhor perceber os posicionamentos acerca do governo pombalino no que toca ao anticlericalismo diz respeito ao antijesuitismo que caracterizou

³¹³ Em questão, uma governamentalização crescente da atividade eclesiástica. Busca-se reduzir os poderes dos clérigos e reorientar ideologicamente sua ação. “Se as elites parlamentares manifestavam, por vezes, seu anticlericalismo e seu anti-romanismo, não deixavam também de assumir o catolicismo. Defensores do Estado católico, os grupos sociais dominantes invocavam a unidade religiosa da nação [...]. Embora reconhecessem o papa e seus direitos de jurisdição, contestavam o poder temporal da Santa Sé”. Dá-se continuidade à prática regalista pombalina, levando-a ainda mais longe e tendo como referências teóricas e ideológicas autores pombalinos (NETO, 1998, p. 40-45). Ver: OLIVEIRA, 2009, cap. I. Almeja-se um Estado de tipo moderno – para o qual é importante uma Igreja de um tipo diferente da tradicional. Ver: CASTRO, 1990-1993; FERREIRA, 2002 [2000]a, FERREIRA, 2002 [2000]b; SARDICA, 2002. Acerca da Igreja e de seu papel estruturador na sociedade de Antigo Regime, ver: CARDIM, 2001.

³¹⁴ Sobre republicanismo, laicismo e livre-pensamento, ver: CATROGA, 2010 [1991]; 1988. Para Fernando Catroga (2001, p. 276-277), pode-se falar de um “alargamento do caderno reivindicativo do anticlericalismo português” a partir da década de 1870, com as demandas de observância das leis anticongreganistas em vigor se integrando “a uma agenda mais ampla e radical [...], o anticlericalismo português – ou pelo menos os seus membros mais radicais e combativos – juntou ao antijesuitismo, anticongreganismo e antiultramontanismo da tradição pombalina e liberal um conjunto de reformas que os mais moderados não poderão acompanhar”. Se desde meados do século se notam manifestações de teor laicizante, no último quartel de Oitocentos se questiona mais abertamente a ligação orgânica Estado-Igreja. A despeito de demandas de liberais radicais, republicanos e socialistas os governos monárquicos, apesar de algumas inflexões, mantêm uma linha regalista – diante da oposição daqueles que identificam os interesses da Monarquia e da Igreja e da reorganização de setores católicos. Ver ainda: FERREIRA, 2001a; 2001b.

³¹⁵ *Diário de Notícias*, Lisboa, 31/03/1882.

muitas iniciativas de Pombal. Nota-se como as narrativas sobre suas políticas e sobre os embates em que o marquês se envolveu foram relidas e ressignificadas, ao longo do tempo, tendo em vista os conflitos candentes e o modo como se produziam discursos de teor histórico. Cem anos após sua morte, a efeméride acentua tais disputas, em um debate que reflete posicionamentos e representações extremadas (mas não necessariamente excludentes):³¹⁶ ora um antecipador das liberdades e do liberalismo, ora um déspota violento e irreligioso – leituras embativas de seu passado polêmico, que uma parte dos liberais (sobretudo aqueles à frente do governo) busca moderar.

Entre críticas acentuadas, apreciações condicionadas e elogios exagerados, difundem-se em palestras, manifestações artísticas, discussões e impressos (além de apresentarem certas intervenções novas, em muitos de tais papéis se reproduzem palavras ditas e escritas em outros meios) distintas leituras sobre governo e legado pombalinos; sobre história e política. Um material que possibilita pensar como discursos simpáticos ao pombalismo são mobilizados por setores liberais e republicanos; como se expõem as reflexões de seus principais antagonistas: católicos constitucionalistas,³¹⁷ ultramontanos e legitimistas,³¹⁸ e ainda como se afirmam a oposição ou as restrições às comemorações também por parte de alguns liberais e republicanos que se demarcam da figura de Pombal por seu autoritarismo – ou por receio dos conflitos que sua figura traz à tona.

As mobilizações para o centenário se iniciam em 1881, sendo apreciadas de formas diversas. Ainda em outubro, lê-se em um periódico católico:

nos custa revolver a história de Sebastião José de Carvalho e Melo e apresentar à luz da publicidade as numerosas crueldades que o seu gênio ou os costumes do seu tempo o levaram a praticar [...]. Mas o cinismo com que a Revolução e os seus homens querem fazer alarde do quanto adoram o marquês de Pombal pelo fato único de ser o algoz da Companhia de Jesus impele-nos a pena e

³¹⁶ Ver, na introdução desta tese, as abordagens e releituras dogmáticas e relativistas de autores republicanos e positivistas que apontam o despotismo pombalino (encarando suas reprováveis violências enquanto meios negativos para um fim positivo – que lhe ultrapassava) como etapa de aceleração no sentido do liberalismo.

³¹⁷ Vítor Neto (1998, p. 13-42), ao traçar um panorama das relações liberalismo-catolicismo, aponta que, no seio da Igreja, emerge uma corrente que visa a “reconciliar o catolicismo com a liberdade e o Estado com a Igreja”, contestando as práticas regalistas do regime, sem se opor ao constitucionalismo liberal. Nesse sentido, ele ainda indica que, após a instauração da guerra civil, “divididos, os católicos recusaram o constitucionalismo e permaneceram fiéis a D. Miguel (legitimistas) e às doutrinas ortodoxas romanas (ultramontanos), ou escolheram o caminho da conciliação entre o catolicismo e o sistema representativo (liberais católicos)” (p. 379-377).

³¹⁸ *Legitimista* diz respeito àqueles que defendem a legitimidade não do governo liberal dos descendentes de D. Pedro IV, e sim da linha de D. Miguel, absolutista derrotado – daí também serem chamados de *miguelistas*. Identificam-se, ademais, com o tradicionalismo (ver: SILVA, 2001) e são chamados de absolutistas por seus opositores. Armando M. da Silva (1993) destaca como os contrarrevolucionários portugueses reagem às ideias e aos princípios novos com uma mitologia em torno de D. Miguel, visando os miguelistas a uma legitimação carismática, de forte mobilização popular. Ver ainda: TORGAL, 1984.

obriga-nos a apresentá-lo à luz pública com todas as suas crueldades, com todos os seus despotismos.³¹⁹

Durante as festas, em outro jornal religioso se critica a recuperação de sua figura:

se o horror que os demagogos professam à tirania e aos tiranos fosse sincero e verdadeiro, deixariam esquecidos debaixo do pó dos séculos o marquês de Pombal e diriam com muito bom senso: as tiranias e prepotências daquele malvado, daquele déspota foram superiores, e muito superiores, a algumas obras boas que fez e portanto o seu nome deve ser esquecido e até detestado por aqueles que amam sinceramente a liberdade.³²⁰

Diferentemente da reflexão sobre meios para contornar o olvido (suportes diversos para o devido registro na narrativa histórica), sugerem-se não só a interdição de uma temática polêmica ainda próxima do presente, mas também a conveniência de se esquecer completamente, *debaixo do pó dos séculos*, tal passado – percebido como extremamente negativo e conflituoso.

Opondo-se à iniciativa sob justificativa diversa e abordando a própria apreciação e veiculação desse passado, o célebre e polêmico Camilo Castelo Branco* publica em Portugal e no Brasil uma obra crítica a Pombal e a seus apologistas, acerca da qual afirma: “este livro poderia ter aparecido antes dos festejos [...]. Seria então um protesto contra o entusiasmo dos propugnadores do marquês de Pombal”. No entanto, abstém-se “dessa aspiração vangloriosa que teria uns ares desvanecidos de querer atuar sobre convicções radicadas [...]. Seria, sobre infrutífera, ridícula a empresa”. Afinal, comparando seu esforço de mobilização e sua estratégia de narrativa com os de seus opositores, pondera:

não se desfazem com os livros as persuasões que se fizeram com locais de jornais baratos [...]. A porção do povo que não aprende nada em livros achou nos clubes a educação do discurso amoldado à sua capacidade, à sua dócil ignorância e à sua congénita necessidade de revolucionar-se com palmas e gritos [...]. Crenças assim radicadas e cáusticas não se acalmam com cataplasmas de livros.³²¹

Trata-se tanto do contraste entre públicos, limitações e potenciais instrutivos da história *in folio* e da narrativa histórica ritualizada em manifestações públicas, quanto da diferenciação entre suportes dessa escrita, nomeadamente livros (que, como jornais supostamente mais sérios, dispõem de um público leitor seletivo) e imprensa “barata” (bastante mais popular, e também depreciada). Quanto aos clubes, são os primeiros núcleos republicanos em Portugal, apenas lentamente se desenvolvendo formas próximas de organizações partidárias. Os republicanos portugueses se reúnem em associações que, proibidas de ostentar fins políticos, realizam atividades de fundo cultural, instrutivo,

³¹⁹ *O Progresso Católico*, Guimarães, 30/10/1881.

³²⁰ *A Palavra*, Porto, 11/05/1882.

³²¹ CASTELO BRANCO, 1882, proêmio. A obra e o trecho são retomados no capítulo IV desta tese.

recreativo e de auxílio mútuo. Também se empenham no jornalismo, reconhecendo sua importância para a instrução e para a divulgação, concedendo espaço a temáticas históricas, culturais e políticas.³²²

Se a comemoração camoniana recorda as glórias dos descobrimentos (que o poeta cantou), potencializando críticas à decadência da antiga potência colonial, a proposta dos festejos pombalinos relembra medidas reformistas do marquês (sobretudo em relação à instrução e às ordens religiosas), potencializando demandas concretas por sua atualização. Sentido que o muito referido programa da Associação Acadêmica de Lisboa, iniciadora das comemorações, explicita. Os estudantes, afinal, após exaltarem as reformas do ensino, reforçam a continuidade que desejam estabelecer entre as políticas que reclamam em 1882, o liberalismo de 1834 (que, reivindicando a influência pombalina, atualizou medidas anticongreganistas, com o emblemático diploma de Joaquim António de Aguiar*) e o pombalismo da expulsão dos jesuítas de 1759, pedem ao poder executivo “o cumprimento exato dos decretos [...] a respeito de todas as ordens religiosas”.³²³

Do outro lado do Atlântico, onde há uma expressiva colônia portuguesa,³²⁴ os estudantes da capital do Império se reúnem em um congresso, respondendo positivamente ao chamamento de seus congêneres lusitanos, que decidem “abrir uma subscrição pública em Portugal e no Brasil” para fundar seu *Instituto de Ensino Livre* (“mais útil monumento que se pode levantar à memória do marquês de Pombal”). Dizem então os portugueses:

no Brasil, onde a cruz e a espada dos nossos maiores, em íntima aliança, patentearam às multidões selvagens o rendilhado pórtico da civilização

³²² CATROGA, 2010 [1991], p. 18-20, 30-35. A história é assunto de conferências e colóquios republicanos; fonte de argumentação, mobilizada na conformação identitária. Com grande influência de ideais positivistas e cientificistas, o pensamento historiográfico republicano não é uníssono; comporta leituras e referências teóricas diversas (RIBEIRO, 2010, p. 142-147). J-M. Goulemort e E. Walter (1984, p. 385), refletindo sobre os jornais republicanos e católicos em meio às comemorações centenárias de Voltaire e Rousseau na França, afirmam: “en disciple des Lumières, la politique républicaine se veut d’abord éducation du citoyen. Et là où la presse conservatrice, sur la défensive, se borne à dénoncer, récriminer, sermonner, les journaux républicains les plus incisifs informent, éduquent, politisent, donnent à la foi laïque ses moyens de communication et de propagande [...], offre[nt], étalé sur la semaine, un montage culturel de bonne tenue où feuillets, conférences, études, extraits, comptes rendus, etc. se relaient pour construire les bases d’une nouvelle mémoire nationale”.

³²³ Publicado isoladamente (COMISSÃO, 1882), foi referido e republicado em diversos periódicos. Catroga (1999, p. 190) menciona a comemoração/mobilização da figura de J. António de Aguiar, após sua morte (1874), em um período de embates anticlericais (com destaque para 1875 e 1882).

³²⁴ A emigração portuguesa em direção ao Brasil não cessa com a independência, ampliando-se ao longo do século e se intensificando e alterando um pouco em seu perfil a partir de 1850 (quando, com o fim do tráfico de escravos, recorre-se à mão de obra europeia, marcadamente lusa). Os portugueses são, na década de 1870, 2/3 dos imigrantes na corte, onde se organizam em importantes núcleos literários, esportivos, profissionais, beneficentes e associativos, mantendo intensos vínculos e trocas econômicos e culturais com Portugal. Seja da parte dos ditos *brasileiros* que remetem valores aos familiares em Portugal, seja em uma série de campanhas e subscrições públicas. Ver: CERVO, 2000; FERREIRA, 2007; FLORENTINO & MACHADO, 2002; JERÓNIMO, 2013; LESSA, 2002; MELO & PERES, 2014.

moderna; nessa bela terra onde as famosas vergôntes do antigo gênio português florescem em todo o seu esplendor e perpetuam numa assimilação constante o caráter e as tendências dos dois povos, é aí que vão repercutir-se com mais intensidade as alegrias e os desalentos do velho, mas glorioso Portugal. Dir-se-á um filho robusto, generoso e dedicado em toda a exuberância da sua vitalidade, mas que, por entre as ovações e triunfos que o cercam, em meio da sua opulência ruidosa, reserva sempre um brinde de entusiasmo afetoso aos manes dos seus antepassados. [...] Apelando para a vossa generosa ilustração, temos a certeza de interpretar os sentimentos de fraternidade que ligam duas nações amigas e ao mesmo tempo julgamos corresponder à calorosa manifestação com que os estudantes desse império premiam os nossos esforços no centenário de Camões. Ninguém melhor que vós compreende a justiça das nossas intenções, assim como não podíamos escolher melhores evangelizadores para a nossa ideia. À colônia portuguesa liga-nos a identidade de pátria; aos indefesos obreiros que nesse país lutam pela emancipação dos espíritos, sentimo-nos estritamente unidos, identificados pela santa irmandade do trabalho intelectual e pela comunidade de aspirações. [...] A todos vós um aperto de mão.³²⁵

De sua parte, os brasileiros (especificamente os cariocas, no caso) angariam valores para seus colegas lisboetas, recolhem esmolas pela alforria de escravos e ainda organizam um cortejo pelas ruas da capital. As iniciativas mais vistosas na cidade, contudo, partem do Clube de Regatas Guanabareense,³²⁶ que como os acadêmicos (mas em escala bem maior) promove cerimônias formais, festejos populares e impressos de teor histórico. Além disso, jornais da corte divulgam em suas páginas diferentes leituras sobre a influência do governo pombalino no passado da antiga colônia.

Os promotores do centenário, em sua maioria vinculados a grupos que, criticando aspectos da política corrente, pensam vias para fazer *progredir* o país, esforçam-se por apresentar o marquês como arauto da liberdade, da instrução, de reformas, de leis antijesuíticas e de medidas abolicionistas. Como se nota no discurso de Rui Barbosa* em sarau no teatro de Pedro II em 8 de maio, ponto alto das festas. Para o orador, em suma,

Pombal não é um homem; é uma idade, uma antecipação do futuro, bem que não incólume da eiva inevitável do seu tempo [...]. Precursor do século XIX em tantas das suas aspirações [...], [sua] vida não coube no seu século [...]. Teve a bondade e a vontade precisas para abrir em seu país um rasgão luminoso nessa rede da escravidão [...]. Quanto ao tráfico, foram precisos ainda 33 anos para que a Grã-Bretanha o proibisse e 57 para que essa ideia penetrasse na legislação brasileira. A ingenuidade da prole dos escravos esperou ainda um século antes que as nossas leis a acolhessem [...]. Na história do homem, [...] [há] individualidades proféticas que, à distância, prenunciam as ideias e esboçam as instituições vindouras. Uma dessas grandes profecias vivas do futuro humano é o marquês de Pombal. [...] Faz hoje um século que a morte o tomou no regaço, para o entregar à história. [...] O vulto do marquês de Pombal se projeta sobre o século XIX, sobre a humanidade, sobre essa segunda pátria da língua e da alma portuguesa, [...] sobre a solenidade

³²⁵ “Aos estudantes e à colônia portuguesa do Brasil” [26/01/1882], COMISSÃO, 1882.

³²⁶ Fundado em 1874, é dos primeiros clubes ligados ao remo na capital do Império, conseguindo popularizar o esporte com atividades constantes. Reúne setores importantes das emergentes elites urbanas da capital e realiza concorridas atividades náuticas na enseada de Botafogo. Ver: MELO, 2018.

maravilhosa deste centenário; primeiro elo na cadeia de aclamações crescentes que, por cima dos séculos, através das lutas e reações obscurantistas, há de levar a [s]ua imortalidade, por cima dos séculos, através de lutas e reações obscurantistas, [...] onde chegar a história das duas nações que [o] coroam.³²⁷

Do outro lado do Atlântico, os conflitos que a proposta dos festejos traz à tona alcançam o parlamento.³²⁸ Os deputados se ocupam de decidir como conduzir a questão e as reeleições sobre o passado pombalino, debatendo, inclusive, o que destacar ou abstrair – já que a iniciativa festiva, as conferências que decorrem e os textos que se publicam colocam sua evocação no centro do debate público. A questão entra no plenário em 4 de março, quando o jovem deputado *regenerador* Augusto Fonseca Coutinho* afirma:

se fazem já os mais patrióticos preparativos. Vai um grande e nobilíssimo entusiasmo nas escolas de Lisboa. A imprensa e as associações de toda a ordem andam nessa propaganda cívica e tudo nos faz prever que o dia 8 de maio de 1882 será tão ilustre na história do nosso tempo como o foi o dia 10 de junho de 1880, em que a nação portuguesa honrou a memória de Luís de Camões!³²⁹

Declarando sentir “sempre uma adoração especial por esse vulto histórico”, ele entende já ser possível avaliar seu governo, dado que “o critério positivo apoderou-se de todos os espíritos e por ele se conhece claramente o presente, por ele se prevê o futuro e por ele se interpreta todo o passado, nos seus símbolos, nas suas instituições”. Sob tal *critério*, Coutinho afirma que Pombal “fez com o absolutismo o que hoje procuram realizar as formas constitucionais das monarquias e das repúblicas, dirigidas já pelo critério do positivismo dos fatos. Ele fez mais para o progresso, pela [via da] tirania, do que [aquilo que] fez depois a revolução política, pela [via da] liberdade”. É ainda o *critério positivo* que lhe autoriza a conclamação:

para fazer-se justiça ao autor d’*Os Lusíadas*, foram necessários três séculos. Que bastem cem anos para se compreender o alcance [da obra pombalina] [...]. *Nessa diferença de tempo está o testemunho evidente dos adiantamentos da nossa civilização!* A nação portuguesa compreende o muito que deve ao marquês de Pombal, porque na capital e nas províncias se associam as inteligências para prestar culto à sua imortalidade! *A mocidade que estuda e que vai adiante de todas as ideias generosas lá está também na frente desse apostolado.*³³⁰

³²⁷ BARBOSA, 1882. O movimento abolicionista ganha bastante força nos principais núcleos urbanos na década de 1880, período marcado pelo relevo da imprensa abolicionista. Ver: ALONSO, 2015; CONRAD, 1978 [1972]; COSTA, 2010 [2008]; MACHADO, 2014. Quanto ao IHGB, o marquês só em 1982 é objeto de homenagens na instituição, com palestras acadêmicas. Ver: *R.IHGB*, n. 329, 1980, p. 244; n. 333, 1981, p.179; n. 337, 1982, p. 249, 272.

³²⁸ O envolvimento do governo *regenerador* se oficializa em fins de abril. Dado o teor antirregime e crítico assumido do centenário camoniano, realizado sob um governo *progressista*, espera-se controlar e esvaziar o sentido crítico dos festejos. Os estudantes tentam resguardar suas prerrogativas. Após polêmica, nomeia-se uma comissão mista, com deputados, membros do governo e acadêmicos.

³²⁹ *Diário da Camara dos Senhores Deputados*. Sessão de 4 de março de 1882.

³³⁰ *Diário da Camara*. Sessões de 4 e 6 de março de 1882. Grifos meus.

Coutinho propõe que o governo solenize a efeméride e secunde os estudantes organizadores, fornecendo-lhes auxílio pecuniário. Ele introduz sua proposta de lei com as seguintes palavras (elucidativas sobre a ideia das apoteoses como dever cívico):

a Antiguidade tornava deuses os seus heróis. Era uma consagração sob forma sobrenatural e misteriosa, mas o culto de ontem tem a mesma significação que o culto de hoje, que se reveste de um aspecto humano. É sempre o respeito, é sempre a adoração pelos homens que foram grandes, que baixaram ao túmulo estreito tendo enchido com seus nomes a eternidade dos séculos e que ainda lá do seu nada ensinam e são glória para as nações, como Sebastião José de Carvalho e Melo, o famoso marquês de Pombal, é título glorioso para a nacionalidade portuguesa. Todas as nações cultas celebram hoje em centenários a memória dos seus imortais e nós já nos compenetrámos desse dever cívico dando à Europa, pela festa a Camões, um testemunho evidente da nossa vida de progresso. É mister, pois, que a nação que nós aqui representamos vá secundar todos os beneméritos esforços que tão nobremente se estão manifestando, não deixando entregue exclusivamente à iniciativa particular a comemoração do centenário do marquês de Pombal, porque é uma festa de todos nós, da nação portuguesa.³³¹

Em 17 de abril, quando o governo *regenerador* (1881-1883), após reavaliações internas, apresenta seu posicionamento sobre as comemorações, o também *regenerador* Alberto de Almeida Pimentel* se demarca da forma como vê conduzida a questão na Câmara dos Deputados, na imprensa e nas ruas:

não tenho um grande entusiasmo pelo centenário do marquês de Pombal; [...] acho ainda muitíssimo cedo para qualquer solenidade pública, para qualquer demonstração de aplauso nacional [...]. *Se os mortos passam depressa, muitas vezes, para a nossa saudade, se desaparecem rapidamente na sua bailada fantástica a caminho da eternidade, os legisladores vão devagar, vergados ao peso das suas próprias responsabilidades, como se lhes pesasse sobre os ombros o enorme lenho da história, que é, ao mesmo tempo, uma cruz e uma glorificação.* [...] As responsabilidades políticas do marquês de Pombal não estão ainda perfeitamente liquidadas.³³²

Advogando uma necessária distância temporal para melhor apreciar o governo pombalino, ele considera prematuras as iniciativas dos estudantes e do parlamento (cujos membros deveriam se reger por um ritmo próprio e ponderado; de modo mais sensato,

³³¹ *Diário da Câmara*. Sessões de 4 e 6 de março de 1882.

³³² *Diário da Câmara...* Sessão de 17 de abril de 1882. Grifos meus. Acerca da posição do ministério, importa destacar o seguinte: no primeiro texto do governo (introdução à proposta de lei 116-C, de 29/03/1882), sugere-se que o centenário pombalino, como as “canonizações civis das posteridades distantes”, apresenta “o veredito da nação”; superior à opinião e as condenações dos coetâneos do marquês. Entretanto, a comissão de Fazenda, em seu relatório (03/04/1882), reapresenta a referida iniciativa com um enquadramento distinto, que informa, a partir de então, a posição atualizada do ministério *regenerador*. Retiram-se as anteriores menções aos jesuítas (insensatas e perigosas) e, nas palavras de seu relator, Luciano Cordeiro, parte-se da perspectiva (bastante distinta da anterior) de que “tão demorado e tardio foi o ato de justiça que a celebração do terceiro centenário de Camões representa, como é cedo e prematuro julgar naquele sentido, e sob um aspecto crítico, integral e político, esse vulto do estadista, realmente admirável, no heroico esforço de muitas das suas ações, no relevo genial da sua energia, quando esse vulto não se destaca ainda, inteira e nitidamente das sombras em que por largo tempo envolvem os grandes acontecimentos e os grandes homens, as paixões, os interesses e as preocupações humana”. Ver o cap. III desta tese.

sob o “lenho da história”). O deputado traz à tona, ademais, a referência a reações públicas contrárias à homenagem póstuma e ainda comenta criticamente uma comparação traçada pelo deputado *constituente* Pinheiro Chagas,* referido enquanto historiador (muito citado no parlamento e na imprensa por seus escritos sobre o período pombalino):

o sr. Pinheiro Chagas falou aqui do 24 de julho e disse que, se há famílias ainda magoadas pela memória da administração do marquês de Pombal, também o 24 de julho é uma festa que entristece profundamente muitas famílias portuguesas. Mas isso, a meu ver, prova simplesmente que D. Pedro IV, por uma exceção histórica, anelou mais depressa do que o marquês de Pombal. Cumprindo também notar que a ideia que o 24 de julho significa recebeu já a sanção oficial, porque está traduzida numa forma de governo, e eu não creio que um país conserve uma forma de governo que inteiramente lhe repugna. Não posso afirmar à Câmara se o dia 8 de maio irá ou não cobrir de luto muitas famílias; mas a prova de que as paixões estão ainda muito vivas e acesas é que alguns dos conferentes que se têm ocupado do assunto do centenário do marquês de Pombal têm ouvido, por entre o ruído das ovações, corajosas demonstrações de desagrado.³³³

Pimentel (que propõe: “deixemos passarem os séculos”) também denuncia, em sentido paralelo às referidas críticas do visconde de Barbacena (que no Brasil, ainda em 1826, acusava o risco de as festividades ocuparem metade do calendário), a profusão de centenários na altura, apresentando uma lista de hipotéticas futuras apoteoses, por ocasião de efemérides, que chega ao ano de 1993. Para ele, é preciso “pôr cobro a essa paixão pelos centenários e pelos monumentos, que já se vai tornando demasiadamente extensa. [...] Nós vamos ter centenários por muitos anos. Até será fácil organizar um calendário sob esse ponto de vista”.³³⁴

As ponderações de Teófilo Braga, professor e escritor tão influente quanto prolixo, ajudam a compreender como, ao apreciarem o governo pombalino, os estudantes lisboetas supõem prever o futuro e teleologicamente julgar o passado.³³⁵ Refletindo sobre os centenários de Camões e de Pombal, ele afirma que o primeiro conta com a simpatia

³³³ *Diário da Câmara...* Sessão de 17 de abril de 1882. Grifos meus. O deputado cita, como “autoridades contemporâneas”, trechos selecionados da obra de dois autores. Primeiro, Teixeira de Vasconcelos (“nos domínios severos da história, ainda não passou em julgado”) e por fim de seu colega Chagas – pinçado em sua popular *História de Portugal* (“pesa ainda um grande mistério nesse período da nossa história e nenhum dos escritores que dele se ocuparam trouxe a lume todos os documentos que pudessem lançar luz nesse drama tenebroso”) e em seu *Portugueses ilustres* (as violências ainda “clamam alto contra o marquês”).

³³⁴ *Diário da Câmara...* Sessão de 17 de abril de 1882. Grifos meus. Apesar de o sarcástico calendário ter provocado o riso dos colegas, a ideia de uma profusão de centenários não é de todo descabida na altura. Além de festejos do tipo de fato se pontuarem pelo continente, no texto que introduz a (primeira) proposta do governo se afirma: “as nações que se prezam pagam as suas dívidas, começando pelas de honra, que são as mais sagradas. Ontem, glorificava Portugal o seu primeiro épico. Hoje, presta honras cívicas ao grande ministro d’el-rei D. José I – a Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras, marquês de Pombal. Amanhã, chegará a vez ao infante D. Henrique e aos seus navegadores. Com eles, aos heróis de África, da Índia e da América. Glória seja à nação portuguesa, que assim ilustra e ilumina as páginas da sua história!” Ou seja, sugerem-se centenários sucessivos e encadeados, cobrindo o conjunto de heróis nacionais.

³³⁵ Além daquelas de Emídio Garcia, referido na introdução desta tese.

geral, reconhecendo-se facilmente sua contribuição histórica. Quanto ao segundo, “se entramos nas circunstâncias da sua personalidade, na consideração dos meios de que se serviu para realizar as grandes reformas, achamo-nos sem simpatia por ele [...]; não o podemos glorificar com amor”. Para Teófilo, “*a justiça para com os vultos históricos como Pombal* não consiste em atenuar-lhes as ações com sofismas retóricos, nem em calar os meios mais ou menos duros com que exerceram o domínio; *basta simplesmente que os restituam à sua época e que se ponha em evidência o seu destino*”. A partir da ideia de que ele desempenhou um papel histórico necessário para o progresso do país, o professor aponta seu centenário como “o grande e imparcial julgamento de um século”.³³⁶

Também professor positivista, Consiglieri Pedroso* concorda em termos com sua avaliação, destacando o valor das ações pombalinas. Comparando os dois centenários, entretanto, ele (diferentemente dos estudantes, de Teófilo e de Coutinho) adia seu julgamento – dados os necessários, mas violentos meios de que o ministro de D. José se valeu para desempenhar seu importante papel histórico, que ainda despertam paixões e ressentimentos. Quanto a Camões, ele já está, à altura,

*demasiado longe e ao mesmo tempo demasiadamente alto para que dele nos chegue outra coisa que não seja o que é imortal, o que é divino como cintilação do gênio. Quem se lembraria de ir hoje desentranhar, da poeira dos arquivos, pequenos senões que podem lançar uma leve sombra no carácter do poeta? Pelo contrário, Pombal, no desempenho da sua espinhosa missão, teve de esmagar interesses que são ainda de ontem; teve de abrir feridas que ainda hoje sangram; teve de passar por cima de considerações que ainda neste momento se levantaram para protestar. [...] Pombal aparece-nos, por um lado, anda muito perto – apenas a um século de distância – e, pelo outro, demasiadamente envolvido na luta que ele travou com a sociedade do seu tempo, para que, com a serenidade do julgador, todos nós possamos fazer-lhe a justiça que lhe é devida. [...] Passe-se mais um século e quando todas as antipatias, todos os ódios, todos os rancores tiverem caído perante uma crítica mais imparcial e mais equitativa; quando a geração de então tiver aprendido a ser mais justa com as gerações do passado que lhe prepararam o advento, nós estamos certos de que Portugal, procedendo à revisão do processo histórico do marquês de Pombal, há de, sem discrepância de um único de seus filhos, saudar a memória do grande homem que, nos fins do século XVIII, teve forças para abrir, com pulsos de ferro, um luminoso parêntesis no meio da profunda decadência da nossa pátria.*³³⁷

I.III Os homens do futuro e o passado pombalino

Reinhart Koselleck, interessado pela “maneira como a experiência do passado foi elaborada em uma situação concreta” e pela “maneira pela qual expectativas, esperanças e prognósticos foram trazidos à superfície da linguagem”, investiga as diferentes formas

³³⁶ BRAGA, 1884, p. 185-190. Grifos meus.

³³⁷ *O Ocidente*, Lisboa, 08/05/1882. Grifos meus.

como as instâncias do tempo se inter-relacionam na temporalidade. Ele se vale, para tanto, da proposição de duas categorias formais: *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. O historiador entende que o tempo histórico se liga às ações sociais e políticas; a seres humanos concretos, com ritmos próprios de realização. Para interpretá-los, deve-se refletir sobre as articulações, em cada momento (presente), das diferenças entre passado e futuro. As categorias por ele propostas auxiliam a compreender o tempo histórico na temporalização – em meio a experiências vividas e expectativas em relação ao futuro. Elas se entrecruzam, referindo-se uma à outra e se remetendo à temporalidade dos homens e da história.³³⁸

Ao apresentar algumas questões retomadas ao longo desta tese, aponta-se como, no Brasil e no Portugal de Oitocentos, considera-se necessário, para a devida apreciação do passado (crítica/julgamento), certo distanciamento simultaneamente cronológico e afetivo. Desse esforço/adiamento de avaliação, esperam-se condições adequadas para um justo veredito, em forma de escrita/solenização, preservando determinados personagens e eventos em uma memória reconhecida e compartilhada como nacional, e legando, em contrapartida, outros tantos ao esquecimento. Da consideração de tais balizas, resulta uma série de interditos à reflexão de tipo histórico,³³⁹ já que se entende que apenas à posteridade, ou seja, aos homens/historiadores do futuro cabe o justo/imparcial juízo acerca de questões contemporâneas ou recentes e ainda polêmicas.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que, para contornar o esquecimento involuntário, afirma-se a importância de se coligirem testemunhos e vestígios (do passado, e também do presente), viabilizando a futura escrita/crítica da história, evocam-se e se divulgam determinadas representações de um conjunto selecionado de indivíduos e episódios

³³⁸ KOSELLECK, 2011 [1979], p. 23, 15, 305-327. François Hartog (2015 [2003], p. 37-39, 139) retoma tais categorias e propõe outra, para “permitir o desdobramento de um questionamento historiador sobre nossas relações com o tempo. [Questionamento] historiador, por lidar com vários tempos, instaurando um vaivém entre o presente e o passado, ou melhor, passados [...]. Com o regime de historicidade, tocamos [...] uma das condições de possibilidade da produção de histórias: de acordo com as relações respectivas do presente, do passado e do futuro, determinados tipos de história são possíveis e outros não. O tempo histórico, se seguirmos Reinhart Koselleck, é produzido pela distância criada entre o campo da experiência, de um lado, e o horizonte da expectativa, de outro [...]. É essa tensão que o regime de historicidade propõe-se a esclarecer [...]; expressão de uma ordem dominante do tempo [...], maneira de traduzir e de ordenar experiências do tempo – modos de articular passado, presente e futuro – e de dar-lhes sentido”.

³³⁹ Explicitados simbolicamente, no IHGB, com a *arca do sigilo*. Segundo proposta apresentada em 1847 e aprovada em 1850, seria “uma arca fechada com duas chaves [...] para que nela se conservem debaixo do sigilo as notícias históricas contemporâneas que alguém queria enviar [...] lacradas em cartas e só serão abertas no tempo em que seu autor o determinar” (cf. Maleval, 2015, p. 77). Para Maleval (2015, p. 78), “o arquivamento tornou viável a segurança da documentação [...]; à posteridade era garantido o acesso aos mesmos: atuando como juiz capacitado do passado estava o historiador do futuro”.

pretéritos, de modo a, recordando-os/recortando-os de maneira específica, mobilizar e instruir a população – visando a um projeto de nação (presente e futuro). Com o passar do tempo (que transforma o presente em um passado mais ou menos distante da realidade experienciada), ainda que se percebam continuidades nos discursos que informam a coletividade, também se nota que tanto as mudanças e disputas que decorrem nos campos social, cultural e político (que enformam as diversas iniciativas comemorativas) quanto a crítica/escrita da história paulatinamente desenvolvida conformam diferentes pontos de vista sobre indivíduos e acontecimentos pretéritos; sobre questões correntes, expectativas e prognósticos.

No que diz respeito às temáticas aqui abordadas, nota-se como, a despeito de uma série de revisões/adaptações, algumas narrativas vão perdendo eficácia e aceitação, sendo confrontadas por iniciativas/críticas diversas.³⁴⁰ Seja pelas diferentes perspectivas sobre seu passado em Portugal e no Brasil (em textos, monumentos e ritos instituídos, difundidos e atualizados), seja pelo descrédito relativamente à forma como se espera mobilizar e *reavivar sua memória* no último quartel do século (quando, além da crítica histórica concebida em termos variados, propõem-se comemorações e projetos políticos diferentes), o caso de D. Pedro I/IV permite esboçar um panorama interessante acerca de disputas e consensos em torno de representações dos processos de independência, no Brasil, e de consolidação do liberalismo, em Portugal – ambos relacionados a um discurso historiográfico de teor oficial, secular e nacional.

Os festejos *populares e espontâneos* (não oficiais) em homenagem a Pombal, por sua parte, levantam outras ponderações. Cem anos após sua morte, para alguns ainda é demasiado cedo para apreciar e comemorar seu histórico. Já para outros, o juízo adequado orienta a que não se reavive, de todo, sua memória (“segundo além imortalizador”),³⁴¹ condenando-o ao esquecimento (“segunda e mais irremediável morte”).³⁴² Para os

³⁴⁰ Pode-se pensar em esquecimento paulatino (a *indiferença* às iniciativas comemorativas oficiais, acusada por Ortigão, que pede “para Pedro o respeito do esquecimento” – tópico também abordado por Séguier que opõe recordação/registro a esquecimento/morte); ligado à perda de relevância do passado evocado – aspecto intrínseco ao funcionamento da memória, sempre seletiva. Tal ideia é retomada no capítulo II desta tese.

³⁴¹ CATROGA, 1999, p. 30-31.

³⁴² [SÉGUIER], *A Folha Nova*, Porto, 12/11/1881. Em peça sugerida para os festejos pombalinos, encontra-se o seguinte trecho: “– E a posteridade? / – O melhor modo de lhe escapar à crítica é não deixar sobre que a faça. Livre-me Deus dos presentes, que dos futuros...” (CASCAIS, 1889 [1862], p. 115). Expressa de forma a condizer com a comédia (retomada no capítulo III desta tese), tal preocupação incentiva a reflexão. Apontando para o sentido contrário ao dos esforços por preservar registros de eventos e personagens visando ao julgamento futuro, indicia a relevância de também se considerarem, no que toca ao conjunto de informações sempre fragmentário transmitido ao futuro, eventuais apagamentos/silenciamentos deliberados. Amplia-se, assim, o panorama acerca desse diálogo entre gerações, tendo em vista o fato de

estudantes, principais promotores do centenário, entretanto, mesmo que a possibilidade da devida compreensão de seu papel histórico se encontre na posteridade (por isso, muitos não logram avaliá-lo devidamente), não se faz necessário adiar a sentença derradeira.

Afinal, valendo-se dos tais *critérios positivos*, é a partir de uma posteridade conjecturada e antecipada que eles apresentam suas credenciais de árbitros/autores e agentes/atores da história. Em sua crítica futurante, julgam simultânea e teleologicamente certos homens de seu tempo (renegados, enquanto índice de decadência) e o passado pombalino (recuperado, enquanto sinal de progresso) em função da marcha evolutiva que supõem conhecer, prever, acelerar e encarnar – atualizando glórias do passado.³⁴³

Nesse sentido, é interessante recordar trechos de um jornal republicano lisboeta, em que, comentando a iniciativa dos estudantes, escreve-se:

a mocidade académica do país acaba de dar um nobre e alevantado testemunho de independência, de dignidade e de civismo, na atitude firme e resoluta que tomou ao iniciar a grande festa do centenário do ínclito estadista o marquês de Pombal. O programa dessa festa é, devemos dizê-lo, o melhor diploma com que *a nova geração poderá no futuro merecer o reconhecimento e as simpatias dos que então viverem. Como estudantes que fomos, como filhos desta mesma época e do mesmo meio, sentimos o mais vivo regozijo e o mais sincero orgulho em poder associarmo-nos de todo o coração a uma ideia tão justa, tão generosa e tão significativa* por todas as razões. De fato, a representação ao governo pedindo a execução dos decretos do marquês de Pombal, a fundação do *Instituto de Ensino Livre* e os outros do programa são uma afirmação clara e terminante da necessidade de encetarmos vida nova, uma aspiração legítima e veemente para a nossa completa emancipação moral e intelectual.³⁴⁴

Logo após os festejos, ademais, lê-se na mesma folha a seguinte apreciação, interessante para se pensarem as questões aqui em pauta:

se o centenário de Camões nos indicou uma época de revivescência nacional, o centenário do marquês de Pombal dá-nos a orientação do povo português,

que os pósteros, além das seleções que operam, só podem julgar/conhecer/interpretar o passado com base naquilo que lhes chega como vestígio ou documento – descontados, portanto, esquecimentos e destruições voluntários e involuntários.

³⁴³ Como bem afirma Catroga (2010, p. 65-66), “a pretensa racionalização da sincronia e diacronia dos fenómenos sociais e políticos (trazida pelo positivismo) [...] fez aumentar a convicção de que a política seria uma arte não submetida aos caprichos da *fortuna*, porque iluminada pelas ciências (incluindo a sociologia). E essas estariam a demonstrar que, por trás dos aparentes acasos, fluía um determinismo objectivo, passível de ser cientificamente explicado e, por isso, transformado em guia de ação. Desse modo, a razão tinha de abandonar os utopismos proféticos e subjectivistas – como no romantismo social – e ser prognóstica. Acreditava-se, em síntese, que o progresso em geral e, em particular, o das ciências, iria permitir [...] a máxima que A. Comte adoptou deste modo: ‘savoir pour prévoir, afin de pouvoir’. [...] A crença iluminista na perfectibilidade humana e no progresso indefinido recebia uma nova cobertura legitimadora, que se queria científica, vinda dos vários positivismos e, particularmente, do oriundo das leituras heterodoxas e ecléticas do pensamento de Augusto Comte e de Émile Littré. Ganga cientista que, mediante a conciliação do progresso com a ordem, procurava solucionar as crises que, desde as revoluções políticas e industriais, do século XVIII, atravessava a sociedade. E tudo teria de começar por uma nova revolução cultural de pendor neo-iluminista, agora travestida de cientismo”.

³⁴⁴ *A Folha Popular*, Lisboa, 19/03/1882. Grifos meus.

porque, *rompendo as peias que o ligavam ao passado, ministra-lhe a luz que o deve guiar para conseguir libertar-se da indecisão em que tem jazido*. O centenário de Camões fez-lhe lembrar que tinha sido grande e, fazendo reviver o entusiasmo pelas glórias passadas, deu-lhe a força para se levantar do abatimento em que o prostrou a sua indiferença. *O centenário do marquês de Pombal abre uma brecha entre os que representam o passado e os que olham para o futuro*, diferindo, porém, uns de outros em que *os segundos transformaram o passado e servem-se dos seus materiais para constituir o porvir*, enquanto *os primeiros renegam esse mesmo passado e fecham os olhos à luz que pressentem no futuro*, como as aves noturnas, que só veem nas trevas e fecham os olhos à claridade que as ofusca. [...] O centenário do marquês de Pombal, *de iniciativa académica, demonstra-nos que essa se acha resolvida a tomar um extraordinário compromisso para com o futuro* de expurgar a nossa pátria de uns intrusos elementos que, apoderando-se das consciências, desejam reverter em favor próprio o que simplesmente devia aproveitar ao geral – a instrução –, mas tirando-lhe a inoculação venenosa que insensivelmente vão espalhando pelo organismo para tornar as criaturas educadas suas inúteis, se não prejudiciais à pátria.³⁴⁵

Tendo tais ideias em mente, retomam-se as demais palavras em epígrafe neste texto (junto do trecho acima destacado); palavras que inspiram os títulos da tese e deste capítulo. São versos eloquentes; espécie de síntese entoada pelos académicos lisboetas nos festejos pombalinos por eles capitaneados. Imaginem-se, pois, os rapazes. As principais ruas da capital, enfeitadas com luminárias, crepes e flores, estão apinhadas de gente curiosa. Com seu carro alegórico e seu estandarte, os académicos sobressaem no cortejo. Percorrendo a cidade em festa, eles cantam, orgulhosos, seu hino-manifesto, olhando à frente/à luz e declarando a seus (arcaicos) contemporâneos – de quem se sentem separados por uma grande brecha: “*nós, os homens do futuro, [...] herdeiros e discípulos de Camões e de Pombal, empunhando a pena ou a espada, honraremos Portugal*”.³⁴⁶

³⁴⁵ *A Folha do Povo*, Lisboa, 08/05/1882. Grifos meus. É interessante retomar a ideia de *brecha*. Pensando a experiência do tempo e a interação/tensão, no presente, entre as forças do passado e do futuro, Arendt (2017 [1955], p. 28-40) fala de uma “quebra”, apresentando a ideia de uma lacuna/brecha; metáfora para um espaço reflexivo intemporal (que já foi ocupado pela tradição, ora esgarçada). A despeito das diferenças candentes, que no fundo impedem aproximações apressadas com o trecho citado, o emprego da dita palavra estimula, aqui, o exercício de pensar os festejos como *brecha* – possibilitando a reflexão sobre as instâncias do tempo e suas expressões correntes. No caso, contudo, a acusada tensão, carregada de juízos de valor e de sentidos políticos determinados, equivale à oposição entre tais grupos (apresentados no discurso como representação do passado e do futuro, para onde se voltam no presente), o que limita e condiciona a reflexão.

³⁴⁶ ALMEIDA, 1882. Grifos meus. Ver o anexo I desta tese. Segundo a descrição de Ramalho Ortigão (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26/06/1882 – carta de 11 de maio), “várias fanfarras entremeadas no cortejo tocavam um novo hino: o hino académico”. Contudo, o jornalista aponta que “não me pareceu de uma expressão extremamente entusiástica”. Crítico dos festejos pombalinos, Ortigão não deixa de considerar positivamente o cortejo cívico, “um tal espetáculo é ainda o mais expressivo e o mais belo que pode oferecer um ato público à civilização de uma cidade”. Contudo, retrata negativamente (com termos que lembram as palavras de Séguier em 1881), a participação de escolas municipais pouco antes, no mesmo dia: “durante um quarto de hora, vi desfilar centenares e centenares de meninos e de meninas, débeis, magrinhos, alguns doentes dos olhos, todos tristes, caminhando dificultosamente, capitaneados por mestras tão melancólicas como eles e por mestres de figuras ríspidas, feições paralisadas na severidade e no rigor do comando como as dos velhos militares a quem a presença do perigo e a vizinhança da morte nunca desanuviou a testa nos campos de batalha”. A presença dos alunos se relaciona à inauguração de uma escola municipal modelo em homenagem ao marquês, por iniciativa da Câmara de Lisboa. No *Diário de Notícias*

Cerca de dois anos antes desse momento (ponto alto dos festejos pombalinos em Lisboa); ainda em meio ao entusiasmo generalizado pela comissão da imprensa acerca do tricentenário de Camões, a “mocidade acadêmica” lisboeta, reunida em assembleia, não só decide se incorporar aos festejos camonianos, mas ainda elabora um programa próprio. Dadas a eloquência de suas palavras e a repetição de ideias na altura em que os estudantes capitaneiam o centenário pombalino (inspirado na comemoração de Camões, que ecoa até em seu hino), é interessante o modo como eles se apresentam aos jornalistas/ao país, informando suas credenciais e justificativas:

*aqueles que consigo trazem o futuro da nacionalidade portuguesa e que representarão amanhã as suas forças vivas na ciência e na indústria, na literatura e na arte, em qualquer dessas múltiplas manifestações; os que são novos, enfim, não podiam nem deviam também eximir-se a concorrer a uma festa que é como que um jubileu nacional, onde em volta de um nome abençoado e grandioso vêm alistar-se todas as classes e todas as parcialidades. Eis o que levou os moços que buscam no estudo as armas com que hão de entrar na tremenda luta da vida a agremiarem-se igualmente para a celebração do centenário do épico português.*³⁴⁷

Em perspectiva similar, os estudantes de Coimbra, como já referido, afirmam, de sua parte: “queremos essa feição dupla [...]; queremos *aliar o futuro ao passado*; queremos *fundir numa esperança uma saudade*”. Ademais, declaram à comissão da imprensa (parte esclarecida e pioneira da geração/dos homens do presente, a que se vinculam, propondo continuidade, os autodeclarados homens/geração do futuro) que

a mocidade que estuda e que espera não podia deixar de vir nesse dia congratular-se festivamente com os iniciadores desse grande movimento nacional. *Nós que somos do futuro, nós que nos preparamos aqui nas longas trevas do estudo para servirmos depois a pátria, saudamos a vós, homens do presente que o soubeste compreender e vos enviamos um protesto ardente de adesão firme ao pensamento nobre que propagastes e à alevantada execução que lhe destes. E afirmamos que a geração a que pertencemos não esquecerá jamais a compreensão elevada que tivestes da missão nobre que vos está confiada, e que o vosso proceder enérgico, brioso e digno será o mais poderoso estímulo para nossos esforços no futuro, continuando o movimento grandioso que tão vigorosamente iniciastes.*³⁴⁸

No número d’*O Ocidente* que vem a lume logo após o centenário pombalino, Gervásio Lobato* não esconde a simpatia aos estudantes lisboetas, reafirmando suas proposições. Ele exalta, assim, “a procissão cívica, que nos nossos costumes modernos parece destinada a substituir as procissões religiosas”; espécie secular de “romaria pelas

(09/05/1882), fala-se, diferentemente de Ortigão, do “formosíssimo quadro de 3.000 crianças [...]; glorificação pombalina, porque demonstra quão desafogadamente se prossegue na obra redentora da civilização pela escola popular, a que Pombal pusera mais definidos fundamentos”.

³⁴⁷ Programa da celebração do centenário [de Camões] pelas escolas superiores de Lisboa, 03/05/1880 (cf. Aranha, 1888, doc. 20). Grifos meus.

³⁴⁸ Mensagem dos estudantes de Coimbra, 08/06/1880 (cf. Aranha, 1888, doc. 50). Grifos meus.

ruas construídas pelo grande marquês de Pombal”. Saldados “com grande entusiasmo” e vitoriados “com uma alegria significativa”, os acadêmicos fazem “dessa homenagem cívica a um grande homem uma festa de paz e de civilização”. O auge do préstito coincide com o momento em que, com “grande explosão de entusiasmo”, os estudantes desfilam diante do povo, retratados como “mocidade briosa, trabalhadora e liberal que há de, em um dia próximo, receber a sucessão da geração dirigente de hoje”.³⁴⁹

Em meio às contribuições coligidas pelos estudantes da capital do Império do Brasil para um volume comemorativo, encontra-se o seguinte trecho, que reflete como, de sua parte, a “mocidade acadêmica brasileira” se apresenta, em termos parecidos, vinculando-se a um futuro idealizado invocado/prenunciado por Pombal, homenageado:

a mocidade, essa filha graciosa da evolução progressiva, corre pressurosa para, fascinada pelo brilho radiante desse meteoro que assomou inesperado no pálido horizonte do passado, curvar-se respeitosa ante a sua revocação no presente e sonhar ardentemente com a sua reaparição no futuro. Porque se desastrosamente tal não se der, será inevitável a reprodução desse cancro extirpado, dessa ave negra de arribação [jesuítas], destruída habilmente pelo ínclito cidadão que, felizmente para nós, hoje rememoramos. Como uma parte humilde dessa síntese organizada que se chama mocidade eu brado à geração do porvir: *Forward and fear not!*³⁵⁰

O volume é introduzido por um texto assinado pela comissão dos festejos acadêmicos cariocas. Além de informarem que “este livro é um laço; o laço sólido que há de apertar em um fraternal amplexo a mocidade acadêmica portuguesa, hoje reunida em nome da mesma ideia para celebrar as festas do centenário pombalino”, os estudantes explicitam a forma como, pautados em *critérios positivos*, encaram a figura do marquês:

nasceu uma nova orientação à marcha progressiva do homem [...], ligado ao passado e ligado ao futuro. [...] Destacou-se do quadro da história o vulto dos grandes servidores do gênero humano. Hoje celebram-se as festas da positividade sem o tributo da catolicidade. É isso que hoje desperta a mocidade brasileira, o que a levanta, o que a congrega. Erguemo-nos para prestar homenagem a um herói. [...] A história já o levantou ao céu da imortalidade. O marquês de Pombal foi uma força útil ao desenvolvimento social. Há cem anos que a nova de seus feitos é repetida pela voz da tradição e eles chegam a nós [...]. Há um critério, o da relatividade, que permitiu bem julgar os personagens históricos. Esse critério avoluma as proporções do marquês de Pombal. Só assim se pode compreender a sua ação e reconhecer o trabalho útil dessa força social. Só a falta desse critério também explica a falta de compreensão desse fato. [...] [Ele] lutou peito a peito com a sociedade e venceu e esmagou a hidra reacionária que procurava estorvar a marcha da humanidade. Que nos importa que a paixão, que cega, tente apoucar as dimensões desse herói? Nós iremos por diante, e enquanto nós formos por diante, veremos a luz que se faz no terreno da história.³⁵¹

³⁴⁹ *O Ocidente*, Lisboa, 21/05/1882.

³⁵⁰ MOCIDADE ACADÊMICA, 1882. Contribuição de Francisco Cunha.

³⁵¹ MOCIDADE ACADÊMICA, 1882. O texto é retomado no capítulo IV desta tese.

Em suas reflexões sobre experiências do tempo, Koselleck ressalta, na esteira de Santo Agostinho, os aspectos fugidio e obsidiante da presencialidade. Por um lado, o presente “se esquia a cada instante”, dissolvendo-se entre passado e futuro. Por outro, abarca as demais instâncias temporais, de modo que “todo o tempo é presente num sentido específico. Pois o futuro ainda não é, e o passado já não é mais”. Ademais, dado que “todo presente se estende simultaneamente para a frente e para trás”, podem-se temporalizar passado, presente e futuro, circunscrevendo diferentes determinações temporais históricas.³⁵²

Tal sugestão fornece um ponto de vista interessante sobre a forma como, nos debates travados em 1882, os estudantes de Lisboa formulam e apresentam ideias de si mesmos, de seus opositores, do passado que comemoram e reatualizam e do futuro por que nutrem expectativas e que visam a antecipar. Nas palavras que se leem no referido jornal lisboeta, os rapazes, com os olhos postos no futuro, “transformaram o passado e servem-se dos seus materiais para constituir o porvir”. Além da imagem do marquês concebida e mobilizada nos festejos, pode-se pensar a construção discursiva que de si mesmos eles propõem – que diz respeito, no fundo, a uma ideia de progresso (chave de sua noção sobre o porvir). A tais imagens, vinculadas a determinada concepção sobre passado, presente e futuro, opõem-se outras (coetâneas, e por vezes divergentes), que informam maneiras distintas de se referir, interpretar e projetar no tempo. Daí se falar, por exemplo, em uma “brecha” percebida entre os acadêmicos e aqueles que, encarados enquanto representantes do passado, “renegam esse mesmo passado e fecham os olhos à luz que pressentem no futuro”.³⁵³

Quanto aos estudantes, apresentando-se como um coletivo posicionado frente a diferentes momentos/recortes do passado e do presente de Portugal, eles propõem a seus interlocutores/opositores, enfim, uma autoimagem inspirada em uma releitura do passado, e voltada para a posteridade, com a qual buscam legitimar seu discurso.³⁵⁴ Afirmando-se

³⁵² KOSELLECK, 2014 [2000], p. 230-231. Ver ainda as reflexões de Paul Ricoeur (2012 [1983], pt. I, cap. I) sobre as aporias da experiência do tempo em Santo Agostinho; do tempo que se expressa, na alma (presente), em três modos: *presente do passado* (lembrança), *presente do presente* (visão/atenção) e *presente do futuro* (expectativa/espera). Por fim, recuperam-se as reflexões de Arendt (2017 [1955], p. 28-40) sobre a tensão das forças do passado e do futuro e sobre a “quebra entre o passado e o futuro”.

³⁵³ *A Folha do Povo*, Lisboa, 08/05/1882.

³⁵⁴ Entende-se o ato de linguagem como um encontro dialético intercomunicativo; espécie de encenação entre quatro sujeitos que ademais supõe práticas compartilhadas e filtros de sentido. Nessa perspectiva, encontram-se dois universos de discursos não idênticos: por um lado, o sujeito comunicante propõe de si uma imagem a um sujeito destinatário por ele idealizado (processo de produção), o que indicia sua intencionalidade frente a seu interlocutor suposto. Por outro, esse segundo, enquanto sujeito interpretante,

“homens do futuro”/pósteros, e assim destacando tanto seu não pertencimento à geração no poder quanto as expectativas associadas a suas juventude, demandas políticas (eivadas de positivismo e republicanismo) e formação acadêmico-profissional, eles se distanciam de seu presente corrente. Um presente tido por decadente; já concebido, em suma, como uma forma de passado contra a qual, “empunhando a pena ou a espada”,³⁵⁵ os acadêmicos se dispõem a lutar – reclamando a atualização de esforços/embates capitaneados em outros momentos do passado (1759, 1834) por alguns *grandes homens*, julgados, de modo particular; como antecipadores do futuro (em seu tempo).³⁵⁶

Por um lado, insiste-se, os estudantes negam muito do que lhes é contemporâneo por ser atrasado/retrógrado (passado). Por outro, é com os olhos postos na interpretação, na retomada, na idealização e na comemoração de um passado ainda mais recuado que eles se dispõem, valendo-se de cerimônias que reelaboram linguagens anteriores,³⁵⁷ a honrar a pátria, remetendo-se a suas independência e glórias – que, em sua perspectiva, devem ser atualizadas (no presente, tendo em vista seus projetos e certezas quanto ao futuro).³⁵⁸ Apresentando-se como descendentes ou sucessores (“herdeiros”), mas também

constrói do primeiro uma imagem de sujeito enunciator (processo de interpretação), que indicia sua hipótese sobre essa intencionalidade. Busca-se, assim, compreender sobretudo a imagem (pode-se falar também em representação) que os estudantes construíram de si mesmos para os interlocutores por eles idealizados, tendo em vista os sentidos possíveis que o conhecimento histórico pode informar ao leitor da atualidade (CHARAUDAEU, 2010 [2008]; 2011 [2005]). Acerca dos esforços do historiador diante de testemunhos e narrativas textuais do passado – relação perpassada pela descontinuidade; do trabalho de tradução e da percepção de linguagens, repertórios e códigos do passado; de uma prática controlada que tem os textos como objeto e expressão, ver: CASTRO, 1996; DE CERTEAU, 2011 [1975]; LISBOA, 2004; TEIXEIRA, I. 2010, cap. I; POCKOCK, 2003.

³⁵⁵ Sobre a tópica, ver a introdução desta tese.

³⁵⁶ Refletindo sobre conceitos de movimento na modernidade, Koselleck (2006 [1979], p. 284-290) aborda perspectivas oitocentistas sobre a história, relacionadas às experiências de mudança vivenciadas, alternando “progredir ou conservar, recuperar o tempo ou torná-lo mais lento” e reforçando a possibilidade de diferentes representações válidas sobre o passado, pautadas em escolhas e posicionamentos de quem interpreta/escreve – o passado podia ser encarado sob ângulos distintos, revelando aspectos diversos. Ademais, a comparação entre povos, estados, continentes e classes permitiu a noção de um “anacrônico que ocorre em um tempo cronologicamente idêntico”.

³⁵⁷ Ver a introdução desta tese.

³⁵⁸ Para Serrão (1983, cap. II-III), se os primeiros liberais buscam remediar a decadência da pátria pela abolição do absolutismo, os republicanos, ao fim do século, “buscarão nova panaceia nacional na extinção da Monarquia”. Em comum, o ideal de regeneração, vinculando elementos de um passado a resgatar a um ideal de futuro a fundar. Mais que os juízos, são distintos os planos, que para os republicanos incluem um novo regime. A intensificação da propaganda republicana se relaciona, na altura das comemorações centenárias da década de 80, à incorporação de uma “mística patriótica”. Vinculam-se “devido ao peso da história”, o projeto de regeneração nacional e o “sonho do regresso a passadas glórias”. Na perspectiva de Manuel A. Carvalho (2002, p. 465), “essas celebrações, ao procurarem contrapor os tempos gloriosos de outrora a uma situação de decadência, não deixavam de ter subjacente uma certa ideologia política que incorporava uma esperança regeneradora [...]”. A evocação do passado glorioso permitiu aos republicanos fazerem uma afirmação de nacionalismo e historicismo [...]; positivistas e evolucionistas que eram, o seu historicismo movia-se numa concepção evolutiva [...]. República não era sinônimo de ruptura, mas afirmação e concretização do nosso passado heroico [...]. Sentiam-se, assim, investidos de uma certa legitimação histórica”.

como aprendizes ou seguidores (“discípulos”) tanto de Camões quanto de Pombal, os acadêmicos afirmam ter desses dois representantes de períodos áureos do país recebido o legado e a instrução para agir no presente visando a um porvir idealizado.³⁵⁹

Tais a herança e o ensinamento que lhes permitem, como estudantes/soldados; como “os moços que buscam no estudo as armas com que hão de entrar na tremenda luta da vida”,³⁶⁰ ou seja, fazendo, por ora, da pena sua espada (mas não se furtando de, no futuro, guerrear literalmente em favor e por amor da pátria),³⁶¹ contribuir para o inevitável e iminente progresso que eles conhecem, anunciam e representam – e que o marquês teria, em seu tempo (e mesmo sem o saber), auxiliado/acelerado.³⁶² Ademais, eles não deixam, como os colegas conimbricenses, de se vincular àquela parcela particular da geração/dos “homens do presente” que lhes inspira, enquanto geração/“homens do futuro” a batalhar em nome da posteridade positivamente concebida: a comissão da imprensa (“oficina da história”),³⁶³ promotora do tricentenário camoniano, que deu a partida a tais festejos no país.³⁶⁴ A relação com as instâncias do tempo muda, entretanto, quando se considera a perspectiva de diferentes críticos do centenário.

Refletindo sobre justificativas para tais homenagens fúnebres, Samodães, católico constitucional, afirma que elas são devidas “a um poeta, a um literato, a um orador, a um

³⁵⁹ Sobre a ideia de uma herança/transmissão, enquanto forma de atualização do passado (que também pode ser aplicada ao próprio olhar crítico do historiador), é interessante apontar que, na perspectiva de Ricoeur (1994, cf. Bédarida, 2001), “c’est d’abord comme héritiers que les historiens se placent à l’égard du passé avant de se poser en maîtres artisans des récits qu’ils font du passé. Cette notion d’héritage présuppose que d’une certaine façon le passé se perpétue dans le présent et ainsi l’affecte”. A perspectiva *historiadora* sobre o passado é retomada e aprofundada no capítulo II desta tese.

³⁶⁰ Programa... pelas escolas superiores de Lisboa, 03/05/1880 (cf. Aranha, 1888, doc. 20).

³⁶¹ Na última estrofe, eles cantam: “nós, os homens do futuro, o amor mais santo e puro, em penhor o mais seguro, vimos à pátria oferecer. Hoje, à escola devotados, amanhã, talvez soldados; sempre, sempre dedicados, pela pátria até morrer” (ALMEIDA, 1882).

³⁶² Na perspectiva de Latino Coelho (1874, v. I, p. 73-76), o marquês, encarnação efetiva do absolutismo, era, por um lado; “pela novidade singular das suas ideias, o homem do futuro”. Por outro, também era, “nos sentimentos morais e nos costumes, o homem do seu tempo” – ou seja: do passado. Recordar-se que, em outra obra (COELHO, 1885 [1882], cap. I), o professor republicano, tipificando-o, como *déspota iluminado* (que sem o querer a efetuou uma *revolução inconsciente*), aponta que ele operou no país “a passageira transação entre o passado, que já se envergonha de existir, e o futuro, que ainda não ousa mostrar-se claramente”. Acerca da ideia de contribuição/aceleração (e de uma revolução *involuntária*, na medida em que o marquês, “julgando estabelecer em Portugal um governo quase despótico, representado pelo rei, e tendo por cortejo a nobreza e por sustentáculo o povo, [...] não fez mais do que aplinar o caminho por onde os burgueses deviam avantajarem-se”), recuperam-se as palavras de Luis Gomes (1870 [1869], p. 113-114), que questiona: “Portugal não teria chegado ao governo livre e democrático sem os bárbaros preparativos do marquês de Pombal? Nós não o acreditamos. A ele teria, sem dúvida, chegado, levado por seus próprios instintos, pelo exemplo e pelos progressos da civilização. O marquês de Pombal não fez senão adiantá-lo; apressar seu andamento, porque esse homem foi para Portugal uma verdadeira revolução, ou antes um cataclismo social e político”.

³⁶³ Mensagem da Comissão da Imprensa à Câmara de Lisboa, 19/06/1880 (cf. Aranha, 1888, doc. 69).

³⁶⁴ Mensagem dos estudantes de Coimbra, 08/06/1880 (cf. Aranha, 1888, doc. 50).

escritor célebre, a um grande caráter”. Quanto “aos homens de Estado, que só na política e no governo se avantajaram; que se por um lado criaram simpatias, pelo outro alevantaram repulsões, é menos conveniente preparar uma glorificação [dado que ela] não obterá a confirmação de quantos a presenciarem”. Em meio a leituras divergentes, sua figura “transforma-se em herói ou tirano ao sabor da paixão dominante. Despreza-se a história e inventa-se o romance. O mesmo sujeito é benfeitor ou um déspota; uma notabilidade ou uma nulidade; um sábio ou um ignorante; uma glória ou um opróbrio”. Daí, como tantos outros na altura, ele concluir que “a homenagem nacional só se presta quando a tradição incontestável tem glorificado os grandes vultos”. O conde entende que apenas “então o presente concatena-se com o passado e o sentimento dos coevos vibra uníssonos com o dos que já deixaram de ser”. Para Samodães, não é o caso de Pombal;

símbolo incompatível com as doutrinas modernas que têm vozes em todas as nações da Europa e da América e em particular as que professam os partidos militantes em Portugal. É ainda incompatível com os princípios da escola que lhe é adversa e que tem os olhos fitos em um passado que morreu para sempre, não podendo reviver por mais esforços que se façam para a sua ressurreição e por mais deploráveis que sejam os erros do presente, tão tenazmente seguidos e sustentados que pareciam ser o veículo por onde o passado podia ter probabilidades de tornar-se futuro. É ainda impossível para a geração atual, compenetrada dos sentimentos da justiça, equidade, tolerância e horror aos castigos ignominiosos e cruéis que tão largamente foram aplicados durante esse governo tétrico, pavoroso e medonho dirigido pelo marquês de Pombal.³⁶⁵

Ao abordar a temática, o jornalista republicano José Caldas,* por sua vez, retoma comparativamente (como o fazem Samodães e Coutinho, dentre outros) as apoteoses da Antiguidade – cerimônias de teor religioso em que se celebravam os heróis por seu merecimento, representando-os em efígies de cera que eram lançadas ao fogo “no meio de um ritual grave, muito composto, entre as estrepitosas aclamações da multidão”. Apesar de diferenças (como a ausência do fogo e também da águia, que representava “o derradeiro voo da alma daquele que, naquela data, era promovido a nume” [deidade]), ele entende que as “modernas festas triunfais, cívicas, agora ressurgidas”, mesmo destituídas de aspecto religioso, têm “muitos pontos de afinidade” com o modelo clássico, com “certa propensão para exagerar e engrandecer os feitos e as qualidades daqueles cujas ações, preclaras ou singulares, se celebram por um modo tão imponente”.³⁶⁶

Posicionando-se inversamente aos acadêmicos lisboetas, Caldas propõe que os estudantes portuenses se projetem no tempo vindouro, rompendo sua perspectiva corrente sobre passado, presente e futuro (que o jornalista entende ser fantasiosa), e que, assim

³⁶⁵ SAMODÃES, 1882, p. 313.

³⁶⁶ CALDAS, s/d, p. 90-95 [o autor republica um texto de 1882 – retomado no capítulo IV desta tese].

referenciados, reconsiderem a iniciativa dos festejos. Nesse sentido, sugere que pautem sua reflexão acerca do período pombalino (passado) e da solenização do marquês não nas ideias que caracterizam sua juventude corrente (presente), “com os seus entusiasmos fáceis e espontâneos, alegres, irrefletidos, generosos sempre”, mas naquilo que lhes poderá informar sua maturidade vindoura (futuro), “quando, a frio, a serena e tranquila razão descer sobre os fatos”. Assim, ele os adverte, antecipando-se:

quando os que hoje são moços e amanhã forem velhos baixarem os olhos, com a luz do seu luzentíssimo espírito sobre a história literária, política e econômica do século passado, procurando não já o herói preconizado na liturgia das apoteoses, o imortal hoje feito de cera, para melhor poder figurar nos modernos ritos, mas o ministro orgulhoso e vingativo [...], certamente verão que o herói não vale tão rendidas demonstrações, acusando, nesse momento, o olfato menos delicado, não já o cheiro da cera, [...] mas o de sangue que necessariamente ainda se há de exalar da sagrada pira que hoje a mocidade acende em honra do homem feroz que maior pasto deu às forcas e aos ergástulos do tempo de D. José.³⁶⁷

É com base em uma conjectura diferente daquela dos estudantes, portanto, que Caldas lhes recusa a possibilidade de uma crítica arrazoada. Com tal mudança de perspectiva, o peso, a autoridade e a legitimidade advindos da posteridade não cabem aos acadêmicos (jovens que, a seu ver imaturos, concebem-se/afirmam-se *homens do futuro*), mas ao jornalista (que se entende/afirma maduro e racional). A posteridade, adverte Caldas, informará aos acadêmicos um juízo contrário àquele que ora proferem, ao exaltarem inadvertida, apaixonada e ingenuamente o marquês. Ainda que simpatize com sua pauta antijesuítica, para ele é impossível minorar o despotismo pombalino.

Ao comentar, no plenário da Câmara, os festejos de Pombal e seus promotores, o já referido deputado Alberto Pimentel observa (neste ponto em sentido parecido):

a iniciativa partiu da mocidade acadêmica e ainda que eu tenha uma profunda estima por todas as iniciativas que partem do coração ardente da gente moça; ainda que me sinta impelido a aceitar todos os pensamentos em que palpita exuberantemente a seiva da idade juvenil, não devo esquecer que *os acadêmicos são moços e que as ideias da mocidade são quase sempre flores, e não frutos*. Uma primavera carregada de frutos seria um fenômeno tão extraordinário na natureza como na sociedade. *Nós, os legisladores, temos obrigação de ser menos apaixonados, e menos entusiastas do que a mocidade. A reflexão é uma velhice precoce e nós devemos tê-la.*³⁶⁸

Na leitura de Caldas, sua avaliação presente (racional e ponderada) sobre o marquês corresponde tanto ao juízo futuro por parte dos acadêmicos quanto à derradeira sentença da história, ambas resultado de um olhar amadurecido. Podem-se aproximar tais ideias ao modo como Pimentel contrapõe a reflexão esperada dos deputados (forma de

³⁶⁷ CALDAS, s/d, p. 90-98.

³⁶⁸ *Diário da Câmara...* Sessão de 17 de abril de 1882. Grifos meus.

“velhice precoce”), as ideias apaixonadas da “gente moça” – de que os homens sensatos, sob o “lenho da história”, devem se distanciar, dando tempo a um julgamento vagaroso e adequado de Pombal (cujas “responsabilidades políticas [...] não estão ainda perfeitamente liquidadas”).³⁶⁹

Quanto ao jornalista, informando os acadêmicos acerca do que ele (já maduro, e, como tal, *do futuro*) pensa/conhece, propõe que reavaliem tanto o passado pombalino quanto suas homenagens correntes. Em sua interpretação, portanto, importam sobretudo mudanças de percepção relacionadas à passagem da juventude à maturidade que ele supõe encarnar (forma peculiar de expressar interditos à crítica não distanciada do passado). Desqualificando, como o deputado, os estudantes,³⁷⁰ Caldas põe de lado, em suma, prognósticos, avaliações, retomadas e propostas por eles apresentados.

Duas décadas mais tarde, no entanto, o jornalista, refletindo sobre o histórico do país no último quartel do regime monárquico (ele afiança: “o jesuíta venceu”),³⁷¹ emite um juízo distinto – que relativiza o peso de sua crítica e parece, no fim das contas, justificar a anterior iniciativa dos rapazes pombalistas.³⁷² A despeito da figura ainda odiosa do marquês, dos percalços por que passam os organizadores do centenário e de sua “falta de segura orientação histórica”, Caldas afirma que “a demonstração [de 1882] foi ruidosa, altissimamente significativa [...]; soberba”. Segundo sua (*re*)leitura, nada

³⁶⁹ *Diário da Camara...* Sessão de 17 de abril de 1882. Grifos meus.

³⁷⁰ Francisco Correia de Barros (1882, p. 116) afirma que “os estudantes, os homens do progresso, a esperança da pátria, os filhos das vítimas [do marquês] aderem ao cortejo, são de algum modo os primeiros influentes, ou antes os primeiros iludidos [por maçons e republicanos]”. De sua parte, Camilo a eles se refere como “rapaziada”, também sugerindo imaturidade em sua iniciativa. Por oposição, ele afirma, em sua reflexão após os festejos, que “os velhos que se incorporaram na festa pombalina dos acadêmicos [...] eram a porção do espetáculo que representava a antiguidade da tolice em todas as ideias novas” (CASTELO BRANCO, 1882, proêmio). Tais contraposições à *geração futura* fazem recordar um trecho publicado pouco mais de 15 anos antes n’*O Panorama* (Lisboa, n. 25, 1866): “– Apelo para a posteridade – dizia [...] um poeta, a quem acabavam de patear [bater os pés no chão, em desaprovação] uma das suas produções dramáticas –; desprezo um público que se compõe somente de analfabetos. / – Ai, meu caro amigo – lhe tornou um indivíduo que o acompanhava –, vê aquelas crianças além, jogando peão e dando cambalhotas? São elas que hão de representar a posteridade. Os analfabetos de que hoje se queixa são a posteridade por que tanto clamaram os poetas de há cinquenta anos, cujas obras também foram pateadas. De maneira que essas suas palavras, ‘apelo para a posteridade’, equivalem a ‘apelo para os analfabetos do porvir’”.

³⁷¹ O período entre 1890 e 1910 é marcado por uma série de conflitos entre o regime monárquico (que reforça sua resistência e sua vinculação a setores tradicionais) e seus opositores; embates que se expressam também na oposição à Igreja e particularmente aos jesuítas (que encarnam, na perspectiva de republicanos e liberais mais aguerridos, a reação; o inimigo a abater). Ver: CARVALHO, 2008; HOMEM, 2000; MARQUES, 2000; RAMOS, 2001 [1998].

³⁷² Como se mostra no capítulo IV, Caldas, diferentemente de Camilo, com quem dialoga, afirma-se favorável a manifestações antijesuíticas em 1882. Na altura, contudo, condena a exaltação do marquês. Há que se notar, entretanto, que o texto de 1882 aqui citado vem a lume em uma edição (sem data) de cartas do romancista feita por Caldas e por ele introduzidas (o jornalista recupera seu artigo na apresentação de um dos documentos editados). O volume é publicado já no século XX – deduz-se que após o livro de 1901.

“pôde tirar a essa comemoração cívica [antijesuítica] uma linha, que fosse, da sua indiscutível grandeza moral. A festa republicana iluminou por um momento o Porto, com todo o clarão intenso e triunfante de um jubileu de revolta exemplar”. A celebração da apoteose pombalina, “imponentíssima”, mostra-se, afinal, um “belo êxito [...]”; a mais radiante, a mais cívica, a mais nobre afirmação de solidariedade democrática que entre nós se tem visto e se verá”.³⁷³

A mudança de perspectiva do jornalista, com o passar do tempo, que empresta e retira sentidos a suas anteriores certezas quanto à legitimidade da mobilização da figura de Pombal, bem expressa a riqueza da temática que se explora sob diferentes pontos de observação nestas e nas páginas que se seguem. Em questão, leituras e releituras sobre o marquês, em um percurso reflexivo particular por momentos históricos distintos, e conectados por documentos, narrativas, marcos e solenizações (festivas e combativas); expressões variadas e por vezes divergentes das relações entre *os homens do futuro* (em diferentes períodos) e o passado pombalino.

Antes de avançar para reflexões a partir da consideração de cerimônias diante dos restos fúnebres do marquês, retoma-se um último trecho do volume publicado pela *mocidade acadêmica brasileira*; um curioso texto em que se questionam os interditos e distanciamentos de que aqui se vem falando em relação às abordagens ao passado. Trata-se, em suma, de uma reflexão sobre a atualização de paixões e disputas em torno de Pombal, de seus embates, de seu legado e de seu juízo:

*os mortos são mais difíceis de julgar do que geralmente se pensa. [...] [Acreditar] que a posteridade seja o único juiz reto e desapaixonado é [um] erro. [...] Pode, sim, a elaboração do progresso descobrir hoje a grandeza da obra que passou como nula ou ilegítima aos olhos dos que a viram construir. Mas se o litígio subsiste, o julgamento dos pósteros, entregue à vivacidade das suas paixões e desprendido de toda a influência do morto, é simplesmente uma farsada com todos os ruins preditados da covardia. [...] Pombal foi um grande lutador; tem-no sido muita gente. Foi mais, foi um enorme vencedor; poucos lograram sê-lo. Mas todas as suas vitórias, por isso mesmo que não eram simples e aparentes deformações, mas profundas reconstituições da sociedade a que pertenceu, são ainda hoje discutidas com uma acrimonia que não permite acreditar tão cedo na justiça que lhe pertença. Talvez que ainda cem anos sejam consumidos dos mesmos princípios e ideias contra ou a favor dos quais ele combateu. [...] Entretanto, não nos entibemos tanto que não nos aproveite o exemplo herdado. [...] Meditemos os benefícios que ele nos prodigalizou [...]; sejamos todos acordes em celebrar a sua memória, continuando [...] [su]as reformas e transformações [...] na atualidade.*³⁷⁴

³⁷³ CALDAS, 1901, p. 5-6; 282-283.

³⁷⁴ MOCIDADE ACADEMICA, 1882. Contribuição de A. Z. C. Grifos meus.

CAPÍTULO II: *Fazer história na igreja da Memória*

Quando em Portugal se fala – como agora – do marquês de Pombal, há sempre duas correntes em combate: a jacobina e a reacionária, com as suas diversas expressões. Uns dizem que ele era um liberal; os outros parecem querer dar-lhes razão quando pleiteiam. [...] Aponto fatos, não faço defesas nesta hora em que se quer celebrar Pombal mais uma vez – o que não me repugna, desde que se não apresentem sob uma falsa feição. [...] Não o desejo demolir; apenas o quero no seu lugar. O governo acha que ele é no Panteão; há quem o queira na igreja da Memória, edificada para comemorar a salvação de D. José no dia do atentado em que Pombal inculpou inocentes; a família deseja-o na capela das Mercês, onde jaz após a trasladação do seu desterro. Não me pronuncio sobre o sítio onde vai repousar. Na história é que o não quero sob a legenda falsa de que o rodearam.

Rocha Martins,* 1923.

A igreja de Nossa Senhora do Livramento e de São José (imagem 13),³⁷⁵ comumente referida como igreja da Memória, localiza-se na região da Ajuda,³⁷⁶ em Lisboa, e desde fevereiro de 1923 está classificada como patrimônio nacional. Sua construção foi ordenada por D. José (1750-1777) como voto de gratidão por ele ter sido poupado em um atentado contra sua vida ocorrido em 3 de setembro de 1758; o *livramento* de José (não o santo, mas o rei homônimo) – tal a *memória* a que se refere sua designação ordinária.³⁷⁷ Por gesto do rei agradecido à alegada intervenção divina em seu favor, o templo-memorial teve a primeira pedra assentada dois anos mais tarde, justamente no local onde se passou o episódio nele evocado.³⁷⁸

Em recomendações deixadas a sua filha e sucessora no trono, D. Maria I (1777-1816), D. José lhe pediu que retomasse as obras da igreja – interrompidas e ainda longe de terminadas ao findar de seu reinado.³⁷⁹ O templo foi finalmente concluído trinta anos após o acontecimento que visa a assinalar – representado, em sua capela-mor, em uma

³⁷⁵ Sobre a dupla invocação do templo, ver: SALDANHA, 2012.

³⁷⁶ Próximo ao Palácio Nacional da Ajuda; local de construção anterior, a Real Barraca – residência dos reis portugueses após o terremoto de 1755 (que destruiu o Paço da Ribeira). “Paço da Ajuda”, SIPA.

³⁷⁷ Fernando Catroga (2015, p. 11, 15) fala de memória como *re-presentação* (ou *re-presentificação*) do passado. Remete-se, assim, à importante obra de Paul Ricoeur (2018 [2000]), que, a partir das contribuições de Platão e Aristóteles, aborda memória como *presença no espírito* (representação/*re-apresentação*) de uma coisa ausente; de uma realidade pretérita (o passado/acontecido; aquilo que não é mais, porém já foi) – o que remete à pretensão da memória à fidelidade.

³⁷⁸ “Igreja da Memória”, SIPA; SOARES, 2016, p. 212-219. Segundo José-Augusto França (1989 [1977], p. 48-49), trata-se de um bom exemplo do “modelo necessário aos templos pombalinos”, bastante distinto do antecedente barroco. Para Rui Tavares (2015 [2005], p. 132), a igreja da Memória foi mandada construir “para não deixar esquecer” o episódio, que assumiu bastante relevância nas narrativas do governo.

³⁷⁹ “Lhe recomendo que completará a igreja da Memória, que prometi a Deus fazer e se acha meia feita, em agradecimento do benefício que me fez e que foi notório a todo o Reino” (cf. Gramoza, 1882, p. 54).

pitura alegórica (imagem 14).³⁸⁰ Trata-se de um monumento que remete a “um dos episódios mais marcantes e difundidos da história política portuguesa e, ao mesmo tempo, como é próprio de quase todos os atentados, um dos mais nebulosos, ao ponto de a própria realidade do acontecido ter sido posta em causa”.³⁸¹

Ocorridos quando D. José retornava de carruagem à Real Barraca, os disparos de arcabuzes contra o rei se mantiveram em segredo por alguns meses – a despeito dos rumores que então circulavam nas ruas e em correspondência diplomática. Na madrugada de 13 de dezembro, contudo, prenderam-se indivíduos suspeitos de participação no atentado. Na manhã seguinte, afixou-se em lugares públicos um extenso edital (datado do dia 9) divulgando a versão oficial quanto ao que havia passado: uma conspiração *sacrílega e abominável*, acerca da qual se buscavam informações e denúncias. Organizou-se, então, a junta da Inconfidência; espécie de tribunal dirigido pelos secretários de Estado e composto por desembargadores especialmente nomeados. Em seu seio, decorreu o processo sumário e questionável que teve como resultado a sentença condenatória que levou ao castigo exemplar (em 13 de janeiro de 1759) a membros da alta nobreza e a alguns assistentes,³⁸² responsabilizados pela conspiração regicida (sob suposta influência jesuítica).³⁸³ Além dos supliciados, muitas pessoas a eles associadas foram encarceradas. A violenta punição, com os auspícios de Sebastião José de Carvalho e Melo, decorreu em Belém; “em cadafalso alto, que será levantado de sorte que [...] o castigo seja visto de todo o povo a quem tanto tem ofendido o escândalo do [...] horrorosíssimo delito”.³⁸⁴

Se execuções públicas não eram incomuns no Antigo Regime,³⁸⁵ o rigor na aplicação das penas, a nobreza dos principais condenados e as detalhadas descrições divulgadas chamaram a atenção dos contemporâneos. Desde a altura, ademais, o episódio foi muitas vezes descrito; ecoando em narrativas e iconografia sobre o dito *suplício dos Távoras* (imagens 15-16). Entende-se, assim, que o atentado e a punição constituem

³⁸⁰ PROENÇA, 2014 [1924], p. 401.

³⁸¹ MONTEIRO, 2008 [2006], p. 131. Ver: PERESTRELLO, 1882, p. 42; SILVANO, 1906, p. 9.

³⁸² O duque de Aveiro, os marqueses de Távora, seus dois filhos e genro, conde de Atouguia, e três criados – sentenciados a pena de morte por crime de conspiração e lesa-majestade. Para uma reflexão sobre o processo (e sua relação com “um projeto maior de afirmação da autoridade régia face ao poder temporal da Igreja e aos privilégios das casas nobres, como a dos Távoras”), ver: ALVES, 2011, p. 150-160.

³⁸³ Sobre a tentativa de assassinato de D. José (desde os boatos sobre o ocorrido até a reação do governo – e as críticas decorrentes), ver três obras diferentes, produzidas em momentos distintos: AZEVEDO, 1990 [1909], p. 141-176; SERRÃO, 1987 [1982], p.81-88; MONTEIRO, 2008 [2006], p. 131-166.

³⁸⁴ Cf. Monteiro, 2008 [2006], p. 154.

³⁸⁵ Sobre a ideia de exemplaridade em que se pautavam os castigos de Antigo Regime e as considerações de direitos e privilégios de uma sociedade estamental em sua efetiva aplicação, ver: LARA, 1999.

uma das imagens de marca do período pombalino. Na própria época, mas principalmente na posteridade, contribuíram para que se atribuisse ao pombalismo uma clara dimensão antinobiliárquica. Na historiografia oitocentista, tanto os autores liberais e republicanos como os de signo tradicionalista retomaram essa perspectiva.³⁸⁶

Da parte dos pósteros, as descrições do suplício foram mobilizadas sobretudo para a construção de uma representação negativa do marquês. Dentre os muitos que acusaram suas violências, destaca-se Camilo Castelo Branco.* Em sua conhecida obra publicada em meio às polêmicas do primeiro centenário fúnebre pombalino (1882), o escritor carrega nas tintas em suas descrições críticas sobre a punição aos Távoras.³⁸⁷ Cem anos mais tarde; já no ano em que se comemorava o bicentenário (1982), um renomado historiador, elogioso a Pombal, afirma que “o tema continua a ser objecto das mais variadas paixões [...] [e] deixou uma penosa lembrança que mais de dois séculos ainda não conseguiram apagar [...]. A história guardou a cena atroz do suplício de Belém”.³⁸⁸

Pensando a permanência de tais referências ao longo do tempo, deve-se considerar, além de juízos críticos da parte dos *homens do futuro*, a importância concedida pelo próprio governo pombalino à afirmação e à divulgação de suas narrativas e justificativas – esforço para controlar conteúdo e forma do que se dizia, do que se lembrava, e também do que se esquecia. No que diz respeito ao episódio, buscava-se perpetuar uma sua determinada lembrança – recorrendo-se, para tanto, também a folhetos que o recontavam e à remoção de lápides e inscrições com os nomes dos condenados. “Não se tratava, pois, de banir totalmente a memória dos Távoras, mas de a reformular – garantir que eles fossem lembrados e esquecidos apenas de determinada forma”.³⁸⁹

Deixando ainda mais clara a intenção de projetar à posteridade uma evocação circunscrita e enquadrada do ocorrido, mandou-se erigir outro monumento: um padrão-

³⁸⁶ MONTEIRO, 2003, p. 34.

³⁸⁷ CASTELO BRANCO, 1882. Sobre a ilustração do cadafalso presente em seu livro (imagem 15), ele explica: “a estampa dos cadáveres no ato de se lhes aplicar o fogo é cópia da que se vendia em Lisboa dias depois da execução”. Camilo se vale, pois, de ilustrações da época para, muito depois, apresentar uma leitura diferente daquela do governo pombalino – indiciando diferentes usos das narrativas do episódio. Na altura, ainda se anunciou nos jornais, dentre outros materiais do tipo (ressaltando a recorrência do tópico): “*O Assassinio dos Távoras*. À venda nas livrarias, quiosques e tabacarias. Um folheto a propósito do *centenário do marquês de Pombal*, contendo quatro capítulos: I. O marquês de Pombal; II. atentado contra o rei D. José; III. A sentença; IV. As execuções; O epílogo, fatos verdadeiros segundo a história de Portugal” (*Diário de Notícias*, Lisboa, 03/05/1882).

³⁸⁸ SERRÃO, 1987 [1982], p. 85-86.

³⁸⁹ Para Rui Tavares (2015 [2005], p. 146-149), seu governo foi um “momento poderoso de reconfiguração da memória coletiva [...] ancorado na criação e rememoração de narrativas que lhe leram muito próprias ou mesmo exclusivas. Pode dizer-se que grande parte do poder acumulado pelo marquês se fundou na forma como impôs as suas narrativas (sobre a expulsão dos jesuítas e sobre o ‘atentado’ ao rei, nomeadamente)”. Ver ainda: MIRANDA, 2009 – que reflete sobre documentos pombalinos como monumentos políticos.

memória, “composto por uma coluna, envolta em cinco anéis, um por cada cabeça derrubada” (imagem 17), no local em que decorreu a punição – onde ficava o palácio do duque de Aveiro. Em sua base, ainda se lê:

aqui foram arrasadas e salgadas as casas de José Mascarenhas, exautorado das honras de duque de Aveiro e outras, condenado por sentença proferida na Suprema Junta de Inconfidência em 12 de Janeiro de 1759. Justificado como um dos chefes do bárbaro e execrando desacato que na noite de três de Setembro de 1758 se havia cometido contra a real e sagrada pessoa de D. José I. Neste terreno infame se não poderá edificar em tempo algum.³⁹⁰

Acerca do enfrentamento enérgico por parte do marquês a todos aqueles que lhe resistiam, Francisco Luís Gomes* escreve que

de caráter ardente e cego por suas paixões, [Sebastião José de] Carvalho via por um prisma falso a sociedade em cujo seio achava-se. Seus temores e suas suspeitas faziam-lhe ver tudo debaixo de falsas cores. Cada perturbação pressagiava-lhe um motim, cada motim, uma horrível conspiração. Esse defeito de seu espírito tornou-se, com o tempo, uma alucinação; uma loucura de tal maneira perigosa, que não foi mais possível a ninguém acreditar-se seguro. Um era acusado de ter-se correspondido com os jesuítas, outro de ter sido amigo do duque de Aveiro. Não faltavam homens infames que levantassem essas terríveis acusações; achavam-se juizes sem consciência para condenar os acusados.³⁹¹

Considerados, a partir de *provas* questionáveis, implicados na organização do atentado,³⁹² o cerco aos inicianos foi se fechando.³⁹³ Desde janeiro, tomaram-se medidas contrárias à ordem – prisões, sequestro de bens, correspondência com Roma visando a suas punição e expulsão e também mobilização de forte propaganda antijesuítica.³⁹⁴ Um ano após o *livramento* de D. José (que então se comemorava), um alvará régio os

³⁹⁰ “Padrão-memória do Chão Salgado”, CML. A inscrição se verifica no local – que, a despeito da proibição de lá edificar “em tempo algum”, não passa de um beco, rodeado de prédios erguidos já a partir do reinado seguinte. Apesar da progressiva perda de visibilidade, o marco segue remetendo ao passado. Nas palavras de Rocha Martins (1924, p. 234), mesmo com a interdição, “edificou-se. Ergueram-se casas e cóleras que o tempo, na sua marcha egoísta, apagaria, como o rebentar da aurora rubra do dia seguinte se extinguiu a fogueira dos supliciados”. A questão dos monumentos é abordada no capítulo III desta tese.

³⁹¹ GOMES, 1870 [1869], p. 60-61, 90. Ainda de acordo com ele, “o ódio do marquês de Pombal contra os jesuítas era tal, que seria capaz de afirmar que causaram o terremoto de 1755”.

³⁹² Para J. Lúcio de Azevedo (1990 [1909], p. 160-161), com a sentença condenatória de 1759, que “tende a demonstrar que a alma da conspiração foi induzida pelos jesuítas [...], Carvalho atingira um fim muito ambicionado. Contra a comunidade aborrecida dos jesuítas podia invocar agora, com provas contestáveis muito embora, um facto odioso e terrível. A contenda com eles prometia-lhe assim decisiva vitória. Nesse sentido ordenou seu proceder”.

³⁹³ Nuno G. Monteiro (2008 [2006], p. 126-128) aponta que, desde a ocorrência de distúrbios na América portuguesa, em 1757, “o conflito com os jesuítas conhecia novos desenvolvimentos e vinha a adquirir novos contornos”. Em setembro, foram expulsos do paço os confessores inicianos da família real. “O conflito com os jesuítas tornava-se agora oficial e ia entrar numa nova etapa. Perduraria quase até ao fim do reinado e teria amplas repercussões em toda a Europa”.

³⁹⁴ Ivan Teixeira (1999, p. 47) considera uma “possível *propaganda* pombalina, na medida em que o ministro se empenhou não só em divulgar suas medidas político-administrativas, como também em criar uma imagem emblemática de si mesmo ao executar tais medidas. Nessa acepção, o vocábulo *propaganda* associa-se ao conceito de *propagação* de um ideário ou de uma postura, como foi o caso”.

proscreeu, desnaturalizou e expulsou do reino e de seus domínios, declarando-os traidores.³⁹⁵ Trata-se do documento pombalino de 3 de setembro de 1759 – tantas vezes recuperado e mobilizado na posteridade. A tal respeito, entende-se que

a coincidência da assinatura da lei da expulsão com o primeiro aniversário do atentado [...] proporcionou o complemento simbólico que se julgava preciso à relevância da decisão, sua real pertinência e projeção nos anos seguintes. [...] O objeto político que então se visava era, em boa medida, o da memória dos argumentos oficiais. Não por acaso, no mesmo dia foi assinado um alvará estipulando em pormenor os procedimentos para a preservação da integridade das provas diligentemente reunidas e estampadas [...], como contraponto às falsidades que os loiolanos teriam por hábito depositar “nos seus recônditos arquivos e particulares coleções, para as fazerem valer depois nos séculos futuros, quando faltarem testemunhas”.³⁹⁶

Já quase ao fim do reinado, em 1773, a Companhia de Jesus foi suprimida pelo papa Clemente XIV (1769-1774) – após grande campanha de cortes católicas, em que tomou dianteira o ministro português.³⁹⁷ Nas narrativas do governo pombalino, a *traição dos jesuítas* e a *tentativa de regicídio*, interligadas, assumiram aspecto de “justificações fundamentais na memória que o pombalismo vai construindo de si mesmo”.³⁹⁸

Ao longo do período em que reinou D. José, Sebastião José se manteve no poder e nele se fortaleceu. Como retribuição por seus serviços, recebeu os títulos de conde de Oeiras, no mesmo ano do *suplício* por ele coordenado, e de marquês de Pombal, cerca de dez anos mais tarde.³⁹⁹ Se a perseguição que promovia a seus opositores silenciava grande parte das críticas a suas medidas polêmicas, a morte do monarca marcou o início de um período de viragem na apreciação de sua figura e de suas políticas; “após anos de forçado respeito, muitos enfileiravam na vozearia adversa ao ministro caído”.⁴⁰⁰ Momento em que memórias e opiniões até então marginalizadas sobre suas ações afloraram; embatendo-se com narrativas favoráveis mobilizadas pelo próprio marquês (e por seus colaboradores), já não mais dominantes.⁴⁰¹

³⁹⁵ Acerca da expulsão (e de sua relação com disputas relacionadas às demarcações de limites territoriais na América e também com o reforço da autoridade e da administração por parte da Coroa nos territórios portugueses, a partir de uma concepção de poder conflitante com aquela que a Companhia de Jesus bem representava), ver: COUTO, 2009; MIRANDA, 1993; FLECK, 2004.

³⁹⁶ MIRANDA, 2009, p. 136.

³⁹⁷ “Atira-se com furor no seu projeto de abolir a ordem de Jesus e só repousa depois de feri-la mortalmente” (GOMES, 1870 [1869], p. 114). A respeito da movimentação antijesuítica, ver: VOGEL, 2017 [2006].

³⁹⁸ TAVARES, 2018, p. 68.

³⁹⁹ Sobre os títulos que recebeu, ver: GALVÃO-TELLES & SEIXAS, 1999.

⁴⁰⁰ SANTOS, 1991, p. 53.

⁴⁰¹ Acerca da relação entre memória oficial (e trabalho de enquadramento da memória) e memórias subterrâneas/marginalizadas (e disputas/embates de memória), ver: POLLAK, 1989. Sobre a relação entre memória, opinião e história, ver: LABORIE, 2009. Para uma consideração sobre matrizes teóricas das relações entre história e memória (cuja tensão é retomada mais à frente neste capítulo): SCHMIDT, 2006.

A rainha, que afinal não concordava com certas medidas pombalinas,⁴⁰² acolheu algumas das críticas que se fizeram ouvir; “as acusações não paravam e o grito do povo e dos seus inimigos e perseguidos, até aí cautos, subiu de tom”. O ex-ministro, degredado e doente, foi inquirido por magistrados que, por ordem de D. Maria I, dirigiram-se à vila de Pombal. As sessões de inquirimento quanto a “excessos e abusos em que se precipitou” decorreram entre outubro de 1779 e janeiro de 1780 (imagem 18). Em agosto do ano seguinte (após um intervalo de grande expectativa por parte de Pombal e daqueles que o queriam supliciado), foi declarado culpado por uma série de crimes. Atendendo, contudo, a seu pedido de clemência e atentando a suas velhice e decrepitude, a rainha lhe perdoou as penas corporais, ordenando-lhe, no entanto, que se conservasse a 20 léguas da corte.⁴⁰³

Seguindo as recomendações recebidas de seu pai, D. Maria I concedeu perdão aos réus encarcerados por crime de Estado – como os indivíduos presos por envolvimento no atentado.⁴⁰⁴ Além disso, autorizou a revisão (1780) do processo de 1759. Não confirmou, contudo, a sentença resultante. Se formalmente absolvesse os supliciados (*in memoriam*), em suma, poria em questão a lembrança e a autoridade de seu antecessor.⁴⁰⁵ Nas palavras de Latino Coelho,* a monarca, guiada mais “pelas razões da prudência que [pel]as da piedade”, mostrou-se, em tais posicionamentos (que diziam respeito às mais polêmicas das medidas de Pombal, ministro do rei defunto), “obsequente e respeitosa para com a memória do seu pai”.⁴⁰⁶ Afinal,

⁴⁰² Sobre uma revisão da ideia da *viradeira*, associada ao reinado de D. Maria I, ver: RAMOS, 2010. Segundo J. Esteves Pereira (2005, p. 121, 246), o pombalismo, com a queda de Pombal, persistiu “através de diferentes fases, a nível administrativo”, com antigos colaboradores nos quadros do novo governo.

⁴⁰³ Ressalvando, ademais, os direitos a ação de perdas e danos contra sua casa. AZEVEDO, 1990 [1909], p. 301-313; L. O. RAMOS, 2010, p. 90-92; SERRÃO, 1987 [1982], p. 177-184.

⁴⁰⁴ Conceder perdão implica reconhecer culpa, mas livrar da punição. D. José “aconselhava a D. Maria que concedesse perdão àqueles réus do estado a quem houvesse por merecedores da sua clemência [...] por todos os crimes e ofensas que desses culpados receberea, ele próprio lhes havia perdoado, para que Deus lho tomasse em conta na remissão dos seus pecados [...]. De todas as recomendações [...], era a do perdão a que maior influxo haveria de exercer na corrente da opinião. El-rei parecia ali justificado aos olhos da turba desejosa de purificar a memória do monarca, imputando ao seu ministro a inteira culpa de todas as opressões e atentados” (COELHO, 1874, p. 83).

⁴⁰⁵ ALVES, 2011, p. 10-12, 306: “a nova sentença [...] possuía valor mais simbólico do que prático. Se por um lado os magistrados nomeados para rever o processo absolviam a memória dos Távoras e Atouguia [...], por outro não fizeram menção alguma à restituição aos descendentes dos bens sequestrados. [...] D. Maria I nunca confirmou a nova sentença”. Para o procurador da Coroa, que embargou a sentença, a absolvição corresponderia à “condenação da memória e da autoridade de D. José”. Ver também: L. O. RAMOS, 2010, p. 92-94; 293-314. Para Azevedo (1990 [1909], p. 157, 308), o objetivo do processo de revisão “era não tanto reabilitar os inocentes como condenar os juizes, sobretudo o juiz principal, do processo anterior”. Na perspectiva do historiador, “os herdeiros dos Távoras tinham saído das prisões publicando a sua inocência e, ilibados os vivos, tentavam reabilitar as vítimas de Belém. Iniciara-se o processo de revista, e esses mortos, que ameaçavam ressurgir das cinzas dispersas, amedrontavam em extremo a Pombal, que já os via a eles sem mácula, e se olhava a si próprio *culpado na sentença proferida*”.

⁴⁰⁶ COELHO, 1874, p. 458, 84.

se as violências de Carvalho eram crimes de que não havia possível remissão, o príncipe que as firmara com o seu nome ou era um idiota ou um assassino ou indigno de reinar pela sua fraqueza ou digno de execração pela sua crueldade. [Sua] condenação [...] não deixaria, pois, imune a memória de D. José. Não escapou certamente essa dificuldade aos que incitavam a rainha às ferozes vinganças contra o velho. [...] Se a inocência dos justicados se conformasse com essa audaz resolução, os delinquentes ressurgiriam na memória dos vindouros como um coro de mártires ilustres, imolados à ferócia de um sicário. Se Carvalho aparecia como um assassino, mal acobertado na aparência das fórmulas judiciárias, o máximo rigor exercido contra ele era a justa expiação dos seus delitos. [...] Sentença que a soberana, por ocultas influências e porventura com o escrúpulo de associar a uma flagrante iniquidade o nome de seu pai, nunca chegou a confirmar.⁴⁰⁷

O pombalismo havia buscado memorializar a *traição dos jesuítas* e a *tentativa de regicídio* – interligadas e mobilizadas como justificativa para ações políticas e violências. O *processo/suplício dos Távoras*, entretanto, afirmou-se na posteridade como um dos episódios mais criticados no histórico do governo do marquês, influenciando fortemente na conformação de uma potente concepção negativa do passado pombalino – atualizada em diferentes representações ao longo do tempo.⁴⁰⁸ De acordo com Ramalho Ortigão,* que fala em um “suplício canibalesco” e diz detestar o marquês por enxergar, no conjunto de suas medidas (mesmo naquelas ressaltadas por seus panegiristas como positivas, por prepararem o caminho ao *liberalismo* e à *democracia*), o cerceamento da liberdade,⁴⁰⁹

o suplício dos Távoras e do duque de Aveiro e o auto de fê do padre Malagrida são monstruosos demais para que façamos deles argumentos de história. A ferocidade levada a um tal requinte deixa de pertencer à crítica; está fora da história assim como está fora da humanidade; é uma reversão ao canibalismo, cujo estudo compete à psicologia patológica. Explica-se geralmente pela

⁴⁰⁷ COELHO, 1885 [1882], cap. CVII.

⁴⁰⁸ Exemplo recente: *O processo dos Távoras* (série televisiva; Wilson Solon e Francisco Moita Flores). Originalmente exibida em 2001 na RTP (Rádio e Televisão de Portugal), foi reprisada algumas vezes (como em 2014 e 2019). Na apresentação, lê-se: “as famílias do duque de Aveiro e do marquês de Távora são acusadas de crime de lesa-majestade através de um processo espúrio [...]. O destino foi a morte na maior execução coletiva a que Portugal alguma vez assistiu. Mas a *História não esqueceu*. [...] *O horror do cadafalso para inocentes marcou o nosso destino coletivo*. Talvez fosse essa má consciência que fez [sic] de Portugal o primeiro reino europeu a abolir a pena de morte. Mas ainda hoje, pese embora a reabilitação dos Távoras, essa mancha de ignomínia e tragédia está presente na memória dos homens”. RTP, 2019 (grifos meus). Outro exemplo é a expressão “azar dos Távoras” – infortúnio súbito; sem razão. Ver: “O azar dos Távoras”, *Público*, Lisboa, 18/02/2017; “Azar dos Távoras”. *Visão*, Lisboa, 10/05/2017; “A verdade como um problema na política”. *Jornal de Notícias*, Porto, 09/03/2019.

⁴⁰⁹ Em termos bastante explícitos, diz o escritor: “não é a história do marquês de Pombal que estou escrevendo; o que faço nestas linhas é apenas emitir com a sinceridade devida a minha impressão individual com respeito a um personagem que me repugna com todos os déspotas a quem sou obrigado a dar a minha admiração, sem todavia lhes poder conferir a minha estima [...]. Detesto-o porque, reformando a universidade e criando o colégio dos nobres para o fim de derramar conhecimentos, ele proibiu ideias, impedindo a liberdade de pensar [...]; cerceando os privilégios da aristocracia e humilhando a nobreza, ele afidalgou-se a si próprio [...]; expulsando os jesuítas, combateu-os como se fosse jesuíta ele mesmo – trapaceando, mentindo, vingando-se com um ódio baixo, vil, perfeitamente fradesco [...]; abolindo o tribunal literário do Santo Ofício, criou a censura prévia da Real Mesa Censória [...]; abrindo os cárceres da Inquisição, fechou os da Junqueira [...]; suprimindo os julgamentos da Inquisição, criou outros ainda mais iníquos talvez – os do Tribunal da Inconfidência [...]; apagando as fogueiras dos autos de fé, mandou ele mesmo incendiar a pobre Trafaria” (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 05/05/1882).

necessidade política de abater e de humilhar a nobreza esse processo caviloso e infame, em que o ministro de D. José é ao mesmo tempo juiz e parte, e em que os réus são julgados sem defesa e sem exame de provas sob a acusação de uma tentativa de regicídio, em que hoje se sabe acharem-se completamente inocentes [os supliciados] [...]. Povoam ainda as nossas imaginações e vivem eternamente imortalizadas pelas nossas lágrimas as doces e legendárias figuras desses fidalgos [...], e na saudade dolorosa que nos desperta esse quadro do pretendido aviltamento da aristocracia portuguesa, ninguém compreende os três plebeus criados do duque, igualmente suplicados [...]; despoetizados para a legenda sentimental da morte pelo julgador igualmente plebeu, que, para se extrair dessa mísera truanesca da simples canalha, se condecora a si mesmo com o direito de morrer com meias de seda, incorporando-se alguns dias de pois com o título de conde de Oeiras na mesma nobreza que pretendia aviltar e destruir. É a isso que os apologistas de Sebastião chamam o nobre intuito democrático de elevar a plebe e de constituir a nobreza.⁴¹⁰

Já da parte dos elogiadores (mais ou menos aguerridos) do legado de Pombal, os suplicios por ele capitaneados são tratados (em meio a um conhecido e repetido elenco de violências) como uma *mácula sangrenta* que se faz preciso reexaminar e reequacionar; ensaiando justificativas e relativizações ao incômodo aspecto *odioso* assim assumido pelo marquês. Afirma-se, então, que, se Pombal cometeu uma série de *males* a particulares, ele também colaborou com o *bem* comum/maior. Segundo Luís Gomes, por exemplo,

sua glória, apesar de brilhante, teve manchas [...]. De que meios lançou mão para chegar à realização de seus vastos planos! [...] Sectário de Maquiavel, todos os meios serviam-lhe, desde que conduzissem ao fim que se propunha. Assim fez reviver em seu país as execuções bárbaras da Idade Média; encheu os cárceres de inocentes; improvisou uma justiça pronta e sem garantias para os acusados; reacendeu as fogueiras da Inquisição para aí sacrificar um velho meio louco e finalmente deu à Europa o triste espetáculo de um grande homem descer ao estado de tirano e insensato. Maculou sua glória, alienou de si a simpatia do mundo e mereceu o juízo severo da posteridade. [...] Empreende tudo e não recua diante de coisa alguma. Vence as dificuldades, repele as oposições e pune-as como traições. Tendo de castigar um atentado contra o rei, procede com crueldade contra toda a nobreza de Portugal, que curva a cabeça e não ousa resistir. Seus triunfos sucedem-se e a audácia converte-se em cegueira [...]. Dir-se-ia que esse homem, lutando contra o terremoto, recebera toda a sua impetuosidade e violência.⁴¹¹

Na perspectiva de Latino Coelho (escrita em 1882 e vinda a lume em uma obra comemorativa luso-brasileira), suas reformas

tinham sido, pela triste necessidade, assinaladas com um rasto de sangue desde a trágica cena de Belém e os judiciários morticínios da porta do Olival [após o *motim do Porto*] até a execução de Malagrida e ao cruel suplício de João Batista Pelle. [...] Na fantasia popular, a imagem de Carvalho representava-se eclipsando mal na sua auréola o vulgo do algoz. Triste condão dos homens que só puderam, pelo influxo imperativo dos tempos em que viveram, servir pela força as grandes ideias, fazer jorrar a luz faiscando nos campos de batalha e nos patíbulos, circundar a civilização com um envoltório de misérias

⁴¹⁰ *As Farpas*, Lisboa, jun-jul/1882.

⁴¹¹ GOMES, 1870 [1869], p. 113-114.

individuais e, por um estranho paradoxo, vincular ao terror e à crueza o fanático amor da humanidade.⁴¹²

Um pouco antes, o popular Pinheiro Chagas* escreve em uma obra de divulgação:

entre os homens verdadeiramente grandes de que a nossa pátria se ufana, avulta o célebre ministro d'el-rei D. José, que, encontrando Portugal numa espantosa decadência, soube restituir-lhe energia, vida e prosperidade e colocá-lo finalmente a par das outras nações que tanto o haviam distanciado no estádio da civilização durante os calamitosos reinados dos primeiros soberanos da dinastia de Bragança. [...] O patíbulo de Belém, a alçada do Porto, a fogueira de Malagrida, o suplicio atroz de João Batista Pelle clamam alto contra o marquês de Pombal. Pena é que essas nódoas sangrentas lhe maculem a glória, mas o vulto que não tivesse imperfeições deixaria de ser humano para ter os foros da divindade.⁴¹³

O passado, diz Régine Robin, não é livre, mas “regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente [...] em função das exigências do momento e das antigas lendas”; continuamente mobilizado, ademais, em projetos políticos.⁴¹⁴ Como bem aponta João Luís Lisboa, “o passado que nos interessa é aquele que não nos é alheio, aquele que, de alguma forma, se relaciona com o nosso presente, mesmo quando entretanto se passaram centenas de anos”.⁴¹⁵ Nas palavras de Paul Connerton, ademais,

nossa experiência do presente depende em grande medida do nosso conhecimento do passado. Entendemos o mundo presente num contexto que se liga casualmente a acontecimentos e a objectos do passado e que, portanto, toma como referência acontecimentos e objectos que não estamos a viver no presente. E viveremos o nosso presente de forma diferente, de acordo com os diferentes passados com que podemos relacioná-lo. Daí a dificuldade de extrair o nosso passado do nosso presente: não só porque os fatores presentes tendem a influenciar – alguns diriam mesmo distorcer – as nossas recordações do passado, mas também porque os factores do passado tendem a influenciar, ou a distorcer, a nossa vivência do presente.⁴¹⁶

Paul Ricoeur, que aborda memória como representação/*re-apresentação* (*presença no espírito*) do passado/acontecido (realidade anterior ausente; o que *não é mais, porém já foi*), afirma que “fazemos a história e fazemos história porque somos históricos”.⁴¹⁷ Ao propor, aqui, pensar a ideia de *fazer história* a partir de reflexões em

⁴¹² COELHO, 1885 [1882], cap. CVII. O *motim do Porto* se deu em reação à companhia monopolista pombalina para produção e comércio do vinho do Porto. Aos amotinados, reunidos na Cordoaria, seguiu-se, por ordens do marquês, uma repressão exemplar: 26 condenados à morte e 87 a penas diversas. O suplicio de 1757 é muitas vezes referido como *forças da cordoaria*. João Baptista Pelle foi um pobre pintor genovês que, segundo o governo, conspirou contra a vida de Pombal, no dia da inauguração da estátua equestre do monarca (1755). Apesar de não haver provas, foi condenado e supliciado. Ver: MONTEIRO, 2008 [2006], p. 119-134, 321.

⁴¹³ CHAGAS, 1873, p. 121-124.

⁴¹⁴ ROBIN, 2016 [2013], p. 31.

⁴¹⁵ LISBOA, 2018, p. 190.

⁴¹⁶ CONNERTON, 1999 [1989], p. 3.

⁴¹⁷ Nesse sentido, ele destaca que o historiador é “um cientista e um cidadão ao mesmo tempo: um cientista que faz história ao escrevê-la, um cidadão que faz a história em relação com os outros atores da cena

torno da *igreja da Memória*, debruça-se sobre alguns discursos acerca do passado pombalino em momentos espaçados e dispersos que retomam/atualizam referências ao templo-memorial e aos acúmulos de lembrança que nele se podem perceber. Atenta-se ao que tal recorrência indicia; ao fato de que, ao longo do tempo (e as efemérides abordadas são ocasião privilegiada para o notar), esse passado, espacial e parcialmente imbricado na igreja da Memória, não se revela alheio; mantém-se, ao contrário, foco de interesses correntes e concorrentes – ainda que, é importante ressaltar, não muitos se recordem daquilo que o templo-memorial assinala ou dos particulares vestígios que em seu interior se guardam.

As ponderações que se seguem partem de duas cerimônias que fazem do 13 de maio (dia de nascimento do marquês) ocasião para mobilizar literal e metaforicamente rastros, restolhos ou traços de seu passado – seus ossos, seus escritos, lembranças a seu respeito.⁴¹⁸ Se em torno da primeira de tais comemorações se destacam muitas disputas, a segunda se afirma/supõe um (intencionado) consenso. Encerra-se o capítulo com breves considerações sobre a peça teatral *A sobrinha do marquês* (1848), de Almeida Garrett,* reencenada em Lisboa em 8 de maio de 1882 (o principal dia dos festejos lisboetas do primeiro centenário pombalino), que traz à tona algumas das questões aqui abordadas.

II.I Igreja da Memória, 13 de maio de 1923

Após uma salva de 21 tiros executada por uma bateria de artilharia, os restos mortais de Pombal são recebidos no templo católico – “condigno panteão que a pátria agradecida lhe

pública” (RICOEUR, 2018 [2000], p. 300, 317). A dubiedade da expressão é retomada a seguir. Ricoeur (2012 [1998]) ainda aborda a *passeidade* (qualidade passada do que um dia se passou) do passado, o que se vincula à realidade do passado histórico (o ausente anterior) e também à legitimidade tanto da pretensão da memória à fidelidade quanto da pretensão da história à verdade. O filósofo ressalta que “passado é um adjetivo substantivado: é o caráter, para um fato alegado, de ser passado”, convocando a que se mantenha tal estatuto lexical e se evite a tendência “de tratar o passado como uma entidade, uma localidade onde residiriam as lembranças esquecidas e de onde a *anamnésis* as extrairia”.

⁴¹⁸ Acerca da relação dos historiadores com rastros do passado (suas fontes; estímulo e limite), Carlo Ginzburg (2007 [2006], p. 7) afirma: “trabalho como historiador: procuro contar, servindo-me dos rastros, histórias verdadeiras (que às vezes têm como objeto o falso)”. Sobre os *restolhos*, Catroga (2016 [2011], p. 7), influenciado por Ricoeur (2018 [2000], pt. II, cap. I), aborda-os a partir da ideia de que “o passo que o homem dá para frente tem na pegada anterior a sua condição de possibilidade. Traspassado de tempo, o seu caminhar vai deixando traços [...]; sinais que o impedem de ser só presente ou só futuro”. Georges Duby (2017 [1973], p. 10-17), por sua parte, investiga a problemática da *construção* de um evento histórico (*le dimanche de Bouvines*); da história de sua recordação; de suas deformações progressivas em um jogo de memória e esquecimento. Para o historiador francês, são os traços que deles se podem encontrar que conferem existência (presente) aos eventos do passado. Os traços subsistem, afinal, aos eventos (que já não têm existência senão neles), e são por Duby repartidos em *memórias* (traços atuais, fugazes, impalpáveis, mas que se integram à representação de um passado) e *documentos* (traços atuais, mas de uma presença material – tangíveis, mensuráveis). Uns e outros devem ser devidamente (eruditamente) recuperados, inventariados, analisados, considerados em conjunto.

destina”.⁴¹⁹ O ritual comemorativo se inicia às 8 horas do dia anterior. Ainda às 7; antes de se abrirem as portas da capela das Mercês, no bairro Alto, uma multidão se aglomera nas ruas. Depois das cerimônias de encomendação dos restos mortais e de verificação da ossada (a que comparecem membros do governo e da família do cadáver ilustre), o séquito que conduz seu esquife parte ao toque de clarins, tendo como destino o Paço do Concelho.

Na praça do Município, localizada na Baixa Pombalina, “assistiram ao desfile do cortejo cerca de duas mil pessoas, na sua maioria operárias, que se dirigiam para o trabalho”. Em frente ao pelourinho, o cortejo é recebido, “com as honras do estilo”, por um batalhão da Guarda Nacional Republicana, cuja banda executa o hino nacional. No átrio do edifício-sede do poder municipal, o ataúde do marquês fica exposto ao público “sobre um cadafalso ornamentado com goivos e heras”, visitado por “inúmeras pessoas [...]”; notando-se sobretudo a presença de elementos livres-pensadores” (imagens 19-20).⁴²⁰

Às 13 horas do dia 13, após uma primeira salva de 21 tiros executada por uma bateria de artilharia e por um navio às margens do rio Tejo, parte nova escolta (em viatura, até a Junqueira, e depois a pé) à igreja na Ajuda, ao som de música solene executada por fanfarras. À entrada do templo, “tropas apeadas e a cavalo [...], com uma fileira em cada lado das ruas”, prestam “continência à passagem do féretro”.⁴²¹ As páginas da *Ilustração*

⁴¹⁹ *A Capital*, Lisboa, 09/05/1923. A declaração ecoa a inscrição que se encontra no frontispício do Panteão de Paris: *aux grands hommes, la Patrie reconnaissante* [aos grandes homens, a pátria reconhecida]. Sobre o Panteão como lugar de culto à memória dos *grandes homens* da nação, e não dos heróis (sua proposta, o percurso do prédio e da inscrição proposta por Pastoret em 1791): BONNET, 1995; OZOUF, 2015 [1984]. Sobre a relação entre a identidade nacional e a memória dos mortos da pátria: DETIENNE, 2013 [2010].

⁴²⁰ *A Capital*, Lisboa, 12/05/1923. O livre-pensamento, movimento de uma intelectualidade organizada, associa-se às atualizações oitocentistas de tradições iluministas, regalistas e liberais (antijesuitismo, antiultramontanismo, anticlericalismo... daí a simpatia por Pombal), em luta pela secularização e pela laicização da sociedade, almejando emancipação, em nome das liberdades de consciência e de pensamento, e respondendo às ofensivas da Igreja contra os valores da modernidade. Em Portugal, faz-se mais visível a partir da década de 1870. A seguir ao advento da República, em 1910, assiste-se à afirmação de uma série de medidas afins ao livre-pensamento, visando à laicização da sociedade. Segundo Catroga (2001, p. 353), “a laicidade republicana foi imposta como um laicismo, isso é, como uma mundividência alternativa ao catolicismo [...]; não bastava a *secularização externa* (político-jurídica); requeria-se, igualmente, a *acção positiva* (e não meramente *neutra*) do Estado”. Rui Ramos (2001 [1998], p. 359) acusa o aspecto “religioso” (de substituição ao catolicismo) do movimento laicizante na I República (1910-1926) e afirma que “o livre-pensamento era, então, um cognome eufemístico para o ateísmo”. Destacando uma imbricação (de que resulta a confusão entre os termos): “a maçonaria, o Partido Republicano Português e as organizações livre-pensadoras eram, em 1910, faces do mesmo movimento”.

⁴²¹ *A Capital*, Lisboa, 12/05/1923; *Diário de Lisboa*, Lisboa, 12/05/1923; *A Capital*, Lisboa, 09/05/1923. Na mesma tarde, em cerimônia da Câmara Municipal a que assiste o presidente da República, António José de Almeida,* coloca-se uma lápide comemorativa no palácio da rua do Século (antiga rua Formosa) – propriedade da família Pombal e suposto lugar de seu nascimento.

*Portuguesa** retratam a “comemoração pombalina” e o homenageado, destacando a pompa e o grande número de assistentes (imagens 21-22).⁴²²

O marquês havia falecido mais de 140 anos antes, na vila de Pombal – exilado da corte, doente e em desgraça.⁴²³ Como o governo não autorizou o traslado de seus restos mortais para o jazigo da família (a mencionada capela das Mercês, no bairro Alto), foi sepultado na capela da Ordem Terceira, na igreja do convento de São Francisco de Nossa Senhora do Cardal, na referida vila.⁴²⁴ No templo pombalense, ainda hoje se encontra uma lápide com a inscrição “aqui estiveram depositados os restos mortais do grande marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, desde 1782 até 1856, em que foram trasladados para Lisboa pelo seu quarto sucessor”.

Nesse ínterim, além das muitas mudanças por que passou o país, mudaram as apreciações oficiais acerca da figura do marquês; recuperada do passado com a afirmação do liberalismo após a guerra civil (1832-1834) – reclamando-se a retomada de algumas de suas políticas reformistas (com relevo para o antijesuitismo, atualizado em medidas de teor anticlerical e anticongreganista que marcaram o período).⁴²⁵ Em 1856; já no período que se convencionou chamar de Regeneração (1851-1890), alguns de seus descendentes se dirigiram à vila de Pombal para acompanhar o deslocamento de seus restos mortais. Na capital, celebraram-se exéquias na igreja de Santo António da Sé, depois das quais um préstito levou seu ataúde até a capela das Mercês, onde prosseguiram as cerimônias. Entre os assistentes, notavam-se clérigos, homens do governo e o rei, D. Pedro V (1853-1861).

As cerimônias de trasladação podem ser vistas como um rito de repetição; uma celebração visando a reparar “a pobreza incorporadora do funeral e, simultaneamente, reproduzir e reforçar a glorificação da memória do homenageado (ou do acontecimento que ele simbolizava)”.⁴²⁶ No traslado de Pombal em 1856, tratava-se de homenagens oficiais em tom religioso e conciliador; como reconhecimento por suas contribuições ao

⁴²² *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 12 e 19/05/1923.

⁴²³ Sobre seus momentos derradeiros: AZEVEDO, 1990 [1909], p. 293-314.

⁴²⁴ AZEVEDO, 1990 [1909], p. 312. De acordo com o professor coimbrão Francisco Correia Barata ([1882] cf. Aranha, 1908, p. 79), “depois que o bispo de Coimbra, Francisco de Lemos, seu admirador, prestou ao cadáver do amigo os últimos obséquios e que a campa cerrou para sempre os seus ossos inertes, fez-se o silêncio do esquecimento em volta da memória desse homem, cujo nome fora conhecido e respeitado em todas as cortes da Europa e que fizera tremer diante da sua figura majestosa os mais poderosos e audazes”. Barata, contudo, recorda que, quando tropas napoleônicas invadem o país em princípios do século seguinte, violam sua “última morada, roubando-lhe a espada e os vestidos e dispersando impiedosamente os seus ossos”.

⁴²⁵ ABREU, 2004, p. 13-97; NETO, 1998, p. 45; OLIVEIRA, 2009, cap. I.

⁴²⁶ CATROGA, 1999, p. 172.

país, com um senso de reparação de sua figura, dadas as condições de suas morte e exéquias. De acordo com o conde de Samodães,* que em 1882 busca traçar diferenciações entre o primeiro traslado e o primeiro centenário fúnebre,

fez-se em Lisboa a comemoração da recepção dos restos mortais do falecido estadista com toda a pompa e solenidade. Nada de reparável houve nesse ato, perfeitamente correto e rodeado de todas as conveniências [...], recebido com todo o respeito devido aos mortos e a um morto tão ilustre. Não houve um protesto; nem uma só reclamação. A cerimônia era sem significação, sem pensamentos ocultos, sem fim algum ostensivo ou premeditado. [...] [Na Sé,] celebraram[-se] exéquias pelo eterno descanso do ministro ao qual a capital devia a sua restauração [...]. [Na] capela das Mercês, [...] se repetiram as cerimônias religiosas [...]. Os descendentes do marquês de Pombal e os que provinham de outros personagens ilustres a quem ele perseguira, enclausurara e mandara massacrar se congregaram fraternalmente para orar em comum pela paz eterna de todos. Não houve outras manifestações, não houve conferências, nem programas, nem se revelaram aspirações por esse ou aquele procedimento futuro. Tudo correu grave, solene, religioso e conciliador. Não se ergueram questões irritantes nem procurou justificar-se essa ou aquela medida do ilustre finado. Era ao reconstrutor de Lisboa que se prestavam essas homenagens, aliás bem merecidas por semelhante motivo.⁴²⁷

Quando dos festejos do centenário, entretanto, a família não apenas não acedeu a pedidos para trasladar seus restos mortais ao mosteiro dos Jerônimos,⁴²⁸ mas também não se envolveu nas principais celebrações – a que se imprimiram acentos antiultramontanos, anticongreganistas, positivistas e republicanos.⁴²⁹ Diferentemente do que se passou em 1856, a publicidade e as polêmicas em torno das leituras e dos usos do passado pombalino se fizeram intensas. O principal tópico em debate era a exaltação de suas reformas, sobretudo seu antijesuitismo – reclamando-se a atualização exata e conjunta das medidas de Pombal (1759) e de Joaquim António de Aguiar* (1834), “capciosamente sofismados

⁴²⁷ SAMODÃES, 1882, p. 313-315.

⁴²⁸ O pedido partiu da comissão dos estudantes de Lisboa, que liderou os festejos na capital (COMISSÃO, 1882), inspirados pelo traslado dos supostos restos de Camões e de Vasco da Gama em 1880.

⁴²⁹ Os familiares apresentaram argumentos religiosos para se distanciar, e se envolveram, entretanto, em contramanifestações de teor religioso, em cerimônias pelas almas de Pombal e de suas vítimas (sendo muito criticados por liberais e republicanos). Em versos irônicos, manifesta-se criticamente, a tal respeito, Rafael Bordalo Pinheiro: “Ergue-se o marquês da campa / E agradece, em esqueleto / A missa que por sua alma / Mandou dizer-lhe o bisneto” (*O António Maria*, Lisboa, 11/05/1882).

há cem anos”,⁴³⁰ dada a paulatina reintrodução de congregações religiosas no país a partir da década de 1850.⁴³¹ Daí a assertiva que se lê em um jornal republicano, defendendo ser

necessário mostrar aos jesuítas que a lei que os expulsou como traidores, adversários e agressores que têm sido da paz pública e do bem comum dos portugueses vigora ainda e sempre vigorará, porque permanecem ainda e sempre as causas que fundamentaram aquela lei de salvação pública.⁴³²

Nas apreciações mais críticas ao marquês, recordavam-se sobretudo seus métodos violentos, com base no conhecido elenco referido (destacando-se o *suplício dos Távoras*), que seus elogiadores (não podendo negá-los) tentavam, contudo, contemporizar.

A duradoura construção da relação e da oposição entre pombalismo-liberalismo e antipombalismo-tradicionalismo tomou forma sobretudo a partir da primeira experiência liberal; afirmando-se já então que “Pombal poderia de alguma forma ter acionado, embora inconsciente e involuntariamente, o processo que conduziria à Revolução” – ideia que posteriormente se percebe, de diferentes formas, por exemplo, em escritos de Emídio Garcia, Latino Coelho e Teófilo Braga. Se desde tal altura se pode notar, da parte de setores liberais, certa tendência para louvar determinadas ações do marquês, da parte de setores tradicionalistas e legitimistas as críticas ao governo pombalino “aparecem cautelosa, indirecta e tardiamente”, assumindo maior relevância já no contexto do retorno do absolutismo sob D. Miguel (1828-1834). Em meio a tais processos, a questão jesuítica, índice de uma oposição maior, assumiu relevância central.⁴³³

Expulsos por Pombal em 1759, os inicianos retornaram ao território português por convite de D. Miguel, sendo, contudo, novamente expulsos com o avanço das tropas

⁴³⁰ COMISSÃO, 1882. Para Luís M. Abreu (2004, p. 63), no crescente anticlericalismo português desde meados do século XIX até o fim da I República (1926), há uma argumentação de base jurídica que ressurgiu em momentos relacionados à reintrodução das ordens religiosas, quando, “por um lado, relembra-se que continua a vigorar a legislação de Pombal que determinou a expulsão dos jesuítas e a de 28 de maio de 1834 que extinguiu todas as ordens e congregações religiosas e, por outro, insiste-se no cumprimento dessas leis, perante a realidade bem conhecida da presença e expansão da Companhia de Jesus e de outras congregações”. Tal ocorre durante os conflitos em torno das Irmãs de Caridade (1858-62) – tópico candente nos embates de teor anticlerical, despertando oposição a uma convivência em relação às ordens.

⁴³¹ Ver: NETO, 1998 – parte II, caps. I e II. Para o historiador, “se é certo que essas corporações eram proibidas pela legislação ainda vigente de 1833 e 1834, o poder político acabou por tolerar a sua presença”.

⁴³² *A Folha Nova*, Porto, 26/04/1882.

⁴³³ TORGAL, 1984, p. 137-141. Para Abreu (2004, p. 84-86, 72), “o que na memória das políticas pombalinas, sobretudo em matéria religiosa, se impõe tradicionalmente como marca distintiva é o antijesuitismo feroz e sistemático. [...] O século XIX volta-se para Pombal, assumindo em diferentes momentos a sua reabilitação na memória nacional e na programação da vida política”. Por outra parte, “o miguelismo identifica-se como movimento político que defende o Trono e o Altar [...]. A oposição ao projecto político liberal dita aos sectores absolutistas a evocação de duas organizações destruídas e banidas do país, mas que muitos querem e esperam que venham a ser restabelecidas como peças fundamentais da liga, que se pretende restaurar, entre o Estado absoluto e o poder espiritual da Igreja. Essas duas organizações são a Inquisição, que havia sido extinta pelo poder liberal, havia pouco, e a Companhia de Jesus, anteriormente expulsa por Pombal”.

liberais, lideradas por seu irmão, D. Pedro IV (1826) – processo de que é testemunho uma primeira legislação expulsória (1833) que repunha em vigor medidas antijesuíticas pombalinas. Com o encerramento da guerra civil, extinguíram-se as ordens religiosas masculinas, confiscando-se seus bens. Joaquim António de Aguiar, ministro que assinou o decreto de extinção (1834), redigido sob os auspícios do regente D. Pedro, recebeu de seus críticos, por isso, o cognome de *mata-frades*.

Não é fortuito, pois, que no centenário de 1882 se reafirme/reatualize/reclame a relação entre o anticongreganismo liberal⁴³⁴ e o antijesuitismo pombalino; uma bandeira percebida pelos opositores dos festejos como provocação certa. As comemorações representam, portanto, um momento de acentuação das posições em torno da figura do marquês, recuperada de modo a realçar um viés percebido como antijesuítico, antiultramontano e anticlerical. Foram, assim, entendidos

por certos setores como um grande movimento de combate político, mas agora com uma maior força, pois a figura de Pombal sugeria sobretudo a republicanos e a alguns maçons as imagens do anti-ultramontanismo e da laicização, do liberalismo e da “igualização” social. [...] Quando forças liberais e sobretudo republicanas, portadoras de uma ideologia positivista em que os centenários ocupavam um lugar importante no processo de transformação da sociedade, homenagearam Pombal, então avivou-se entre os tradicionalistas o ódio ao ministro de D. José, que foi considerado um revolucionário, um tirano e até um maçónico. E esse comportamento prolongou-se para além das comemorações. [...] Os vários movimentos católicos tomaram posição contra Pombal, mas sobretudo contra o seu aproveitamento pelas forças republicanas e maçónicas. [...] E essa tendência de “os católicos” atacarem Pombal prolongou-se pelo século XX.⁴³⁵

Desde os festejos, demarcam-se de maneira mais clara, no debate político, dois polos opostos, expressos de forma extremada e se sobrepondo a visões relativamente mais moderadas. Remetendo-se a lembranças selecionadas acerca do governo pombalino, tais oposições se prolongam com a passagem dos anos, atualizando-se em meio a mudanças sociais e políticas.

Nesse sentido, o traslado de 1923, ao mesmo tempo que recupera alguns tópicos recorrentes, remete-se a um ambiente já bastante diferente, em que a proclamação da República (1910) representou uma importante virada. Os embates entre clericalismo e

⁴³⁴ Que desde a década de 1870 assume uma combatividade maior – diante dos avanços de iniciativas de teor ultramontano, do associativismo e do incremento às devoções, no seio da Igreja, e também de iniciativas de teor laicistas por parte de liberais ditos *radicais*, republicanos, socialistas, maçons e livres-pensadores. Ver: CATROGA, 2001; 2010 [1991]; 1988; FERREIRA, 2001a; 2001b; NETO, parte II, caps. I-IV.

⁴³⁵ TORGAL, 1984, p. 141-148. Para o historiador, “as comemorações de [18]82 e a questão religiosa que se propagou nos finais da Monarquia e durante a República foram o reagente dessa luta antipombalina que se manifestou no seio dos ‘católicos’”.

anticlericalismo, que se acentuaram bastante no fim da Monarquia liberal, assumiram a dimensão da oposição entre o Estado republicano e a Igreja, que, mais que a separação entre ambos (formalizada pela lei de 20 de abril de 1911, com posterior ruptura de relações diplomáticas com o Vaticano), recusava a política laicizante que se impunha institucionalmente. Com a perceptível radicalização do processo político, os conflitos se manifestavam em especial em relação à hierarquia episcopal e às ordens religiosas;

paulatinamente estabelecidas no país [...]. Pese embora o controlo e as pressões a que sua acção e presença estavam sujeitas, *as ordens e congregações religiosas foram, com a República, de novo expulsas do país e viram os seus bens confiscados, ao abrigo da anterior legislação pombalina e das leis anticongreganistas de Joaquim António de Aguiar, logo restabelecidas a 8 de outubro de 1910.*⁴³⁶

Devido a seu destaque à frente das medidas anticongreganistas republicanas, Afonso Costa,* ministro do governo provisório (1910-1911), recebeu, como Aguiar antes dele, o cognome de *mata-frades*. Ademais, foi retratado no lugar de Pombal, em releituras do célebre quadro de Vernet e van Loo (imagens 1, 5-6), reforçando as vinculações entre os diferentes passos do passado – legal e simbolicamente atualizados.

Quando se propôs a nova trasladação dos restos mortais do marquês, as relações entre Igreja e República estavam menos tensas. Afinal, assistiu-se em finais da década de 1910 ao abrandamento da *questão religiosa* – com revisão de aspectos da Lei da Separação, maior participação de católicos na política e retomada de relações com o Vaticano. Os conflitos entre republicanos, católicos e monárquicos, contudo, seguiam presentes; manifestando-se na imprensa e no parlamento.⁴³⁷ O ritual em torno da ossada de Pombal trouxe à tona uma série de tópicos sensíveis, associados a seu passado e aos usos que dele se faziam ao longo do tempo. Narrativas acerca de seu histórico de reforma,

⁴³⁶ FONTES, 2002 [2000], p. 137. Grifos meus. Por um decreto emitido apenas três dias após a proclamação da República, portanto, novamente se recuperam os dois diplomas anticongreganistas, tantas vezes reclamados (como se nota, nesta tese, com os exemplos de 1882). Para Abreu (2004, p. 97), “desde Pombal até a primeira República, as sucessivas gerações de militantes anticlericais tentaram alargar o campo de aplicação que, confinado de início a um único instituto religioso, se generalizam com Joaquim António de Aguiar a todas as ordens e congregações religiosas, depois ao clero em geral e, por fim, ao próprio catolicismo e à religião como tal. No conturbado processo de secularização da sociedade portuguesa, Pombal é o político que abre caminho às estratégias liberais e republicanas do anticlericalismo de Estado”.

⁴³⁷ Sobre o período e os conflitos entre republicanos laicizantes e a Igreja, que envolvem, como referido anteriormente, não só uma *secularização externa*, mas também a acção *positiva* (e não *neutra*) do Estado: CATROGA, 2001; MATOS, 2010; RAMOS, 2010, p. 349-374, 519-541. Após o agravamento dos conflitos entre Estado e Igreja em 1911, assistiu-se ao abrandamento da *questão religiosa* a partir do sidonismo (1917-1918). Em 1923, sob a presidência de António Jose de Almeida (1919-1923), prosseguiram os esforços pela aproximação com a Igreja – não sem embates. Para Abreu (2004, p. 35, 37, 43), “o apogeu da visibilidade expressiva e sintomática do fenómeno anticlerical corresponde ao período compreendido entre meados do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX”, ou seja: “desde as polémicas de Herculano [1850] até ao fim da 1ª República [1926]”, que assinala uma transição, servindo de “símbolo da derrota sofrida pelas teses anticlericais, na doutrina e na vida política”.

como visto, foram em diferentes momentos mobilizadas como bandeira; reclamadas como herança em meio a disputas de teor anticlerical (e marcadamente antijesuítico).

O traslado foi capitaneado por uma comissão especial nomeada pelo governo em 7 de maio. Na iniciativa, tomou parte a Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas (decorrente do processo de extinção das ordens eclesiásticas e nacionalização de seus bens),⁴³⁸ responsável pela restituição da capela das Mercês à família Pombal – com o consequente deslocamento de sua presumida ossada (por ser ele então considerado um *grande homem* da história pátria) para uma igreja sob a guarda da República. Nas palavras críticas do deputado Paulo Cancela de Abreu,* contudo,

o governo, como é justo, prometera restituir a capela das Mercês à família do marquês. E, cumprida essa promessa, o marquês de Pombal podia continuar na sua jazida, sendo assim satisfeito o desejo, por ele manifestado, de ser sepultado ali. [...] Diz-se que o governo só restitui a capela à família do marquês se os ossos desse saírem de lá. Se assim é, conclui-se que o Governo quer transacionar com os despojos de Pombal!⁴³⁹

A capela das Mercês, que esteve, antes da expulsão, sob os cuidados de religiosos regulares estrangeiros, é afinal devolvida aos descendentes de Pombal e posteriormente vendida e desmantelada. Em seu lugar, hoje se encontra um prédio comercial.

Alguns dias antes da cerimônia em tela, distribui-se “profusamente nas escolas de ensino secundário e sobretudo nos liceus”, uma curiosa “folha solta [...], mandada publicar pela comissão nomeada para cuidar da transladação”.⁴⁴⁰ Trata-se de um histórico detalhado dos restos fúnebres do marquês. O interessante documento data de 10 de maio e é assinado por Manuel Borges Grainha.* Por tal recurso, visa-se a enquadrar e divulgar o discurso oficial sobre o traslado – enquanto um ato de justiça diante dos ossos de *tão digno estadista*, que, após suas exéquias, na vila de Pombal,

lá ficaram na igreja, encerrados num modesto esquife, até que por ocasião da entrada das tropas de Massena em Pombal, na guerra peninsular (1810-1811), alguns energúmenos, penetrando na igreja [...] e deparando com o caixão, o arrombaram e despojaram o esqueleto do seu fato [vestuário], da sua espada e das suas esporas, deixando os ossos dispersos pelo chão [...]. Em 1832, os

⁴³⁸ Instituída pelo referido decreto de 08/10/1910. Já em 1926, tal Comissão, junto com a antiga Comissão Central de Execução Lei de Separação e com a Comissão Nacional de Pensões Eclesiásticas, decorrentes da Lei de Separação do Estado e da Igreja (20/04/1911), são substituídas pela Comissão Administrativa dos Bens que pertenciam às Igrejas e às Congregações e depois pela Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, extinta apenas em 1940.

⁴³⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão Legislativa 02, nº 80, 11/05/1923.

⁴⁴⁰ A informação é fornecida por Alfredo D. Rodrigues (1947, p. 34-37). O documento, intitulado *O que se tem passado com os ossos do grande marquês de Pombal desde oito de maio de 1782 até hoje*, é citado em nota em seu livro; um aglomerado de *recortes* bibliográficos e documentos sobre o marquês. Além de o transcrever na íntegra, Rodrigues faz questão de ressaltar que “M. Borges Grainha, seu signatário, foi um encarniçado inimigo da Companhia de Jesus por questões de família”.

jesuítas franceses que tinham sido chamados para Portugal por D. Miguel [...] passaram por Pombal e [...] [seu superior] quis lá ir dizer missa, tendo o prazer de ter diante de si, em um pobre caixão coberto com um velho pano preto, os restos do grande inimigo da sua Companhia [...]. [Em 1856] foram trasladados para a capela de Nossa Senhora das Mercês, na rua Formosa, de Lisboa [...], [colocados] dentro de uma cavidade aberta na parede da capela-mor [...]. Em 5 de outubro de 1910, por ocasião da implantação da República, houve quem entrasse na capela das Mercês, que então estava em poder dos frades, e arrombasse o túmulo. [...] A Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Ordens Religiosas foi mais tarde examinar o local [...], ficou espantada com o abandono em que se encontravam os ossos e resolveu logo tratar de os colocar em urna digna. [...] [Ademais,] começou então a pensar-se na trasladação da urna para a capela da Memória, em Belém, visto ser Monumento Nacional, mandado construir pelo próprio marquês como padrão de um dos fatos mais retumbantes da sua época governativa e prestar-se também artisticamente para o efeito que se desejava [...]. Uma portaria do ministério da Instrução Pública, de 7 de maio deste ano, nomeou uma Comissão Especial para dar maior rapidez a essa trasladação [...]. Com a anuência dos representantes da família Pombal, anuência muito digna de estima e elogio, visto ter-se sempre procurado desviar essa família de tudo o que os liberais têm querido fazer para honra do grande ministro de D. José. Oxalá na capela da Memória os ossos do marquês tenham o seu eterno repouso.⁴⁴¹

No dia 13 de maio de 1923,⁴⁴² a manchete do jornal *O Século** não deixa dúvidas quanto ao sentido oficial da cerimônia: “a consagração do grande marquês de Pombal. Trasladando, em cortejo cívico, os seus restos mortais, a República presta homenagem ao insigne português”. Logo abaixo, contudo, pode-se ler: “a homenagem que hoje rendem os poderes públicos a um grande português suscita, apesar de volvidos mais de 140 anos após a sua morte, uma diversidade de opiniões e se interpreta, erroneamente, em certo campo, como tendo um sentido que não pode ser o verdadeiro”.⁴⁴³

Retomando as reflexões sobre o traslado após essa breve consideração de um interregno que lhe empresta mais sentidos, percebem-se melhor alguns dos motivos para

⁴⁴¹ Cf. Rodrigues, 1947, p. 34-37. Na *Ilustração Portuguesa* (Lisboa, 10/10/1910), em nota crítica sobre os padres claretianos em Portugal e sobre a recente expulsão das ordens religiosas, comenta-se, poucos dias após a proclamação da República: “do misticismo do velho padre [Antônio Maria] Claret, que morreu com fama de santo, saiu a Associação dos Missionários do Coração de Maria, como da fanática excitação de Santo Inácio saiu a teia forte que envolveu o mundo e tornou os jesuítas hábeis diretores das consciências régias e durante muitos séculos os poderosos árbitros das maiores questões políticas. Estes vieram em uma época recuada de estranha fé. Aqueles chegaram em um período de transformação, mas nem por isso deixaram de se alastrar como uma epidemia desde a casa primitiva, há cinquenta anos fundada em Segóvia, até a capelinha lisboeta das Mercês, onde repousa o marquês de Pombal, cheio do culto da posteridade. É um túmulo branco o do grande ministro, com as suas armas e de um fraco lavor, e junto dele vela uma guarda negra encarregada de tratar essa histórica sepultura onde repousa um cadáver que há muito devia ter sido conduzido para o Panteão”.

⁴⁴² No que diz respeito a episódios relacionados a outro 13 de maio, assistiu-se à crescente importância do santuário de Fátima, em um trabalho de promoção e apropriação por parte da Igreja já a partir de 1922. Datam, afinal, de 13 de maio de 1917 as primeiras *aparições de Nossa Senhora de Fátima aos pastorinhos*; sucessão de manifestações de índole teofânica entre maio e outubro; “consagradas, pelo juízo popular e pela imprensa, como *aparições* (marianas) ou *milagres* (de Fátima)”. Em obra crítica dedicada à construção *a posteriori* da narrativa que se afirmou a tal respeito, Luís F. Torgal (2017 [2011]) destaca a ação dos historiógrafos católicos, com apoio da hierarquia eclesiástica, sobretudo na década de 1930.

⁴⁴³ *O Século*, Lisboa. 13/05/1923.

a cerimônia não ser, como destaca *O Século*, consensual. Exemplo do dissenso a que então se assistiu, Rocha Martins, em seus *Fantoques*,* descreve o préstito que conduziu os restos de Pombal à igreja da Memória como um “cortejo do ódio”, percorrendo “a estrada dos espectros”. Ele recupera, a partir do percurso da comitiva, evocações assentes em marcos toponímicos relacionados às violências perpetradas pelo marquês – fantasmas de seu governo, pode-se dizer. Entrecruzando passado e presente, o jornalista-historiador apresenta o ritual como uma “jornada de expiação, a defrontar-se com mais lugares de desventuras, de crimes, de injustiças, de espectros que ninguém quer ver porque a dor dos inocentes não atravessou os séculos tanto como a crueldade do carrasco”.⁴⁴⁴

Recuperando e apresentando dramaticamente o passado pombalino, recordando-o de modo imbricado ao cortejo, Rocha Martins enumera aspectos polêmicos do histórico do defunto homenageado. Trata-se de uma série de lembranças que o autor, ao perceber alegados esquecimentos voluntários ou involuntários, faz questão de recordar, implicando na cerimônia duramente criticada sentidos que seus organizadores preferem ocultos:

no cortejo cívico iam os que sabiam bem o contrário [dos elogios], mas tornava-se necessário insistir em alimentar a lenda do democratismo pombalino, só porque o valido real expulsou os jesuítas. [...] O cortejo lá vai, com suas bandeiras, seus oficiais, seus senhores do estado democrático, a maçonaria, os que se dizem avançados, acompanhando, com delícia, os ossos do símbolo da tirania.

Atribuindo ainda maior sentido a tais elementos pretéritos que os preitos trazem à tona, o escritor afirma que o governo, com sua ação, “reeditou, aplaudindo-os, todos os crimes que ele [o marquês] praticou, e para não haver dúvidas acerca das suas intenções, passaram os despojos da tirania por diante dos lugares onde ele mais a exerceu. Não entendo a razão desse cortejo por tais sítios”.⁴⁴⁵

A percepção do ritual como reedição/encenação do passado corresponde à própria ideia de comemoração.⁴⁴⁶ Rocha Martins discorda dos sentidos da cerimônia oficial, apresentando-lhes, em alternativa crítica à versão celebrada de Pombal, sentidos opostos. Relacionando imaginativamente passado e presente, ele descreve o “marquês assistindo

⁴⁴⁴ *Fantoques*, Lisboa, 12 e 19/05/1923. Nos dois artigos e em propaganda ao fim do periódico, anuncia seu livro, então no prelo, “O marquês de Pombal, pupilo dos jesuítas”. A obra é publicada no ano seguinte (MARTINS, 1924) e dedicada “à memória de Camilo Castelo Branco, ao gênio infeliz e ao crítico glorioso do ‘Perfil do marquês de Pombal’”.

⁴⁴⁵ *Fantoques*, Lisboa, 19/05/1923.

⁴⁴⁶ COTTRET & HENNETON, 2010, p. 7-5.

de uma janela do palácio da Ajuda ao levantar das labaredas nas quais se consumiam os inimigos e cuja fumarada era o sinal da sua vitória”⁴⁴⁷ e pondera, sarcástico:

se Pombal se erguesse no seu túmulo e com o poder, de novo se levantariam também os cadafalsos de Belém e neles relinchariam as carnes jacobinas e os cérebros vazios dos homens da sinistra apoteose. Nessa hora, teria passado a justiça pombalina, engrandecendo o poder autocrático dos reis, de que esses republicanos cá da terra parecem ter, através dos avós, enormes saudades.⁴⁴⁸

Já no *Diário de Lisboa*,* o traslado é referido, por oposição, como “um mesquinho ato de justiça para um homem que, com tão rude energia, quis fazer sair Portugal das rotinas que o comprometiam”. Traçando um histórico das apreciações a seu respeito, aponta-se que o marquês, “passado o período da sua glória, nunca mais encontrou um momento favorável ao seu nome e a sua obra, se excetuarmos a data do seu centenário, celebrado em 1882”. Recordando seu monumento, ainda não terminado, “apesar da proteção das forças liberais”,⁴⁴⁹ conclui-se haver contra Pombal “uma hostilidade surda que incansavelmente se opõe a qualquer das nobres consagrações que a posteridade tributa aos mortos ilustres”.⁴⁵⁰ O irônico Rocha Martins, explicitando as disputas em torno de tal projeto, comenta: “– Pombal não tem ainda uma estátua – dizem, indignadamente, os maçons – Pombal vai ter uma estátua! – Gritam, furiosos, os reacionários”.⁴⁵¹

As críticas no *Diário* põem em questão a iniciativa do governo, mas em sentido diverso às censuras do jornalista-historiador. Reclama-se, assim, um posicionamento sem meio-termo: caso uma análise cuidadosa de seu passado revele que ele, a despeito das críticas, merece a homenagem póstuma, seus restos mortais devem ser movidos (como desafronta) a um lugar ainda mais ilustre que o proposto:

a sua transferência para a igreja da Memória pode admitir-se, porventura, como um ato reparador? Não temos dúvidas em dizer que não. *Ouçá-se, sem paixão, a história*. Se o seu juízo for tal que as violências e crueldades do marquês desaparecem perante o valor incontestado da sua administração e governo, deem-lhe uma jazida condigna. Não merecerá eles os Jerônimos ou qualquer outro monumento onde repousem portugueses dos que honraram a pátria?⁴⁵²

⁴⁴⁷ *Fantoches*, Lisboa, 12/05/1923.

⁴⁴⁸ *Fantoches*, Lisboa, 19/05/1923. Na altura do primeiro centenário fúnebre, o conde de Samodães (1882, p. 312-313) escreveu: “se o herói desse cortejo ressurgisse, recusaria sem dúvida as homenagens que lhe tributam e muito especialmente os motivos em que se fundam, as causas que as determinam”. De sua parte, Carlos de Laet,* em crônica ao *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro, 07/05/1882), imaginou o marquês ao vislumbrar seus festejos no Rio de Janeiro, exclamando: “isso não passa de uma grande troça para desmoralizar-me a história... Não é meu centenário [...]. Fosse no meu tempo! Por muito menos houve quem apodrecesse na cadeia, quando não se espichava numa forca”.

⁴⁴⁹ O monumento é abordado no capítulo III desta tese. Proposto em 1882, quando se assenta sua *primeira pedra* (cerimônia repetida em 1917 e em 1926), inaugura-se apenas em 1934.

⁴⁵⁰ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 02/05/1923.

⁴⁵¹ *Fantoches*, Lisboa, 12/05/1923.

⁴⁵² *Diário de Lisboa*, Lisboa, 02/05/1923. Grifos meus.

No jornal ainda se lê que “o destino do grande marquês, tantos anos depois da sua morte, é *sofrer as inconstâncias do tempo e da fortuna*. O homem que tudo pôde ainda não conquistou o seu direito a *dormir placidamente o sono da campa*”. Na véspera da cerimônia, uma vez mais se destacam as polêmicas que o passado pombalino traz à tona ao se moverem seus restos mortais – apresentando-se a ideia de que os descaminhos de sua ossada, dependentes dos juízos de seus pósteros (segundo “as inconstâncias do tempo e da fortuna”), associam-se à fruição da imortalidade que lhe é atribuída (impedindo-o, pois, de “dormir placidamente o sono da campa”; direito que, afinal, ainda não teria conquistado).⁴⁵³

Ainda em 1915 (como em 1882 e em 1923), aventou-se, sem sucesso, a proposta de trasladar os restos do marquês para o mosteiro dos Jerônimos.⁴⁵⁴ Uma série de artigos d’*A Capital** abordou a discussão, que ainda contou com uma carta remetida ao jornal – e recuperada em 1923. Em resposta à recusa, leu-se, em 1915:

a memória do marquês de Pombal parece destinada a atrair toda casta de fatalidade. [...] Vai[-se] procurar, nas instâncias superiores, a maneira de se obstar a que continue uma situação que nos deprime aos olhos do mundo culto, pedindo que, com a maior brevidade, se instale o panteão na igreja de Santa Engrácia ou em qualquer outro ponto. Entretanto, o pobre marquês de Pombal ficará sofrendo os rigores dos fados que o não pouparam nem na condição de esqueleto [referência dúbia aos fadistas do bairro Alto, e também à *fortuna*].⁴⁵⁵

No dia seguinte, encontra-se, pela primeira vez, a sugestão de o trasladar para o templo:

podia[-se], ao sair a porta dos Jerônimos, ter subido a calçada do Galvão, ao longo do muro do jardim colonial e lá ao cima encontraria, *já pronto a receber o grande marquês, um monumento da sua época, a pequenina igreja da Memória, ereta no sítio onde os Távoras quiseram matar D. José*.⁴⁵⁶

O que está em questão, no interesse pelo destino do que supostamente ainda resta de seu corpo, são atualizações de sua memória – representação (presente) de seu passado (ausente). Trata-se, de fato, de disputas em torno dessa memória, o que pode também ser descrito como “conflito e competição entre memórias concorrentes”.⁴⁵⁷ A partir da literal

⁴⁵³ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 05/05/1923. Grifos meus.

⁴⁵⁴ A sugestão foi recusada pelo conselho de monumentos nacionais, que estabeleceu que no mosteiro-panteão permaneceriam apenas os *grandes homens* do “ciclo das Índias” (os demais seriam posteriormente trasladados; “desalojados”). A comissão, entretanto, apressava as obras para a transformação da igreja de Santa Engrácia em panteão nacional – o que só veio a ocorrer em 1966. Ver: CATROGA 1998 [1996]c. No que diz respeito à figura do marquês, importa destacar que na altura se discute seu monumento, por conta dos imbróglis (entre 1914-1916) relativos ao do concurso para a escolha de seu projeto – o tópico é abordado em nota no capítulo III desta tese.

⁴⁵⁵ *A Capital*, Lisboa, 26/04/1915 [carta de João Pires de Deus]. Grifos meus.

⁴⁵⁶ *A Capital*, Lisboa, 27/04/1915. Grifos meus. Ver ainda, do mesmo periódico: 01/05/1915; 09/05/1923.

⁴⁵⁷ POLLAK, 1989, p. 4. O historiador aborda conflitos entre uma memória enquanto “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, integrada a “tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre

mobilização de sua presumida ossada,⁴⁵⁸ que representa materialmente sua morte (e portanto sua ausência), concede-se uma metafórica sobrevida a Pombal.⁴⁵⁹ Põe-se em causa a recente deliberação política acerca de sua derradeira guarida, em função de seus méritos e deméritos passados – uma vez mais discutidos.

Quanto ao que se lê no *Diário*, percebe-se que, diferentemente do exposto nos *Fantoches*, ao se lhe reclamar um descanso eterno se busca esvaziar críticas ecoadas. Não se negam aspectos negativos de seu governo (irrefutáveis, insistem seus opositores), mas se tenta contornar a apreciação mais detida a tal respeito, apresentando um saldo geral positivo de suas medidas. Tomando posição acerca da definição quanto àquela que seria a leitura mais adequada de sua figura histórica; criticando juízos adversos e ressaltando uma suposta impressão popular sobre o marquês, afirma-se que ele

deixa as sombras salitrosas da capela das Mercês para continuar o seu eterno sono na igreja da Memória [...]. O homem que foi ministro de D. José e tomou nos seus ombros robustos o destino de um povo *ainda não tem lugar definido na história do seu país, sendo necessário protegê-lo contra ódios que não perdoam*. Sabemos que ele não foi um amigo da liberdade, visto que serviu ao absolutismo com tão férrea dedicação que afastou para os cárceres ou para a morte quem esboçou um simples gesto de revolta. [...] No entanto, descontadas as revoltantes crueldades que cometeu para governar sem oposição, animou-o um ardente desejo de fazer de Portugal um grande país. [...] *Nunca o seu nome conquistou o direito a uma imortalidade tranquila*. Terá chegado a hora feliz do seu repouso perante a posteridade? Não ousamos responder afirmativamente. O fato de o trasladarem para a igreja da Memória é o mesmo que *torná-lo prisioneiro e vítima da parte menos feliz e menos simpática da sua obra*. [...] *O marquês de Pombal, apesar dos seus defeitos e apesar da maneira ditatorial por que sempre governou, é das figuras que o povo se acostumou a admirar; das figuras que o povo foi ensinado a admirar, por alguns dos atos do seu governo*.⁴⁶⁰

coletividades” e “memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”. Nesse confronto, “a memória entra em disputa”. No caso em pauta, há uma memória republicana sobre o marquês, que se impõe institucionalmente, regendo atos e discursos oficiais (como o traslado); afirmando-se nacional a partir de um trabalho de enquadramento. As versões alternativas, contudo (aquelas que se vinculam à memória ultramontana, por exemplo), exprimem-se publicamente; disputam-se ao longo do tempo, sendo as comemorações momentos fortes de embate no parlamento e na imprensa. A ideia de disputa de memória ajuda a pensar a disputa de sentidos dos festejos; embate entre diferentes usos do passado pombalino.

⁴⁵⁸ Em 1882, lê-se em narrativa sobre o traslado de 1856: “disse-se então, e ainda é opinião geral, que entre aqueles ossos apenas há um ou poucos que pertençam ao velho marquês” (*O Ocidente*, Lisboa, 08/05/1882). Grande parte das suspeitas levantadas em torno da autenticidade dos ossos se relaciona ao episódio de profanação de seu túmulo, em Pombal – durante as invasões francesas.

⁴⁵⁹ Para Catroga (1999, p. 23), “se a recordação pode ser estática, a comemoração enforma-se como rito. Pelo que, tal como este, sua invocação do passado é ato regenerador. Trata-se, em suma, de uma *re-suscitação* de acontecimentos do passado, a propósito de aniversários coletivos ou individuais, com a virulência vivificante que teriam quando foram presente. [...] Procura reintroduzir o acontecimento – ou melhor, sua interpretação – na vida presente e nas expectativas de futuro”.

⁴⁶⁰ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 12/05/1923. Grifos meus.

Pouco antes, em sessão de 11 de maio, o referido deputado Cancela de Abreu protesta (com sentido distinto) no plenário da Câmara, acusando que o ritual não visa ao reconhecimento dos serviços prestados por Pombal. A composição da comissão do traslado, liderada por Sebastião de Magalhães Lima,* “o Grão-Mestre da maçonaria portuguesa e por esse motivo eleito presidente da comissão [...],⁴⁶¹ fazendo parte dela outros conhecidos maçons”, revela, em seu ver, o teor partidário/faccioso da iniciativa, desagradando “muitíssima gente, quando é certo que se devia dar-lhe uma homenagem de caráter nacional”. Ele recorda, assim, que

a trasladação é feita para a igreja da Memória [...], mandada erigir por ele próprio [Pombal] em comemoração do fato de o rei D. José ter saído ileso do atentado de que foi vítima. E esse atentado, como a Câmara sabe, deu origem à execução dos Távoras [...]. Estranho tudo o que se está passando e muito lamento que se pretenda fazer uma especulação política em volta de um nome realmente grande na nossa história, quase fazendo-se dele um republicano e um maçom, quando é certo que ele o não foi [...]. As homenagens ao grande marquês devem ser prestadas pela nação, e não pela maçonaria.⁴⁶²

Suas declarações são confrontadas pelo ministro da Instrução Pública, João Camoesas,* que destaca as ideias de dever e dívida à memória,⁴⁶³ de justiça (histórica/póstera)⁴⁶⁴ e de instrução das novas gerações sobre o passado, apresentando o traslado como “um ato que *há muito vinha a ser devido à memória* da grande figura histórica do marquês [...]; *um ato de justiça* a que foram chamadas diversas pessoas sem nenhuma espécie de preocupação confessional [...] nem caráter político”. Para ele,

assim mesmo o compreenderam os próprios membros da família do grande marquês e seus mais diretos representantes, que foram os primeiros a aquiescer

⁴⁶¹ Além de tal comissão, Magalhães Lima lidera, por muitos anos, a comissão do monumento do marquês. Segundo entrevista de outro membro, Pinheiro de Melo, ambos já a compunham em 1905 (*A Capital*, Lisboa, 11/08/1917). Cinco anos antes do traslado, na segunda cerimônia de lançamento da “primeira pedra” da estátua, ele se apresentou, em seu discurso, como “presidente [tanto] da comissão executiva do monumento [...] [quanto] do Grêmio Lusitano, as duas beneméritas coletividades que durante 12 anos consecutivos trabalharam afincadamente a fim de saldar essa dívida nacional, uma dívida de honra” (*A Capital*, Lisboa, 12/08/1917). Três anos após a efeméride de 1923, na terceira cerimônia de lançamento da “primeira pedra”, ele se apresenta com as mesmas credenciais (*Diário de Lisboa*, Lisboa, 13/05/1926). Ver, a tal respeito, o capítulo III desta tese.

⁴⁶² *Diário da Câmara dos Deputados*, 11/05/1923.

⁴⁶³ Nos debates coetâneos acerca das comemorações e homenagens a homens do passado, relacionam-se com frequência as ideias de *dever* dos pósteros em relação à *memória* de seus antecessores. Tal relação traz à mente, à partida, a ideia de dever de memória. A expressão, contudo, remete a um conceito que assume, na contemporaneidade, um sentido peculiar, relacionado aos debates acerca de uma alegada obrigação de recordação e preservação de depoimentos/testemunhos de sobreviventes e das memórias dos mortos em decorrência das violências de regimes totalitários. Para uma reflexão crítica a tal respeito, ver: LEDOUX, 2016; RICOEUR, 2000; TODOROV, 2000 [1995].

⁴⁶⁴ Acerca da relação entre justiça, memória e história, refere-se novamente à reflexão de Tzevetan Todorov (2000 [1995], p. 29-49), em suas críticas destacando particularidades do trabalho de juízes e historiadores. A ideia de um julgamento/juízo da história, abordada na introdução e no cap. I desta tese, remete-se às origens da afirmação do discurso histórico/historiográfico e é bastante frequente nos debates e nos períodos em pauta. Ver: KOSELLECK, 2014 [2000], p. 313-325; RICOEUR, 2018 [2000], p. 330-347; ROLLEMBERG & VANFAS, 2020.

à manifestação que se propunha. [...] Trata-se de uma manifestação de *alto propósito educativo para mostrar à nova geração o que valeu essa grande figura da nossa raça*; foi por essa razão que o ministério da Instrução foi encarregado dessa trasladação. É preciso que a grande figura do marquês de Pombal avulte na sua altura [...]. Trata-se duma manifestação a que podem e devem associar-se todos os portugueses que realmente põem em assuntos desta natureza toda a sinceridade e espírito patriótico.⁴⁶⁵

Em sessão do dia 15 na outra casa legislativa, o senador Querubim do Vale Guimarães* interpela o presidente do Ministério (e ministro do Interior), António Maria da Silva,* acerca da recém-ocorrida cerimônia “à memória de um homem que foi dos mais notáveis deste país”, acusando que ela não tinha sido realizada “com esse respeito que todos nós devemos à grandeza da sua inteligência”, e sim “para mais uma vez ofender e afrontar o sentimento religioso”. Ele questiona os motivos para o traslado; os sentidos que se quer atribuir a seu passado com sua glorificação no presente. No seu entender, já que *a memória de Pombal* (a que não nega o respeito devido) *não precisa de tais manifestações*, a intenção do governo é clara:

por que é que se foi mexer nas ossadas do marquês, por que é que se fez essa pretensa consagração [...] Isso não significa mais nada do que ofender os sentimentos religiosos dos portugueses. E por quê? O marquês de Pombal, expulsando os jesuítas, não o fez porque tivesse ódio à Igreja; esse ato de força praticado pelo primeiro-ministro de D. José teve uma significação muito diversa daquela que lhes querem dar os seus glorificadores de hoje. [...] Como se compreende a glorificação que hoje se presta a esse grande vulto da história? [...] *A memória do marquês de Pombal não precisa de manifestações póstumas, com todo o caráter de ofensa ao seu sentimento religioso*. Contra o significado que se pretende dar à manifestação, repito, lavro o meu mais veemente protesto. Isto não quer dizer [...] que eu não tenha pela memória desse grande homem de Estado o respeito que merece quem tanto elevou o nome de Portugal.⁴⁶⁶

O ministro lhe responde refutando a acusada intenção de “esmagar as consciências religiosas do país”; negando o suposto ultraje à “memória de um homem ilustre do nosso país, que ninguém poderá desarrancar da história pátria. Embora muita gente seja detrator, todos os portugueses dignos desse nome reconhecem uma grande figura no marquês” para além de pormenores negativos e por isso “lhe querem dar uma jazida condigna”. Quanto à participação de maçons no traslado, que lhe daria um aspecto parcial e irreligioso, ele exclama: “a maçonaria foi ao cortejo? Fossem também os católicos. A família do marquês foi, e não se sentiu vexada por lá estarem republicanos”.⁴⁶⁷

⁴⁶⁵ *Diário do Senado*, 15/05/1923. Grifos meus.

⁴⁶⁶ *Diário do Senado*, 15/05/1923. Grifos meus. Guimarães, ademais, afirma que o traslado se realizou em “um pretenso estado de relações amigáveis entre o Estado e a Igreja [...] agora, que devia haver o maior cuidado da parte do poder executivo em não ofender, em não melindrar as consciências religiosas do país”, e não “no período mais intenso” da luta entre ambos, remetendo-se, pois, a um passado em que os conflitos e as ofensas que o traslado fazia emergir seriam supostamente esperados.

⁴⁶⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, 11/05/1923.

É interessante apontar que, em 1882, Samodães, bastante crítico ao centenário (que entende como iniciativa maçônica),⁴⁶⁸ encaminha sua reflexão de modo parecido com algumas considerações de Guimarães (que indaga e responde acerca dos motivos para *mexer nas ossadas do marquês*). Segundo o conde, nas homenagens fúnebres

o cadáver imóvel, hirtó, decomposto, reduzido a pó, não se levanta, não estremece, nem se anima; a alma, entregue aos destinos eternos, julgada irrevogavelmente, não se comove dos hinos, dos vivos e dos aplausos, mas a posteridade não cumpre menos um dever, tanto mais sincero e valioso, quanto não impera nele a lisonja, nem sentimento algum, que não seja nobre, alto, puro e louvável. [...] O marquês de Pombal é um símbolo incompatível com as doutrinas modernas [...]. Hoje que os restos exânicos do nobre finado descansam ao lado dos seus maiores descendentes, esperando aí o julgamento derradeiro, não há motivo plausível para uma nova cerimônia, salvo querendo dar-lhe uma significação qualquer. Essa significação é assaz clara e patente e unicamente por causa dela é que o centenário se celebra e que o mesmo centenário não pode deixar de suscitar animadversões.⁴⁶⁹

Reunindo aqui tais discursos destoantes em torno das cerimônias comemorativas de 1923 (ao lado de referências anteriores) busca-se ressaltar a disputa de sentidos a que então se assiste. Entende-se, pois, que quando se recuperam episódios e gestos pretéritos em celebrações públicas, desenvolve-se uma forma específica de representação do passado – daí as intervenções no embate reclamarem versões alternativas da narrativa ritualmente enunciada. Para Marc Ferro, “a comemoração acusa os silêncios, desloca os fatos e os seleciona. Como a narrativa histórica, ela é um ponto de conflitos”.⁴⁷⁰ De acordo com Oliver Ilh, pode-se falar de comemorações como *mise en scène*; ritos, símbolos e manifestações evocando um passado reivindicado no presente.⁴⁷¹

Em sentido aproximado, Durval M. Albuquerque Jr. afirma que a comemoração

é atravessada e constituída por um enredo, é uma forma de fazer ver e de dizer o passado. [...] Põe em cena, torna visível, materializa dadas memórias, dadas versões e visões do passado [...]. Como a narrativa histórica, cria efeitos de real, apoia-se em vestígios, testemunhos, em outras narrativas que chegam do passado para construir versões verossímeis sobre o que teria ocorrido [...]. É, por fim, um dos usos que se pode fazer do passado, é uma das modalidades de enunciação e de ritualização daquilo que se costuma chamar de cultura histórica.

Dadas suas natureza coletiva e intenção instrutiva, enquanto homenagem e esforço para “universalizar memórias que pertencem a uma parcela da sociedade”, a comemoração explicita conflitos e contradições, trazendo à tona “disputas entre versões distintas, entre

⁴⁶⁸ “Iniciou essa homenagem a maçonaria portuguesa e indo no encalço dela foram os alunos das escolas e após esses, os homens [do governo], que nunca deviam arrastar, mas sim dirigir, encaminhar e emitir um parecer desapassionado e imparcial” (SAMODÃES, 1882, p. 312-313).

⁴⁶⁹ SAMODÃES, 1882, p. 2, 313-314.

⁴⁷⁰ FERRO, 1989, p. 54-60.

⁴⁷¹ ILH, 2017, p. 12.

visões divergentes acerca daquilo que se comemora”; ruídos de sentido e divergências enunciativas como as aqui abordadas – importante objeto para os historiadores.⁴⁷²

A apreciação que se lê n’*O Século* no dia do ritual resume e exemplifica o teor de disputa. Reconhecem-se aspectos negativos no histórico do marquês (o que aponta para uma hipotética imparcialidade), mas, fugindo ao afínco por pormenores, característico de “mais severos historiadores”, declara-se haver um saldo geral positivo na apreciação/no julgamento histórico de sua contribuição para o país (como, de resto, fazem os demais apoiadores da cerimônia). Nessa perspectiva, o traslado (enquanto literal mobilização de seus despojos), em vez das acusadas parcialidade e afronta deliberada aos sentimentos de determinada parcela da população (justamente aquela que lhe denuncia tal sentido), é apresentado como pagamento de uma dívida de memória por parte da pátria – enquanto conjunto harmônico de longa duração (que, não por acaso, supõe-se bem representado por aqueles que promovem o ritual em disputa):

transportam-se as [ossadas] do marquês de Pombal, da pobre e abandonada capela em que jazem, para um templo em que se lhes dá a decente sepultura; a exigida pela grandeza do seu vulto e por serviços que tão extraordinário homem de Estado ficou a dever o país. Faz-se a trasladação com as honras cívicas e militares de que é credora a sua memória, não se opondo o mínimo entrave aos sufrágios rituais que, num direito incontestável, a família resolveu que se celebrassem. Quem ergue reparos ao ato oficial que dentro de poucas horas se realizará e persiste em *crer ou em fazer acreditar que os despojos do célebre estadista se agitam como uma verdadeira guerra, com intuitos facciosos* e odientos, ilude-se ou pretende iludir os menos precavidos contra as paixões sectárias [...]. Teve enormes defeitos o marquês de Pombal; praticou atrocidades, nem toda a semente que lançou à terra logrou frutificar; ficaram improficuos muitos dos seus esforços; as suas qualidades, no entanto, foram demasiado brilhantes para que ainda agora fulgissem. [...] *Os mais severos historiadores, aqueles que não perdoam* a Sebastião José de Carvalho as ações cruéis que ordenou e que mancham a sua longa carreira, aqueles que põem reservas à eficácia de não poucas das suas providências, aqueles que não consideram isento de falhas o seu caráter, são, todavia, *forçados a reconhecer-lhe virtudes e merecimentos que constituem títulos bastantes às homenagens* que o Estado e o Município de Lisboa hoje, num *movimento de justiça*, lhe dispensam.⁴⁷³

Poucos dias depois, ainda se lê no *Diário de Lisboa*:

continua a discutir-se se o marquês de Pombal foi ou não um amigo da liberdade. A nossa opinião é que ele nunca julgou que a sua ação de estadista viesse a ser discutida sobre tal aspecto. Governou com mão de ferro. Um dia... caiu. É possível que na desgraça se lembrasse de que era vítima da tirania dos

⁴⁷² ALBUQUERQUE Jr. 2019b, p. 179-189. Para Jörn Rüsen (2009 [1994]), cultura histórica (práxis da consciência histórica) engloba um complexo de manifestações relativas à orientação na temporalidade. A rememoração atualiza o passado (como tal) no presente, abrindo-o ao futuro. Ver ainda: COSTA, 2009.

⁴⁷³ *O Século*, Lisboa, 13/05/1923. Grifos meus.

seus adversários. Pensaria ele então que a liberdade não pode ser o privilégio de um só?⁴⁷⁴

O *Diário* pouco antes destacava, como visto, a inadequação do templo como local de homenagem e descanso derradeiro do marquês, pontuando o receio de que lá ele estaria (em sua imortalidade suposta) “prisioneiro e vítima” de aspectos negativos de seu próprio passado; perpetuando-se em uma igreja cujas “sombras tão inquietas” remetiam à “parte menos feliz e menos simpática da sua obra” (a referida memória negativa e duradoura do *processo/suplício dos Távoras*), dando a “impressão de que não queria repousar”.⁴⁷⁵

Rocha Martins, em seus *Fantoches*, faz questão de explicitar justamente tais aspectos. Acerca do destino derradeiro do marquês, ele afirma que

tampouco alcanço por que escolheram a Memória para jazigo de Pombal. [...] Neste tempo e neste quadro vai ficar a urna com os restos do valido real e eu não sei que tranquilidade maior eles podem encontrar nesse sítio de horrores para onde a República os lançou, julgando honrá-los.⁴⁷⁶

A urna de Pombal permanece, entretanto, no templo, que a despeito da invocação à Memória, ou em decorrência dela, parece ter ficado novamente esquecido (imagens 23-25).⁴⁷⁷ Após a chegada do ataúde, a igreja esteve fechada durante algumas décadas devido a problemas relacionados a suas conservação e administração, sendo, contudo, aberta em ocasiões especiais – como em peregrinações que, por certo tempo, houve anualmente em homenagem ao marquês (assumindo um teor anticlerical). A tal respeito, é interessante apontar que, alguns anos após o traslado, noticia-se no *Diário de Notícias* que, “em comemoração do 149º aniversário da morte do marquês de Pombal, realizou-se [...] uma romagem ao seu túmulo, na capela da Memória”, a que compareceram “algumas centenas de pessoas”.⁴⁷⁸ Atualmente aberta à visitação e ao culto, não é exagero supor que, a

⁴⁷⁴ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 17/05/1923.

⁴⁷⁵ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 02/05/1923.

⁴⁷⁶ *Fantoches*, Lisboa, 19/05/1923. Grifos meus.

⁴⁷⁷ Todorov (2000 [1995], p. 15-16) destaca que memória e esquecimento não se opõem (como se opõem supressão e conservação), já que a memória, na verdade, implica sempre um constante exercício de seleção – partes do passado a conservar, e outras tantas a esquecer. Trata-se de uma constante interação entre supressão e conservação, já que conservar sem escolher não é uma tarefa da memória.

⁴⁷⁸ *Diário de Notícias*, Lisboa, 11/05/1931. A mobilização combativa da figura/das ossadas/do túmulo do marquês deve ser compreendida na esteira de outros cortejos/peregrinações do tipo. Luís F. S. Soares (2016, p. 217-219, 409-415) localizou documentação referente a três ocasiões (1933, 1934 e 1935) em que a igreja foi aberta para romagens ao túmulo de Pombal (próximas aos dias 13 e 8 de maio) e um relatório do conservador do Palácio da Ajuda (a cuja guarda esteve o templo), informando que “todos os anos se efetivava uma romagem ao túmulo do primeiro ministro de D. José, tendo esse assunto tomado mais tarde um aspecto nitidamente político, o que creio ter dado aso ao encerramento do templo” (Zagalo cf. Soares). Além da falta de recursos para obras de conservação, havia demandas para a retirada da maquete do monumento ao marquês (1914), depositada no altar-mor (até 1947), e da deslocação de sua urna, posicionada no centro da igreja até a década de 50, com obras de conservação, “que incluíram também a deslocação da urna para outro local do interior do mesmo edifício” (“Igreja da Memória”, SIPA).

despeito de tal informação constar em alguns guias turísticos sobre a capital, a maior parte dos lisboetas desconhece que tão ilustre (e polêmico) morto em seu interior *descansa*.⁴⁷⁹

II.II Igreja da Memória, 13 de maio de 2019

Uma cerimônia marca a oficialização do “consórcio de mecenas destinado a financiar o maior projeto científico desde sempre sobre o marquês de Pombal”. No templo-memorial, diante de jornalistas e de outros assistentes, representantes das instituições partícipes se reúnem para, pronunciados os discursos de praxe, assinar um protocolo visando a financiar a iniciativa acadêmica: levantamento, transcrição, crítica e edição do virtual conjunto completo de textos escritos pelo marquês ou por ele orientados.⁴⁸⁰ Intitulado *Pombal Global*, o projeto abrange um grande grupo de investigadores e 1.2 milhão de euros para “colmatar uma das lacunas mais graves da cultura portuguesa”.⁴⁸¹ Três dias antes da cerimônia, a empreitada e sua oficialização são referidas na imprensa com a chamada: “cinco anos de investigações nos quatro cantos do mundo para ficar a saber tudo sobre o marquês de Pombal”.⁴⁸²

⁴⁷⁹ Alexandra P. Coelho escreve no *Público* (Lisboa, 13/01/2013): “Onde está o túmulo do marquês? O marquês de Pombal é lembrado todos os dias por quem atravessa o centro da cidade. Mas quem sabe onde estão os seus restos mortais? [...] Se perguntarmos a qualquer lisboeta onde está enterrado o marquês, o mais provável é que diga que não faz ideia. [...] Quem tudo controlava em vida nada conseguiu controlar depois de morto. [...] Durante anos, esteve aqui fechado, sozinho. Hoje, as pessoas entram, mas muitas não saberão que figura ali está. [...] Debaixo da urna espreitam quatro garras de leão. Como se, depois de os seus restos mortais terem sido profanados, o marquês ainda conseguisse levantar o peso do desprezo e do esquecimento que sobre eles caíram e lembrar a quem entrar na capela da igreja da Memória que, para o bem e para o mal, um dia ele foi respeitado e temido. Um dia ele foi o poder”.

⁴⁸⁰ A esse respeito, destaca-se aqui que, além das posturas concretas do ministro, havia um discurso pombalino, que envolvia “tanto as práticas político-sociais quanto suas manifestações nas letras e nas artes em geral”. Havia, ademais, “relações bem claras entre os integrantes desse discurso”, que pressupunha “não só a presença do mecenas [Pombal], das instituições e dos valores que representa, mas também a de um rigoroso repertório coletivo de convenções, que estabelece desde as coisas retóricas e o modo de apropriação delas até os princípios de organização” dos materiais produzidos (TEIXEIRA, 1999, p. 14-15). Pombal desempenhou papel fundamental na definição de tal repertório e no estabelecimento de uma espécie de cânone pombalino, foco do projeto de publicação – obras com seu timbre; escritas ou influenciadas por ele, espécie de “modelador, inspirador e revisor [...] que imprime a direção hermenêutica que devia presidir a escolha e a leitura dos dados apresentados” (FRANCO, 2006, p. 476).

⁴⁸¹ O protocolo foi assinado por representantes dos municípios de Lisboa, Oeiras, Pombal e Sernancelhe, das fundações Millenium BCP e Marquês de Pombal (FMP), da Universidade de Coimbra (UC) e da Universidade Aberta de Portugal (UAb) e também do Grupo Jerônimo Martins. As expressões entre aspas constam no subtítulo do vídeo da cerimônia de assinatura do protocolo, produzido e divulgado em 13/05/2019 pelo CLEPUL, centro de investigação da Universidade de Lisboa (UL), cuja transcrição, efetuada para esta reflexão, é aqui doravante referida como “*discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019”. Como principal meta da empreitada, propõe-se a publicação da virtual totalidade da produção pombalina, a ser organizada em dez áreas temáticas, distribuídas em 32 volumes, além da confecção de um DVD com fontes digitalizadas, de uma base de dados de livre acesso na internet e, condicionado a financiamento adicional, de um *Dicionário do Século das Luzes em Portugal*.

⁴⁸² *Expresso*, Lisboa, 10/05/2019.

Último a discursar no evento, Fernando Medina,* presidente da Câmara Municipal de Lisboa, começa por afirmar que está em causa “seguramente o maior projeto de investigação histórica em Portugal neste momento, e creio que certamente um dos maiores que o país realizou, pelo menos no tempo do Portugal democrático”. O que tem um significado profundo, por ser um investimento “basilar do ponto de vista da construção da sociedade contemporânea, que é a nossa história”. Para ele, iniciativas no sentido da preservação de documentos e património pombalinos são projetos “de benefício público, que é cuidar da nossa história, da nossa memória e cuidar desse período tão extraordinário como é o período do Iluminismo e daquele que foi seguramente [...] o [seu] principal rosto e o [seu] principal mentor” em Portugal.⁴⁸³

Medina assinala o simbolismo em torno do local e da data escolhidos:

há duas razões para estarmos aqui: uma, naturalmente, é [ser] esta a igreja em que estão depositados os restos do marquês de Pombal [...]; há uma última razão para estarmos aqui: [...] é que nós estamos hoje a celebrar os 320 anos do nascimento do marquês de Pombal. Se não cometo nenhum erro histórico, foi precisamente no dia 13 de maio de 1699 que nasceu o marquês de Pombal e foi essa a razão. Por isso não há nenhum atraso, não é? Mas foi mesmo a escolha do dia para podermos fazer isso hoje aqui [...]. Não é certamente obra do acaso; é o reconhecimento da profunda marca que o marquês de Pombal tem no Portugal contemporâneo que hoje somos.

Recuperando outras ocasiões “em que também se fizeram homenagens ao marquês”, ele destaca a centralidade de sua estátua na Lisboa atual – arrancando risos ao apontar que Pombal está “em plena Rotunda, que hoje costuma ser usada para também grandes momentos de evocação nacional, com alguns custos”.⁴⁸⁴ A ideia de um tal monumento no local foi lançada ainda em fins do século XIX, mas só foi finalmente concretizada (com inauguração efetiva da ora célebre e imensa efígie do marquês, em bronze) em 13 de maio de 1934. Medina assinala, a esse respeito, que “o anterior regime [Estado Novo (1933-1974)]⁴⁸⁵ era muito sensível à identificação dos símbolos que marcavam a nossa história, mas [a estátua] é erigida com uma subscrição popular”.⁴⁸⁶

⁴⁸³ *Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019.

⁴⁸⁴ Remete-se ao fato de que no local (palco de manifestações políticas de relevo, referido simplesmente como Marquês de Pombal/Marquês) costumam ser realizadas grandes comemorações esportivas – com atos de vandalismo também frequentes. O monumento é abordado no capítulo III.

⁴⁸⁵ Regime ditatorial, conservador e nacionalista que tem como marcos cronológicos a constituição de 1933 (após a revolução de 28 de maio de 1926, que põe fim à democracia parlamentar) e a revolução de 25 de abril de 1974 (dita *dos cravos*).

⁴⁸⁶ *Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019.

De sua parte, Isaltino Morais,* presidente tanto da Câmara Municipal de Oeiras quanto da Fundação Marquês de Pombal,⁴⁸⁷ aponta que ambas as instituições que lidera desenvolvem há já um tempo “todo um panorama que valoriza a figura do primeiro conde de Oeiras”; foco “do cuidado e do carinho especial” do município, que integrou o compromisso com o projeto a seu zelo pelo patrimônio pombalino; pela “promoção e [pel]a divulgação da história e [da] memória do seu principal impulsionador”. Acerca da relação com o passado, ele pontua que a história se caracteriza por atos de heroicidade e de covardia; de humanidade e de crueldade – ações pretéritas de que as comunidades não se devem envergonhar, mas cuja importância devem reconhecer.

Ora bem, do que estamos aqui de fato a tratar é [de] um homem extraordinário que [...] teve muitos detratores; muitos detratores no seu tempo, e ninguém se lembra do nome deles. Mas do marquês de Pombal, toda gente se lembra e fala [...]. Foi o promotor da Lei da [Boa] Razão,⁴⁸⁸ [...] foi ele que promoveu o fim da escravatura,⁴⁸⁹ que fez reformas de Estado extraordinárias... Realmente, uma grande figura. Déspota... iluminado! Um homem do seu tempo.⁴⁹⁰

Isaltino Morais, além disso, apresenta sua própria trajetória como uma pitoresca metáfora da (hipotética) reconciliação da figura de Pombal com a família apontada como sua mais célebre vítima, valendo-se de suas recordações do aprendizado de história:

eu cresci em uma terra [Mirandela] onde os Távoras são adorados. Eu estudei em uma escola primária que fazia uma apologia do marquês de Pombal. Mas as professoras encarregavam-se sempre de dizer: *mas ele mandou matar os Távoras!* [...] Eu, que nasci na terra dos Távoras, vim governar as terras do marquês de Pombal. É uma boa conciliação [...]; está feita a reconciliação em termos de Távoras e Pombal.⁴⁹¹

Primeiro a discursar, Relvão Caetano,* representante da Universidade Aberta, ponderando sobre apreciações do histórico pombalino, diz que “a figura do marquês de

⁴⁸⁷ Com estatutos aprovados na Câmara em 1989, visa ao desenvolvimento do município por meio de ações socioculturais, estendendo suas atividades a outras regiões próximas, por via da figura histórica de Pombal. “Os motivos que determinaram a escolha do nome do polêmico estadista [...] foi a sua ação governativa e filosofia de progresso, que é referenciada como modelo de modernização da sociedade”. Ver: *site* FMP.

⁴⁸⁸ Carta de lei de 18 de agosto de 1769. Consolidou reformas no campo do direito em Portugal, limitando a aplicação do *direito comum* e do *direito canônico*, afirmando a razão e a vontade do monarca como principais fontes do direito. Marca uma ruptura em relação à tradição romanística em Portugal, buscando uma racionalização da jurisprudência e uma modernização – aproximação com o direito que vigorava nas *nações cristãs iluminadas*.

⁴⁸⁹ Em 1761, por meio de um alvará, o marquês proibiu o transporte de escravos *para o reino*, declarando livres aqueles que lá aportassem. Doze anos mais tarde, “decretou, de facto, o fim imediato do cativeiro dos escravos cuja condição recuasse até as bisavós”, novamente *apenas no reino*. Em nenhum dos dispositivos esteve em questão o fim da escravidão nos demais territórios do império português (onde a mão de obra escrava era de fato mais importante) ou do tráfico transatlântico de escravos. Ver: SILVA, 2017 (uma breve e ponderada crítica da evocação da imagem de um Pombal abolicionista pelo presidente português, ao visitar a ilha de Gorée em 2017 – as declarações de Marcelo Rebelo de Souza na ocasião lhe renderam elogios e críticas, trazendo à tona uma série de releituras sobre o governo pombalino, que ecoaram na imprensa ainda em 2019 – ver: ROSAS, 2019; MARQUES, 2019).

⁴⁹⁰ *Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019.

⁴⁹¹ *Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019.

Pombal continua a dividir opiniões”. Contudo, ele (como o fazem Isaltino e também alguns dos intervenientes nos debates de 1923) põe de lado apreciações críticas, apontadas como manifestações “em círculos restritos, de uma forma que não parece razoável”, dado “seu importantíssimo papel na política portuguesa, europeia e mundial”. Indo mais longe que os demais na sobrevalorização dos paralelos com o passado, das simbologias e da própria formalidade (baralhando, enfim, hiperbólicas referências religiosas, políticas e acadêmicas), Relvão Caetano afirma:

este é o nosso tempo e [esta é] a nossa responsabilidade, que não é menor do que seria se estivéssemos a aprovar uma nova constituição para o nosso país. Talvez possamos ver uma espécie de línguas de fogo,⁴⁹² a descer sobre nossas cabeças para nos inspirar e imortalizar [...]. Assumimos responsabilidades uns perante os outros, mas ainda perante uma multiplicidade de outras pessoas, muitas delas desconhecidas [...]. Estamos reunidos neste local simbólico pelo passado, mas também pelo presente e pelo futuro. Este não é apenas o local onde estão depositados os restos mortais do marquês de Pombal ou em que celebramos um acordo com o objetivo de divulgar [su]a obra completa [...]. Estes são o espaço e o tempo em que fazemos em conjunto uma interpretação da relevância da obra do marquês de Pombal para Portugal, a Europa e o mundo. Fazemo-lo para dentro e fora das nossas instituições, percebendo o alcance das suas missões para benefício da sociedade [...]. Procuro vossos olhares com a convicção de que estão sintonizados com o meu, para que juntos levemos a cabo uma empreitada que é maior do que nós, mas que não nos dispensa. Por isso estamos aqui e este dia há de ser lembrado.⁴⁹³

Ainda em 2018, José Eduardo Franco,* professor da mesma universidade e investigador principal da empreitada, escreve em uma proposta acadêmica que, devido à lacuna representada pela não publicação da obra completa de Pombal, assiste-se à absolutização de “um conjunto contraditório de interpretações sobre o real papel” do ministro, o que teria contribuído “fortemente para a consolidação, no imaginário histórico português, do ‘mito’ do marquês de Pombal”, apreciado negativa ou positivamente; de forma simplista. Em sua perspectiva, “apenas novas investigações, fundadas na futura obra completa publicada do marquês de Pombal”, poderiam superar tal dicotomia.⁴⁹⁴

⁴⁹² Relaciona-se ao trecho bíblico (*Atos dos Apóstolos*, 2:1-47) da festa de Pentecostes, em que o que parecem línguas de fogo descem sobre as cabeças dos presentes, que começam a falar em línguas diferentes, pela inspiração do Espírito Santo; fazendo-se entendidos por indivíduos de diversos grupos linguísticos, realizando milagres, compartilhando as *boas novas*, cumprindo profecias antigas.

⁴⁹³ *Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019. Grifos meus.

⁴⁹⁴ O historiador tem produção relevante sobre a gênese de dois repertórios mitológicos contrapostos. Em trabalhos monográficos e colaborativos que se cruzam, aborda tanto a *fundação pombalina do mito da Companhia de Jesus* (FRANCO, 2001) quanto a *mitificação do primeiro-ministro de D. José pela Maçonaria* (FRANCO & RITA, 2015 [2004]) e as relações entre *filojesuítismo e antimaçonismo* (FRANCO & CARREIRA, 2011) – “consideramos que o mito heroico e luminoso do marquês de Pombal é um mito subsidiário do grande mito negativo do *complot* jesuítico” (FRANCO, 2015 [2004], p. 20). Mobilizando volumosa documentação, apresenta-os a partir da orientação informada nos títulos. Se a Pombal e a seus colaboradores se atribuem muitas das críticas aos jesuítas, aos obsidianes maçons se atribui grande parte dos elogios a Pombal em função de seu antijesuítismo. Sobre o marquês, fala-se de um *mito bifronte*, que implica deformações intencionadas. Em que pese o genuíno interesse por sua produção, não deixa de ser

Na proposta, o projeto visa a estatuir, pela via da publicação de fontes, “o real e legítimo papel da ação do marquês na evolução histórica de Portugal”, esvaziando sua figura mitológica e “reduzindo a sua ação a um plano historiograficamente real”. Afinal, trata-se de compensar

uma verdadeira omissão histórico-cultural da historiografia portuguesa. Tendo essa usado o primeiro centenário da morte do marquês, em 1882, como fonte de propaganda republicana, acentuando o caráter divisório da sua imagem mítica, e o segundo centenário, em 1982, como balanço acadêmico-analítico da sua obra, foi, no entanto, incapaz de promover *o que a sua imagem verdadeiramente exigia – a publicação das suas obras escritas –, de modo a esvaziar o “mito” e a deixar emergir a história.*⁴⁹⁵

No dia 13 de maio de 2019, entretanto, ao discursar em nome dos diretores científicos do projeto,⁴⁹⁶ ele se vale da simbologia do local e da data escolhidos: “ali estão os restos mortais [...]; é um dia significativo. Ainda bem que tudo se conciliou para que celebrássemos e assinássemos esse protocolo nesse dia memorável em que juntos estamos a *fazer história*”.⁴⁹⁷

Terminados os discursos e assinado o acordo, o historiador, representantes de instituições partícipes e alguns dos assistentes se deixam fotografar perto de um grande ataúde de teca, com fechos de prata e baixos-relevos em bronze. Afixada ao esquiife, uma placa com inscrições cinzeladas em prata sinaliza se tratar do receptáculo dos “restos mortais de Sebastião José de Carvalho e Melo, 1º marquês de Pombal”, assinalando as datas de seus nascimento e morte. Entre os referidos marcos do calendário, que balizam sua vida (comumente referidos entre parênteses em notas de teor biográfico), decorreram quase oitenta e três anos. Após seu falecimento, as datas se mantiveram como referência para a contabilização da afinal ininterrupta passagem do tempo. Como resultado de tal exercício cronológico pós-morte, os anos acumulados são assinalados, quando convém,

um pouco limitadora tal dicotomia – como se à oposição pombal-maçonaria x jesuítas (presente em textos importantes, e sobretudo no debate político) coubesse a explicação acerca das leituras empreendidas; como se agrupar em polos opostos *pombalistas* e *antipombalistas* explicasse as polêmicas que se atualizam e acumulam no tempo. Acerca da ideia de mito, Franco destaca a influência de Raul Girardet, Karl Popper e Michel Leroy. Diferencia, ainda, *lenda* (falsificação, instrumentalização ideológica) e *mito*, relacionado ao “universo da compreensão e do discernimento do significado histórico”; da “desfocagem, da sua relação com a realidade, valorizando menos a destriça entre o verdadeiro e o falso do que a função sociopolítica e cultural desse processo de mitificação. A questão do verdadeiro e do falso vem depois” (FRANCO, 2006, p. 43). Entretanto, na oposição menos matizadas entre *mito* e *história* por ele apresentada na cerimônia de 2019 (a partir da proposta de pesquisa/divulgação documental que revelaria a história, deslocando mitos), aborda-se de maneira bastante menos complexa a relação entre distorção/manipulação e realidade/verdade.

⁴⁹⁵ FRANCO et al, 2018, p. 3-4. Grifos meus.

⁴⁹⁶ Viriato Soromenho-Marques (UL) e Pedro Calafate (UC).

⁴⁹⁷ *Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019.

de modo particular (em efemérides – redondas ou não); ocasião e justificativa para mobilizações e atualizações de memórias.

Em 13 de maio de 1923 (quando ele completaria 224 anos), como dito, seus ossos foram trasladados para a igreja da Memória. Pouco depois, em 13 de maio de 1926, lançou-se a terceira “primeira pedra” de sua colossal estátua lisboeta. Na ocasião (data pontualmente assinalada como “dia da cidade”, em homenagem a seu reedificador),⁴⁹⁸ o referido Magalhães Lima, importante figura tanto das comissões do traslado e do monumento quanto da I República, afirma que “é preciso ter sido muito grande para ter tal consagração mais de um século depois da sua morte”.⁴⁹⁹ Em 13 de maio de 1934, já sob o Estado Novo, finalmente se inaugurou, de fato, sua estátua,

à distância de 235 anos do nascimento de Sebastião José de Carvalho e Melo, de 184 anos da sua subida à governação, de 152 anos da sua morte, de 79 anos da primeira ideia de se lhe erigir um monumento, de 52 anos do lançamento da primeira pedra, por D. Luís, de 20 anos da aprovação do projeto, de oito anos do lançamento da segunda “primeira pedra” (1926) – paga-se enfim a dívida de gratidão à memória do insigne estadista do século XVIII.⁵⁰⁰

Passados 65 anos; já após o restabelecimento da democracia com o 25 de abril (1974), organizaram-se, em 13 de maio de 1999 (celebração do tricentenário natalício do marquês), importantes colóquios e congressos acadêmico-comemorativos em Oeiras e Pombal. Dos dois lados do Atlântico, ademais, vieram a lume obras historiográficas de relevo sobre o ministro, sobre seu governo e sobre a época em que ele viveu. Na altura, “aquele que é talvez o mais famoso marquês da história de Portugal foi enaltecido [...] pelo papel preponderante que teve na construção do Estado Moderno”, pelo presidente da República, Jorge Sampaio.* O mandatário “aludiu a um certo ‘diálogo silencioso’ que manteve com o chefe do governo de D. José quando presidente da Câmara de Lisboa”, em cuja sede havia “um imponente quadro do marquês [encomendado pelo município em 1882]⁵⁰¹ [...] que lhe transmitia ‘sempre uma dimensão de um projeto, duma estratégia’

⁴⁹⁸ “Lisboa, portanto, tem bastante razão para celebrar Pombal, o seu restaurador. E por isso lhe está erguendo um monumento no alto da avenida da Liberdade. Mas quis ainda a sua edilidade levar mais longe a homenagem devida ao grande ministro de Estado, pelo que resolveu a partir deste ano dedicar-lhe o dia do feriado municipal, em vez de, como até aqui, o votar a Camões, o épico egrégio cuja comemoração passou a ser nacional, como é mais próprio” (*Ilustração*, Lisboa, 16/05/1926). Sobre a iniciativa (deliberada em sessão de 22 de março de 1926), ver ainda: RELVAS, 2009, p. 128.

⁴⁹⁹ *A Capital*, Lisboa, 13/05/1926.

⁵⁰⁰ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 13/05/1934.

⁵⁰¹ *Marquês de Pombal examinando o projeto da reconstrução de Lisboa*, Miguel Angelo Lupi, 1883. O quadro foi exposto (antes de concluído) no Paço Municipal na altura do centenário pombalino e é abordado no capítulo III desta tese (imagens 38-39). É curioso referir que, em seu discurso na cerimônia de 2019, Fernando Medina, dirigindo-se a Isaltino Morais, afirma, jocosamente, ter motivo para “uma pontinha de inveja, que é aquele quadro que está no gabinete do presidente da Câmara [de Oeiras, o quadro de van Loo

para a cidade de Lisboa [...] e para o país”.⁵⁰² Em 2019, enfim, assinou-se o referido protocolo para a publicação do conjunto de sua obra – 320 anos após seu nascimento.

Apesar de só ter recebido seu título nobiliárquico mais elevado na fase final de sua vida, foi como marquês de Pombal que o célebre e polêmico ministro passou a ser referido indiscriminadamente na posteridade. Frei Joaquim de Santa Clara, monge beneditino e professor da Universidade de Coimbra que elaborou uma oração fúnebre para a celebração de suas exéquias, afirmou em maio de 1782, na Igreja de Nossa Senhora do Cardal, em Pombal (localidade a que se relaciona seu marquesado): “o marquês de Pombal morre. Mas não morrerá jamais a sua memória [...]; sua sepultura não poderá ter epitáfio nem mais permanente nem mais enérgico que o seu nome”.⁵⁰³

Cem anos depois, realizou-se a inauguração simbólica, no topo da avenida da Liberdade recém-aberta, de um monumento em sua homenagem – pedra fundamental de uma sua estátua, que ainda não passava de uma ideia polêmica.⁵⁰⁴ Em meio a cortejos cívicos, conferências, tumultos e artigos em jornais, o há muito falecido Pombal, não tendo ainda ganhado seu monumento, reganhou notoriedade: tornou-se, como dito, assunto candente, com as polêmicas que a celebração do primeiro centenário de sua morte despertou em Portugal, e também no Brasil. Ainda em 8 de maio, Rui Barbosa* declarou em discurso no teatro de Pedro II, no Rio de Janeiro: “faz hoje um século que a morte o

e Vernet (imagem 1)], que talvez no da Câmara de Lisboa não ficasse mal; já lá estive um outro que agora está no museu da cidade, mas aquele seu...” (*Discursos. Site CLEPUL*, 13/05/2019).

⁵⁰² *Diário de Leiria*, Leiria, 18/05/1999.

⁵⁰³ Cita-se a versão vinda a lume em *O Investigador Português em Inglaterra*, julho de 1817. Devido à apreciação elogiosa ao marquês, e crítica aos jesuítas, desagradou Roma. Ver: BRIGOLA, 1994. De acordo com o historiador (p. 524), “o texto, apesar de o autor presumidamente ter declarado não ser exatamente o mesmo que pronunciara na ocasião, circularia impresso ao longo de quase um século em cinco edições (1811, 1817, 1826, 1850 e 1871)”. Ver ainda: CASTELO BRANCO, 1882, p. 161-162; MILLER, 1983; e os artigos de Rivara n’*O Panorama*, 19,26/10/1839. A sugestão do título como resumo e índice biográfico; como referência facilmente identificável a uma memória imorredoura daquele que é muitas vezes referido como *o marquês*, faz-se bastante interessante ao pensar diferentes narrativas sobre sua vida e os percursos de sua sepultura. Para Michel de Certeau (2011 [1975], p. 102), “os nomes próprios já têm valor de citação. São imediatamente afiançáveis. Enquanto o romance deve, pouco a pouco, preencher os predicados do nome próprio que ele coloca no seu início (como Julien Sorel), a historiografia já o recebe preenchido (como Robespierre) e se contenta em operar um trabalho como uma linguagem referencial”.

⁵⁰⁴ Acerca da relação do monumento pré-inaugurado com a avenida recém-aberta (e ainda em obras), vale citar dois periódicos coetâneos: “far-se-á a inauguração do monumento ao marquês de Pombal, com a assistência d’el-rei. O local escolhido para esse monumento é no limite extremo dos terrenos por enquanto trabalhados para a avenida da Liberdade” (*O Ocidente*, Lisboa, 08/05/1882); “No dia 8, declarado por lei de grande gala, inauguração do monumento que será erguido por subscrição pública na rotunda da avenida da Liberdade à memória do marquês de Pombal [...], que é a mais despótica expressão que a autoridade jamais assumiu, posto assim em estátua no meio da avenida da Liberdade parece-me uma boa peça pregada ao nome do sítio” (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26/06/1882 [carta de Ramalho Ortigão, de 11/05/1882]). Mais tarde, R. Martins (1924, p. 235), em sua obra crítica ao marquês, recupera o trecho para criticar, de uma só vez, Pombal, o monumento e a República (muito pouco liberal, em seu ver). Ele se refere a Ortigão como “o revolucionário-crítico daquele tempo”.

tomou no regaço, para o entregar à história”, apontando a apoteose centenária como o “primeiro elo na cadeia de aclamações crescentes” para sua imortalização.⁵⁰⁵

Passada mais uma centúria, o calendário novamente incentivou uma série de debates. Dessa vez, os esforços partiram sobretudo de meios maçons, governamentais e acadêmicos, aproveitando-se a ocasião para justificar científica e financeiramente importantes eventos e publicações de teor historiográfico que se propunham a *revisitar* Pombal. Nesse ano, Francisco Falcon publicou no Brasil uma relevante obra acerca da época pombalina, dedicando espaço à reflexão sobre diferentes percepções quanto ao governo do marquês ao longo do tempo. Para o historiador, “Pombal, tomado no sentido tradicional de ministro a realizar sozinho uma tarefa hercúlea [...], não passa de um mito”. Contraposto ao *mito do liberalismo pombalino*, ele aponta um *mito da tirania pombalina*. À sua maneira interessado em colocar o marquês em lugar devido, ele assevera: “uma coisa é esse mito, outra, bem diversa, é a época”.⁵⁰⁶

Um pouco mais tarde, e realizando trabalho de teor e relevância muito diferentes, o também brasileiro Cláudio de Brito Reis fala de “duas correntes e grupos antagônicos e irreconciliáveis: antipombalistas ou pró-jesuítas x pombalistas ou antijesuítas”.⁵⁰⁷ Em seu livro nada imparcial (que revisita argumentos dos panegiristas de 1882,⁵⁰⁸ ecoando

⁵⁰⁵ BARBOSA, 1882, p. 75, 84.

⁵⁰⁶ FALCON, 1982, p. 219-223. Trabalho desenvolvido entre 1967 e 1975, apresentado em 1976 como tese para livre-docência na UFF, e publicado apenas em 1982, afirmando-se obra de referência.

⁵⁰⁷ Não deixa de ser interessante recordar os termos em que Martins coloca a questão em 1923, ao afirmar que, ao se falar do marquês, “há sempre duas correntes em combate: a jacobina e a reacionária, com as suas diversas expressões. Uns dizem que ele era um liberal; os outros parecem querer dar-lhes razão quando pleiteiam” (grifos meus). Em seu discurso na cerimônia de 2019, por sua vez, Franco parece embaralhar referências, ao afirmar: “há décadas atrás, o historiador Marc Bloch, e no meio da grande nebulosa que paira sobre o marquês de Pombal, que constitui o marquês de Pombal e a sua ação um dos grandes calcanhares de Aquiles da história portuguesa; da historiografia portuguesa, precisamente pela história partidária que entretanto se desenvolveu em torno do marquês de Pombal; pelos grupos filopombalistas e antipombalistas, que lançaram mais obscuridade e nevoeiros sobre a sua figura do que esclarecimento iluminado. E Marc Bloch escrevia; desafiava há décadas atrás os estudiosos de Pombal com esta pergunta, dizendo, perguntando assim: “pombalistas e antipombalistas, digei-me, afinal, quem foi Pombal!” (*Discursos. Site CLEPUL*, 13/05/2019). A mesma exclamação é por ele atribuída ao historiador francês em FRANCO, 2009, p. 285 (“em virtude destas apreciações tão contrastantes se compreende o pedido quase angustiado do historiador Marc Bloch aos historiadores portugueses: “Pombalistas, antipombalistas, digei-nos tão-somente quem foi Pombal”) – tendo como referência a obra *Pombal Revisitado* (SANTOS, 1984), em que, supostamente, “este apelo foi registado por Joel Serrão”. Posteriormente (FRANCO & RITA, 2015 [2004], s./p.), curiosamente se atribui (por duas vezes) o “pedido quase angustiado” a Ernst Bloch. Na obra apontada como referência do alegado registro em todos os casos, encontra-se, de fato, uma expressão parecida. Trata-se, contudo, de uma paráfrase explícita a uma exclamação de Marc Bloch (que discorre sobre Robespierre), que Joel Serrão (1984, p. 353) desenvolve em seu interessante texto sobre o marquês. As palavras originais de Marc Bloch (2001 [1949], p. 126) são: “Robespierristas, anti-robepierristas, nós vos imploramos: por piedade, digei-nos simplesmente quem foi Robespierre”.

⁵⁰⁸ Diz o autor, que ainda destaca o fato de ter nascido na vila de Pombal, na Bahia, como identificação com o ministro sobre o qual se debruça: “ao ler o melhor trabalho até hoje publicado sobre o marquês de

chaves explicativas do debate político português oitocentista), ele propõe, contudo, “dar a verdadeira explicação, baseada em notas e provas autênticas” do governo do marquês, “há dois séculos injustamente caluniado e difamado”. Segundo Reis,

há sempre duas histórias: a real, baseada nos fatos, e a inventada, baseada na imaginação e na compilação; pois, de acordo com a lei do menor esforço, é mais fácil e cômodo repetir do que pesquisar. O rancor jesuítico e a estupidez aristocrática inculcaram à posteridade que o marquês de Pombal foi um déspota sanguinário e cruel! Contra essa aleivosia foi que me propus a pesquisar os fatos a fim de me certificar, livremente, da realidade sobre os acontecimentos históricos. A farta prova carreada para o bojo deste livro vem comprovar o seu objetivo: restaurar as imagens da verdade – doa a quem doer – fira a quem ferir.

Como se não bastasse, o autor avança uma comparação desmedida – elucidativa, contudo, quanto às “imagens da verdade” que ele, como outros, reclama para seu próprio trabalho de interpretação do passado:

em *J'accuse*, Zola [1898] deixou para a posteridade sua mensagem fatal: “Disse em outra parte e repito aqui: quando se sepulta a verdade numa cova, ela vai se acumulando, chega a tomar uma tal força de explosão que, no dia em que explode, faz voar tudo em torno de si”. Esse caso se ajusta como uma luva à verdade histórica sobre o marquês de Pombal, *mutatis mutandis*.⁵⁰⁹

É recorrente a oposição entre mito/lenda/memória e realidade/verdade/história, aqui referida a partir de discursos acerca da figura do marquês. Zília Osório de Castro, em prefácio a um livro de Franco sobre *o mito do marquês de Pombal*, afirma que há uma grande distinção entre a história/o historiador e o mito/o construtor de mitos; “o mito traduz um modo de pensar (ou de agir) tendencialmente dogmático”, sendo mobilizado como arma de intervenção ideológica por seu construtor. Já o historiador é guiado pela “preocupação cognitiva do passado”. Não sendo história, o mito situa-se, contudo, “na longa duração da história”, afirmando-se como um fenômeno histórico – emergindo em um tempo e em um lugar determinados, sendo possível contextualizá-lo, criticá-lo e interpretá-lo “como uma factualidade entre outras que concorrem no devir humano”.⁵¹⁰

Heloísa Paulo, por sua vez, refletindo sobre o trabalho do historiador diante da memória oficial ou oficiosa dos *grandes vultos da história*, ressalta que o esforço por desmistificar suas figuras demanda uma série de cuidados, se o que se objetiva é contribuir para a melhor compreensão acerca do passado, e também do presente. Tal trabalho de desmontagem/releitura

Pombal: obra comemorativa do centenário de sua morte, passei a tributar justa dedicação a essa figura histórica”. Trata-se de coletânea organizada no centenário de 1882 (GUABABARENSE, 1885 [1882]).

⁵⁰⁹ REIS, 1987.

⁵¹⁰ CASTRO, 2015 [2004], p. 8-10.

pode ser equiparado ao de quem “quebra” uma valiosa peça de cristal na tentativa de analisar a sua composição e porquê de sua forma. Ao desfazer a obra já feita, todo o cuidado é pouco, tanto no sentido de não perder a noção do que ela representa, como o de não a reconstituir de forma inversa, oferecendo argumentos para aqueles que combatem [tal memória mitificada].⁵¹¹

Para José Carlos Reis, o historiador “pulveriza, dissolve, desintegra em durações múltiplas a sua verdade, buscada no tempo, e não fora dele”. Nesse sentido,

a história revela aos homens, às instituições, aos outros saberes e a si mesma suas respectivas mudanças; as diferentes verdades absolutas a que estiveram vinculados ao longo do tempo. Como conhecimento da mudança, explica todos a eles mesmos; dá sucessividade, historicidade, lugar e época, nomes, datas aos saberes. Desintegra sua ambição de verdade universal, global, total, absoluta, final. Mostra o transcurso.⁵¹²

Ao longo destes capítulos, perscrutam-se diferentes usos do passado pombalino no debate público – considerando (de um modo que se aspira não redutoramente prescritivo)⁵¹³ mitos, narrativas que se pretendem historiograficamente acreditadas e suas imbricações. Interessa-se menos por acusar inverdades e parcialidades, e mais por atentar àquilo que tais usos, entre correções supostas e deformações manifestas, representam e informam aos investigadores atuais – que devem se manter críticos e atentos à diversidade de manifestações acerca desse passado (ausente *re-apresentado*). Como demonstram alguns dos exemplos selecionados e aqui reunidos, discursos que mobilizam versões mais ou menos distorcidas (e sempre intencionadas) do marquês continuam se atualizando ao longo do tempo, prestando-se a desígnios diversos; relacionando-se a saberes mais

⁵¹¹ PAULO, 2010, p. 169-175.

⁵¹² REIS, 2010, p. 25. O historiador (p. 17-24) recorda que “a história surgiu e continuou se legitimando como luta contra fábulas, lendas, mitos, falsos testemunhos. O seu esforço é o de representar adequadamente o real [...]; é o conhecimento cientificamente conduzido do passado humano – isso é, problematizante, comunicável, técnico, documentado”. Mas se trata de uma conceituação localizada e do presente; não foi sempre assim, para algumas pessoas não é assim e tal entendimento pode deixar de ser validado. “A identidade do conhecimento histórico dependeu e depende, pois, das alianças que a disciplina estabeleceu ao longo dos séculos” – com poderes estabelecidos e com os conhecimentos que buscavam se afirmar. Sobre a questão da história com a verdade (histórica); da relação das versões dos historiadores com o passado (ausente) e seus *restos/vestígios*, ver: DE CERTEAU, 2016 [1983]; 2016 [1973] – além do aqui muito referido RICOEUR, 2018 [2000], pt. II, o já clássico SCHAFF, 2000 [1970] e o mais recentemente LISBOA, 2018, p. 19-49 (para o historiador, “a história que conta, ou é problemática, ou não conta”).

⁵¹³ Nesse sentido, aponta-se a influência das observações de Stephen Bann (1994 [1990], p. 13-25), ao refletir criticamente sobre a ideia de *tradições inventadas* (na interessante coletânea organizada por Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2015 [1983], introdução), entende-se tradição como trabalho visando a fazer parecer natural um passado recomposto). Em *invenções da história*, Bann questiona a ideia de *invenção das tradições* enquanto falsificação da história: “não estou completamente feliz com a implicação [...] de que ‘a história representa a *ultima ratio* que irá desmistificar as extravagantes invenções da ‘tradição’. Foi destacado por Hegel que o sentido dual da história, tanto como *res gestae* quanto como o relato escrito destes eventos, escondia a importante verdade de que a história, realmente, só veio a existir quando houve uma possibilidade de escrevê-la”. Sua noção de invenção é menos prescritiva; ele se interessa pelos procedimentos de validação do *fazer* da história – das relações dos homens com o passado. Ver ainda, nesse sentido: MONTERO, 1995b.

difundidos sobre a história do período pombalino e a discursos de políticos e de outros atores públicos – incluindo, entre esses, historiadores.

No que diz respeito às ideias de *mito* referidas, parte-se, aqui (com os cuidados e interesses aludidos), de uma perspectiva próxima à de Raul Girardet, para quem

o mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. [...] Exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização.⁵¹⁴

Voluntária ou involuntariamente (ignorando-se, invalidando-se, correspondendo-se e/ou se respondendo), releituras diversas sobre o período pombalino se contrapõem, sobrepõem e imbricam. Entre permanências, mudanças e retornos, acumulam-se camadas de narrativas e sentidos sobre esse *outro* pretérito/ausente, continuamente evocado, revisitado, *re-apresentado* e reinterpretado. Dentre tais versões reatualizadas sobre o marquês (algumas das quais desonestas e/ou inverossímeis), há, como visto, uma série de mitos mais ou menos recorrentes e eloquentes – relacionados a usos intencionados desse passado no presente. Nessas releituras, a recusa de leituras anteriores e/ou opostas se dá muitas vezes mobilizando, para as invalidar, argumentos de teor acadêmico/científico – usos supostamente isentos e autorizados do passado. O que traz à tona as distinções e articulações entre um *passado histórico/disciplinar*, relacionado à validação da história enquanto um saber de tipo científico publicamente reconhecido, e um *passado prático*, relacionado aos usos difusos do passado e às demandas da memória.⁵¹⁵

Franco, por exemplo, defendendo sua iniciativa, opõe-se, inclusive, ao conjunto da produção acadêmica corrente, ao asseverar de modo amplo que, “nesses 300 anos, muito se publicou sobre o marquês de Pombal. Mas [...] *nunca indo às fontes*”.⁵¹⁶ Juízo assertivo, e descabido do historiador sobre seus pares, desqualificando uma série de trabalhos historiográficos de relevo.⁵¹⁷ De todo modo, tal espécie de esgrima com fontes

⁵¹⁴ GIRARDET, 1987 [1986], p. 13.

⁵¹⁵ WHYTE, 2018 [2010]; TURIN, 2018.

⁵¹⁶ Segundo sua acusação (indicando, com uma metáfora pobre, que a parte difícil e séria do trabalho dos historiadores se resume a essa fase da investigação), “fazemos muitos ensaios, comentários etc.”, mas sempre sobre “comida requentada, isso é: nunca indo às fontes, que é o nosso problema [...]. Todo trabalho árduo, de publicar as fontes, é difícil que as instituições compreendam a importância de financiar esse tipo de projeto [...]. Só há renovação do conhecimento historiográfico, cultural etc. quando se faz o regresso às fontes. Isso é: recuperar as fontes que estão soterradas dos arquivos e oferecê-las de forma anotada, de forma acessível a todos” (*Discursos. Site CLEPUL*, 13/05/2019. Grifos meus).

⁵¹⁷ Se o próprio Franco publicou trabalhos críticos a Pombal e mais afins aos jesuítas (ver bibliografia), a que se reconhece valor, a historiografia acadêmica acerca do governo do marquês e de sua vida é volumosa. Franco, além do trabalho do jesuíta Antônio Lopes (mais um guia de fontes, com o sugestivo título *Enigma*

não é de todo recente em trabalhos de teor histórico – particularmente no que diz respeito a um passado polêmico, diante do qual os intervenientes continuamente buscam se legitimar e deslegitimar seus opositores, valendo-se das ideias de imparcialidade, documentação e rigor investigativo. Como curioso exemplo, retomam-se (em um desvio ilustrativo) algumas das obras relacionadas ao centenário fúnebre pombalino;⁵¹⁸ ocasião em que “aparam-se as primeiras penas do país para escrever memórias acerca do grande estadista [...], objeto de vivas contradições entre os seus panegiristas e adversários”.⁵¹⁹

Castelo Branco, demarcando-se das parcialidades do debate coetâneo e opondo-se sobretudo a um Pombal adulterado “às condições fabulosas do mito” pelos panegiristas de 1882, escreve: “lhes bato com a história”; afirmando apresentar a *verdade* a partir de “fatos, com os documentos na mão”. Seu livro, no entanto, é uma espécie de libelo contra a exaltação do marquês, nele retratado invertidamente, e também de *perfil*.⁵²⁰ Como Camilo, Samodães busca desautorizar a leitura do passado pombalino pelos iniciadores dos festejos, mobilizando fontes históricas, apreciadas “reta e imparcialmente”. Contudo, subordina sua própria leitura ao empenho por “acatar as instituições da Igreja católica e escutar atentamente as decisões do pontífice romano”, de que resulta sua antipatia por

Pombal, de 2002), cita em seu discurso o trabalho de Maxwell (2015 [1995]) – também mobilizado para justificar a publicação proposta. Para apontar aqui apenas dois historiadores portugueses relativamente mais recentes e conhecidos, ver: Monteiro (2008; 2013), que dialoga criticamente com Maxwell, e Tavares (2018), que em 2019 recebeu o prêmio Lusitânia da APH. Ambos, como Maxwell, Franco e tantos mais, fazem pesquisa; vão “às fontes” (se é de fato esse o critério em questão) e ainda publicam seus estudos em suportes com grande divulgação – muitas vezes com avaliação dos pares. A noção bastante restrita/limitada de fontes mobilizada por Franco (escritos do passado depositados em arquivos) deve ser contraposta à ideia mais precisa e abrangente de documento. Para Ricoeur (2018 [2000], p. 188-189), muito influenciado por Marc Bloch (2001 [1949]), “se um papel de prova pode ser atribuído aos documentos consultados, é porque o historiador vem aos arquivos com perguntas [...]. Os documentos só falam quando lhes pedem que verifiquem, isso é, tornem verdadeira tal hipótese [...]. Nada, enquanto tal, é documento, mesmo que todo resíduo do passado seja potencialmente rastro. Para o historiador, o documento não está simplesmente dado, como a ideia de rastro deixado poderia sugerir. Ele é procurado e encontrado. Bem mais que isso, ele é circunscrito e nesse sentido constituído, instituído documento pelo questionamento. Para o historiador, tudo pode tornar-se documento [...]; tudo o que pode ser interrogado por um historiador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado”. Tal questão é retomada a seguir neste capítulo.

⁵¹⁸ Além do acima mencionado Brito Reis (1987), que no caricato trecho citado, em que se diz contrário à “lei do menor esforço” que caracterizaria grande parte da produção de teor histórico sobre o marquês, afirma: “a farta prova carregada para o bojo deste livro vem comprovar o seu objetivo: restaurar as imagens da verdade – doa a quem doer – fira a quem ferir”.

⁵¹⁹ SAMODÃES, 1882, proêmio.

⁵²⁰ Ver o capítulo IV desta tese. Franco e Anabela Rita (2015 [2004]) apresentam a obra sob a rubrica “a desmistificação camiliana de Pombal”, apontando-a como iniciativa com “o objetivo claro de desmistificar a fantasmagoria delirante dos jesuítas e mitificante do ministro [...] por liberais, pedreiros livres, republicanos e socialistas”. Mas não se deixa de reconhecer que o polemista “acaba por tecer uma espécie de lenda negra de Pombal”. Esforço, no fim das contas, por substituir uma deformação por outra. O mais interessante da leitura proposta sobre a obra é a indicação (por Rita) da “voz de Camilo, que modalizará de forma reconhecível esse marquês negro, contramito em discurso tão escamoteadamente ficcionalizador: o histórico”, apontado que ele “opta pelo perfil, a pose histórica e oficial”, mobilizando provas para convencer seus leitores – empolgados pelos festejos.

Pombal.⁵²¹ Segundo o conde, que diz não contestar a magnitude de tal vulto histórico, mas sim se opor a elogios e críticas desmerecidos (resguardando sua feição católica),

hoje ergue-se do sepulcro o seu vulto para ser estampado no pendão de uma escola e essa, embora triunfante e poderosa, não é aquela que se torna mais simpática e cujas doutrinas resistam melhor a um exame racional, severo e imparcial. [...] Infelizmente, o que vai aparecer com toda a evidência são os atos mais censuráveis da sua administração e que mais deviam conturbar a sua consciência. Sem embargo deles, o marquês de Pombal não pode ser modelo dos que querem acabar com a religião católica neste país. Apresentando-o como um ímpio, perdem o seu tempo; o marquês de Pombal não era livre-pensador nem o seria hoje, quando fosse vivo. O seu espírito era em demasia esclarecido para admitir efeitos sem causa e desvairar-se nos absurdos que hoje fazem carreira, escudados em ciência balofa ou ignorância pretenciosa. Não se calunie quem há cem anos está entregue aos eternos e impenetráveis destinos. Apreciemo-lo, apenas, meditando nos documentos que ele nos legara. Não amesquinhemos a sua lembrança, mas também não louvemos aquilo que a razão nos dita que fora mal, injusto e nocivo.⁵²²

Francisco Lobo Correia de Barros, por sua vez, em obra em que diz apresentar “fatos – fatos que ninguém pode desmentir à face da história”, atribui, como os anteriores, à maçonaria e aos republicanos a elaboração e a divulgação de uma versão enganadora acerca do ministro. Justificando a validade de seu texto combativo, também se vale da relação entre fontes e estudo para desvelar a verdade – que entende ter sido posta em causa pelos elogios a Pombal. Entretanto, ao se referir ao conjunto de seus atos, todos eles “desumanitários, despóticos e repugnantes”, não enxergando senão “laivos sinistros de ignominia e opróbrio [...]”; o instinto bestial da fera, o orgulho vil, a ambição sem limites”, o autor expõe suas próprias paixões e parcialidades. Ainda assim, é com as seguintes palavras que ele apresenta sua contribuição ao debate em aberto:

⁵²¹ “Sou católico, confesso a doutrina que ensina a Igreja, reconheço como mestre e infalível doutor dessa doutrina o sucessor de S. Pedro, o chefe supremo da cristandade. Conjuntamente com essa crença sincera e profunda, amo a liberdade, aborreço o despotismo e detesto os atos arbitrários, a vingança, o ódio, a opressão. Se por esses meios, que a moral enjeita, algum bem se faz, reconhece-se esse benefício, mas não se justificam aqueles [...]. Não sou adverso à sua memória [Pombal], mas francamente confesso que ela me não é simpática, nem pode sê-lo a quem está plenamente convencido da verdade da religião cristã, julga dever acatar as instituições da Igreja católica e escutar atentamente as decisões do pontífice romano e ao mesmo tempo professa inteira estima pelos princípios liberais, mas esses puros, isentos de sofisma, rigorosamente cumpridos, e não como eles têm sido praticados entre nós desde que se supõe que eles regem o governo do Estado” (SAMODÃES, 1882, proêmio). Ver o capítulo IV desta tese.

⁵²² SAMODÃES, 1882, proêmio. Se Rita e Franco falam de uma desmistificação camiliana, Paulo A. L. Parente (2010) afirma que “o conde de Samodães busca um paralelo ao vulto do marquês e acrescenta uma perspectiva crítica às qualidades até então consensuais [...]”. O percurso indicado pelo conde de Samodães é o da história, o que acarreta na desconstrução da memória pombalina e do vulto do marquês de Pombal”. Em um e outro casos, dá-se a entender que o exercício de se contrapor a uma visão exagerada (enquanto manipulação do mito ou da memória) basta como restabelecimento da história (enquanto verdade) – e não se avança nas motivações e nas distorções dos próprios críticos. Quanto a uma crítica de feição filo-republicana e liberal aos panegiristas do marquês, ver a conclusão desta tese, que aborda os textos publicados na altura por Ramalho Ortigão – insiste-se: um ponto de vista peculiar (e parcial), que deve, como os demais, ser contextualizado e que, neste trabalho, indicia um dos usos do passado pombalino.

*tenho sobre a minha secretária um montão de livros, alguns deles inéditos, e bem assim documentos manuscritos de suma importância – relíquias de família que têm passado de mão em mão como um penhor sagrado, que desenvolvem segredos misteriosos – e que, graças aos meus esforços e [aos] de amigos, pude colecionar. Sem eles, certamente não me seria dado preencher, com tanta retidão e imparcialidade como desejo, o fim que empreendi. Li e reli tudo com a maior atenção, para evitar um erro – erro que não raras vezes se comete – de atribuir ao imortal personagem um feito de que não fosse autor, direto ou indireto. Consultei todos ou quase todos os biógrafos e historiadores: comparei-os de perto e com escrúpulo. Não raras vezes, o que me não admira, se contradizem uns aos outros. Uma vez, as paixões partidárias; outras, a falta de elementos tão exatos e minuciosos quanto é preciso para decidir acertadamente e com imparcialidade em casos tão graves, terão sido sem dúvida a causa dessa desarmonia. Contudo, a verdade, muitas vezes oculta por densos véus, creio não ter podido furtar-se ao meu olhar perscrutador de analista consciencioso. [...] Reto e firme, como o soldado que pugna pelo direito e pela justiça, disputando palmo a palmo o terreno, enquanto se lhe não esvai o último lampejo da vida, assim eu, custe o que custar, arrancarei das páginas da história, para atirar ao estendal da publicidade, mas desamparada de mistérios, a vida de Sebastião José de Carvalho e Melo [...]. Pode o leitor estar seguro de que vai ler [...] a verdade nua, singela e sem atavios.*⁵²³

Já José de Palmela, um português engajado nos festejos do centenário no Brasil, além de destacar o grande sucesso de sua obra, elogiosa sobre o marquês (já em quarta edição em 1883), aponta ter com seu livro despertado “algumas dezenas de iras tolas e aparvalhadas”. Afirmando-se, enquanto estudioso, autorizado a mobilizar o passado e escrever a seu respeito, distancia-se dos seus opositores;

uns empertigados lunáticos, que nunca estudaram o que foi o marquês de Pombal, nem podem estudar, porque dá-lhes trabalho, e isso é tarefa de mau gosto para quem deseja sempre apresentar-se com o seu brilhante diploma de bacharel pela academia da ociosidade.⁵²⁴

O referido Manuel Emídio Garcia, por fim, reivindica a autoridade de seu discurso sobre o passado (enquanto professor, investigador e positivista) no esforço para confirmar uma imagem a um tempo mítica e verdadeira de Pombal: “abone a história imparcial a verdade que o paradoxo esconde [...]; que a realidade histórica do grande Sebastião José de Carvalho e Melo corresponde à poesia da legenda, provam-no muitos documentos, cuja autenticidade não pode ser contestada”.⁵²⁵ Diferentes perspectivas e posicionamentos

⁵²³ BARROS, 1882, 114-116, 106, prefácio. Grifos meus. O trecho final (p. 114-116), em que se acusa a maçonaria de ser a “iniciadora da festa”, enganando estudantes e o povo (concluindo com “povo pensa! Povo escuta”), foi publicado como artigo de fundo no jornal católico *A Palavra* (Porto, 12/05/1882). Se a autoria do colaborador frequente não foi identificada “por inadvertência”, logo após se fez questão de referir a obra, anunciando-a e recomendando-a – “vende-se em todas as livrarias de Lisboa e Porto”.

⁵²⁴ PALMELA, 1883 [1881], notas à 4ª edição. O título que ele dá a seu livro é, por si, outro testemunho no sentido de um uso intencionado e que se propõe autorizado (por fontes) do passado: *Estudo biográfico sobre a vida do primeiro gênio político de Portugal, adornado de um novo retrato, algumas notas críticas e muitos documentos interessantes, que muito honram a memória do imortal avô do duque de Saldanha*.

⁵²⁵ GARCIA, 1869.

acerca do polêmico ministro; semelhante estratégia argumentativa, visando a validar e desqualificar (com fontes e imparcialidade e autoridade alegadas) trabalhos de terceiros.

Quanto a Franco, mesmo que pontue esforços parciais e insuficientes relacionados às mobilizações nas comemorações pombalinas de 1882 e 1982, ele assevera que, se ainda resta uma importante lacuna a preencher, a publicação da obra completa do marquês possibilitaria, enfim, a “renovação da memória histórica”⁵²⁶ e dos estudos” sobre o período – *esvaziando mitos e deixando emergir a história*.⁵²⁷ A cerimônia que formalizou e divulgou o projeto, no entanto, pode ser entendida como um contraponto a sua própria justificativa acadêmica – e ao simplismo que se nota na mobilização da referida dicotomia mito/lenda x história/fontes.⁵²⁸ Os oradores, afinal, incluem em seus discursos senso comum, argumentação anacrônica, lembranças individuais, analogias, hipérboles e personalismos comemorativistas; conferem-lhes, assim, teor *mitológico* para validar a iniciativa acadêmica (a cujos méritos se associam em termos pessoais ou institucionais).

Tal empreitada, além disso, é apontada como homenagem extraordinária a um grande homem do passado; a um célebre defunto em quem se procuram sentidos e mais-valias para o presente.⁵²⁹ Busca-se, portanto, afirmar uma imagem consensual e positiva do marquês – ressaltando seus méritos, e desconsiderando trabalhos mais críticos e

⁵²⁶ A expressão se remete à oposição *memória coletiva* x *memória histórica*, apresentada por Maurice Halbwachs (2013 [1950]) e mais tarde retomada por Pierre Nora (1993 [1984]), que, em trabalho bastante influente no meio historiográfico, contrapõe *memória* e *história*. Seguindo Marie-Claire Lavabre (1994, p. 487), pode-se, de modo geral, apontar *memória histórica* como uma *memória* que toma emprestados da *história* (crítica, erudita ou acadêmica) elementos de sua narrativa.

⁵²⁷ FRANCO et al, 2018, p. 3-4

⁵²⁸ Acerca das questões relativas às fontes históricas, é interessante a referência ao clássico verbete de Jacques Le Goff (2016 [1977-1982], p. 495-497), que fala de desmistificar as próprias fontes: “o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. [...] Qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção”.

⁵²⁹ Notas sobre a cerimônia foram divulgadas pelas instituições, destacando seu engajamento. Alguns dos textos indiciam como se relacionam com a figura histórica do marquês e com o projeto. Haja vista o caso da Câmara de Sernancelhe: “Concelho vai participar num dos maiores projetos de investigação histórica em Portugal – Uma equipa de investigadores garante que o marquês [...] nasceu em Sernancelhe em 13 de maio de 1669. A descoberta é uma das muitas confirmações que o projeto de investigação ‘Pombal Global’ dará a conhecer ao País”. Na página do *Facebook* da CML, um *post* do dia 13/05/2019 divulga o projeto, com chamariz de uma curiosidade a enfim poder ser sanada: “Gostava de saber mais sobre a personalidade do Marquês de Pombal, a vida e obra e o papel que assumiu na reconstrução de Lisboa após o terramoto? Será possível graças ao projeto POMBAL GLOBAL – ‘Obra Completa Pombalina’ lançado, hoje, 13 de maio”. Na página do *Facebook* da FMP, um *post* do dia 11/05/2019 anuncia a cerimônia nos termos “No dia em que Fundação Marquês de Pombal celebra o 27º Aniversário e o nascimento de Sebastião de Carvalho e Melo, também conde de Oeiras, há mais motivos para festejar!”

posicionamentos adversos. As polêmicas, ou melhor, críticas de toda espécie não são consideradas e rebatidas com argumentos históricos, mas remetidas ao inaceitável (“não parece razoável”, dado “seu importantíssimo papel na política portuguesa, europeia e mundial”), aos esquecimentos (“teve muitos detratores; muitos detratores no seu tempo, e ninguém se lembra do nome deles”), ou ao esvaziamento, dadas supostas conciliações metafóricas (“está feita a reconciliação em termos de Távoras e Pombal”).⁵³⁰

Mesmo Franco, em cuja volumosa obra se nota um esforço recorrente e coerente por *desmistificar* certa visão positiva, e de fato inconsistente do marquês, mostra-se não só apaziguador, mas também extremamente elogioso. Além de anacronicamente sugerir que Pombal, por reconhecer a importância “da história e da memória histórica para a construção e a consolidação da identidade dos povos”, teria “muito a nos dizer hoje”,⁵³¹ busca se valer do apelo do local e da data em que a cerimônia se realiza (sem atraso ou acaso, segundo o discurso de Medina). Ele afirma, assim, que a empreitada científico-editorial celebrada (histórica e história ela mesma) seria, mais que uma demanda historiográfica, a melhor homenagem a Pombal – talvez remetendo o trabalho de *esvaziar o mito e deixar emergir a história* aos momentos seguintes à ritual oficialização do projeto. Na cerimônia, enfim, convêm apenas homenagens, encômio e consenso (sem críticas incômodas, portanto); discursos de confraternização com os orgulhosos e interessados mecenas – registrados e divulgados na imprensa.

Em 1923, Rocha Martins se refere em outros termos à mesma igreja e ao mesmo dia do ano escolhidos para a cerimônia de 2019. Aludindo (também ele) a fontes, estudos e provas, e reagindo a elogios que julga desmedidos, o jornalista-historiador questiona com vigor e sarcasmo o “sítio de horrores para onde a República os lançou [os ossos do marquês], julgando honrá-los”. Reiterando sua intenção crítica (e nada imparcial), afirma o tipo de deslocamento que, em contrapartida, propõe: “não me pronuncio sobre o sítio

⁵³⁰ *Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019.

⁵³¹ O historiador se remete à reforma da Universidade, em que ele “implantou, em todas as disciplinas [...] a história dessa mesma disciplina [...], para a partir dessa tradição, desse conhecimento adquirido então podermos inovar. [...] Não só teve como fator importante de renovação a criação de laboratórios científicos, de métodos inovadores, mas também a implantação de forma obrigatória da disciplina da história [...]. Essa reforma do marquês de Pombal tem muito a nos dizer hoje em dia. [...] Ao levarmos a cabo esse projeto estamos a fazer jus àquele que é também o ideário do iluminismo: a recuperação e a valorização da nossa memória histórica” (*Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019). Acerca da relação da ilustração com a história: FALCON, 1982, p. 125-127. Sobre a historiografia portuguesa na época *pombalina* (pondo em questão a ideia de história na reforma): TORGAL, 1998 [1996], p. 23-27. Se na Universidade reformada os conteúdos históricos apareciam como alicerces propedêuticos, a autonomização do ensino superior da História no país se deu apenas em 1861, com o Curso Superior de Letras. Ver: COUVANEIRO, 2012, p. 21-33.

onde vai repousar”, mas “apenas o quero no seu lugar [...]. Na história é que o não quero sob a legenda falsa de que o rodearam”.⁵³² António Maria da Silva, por sua parte (ao defender o traslado planejado pelo governo e ainda reagir a certas críticas, que então se fizeram ler e ouvir, às homenagens a Pombal), pretende-se uma espécie de paladino da “memória de um homem ilustre do nosso país, que ninguém poderá desarrancar da história pátria”.⁵³³

Acerca de usos desse passado na cerimônia de 2019,⁵³⁴ deve-se questionar, ademais, a forma como se aborda a edição de textos pombalinos.⁵³⁵ Diz-se, pois, tratar-se tanto da única resposta possível, quanto de uma resposta suficiente ao desafio de compreender Pombal.⁵³⁶ Isaltino Moraes, entretanto, ao refletir sobre memória, fontes e história, indicia como a questão é menos simples do que sugere a ideia de que a edição e a divulgação de tal *corpus* fariam “emergir” a história, esvaziando mitos. A tais fatores, ele inclui a interpretação/subjetividade, finalizando de forma inconclusiva e atabalhoada:

por vezes há quem tente reescrever a história. Também não há nenhum problema, desde que essa revisão da história não seja fundada em questões de natureza subjetiva ou, pior ainda, em questões ideológicas. Se o problema é a análise da fonte, e não se adultera a fonte, ou não se contraria a fonte. Porque alguma subjetividade e alguma ideologia há sempre, porque os investigadores não são neutros. Mas desde que se respeitem as fontes, é fundamental.⁵³⁷

⁵³² *Fantoches*, Lisboa, 12/05/1923.

⁵³³ *Diário do Senado*, 15/05/1923.

⁵³⁴ Recorda-se que, para Fernando Nicolazzi (2010, p. 236), “o passado não chega ao presente apenas na expressão de uma herança legada. Ele é igualmente constituído enquanto tal *a posteriori*. [...] Na história e para os historiadores, é o presente quem fala do passado”.

⁵³⁵ Se é descabida a acusação de que em 300 anos *não se foi às fontes*, também o é a presunção de que isso só seria possível com o referido projeto – de que se espera um instrumento valioso, mas não imprescindível. Os historiadores frequentam, há muito, arquivos e bibliotecas onde se depositam originais como aqueles que a empreitada visa a transcrever, reunir e publicar, de modo a lhes facilitar o acesso e apresentá-los criticamente. A pretensão totalizante, de resto, não condiz com o (sempre provisório) saber historiográfico.

⁵³⁶ Como se transcrever e publicar documentos fosse tanto a única forma de os historiadores os acessarem, quanto realização suficiente de seu trabalho. Ao abordar os cuidados do historiador em seu esforço por desmontar mitos, Paulo (2010, p. 169-175) destaca a importância de visitar arquivos conhecidos e descobrir desconhecidos, abrindo espaços para novos personagens e dados, “esquecidos na documentação”. Ressalva, contudo, que o trabalho do historiador não se encerra nessa busca: “a procura e [o] acesso a um novo universo documental não traduz[em] de imediato uma nova versão dos factos que possa ser considerada mais real do que as já existentes. O simples fato de existir[em] novos documentos não significa novas versões, ou ainda, o ‘desvendar’ de alguns problemas [...]. O recorte e [a] seleção documental [...] continua[m] contribuindo para a manutenção de mitos e heróis e a justificar posicionamentos políticos e cultos de personalidade”. Ver ainda, a tal respeito: RICOEUR, 2018 [2000], pt. II.

⁵³⁷ *Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019. François Dosse (2010, p. 23-27) destaca, como também o faz Ricoeur (que se remete à obra de de Certeau referida a seguir), que a interpretação (e a subjetividade, pode-se acrescentar) desdobra-se ao longo de todas as fases do trabalho historiográfico. A transformação de testemunhos em documentos, passando-os pela crítica, já representa uma escolha do historiador diante dos vestígios do passado – que não explicam por si mesmos. Na tentativa de explicação/compreensão, “o historiador aprofunda então a autonomia de seus passos em relação à memória perguntando-se ‘por quê?’, mobilizando os diversos esquemas de inteligibilidade a sua disposição. Ele desconstrói a massa documentária para dispô-la em séries coerentes de significantes [...]. Ele modaliza na medida do possível

II.III Operação historiográfica

Nas oportunas palavras de Michel de Certeau,

uma reflexão sobre a história é pertinente quando a prática histórica torna-se o lugar de um questionamento; caso contrário, teríamos uma problemática do tipo ideológico, uma forma de sonho desvinculado das questões que, efetivamente, se formulam no decorrer de um procedimento científico na área da história [...]. O destino do trabalho [de investigação e escrita] está, necessariamente, associado aos lugares de sua partida.⁵³⁸

Ainda de acordo com o instigante historiador, “quando a história leva em consideração o ‘fazer’ (‘fazer história’), encontra ao mesmo tempo seu enraizamento na ação que ‘faz história’”.⁵³⁹ Considerando, ademais, que não se pode separar o discurso de sua produção, o trabalho dos historiadores deve ser entendido, para de Certeau, como uma espécie de fabrico (um *fazer*), balizado por “um conjunto de regras que permitam ‘controlar’ operações destinadas à produção de objetos determinados”: a *operação historiográfica* – prática específica de construção de uma narrativa controlada, vinculada tanto a um *lugar* social/institucional/de enunciação quanto a uma técnica de saber (uma disciplina).⁵⁴⁰

Em questão, procedimentos práticos e críticos institucionalmente reconhecidos, de que faz parte o gesto de separar e reunir vestígios do passado, transformando-os em documentos; primeira etapa da *operação* – que não se resume, contudo, a ela.⁵⁴¹ Ao

para testar seus instrumentos interpretativos” – expressando-a/representando-a, enfim, em seu texto. Ver ainda a reflexão bibliográfica sobre o *eu do historiador* em: LORIGA, 2012.

⁵³⁸ DE CERTEAU, 2016 [1970], p. 163.

⁵³⁹ DE CERTEAU, 2011 [1975], p. 19. O historiador jesuíta emprega, ao longo da obra, as expressões “*faire de l’histoire*” e “*faire l’histoire*”. Le Goff e Pierre Nora (1995 [1974], p. 11-15) dirigiram uma obra coletiva apresentada como ilustração e promoção de um novo tipo de história, a partir da “tomada de consciência, pelos historiadores, do relativismo de sua ciência [...] [de] sua sujeição às suas condições de produção”, resultando em um interesse cada vez maior pela reflexão acerca da história que se produzia e do sujeito que o fazia – o historiador. Trata-se de *Faire de l’histoire*, com título tomado emprestado de de Certeau, cuja contribuição à obra (o texto a que remete o título e também o texto que consta na coletânea) foi publicada, em formato revisto e ampliado, em *A escrita da história [L’écriture de l’histoire]* (2011 [1975]). Mais tarde, Hartog (2013 [2005]), influenciado por de Certeau, inicia sua reflexão sobre as *evidências da história* questionando “o que significa dizer que se faz a escolha da história, que se adota e reivindica uma história? O que implica o fazer da história e, em primeiro lugar, de que e de quem depende tal operação?”

⁵⁴⁰ DE CERTEAU, 2011 [1975], p. 47. Acerca da narrativa, recorda-se que Ricoeur (2012 [1983]; 2018 [2000], p. 190) afirma que *o tempo se torna humano na medida em que está articulado de maneira narrativa* e distingue narrativas ficcional e histórica a partir de seus referentes (imaginário e real, respectivamente). “É na condição de referente último que o acontecimento pode figurar no discurso histórico. A pergunta à qual ele responde é: do que estamos falando quando dizemos que algo aconteceu?” O filósofo distingue “o fato, enquanto ‘a coisa dita’, o ‘que’ do discurso histórico, do acontecimento enquanto ‘a coisa de que se fala’, o ‘a propósito de que’ é o discurso histórico. A esse respeito, a asserção de um fato histórico marca a distância entre o dito (a coisa dita) e a visão referencial”. Sobre esse referente (ausente que já foi); o *outro* em relação ao presente do historiador e sobre sua representação no texto por ele produzido (em sua *práxis*, cuja realidade é disfarçada/silenciada), ver: DE CERTEAU, 2016 [1970]; 2016 [1983]; 2016 [1973].

⁵⁴¹ Para de Certeau (2011 [1975], p. XIII, 69, 05), “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. [...] Produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever [...]; mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto [...]. A historiografia (quer dizer ‘história’ e ‘escrita’) traz inscrito no próprio nome o paradoxo –

fazerem história seguindo os procedimentos e protocolos da disciplina, os historiadores produzem uma escrita controlada (a *historio-grafia*); representam narrativamente o passado, atribuindo-lhe sentido. Trabalho esse que pressupõe uma clivagem inicial e fundadora; um corte entre presente e passado – o que faz com que o passado seja entendido como o “fantasma da historiografia”; como o *ausente/morto/outro* de um discurso que se apresenta como *heterologia*; “o objeto que ela busca, que ela honra e que sepulta”.⁵⁴²

Como bem apontam Jean Boutier e Dominique Julia, “a profissão de historiador [...] não poderia ser reduzida a um conjunto de operações técnicas, uma vez que é, antes de tudo, orientada para a produção de sentido, trate-se de uma explicação ou de uma interpretação”.⁵⁴³ Segundo Albuquerque Jr., os historiadores desenvolvem, em seu ofício,

um trabalho de atribuição de sentido aos eventos, aos acontecimentos do passado [...]; um trabalho de produção do passado [...], fabrica[do] como um artefato [...]. Exerce[m] uma tarefa de produção de versões para aquilo que se passou, que produz sentido para os tempos, que dá a eles existência e consistência.⁵⁴⁴

e quase o oxímoro – do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso. Ela tem a tarefa de articulá-los e, onde esse laço não é pensável, fazer *como se* os articulasse [...]; entendo como *história* essa prática (uma ‘disciplina’), o seu resultado (o discurso) ou a relação de ambos sob a forma de uma ‘produção’. Ao retomar a *operação*, Ricoeur (2018 [2000], pt. II; 2012 [1998]) ressalta que a divisão em três fases (que ele nomeia *documental*, *explicação/interpretação* e *representação historiadora*) se dá apenas no olhar distanciado do epistemólogo, já que se trata de momentos metodológicos imbricados uns nos outros e que a história é, do começo ao fim (do documento sobre o acontecido ao texto do historiador, que o representa), escrita; que duas escritas enquadram a explicação/interpretação. Quanto à *representação escriturária* ou *historiadora*, trata-se da construção de uma imagem do passado/ausente a partir de seus rastros/vestígios. A historiografia abre-se, pois, a um referencial extralinguístico: o passado (que *já foi* e que *não é mais*), a que se tem acesso indireto por meio de rastros; lugar-tenência do passado/ausente.

⁵⁴² A ideia de encarar o passado como *outro* ainda remete ao distanciamento e ao estranhamento críticos do historiador, e seu lugar no presente. Para de Certeau (2011 [1975], *Escritas e História*), “a historiografia tende a provar que o lugar onde ela se produz é capaz de compreender o passado; estranho procedimento, que apresenta a morte, corte sempre repetido no discurso, e que nega a perda, fingindo no presente o privilégio de recapitular o passado num saber. Trabalho da morte e trabalho contra a morte. Esse procedimento paradoxal se simboliza e se efetua num gesto que tem ao mesmo tempo valor de mito e de rito, a escrita. Efetivamente, a escrita substitui as representações tradicionais que autorizavam o presente por um trabalho representativo que articula num mesmo espaço a ausência e a produção”. Segundo Hartog (2013 [2005], p. 22), a operação historiográfica “está colocada, em primeiro lugar, sob o signo da separação entre o passado e o presente [...]; pressupõe – para que sua escrita seja possível – um corte entre o passado e o presente, entre ela e seu objeto, entre os vivos e os mortos. Ela ‘enuncia’ a morte e ‘nega’ a perda”.

⁵⁴³ BOUTIER & JULIA, 1998 [1995], p. 41.

⁵⁴⁴ ALBUQUERQUE Jr. 2019b, p. 28. Em outra obra, Albuquerque Jr. (2019a) parte da palavra invenção, destacando sua relação com a ideia de construção social da realidade e do conhecimento; refletindo sobre mudanças de perspectiva sobre o *fazer* do historiador. Bann (1994 [1990], p. 11-25), pensando *invenções da história*, interessa-se pela emergência de um modelo de representação histórica; fala de uma *poética histórica*, refletindo sobre procedimentos retóricos de validação do *fazer história*, da relação dos homens com o passado. Cita, nesse sentido, Hans Keller [1989] (que por sua vez se remete a ele): “se alguém concorda com Huizinga que a história é o modo pelo qual uma cultura lida com seu próprio passado, então a compreensão histórica é empreitada cultural vital e a imaginação histórica uma importante, ainda que negligenciada, faculdade humana. [...] Nossos modos de entender a história devem enfatizar o *fazer*. Buscar

Entretanto, entende-se aqui que *fazer história* na igreja da Memória, conforme se apreende nos discursos proferidos na referida cerimônia de 2019, não remete à dimensão crítica e consciente do trabalho dos historiadores, pautada na reflexão sobre a dinâmica lugar-saber-prática historiográfica. Afinal, quando Franco, satisfeito, exclama “tudo se conciliou para que celebrássemos e assinássemos esse protocolo nesse dia *memorável* em que juntos estamos a *fazer história*”,⁵⁴⁵ não é exatamente ao *fazer* vinculado à *operação historiográfica* (que informa e enforma o *fazer* da história) que ele se refere, ainda que ele tome a palavra enquanto historiador vinculado a uma instituição de saber reconhecida, que mobilize aspectos metodológicos para legitimar sua proposta acadêmica (referente à primeira fase dessa *operação*) e que critique o conjunto da produção historiográfica sobre Pombal em uma curiosa cerimônia que oficializa um projeto científico de monta (de que se espera, como resultado, uma relevante produção técnica impressa).

Nesse caso, na verdade, a expressão *fazer história* se remete, em suma, a sua iniciativa na solenidade enquanto um agente, entre outros, de um episódio relevante – a ser *inscrito na história*.⁵⁴⁶ Em causa, estão a efeméride, o templo-memorial, os restos mortais de Pombal, o ineditismo da iniciativa acadêmica, os milhões de euros... uma série de elementos mobilizados para destacar e circunscrever a excepcionalidade da ocasião, justificando e viabilizando sua divulgação presente e mesmo sua recordação futura. Na solenidade, *fazer história* equivale, portanto, a *fazer-se memorável*. É nesse sentido que Relvão Caetano, que se remete a um sinal divino “para *nos inspirar e imortalizar*” na cerimônia, aponta o papel de cada um na ocasião solene; “empreitada que é maior do que nós, mas que não nos dispensa. Por isso estamos aqui e este dia há de ser lembrado”.⁵⁴⁷

Trata-se, vale repetir, de assinalar nos metafóricos anais da história (*entrar para a história*) a peculiaridade da solenidade que oficializou o projeto exaltado, de que deve resultar uma publicação monumental de fontes pombalinas (vestígios documentalizados

a narrativa distorcida [Bann] é compreender que a retidão de qualquer narrativa é uma invenção retórica e que a invenção de histórias é a parte mais importante da autocriação humana”.

⁵⁴⁵ *Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019. Grifos meus.

⁵⁴⁶ M. da Glória de Oliveira (2010b, p. 39), em trabalho elucidativo para o que aqui se aborda, parte da ambiguidade da expressão (entre aqueles que haviam *feito* a história, enquanto agentes, e aqueles que eram considerados aptos para *fazer*/escrever história, de acordo com os protocolos, as instituições, as validações coetâneas relacionadas ao ofício do historiador) para pensar a produção historiográfica no Brasil oitocentista. Para Oliveira, “a consciência da disponibilidade da história permitia percebê-la como factível sob dois pontos de vista – o dos agentes que dispunham sobre a história que faziam, e o dos historiadores, que sobre ela dispunham enquanto a escreviam”. Hartog (2013 [2005], p. 23), por sua vez (novamente retomando Ricoeur), aponta “a distinção, a alternativa entre fazer história e fazer a história, sob a dupla figura do historiador e do político”.

⁵⁴⁷ *Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019.

do passado mobilizado); apresentada como uma espécie particular, *útil* e efetiva, de homenagem ao morto distinguido no templo-memorial e nos discursos laudatórios.⁵⁴⁸ Alocuções entusiásticas que se valem dos dispositivos de legitimação da opinião, como diz Pierre Laborie,⁵⁴⁹ para validar e difundir impressões específicas e parciais sobre o período pombalino – baralhando oposições correntes (e por vezes simplificadoras) entre memória-mito e história-crítica, que tem seus crivo, rigor e exigência de método postos em questão em meio a enfoques enviesados do passado que se busca fazer dominantes.

Nesse sentido, entende-se que a dubiedade da expressão *fazer história*, explorada desde o título deste capítulo, traz à tona, por um lado, a polissemia de *história*.⁵⁵⁰ “palavra antiquíssima”, recorda Marc Bloch, que já “mudou muito de conteúdo [...]; sorte, na linguagem, de todos os termos verdadeiramente vivos”. A mesma palavra designa tanto a realidade histórica (o acontecido) quanto seu registro (discurso sobre o acontecido); a matéria e seu conhecimento;⁵⁵¹ o representado e sua representação (uma escrita controlada).⁵⁵² Por outro lado, *fazer história* traz à tona a questão da memória, mobilizada abundantemente nos discursos sobre o passado até aqui referidos. Para Beatriz Sarlo,

o passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade).⁵⁵³

De sua parte, Enzo Traverso afirma que história e memória, que se reconfiguram em uma tensão dinâmica, originam-se de uma mesma preocupação, compartilhando a elaboração do passado. A história é “um relato, uma escritura do passado segundo as modalidades e regras de um ofício”, respondendo às questões que a memória propõe; “a história nasce da memória, que é uma de suas dimensões; depois, adotando uma postura autorreflexiva, transforma a memória em um de seus objetos”.⁵⁵⁴ Quanto à importante

⁵⁴⁸ Paulo (2010, p. 174), criticando, com coerência e seriedade, alguns de seus pares, afirma: “cumpre combater as visões mais simplistas da história nas quais, infelizmente, o papel principal não parece caber àqueles que, verdadeiramente, fizeram história, e sim ao historiador, que se assume com a função de ‘estrela’ mediática, muito longe da sua função”.

⁵⁴⁹ LABORIE, 2009.

⁵⁵⁰ Entre definições correntes, destacam-se: *conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade; ciência que estuda eventos passados; evolução da humanidade ao longo de seu passado e presente; sequência de acontecimentos e fatos a ela correlatos; sequência de ações, de acontecimentos reais ou imaginários; narração de eventos* (HOUAISS, 2001).

⁵⁵¹ BLOCH, 2001 [1949], p. 51. Ao abordar a temática, Guilherme P. das Neves (2011, p. 19-40) destaca ainda as diferentes concepções sobre o conhecimento histórico ao longo do tempo. A história, afinal, tem sua historicidade (o que vale para a palavra, e também para o conhecimento por ela abarcado).

⁵⁵² DE CERTEAU, 2016 [1973], p. 62.

⁵⁵³ SARLO, 2007 [2005], p. 9.

⁵⁵⁴ Philippe Joutard (2015 [2013], p. 274), em trabalho que em todo tempo relaciona história e memórias (em seus conflitos e alianças), remetendo-se a Laborie afirma que os historiadores preservam memórias

distinção entre ambas, estabelecida em reflexões acadêmicas,⁵⁵⁵ ele questiona sobretudo sua irredutibilidade, apontando que, bem como a memória, a história enfrenta riscos de sacralização, mitificação e amnésia (como atesta parte das historiografias moderna e contemporânea), ao mesmo tempo que a história influencia a memória.⁵⁵⁶

Em suas colaborações sobre a temática, Henry Rousso insiste na importância de não as confundir: a memória se apoia sobre a experiência vivida ou transmitida (e portanto sobre traços vivos, perceptíveis aos atores); a história, reconstrução erudita do passado (obedecendo a uma série de protocolos e postulados; fundada sobre procedimentos de estabelecimento de prova e verificação), interessa-se por indivíduos e fatos sociais que podem já ter desaparecido da memória coletiva (mesmo que ainda existam deles traços, que os historiadores devem recuperar e interpretar). Contudo, também ele ressalva quão limitado é o exercício de simplesmente lhes apontar tanto diferenças quanto conflitos de interpretação. Não se pode, afinal, separá-las de maneira assim tão clara e definitiva; memória e história se sobrepõem enquanto expressões, no presente, acerca do passado; enquanto duas maneiras de estabelecer uma ponte entre passado, presente e futuro.⁵⁵⁷ O historiador ainda reflete sobre os motivos

por que se continua a opor história e memória como se uma representasse a razão e a outra a emoção. Na verdade, a história se alimenta da memória, e o historiador se alimenta da palavra das testemunhas. Quanto à memória coletiva ou individual, ela integra o conhecimento histórico, pois uma testemunha, mesmo se evoca sua própria experiência, também lê livros de história.⁵⁵⁸

Nesse sentido, recupera-se a perspectiva de Ricoeur, que, retomando a *operação historiográfica*, aborda a historiografia como produção de uma narrativa (controlada) vinculada e referente ao real/acontecido. Para ele, o problema da representação do passado (o *outro/ausente*) não começa com a história (com sua pretensão à verdade), mas com a memória (com sua pretensão à fidelidade). Segundo o filósofo (e a indicação é de

justamente por serem seus problematizadores. Albuquerque Jr. (2019b, p. 180), por sua vez, destacando a importância da distinção entre ambas para a afirmação da memória como um objeto historiográfico, afirma que “a história não respeita as memórias, não as reproduz simplesmente, mas as viola, as ressignifica, as reelabora a partir dessas regras [definidas pelas instituições historiadoras] que lhes são estranhas”.

⁵⁵⁵ Ver: LE GOFF, 2016 [1977-1982], p. 21-123, 387-440. Na afirmação de tal separação, devem-se referir os trabalhos de Halbwachs (2013 [1950]), que parte de uma noção ampla de *memória social* e afirma a pluralidade de *memórias coletivas*, de que diferencia a *memória histórica*, e Nora (1993 [1984]), que aponta a confusão durante muito tempo estabelecida entre *história* e *memória* e cuja diferenciação, influenciada por Halbwachs, permite fazer da memória objeto da história. Acerca de tais questões – e da afirmação de uma *história social da memória* (em que se nota a influência de Ricoeur, retomado a seguir), afim às reflexões desenvolvidas neste trabalho, ver: DOSSE, 2012 [2010], p. 265-307.

⁵⁵⁶ TRAVERSO, 2007 [2000], p. 21-40.

⁵⁵⁷ ROUSSO, 1998, p. 21-25.

⁵⁵⁸ ROUSSO, 2018, p. 390.

grande importância aqui), não se deve ensaiar uma oposição irreduzível (que remeteria ao confronto entre verdade/realidade e ficção/fábula), e sim atentar à relação intrincada entre ambas. A memória se mantém como matriz da história, mesmo que a história, valendo-se de seus métodos de crítica disciplinada, torne-a um de seus objetos.⁵⁵⁹ Assim,

a história pode ampliar, completar, corrigir e até mesmo refutar o testemunho da memória sobre o passado, mas não pode aboli-lo [...]; a memória continua a ser o guardião da última dialética constitutiva da preteridade do passado, a saber, a relação entre o “não mais”, que marca seu caráter acabado, e o “tendo-sido”, que designa seu caráter originário e, nesse sentido, indestrutível [...]. Que algo tenha efetivamente ocorrido é a crença antepredicativa – e até mesmo pré-narrativa – na qual repousam o reconhecimento das imagens do passado e o testemunho oral.⁵⁶⁰

No que diz respeito à relação das comunidades com o passado (aspecto importante para a devida apreciação dos tópicos em tela), Yosef Yerushalmi afirma: “quando dizemos que um povo ‘(se) lembra’, na realidade dizemos primeiramente que um passado tem sido ativamente transmitido às gerações contemporâneas”. Em seus termos, isso se dá pela via dos *canais e dos receptáculos da memória* – que equivalem aos *lugares de memória* de Pierre Nora.⁵⁶¹ “Em seguida, esse passado transmitido foi recebido como se fosse carregado de um sentido próprio”. Quanto ao esquecimento, tal fenômeno se dá “quando a geração detentora do passado não o transmite à seguinte, ou quando essa última

⁵⁵⁹ RICOEUR, 2000. Nas palavras do autor, “l’histoire peut ambitionner de compenser par sa chaîne de médiations la carence du moment de reconnaissance que fait que la mémoire reste la matrice de l’histoire lors même que l’histoire en fait l’un e ses objets. Reste ainsi ouverte la question de la compétition entre la mémoire et l’histoire dans la représentation du passé. À la mémoire reste l’avantage de la reconnaissance du passé comme ayant été quoique n’étant plus; à l’histoire revient le pouvoir d’élargir le regard dans l’espace et dans le temps, la force de la critique dans l’ordre du témoignage, de l’explication et de la compréhension, la maîtresse rhétorique du texte et, plus que tout, l’exercice de l’équité à l’égard des revendications concurrentes des mémoires [...]. Entre le vœu de fidélité de la mémoire et le pacte de vérité en histoire, l’ordre de priorité est indécidable”.

⁵⁶⁰ Ricoeur (2018 [2000], p. 505). Ele afirma, ademais, que “o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história [...]; nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das ‘coisas do passado’; das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. Com o testemunho, inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental”. O filósofo, que se volta com atenção ao trabalho de investigação a partir dos testemunhos feitos documentos (o que envolve recolha, arquivamento, seleção, crítica, acreditação e comparação) entende que “o historiador não é aquele que faz falarem os homens de outrora, mas aquele que os deixa falar. Então, o documento remete ao rastro e o rastro ao acontecimento” (p. 41, 170, 192). Sobre esse trabalho com vozes/testemunhos do passado, Natalie Z. Davis (1984 [1981]) entende que os historiadores “have a dialogue and sometimes a debate with the past, and part of that dialogue is the scholarly theories and cultural values that we bring. [...] [I Imagine] my subjects in a dialogue with me. [...] I try to let my text give them a chance to defend themselves, to answer me back even if I have the last word. [...] I show that things don’t have to be the way they are now. I want to show how different the past was. [...] I want people today to be able to connect with the past [...]; I want to show that it could be different, that it was different, and that there are alternatives”.

⁵⁶¹ O conceito engloba lugares (*topoi*) materiais e imateriais cuja função é preservar/transmitir memórias em um contexto de rompimento das linhas (tradicionais) de transmissão do passado. Para os textos de Nora nos *lieux*: NORA, 2008. Para críticas e reflexões: GONÇALVES, 2012; ROLLEMBERG, 2019, p. 12-23.

rejeita o que recebeu ou deixa de transmiti-lo [...], bruscamente ou ao término de um processo de erosão que se produz sobre várias gerações”.⁵⁶²

A memória dos grupos é percebida, então, como um “movimento dual de recepção e de transmissão que continua, ele mesmo, alternativamente, a dirigir-se ao futuro”. Vêm à baila, assim, questões aqui abordadas a partir das polêmicas em torno do passado pombalino; questões relativas aos interesses quanto àquilo que se transmite/recebe acerca desse passado e também às formas como se dão tais relações entre as gerações e sua relevância na conformação de uma narrativa de teor identitário.⁵⁶³ Para o historiador,

não há um povo para o qual certos elementos do passado – sejam históricos ou míticos, muitas vezes uma mistura de ambos – não configuram [...] um ensinamento canônico, partilhado, que exige consenso. [...] Só pode sobreviver na medida em que se torna uma ‘Tradição’. Cada grupo, cada povo tem [...] [seu] conjunto de rituais e crenças que dá [...] o sentido de sua identidade e de seu destino. Do passado só são transmitidos os episódios julgados exemplares ou edificantes.⁵⁶⁴

Atento aos “usos sociais do passado”, Eric Hobsbawm entende, por sua parte, que

ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões das sociedades humanas. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.⁵⁶⁵

De acordo com Relvão Caetano, a igreja da Memória é um “local simbólico pelo passado, mas também pelo presente e pelo futuro”. Além do fato de preservar o ataúde do marquês, o templo-memorial marca “o espaço e o tempo” em que aqueles sujeitos envolvidos na oficialização do projeto científico em pauta afirmam fazer “em conjunto uma interpretação da relevância da obra do marquês de Pombal para Portugal, a Europa e o mundo”.⁵⁶⁶ Tal ideia de interpretação é reclamada por indivíduos que atualizam elogios hiperbólicos, relacionando a si mesmos (presente) e a seus projetos (futuro) um

⁵⁶² YERUSHALMI, 2017 [1988], p. 15-25. Acerca da relação entre história, memória e esquecimento, ver: GAGNEBIN, 2018 [2006] e o já referido TODOROV, 2000 [1995]. Para Aleida Assman (2018 [2006], p. 17), “a comunicação entre épocas e gerações interrompe-se quando um dado repositório de conhecimento partilhado se perde”. O que, como aponta Yerushalmi, pode se relacionar a rupturas, traumas e/ou perda de interesse paulatina ou brusca.

⁵⁶³ Sobre *como as sociedades recordam*, Connerton (1999 [1989], p. 5-15) destaca que as imagens e o conhecimento acerca do passado são transmitidos e conservados por meio de performances mais ou menos rituais, que remetem a um sistema de expectativas relacionadas a experiências já vividas: “o mundo do inteligível, definido em termos de experiência temporal, é um corpo organizado de expectativas baseadas na recordação”. As comunidades se autointerpretam continuamente, associando experiências e expectativas, recordações e esquecimentos – “entre as mais poderosas dessas auto-interpretações estão as imagens que as sociedades criam e preservam de si próprias como sendo continuamente existentes”.

⁵⁶⁴ YERUSHALMI, 2017 [1988], p. 15-25.

⁵⁶⁵ HOBSBAWM, 2013 [1997], p. 25-43.

⁵⁶⁶ *Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019.

legado pombalino (passado). Eles reclamam, ademais, a importância de lembranças e evocações determinadas do marquês (salientam elogios, e desconsideram ou neutralizam críticas) para a conformação e para a afirmação da *identidade portuguesa* na atualidade.

Medina ressalta, nesse sentido, a “profunda marca que o marquês de Pombal tem no Portugal contemporâneo que hoje somos”, justificando o investimento de investigação, por entender “a nossa história” como um aspecto basilar para a “construção da sociedade contemporânea”.⁵⁶⁷ Não por acaso, os oradores se remetem à alegada relevância *européia* e *mundial* de Pombal, referindo-se sobretudo a suas medidas reformistas; relacionando-as a um esforço por aproximar o país de um presumido padrão europeu.⁵⁶⁸ Tal a imagem seletiva/recortada/parcial do marquês que a eles convém associar ao Portugal e à Lisboa contemporâneos e também à ideia específica de uma identidade portuguesa/lisboeta que reclamam. Nessa comemoração (rememoração em conjunto; ritual coletivo de evocação e encenação de um passado selecionado, afirmando uma sua *(re)leitura* determinada), percebem-se, além disso, ecos de discursos anteriores – entre os quais aqui se destacam, pelas remissões e coincidências, as cerimônias já referidas.

Ao pensar tais articulações, pode-se retomar e atualizar (em paráfrase) o questionamento de Rocha Martins, em sua dubiedade eloquente: “por que *escolheram a Memória para jazigo* de Pombal” e para a cerimônia de 2019? Ou ainda o questionamento do senador Querubim Guimarães, em 1923: “por que é que se foi mexer nas ossadas do marquês?” Mobilizar metafórica ou literalmente seus restos mortais ou seus escritos (rastros/restolhos de seu passado); referi-los em críticas ou em homenagens, discursar e se deixar fotografar a seu lado no templo-memorial... todas essas iniciativas implicam remexer determinadas lembranças e evocações a seu respeito; selecioná-las, recuperá-las, reinterpretá-las, rerepresentá-las (com sentidos definidos). Percepção que, de modo geral,

⁵⁶⁷ Acerca da mobilização dessa primeira pessoa do plural, faz-se interessante a referência a João L. Lisboa (2018, p. 35) – sobre outra questão, e que contudo é relevante aqui: “nesses ‘nós’/‘vós’, não se trata apenas de identificar agentes sociais/históricos colectivos, mas de integrar quem fala, muitas vezes de forma acrítica, numa extensão tida por natural”.

⁵⁶⁸ Uma vez mais cita-se Franco, que explicita em termos questionáveis essa vontade de aproximação com *as nações civilizadas* [como aparece em documentos pombalinos, como na Lei da Boa Razão], relacionando-a ao projeto em tela: “os países europeus, os chamados países, como se dizia no período de Pombal, mais progressivos da Europa já [o] fizeram há 200 anos. Os franceses, os alemães, os ingleses já publicaram as fontes dos seus grandes autores nos séculos XIX e XX, e nós estamos atrasados 200 anos, e estamos com esse projeto a corrigir esse importante atraso e portanto os senhores presidentes, vereadores, presidentes das instituições que apoiaram esse projeto assinarão hoje uma grande página da nossa cultura e que de algum modo também veio atender aquilo que foi uma das grandes preocupações do marquês de Pombal” – referido enquanto representante da vontade iluminista de progresso pela ciência, incluindo a apreciação da história nesse panorama.

demonstram os contemporâneos de tais recordações e evocações – daí os diversos questionamentos quanto aos sentidos que se lhes quer emprestar, ao revirar o passado.

Ainda em 1881; quando se começou a falar no centenário da morte de Pombal, por exemplo, publicou-se em um jornal católico de Guimarães: “nos custa revolver a história de Sebastião José de Carvalho e Mello e apresentar à luz da publicidade as numerosas crueldades que o seu gênio ou os costumes do seu tempo o levaram a praticar”. Sendo antes preferível “deixarmos em paz, no silêncio do túmulo e na vida eterna, o corpo e a alma do homem de que nos temos ocupado em vários artigos”. Contudo,

o cinismo com que a Revolução e os seus homens querem fazer alarde do quanto adoram o marquês de Pombal pelo fato único de ser o algoz da Companhia de Jesus impele-nos a pena e obriga-nos a apresentá-lo à luz pública com todas as suas crueldades, com todos os seus despotismos.⁵⁶⁹

Mais tarde, em 1923, António Maria da Silva diz que “embora muita gente seja detrator, todos os portugueses dignos desse nome reconhecem uma grande figura no marquês”. Na ocasião, a maior parte dos que se afirmam contrários à iniciativa faz questão de ressaltar ter “pela memória desse grande homem de Estado o respeito que merece”, sem concordar com as mobilizações que delas se fazem com “uma significação muito diversa”.⁵⁷⁰

Já na recente cerimônia de 2019, Pombal é apresentado por Isaltino Moraes como um “homem extraordinário”. Se dos “muitos detratores [que teve] no seu tempo” todos já se esqueceram, dele “toda gente se lembra e fala”. Sintomática assertiva, que iguala crítica e detração (aquilo que, vindo de “círculos restritos”, nas palavras de Relvão Caetano, “não me parece razoável”), de modo a contornar os aspectos negativos da figura elogiada, assegurando ao presente uma sua representação encomiástica, cômoda, consensual e acreditada – viabilizando usos política e socialmente rentáveis desse passado. Entre as justificativas para o projeto de que Moraes, ou melhor, as instituições por ele capitaneadas são mecenas, está o fomento à recordação pela história e pelo ensino. Segundo Franco, a iniciativa é importante por combater “o que se passa nas nossas universidades e nas nossas escolas, onde a história, o passado é desconsiderado, esquecido, reduzido ao mínimo”.⁵⁷¹ Assim, para Caetano (representante da universidade onde ele leciona), “é preciso conhecer a história, porque só se ama e se respeita o que se conhece”.⁵⁷²

⁵⁶⁹ *O Progresso Católico*, Guimarães, 30/10/1881.

⁵⁷⁰ *Diário do Senado*, 15/05/1923.

⁵⁷¹ Tal afirmação é injustificada, no que diz respeito à figura de Pombal, na medida em que, como se insiste ao longo deste trabalho, não se tem esquecido o passado pombalino.

⁵⁷² *Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019. Não se trata, portanto, da convocação a uma perspectiva crítica sobre tal passado, e sim a uma relação entre preservação, divulgação elogiosa e evocação celebratória.

Indiciando uma explicação para a recordação generalizada do marquês através de gerações, integrando-se à narrativa nacional mais difundida, Morais recorda ter estudado em “uma escola primária que fazia uma apologia do marquês de Pombal” (com a ressalva, por parte de suas professoras, de ter ele mandado “matar os Távoras”),⁵⁷³ reforçando a afirmação do *Diário de Lisboa*, em 1923, de que o marquês “é das figuras que o povo se acostumou [e] [...] foi ensinado a admirar”.⁵⁷⁴ Ainda em 1882, o conde de Samodães, além de dizer: “não sou adverso à sua memória, mas francamente confesso que ela não é simpática”, afirma ter sido “educado ouvindo elogiar sempre a administração do marquês de Pombal”,⁵⁷⁵ enquanto Castelo Branco, na mesma altura, atribui a permanência de um antijesuitismo de origem pombalina em Portugal ao “vitalismo das três gerações que se têm sucedido nas avançadas militantes da liberdade”.⁵⁷⁶ Rocha Martins, de sua parte, fala sarcasticamente, nesse sentido, já em 1923, de supostas *saudades* que os republicanos seus contemporâneos teriam herdado de seus avós (liberais), acerca do período pombalino (e de suas violências).⁵⁷⁷

Percebe-se como, nas discussões acerca das evocações e recordações da figura do marquês, tem-se presente (entre memória difusa e história escrita, ensinada e recontada), a ideia da almejada ou recusada transmissão do passado entre gerações – forma como, afinal, as comunidades *se lembram*.⁵⁷⁸ Essas idas e vindas por discursos comemorativos indiciam, ademais, como o trabalho dos historiadores não se deve resumir à mobilização (com expertise) de documentos históricos visando a esvaziar certos mitos (enganosos) e a revelar versões verídicas e encobertas acerca do passado. Na verdade, mesmo essa importante e incontornável parte do trabalho historiador, por vezes conduzida de modo pouco crítico (a despeito de se vincular à *crítica* de que fala Marc Bloch)⁵⁷⁹ e apresentada como suficiente, pode ser mobilizada para potenciar e legitimar demandas e certezas da memória de determinados grupos. Daí se insistir aqui na importância de retomar, ao lado da ideia de *fazer história*, a reflexão sobre a *operação historiográfica* – que traz à tona, conjunta e criticamente, *lugar, saber e prática*.

⁵⁷³ *Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019.

⁵⁷⁴ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 12/05/1923.

⁵⁷⁵ SAMODÃES, 1882, p. VII-VIII.

⁵⁷⁶ CASTELO BRANCO, 1882.

⁵⁷⁷ Acerca do ensino de história e de sua relação com os conceitos de consciência e cultura histórica e a questão dos usos do passado, ver: ABREU; SOIHET & GONTIJO, 2007; CERRI, 2017 [2011].

⁵⁷⁸ Connerton (1999 [1989], p. 5-15), como visto, fala de autointerpretações compartilhadas por uma série de rituais/performances. O que se pode relacionar ao “movimento dual de recepção e de transmissão que continua, ele mesmo, alternativamente, a dirigir-se ao futuro” referido por Yerushalmi (2017 [1988], p. 17).

⁵⁷⁹ BLOCH, 2001 [1949], cap. III.

Diferentemente do que se pensou no século XIX (e de como alguns porventura ainda pensem), os historiadores, como pontua João Luís Lisboa, não visam a “recuperar o passado tal qual ele foi percebido quando era presente, mas relocalizar os significados de textos e representações [...], chegando-se a uma narrativa que necessariamente não é a reprodução de algo, mas a construção da inteligibilidade de algo”.⁵⁸⁰ Na perspectiva de Andreas Leutzsich, os historiadores, vendo-se obrigados a lidar com os remanescentes do passado,⁵⁸¹ podem recorrer a uma grande quantidade de materiais. Entretanto, como tais relíquias e vestígios são ao mesmo tempo abundantes e incompletos, precisam fazer seleções e elaborar/construir conexões entre diferentes documentos e eventos.⁵⁸² Diante de limitações, desafios, possibilidades e também demandas do ofício, Stephen Kantrowitz conclui que, humildes e arrogantes, os historiadores, ao *(re)construírem* o passado, não recuperam uma verdade perdida, mas produzem sentido; conscientes das limitações de sua operação, buscam contar uma história coerente sobre o acontecido – uma história que se ajuste aos fatos encontrados, que aborde contradições significativas e que se mostre sincera (e não desesperançosa), a respeito de ausências e incertezas.⁵⁸³

Aleida Assman ressalta, de sua parte, que “o passado – do qual nos afastamos temporalmente cada vez mais – não fica completamente sob a custódia dos historiadores profissionais. Na forma de reivindicações e obrigações rivalizantes, ele também exerce pressão sobre o presente”.⁵⁸⁴ Como aponta Tzevetan Todorov, ademais, se recuperar o passado é indispensável, não é o passado que rege o presente, mas o presente que se vale do passado da forma que mais se lhe adequa – o que envolve recordar e também esquecer.⁵⁸⁵ Nesse sentido, pode-se falar, com Pierre Nora, de uma “economia geral e administração do passado no presente”.⁵⁸⁶

⁵⁸⁰ LISBOA, 2018, p. 222.

⁵⁸¹ De Certeau (2016 [1970], p. 164) evoca a imagem de um historiador (ele mesmo) a “perscrutar nas latas de lixo da história, no meio de um tão grande número de restos”.

⁵⁸² LEUTZSCH, 2019, p. 3. Nas palavras do autor, “the sources are incomplete and, due to their sheer amount, overwhelming at the same time so that the historian has to select and to (re-)construct relationships between different sources and events. Hence, missing links and the search for relations and reasons mark the historian’s work as a detective of time, whose mandate for investigating is always rooted in the contemporaries’ ‘demand for orientation in time and space’”.

⁵⁸³ KANTROWITZ, 2020. Nas palavras do autor, “even though we know the limitations of our knowledge, we try to tell a coherent story about the past. A story that fits the facts as we find them, that addresses the meaningful contradictions, that is frank about the absences and uncertainties without retreating into hopelessness. A story that acknowledges the limits of our knowledge and our perspective, but that does not throw up its hands. In this way, the historian’s job is the same as that of the citizen”.

⁵⁸⁴ ASSMAN, 2018 [2006], p. 20.

⁵⁸⁵ TODOROV, 2000 [1995], p. 25.

⁵⁸⁶ NORA, 2008 [1992], p. 114.

Ao fazerem (e refazerem) história, aos historiadores cabe atentar às formas como as pessoas experimentam e lidam com o(s) tempo(s) e com suas instâncias, mobilizando narrativas diversas; percebendo e produzindo sentido nas articulações, em cada momento e lugar, entre passado, presente e futuro.⁵⁸⁷ Neste trabalho, vêm-se ensaiando reflexões atentas a tal problemática, a partir de polêmicas atualizadas em função de propostas (e também recusas e recorrências) de evocação e recordação da figura histórica do marquês de Pombal (emblema de um passado polêmico continuamente revisitado), considerando algumas de suas representações – em diferentes momentos, de diferentes modos, por diferentes sujeitos, com diferentes propósitos e sentidos; entre experiências e expectativa.

Antes de encerrar o capítulo, recupera-se uma peculiar encenação de aspectos relativos ao passado do marquês. A cerca de um mês do início dos festejos de 1882, os estudantes lisboetas, seus principais promotores, distribuíram entre jornais da capital um documento que não apenas detalha as atividades por eles planejadas, mas também demanda, dentre outros pontos, o “cumprimento exato dos decretos do marquês de Pombal e de Joaquim Antonio de Aguiar, a respeito de todas as ordens religiosas” e ainda uma “inspeção rigorosa do ensino, para obstar aos progressos da reação religiosa”. Além de anunciarem que em breve dirigirão ao país um manifesto “expondo-lhe a conveniência de se precaver e tomar uma atitude digna e severa contra a invasão dos jesuítas tão combatidos pelo enérgico ministro”, eles apontam

a conveniência de levar à cena os dramas *Os Lazaristas* [1875], do exm. sr. António Enes;* *A Sobrinha do Marquês* [1848], de Almeida Garrett; *Inauguração da estátua equestre* [1862], do exm. sr. Costa Cascais,* e outros, tanto de combate às ordens religiosas, como de consagração dos sentimentos do povo português.⁵⁸⁸

⁵⁸⁷ Ver: HARTOG, 2015 [2003], p. 17-41; KOSELLECK, 2011 [1979], p. 305-327.

⁵⁸⁸ *Diário de Notícias*, Lisboa, 05/03/1882. A obra de Cascais é abordada pontualmente no capítulo III desta tese. O texto de Enes pode ser entendido como um drama de combate, acusando o avanço das ordens religiosas (e sua influência no seio das famílias – na trama, estão em questão as irmãs de caridade) e do ultramontanismo no país. Sobre a obra e as polêmicas devido a seu acentuado anticlericalismo, tanto em Portugal (onde foi um sucesso entre setores liberais, e despertou desde logo intensas críticas/reações) quanto no Brasil (onde, em meio aos embates em torno da *questão religiosa*, censurou-se, em um primeiro momento, sua encenação, autorizando-a, contudo, três anos mais tarde, após alterações), ver: MONTEIRO, 2006. Para a autora, “em favor de uma ideia combativa a revolucionária, *Os Lazaristas* visam, como alvo principal, à conscientização social acerca do alastramento do clericalismo pernicioso” (p. 24). Importa apontar que os termos *lazaristas* e *vicentinos* se remetem à Congregação da Missão (fruto de uma intuição carismática de Vicente de Paulo, em 1625), que entre 1857 e 1910 se estabelece pela segunda vez em Portugal, incumbidos de acompanhar um grupo de *filhas da caridade*. A tal respeito, ver: ABREU, 2004, p. 52-53; MEZZADRI, 2008; PINTO, 2016; ORNELAS, 2008. Jesuítas e lazaristas, representando duas ordens distintas, apareciam associados em discursos anticongreganistas que acusavam uma conspiração ultramontana por elas capitaneadas. Ademais, segundo uma obra da época, “o lazarista de hoje é o jesuíta de ontem, diversificando apenas na denominação, mas trabalhando juntos na obra comum: a restauração do absolutismo clerical e político” ([HABENECK], 1862, p. 6). N’*A Folha Nova* (Porto, 26/04/1882), por exemplo, afirma-se, em um texto sobre o centenário em preparação: “os jesuítas, mascarados em lazaristas”,

Segunda opção apresentada à direção do teatro de D. Maria II,⁵⁸⁹ *A Sobrinha do Marquês* voltou ao palco de sua primeira encenação em 8 de maio (uma segunda-feira); o mais importante dos quatro dias de festejos. Tratou-se de uma récita de gala (estando as salas e as senhoras, segundo relatos elogiosos, com seus adornos e *toilettes* elegantes), a que assistiram a comissão acadêmica e também “suas majestades e altezas, a corte e o ministério”,⁵⁹⁰ encontrando-se o “teatro cheio de muito seleta concorrência, que atendia com deleite e festejava com interesse a representação” da obra de Garrett – “o grande gênio imortal que restaurou o nosso teatro e soube compendiar [...] uma lição ao mesmo tempo de moral e de história”.⁵⁹¹

A peça teatral, uma comédia em três atos, põe em cena, dentre outros personagens, o próprio ministro, um descendente dos Távoras (*D. Luís*) e um antigo jesuíta (*padre Inácio*).⁵⁹² Segundo o autor, a trama decorre “nos últimos dias; nas derradeiras horas daquele célebre reinado”, quando “os antigos dominadores proscritos, os nobres e os jesuítas, levantavam a cabeça com a primeira agonia d’el-rei, mas ainda a levantavam a medo”. Com exceção de “Pombal, tipo de si mesmo e que somente por si podia ser representado”, Garrett se vale de “personagens típicos [...], figurando não um indivíduo que existisse, mas uma classe de que é representante”, evitando, assim, “personalidades desagradáveis aos netos que ainda vivem”.⁵⁹³

corrompem e combatem “todas as manifestações grandiosas do progresso e a fraternidade dos povos”. Sobre as obras teatrais que vêm à cena a partir da década de 1870, representando nos palcos um embate entre ultramontanismo e anticlericalismo, ver: BRUNO, 1907, p. 332-335.

⁵⁸⁹ *Diário de Notícias*, Lisboa, 05/03/1882. Os estudantes pediram “à empresa do teatro de D. Maria II para levar à cena por ocasião do centenário do famoso estadista o drama histórico de espetáculo do sr. Cascais, *A inauguração da estátua equestre*”. Dada a impossibilidade de tal montagem, pediram “*A Sobrinha do Marquês*, de Garrett, peça excelente e perfeitamente adotável. A empresa, mesmo para essa, disse aos jovens estudantes que não a poderia pôr em cena sem um pequeno auxílio do governo. É de crer que este lhe não seja negado”. Em números seguintes do periódico, encontram-se detalhes sobre os preparativos para a encenação de tal peça (04,06,27/04; 01/05) e também o valor requerido (ao governo) e conseguido para tanto: 300\$000 (10/05), além de uma crítica teatral do espetáculo (09/05).

⁵⁹⁰ *Diário de Notícias*, Lisboa, 09/05/1882.

⁵⁹¹ *A Revolução de Setembro*, Lisboa, 13/05/1882.

⁵⁹² Além da sobrinha, *D. Mariana*, em torno de quem se desenvolve a trama amorosa que serve de fio condutor à obra, e que foge ao interesse destas breves ponderações. Nas palavras de Garrett (1848, p. XI-XII), “no padre Inácio é claro que se personalizam os proscritos jesuítas, movendo surdamente e por todos os meios sua implacável vingança; em D. Luís, a antiga fidalguia descaída; na família do mercador da rua Augusta, a burguesia vacilante, incerta ainda do presente, com terrores e saudades do passado [...], nos dois caixeiros de Manuel-Simões, balbuciam as primeiras aspirações do povo, que ainda não entra em nada, que assiste à contenda das duas classes superiores sem poder nem saber decidir bem ainda nem as suas próprias simpatias, que ora tendem a uma, ora a outra”. Os personagens referidos no corpo do texto são representantes dos principais agentes da “luta” capitaneada pelo marquês no país, tendo “por contrários os jesuítas e a alta nobreza” (p. VIII).

⁵⁹³ GARRETT, 1848, p. IX-XI. Para o autor, a escolha de retratar o período “ao expirar D. José e ao sentir-se cair do poder o seu grande ministro” deve-se à ideia de que “esse dia supremo devia, melhor que nenhum outro, pôr em evidência as paixões, os interesses, as ações e reações todas de uma época tão memorável”.

Em meio aos imbróglios em cena, apresentam-se diferentes apreciações acerca de Pombal e de suas reformas, criticando seus métodos violentos, mas abrindo espaço para levar em conta vantagens por tais meios alcançados. Ao próprio personagem do marquês é concedida oportunidade para uma reflexão nesse sentido, justificando seus excessos de violência (e o temor deles decorrente) pelo fim visado: o bem de Portugal. Ele ainda se mostra preocupado com a avaliação/o juízo dos pósteros: “o medo que eles têm de mim todos! Triste coisa é o poder! Fatal missão a minha! Mas sem esse poder, que tantas vezes é obrigado a ser cruel, como se havia de regenerar esta nação perdida, refazer este povo degenerado! Ah, se a posteridade me fará um dia justiça?”⁵⁹⁴

De maneira menos direta, Pombal é apontado como precursor da revolução e do liberalismo, com suas medidas anticongreganistas.⁵⁹⁵ Tal apreciação se nota (com sentido negativo) nas prognósticas palavras de seu principal antagonista, o *padre Inácio* – que, diante da indagação quanto a ser a ele mesmo um anjo ou um demônio, responde:

nem uma coisa nem outra [...]. Sou um pobre clérigo velho, um triste proscrito da Companhia de Jesus, um desses homens caluniados porque tiveram a desgraça de preceder o século, porque sentiram o caminho que levava o mundo; porque viram a espécie humana atormentada do desejo de melhorar, da ânsia de reformas e conceberam o louco projeto de a salvar das violentas crises que a esperam. Tentaram – e a tentativa era bela – regenerar a obra da criação sem a precipitar primeiro no caos. O nosso empenho foi caluniado, foi proscrito; outro sistema prevaleceu. Alguma geração futura o bem-dirá, talvez. Mas duas ou três hão de ser vítimas antes... e os pais e avós têm de comprar, a peso de lágrimas e sangue, essas fortunas – bem duvidosas – dos filhos de seus netos cujos pais ainda estão por nascer.⁵⁹⁶

Ademais, se o *suplício dos Távoras* aparece, desde o início do texto, como a principal acusação feita indiretamente ao marquês, tal oposição é esvaziada ao fim da trama. Morto o monarca, Pombal, destituído do poder (tendo que enfrentar crescentes e inauditas críticas diretas a suas medidas, além de ter tido que liberar presos políticos, como os Távoras ainda encarcerados), é retratado de forma a se revelar, ao público e aos

⁵⁹⁴ GARRETT, 1848, p. 82.

⁵⁹⁵ A esse respeito, é interessante recordar as obras de Emídio Garcia (1869; 1885 [1882]), Latino Coelho (1885 [1882]) e Luís Gomes (1870 [1869]), referidas na introdução desta tese, que (recorrendo a certezas dogmáticas e a relativizações), apresentam o marquês como precursor da revolução e do liberalismo.

⁵⁹⁶ GARRETT, 1848, p. 41-42. O padre Inácio é percebido, no trecho em que se mostra temeroso em relação à revolução futura, como representação do conservadorismo/tradicionalismo/reacionarismo. A ele, diz, em outro passo (p. 93-94), o marquês: “és um dos reverendos padres da Companhia de Jesus, a quem eu fiz tirar a maldita roupeta, mas que ficou tão Loyola, tão solipso, tão jesuíta como dantes”. Na continuação do trecho seguinte ao acima reproduzido, o padre afirma: “Pois bem! Os jesuítas são os inimigos do altar e do trono. Lá está a *Dedução Cronológica* que o diz, e o seu autor nas pedras de Algoche. Pagaram-lhe bem, como costumam”. No *Diário de Notícias* (Lisboa, 10/05/1882), lê-se que “durante a representação [...], houve sinais de reprovação quando o *padre Inácio* falava em abono dos jesuítas ou mostrava querer trabalhar para a famosa Companhia”, o que reforça o que aqui se tem afirmado acerca do aspecto mobilizador da encenação antijesuítica/anticlerical.

demais personagens, afinal repleto de boas intenções implícitas (visando, em última instância, ao bem do país), a despeito de seus explícitos métodos desprezíveis (meios de se contrapor aos obstáculos e obter os fins almejados e antecipados). Nessa altura, o marquês-personagem se concilia com D. Luís, que na trama herda/encarna as dores e mágoas relativas aos Távoras.⁵⁹⁷

Por sua parte, seu suposto aliado, o padre Inácio (representação do obsidiante jesuíta encoberto),⁵⁹⁸ revela-se no fundo desinteressado por quaisquer questões que escapem aos planos ocultos de restaurar a Companhia – instrumentalizando tudo o mais.⁵⁹⁹ Tal desenlace é claro no trecho a seguir, que novamente traz à tona, ademais, a questão da apreciação das medidas pombalinas ao longo do tempo:

Marquês: – [...] O preço que eu parecia exigir não era para mim [...]; era para a tranquilidade desta terra que é nossa, de todos nós. Ai! *Quantas ações parecem más, quantas motivadas por vis interesses e que têm origem nos mais nobres sentimentos! Mas, oh, é muito tarde já... Ou antes, é muito cedo ainda para eu me justificar. O meu poder acabou, ou como se acabasse está [...].* Não me queira mal pelas tenções que tive. Assaz motivos tem para me detestar. [...] O meu principal desejo era acabar com esses ódios fatais, esquecer essas funestas severidades que a dureza dos tempos...

Inácio: – A dureza desse coração, marquês de Pombal, a maldita crueldade dessa alma, Sebastião José de Carvalho! Quem há de esquecer?

Luís: – Padre Inácio, estou eu aqui e sou eu...

Marquês: – Deixe-o, deixe-o dizer...

Luís: – Não deixo; não soffro... Eu que sou...

Inácio: – Que sou o quê, D. Luís? O sobrinho, o filho de alguns imbecis que esse homem estrangulou sobre o patíbulo? O que é isso, o que significa isso? [...] Perdoe-lhe se quer, perdoe-lhe se pode. [...] Mas a fê de Cristo que esse homem perseguiu, a Companhia de Jesus que destruiu, a Igreja Católica que não pode sustentar-se sem ela? Desse atentado monstruoso nem Deus nem os homens podem absolvê-lo, por esse a maldição eterna cairá sobre o ímpio.⁶⁰⁰

⁵⁹⁷ É curioso: ao D. Luís garrettiano (a personagem descendente dos Távoras), assiste na ocasião o monarca D. Luís de Bragança, presente no teatro de D. Maria. A homonímia não deixa de ser, também ela, simbólica e eloquente, dados o contexto e os conflitos em cena e na política corrente.

⁵⁹⁸ Presente em discursos do pombalismo e, nos séculos seguintes, de setores liberais e republicanos. Entre setores mais exaltados do republicanismo, a acusação de um jesuitismo dissimulado e obsidiante atinge os mais diferentes opositores de suas políticas – trata-se, em suma, do inimigo a abater, continuamente atualizado. Como exemplo, recuperam-se dois trechos publicados após o centenário n’*A Folha Nova* (Porto, 12,17/05/1882): “nada há mais próprio do centenário de Pombal do que os jesuítas desmascarados. El-rei pertence à seita. Negá-lo pode ser prudente, mas não é justo. O divórcio entre o povo e a realza está consumado; [...] os jesuítas desmascarados insultam [...] os honrados e liberais portuenses que tomaram parte no cortejo cívico [...], [com] o apoio moral e material dos de cima, aliados eternos do obscurantismo religioso que serve para conservar as massas na ignorância, de modo que o povo não chegue tão cedo a compreender os seus direitos e a reclamar dessa forma o lugar que lhe compete como verdadeiro e único soberano que é. [...] Não há senão dois partidos no nosso país: o jesuitismo e a democracia”.

⁵⁹⁹ Confirmando, assim, na trama, acusações correntes na sociedade. Os dois caixeiros, representando o povo, por sua parte, ponderam: “– [...] Sabes tu que o nosso marquês que era um grande homem por fim? – Oh, se era! Bem grande. Mas deixá-lo estar assim pequeno, que sempre a gente dorme mais sossegada!” (GARRETT, 1848, p. 169). O que vai no sentido da afirmação inicial do autor de que, para o povo, “vença uma, vença outra [das classes superiores], que há para ele [povo] na vitória? Quando o poder muda, seja para quem for, aplaude, porque o instinto lhe diz que nessas mudanças descansará ele” (p. XII).

⁶⁰⁰ GARRETT, 1848, p. 158-160. Grifos meus.

Logo após a encenação, alguns jornais, além de evitarem críticas ao texto,⁶⁰¹ apresentam a ideia de uma “simultânea homenagem a dois grandes homens da nossa terra”; de uma apoteose de dois “obreiros da civilização, ambos grandes, ambos *imortais na consagração da posteridade*”. Em causa, mais uma aproximação entre pombalismo e liberalismo, por meio do marquês representado e de Garrett, autor de tal representação: “um que restaurou com mão brutal e vigorosa o *teatro social*, outro que com mão mimosa e delicada restaurou o *teatro literário*; um que abriu novos horizontes ao *país*, outro que abriu horizontes à *arte*”. Quanto ao segundo, reclama-se, reforçando tal aproximação, uma intuição prospectiva, confirmada no (justo) juízo presente:

*há quase trinta anos já, anteviu evidente o julgamento que, aos cem anos dados, a posteridade havia de fazer do vulto colossal e assombroso de Sebastião José de Carvalho e Melo! [...] Não fazemos a crítica da peça, que seria uma profanação e um sacrilégio, um atentado de lesa-majestade literária! [...] Quando vimos que o público aplaudia, tivemos um rebate de alegria no coração! Ensinamento do que era o jesuitismo não o há mais perfeito e completo [...]; lição para todos do que convém ligar os elementos ativos do país, sem que de nenhuma classe social se faça casta privilegiada e estéril, antes da cooperação de todos se colha a conquista do progresso, não a há mais eloquente e despretensiosa; estudo de costumes da época é perfeito e interessante; julgamento da grande obra do marquês e do seu tempo, perpetuado através das gerações, encontra-se ali tão lúcido e brilhante, de tal maneira, levantado na concepção genial do poeta, diplomata e estadista, que faz acreditar que [...] estava escrevendo para o dia de hoje, para a ocasião das festas do centenário, em que o público, no seu instintivo critério, solenizava as qualidades brilhantes do revolucionário autocrata!*⁶⁰²

Tais colocações dizem respeito sobretudo às cenas finais, em que, após a conciliação entre o ministro e D. Luís, reforça-se sua oposição ao padre Inácio (uma derradeira mostra do antijesuitismo pombalino que dá a tônica da obra). A encenação, afinal, encerra-se com o diálogo seguinte, que expressa o aspecto não conclusivo da luta representada, deixando claro que o conflito, bem desempenhado pelo marquês em seu governo, seguia, entretanto (no período encenado, no momento da escrita de Garrett e também na altura da reencenação de sua obra), em aberto:

Marquês: – Oh, padre, padre... Vamos, a sua mão. De amigo?
Inácio: – Veremos... e a Companhia?
Marquês: – Jamais!
Inácio: – Pois, guerra!
Marquês: – Sim.
Inácio: – Até a morte!
Marquês: – Seja. Eu cairei, mas...
Inácio: – Há de cair.

⁶⁰¹ “Seria pretensioso e pedantesco se quiséssemos julgar dos méritos literários desta produção, que há cerca de trinta anos subiu à sanção do público no mesmo teatro onde ora se representa. Diremos somente que, a nosso ver, parece-nos das mais perfeitas do grande reformador do teatro português” (*Diário de Notícias*, Lisboa, 09/05/1882).

⁶⁰² *A Revolução de Setembro*, Lisboa, 13/05/1882. Grifos meus.

Marquês: – Mas os jesuítas não se levantam.
Inácio: – Veremos.⁶⁰³

Ao se concluírem estas breves considerações sobre *A Sobrinha do Marquês*, é possível dizer (repetindo as palavras de Isaltino Morais) que também na obra garrettiana (*teatro literário*) “está feita a reconciliação em termos de Távora e Pombal”.⁶⁰⁴ Resta, contudo (reforçado, convocativo), o aspecto mais importante das contendas acerca das medidas do marquês: seu antijesuitismo, atualizado/ampliado em meio aos embates anticlericais oitocentistas e ecoando ainda no século seguinte (*teatro social*).⁶⁰⁵

Trazendo à tona polêmicas recorrentes acerca do governo pombalino e sugerindo continuidades em relação à política e aos sujeitos do século XIX, Garrett propõe um desfecho eloquente ao espetáculo/conflito representado. Para o autor, “se alguém queria ver outra coisa numa comédia do tempo do marquês [...], é tolo; e tanto sabe o que é o Portugal em que vive, como aquele em que viveu seu pai e seu avô” (três gerações).⁶⁰⁶ O antijesuitismo pombalino/liberal é reafirmado, assim, de maneira clara. A peça, aliás, foi reencenada em 1882 justamente devido a suas tônicas “tanto de combate às ordens religiosas, como de consagração dos sentimentos do povo português”.⁶⁰⁷ Questão central no que diz respeito à mobilização das diferentes evocações do marquês.

Na narrativa do governo pombalino, como dito, a *traição dos jesuítas* e a *tentativa de regicídio*, interligadas, assumiram aspecto de “justificações fundamentais na memória que o pombalismo vai construindo de si mesmo” (em seu tempo).⁶⁰⁸ Já na posteridade, entretanto, o *processo/suplício dos Távora*s é um dos principais exemplos de medidas

⁶⁰³ GARRETT, 1848, p. 175-176.

⁶⁰⁴ *Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019.

⁶⁰⁵ Deve-se ler a mobilização de tal obra e de tal imagem do marquês a partir de um embate mais amplo; “a imprensa liberal mais consequente jamais deixou de invocar a nossa tradição histórica [...] e de fazer do regalismo uma espécie de bandeira de luta contra o ultramontanismo e o anticlericalismo. O confronto ideológico travado nos jornais entre os liberais e os católicos intransigentes fazia-se sobretudo em torno dessa teoria política. De facto, enquanto os periódicos integristas esgrimiam contra a supremacia do poder civil sobre a esfera espiritual, as publicações liberais invocavam os teorizadores do século XVIII [pombalinos] [...] para justificarem a governamentalização da Igreja. À esquerda, a imprensa laica, sobretudo a partir dos inícios da década de 70, denunciava os ‘malefícios’ da ligação orgânica entre as duas instituições e defendia a sua separação. Republicanos e socialistas pugnaram, nas últimas décadas da Monarquia constitucional, pela desconfessionalização” (NETO, 1998, p. 569). Quanto ao desfecho da obra em tela (deixando a questão em suspenso; mantendo o leitor/espectador em alerta), pode-se relacioná-lo à advertência que se encontra no primeiro volume de *O Arco de Sant’Ana*, romance histórico da autoria de Garrett (1845, p. XV-XVIII): “Há doze anos, há dez, há cinco, há três, era inconveniente, era impolítico, não era generoso [...] recordar a memória de D. Pedro IV açoitando por suas mãos um mau bispo. De repente, em dois anos, a oligarquia eclesiástica levantou a cabeça. [...] Hoje é útil e proveitoso lembrar como os povos e os reis se uniram para debelar a aristocracia sacerdotal e feudal. Não há medo, repito, que ela volte. Mas há certeza que tenta voltar e essa tentativa, só por si e só em si, é uma revolução terrível”.

⁶⁰⁶ GARRETT, 1848, p. XIII.

⁶⁰⁷ *Diário de Notícias*, Lisboa, 05/03/1882. Palavras dos estudantes às empresas teatrais.

⁶⁰⁸ TAVARES, 2018, p. 68.

pombalinas continuamente *re-apresentadas* como acusações contra o ministro, e se remete, ademais, àquela parcela de seu histórico que seus elogiadores tentam justificar, contemporizar, ou até mesmo, no limite, neutralizar – visando a assegurar a prevalência determinados usos desse passado no presente.

A reconstrução de Lisboa e a reforma dos estudos, por outro lado, ainda que questionadas por alguns críticos, são processos que remetem àquilo que sua figura informa de menos conflituoso (sendo, ainda hoje, muito referidas – em termos elogiosos, e exagerados). Quanto às medidas pombalinas de teor antijesuítico, os discursos a tal respeito se afirmam como o principal aspecto a partir do qual o histórico marquês (sua representação como político *esclarecido* e *antirreacionário*) é recuperado e mobilizado de forma combativa por setores representativos do liberalismo e do republicanismo nos séculos XIX e XX. O que ajuda a melhor compreender a oposição, por parte de setores relacionados ao tradicionalismo, ao antiliberalismo e também ao antirrepublicanismo, a usos desse passado comemorado politicamente – embate continuamente atualizado.⁶⁰⁹

Para Isaltino Morais, todos, nos dias que correm, já se esqueceram dos “muitos detratores [que Pombal teve] no seu tempo”, enquanto dele mesmo “toda gente se lembra e fala”.⁶¹⁰ Na referida peça de Garrett, a personagem de Pombal, por sua vez, exclama:

este já não é o Portugal dos frades e das beatas. E o que eu semeei nesta terra – seja ele flores ou abrolhos, já não lho arrancam; já o não extirpam. Oh, eu por fim sou o marquês de Pombal. E eles, que são? Que salve deles o mundo e que há de saber a história dos seus feitos? A história, a história! Vaidade, orgulho dos néscios...⁶¹¹

À sua maneira, o Pombal de Garrett também relaciona, em proveito próprio, memória, mérito e história (opondo-lhes o esquecimento, essa espécie de “segunda e mais irremediável morte”, nas palavras de Jaime de Ségurier,*⁶¹² e também a irrelevância).

A história, ensina Marc Bloch, tem como objeto não exatamente *o passado*, e sim *os homens no tempo*. Sujeitos histórica e socialmente posicionados, é a partir dos problemas que propõem que os historiadores desenvolvem seus estudos, conscientes de que tanto seu objeto quanto sua análise estão inscritos no tempo; de que o conhecimento histórico está em constante reconstrução; de que presente e passado se entrecruzam continuamente, cabendo-lhes a reflexão ponderada sobre as mudanças e as continuidades

⁶⁰⁹ Ver: TORGAL, 1984; MATOS, 2010; 2017; ABREU, 2004, p. 83-98.

⁶¹⁰ *Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019.

⁶¹¹ GARRETT, 1848, p. 170-171.

⁶¹² [SÉGUIER], *A Folha Nova*, Porto, 12/11/1881.

no tempo.⁶¹³ Na perspectiva de Lucien Febvre (colega de Bloch), “o passado é uma reconstituição das sociedades e dos seres humanos de outrora por homens, e por homens empenhados na teia das realidades humanas de hoje”.⁶¹⁴

Após tomar os momentos comemorativos aqui recuperados como ponto de partida e fio condutor para as reflexões propostas (explorando as imbricação entre memória e história a partir das ideias de “*fazer história* na igreja da Memória” e de comemoração como *encenação* de aspectos selecionados do passado), nas páginas que se seguem se consideram outras efemérides e efígies pombalinas. Julga-se elucidativo tal percurso, avançando e recuando no tempo, para entender as comemorações que se vêm abordando. Ao longo destes capítulos, atenta-se a como o *lugar* de um historiador entre Portugal e Brasil há um tempo debruçado sobre releituras acerca do marquês de Pombal influi nas apreciações, nos estranhamentos e nas conexões aqui propostas. Afinal, como diz Lisboa,

o papel da história é o de, para compreender as distâncias entre os objetos de estudo, fugir aos anacronismos e procurar definir os pontos de referência de cada objecto de estudo, incluindo aqueles que nos estão mais próximos, podendo a partir daí definir tendências e relações. O interesse da história está precisamente na necessidade permanente de consideração de pontos de referência, incluindo nesses pontos o do próprio observador, ou seja, os do historiador, que está, também ele, em movimento contínuo.⁶¹⁵

Para concluir este capítulo e passar aos próximos passos desta tese (em que se espera manter em mente as preocupações e as tensões aqui trabalhadas), recorre-se, por fim, aos bastante conhecidos e também provocadores versos de Carlos Drummond de Andrade. Segundo o poeta, o historiador

Veio para ressuscitar o tempo
e escarpelar os mortos,
as condecorações, as liturgias, as espadas,
o espectro das fazendas submergidas,
o muro de pedra entre membros da família,
o ardido queixume das solteironas,
os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas
nem desfeitas.

Veio para contar
o que não faz jus a ser glorificado
e se deposita, grânulo,
no poço vazio da memória.
É importuno,
sabe-se importuno e insiste,
*rancoroso, fiel.*⁶¹⁶

⁶¹³ BLOCH, 2001 [1949].

⁶¹⁴ Cf. F. P. Santos, 1982, p. 673.

⁶¹⁵ LISBOA, 2018, p. 190.

⁶¹⁶ DRUMMOND DE ANDRADE, 2014 [1980], “O historiador”. Grifos meus.

CAPÍTULO III: Efemérides e efígies pombalinas

Quanto à estátua do reformador, em que se fala como complemento do centenário, [...] ela seria, se a fizessem, o monumento fúnebre elevado à morte da democracia ou à do senso comum na sociedade portuguesa. Mas não a farão nunca. [...] Quando chegar a hora da justiça, não é a estátua do marquês de Pombal que se há de erigir; é a de D. José que se há de apear. No monumento do terreiro do Paço, o único que merece continuar a contemplar Cacilhas é o cavalo.

Ramalho Ortigão,* 1882.

A cidade pombalina ficou com os seus arruamentos da Baixa, com o seu cais das Colunas, com o seu terreiro do Paço e com o seu arco da rua Augusta. Tal tem sido o único plausível pretexto para consagrar ao marquês de Pombal outro monumento, além do que já significa a memória do terreiro do Paço. Ao reedificador de Lisboa, a cidade agradecida. Toda a apoteose que ultrapasse o limite desse restrito programa [...] não deve ser objeto de uma obra de arte pública, porque o fim desse elevado ramo de arte é dar ao povo um eterno e intangível tema de reflexão, de ensino, de simpatia e de concórdia absoluta, e não suscitar desavenças e transmitir rancores de gerações mortas a gerações que vivem sem uma necessidade demonstradamente urgente de históricos pontapés.

Ramalho Ortigão, 1934 [1914].

Lisboa. Na praça/rotunda do Marquês de Pombal, uma imensa estátua representa o marquês (1934) olhando a cidade desde o topo da avenida da Liberdade (imagem 25). Ao longe, lá embaixo; no centro do espaço mais emblemático da Baixa Pombalina (terreiro do Paço/prça do Comércio), vê-se uma estátua equestre que representa D. José (1775) mirando o cais das Colunas, o rio Tejo e Cacilhas, na margem sul (imagem 26). No pedestal do monumento, há um medalhão com uma efígie de Pombal (imagem 27). Ao fundo e ao alto, no arco da rua Augusta (1875), vê-se, entre outras oito estátuas, uma do marquês (imagem 28). A meio da praça, no lado esquerdo, um *mupi*⁶¹⁷ evoca-o, por fim, em uma ilustração com o convite: “Viaje até a época pombalina. Visite o *Lisboa Story Centre* e descubra a visão inovadora que reconstruiu Lisboa” (imagem 29).

Inaugurado em 2012, o *Lisboa Story Centre* se afirma uma “plataforma de conhecimento e interactividade que, inspirada nos factos e eventos que moldaram Lisboa – com particular enfoque no terramoto de 1755 e nos planos da Baixa Pombalina –, convida o visitante a descobrir o património de forma lúdica e interactiva”. O *centro de interpretação histórica* resulta de uma parceria entre a Associação Turismo de Lisboa e

⁶¹⁷ Acrônimo de Mobiliário Urbano Para Informação; expositor de publicidade, de dimensões médias.

o Turismo de Portugal,⁶¹⁸ com um investimento total de três milhões de euros, viabilizando o “projeto-âncora do novo terreiro do Paço”;⁶¹⁹ um espaço “inovador” que

*desperta vários sentidos e dá a sentir alguns dos factos mais relevantes [...] sobre a rica e intensa história de Lisboa. Uma forma de interagir com Lisboa [...]; proporciona uma experiência de visita singular às memórias da cidade. [...] O visitante irá viajar no tempo como se percorresse um livro ilustrado trazido à vida. Através do uso de cenografia, multimédia e experiências sensoriais, são apresentados relatos dramáticos dos principais eventos da memória da cidade [...] de uma forma lúdica e interactiva, respeitando, porém, a verdade histórica.*⁶²⁰

Duas de suas seis áreas temáticas se relacionam à segunda metade do século XVIII, apresentada sob a perspectiva da influência pombalina.⁶²¹ Anuncia-se, a tal respeito, que o visitante “*será envolvido nos acontecimentos* do trágico dia de Todos os Santos [1º de novembro] de 1755 e *viverá a experiência imersiva* do terramoto e das suas consequências” – um vídeo de curta-metragem, recursos 3D e até um simulador auxiliam com as *sensações*. Dado que no núcleo seguinte o marquês *compareça* por via holográfica, afirma-se que o visitante “*participará depois com o marquês de Pombal* na visão inovadora da reconstrução da cidade em termos urbanísticos e de organização”.⁶²²

O *Story Centre* ocupa parte de um dos prédios requalificados na praça do Comércio e, em diferentes suportes, exhibe dramática e cronologicamente acontecimentos e personagens emblemáticos na narrativa mais difundida sobre a capital. Expondo “do passado ao presente os principais eventos” nela decorridos, visa a afirmar a imagem de uma cidade culturalmente diversa, historicamente rica e com traçado urbanístico inovador, instruindo e entretendo estudantes e turistas; possibilitando-lhes *despertar sensações, interagir com a cidade e visitar suas memórias*.⁶²³ No sexto núcleo, mostra-se a “Lisboa virtual, onde se descobre a maquete da Baixa Pombalina, que possibilita a interação multimédia com variados acontecimentos”. Explora-se “a arquitetura da cidade e se proporciona a descoberta mais pormenorizada da sua história, incentivando a sua

⁶¹⁸ Privada e sem fins lucrativos, a Associação (ATL), fundada em 1997, é desde 2004 a agência regional de promoção turística, dirigida pela Câmara de Lisboa (CML) (*Site* ATL). Já o Turismo de Portugal, integrado ao ministério da Economia, é a autoridade turística nacional, que “agrega numa única entidade todas as competências institucionais relativas à dinamização do turismo” (*Site* Turismo de Portugal).

⁶¹⁹ *Público*, Lisboa, 04,17/09/2012; *Correio da Manhã*, Lisboa, 03/09/2012. Na inauguração, António Costa (PS, centro-esquerda. Presidiu o município entre 2007 e 2015), disse se tratar de “um equipamento muito importante, porque conta a nossa história. É isso que nos diferencia das outras cidades”.

⁶²⁰ “Visão...”; “Memórias da Cidade – o que é?” *Site* LSC. Grifos meus.

⁶²¹ Supõem abarcar “toda a história, desde as primeiras civilizações até aos nossos dias”. Cada área “foca diferentes aspectos da história de Lisboa, estruturados numa sequência cronológica, em que os visitantes são ‘conduzidos’ por um ‘contador de história’ [áudio-guia] multilíngue, num passeio envolvente” (“Visita”; “Memórias da cidade – O que é?” *Site* LSC).

⁶²² “Memórias da cidade – O que é?” *Site* LSC. Grifos meus.

⁶²³ “Memórias da cidade – O que é?” *Site* LSC.

descoberta na atualidade”. Partindo de uma representação virtual, exibem-se curiosidades sobre episódios lá decorridos no passado e sobre a região no presente. Desenvolvem-se, por fim, sessões do que se decidiu chamar de *História ao Vivo*, em que se “simula aquilo que seria a oportunidade de encontrar, nos dias de hoje [...], através de uma conversa informal, [...] personagens históricas à escolha” – como o marquês.⁶²⁴

Propõem-se, pela representação teatral, “o contato e o diálogo com uma personagem da história da cidade de Lisboa, que partilha memórias sobre a sua vida e sobre a cidade e o país” (imagem 30).⁶²⁵ Eis a que se refere o convite para uma viagem no tempo até a época pombalina. A despeito de investimentos e propaganda, trata-se de uma evocação/narrativa tradicional e linear do passado, privilegiando acontecimentos e indivíduos mais conhecidos no histórico da capital, *representificados* de diferentes formas. Em muitos pontos, ademais, propõe-se uma abordagem presentista e ahistórica; um contato direto com o passado.⁶²⁶ No material informativo, por fim, embaralham-se história, estória e memórias.⁶²⁷

A ideia de criar um “centro interpretativo da Baixa Pombalina” é sugerida ainda em 2004 pelo arquiteto João Mascarenhas Mateus, que propõe um espaço

⁶²⁴ “Memórias da cidade...” *Site LSC; Time Out*, Lisboa, 20/04/2017. A listagem e o número dos indivíduos históricos variam um pouco ao longo do tempo, mas Pombal sempre consta na lista.

⁶²⁵ “Iniciativa que investe na performance teatral [...], proporcionando aos alunos o encontro ao vivo com personagens que protagonizam capítulos da história da cidade de Lisboa. As figuras testemunham na primeira pessoa os hábitos e as escolhas que tomaram e que influenciaram o percurso da cidade e do país”. (*Programa para grupos escolares* 2018/2019; 2017/2018; 2015/2016; 2014/2015. *Site LSC*). Warnick Frost e Jennifer Laing (2013, cap. 6) falam de uma “*living history* approach to cultural heritage [...]”; a broad term applied to efforts to interpret the past for a modern audience by simulating historical characters, situations and technology”. Encenação fantasiosa e sedutora; espécie de escapismo nostálgico.

⁶²⁶ A despeito de se reconhecer a relevância de explorar suportes para a reflexão e para a exposição histórica, questiona-se, aqui, a proposta de um contato direto como passado. Os diferentes dispositivos que se podem propor, ademais, não contam por si mesmos. Há que se criticar, interpretar e explicar. Curiosamente, ao apresentarem, em trabalhos acadêmicos, ponderações sobre uma ferramenta digital inspirada no passado de Lisboa, M. A. Câmara, H. Murteira e P. Rodrigues, apesar de reflexões epistemológicas iniciais, afirmam que a plataforma por eles defendida permite a “experimentação das conclusões e hipóteses resultantes das fontes”, fazendo com que visitantes deixem “de ser uma entidade passiva, um simples leitor ou espectador, tornando-se um viajante, um explorador” (CÂMARA & MURTEIRA, 2014; CÂMARA, MURTEIRA & RODRIGUES, 2011). Sobre a relação entre o historiador e o *universo digital*, ver: CARVALHO, 2018. De sua parte, relacionando criticamente diferentes suportes e uma abordagem pedagógica do patrimônio enquanto expressão de história pública, J. N. C. Menezes (2018, p. 75) entende que “a narrativa pública traduz a história produzida na academia para a linguagem compreensível do cidadão [...]. Por meio de diversos suportes de linguagens, ela constrói narrativas que evocam tempos, espaços, os homens e as suas construções, publicizando-as como história”.

⁶²⁷ Comprova-o o próprio nome do espaço: *Lisboa Story Centre – Memórias da Cidade*. A palavra *estória*, mobilizada nos informativos, pode ser entendida como “narrativa de cunho popular e tradicional”, demarcando-se de *história* (HOUAISS, 2001). Relaciona-se, assim, no caso, a *story*: “relato, narrativa, crônica; novela, lenda, história, fábula, romance, conto, anedota”, em certa oposição a *history*: “história, historiografia” (MICHAELIS, 2016 [2010]). Para a relação história-memória, ver o capítulo II desta tese.

situado numa das praças principais, a do Comércio ou a do Rossio, que permita um percurso guiado ao longo da história deste sítio histórico. *Um centro que recorra às novas tecnologias, incluída a da realidade virtual*, com auxílio da fotografia, de filmes e documentários históricos, gravações de áudio que ajudem a uma transposição temporal e espacial do visitante.

Coordenador técnico da candidatura da Baixa à Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO,⁶²⁸ Mascarenha Mateus se destaca em atividades relacionadas ao dossiê que busca demonstrar o *Valor Universal Excepcional* da região.⁶²⁹ Nesse ensejo, busca “atrair a atenção para este valor da Memória que está na base da riqueza e da importância da Baixa Pombalina, para Portugal e para a Humanidade”. Para ele, importa tornar

a Baixa Pombalina um pouco mais nossa. Fazer com que a Memória passe a estender-se, a partir do evento, à estrutura espacial, às formas territoriais e à vida quotidiana. *A Baixa Pombalina, na sua monumentalidade, apresenta um manancial de qualidades evocativas e como tal constitui um lugar de Memória e para a Memória*, baseando-se sempre sobre eventos históricos que devem ajudar ao estabelecimento de um diálogo que estimule o conhecimento e a apreensão dos seus valores como sítio histórico-monumental.⁶³⁰

A entrada de Lisboa na Lista Indicativa de Portugal se deu em 2004. Desde 2016, contudo, a cidade conta com duas inscrições nessa etapa do processo. Na primeira (*Lisboa Pombalina*), destaca-se, à partida, o enfoque *pombalino*. Mas também na segunda, mais abrangente, fluida e cosmopolita (*Lisboa Histórica, Cidade Global*), recorre-se às muito referidas inovação e modernidade da reedificação *pombalina* para comprovar o *Valor Universal Excepcional* da urbe.⁶³¹ Identifica-se, assim,

⁶²⁸ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estabeleceu em 1972 a Convenção do Patrimônio Mundial, para “identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural” (UNESCO, [1972]). No documento, encontram-se as bases para o sistema do Patrimônio Mundial. Cabe ao Comitê do Patrimônio Mundial estabelecer, em seleção a partir da Lista Indicativa dos Estados-parte (primeira etapa), a Lista do Patrimônio Mundial, em que se quer inscrever Lisboa. Ver: UNESCO, 2013 [2011]; “World Heritage List Nomination”, *site* UNESCO.

⁶²⁹ “O conceito de Valor Universal Excepcional é o que sustenta a Convenção do Patrimônio Mundial. É o fundamento de todos os bens inscritos. O propósito básico das candidaturas é dizer em que consiste um bem, por que ele demonstra potencial Valor Universal Excepcional e como esse valor será sustentado, protegido, conservado, gerido, monitorado e comunicado” (UNESCO, 2013 [2011], p. 10).

⁶³⁰ MATEUS, 2004a; MATEUS, 2004b. Grifos meus. A primeira sugestão consta no balanço das jornadas promovidas pela CML em 2003, convocando especialistas sobre a cidade e sobre procedimentos do Comitê e debatendo critérios para o dossiê de candidatura. A segunda sugestão consta no catálogo da exposição “Baixa Pombalina, 250 anos em imagens”, que marca a efeméride do terremoto de 1755. Ver: NAPOLEÃO, 2004. Na inauguração de outra exposição comemorativa (250 anos do plano da Baixa), António Costa (2008, p. 12-13) afirma que “Lisboa é herança, memória [...]. Os reconstrutores de Lisboa fizeram de uma catástrofe uma oportunidade para anteciparem o futuro, transformando a destruição em criação. A ambição visionária, a ousadia rigorosa e a capacidade de realização de que deram provas continuam a ser um belo e imperativo exemplo para aqueles que, como nós, têm hoje o dever de fazer a grande cidade do século XXI: uma cidade com história e com futuro, plural, inovadora, cosmopolita”.

⁶³¹ A empreitada parte em 2002 da CML, sob a presidência de Pedro Santana Lopes (PSD, centro-direita. Esteve à frente do município, com um breve intervalo, entre 2002 e 2005). A candidatura é validada pelo Comitê em 2004. Entretanto, faz-se necessário desenvolver instrumentos de gestão e salvaguarda (Ver: MATEUS, 2005), e a candidatura não avança. No programa de Costa à Câmara (2013-2017), propõe-se formalizar a “candidatura da Baixa a Patrimônio da Humanidade, na sequência do alargamento da área de

o palimpsesto da cidade, reconhecível nas diferentes camadas territoriais e culturais de uma urbe em permanente transformação. Dessa evolução, em constante adaptação a um relevo complexo e afeiçoando-se à pré-existência, resulta a Lisboa Histórica, singular entrelaçado de tecidos urbanos, testemunho de uma história milenar de intercâmbio de culturas, povos e religiões. *Realça dois momentos da cidade que constituíram marcos decisivos na sua evolução – os Descobrimentos, no século XV, e o Terramoto de 1755 – momentos em que a cidade se atualizou adotando as correntes do pensamento inovador da Europa. A cidade medieval cresceu até ao rio e transformou-se na Cidade Global, que mais tarde se reconstruiu como iluminista.*⁶³²

Quanto ao *Story Centre* (referido na primeira candidatura), mesmo que se evite descrevê-lo como museu histórico,⁶³³ sua proposta traz à tona tais instituições.⁶³⁴ Ulpiano Bezerra de Menezes destaca a função documental desses museus, que, mais que preservar e exibir objetos do passado, devem problematizá-los, desvendando suas “construção, transformações e funções, trilhando o caminho inverso [ao] da fetichização, isso é, partindo do objeto para a sociedade”. Já os *living museums* (próximos da tal *História ao Vivo*) são “casos particulares de reconstrução e contextualização históricas”, que se

intervenção do Plano de Salvaguarda da Baixa-Chiado e da conclusão dos projetos estruturantes realizados nos últimos anos”. Em 2016, com Fernando Medina (PS, substitui Costa em 2015), reformata-se e se atualiza a candidatura (renomeada “Lisboa Pombalina”): “a Baixa Pombalina está inscrita na Lista Indicativa de Portugal desde 2004. [...] Foram promovidas, e em parte realizadas, iniciativas conducentes à sua conservação, salvaguarda e requalificação”. E se apresenta nova candidatura, mais abrangente e lata. Contudo, não se avança – o que críticos atribuem às preservação e gestão ineficazes da zona (relacionadas aos avanços de empreendimentos turísticos e hoteleiros). Ver: “Candidaturas à UNESCO”, “*Programa de governo...*” site CML; “Pombaline Lisbon”, “Historical Lisbon, Global City” site UNESCO, *Tentative List; Público*, Lisboa, 28/02/2014, 10/10/2018; 18/10/2019.

⁶³² “Candidaturas à UNESCO”, site CML, 2017. Grifos meus. Para alguns críticos, com a Lista e com projetos de regeneração urbana se espera a “materialização de uma visão de cidade cosmopolita que oferece sua singularidade, entretanto recodificada para assegurar o seu reconhecimento”. Pensa-se a cidade como uma *marca*, competindo “pela sedução de turistas e pela atenção do investimento financeiro internacional. Mais ainda, convocam a dimensão patrimonial do ambiente urbano, enfatizando momentos heroicos da sua história, exibindo a singularidade da cultura popular que a caracteriza, como mais-valia nessa competição intercidades. [...] Património e turismo operam de forma complementar; o segundo ditando as dinâmicas da classificação do primeiro; ambos emanando duma lógica neoliberal que hoje governa as cidades” (BRAGA & GUTERRES, 2017). Ver ainda: BISMARCK, 2017.

⁶³³ “Embora não seja um museu, antes um espaço lúdico, garante-se o rigor histórico – na equipa do projecto, colabora o olissipógrafo José Sarmento de Matos. A *nova casa da memória*, que se apresenta como ‘um projecto inédito no país’ viverá dos ‘principais acontecimentos da memória colectiva da capital portuguesa’, da Fundação ao 25 de Abril” (*Público*, Lisboa, 04/09/2012. Grifos meus).

⁶³⁴ Ver: ALMEIDA, 1993 (refere-se à busca por uma definição adequada para museus históricos, destacando seus aspectos informativo e comemorativo); BLACK, 2011 (aponta tanto a construção e a transmissão de sentidos acerca do passado nos museus – pela via da seleção, da interpretação e da exibição, definindo e representando memórias culturais – quanto o papel ativo do visitante, transformando tais sentidos com sua experiência pessoal diante do museu); CHARLÉTY, 1996 (ressalta que os museus históricos, que têm como problema central a memória enquanto seleção e organização do passado, apresentam uma história-memória; interpretação e reconstrução/recomposição do passado direcionada aos indivíduos e à sociedade, exposta a partir de suportes exteriores; uma memória materializada e instrumentalizada, importante na elaboração das identidades históricas dos grupos a que se refere o passado evocado/representado); KNAUSS, 2018 (reflete sobre museus como “lugar social de valores que se distinguem pela perenidade, que têm a capacidade de atravessar os tempos”, onde se encontram “objetos cujos contextos originais se perderam no passado, mas ainda assim são tratados como vestígios antigos que dialogam com novos tempos [...]”; museus se definem pela sua relação com a história, independentemente da tipologia de suas coleções”, afirmando-se como “um universo de exercício da história pública”).

apresentam como panaceia para os referidos museus. Partem, contudo, de uma noção de passado como substância em si, abordável sem mediações e reproduzível no presente. Nesse sentido, o visitante, alegadamente capaz de retornar ao passado,

se incompatibiliza, por isso mesmo, com o conhecimento, pois se anulam as distâncias, num processo de banalização e pseudo-familiarização, que transforma o passado na mesma substância que o presente, apenas com diferenças, pois se trata de um presente anterior [...]. Esse processo é profundamente antipedagógico, pois nos aprisiona no presente e, incapaz de nos fazer compreender a alteridade no que ela tem de específico, transforma esse presente no único termômetro capaz de tudo medir.⁶³⁵

O historiador, em contrapartida, ressalta a ideia do acesso sempre mediado às representações do passado, que se deve dar pela problematização de seus vestígios – feitos documentos a partir de operações de seleção, preservação e crítica.⁶³⁶ Daí se contrapõem aqui suas palavras aos anúncios do *centro de interpretação histórica*, em que se propõem vivências, sensações e diálogos diretos com simulações de um passado que se busca exaltar, assimilando-o acriticamente ao presente. Menezes ainda declara:

não, a História não pode ser visualizada. A História não é algo que possa ser apreendido sensorialmente [...]. A exposição verdadeiramente histórica é aquela em que a comunicação dos documentos, por sua seleção e agenciamento, permite encaminhar *inferências sobre o passado* – ou melhor, sobre a *dinâmica* – da sociedade, sob aspectos delimitados, que conviria bem definir, a partir de problemas históricos. Inferências são abstrações, que não emanam da materialidade dos objetos, mas dos argumentos dos historiadores, referindo-se a propriedades materiais “indiciárias” desses objetos e a informações sobre suas trajetórias.⁶³⁷

Hall Foster, por sua vez, questiona a promoção de eventos *ao vivo* por instituições que, de modo geral, acolhem objetos inanimados. Ele ainda aponta que há na atualidade grande demanda pelo presente e por “qualquer coisa que se pareça com uma presença real”. Ponderações profícuas para pensar o apelo de fazer o passado passar por presente (e vice-versa); de representar uma *História ao Vivo*, propondo a simulada interação com mortos ilustres, a que se concede a ficção de uma sobrevida. O historiador da arte critica, ademais, a ideia de que eventos performáticos “fazem do visitante um observador ativo” – o que, por errônea oposição, faz supor que sem tais recursos há apenas passividade.⁶³⁸

⁶³⁵ MENEZES, 1994, p. 12-35.

⁶³⁶ Sobre vestígios do passado e sua transformação, pelo historiador, em documentos, ver: Le Goff (2016 [1977-1982], p. 495-497) – a desmistificação relaciona-se à desfeticização proposta por Menezes.

⁶³⁷ MENEZES, 1994, p. 38-39. Sobre o corte entre passado e presente que possibilita e instaura a *operação historiográfica* e as reflexões críticas sobre o passado (ausente *re-apresentado*), a partir da consideração e da mediação dos rastros/vestígios, ver o capítulo II desta tese, sob forte inspiração de DE CERTEAU, 2016 [1973]; 2016 [1983] e RICOEUR, 2018 [2000].

⁶³⁸ FOSTER, 2015, p. 4-6. Relaciona-se tal questionamento às considerações de Black (2011) sobre o papel ativo e transformador dos visitantes – nunca passivos diante de exposições que, de sua parte, também não estão mortas, como destaca Foster (2015); sendo uma espécie de memória ativa, para Charléty (1996).

Além disso, “muitas vezes esse empenho por nos tornar espectadores ativos se torna não um meio, mas um fim em si mesmo”. Desse modo, “comunicação e conectividade são promovidas por si próprias, sem grande interesse na qualidade da experiência subjetiva e das interpretações obtidas”. Contribui-se para “validar o museu – tanto aos olhos de seus gestores como aos de seus frequentadores – como relevante, vital ou simplesmente movimentado”. Pode-se dizer, então, que o *Lisboa Story Centre*, como os museus de arte moderna e contemporânea abordados por Foster, “busca tornar ativo antes a si mesmo que a seu frequentador”.⁶³⁹

A despeito de toda propaganda, focada em recursos inovadores, a história que lá se conta não apresenta tantas inovações/problematizações que de fato contem. Quanto ao marquês (destacado na divulgação e na organização do espaço), como costuma ocorrer quando se pretende *re-apresentá-lo* de modo pretensa/potencialmente consensual, ele é ressaltado por sua “visão inovadora que reconstruiu Lisboa”; afirmando-se personagem-símbolo de uma cidade que se pretende igualmente inovadora, esclarecida e moderna. Ademais da seleção do que se expõe sobre o período pombalino (diminuindo seu caráter polêmico/incômodo), não se problematizam os anacronismos que tais representações implicam.⁶⁴⁰

Nota-se, pois, o interesse atualizado por determinadas narrativas e por aspectos específicos daquilo que a figura de Pombal traz à tona em Lisboa na atualidade. A capital se vale de uma alegada modernidade de seu passado (recordado e evocado a partir da figura do marquês) para se afirmar como um atrativo e relevante destino turístico – no presente, e também no futuro. O *centro de interpretação histórica* se situa na praça do Comércio; espaço monumental em que o governo pombalino se fez representar à entrada e ao centro simbólico da capital que então se reconstruía. Espaço em que se baseiam, além disso, propostas para classificar a cidade como Patrimônio Mundial.

III.I Marcos comemorativos

Nestas páginas, atenta-se a alguns monumentos ao/do marquês visíveis na Lisboa de hoje, focando-se menos no histórico que evocam (e no modo específico como se manifesta tal evocação), e mais em sua relação com os pósteros. Partindo do presente em busca de

⁶³⁹ FOSTER, 2015, p. 5.

⁶⁴⁰ Quanto à *modernidade*: “depois do terramoto de 1 de novembro de 1755, a sua reconstrução sob o governo do marquês de Pombal serviu, na Europa e no mundo, para a criação da primeira cidade moderna do ocidente” (“Candidaturas à UNESCO”, *site* CML, 2017 [formulário para submissão à Lista Indicativa]). Para João Luís Lisboa (2018, p. 19-49), “a história que conta, ou é problemática, ou não conta”.

marcos comemorativos de Pombal, propõe-se um percurso reflexivo, em sentido inverso àquele da introdução deste capítulo. Desde seu medalhão, na praça do Comércio, passa-se sob sua estátua no arco da rua Augusta, percorre-se a Baixa Pombalina e se sobe até o topo da avenida da Liberdade, em que se encontra, na Rotunda, sua imensa estátua. Seguindo as admoestações de Menezes, considera-se a importância da alteridade para observar *objetos e problemas* históricos. Também se leva em conta o que Foster indica como uma operação reflexiva espaço-tempo, transportando “para diferentes períodos e culturas – para diversos modos de perceber, pensar, representar e ser”.⁶⁴¹

A ideia de transporte/viagem se remete, aqui, ao exercício de encarar a história como problema,⁶⁴² atentando às diferenças e às distâncias que a diacronia informa. No itinerário proposto, revisitam-se locais destacados nos planos de valorização/preservação contemporâneos e percorridos na celebração do primeiro centenário da morte do marquês. Se ao longo desta tese se têm em conta efemérides enquanto momentos singulares/fortes na elaboração de discursos comemorativos, este capítulo ainda atenta a como se lida em 1882 com monumentos relativos ao marquês – os já existentes e o proposto à altura, cujo histórico (mas não sua interpretação/apreciação estética) brevemente se recupera.

De acordo com um elogioso e nada imparcial relato coetâneo, ao meio dia de 8 de maio de 1882 se realiza, no topo da na avenida da Liberdade recém-aberta (1879), “o lançamento da primeira pedra do monumento do marquês”, que marca “a festa oficial do centenário: feita com a assistência d’el-rei, do ministério e da corte” e seguindo “o programa do estilo”. Entretanto, “o povo enchia as ruas da Baixa; apinhava-se pelas janelas das pessoas do seu conhecimento”, para assistir à

procissão cívica, que nos nossos costumes modernos parece destinada a substituir as procissões religiosas, e que às 2 horas da tarde devia sair do terreiro do Paço, depois de passar pela frente do medalhão do marquês de Pombal, no monumento d’el-rei D. José. A multidão foi-se aglomerando por todas as ruas de trânsito; nas janelas de todos os prédios dessas ruas não havia um único lugar vago [...]. Uma girândola de foguetes anunciou à cidade que o cortejo cívico promovido pela mocidade académica de Lisboa ia começar a sua romaria pelas ruas reconstruídas pelo grande marquês de Pombal. [...] Por toda a parte, esse cortejo majestoso foi saudado com grande entusiasmo.⁶⁴³

⁶⁴¹ FOSTER, 2015, p. 6.

⁶⁴² A relação do historiador com o passado (encarado como problema) é trabalhada no capítulo II desta tese.

⁶⁴³ *O Ocidente*, Lisboa, 21/05/1882. No programa elaborado pela comissão nomeada pelo governo (decreto de 28 de abril), lê-se: “dignando-se Sua Majestade el-rei honrar esse ato com a sua presença, serão devidamente prevenidos [...] os titulares e pessoas que formam a corte e aquelas que têm por estilo ou dever de cargo desempenhar funções no mesmo ato, para comparecer nele” (cf. Aranha, 1908, doc. 04).

Ao considerar os mencionados marcos pombalinos (encontrados ao longo do roteiro relatado), recorda-se, como se lê no conhecido livro de Ítalo Calvino, que “de uma cidade, não desfrutas as sete ou as setenta e sete maravilhas, mas sim a resposta que dá a uma tua pergunta”.⁶⁴⁴ Pode-se, ademais, indagar, com Miguel Faria:

ao cidadão, que leitura oferecem os itinerários urbanos percorridos na rotina do seu quotidiano? A cidade, dominada pelas imposições do tráfego rodoviário, que *sentido histórico* se encontra habilitada a transmitir ao seu habitante? O automobilista que se desloca da praça do Comércio ao Saldanha suspeita estar em trânsito num percurso carregado de *memórias* e espaços simbólicos consequentes a períodos determinantes do passado da cidade e do país?⁶⁴⁵

Seguindo reflexões sugeridas n’*As cidades invisíveis* do romancista italiano, tem-se em mente que uma urbe não se revela/apresenta nas descrições de seus detalhes;

não é disso que é feita a cidade, mas sim das relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do seu passado [...]. É dessa onda que refluí das recordações que a cidade se embebe como uma esponja e se dilata [...]; não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos para-raios, nos postes das bandeiras, cada segmento marcado por sua vez de arranhões, riscos, cortes e entalhes.⁶⁴⁶

Paul Ricoeur, de sua parte, estabelece interessantes relações “entre o tempo ‘narrado’ e o espaço ‘construído’”, ressaltando abundantes analogias, na medida em que “narrativa e construção operam um mesmo tipo de inscrição, uma na duração, a outra na dureza do material”. Para aquilo que aqui importa, o filósofo entende, assim, que

cada novo edifício inscreve-se no espaço urbano como uma narrativa em um meio de intertextualidade [...]. É na escala do urbanismo que melhor se percebe o trabalho do tempo no espaço. Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estreitamente associados do que no edifício isolado. A cidade [...] oferece um espaço de deslocamento, de aproximação e de distanciamento. É possível ali sentir-se extraviado, errante, perdido, enquanto seus espaços públicos, suas praças, justamente denominadas, convidam às comemorações e às reuniões ritualizadas.⁶⁴⁷

⁶⁴⁴ CALVINO, 2018 [1972], p. 54.

⁶⁴⁵ FARIA, 1994, p. 51-52.

⁶⁴⁶ CALVINO, 2018 [1972], p. 18-19. Sobre cidade, arquitetura, memórias e passado, ver: GOLDBERGER, 2011 [2009], 159-234. J. N. C. Meneses (2018, p. 74-75), refletindo sobre formas de exploração crítica e cuidadosa, entende que “o patrimônio estimula a busca de conhecimento da história pela problematização do cotidiano e não pela reprodução de informações e pela memorização [...]; coloca a história no mundo real do cidadão e do estudante. Coloca-a na escola e na rua; arena comum das conversas. O uso do patrimônio como instrumento para o ensino da história promove, enfim, um processo de dessacralização da história e do próprio patrimônio. Todo patrimônio é, nessa perspectiva, história, posta na arena pública para a compreensão dos públicos”. Esforço distinto da exaltação de *excepcionalidades universais*.

⁶⁴⁷ RICOEUR, 2018 [2000], p. 159. O filósofo apresenta, a seguir (p. 162-170, pt. III, cap. II), o tempo histórico/narrado, distinguindo-o do tempo vivido/fenomenológico e do tempo cósmico/natural. Sobre sua reflexão acerca da narrativa como forma de apreensão da experiência humana do tempo (e das aporias da experiência do tempo), ver: RICOEUR, 2012 [1983].

A região lisboeta em tela, onde decorreram eventos assinalados em narrativas e comemorações, preserva marcas históricas/evocações do passado referentes a um vasto intervalo cronológico. As perguntas aqui desenvolvidas, contudo, dirigem-se a alguns indícios/vestígios/testemunhos (selecionados, criticados e feitos documentos) referentes à segunda metade do século XVIII, mas se relacionam à busca por compreender evocações de tal período em momentos históricos distintos: os dias que correm e os dias em torno de 8 de maio de 1882 – além de ocasiões, compreendidas entre tais balizas, em que decorrem outras cerimônias de relevo, consideradas pontual e tangencialmente. De modo a melhor perceber como então se aborda/*re-apresenta* nesses marcos comemorativos (dirigidos ao presente de suas proposição e construção, e também ao futuro – que inclui o presente desta reflexão) o passado pombalino, recorre-se a relatos coetâneos, pontuados por alguns textos conhecidos à época.

Antes de avançar em tais considerações, recorda-se que Jacques Le Goff, interessado pelos vestígios do passado com que se deparam e que buscam e sobre que se debruçam os historiadores, entende por monumento “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”. Espécie de herança que tem “como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos”.⁶⁴⁸ Relaciona-se, assim, às formas de inscrição da memória – dirigindo-se ao presente e à posteridade.⁶⁴⁹

Ainda antes, o influente Alois Riegl define monumento como “obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos)”. À indicação, por Le Goff, de seu aspecto voluntário ou involuntário, é interessante apontar que Riegl fala de monumentos volíveis (desempenham originalmente uma função prospectiva) e não volíveis (seu *valor de memória* é outorgado pelos pósteros). Interessado pela atribuição de valor aos monumentos, ele ainda aponta que apenas a partir na Renascença, com “a formação de um novo valor de memória”, passa-se a apreciar monumentos (da Antiguidade) também por seu valor histórico, e não apenas por sua intenção recordativa.⁶⁵⁰

⁶⁴⁸ LE GOFF, 2016 [1977-1982], p. 535-536.

⁶⁴⁹ Le Goff (2016 [1977-1982], p. 442-466) aponta “a confiscação da memória coletiva [...] pelo meio do monumento público e da inscrição” e destaca monumentos funerários relacionados à comemoração dos mortos. A tal respeito (destacando o espaço público e privado dos cemitérios no século XIX, os ritos, monumentos e a manipulação/fabricação de recordações), ver: PANTANO, 1999; CATROGA. 1999.

⁶⁵⁰ RIEGL, 2014 [1903], p. 36-42.

Já Henri Lefebvre entende que os monumentos projetam uma imagem da comunidade visando ao autorreconhecimento por parte de seus membros. O filósofo, como Le Goff, aponta sua intenção/aparência de escapar ao tempo (transcendendo à morte)⁶⁵¹ e ainda seus aspectos repressivo e coesivo: se controlam seu entorno, é para reunir a comunidade em torno deles. No centro de “um espaço no qual se reconhecem e se banalizam os traços da sociedade, os monumentos inscrevem uma transcendência, um *alhures*”, proclamando outra dimensão nos percursos urbanos. Ponto forte de uma zona mais vasta, em sua leitura não se devem buscar significados determinados, e sim horizontes de sentidos variáveis ao longo do tempo.⁶⁵²

Em sua acepção clássica, destaca-se a natureza afetiva da palavra; não se trata de apresentar “uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva”. Entretanto, Françoise Choay entende que tal função memorial/evocativa paulatinamente perde importância enquanto o termo assume sentidos relacionados à grandeza, à beleza e à técnica.⁶⁵³ Como se nota desde a epígrafe deste capítulo, contudo, a questão da memória se mantém central para o momento e para a reflexão aqui em pauta. Ramalho Ortigão, particularmente interessado pela temática, entende que o monumento, como obra de arte pública, transmite uma mensagem “de gerações mortas a gerações que vivem”, dando “ao povo um eterno e intangível tema de reflexão, de ensino, de simpatia e de concórdia absoluta”. Nesse sentido, ele se opõe a monumentos que possam “suscitar desavenças e transmitir rancores” (ou “históricos pontapés”) dos mortos aos vivos.⁶⁵⁴

⁶⁵¹ Uma vontade de durar, relacionada a uma vontade de poder; “par le monument et par l’intervention de l’architecte-démiurge, l’espace de mort se nie, se transfigure en espace vivant, prolongement du corps, mais au service de ce que réunit le religieux, le pouvoir (politique), le savoir” (LEFEBVRE, 2000[1974], p. 255).

⁶⁵² LEFEBVRE, 2000 [1974], p. 253-257; 2008 [1970], p. 29-30. “Non que le monument ne résulte d’une pratique signifiante, d’une manière de poser un sens, mais parce qu’il ne se réduit ni à un langage ou discours, ni aux catégories et concepts élaborés pour l’étude du langage [...]. Il s’agit de texture et non de textes. [...] Consiste en un espace généralement assez vaste que couvrent des réseaux et des trames, dont les monuments composent les points forts, points d’attache ou de suture”. Lars Berggren (1999, p. 564) destaca o aspecto convencional/convencionado de monumentos; suporte para mensagens políticas, erigidos a partir de formas e símbolos reconhecíveis à altura e que convém considerar – como faz Marurice Agulhon (1998; 1978). Com Lefebvre, pensa-se aqui a multiplicidade de sentidos dos monumentos/espacos monumentais, sobretudo com a passagem do tempo e com as releituras do espaço urbano e de suas representações do passado. Refletindo sobre os valores dos monumentos, Riegl (2014 [1903]) aponta os diferentes sentidos segundo a perspectiva, independentemente de desígnios/intenções originais.

⁶⁵³ CHOAY, 1999 [1989], p. 17-20.

⁶⁵⁴ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 19/05/1934 [1914]. Vindo a lume postumamente pouco após a inauguração da estátua de Pombal. Também publicado em *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais* (Lisboa, abr-set/1935), com uma nota introdutória. Remetendo-se a sua aparição na *Revista Brasileira* (Rio de Janeiro, jun/1934): “quando há tempos pela primeira vez se pensou em estatuar de novo [o marquês], numa praça de Lisboa, Ramalho escreveu o admirável estudo que se segue. Confiou-o a um amigo, António de Oliveira Belo, para que só o publicasse se, algum dia, fosse erigida em Lisboa a estátua”. Seu conteúdo

O tipo de monumento voluntário em causa pode ser entendido como um meio de simbolizar o privilégio conferido por uma comunidade a indivíduos, eventos ou conceitos tidos por exemplares. Quanto à dita “monumentomania” que marca a Europa da segunda metade do século XIX,⁶⁵⁵ o fenômeno se relaciona à quebra do monopólio da representação monumental (vinculada às mudanças políticas de fins do século XVIII), possibilitando monumentos a indivíduos/cidadãos de diferentes estratos – não por ascendência, e sim por mérito.⁶⁵⁶ Devido a seu papel na instrução e na propaganda em um período marcado pela ampliação da participação política e também pela afirmação dos nacionalismos, inflaciona-se a proposta de estátuas, arcos triunfais e obeliscos; resultado e expressão de disputas.⁶⁵⁷

Seguindo as palavras de Fernando Catroga, entende-se que “as atitudes perante a morte que a modernidade foi gerando acentuam a monumentalidade funerária ao enfatizarem a memória como um *segundo além imortalizador*”. Nas evocações dos *grandes homens* defuntos, *representa*-se uma sua imagem idealizada, posta a serviço das práticas identitárias da comunidade.⁶⁵⁸ Assim, pode-se falar, com Maurice Agulhon, de uma *pedagogia do grande homem esculpido*.⁶⁵⁹ Além disso, dado que a “lembrança se inscreve numa experiência irreversível de tempo, ela é determinada pelo investimento mnésico dos vivos, o verdadeiro demiurgo dos deuses da memória”,⁶⁶⁰ depende do juízo

permite datá-lo da época do concurso para definir o projeto do monumento, com imbróglis em que as apreciações críticas de Ortigão se inserem.

⁶⁵⁵ Agulhon (1998; 1978) fala de “statuomanie” para o século XIX, quando (após a Revolução, com seu programa de secularização e democratização) os *grandes homens* foram pesquisados, celebrados e apresentados como exemplo – esforço de que estátuas e bustos em ruas e praças são aspecto parcial, mas espetacular. A qualificação pejorativa decorre de que, ao fim do século, considerou-se invasiva a inflação da *pedagogia do grande homem esculpido*. Já Ortigão (1934 [1914]) acusa a *monumentomania* como “caos mais grave. O monumento póstumo, em pedra e em bronze tendo em vista constranger a inocente memória de um morto a vir servir com o seu testemunho, arbitrariamente lavrado a escopro e martelo, as paixões da posteridade, as suas controvérsias, as suas desavenças, os seus recíprocos rancores, é um atentado que avilta e deprava a missão iconográfica e que, a meu ver, ultrapassa os limites do lícito no domínio do reclame. [...] Bastarda expressão escultural de uma obra de pedra erigida *ad perpetuum* na praça pública para a lição do povo uma violação do túmulo, uma profanação da morte, um sacrilégio da Arte”.

⁶⁵⁶ Ver: IHL, 2008 – pensando, para o caso francês, não só estátuas, mas mudanças na representação do poder a partir da Revolução (da efígie do rei à imagem do presidente, passando pela alegoria da República). Ver ainda: BONNET, 1998; OZOUF, 2015 [1984] – que abordam a construção da ideia de *grande homem* (mérito, talento), que se distingue da figura do rei (herdeiro), do herói (extraordinário) e do homem ilustre.

⁶⁵⁷ BERGGREN, 1999, p. 561-564.

⁶⁵⁸ CATROGA, 1999, p. 30-31. No trecho, abordam-se monumentos fúnebres, mas as reflexões valem para os monumentos aqui em tela. Catroga ainda afirma: “as estátuas dentro da cidade – tal como o nome personalizado das ruas e das praças – são signos em que se apela ao passado para que este seja mestre de vida” (cf. FARIA, 1994, p. 86).

⁶⁵⁹ AGULHON, 1998, p. 12.

⁶⁶⁰ CATROGA, 1999, p. 31.

dos homens do presente/futuro sobre os méritos dos homens do passado, entendidos como seus antepassados.

No que diz respeito ao Portugal oitocentista, a reflexão sobre monumentos, em uma acepção extensiva e reforçando seu valor testemunhal,⁶⁶¹ desenvolve-se a par de apelos para os preservar – bradando-se na imprensa por sua definição, e contra a destruição de suas feições originais.⁶⁶² Nesse sentido, são eloquentes as ponderações do célebre Alexandre Herculano,* para quem “a história que transforma o monumento em documento [...] é a história [...] de um povo inteiro”.⁶⁶³ O historiador se volta contra a “índole destruidora” dos sujeitos de seu tempo, a cuja busca pelo progresso (associada ao desejo de esconder sua decadência) ele atribui a vontade de destruir vestígios do passado:

o velho Portugal estava coberto de *recordações do passado*. Cada fato histórico tinha uma igreja, uma casa, um mosteiro, um castelo, uma muralha, um sepulcro, que eram *os documentos perenes* desse fato e da existência dos indivíduos que nele haviam intervindo. [...] Nos persuadimos de que, varrendo todos os *vestígios do Portugal antigo*, poderemos esconder aos estranhos a nossa decadência atual, porque, além disso, cremos que para ser deste século é preciso renegar os antepassados.⁶⁶⁴

Um pouco mais tarde, Herculano retoma a reflexão, afirmando categoricamente:

um monumento é um meio de transmitir ao futuro uma lembrança do passado. Essencialmente, é só isso. Acidentalmente, mil condições podem variar o seu modo de existir, mas *a condição unicamente absoluta desse existir é o lembrar*. Onde houver isso, há monumento: o livro e o templo, o obelisco e a estátua, o palácio e a campa, a árvore e até o chão defeso e condenado à perpétua

⁶⁶¹ Aparecem imbricados o que Choay (1999 [1989], p. 25-29), na esteira de Riegl (2014 [1903]), distingue como *monumentos* (volúveis) e *monumentos históricos* (assim elaborados/considerados a posteriori).

⁶⁶² Ver: ALVES, 2009; ROSAS, 1995.

⁶⁶³ Se para Herculano a história transforma monumentos (vestígios/testemunhos) em documentos, para Le Goff (2016 [1977-1982], p. 495-497) os historiadores transformam os vestígios do passado em documentos. Ele propõe tratar documentos como monumentos, dadas a não transparência e a intencionalidade nos vestígios do passado. Para Herculano (1901 [1843], p. 287), “as condições acidentais dos monumentos devem ser determinadas pelo espírito da época em que são edificadas; que eles são uma crônica de pedra, que o vulgo não lê, porque lhe ignora a paleografia, mas de que o homem da ciência histórica sabe aproveitar-se”.

⁶⁶⁴ HERCULANO, 1873 [1838-39], p. 3-52. Grifos meus. Importa referir que, sob tal lógica, o historiador entende que Pombal inicia no país o movimento de “reforma ou antes de revolução”, impondo sua vontade; “positivo e muito pouco especulativo”, enquanto “a maioria do país obedecia às reformas, mas sem as compreender”. Por isso, “partido o braço de ferro que as sustentava, as reformas definharam”; “no reinado do marquês de Pombal”, desrespeitaram-se as tradições portuguesas com ideias que lhes eram estranhas e “o despotismo ilustrado estragou-a [a arte] com a razão” – forma característica de destruição dos vestígios do passado. Tais reflexões se leem n’*O Panorama* entre 26/08/1838 e 16/02/1839; artigos reeditados, com algumas alterações, em 1873. A essas ideias, pode-se relacionar a reflexão de Riegl (2014 [1903], p. 55-61) acerca do *valor histórico* do monumento, que lhe atribui um sentido documental pelo “fato de ele representar um estágio evolutivo de um domínio qualquer da atividade humana”, sendo “tanto maior, quanto mais o monumento tenha conservado a sua integralidade e quanto mais inalterado estiver”. Acerca da preservação dos monumentos (que Herculano reclama e de cujo interesse Riegl traça uma historicização) – das demandas e legislações paulatinas, relacionadas ao conceito de patrimônio, ver: CHOAY, 1999 [1989]; ROSAS, 1995.

esterilidade podem ser monumentos. *O objeto lembrado, repito, é a condição exclusivamente absoluta de um monumento.*⁶⁶⁵

Segundo o historiador, “todos os tempos e todas as gentes deixaram mais ou menos sutilmente escritas, mais ou menos completas essas memórias de si”. Os diversos tipos de monumento se relacionam “ao aspecto moral do indivíduo eminente cuja memória se quis transmitir à posteridade ou, tratando-se de um sucesso, da natureza desse”. Herculano distingue monumentos *úteis* (com propósito coletivo: templos, mosteiros, escolas...) e *inúteis* (sem função prática; “egoístas”: estátuas, obeliscos, arcos do triunfo...). Os da idade média (período por ele valorizado), ligados a sentimentos religiosos, encontram-se entre os primeiros. Os dos períodos da decadência do império romano, da afirmação do absolutismo e alguns propostos à altura em que ele escreve (criticando-os) encontram-se entre os segundos⁶⁶⁶ – bem exemplificados, em Portugal, pela estátua equestre de D. José (erigida em vida do monarca para eternizar sua memória na praça-símbolo de uma Lisboa destruída e reconstruída a partir de seu reinado).

A relativa ausência de monumentos comemorativos e simbólicos (voluntários e não funcionais) no espaço público lisboeta antes do terremoto de 1755 se relaciona ao predomínio da relação entre o monumental e o sagrado, expresso sobretudo no interior de templos e conventos – edifícios-monumento voltados para dentro.⁶⁶⁷ A estátua de D. José foi a primeira do tipo no país,⁶⁶⁸ e apenas em meados do Oitocentos (o século da história

⁶⁶⁵ HERCULANO, 1901 [1843], p. 206. Grifos meus. As palavras encontram-se em sua proposta para que, em vez de uma estátua a D. Pedro IV, fizesse-se da reforma do Escola Politécnica (incendiada em 1843) um monumento *útil* em homenagem ao monarca. De tal sugestão resultou grande polêmica, a que ele reagiu com artigos na *Revista Universal Lisbonense* entre 08/06 e 13/07/1843, reeditados postumamente em 1901.

⁶⁶⁶ HERCULANO, 1901 [1843], p. 217-223.

⁶⁶⁷ FARIA, 1994, p. 62-65. “À partida, Portugal aderiu tardiamente à disposição de representações régias em espaço público, que se resumiam à ornamentação de portais de igrejas e noutra âmbito aos jacentes nos túmulos reais”, havendo contudo projetos no reinado joanino (FARIA, 2012a, p. 156). R. Santos apresenta um histórico das estátuas no país, evidenciando o predomínio de motivos fúnebres e religiosos (PROENÇA, 2014 [1924], p. 92-99). A despeito de planos joaninos, “era este o panorama nas vésperas do terramoto: a dois chafarizes celebrando a mitologia clássica e uma escultura sacra [...] se resumia o acervo monumental [simbólico] da capital do reino em 1755”. Não se pode esquecer, contudo, que o calendário ritual-festivo imprimia um diferente aspecto à urbe. Nas cerimônias comemorativas do catolicismo e da Monarquia, transportava-se para o exterior o fausto de igrejas e palácios e se realizavam manifestações de arte efêmera, proporcionando momentaneamente uma leitura simbólica no espaço urbano” (FARIA, 1994, p. 63-64).

⁶⁶⁸ Em termos artísticos e tecnológicos. Ainda que surja tardiamente (em comparação com outros do tipo na Europa), não havia exemplos anteriores significativos em Portugal (FARIA, 2009, p. 72). Segundo seu escultor, J. Machado de Castro (1810, p. 326), “se os portugueses, nas campanhas e nos empregos civis, têm dado muitas e brilhantes provas do zelo, fidelidade e amor para os seus soberanos, não temos sido assim nos monumentos públicos, para perpetuar-lhes a memória nesses rasgos de magnificências, nos quais com mais energia e concisão que na história se recomendam heróis à posteridade e com uma linguagem e eloquência tal, que num golpe de vista se faz perceber a sábios e ignorantes [...]. Em Portugal, pelo público, não temos ainda mais que a estátua equestre em bronze ao senhor rei D. José”. No seu livro, Maria L. Rattazzi (1882 [1879], v.2, p. 10), após comentar as estátuas de D. Pedro e Camões, diz: “quisera falar das estátuas de Vasco da Gama, de Bartolomeu Dias, de Fernão de Magalhães, de Albuquerque etc. etc. etc. Mas é impossível realizar o meu desejo, por isso que o governo ainda até hoje não pensou em honrar esses

e também das homenagens aos mortos ilustres)⁶⁶⁹ erigiu-se outra na capital, evocando Luís de Camões (1867); primeiro monumento português representando um *grande homem*,⁶⁷⁰ e não uma alegoria clássica, uma entidade religiosa ou um monarca (imagem 30).⁶⁷¹

As efígies de Pombal em tela remontam a um grande intervalo cronológico. Monumentos simbólicos, intencionais e datados, podem ser percebidas como um esforço para inscrever, em espaços públicos de Lisboa e em suportes que se pretendem perenes, determinadas representações do marquês. Um esforço relacionado a diferentes usos desse passado, evocado e mesmo comemorado em áreas emblemáticas de uma cidade que ainda hoje reclama determinada herança *pombalina*. Podem, também, ser percebidas como documentos/monumentos do período em que são propostas, construídas e inauguradas,⁶⁷² indicando como então se lida com narrativas/memórias sobre Pombal – que seleção se opera em seu histórico, que mensagens se visa a transmitir a coetâneos e pósteros. Daí a importância de aqui ressaltar, à partida, o duplo sentido de *monumento*, atentando ao testemunho da/sobre a época de sua ereção (seja no pombalismo ou em diferentes passos da posteridade) e aos alhures ainda hoje evocados nos percursos quotidianos.

III.II Praça do Comércio / Terreiro do Paço

Além de quem por ali passa a caminho de outras partes da cidade, o espaço monumental, apontado em livros de viagem dedicados a Lisboa como *a praça mais importante da capital*, diariamente atrai muitos visitantes. Em um desbotado tom de amarelo, suas três sóbrias alas de edifícios delimitam, com a Ribeira, uma grande área aberta e retangular. Como afirmam guias turísticos *in situ*, são quase 36 mil metros quadrados (*uma das*

ilustres mortos. E contudo, bem mereceram da pátria e na minha opinião deveria ela abrir subscrição pública, se o governo teimar em esquecê-los. O meu querido Portugal! Desejaria um pouco menos de condecorações para os teus pequenos vivos e um pouco mais de homenagens para os teus grandes mortos!”

⁶⁶⁹ CATROGA, 1999, p. 315-322. Para o historiador, lentamente se alterou “o modo como o homem ocidental concebia as suas relações com o espaço e com o tempo, provocando inevitáveis mudanças no campo tanatológico, em consequência de uma mais clara assunção do valor da história e da memória [...] os ritos [e os monumentos] consagradores e evocativos procuravam interiorizar um imaginário, no horizonte do qual o passado seria prenúncio do sentido inexorável do futuro”. Buscava-se tanto “*filiar e demarcar* a memória específica de um grupo”, quanto “construir uma unificante memória nacional”.

⁶⁷⁰ FARIA, 1994, p. 85-86. Acerca da estatuária dos grandes homens no país: MATOS, 1998, p. 428-434.

⁶⁷¹ Em meados do século, propuseram-se estátuas a D. Pedro IV, cuja figura se associava à afirmação do regime liberal. Após longo adiamento, foram-lhe erigidas em Lisboa (1870) e no Porto (1866). Ver: CATROGA, 1990; SILVA, 2005. A ponderação de Herculano se insere no debate sobre a estátua lisboeta (que ele pretere). Para monumento do Rio de Janeiro (1862): KNAUSS, 2010a, 2010b; RIBEIRO, 1999. Curiosamente, seu filho, D. Pedro II, sugeriu que no lugar de uma sua estátua se construíssem escolas. Acerca do processo demorado até a inauguração das estátuas no Porto e em Lisboa: SOARES, 2019.

⁶⁷² LE GOFF, 2016 [1977-1982], p. 548-549.

maiores praças da Europa!), em cuja parte central se encontra, sobre um grande pedestal de pedra, a estátua equestre de D. José, em bronze.

Envolvendo o espaço como longos braços abertos ao Tejo, os prédios pombalinos se destacam por suas grandes arcadas contínuas, por dois torreões paralelos, um em cada extremidade próxima ao rio, e por um arco triunfal, ao centro, que enquadra o início da rua Augusta, a mais emblemática da Baixa (imagens 32-33). Acessível desde 2013, o topo de tal arco desperta o interesse dos mais curiosos devido à visão privilegiada que proporciona: o rio Tejo, o Cristo Rei, a ponte 25 de Abril, o cais do Sodré, o bairro Alto, o elevador de Santa Justa, o Rossio, o castelo de São Jorge, a Sé, a própria praça.

Os edifícios históricos que caracterizam a referida praça passaram, ao longo do tempo, por uma série de remodelações. Atualmente, além de departamentos/instituições oficiais remanescentes, abrigam restaurantes (com suas esplanadas), espaços multiuso, o *Lisboa Story Centre* e também um núcleo do Museu de Lisboa, que ocupa o Torreão Poente, “sensivelmente no local onde existiu, antes do terramoto, o Paço da Ribeira” – razão de a zona ser muitas vezes referida como terreiro do Paço.⁶⁷³ A toponímia se remete a um passado anterior ao auge do pombalismo, que fez do espaço monumental um símbolo. Se no *centro de interpretação histórica* e no museu se narram acontecimentos lá decorridos no passado, nos dias que correm a praça é palco de atividades que congregam multidões: desde as festas do *réveillon* até o *arraial pride*, passando por protestos, concertos, sessões de *vídeo mapping* e celebrações esportivas. A região também atrai altos investimentos e projetos de requalificação que reforçam seu alegado apelo cosmopolita e sua exaltada vocação turística.⁶⁷⁴

⁶⁷³ O Torreão, concluído na década de 40 do século XIX, desde 2015 recebe exposições temporárias do museu municipal. Entre maio e setembro de 2019, foi tema e locação para “uma exposição para contarmos essa história aos portugueses e aos turistas que nos visitam” e vai em breve passar por uma grande obra de remodelação. Ver: Observador, Lisboa, 16/05/2019; “O Lugar do Torreão...” site Museu de Lisboa. Na praça do Comércio, há ainda um acesso à estação do metro (linha azul) que se nomeia *Terreiro do Paço*.

⁶⁷⁴ Dentre outras iniciativas, recorda-se o polêmico anúncio de um museu sobre o terremoto, a ser construído por uma empresa em terreno cedido pela CML: *Quake – Lisbon Earthquake Center*, ver: *Público*, Lisboa, 21/07/2018. Recentemente, anunciou-se o *Bacalhau Story Centre*, de iniciativa da CML. Apresentado como “uma homenagem a um símbolo da gastronomia e da história de um país que há muito pensa global”, insere-se no “Plano de Requalificação da Frente Ribeirinha” – investimento de €27 milhões, que se beneficia do Fundo de Desenvolvimento Turístico (relacionado à Taxa Municipal Turística de Dormida, em vigor desde 2016, arrecadando recursos para “projetos, estudos, equipamentos ou infraestruturas que produzam impacto direto ou indireto na promoção e qualidade do turismo na cidade de Lisboa”). Ver: “Novo Cais de Lisboa”; “Taxa Municipal Turística de Dormida” site CML; *Diário de Notícias*, Lisboa, 29/11/2019; *Público*, Lisboa, 29/11/2019. Tais iniciativas e notícias ressaltam a importância do turismo na capital, com sua forte vinculação às narrativas da história e ao espaço em tela. Sobre a exaltação da cidade como destino turístico, ver: “Óscares do turismo: Portugal é o ‘Melhor Destino do Mundo’ (outra vez) e Lisboa a ‘Melhor Cidade Destino’” (*Observador*, Lisboa, 01/12/2018).

Destacados nas narrativas correntes sobre a cidade, o terremoto de 1755 e a reconstrução de Lisboa escapam aos interesses deste trabalho. Ao refletir sobre evocações pombalinas, contudo, importa ressaltar que, a partir do cataclismo, Pombal buscou impor “a ‘sua’ capital, [fazendo-a] palco e cenário” para sua ação.⁶⁷⁵ Muitos autores, apontando a catástrofe como ocasião por ele bem aproveitada, referem-se a suas medidas como um *terremoto político* – pondo abaixo e reedificando diferentes elementos do país que ele desejava reformar.⁶⁷⁶ Dentre as mais influentes de tais referências, destaca-se Oliveira Martins,* para quem da hecatombe

nasceu o poder do marquês de Pombal e o acaso, aterrando os ânimos contra o pavoroso acontecimento, preparou-os para aceitarem submissamente *o jugo do tirano, que ia consumir o terramoto político, depois de a natureza ter consumado a ruína da cidade* [...]. Tudo havia a refazer, tudo se podia executar nesse momento único da *destruição total do passado*. O terramoto era o fim do mundo. Antes de criar, porém, o ministro precisava consagrar a destruição nas esferas onde a natureza não chega – na sociedade, nas instituições [...]. *O terramoto fez-se, pois, homem e encarnou em Pombal, seu filho*. [...] À medida que tudo caía e o chão, nivelado pelos terremotos de seis anos, pedia a régua e o esquadro do matemático construtor, o marquês de Pombal, rico pelos quintos do [ouro do] Brasil, levantava a nova cidade utilitária e abstrata [...]. Não se reedificava Lisboa; erguia-se, no lugar da antiga, uma nova cidade.⁶⁷⁷

Nas palavras de Ortigão, ademais, “a *cidade pombalina*” não foi “arquitetada em sistema social, mas levantada, desde os fundamentos até a cúpula, a golpes de legislação e de picareta”. Segundo o escritor, que ainda põe em paralelo os planos de reconstrução da capital e de reforma do país,

todo déspota precisa, para triunfar, de que uma grande calamidade pública o preceda, enfraquecendo a resistência da massa que se tem de dominar, assim como em certos casos cirúrgicos é preciso que a sangria ou a dieta prepare o

⁶⁷⁵ FRANÇA, 1989 [1977], p. 99-101.

⁶⁷⁶ Em uma comédia de 1862, abordada a seguir, um personagem diz: “o que o marquês quer é que haja outro terremoto, para ele então aparecer com um novo calhamaço chamado de *Providências*” (CASCAIS, 1899 [1862], p. 49). Na perspectiva de Luz Soriano (1867, p. 275), “o terramoto de 1755, sendo um mal geral para todos os portugueses, foi um bem para Sebastião José de Carvalho, porque não lhe causando prejuízo algum, aumentou-lhe extraordinariamente o seu poder, habilitando-o a executar pelo seu ferrenho sistema de despotismo todos os seus planos e reformas governativas”. Nas palavras de Luis Gomes (1870 [1869], p. 114), “lançado pelo destino no caos de um terremoto, soube dominá-lo; elevando-se nas asas de sua coragem, manteve a ordem no meio da anarquia do desespero e salvou da peste e da fome uma população dizimada pelas contínuas convulsões da terra. Pombal, depois desta medonha catástrofe, revolve com suas próprias mãos esse montão de ruínas e dela levanta uma cidade nova e magnífica. Essa vitória vale-lhe a admiração geral e seguramente a parte mais brilhante de sua glória. Fascinado por um semelhante triunfo, torna-se absoluto, temerário e intolerante. Empreende tudo e não recua diante de coisa alguma”.

⁶⁷⁷ MARTINS, 1882 [1879], t. II, p. 172-173, 182-183. Grifos meus. Pode-se notar certa influência de Herculano em sua perspectiva sobre o marquês (seja na abordagem da destruição voluntária e/ou involuntária do passado, seja na acusação do teor artificial de suas medidas reformistas). Também Almeida Garrett (1845-1846), no cap. XXVIII de suas *Viagens*, aprecia negativamente a cidade pombalina, afirmando que a arte se perverteu no país em meados do século XVIII; “os estragos do terremoto grande quebraram por tal modo o fio de todas as tradições da arquitetura nacional”, dando lugar a construções públicas que ele acusa de vilãs, absurdas e ridículas.

organismo. O marquês de Pombal teve a fortuna de encontrar o seu caminho aberto pelo terremoto.⁶⁷⁸ [...] O sr. Oliveira Martins chama ao governo do marquês de um terramoto. Efetivamente o enorme conjunto dessas disposições legislativas e policiais destinadas a refazer de um jato uma civilização representam uma força tão poderosa como o abalo de terra que em alguns minutos destrói uma cidade. [...] A tremenda catástrofe do terramoto lançara o pânico, o horror, a confusão, o desequilíbrio em todos os espíritos, em todas as relações sociais, em todos os interesses econômicos. A catástrofe nacional derivada dessa revolução geológica prepara o advento da dominação pombalina [...]. No meio do desfalecimento geral que por algum tempo se sucedeu à violência da crise, Pombal pretendeu reconstruir a sociedade perturbada exatamente pelo mesmo processo por que reconstruiu a cidade em ruínas: ao esquadro e à régua, como um pedreiro cabeçudo e valente, tomando a simetria pela ordem [...]. São os brutais arruamentos quadrangulares da Baixa prolongados a toda a área da ordem social.⁶⁷⁹

Primordial e (literalmente) central nos planos da cidade reerguida/refeita, a praça do Comércio traduz simbolicamente o chamado “espírito pombalino”, coroando a reconstrução.⁶⁸⁰ Já a inauguração da estátua régia (ocorrida bem antes de as obras estarem concluídas) pode ser entendida como o momento alto do governo.⁶⁸¹ Culminava-se, pois,

o esforço de autocelebração do reinado de D. José. A posteridade também não lhe negou os créditos. Pelo contrário, permanece como a expressão mais emblemática e imponente de um tempo que nunca mais foi esquecido. O urbanismo pombalino perpetua-se, assim, como a imagem mais duradoura do reinado de D. José.⁶⁸²

É enquanto discurso e símbolo percebidos como marcos pombalinos que praça, estátua e cerimônia aparecem nestas páginas (imagem 34).⁶⁸³ Em meio aos pósteros, interessam, mais que os homens do presente, os contemporâneos ao centenário de 1882. Dentre outros exemplos possíveis, aponta-se que na altura se republicam na *Gazeta de*

⁶⁷⁸ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 05/05/1882.

⁶⁷⁹ *As Farpas*, Lisboa, jun-jul/1882.

⁶⁸⁰ Sobre a importância da praça enquanto espaço de sociabilidade e representação, sobre o modelo da praça real e sobre a estátua: FARIA, 1994, 2005, 2008, 2012a; LOUSADA, 2008; OCHOA & SAMPAYO, 2019.

⁶⁸¹ FRANÇA, 1989 [1977], p. 35, 102.

⁶⁸² MONTEIRO, 2008 [2006], p. 316. Ademais, “se a Lisboa reconstruída já foi destacada como a corporização de uma ‘cidade das Luzes’, as luzes que a traçaram foram as da engenharia militar” – com muitos precedentes, com destaque para os espaços coloniais em que se podia “traçar povoações a régua e esquadro”, mas também algumas intervenções no reino, “mais pontuais, mas não menos significativas”. O terremoto, com a quase total destruição da parte central da cidade, a que se seguiu o esforço por parte do poder político para impor “sem vacilações as soluções escolhidas”, possibilitou a reconstrução da capital (MONTEIRO, 2008 [2006], p. 316-317). Acerca dos precedentes nas intervenções urbanísticas em Lisboa, ver: CARITA, 2001, 2012; ROSSA, 2001, 2015; SOROMENHO, 2012.

⁶⁸³ Nos 250 anos do terremoto, escreveu-se e se propôs: “a catástrofe [...] desde sempre foi celebrizada e até comemorada, em especial quando, em 1955 e em 2005, se contaram, respectivamente, dois séculos e dois séculos e meio sobre a ocorrência. [...] É tempo, agora, de reforçar a divulgação e a reflexão sobre a excelência, a eficácia e o carácter absolutamente inovador do instrumento de planeamento segundo o qual se processou a reconstrução: o Plano da Baixa de 1758. [...] A Câmara Municipal de Lisboa não pôde ficar alheia à efeméride e, através de uma exposição, propôs-se não apenas celebrar e dar a conhecer o facto numa dimensão ajustada à sua relevância, mas também potenciá-lo no sentido de catapultar o processo de regeneração da área. [...] Espera-se ainda que catapulte a sua divulgação internacional, nunca efectivamente conseguida” (ROSSA & TOSTÕES, 2008, p. 15-16).

Notícias,* do Rio de Janeiro, cinco artigos de Joaquim Martins de Carvalho.⁶⁸⁴ Além de uma apreciação geral sobre como se lida com memórias do pombalismo, ele afirma que “as duas terras do reino que mais devem ao marquês de Pombal são evidentemente Lisboa e Coimbra”,⁶⁸⁵ justificando sua atenção mais cuidada à reforma da Universidade (1772)⁶⁸⁶ e à reconstrução da capital.

Ao tratar de Lisboa, ele apresenta uma narrativa afinada aos tópicos que desde o período pombalino ecoam nos discursos panegíricos, destacando o protagonismo do marquês no pós-terremoto: “em geral, a consternação. Nem o rei, nem toda a sua corte sabiam tomar acordo perante tal calamidade. Houve, porém, um homem que se tornou superior a tudo. Esse homem foi o marquês de Pombal [...]; a tudo providenciou o marquês”. Não falta sequer a frase celeberramente atribuída a Pombal: “perguntando-lhe el-rei D. José o que convinha fazer em tais circunstâncias, respondeu-lhe o ministro: ‘Senhor, enterrar os mortos e cuidar dos vivos’”.⁶⁸⁷ Para Carvalho, ademais,

o que o marquês de Pombal fez pode hoje ver-se nas principais ruas de Lisboa, que ele fez reconstruir, não estreitas e tortuosas como antes do terremoto, mas amplas e retas como se acham. A magnífica praça do Comércio, mais conhecida por terreiro do Paço, a grandiosa praça do Rossio, hoje praça de D. Pedro, assim como muitas ruas e majestosos edifícios mostram quanto pôde a vontade do marquês de Pombal. Tal foi a atividade nos trabalhos que, passados 20 anos, não só estava construída a esplêndida praça do Comércio, mas no dia

⁶⁸⁴ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22,26,29/03/1882; 02,06/04/1882. Artigos inicialmente publicados em *O Conimbricense* (fundado e dirigido pelo próprio Carvalho, publicado entre 1847-1908). Aranha (1908, p. 30) recorda que no periódico se publicam “muitos documentos sobre e do marquês de Pombal. Em 1882, começou a inserção de umas cartas originais e inéditas do ilustre estadista”.

⁶⁸⁵ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 06/04/1882.

⁶⁸⁶ Apesar das críticas de Teófilo Braga (*O positivismo*, Porto, 1880, p. 167-170), a Universidade não deixou em branco sua efeméride: “por ocasião do centenário da reforma, em 1872, publicaram as diferentes faculdades da Universidade curiosas e eruditas memórias, devidas às primeiras notabilidades das respectivas faculdades. Por elas, se podem aferir a valia da reforma de 1772 e os resultados auferidos no longo espaço de tempo de cem anos” (SAMODÂES, 1882, p. 261). Ver ainda: *Trabalhos na Universidade de Coimbra* cf. Aranha, 1908, doc. 10 (“ainda há pouco celebrara o 1º centenário da sua reforma, justo era, pois, que celebrasse também o do seu autor”); *As Farpas*, Lisboa, dez/1872.

⁶⁸⁷ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 06/04/1882. N.º *O Panorama* (Lisboa, 04/05/1839 [Herculano]), lê-se que “essa resposta, em verdade sublime no meio do descorçoamento geral, não foi do ministro, mas do [...] marquês de Alorna, a quem el-rei fez a pergunta e que respondeu: *sepultar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos*”. Castelo Branco (1982 [1882], p. 117-118) também atribui a frase a Alorna, criticando que “o vulgo dos apologistas não permite que algum luso, tirante Sebastião de Carvalho, pudesse dar resposta tão ática e profundamente conceituosa”. Nas já desacreditadas, e muito referidas *Memórias secretíssimas* (ver: ALMEIDA, 1984), atribui-se a fala a Pombal. Nas palavras coerentes de Azevedo (1990 [1909], p. 121), “as célebres palavras, pode ser que não proferisse. Mas, neste caso, como em muitos outros da história, o inexacto é mais verdadeiro que a própria realidade. O dito permaneceu na tradição como a fórmula de um caráter e ficará para sempre vinculada ao nome de Pombal. À distância secular que nos separa do acontecido, a imaginação vê ainda o super-homem [...] a emergir sozinho dos fumos da catástrofe. Ele enterrou os mortos; ele cuidou dos vivos; ele nivelou as ruínas, traçou as ruas, desenhou as construções, gizou a estátua equestre e, triunfador, fez-se retratar, delineando a Lisboa nova que de entre os destroços ressurgia. O epíteto de *pombalina* que tem a arquitetura do seu tempo designa mais que um estilo e uma época; enuncia uma vontade em ação e, para os espíritos simplistas, foi essa vontade que moveu e alçou cada uma das pedras da Lisboa reconstruída”.

seis de junho de 1775, aniversário d'el-rei D. José, se elevava no meio dessa praça a majestosa estátua equestre do mesmo rei, ato que foi celebrado com uma pompa extraordinária.⁶⁸⁸

Aponta-se Lisboa como um monumento, testemunhando à posteridade o poder, a vontade e os planos de Pombal, que não apenas restaurou, mas também melhorou a cidade. Esse é um dos mais recorrentes argumentos a justificar sua celebração,⁶⁸⁹ afirmando-se, em outro texto, que “até o destino concorreu para sua grandeza; das ruínas produzidas pelo terremoto, o ministro de D. José levantou o seu monumento: uma cidade inteira”.⁶⁹⁰

O marquês é indicado, nas páginas do lisboeta *O Ocidente*,* como “aquele que a erguera [Lisboa] do tumulto e que, de uma cidade irregular, acanhada e meio árabe, fizera uma cidade vasta, larga e bela, que é o mais grandioso templo elevado à sua memória”. Reforçando a ideia de uma interação entre gerações, além disso, o centenário é referido como “o hino que a Lisboa de 1882 entoou à memória daquele que a reconstruiu em 1755”. Enquanto “a magnífica praça do Comércio, a mais bela e notável da Europa”, é destacada no plano da reconstrução como “uma concepção grandiosa” em cujo centro “delineou o grande ministro de D. José um monumento a seu soberano, assinalando aos vindouros, assim, que fora no seu tempo que a cidade, qual outra fênix, rompera do fogo que a devorava, rejuvenescida e esbelta”.⁶⁹¹ É interessante notar que, de acordo os termos que se leem no programa dos festejos, o cortejo cívico

⁶⁸⁸ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 06/04/1882. Grifos meus.

⁶⁸⁹ Como se percebe em textos de 1882. Ortigão (1934 [1914]) informa um reconhecimento a contrapelo, e indicia que a argumentação se atualiza ao longo do tempo – ver: Monteiro (2008), material produzido no LSC, dossiê de candidatura para a Lista da UNESCO e discursos referidos no capítulo II desta tese. Castelo Branco (1982 [1882], p. 117-123), contudo, desqualifica sua excepcionalidade: “os pindaristas do marquês de Pombal a meia volta vêm com o terramoto a terreiro [...]. Dão ao ministro uns ares míticos. [...] [Mas] sabem perfeitamente que as providências legisladas nesse desastre confluíram de diversas juntas civis, eclesiásticas e técnicas [...]. O ministro, na sua posição oficial, fez [apenas] o que lhe cumpria”. Ele aponta terremotos anteriores, ressaltando que seus cronistas, “entendendo que os ministros não mereciam a imortalidade pelo fato de cumprirem o seu dever, providenciando no enterro dos mortos e no remédio dos vivos”. Para Pinheiro e Silva (1882, p. 7-8), o terremoto é um dos poucos fatos conhecidos acerca do governo do marquês: “que maravilhas se contam e se acreditam por aí a propósito dele! E pode ter havido outros, como houve realmente. A grande maioria só conhece e só alude sempre ao de 1755. Foi esse que deixou na imaginação popular profunda impressão, esse que, transmitido pela tradição oral, passou às gerações seguintes, assumindo aos seus olhos as proporções fantásticas da lenda”. Em jornais católicos coetâneos, lê-se: “fala-se por aí muito na construção da baixa de Lisboa, mas nós não compreendemos que haja nisso de grande. Qualquer de nós, com dinheiro e terreno, faz o mesmo ou melhor. Ora, tendo-se dado um terremoto, de que resultava a grande necessidade de reconstrução desta capital, havendo poderosos capitalistas e fumegando depois a carne assada dos fidalgos, queimados em Belém, quem se atrevia a dizer ao marquês que não?” (*A Cruz do Operário*, Lisboa, 22/04/1882); “Reedificou Lisboa como? Despótica e violentamente. Hoje, depois de tantos anos decorridos, reproduz-se na câmara escura da memória, com toda a nitidez, o quão horripilante das cenas que se concebem, mas [que] não podem descrever-se, em que ele é o protagonista” (*A Palavra*, Porto, 13/06/1882).

⁶⁹⁰ Trecho da contribuição de Silva Júnior, na obra organizada pela Mocidade Acadêmica Brasileira (1882).

⁶⁹¹ *O Ocidente*, Lisboa, 08/05/1882. Exemplo mais atual, J. M. Teixeira (2012a, p. 158-177) escreve: “tributo e celebração do titânico empreendimento da reconstrução da cidade pós-terramoto sob o

será organizado na praça do Comércio e percorrerá as ruas da cidade baixa, simbolizando a gratidão de todos os portugueses pela atitude enérgica e salvadora do ilustre ministro na ocasião do terremoto de 1755 e pelos seus serviços, reconstruindo majestosamente a cidade arrasada.⁶⁹²

Não surpreende, pois, no préstito, o carro alegórico da Câmara,⁶⁹³ em formato de um galeão, em que a Lisboa reconstruída é representada por uma altiva figura feminina – esculpida em dourado, segurando uma coroa de louros em uma mão e os planos da cidade na outra, assentada sobre uma enorme maquete da praça do Comércio (imagens 35-36).

A ideia de que a reedificação se concluiu no governo pombalino não corresponde, contudo, ao efetivo processo das obras – que se delongou no século XIX (imagem 37).⁶⁹⁴ Entretanto, a cerimônia de inauguração, organizada e presidida pelo marquês, “pôs (ou impos) um ponto final no discurso”, glorificando a empresa da reconstrução em um momento em que ainda havia muito a edificar; estando a própria praça, afinal, “menos de meio terminada”.⁶⁹⁵ No ritual, sucedido no espaço simbólica e efemeramente preenchido (com madeira, pano e gesso simulando os prédios e o arco do triunfo não construídos),⁶⁹⁶ cidade, praça e estátua se afirmavam uma homenagem ao monarca e a seu ministro, representado por um medalhão com sua efígie, no pedestal do monumento régio.⁶⁹⁷

Nos festejos (decorridos cerca de 20 anos após o terremoto, no dia do 61º aniversário de D. José) e nos textos decorrentes, asseverou-se a narrativa oficial acerca do reinado e também da capital pós-1755. Foi o auge do esforço de autopropaganda do pombalismo, indiciando a forma como se pretendia visto pelos coetâneos e recordado

protagonismo do inflexível marquês de Pombal, a estátua régia convoca a apoteose do projeto [...]. Tutor do plano da reedificação da capital do reino, patrocinou a exaltação áulica, no levantamento da estátua emblemática e consecratória da monumental operação urbanística, que, porém, tinha a sua assinatura, num desígnio mobilizador de transformação da cidade e do país”. Tal perspectiva reflete, em suma, o discurso pombalino. Teixeira, de resto, aponta diversas formas com que então se “glosou, exaltou e celebrou” o monumento – em narrativas, ilustrações, poesias e parafernália variada.

⁶⁹² Cf. Aranha, 1908, doc. 07.

⁶⁹³ É o primeiro dos sete carros alegóricos (além de dois carros para flores e um de troféus), vem logo após o piquete de cavalaria da Guarda Municipal, que abre o cortejo. No *Diário de Notícias* (Lisboa, 09/05/1882), há um longo relato, em que se lê: “passou o carro da Câmara Municipal, representando Lisboa restaurada [...], produzindo um belíssimo efeito e correspondendo perfeitamente à homenagem que a vereação da cidade devia e que ela prestou com bizarria, que a multidão lhe correspondeu em saudações”.

⁶⁹⁴ Ver: DIAS, 2012 (apresenta inclusive infográficos do andamento das construções na praça, sob D. José, D. Maria I e D. João VI); FARIA, 2008, p. 208-217; LOUSADA, 2008 e FRANÇA 1989 [1777], p. 50-56.

⁶⁹⁵ FRANÇA, 1989 [1777], p. 102.

⁶⁹⁶ Apresentando-se, assim, de modo presumivelmente aproximado de sua forma idealizada (segundo os planos *pombalinos*), reproduzida em imagens da época (imagem 34).

⁶⁹⁷ Posta na parte frontal da base e feita no mesmo material que o monumento, a efígie completa-o, em sua concepção pombalina, divergindo do modelo inspirador francês (estátua equestre de monarca vivo, ao centro da praça). Para Faria (2012a, p. 195), é “impensável à luz das convenções da época, reforçando o sentido possessivo da edificação do monumento por Pombal, numa originalidade que faria escola, sendo mais tarde repetida por Pina Manique na estátua real que o Intendente procurou dedicar a D. Maria I”.

pelos pósteros;⁶⁹⁸ vinculando, de maneira duradoura e eloquente, o monarca e o ministro à reedificação idealizada.⁶⁹⁹ Como indiciam as referências à Lisboa reconstruída e a seu reedificador, aparentemente se logrou, nesse quesito, convencer não apenas grande parte dos indivíduos de fins do século XVIII, mas também daqueles da posteridade. Acerca da cerimônia (que também contou com cortejo e carros triunfais), afirma Carvalho, em 1882:

duraram os regozijos públicos três dias, nos quais houve toda a qualidade de divertimentos. Fogos de artifício, festas alegóricas e festas triunfais, buquês e bailes, tudo quanto a imaginação pode conceber de aprazível e o gênio de inventar se prodigalizou liberalmente ao povo. Foram cunhadas medalhas para comemorar esse notável acontecimento e, à exceção dos criminosos de Estado e dos que eram acusados de crimes graves [muitos, dentre os quais os Távoras e seus próximos], todos os outros foram soltos. El-rei D. José, para mostrar a distinção em que tinha o seu ministro marquês de Pombal, mandou que fosse colocada, na base do pedestal da estátua equestre, uma efígie dele em bronze.⁷⁰⁰

Dentre os textos que então vieram à tona,⁷⁰¹ destaca-se um manuscrito com uma analogia entre a visão idealizada da cidade e um livro, tendo por face, a receber os visitantes, a representação do monarca, complementada por aquela de seu ministro:

parecia ajustado que o nome de José I, rei de Portugal, se lesse no frontispício de sua grande obra e que ouvindo o estrangeiro com assombro o grande nome desse monarca, que com tamanho brado soava nas mais distantes terras, encontrasse logo na estrada da grande cidade de Lisboa, que ele erigira de um montão de ruínas, um abonado testemunho da gratidão de seus vassallos e um seguro penhor do quanto esses conheceram e prezaram os benefícios com que os enriquecera. Devido era que ao nome desse grande rei se visse gravado também

⁶⁹⁸ Para Soriano (1867, p. 175-176, 140), “era geralmente olhada como um monumento que o marquês levantara a sua própria pessoa, não sendo as festas que por aquela ocasião se fizeram outra coisa mais que a solenidade do seu pessoal triunfo”, desfrutando de “honras iguais, se não superiores às do próprio rei” e vendo “seu busto colocado no mesmo monumento do soberano”. No monumento, as referências ao terremoto se limitam a um baixo-relevo, atribuído ao escultor, e ausente nos desenhos de Eugênio de Santos, e a uma inscrição em latim. Na cerimônia, não aparecem, preteridas às respeitantes à vitória sobre a *traição* dos jesuítas e sobre a tentativa de regicídio (FARIA, 2012b, p. 111-113; TAVARES, 2008, p. 67-69).

⁶⁹⁹ Sobre as construções efêmeras então erguidas, os festejos e o monumento, ver: DIAS, 2012, p. 280-287; FARIA, 1994, 2008, 2009, 2012a, p. 202-214; RODRIGUES, 2012. Se o monarca esteve ausente de tais festejos públicos e, desde a catástrofe, do espaço onde antes estava o paço real, a partir da inauguração está representado no centro da praça que se afirmava símbolo do regime e da cidade planejada. A alteração na toponímia é também representativa: praça do Comércio, e não mais terreiro do Paço.

⁷⁰⁰ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 06/04/1882.

⁷⁰¹ Carvalho, a tal respeito, afirma, no primeiro de seus textos: “quando no ano de 1775 se levantou na praça do Comércio de Lisboa a estátua de el-rei D. José I, ato que foi acompanhado das mais faustosas festas, deu o marquês de Pombal ordem para na impressão régia se imprimirem gratuitamente todas as poesias congratulatórias que se quisessem publicar. Com efeito, houve uma tão grande inundação de poesias, que reunidas elas davam uns poucos de grossos volumes [...] em que a lisonja esgotou tudo quanto de mais servil podia dizer” (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22/03/1882). Ver: SANTOS, 1991, p. 41-52; TAVARES, 2018, p. 48-64; TEIXEIRA, 1999, p. 109-128. É importante a menção às *Observações* escritas pelo marquês e entregues ao monarca após a inauguração. O texto apresenta uma narrativa elogiosa sobre as ações do governo. No ano do segundo centenário pombalino (1982), tal texto veio a lume junto a um conjunto de documentos, com o título de *Memórias secretíssimas do marquês de Pombal e outros escritos*. Segundo L. Ferrand de Almeida (1984), trata-se, na verdade, da problemática e não esclarecida reedição de um conjunto de documentos dispersos publicados já em 1820 e até 1861 aumentada e reeditada quatro vezes – dentre os quais, as *observações*, que já em 1831 tinham vindo a lume como *Memórias secretíssimas*...

*o daquele zeloso ministro, a cujo desvelado cuidado e incansável diligência não só deve Lisboa a grandeza de que justamente blasona, mas toda a nação o melhoramento que se vangloria.*⁷⁰²

Em um dos sonetos que Basílio da Gama* escreveu e que circulou em folha volante na altura das comemorações,⁷⁰³ afirma-se ser o porte do marquês equivalente ao do monarca – sustentáculo para seu elogio:

Reconheço a JOSÉ. POMBAL eu vejo,
Que a coroa na testa lhe sustinha.
Reverente me inclino, e o cetro beijo.

Na mão, o cetro de ouro ao REI convinha:
Ou entre o Efestião e o REI do Tejo,
Quem se enganasse bem desculpa tinha.⁷⁰⁴

Já no *soneto ao busto do marquês*, recitado na ocasião e coligido por Luz Soriano* no século seguinte, lê-se:

Estrangeiro, que o mármore examinas,
E aos pés do régio monumento Augusto
Pasmado vês o respeitável busto,
Em que descansam as sagradas quinas.

É esse o herói, que de prisões indignas
Livrou a pátria e que constante e justo,
Por ela e por seu rei verá sem susto
Cair do mundo as últimas ruínas.

À sombra desse benfeitor Carvalho,
Os louros da ciência e da vitória
Crescem, nutridos de abundante orvalho;

*Convinha, pois, do rei à alta memória
Que com quem repartia o seu trabalho,
Repartisse também a sua glória.*⁷⁰⁵

José Pedro Ferraz Gramoza, magistrado contemporâneo ao período pombalino, assevera, em manuscrito alegadamente encontrado e publicado em 1882,⁷⁰⁶ que

⁷⁰² *Relações das festas ...* de Manuel de Souza. (Cf. Tavares, 2008, p. 49). Grifos meus.

⁷⁰³ Ao então conde de Oeiras, ele mais tarde dedica o soneto de abertura de sua mais conhecida obra, *O Uruguai* (1769), em que se lê: “Ergue de jaspe um globo alvo e rotundo / E em cima, a estátua do herói perfeito / Mas não lhe lavres nome em campo estreito, / Que o seu nome enche a terra e o mar profundo [...] / Mas porque pode em século futuro, / Peregrino, que o mar de nós afasta, / Duvidar quem anima o jaspe duro / Mostra-lhe mais Lisboa rica e vasta, / E o comércio e em lugar remoto e escuro, / Chorando, a Hipocrisia. Isso lhe basta” (Ver: I. Teixeira, 1999, p. 74-76).

⁷⁰⁴ Cf. I. Teixeira, 1999, p. 109-110. Acima do medalhão, há um brasão com as armas de Portugal, encimado por uma coroa. O monarca, seguindo a tradição, não era representado coroadado, mas portava um cetro. Na *Carta ou narração conciza... 1775* (cf. J. M. Teixeira, 2012b, p. 232), afirma-se que sustentando as armas reais, “se vê gravado em bronze o busto daquele herói, de quem será eterna a sua memória pelos benefícios de que enche a pátria”.

⁷⁰⁵ Cf. Soriano, 1867, p. 532. Grifos meus.

⁷⁰⁶ *Successos de Portugal... desde 1742 até ao anno de 1804. Extrahida fielmente do original... por Francisco Maria dos Santos* – que informa ter publicado o documento “tal qual se encontrou e saiu da pena do escritor [...]; testemunha presencial de tantos acontecimentos curiosos do tempo do marquês de Pombal [...]. Um monumento curioso, escapado à ação do tempo e encontrado ao acaso”.

o Senado e o povo de Lisboa, convencidos pelo que experimenta de *ter sido o marquês o ativo instrumento não só da reedificação da cidade, mas também da felicidade pública deste reino*, julgando prudentemente que quem pelos seus incomparáveis talentos e serviços tinha merecido toda a confiança e estimação do seu rei era *congruente que o lugar que Sua Majestade lhe concedia e concede junto ao trono o ocupasse também no pedestal da real estátua*, fez esculpir na frente dela a sua efígie de meio corpo, também de bronze.⁷⁰⁷

Para Camilo Castelo Branco,* que também em 1882 destaca o fato de o presidente do Senado da Câmara de Lisboa ser o segundo conde de Oeiras, filho de Pombal,⁷⁰⁸ o medalhão se deveu a uma série de “patifarias que o marquês mandou praticar para se ver esculpido no monumento que ele a si mesmo erguia. *Statua statuae*, dizia o pasquim”.⁷⁰⁹ Um pouco antes, Soriano afirma que, após a cerimônia, estava

inaugurada, ou simbolizada, por meio de um *monumento público*, erigido na primeira praça de Lisboa, à *onipotência governativa de Sebastião José de Carvalho e Melo*, monumento que *alguns dos contemporâneos da sua ereção mais julgaram ter sido realizado para nele se colocar o busto do marquês de Pombal do que para nele se pôr a estátua d’el-rei D. José*, a respeito da qual alguns espíritos mordazes daquele tempo tiveram a ousadia de fazer e até mesmo de *afixar num dos pilares do enquadramento que cerca a referida estátua, o conceituoso pasquim, formado somente pelas seguintes palavras statua statuae*. A respeito do autor desse tão pungente pasquim, altas diligências se fizeram para o descobrir, mas nunca o conseguiram e terrível seria o seu castigo.⁷¹⁰

Gramoza recorda, ademais, que a honra do ministro durou pouco. Morto o rei, “o povo miúdo”, que conservava “no fundo do seu coração um grande rancor contra o marquês” (atribuindo “as atrocidades praticadas” durante o reinado a seu “mau coração”),

conspirava para que a dita efígie se arrancasse daquele lugar. Três dias se conservou naquele sítio uma grande quantidade do referido povo, clamando pelo dito arranco, atirando-lhe com pedras e imundícias. Do que tudo dando-se parte à rainha D. Maria I [1777-1816], determinou a mesma senhora que se tirasse o dito busto e que em seu lugar se fixasse uma tarja também de bronze com as armas do senado [...], o que assim se executou prontamente, com o que cessaram o ajuntamento e as injúrias que lhe irrogavam.⁷¹¹

Segundo o conde de Carnota,* tal se deveu aos perseguidores do marquês, que “queriam fazer desaparecer da vista do povo tudo quanto pudesse contribuir para

⁷⁰⁷ GRAMOZA, 1882. Grifos meus.

⁷⁰⁸ Henrique José M. A. C. de Carvalho e Melo (1748-1812), segundo filho de Sebastião José. Foi presidente do Senado de Lisboa de 1770 a 1779. Seu antecessor foi D. Paulo de Carvalho e Mendonça, seu tio.

⁷⁰⁹ CASTELO BRANCO, 1982 [1882], p. 290.

⁷¹⁰ SORIANO, 1867, p. 142. Grifos meus. Informação repetida por Miguel Sotto Mayor (1905, p. 487), que aponta “*statua statuae* (estátua da estátua)” como um “lacônico epigrama, que tão fielmente aquilatava o valor moral do célebre monumento”. Para Soriano (1867, p. 91), alguns contemporâneos se escandalizaram. Contudo, se D. José era digno de um “monumento de troféu público que atestasse às gerações futuras as rasgadas medidas de progresso, de filantropia e civilização com que tão justamente engrandecera o seu reinado”, seu ministro, “que concebera e lhe aconselhara as medidas que lhe haviam imortalizado o nome e o reinado, também não era menos digno de figurar igualmente no sobredito monumento”.

⁷¹¹ GRAMOZA, 1882. Grifos meus.

conservar a memória daquele ministro”.⁷¹² Na expressão de Manuel Pinheiro Chagas,* “tiraram o retrato do marquês de Pombal da memória do terreiro do Paço”.⁷¹³ Contudo,

*para demolirem a sua glória, não bastava arrancar o busto, era necessário arrasar de novo Lisboa, que ele erguera das ruínas mais bela do que nunca; era necessário derrubar a estátua que ele erigira ao rei que só fora grande porque o tivera ele ao seu lado, era necessário, enfim, arrancar as próprias armas de Lisboa, que tinham substituído o seu busto, porque, se não fossem a sua energia, a sua iniciativa e a sua inteligência, esse navio que representava a cidade teria ido a pique nas vagas da terrível catástrofe.*⁷¹⁴

De acordo com Martins de Carvalho, falecendo D José se estabeleceu “a reação contra os atos do marquês de Pombal e procurando-se exautorá-lo por todos os modos, foi, no mês de abril de 1777, mandado arrancar em uma noite, da base da estátua, o seu busto”.⁷¹⁵ Acerca do impulso iconoclasta, Basílio da Gama desenvolve em outro poema uma espécie de consolação a Pombal, contrapondo dois tipos de monumento e sugerindo que sua efígie importava menos, para fazê-lo perene, que a lembrança de suas medidas.

Não temas, não, marquês, que o povo injusto,
De teus grandes serviços esquecido,
Pelos gritos de inveja enfurecido,
Solicite abolir o teu nobre busto.

*Para ser imortal, teu nome augusto
Não depende do bronze derretido;
Em mais firmes padrões fica insculpido
Teu nome excelso, teu valor robusto.*

Lisboa restaurada, o reino ornado
De ciência, de indústria e de cultura,

⁷¹² CARNOTA, 1872 [1843], p. 298. Brito Aranha (1908, p. 27) ressalva que a obra tem “elogios ao biografado com os quais a crítica severa não se conforma”.

⁷¹³ CHAGAS, 1880, p. 147. Em debates parlamentares, palestras e discussões publicadas em jornais, o deputado e autor, muito citado, é referido como historiador/autoridade reconhecida, mobilizado em elogios e em críticas ao marquês – indício de sua importância para divulgação do passado. O trecho citado pertence a sua *História alegre de Portugal*, a respeito de que se lê n’*O Progresso Católico* (Guimarães, 15/12/1880), em nota sobre sua recente publicação: “aprovamos a forma, mas rejeitamos as ideias que o autor apresenta em certas partes. Não gosta de frades, nem mesmo de clero algum, nem nós por isso gostamos da obra”. Na altura, cita-se sobretudo sua *História de Portugal nos séculos XVIII e XIX* (CHAGAS, [1876]), que não leva seu nome, mas cuja autoria se conhece mesmo à época. Sobre as diversas *histórias de Portugal* que ele publica a partir da década de 1870, ver: MATOS, 1998, p. 37-39, 103-105, 159-161.

⁷¹⁴ CHAGAS, s/d, p. 387-389. Grifos meus. Ele ainda afirma que das “pedras que o populacho atirava no terreiro do Paço com aplausos dos agentes do governo ao medalhão do marquês de Pombal esculpido no pedestal da estátua equestre, alguma iria bater no vulto do soberano [...]. A corte sentiu o perigo dessas manifestações e do que nelas havia de indecoroso [...]. Esses desatinos não podiam continuar. O apedrejamento do medalhão do marquês tomara proporções assustadoras. Uma bela noite, o governo mandou o arrancar”. Tal trecho consta no v. X de sua *História de Portugal (popular e ilustrada)*. Ver ainda: CHAGAS, [1876], v. II, p. 12.

⁷¹⁵ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 06/04/1882. No texto de 22/03/1882, Carvalho assevera: “Faleceu el-rei D. José I em 1777, pelo que saiu do ministério o marquês de Pombal – e que aconteceu logo? É pasmoso o número de poesias satíricas que se escreveram em todo o gênero, e as mais pungentes, contra o ministro que tinha largado o poder. Temos visto coleções, reunidas por curiosos, de muitos centos de sonetos, diálogos, entremezes e toda a qualidade de sátiras feitas contra o homem que pouco tempo antes era reverenciado e lisonjeado talvez por muitos daqueles mesmos que ultimamente o vituperavam para o verem em terra!” Ver: ALVES, 2011, p. 41-75; SANTOS, 1991.

De polícia e de comércio apropriado:

A tropa regulada, a fê segura,
O tesouro provido, o mar guardado:
Eis aqui do teu gênio a cópia pura.⁷¹⁶

Diferentemente do drama encenado no teatro de D. Maria II durante os festejos de 1882, que retrata Pombal em queda,⁷¹⁷ a comédia inicialmente proposta para vir à cena na ocasião se desenvolve em torno de sua apoteose – e do malogro de planos (imaginados pelo autor) para a impedir. Trata-se de *A inauguração da estátua equestre* (1862),⁷¹⁸ de Joaquim da Costa Cascais.* Na maior parte do texto, o monumento régio, cujo percurso se apresenta como espécie de fio condutor da trama,⁷¹⁹ é referido como *memória*, estando diretamente vinculado à autopropaganda do marquês, por meio de sua representação em efígie (voltada tanto ao presente quanto ao futuro). Logo antes de caírem os panos, o personagem de Pombal desenvolve longa ponderação sobre a problemática em torno de sua memória – antecipando-se e respondendo à posteridade (e se julgando perene):

oh, agora que venham. Deponham-me, expulsem-me, arranquem-me aquele busto para apagar a última prova do que fui... Nem assim o conseguirão. Nunca! É o grito da consciência, que neste momento solene me parece ouvir, semelhante a voz de profeta inspirado pela divindade! *A memória do marquês de Pombal, como ministro, como português... mesmo depois de submergida a última pedra das ruínas de Portugal, viverá ainda na história do mundo.*⁷²⁰

⁷¹⁶ Intitula-se *Soneto ao marquês de Pombal quando em sua queda, em 1777, o povo de Lisboa pediu que se tirasse o seu busto que se havia posto no monumento do terreiro do Paço*. (Cf. Teixeira, 1999, p. 118-123). Grifos meus. Ivan Teixeira estabeleceu o texto, cotejando edições anteriores, ao refletir acerca da trajetória de Gama, que apoiou o marquês e depois “a viradeira”, destaca a importância da leitura retórica das noções de “fidelidade” e “amizade” em seus textos e afirma “por outro lado, como poeta dedicado ao gênero epidítico, Basílio sempre esteve ligado à ideia de celebração da ordem monárquica, quer louvasse D. José, seu ministro ou a sucessora, a rainha D. Maria I”.

⁷¹⁷ Ver o capítulo II desta tese.

⁷¹⁸ Sobre as escolhas e recusa da comédia (escrita em 1862, não chega a ser encenada, sendo publicada apenas em 1899 – já após a morte do autor). Ver: *Diário de Notícias*, Lisboa, 05/03/1882; *Revolução de Setembro*, Lisboa, 13/05/1882; ARANHA, 1908, p. 29.

⁷¹⁹ Desde sua fundição até sua inauguração, passando pelos preparativos para os festejos e pelo referido plano malogrado para o destruir antes de sua exibição. D. Braz, o personagem conspirador, visa a, desse modo, afrontar o marquês – cujas representação e reformas muito critica: “essa tal memória, que antes deveria chamar-se esquecimento. [...] Uma estátua descomunal é a verdadeira memória que se deve inaugurar a este reinado destruidor da nobreza e do altar. [...] [Escapar] da memória não é tão fácil como ter pintor comprado, para tirar esses retratos favorecidos com que se manda abarrotar as lojas de Portugal e de todo o mundo! Tenho como mais perigosa a memória do que expulsar essa santa gente da Companhia [...]. O marquês pretende *inaugurar-se, bustizar-se, memoriar-se*” (CASCAIS, 1899 [1862], p. 20-21, 70-71, 90). D. Braz representa a alta nobreza e conta com o auxílio de João Baptista Pelle, o *genovês* – cujo nome corresponde ao pobre *genovês* supliciado por ainda em 1775, após sua condenação por ter atentado não contra a estátua, e sim contra o ministro.

⁷²⁰ CASCAIS, 1899 [1862], p. 157. Grifos meus. Na obra, há referências aos poemas elogiosos então distribuídos, e também a pasquins críticos e a sátiras – acerca de um desses, aqui citado, diz-se: “Lobo: – [...] É em latim, com duas palavras ninguém diz mais: *statua statuæ*. / D. Braz: – É boa! Juntarem o nominativo com o genitivo! / Lobo: – Mas que significa? / Pachorra: – Estátua da estátua. Eu *inda* sei latim. Lobo: – Mas onde vai a sátira? / D. Braz (explicando): – É em dizer que a estátua d’el-rei é estátua de outra estátua, que é ele. / Beneficiado: – É chamar estátua a el-rei, em suma” (p. 139).

Em um dos mencionados artigos de Carvalho, reproduz-se um documento posterior ao período de desvalimento do marquês, referido e publicado em outros jornais na altura do centenário.⁷²¹ No texto, afirma-se ser “geralmente reconhecido” que Pombal foi “o português que mais honrou a nação no século passado”;

distinto pelos seus conhecimentos variados, firme pelo seu caráter instruído, pelas suas meditações e viagens e sobretudo dotado de um amor da pátria, de um zelo do bem público e de um interesse pelo decoro e [pela] independência nacional, que sempre o levava nobremente a promover o bem do seu país.

A seguir, pondera-se sobre a forma como se lidou com sua imagem, buscando explicar os eventuais (e conhecidos) questionamentos à assertiva apresentada:

não é menos sabido que *a inconstância dos tempos e o capricho dos homens* pretenderam denegrir na pátria o conceito que nunca fora dela foi disputado a tão ilustre gênio e fizeram, com *ingratidão incrível, desaparecer a sua imagem no centro daquela mesma cidade que ele tinha feito renascer das cinzas* para ser uma das mais belas capitais da Europa.⁷²²

Não se trata, portanto, apenas do modo como se abordou o histórico de Pombal; têm-se em vista, também, os percalços por que passou sua representação no centro da Lisboa reconstruída. No passo seguinte, apresenta-se uma tomada de posição visando à correção de tal postura; “querendo, ao mesmo tempo, tributar ao grande homem a justiça que lhe é devida e apagar os vestígios de uma ingratidão de que a geração presente rejeita a responsabilidade e desaprova o erro”. Ou seja, demarcando-se da forma como as gerações pretéritas lidaram com o ministro, busca-se, em nome da “geração presente”, retificar-lhes tal falha, resgatando sua efigie (como legado às gerações futuras).⁷²³

O documento data de 10 de outubro 1833, tendo sido publicado na *Chronica Constitucional de Lisboa* dois dias mais tarde. Por meio dele, D. Pedro, primeiro imperador do Brasil (D. Pedro I, 1822-1831) e quarto monarca de seu nome em Portugal (D. Pedro IV, 1826), decreta, enquanto regente luso (duque de Bragança, 1831-1834):

hei por bem, em nome da rainha [sua filha D. Maria II, 1826-1853], que a imagem em bronze do marquês de Pombal [...], que havia sido arrancada do pedestal da estátua equestre de meu augusto avô [D. José], de quem fora tão leal servidor e de quem tão zelosamente procurava honrar a memória, seja reposta no mesmo lugar.

Ademais, manda que, “por lembrança do dia em que se praticou esse ato de justiça se lhe ajunte por baixo, em letras de bronze, a inscrição seguinte: 12 de outubro de 1833”⁷²⁴ — detalhe nada insignificante, que combina, no monumento restaurado e atualizado, a

⁷²¹ Como em *O Diário de Notícias* (Lisboa, 31/03/1882).

⁷²² *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 06/04/1882. Grifos meus.

⁷²³ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 06/04/1882.

⁷²⁴ *Chronica Constitucional de Lisboa*, Lisboa, 10/10/1833.

celebração do marquês e a do regente, uma vez que é esse o dia de seu aniversário (imagem 27).

Percebe-se, pois, como, antes mesmo do fim dos confrontos com as tropas capitaneadas por D. Miguel (1828-1834), e logo após de novamente instalado, encerrado o interregno absolutista, um governo liberal em Lisboa, D. Pedro se associou oficial e simbolicamente à imagem e ao legado pombalinos – não apenas repondo o conjunto, mas também se aproveitou da ocasião para nele incluir nova inscrição. Também por tal gesto (além de iniciativas que atualizavam medidas anticongreganistas pombalinas), vinculou o regime que se reafirmava à recuperação e à celebração da memória de Pombal, valendo-se da reposição de sua imagem no principal espaço monumental da capital reedificada.⁷²⁵ Nas palavras de Carvalho, tinha estado “reservado para o governo liberal o anular essa afronta feita não só ao marquês de Pombal, mas à cidade de Lisboa e a todo o país”.⁷²⁶

Tal associação entre Pombal e um momento e uma liderança importantes do liberalismo não escapa, como visto, àqueles que em 1882 escrevem sobre o centenário. Por isso, o decreto (já referido em alguns estudos históricos)⁷²⁷ é reproduzido em uma altura em que se ouvem críticas à comemoração *liberal* de um ministro por muitos tido apenas como *tirano*. No lisboeta *Diário de Notícias*,* portanto, afirma-se:

um dos primeiros atos que Sua Majestade Imperial, o duque de Bragança, praticou depois de chegar a Lisboa, vindo da cidade do Porto, foi o de promulgar o decreto de 10 de outubro de 1833, pelo qual mandou, em nome da rainha, repor no pedestal da estatua equestre de el-rei D. José, a imagem em bronze do marquês de Pombal, declarando que assim queria tributar ao grande homem a *justiça que lhe era devida*, e apagar os vestígios da *feia ingratidão, com que o respeitável busto fora arrancado* do lugar que por tantos títulos merecia. [...] Recordar esse *fundamento da tradição liberal* o mesmo é que expressar a esperança de que *não deixará de associar-se à solenização do centenário de Pombal*, em qualquer ponto de Portugal, *um só dos cidadãos portugueses que militam nas fileiras liberais*.⁷²⁸

Em um impresso comemorativo publicado no Rio de Janeiro, ademais, ressaltando a importância comemorativa do medalhão, sugere-se (como visto com os exemplos de

⁷²⁵ Como dito no capítulo II, liberais reclamavam, havia muito, uma herança pombalina, sobretudo devido a seus regalismo e antijesuitismo (atualizados no clericalismo crescente de Oitocentos – o que se nota, por exemplo, já em discussões no pós-1820). Ver: ABREU, 2004, p. 83-97; MATOS, 2010; TORGAL, 1984.

⁷²⁶ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 06/04/1882. Sobre seu resgate no liberalismo, ver: MATOS, 2010.

⁷²⁷ Como exemplo, Carnota (1872 [1843], p. 299-300), secretário do duque de Saldanha, traça um histórico do medalhão, preservado (escondido) pelo indivíduo que o deveria destruir em 1777. O duque repassa a D. Pedro sua localização, que descobre por acaso: “foi o acaso que fez a Pombal essa tardia justiça e foi também o mesmo acaso que fez que um neto de Pombal fosse o instrumento que havia de efetuá-la”.

⁷²⁸ *Diário de Notícias*, Lisboa, 31/03/1882. Grifos meus. Entre as referências ao medalhão, há algumas prosaicas: “a Fábrica Nacional [...] está fazendo umas bolachas-medalhões comemorando o centenário. [...] A um dos lados da bolacha está o busto do marquês de Pombal e no outro o brasão, noutras está o monumento do terreiro do paço e o arco da rua augusta” (*Diário de Notícias*, Lisboa, 28/04/1882).

Basílio da Gama e Pinheiro Chagas) que a imortalização do marquês na verdade se dá por uma via mais efetiva; incorruptível:

D. José, querendo remunerar condignamente a dedicação de Pombal, mandara colocar a efígie do seu ministro, esculpida em bronze, no pedestal da estátua. [...] Falecido D. José, a plebe de Lisboa, açulada pela nobreza e pela fradaria, não se cansava de apedrejar a efígie do marquês de Pombal, até que o medalhão desapareceu. [...] A hora da justiça havia de soar cinquenta e seis anos mais tarde [...], *o ministro de D. José revive, não só no medalhão restituído ao monumento em 1833, mas na história [...], que é o monumento eterno, o medalhão que não se arranca, a efígie que se não apedreja*.⁷²⁹

Ainda no que diz respeito à relação do regime liberal com a figura do marquês,⁷³⁰ faz-se questão de recordar as homenagens oficiais que, pouco mais de duas décadas após a reposição do medalhão, foram-lhe prestadas na capital – com a participação de seus descendentes, do governo, do monarca (D. Pedro V, 1853-1861) e de sua corte. Nas páginas d’*O Ocidente*, menciona-se, no principal dia dos festejos de 1882, que ainda em 1856 (em tom religioso, solene e conciliador) deu-se o traslado da ossada do marquês da vila de Pombal até Lisboa, que “saudava neles os restos do seu reedificador”.⁷³¹

No impresso carioca referido acima, reproduz-se, em uma ilustração, “o esboço do quadro encomendado pela Câmara Municipal de Lisboa ao pintor [Miguel Ângelo] Lupi* para ser inaugurado no dia do centenário, [que] representa o marquês planejando a reedificação de Lisboa” (imagem 38).⁷³² Nas vésperas dos festejos, a obra (imagem 39) é anunciada na imprensa lisboeta, que noticia seu andamento, detalhes de sua concepção e também sua exibição pública:

⁷²⁹ GUANABARENSE, 1882. Contribuição de Alberto Pimentel. Grifos meus. Importa notar o modo como, por um lado, atribui-se à nobreza e aos clérigos (manipulando/instigando o povo) a ideia de remover o busto (bem como a evocação e o legado pombalinos – nessa como em ocasiões posteriores) na altura, em que muito se discute o ministro. Por outro, em 1882 cada um dos tópicos referidos pode ser mobilizado com sentido oposto pelos ultramontanos mais aguerridos: “o marquês de Pombal, dando entrada ao liberalismo nestes reinos, já pelas péssimas doutrinas que à sua sombra tiveram livre curso, já pela inutilização de seus mais formidáveis inimigos, os jesuítas, já pela reforma dos estudos, afeiçoando-os a seu modo, extinguiu os nossos entusiasmos religiosos [...]. E a tudo isso se prestou aquele pobre D. José, que no fim de contas foi um mau rei. É verdade que está castigado: o marquês eternizou-o a imbecilidade em memória de bronze e tanto basta. Melhor lhe fora não ter *Memória*; era-lhe mais airoso estar equiparado aos grandes que brilham pela ausência de monumentos. Enfim, o marquês quis eternizar-se a si, e quer lhe tenham lá o busto, quer o substituam, é sempre o monumento do marquês de Pombal, e não o de D. José” (*A Cruz do Operário*, Lisboa, 22/04/1882).

⁷³⁰ A esse respeito, é interessante notar que Oliveira Martins (1882 [1879], t. II, p. 275) afirma que “os revolucionários liberais eram uma ressurreição de Pombal e vinham construir de novo, sobre as ruínas do regime antigo, da mesma forma que o ministro construíra sobre as ruínas do seu terramoto. Então e agora, a sociedade era como um barro nas mãos do oleiro e à antiga educação jesuítica, só agora por fim destruída, se devia a maleabilidade da matéria-prima”.

⁷³¹ *O Ocidente*, Lisboa, 08/05/1882. O traslado de 1856 é referido no cap. II desta tese. Importa ressaltar, aqui, que no ano anterior (1855) se havia assinalado a efeméride do centenário do terremoto (1755).

⁷³² Descrição do impresso, que consta no *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro, 07/05/1882).

uma das estações a que no próximo centenário o povo não deve deixar de concorrer é o palácio da municipalidade, onde estará exposto o já adiantado quadro do exímio pintor [...]. Figura o marquês no momento em que, depois de em última conferência ter reunido com os mais ilustres personagens que nessa época memorável regiam os destinos do país, resolveu definitivamente a aprovação da plana da praça do comércio. [...] Dessa resumida notícia [...], deve o povo depreender que bom serviço às artes e à causa pública fez a *Câmara Municipal de Lisboa, mandando executar esse quadro para ornar o seu novo e esplêndido palácio, ereto no centro da cidade cuja reedificação é o maior monumento da glória do grande estadista*.⁷³³

Retomando as páginas d'*O Ocidente*, notam-se, pouco depois, ilustrações que retratam o cortejo cívico a atravessar o Rossio – importante espaço quotidiano e festivo no liberalismo.⁷³⁴ Interessantes, hoje, para os historiadores, tais imagens auxiliam, à altura, a divulgar e tornar memoráveis os festejos. Em 1882, já se ergue, voltado para o centro da praça; sobre os escombros do antigo palácio da Inquisição, o teatro de D. Maria II (1846), onde decorre a récita de gala (imagens 40-41). Sob suas colunas, coloca-se temporariamente, para os festejos, uma estátua em gesso representando Pombal – ponto de chegada do préstito, onde se depositam flores em homenagem a sua efígie.⁷³⁵ Em frente ao teatro, ao lado de um grande chafariz, encontra-se a estátua de D. Pedro IV (1870). Central no espaço, dela se nota, na ilustração, apenas o topo – sem protagonismo diante da multidão, das iluminações e das construções efêmeras (imagem 42).

Na outra ilustração (imagem 43), veem-se a população, nas ruas e às janelas, e diferentes corpos do desfile, com seus estandartes. No primeiro plano, “puxado por três parselhas de cavalos brancos ajaezados com arreios encarnados e conduzidos a mão por seis homens vestidos à grega”,⁷³⁶ o carro alegórico da ciência, da Academia/dos estudantes das escolas superiores de Lisboa – com uma estátua de Minerva e distintivos *científicos*, como um telescópio e uma esfera anular (imagens 44-45). Ademais, nota-se, ao fundo, sob o arco da rua Augusta que coroa a praça do Comércio (de onde sai o desfile), a parte de trás da estátua de D. José (em cuja base, na parte da frente, está o medalhão

⁷³³ *Diário de Notícias*, Lisboa, 26/03/1882; 04,06/05/1882.

⁷³⁴ Sobre o Rossio oitocentista (e sobre as propostas para monumentalizar a memória liberal no espaço, cambiantes ao longo do tempo), ver: FARIA, 1994, p. 67-85; LOUSADA, 2008.

⁷³⁵ “A homenagem prestada a uma estátua do marquês de Pombal, colocada no intercolúnio do teatro de D. Maria, onde serão colocadas as coroas e onde ficarão até o dia seguinte” (programa oficial cf. Aranha, 1908, doc. 07). Segundo o relato de Ortigão, “princípios a desfilar do terreiro do Paço o cortejo cívico encarregado de levar as homenagens da cidade a uma estátua de Sebastião, colocada na frente do teatro de D. Maria, no lugar que para essa solenidade assumiu pela primeira vez nos papéis públicos o nome técnico horroroso de *intercolúnio*. Por essa estátua, creio ser de gesso e que é preciso cuidado em não quebrar, se prova que o arrojado reformador dos estudos pátrios tinha a perna direita meio palmo mais comprida que a perna esquerda. É esse o único defeito que os seus admiradores lhe reconhecem” (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26/06/1882).

⁷³⁶ *O Ocidente*, Lisboa, 01/06/1882.

reposto). Na imagem, apresenta-se o reverso do arco, com seu grande relógio. Na face oculta, contudo, há uma estátua de Pombal – não prevista nos desenhos pombalinos.

Se as obras de reedificação de Lisboa chegaram a um fim muito tempo após a morte do marquês, somente nos planos da época e em algumas ilustrações coetâneas o espaço apresenta feição próxima àquela originalmente planejada (imagem 34), simulada nas construções efêmeras levantadas para os festejos de 1775 (completando com madeira pano e gesso, como referido, os prédios e o arco que delineiam a praça). Seu aspecto atual (imagem 33) não corresponde totalmente, portanto, aos delineamentos pombalinos – o que não se deve (apenas) a eventuais vandalismos, catástrofes ou desgastes, mas (também) a interesses e desinteresses de teor político e econômico.

Com o fim da ingerência do marquês, alteraram-se, desde o princípio do reinado seguinte, as prioridades e o discurso do governo, o que se fez sentir no andamento e nos projetos das obras, e ainda nos usos do espaço.⁷³⁷ Apesar da determinação régia que reduzia as atividades de construção em curso, os trabalhos prosseguiram – mas em um ritmo e com intenções diferentes, no que tocava ao programa monumental pombalino, que já não correspondia aos interesses e às necessidades do novo reinado.⁷³⁸ Buscou-se concluir os edifícios iniciados e o cais das Colunas. Já o arco, pensado para coroar a estátua equestre de D. José (sem com ela rivalizar, mas a emoldurando e reforçando a solenidade da praça desde o cais – entrada da capital), foi deixado de lado.

O arco triunfal que hoje se vê se concluiu em 1873 e se inaugurou, após a colocação das estátuas, em 1875; sete anos antes do centenário pombalino, e cem anos depois da inauguração da estátua do rei, apresentando, então, desenho distinto do antes efemeramente assumido.⁷³⁹ Trata-se, em suma, de outro monumento: não mais o

⁷³⁷ J. E. Pereira (1991, p. 428) fala de uma “cidade interrompida, do risco de Razão que é esquecido” com a queda de Pombal. Em 1777, D. Maria I, além de ter ordenado, em abril (pouco antes de sua aclamação, na praça do Comércio), a retirada do medalhão, suspendeu, em março (menos de um mês após a morte de seu pai), grande parte das obras de reconstrução. No fim de julho, ademais, mandou desmanchar construções efêmeras (o arco triunfal da rua Augusta e o quarteirão imediato) que desde 1775 compunham/simulavam o cenário idealizado. Em 1780, além disso, ordenou a desocupação e a adaptação de parte dos edifícios que delineavam a praça para que a família real neles habitasse – voltando a ocupar, portanto, o espaço do antigo terreiro *do Paço*, a contrapelo das alterações e dos planos pombalinos para a praça *do Comércio*. Ver: DIAS, 2012, p. 274-276, 291-292; FARIA, 2008, p. 208-212; TEIXEIRA, 2012a.

⁷³⁸ Geralmente percebida como um monumento pombalino bem acabado, a praça, para Faria (2008, p. 216), é na verdade um “remate inacabado da reconstrução pombalina [...]”, sendo na expressão das suas visíveis contradições muito mais um ‘rosto’ do que uma ‘máscara’, traduzindo nas várias fases da sua arrastada construção os avanços e recuos das situações pombalina e mariana de que o *non-finito* do programa monumental é testemunho esclarecido”.

⁷³⁹ França (1989 [1977], p. 35) entende que o arco pombalino projetado por Eugénio dos Santos, “foi sem dúvida inspirado em desejos de Le Brun à glória de Luís XIV, embora [...] simples e falto de brío, no seu

fechamento da praça do pombalismo/absolutismo, mas sim um símbolo do liberalismo. Não visando a coroar a estátua do monarca de Antigo Regime, tem por objetivo afirmar, no espaço monumental preexistente, apropriado, o regime predecessor.⁷⁴⁰ Na década de 1840, definiu-se o novo projeto do monumento: um arco maciço e dominante, para cuja face se previram as nove esculturas já referidas.⁷⁴¹ Dados os distúrbios que marcaram o período, tal projeto tardou a ser concluído – e novamente se recorreu a fechamentos e ornamentos efêmeros (imagem 46-48).⁷⁴²

Além disso, surgiram na imprensa outras representações do arco. Em 1866, publicou-se n' *O Panorama** uma nota acompanhada de um desenho (imagem 49), propondo uma irônica substituição; um monumento em papel, legando, em lugar do adiado monumento em pedra, uma mensagem aos pósteros:

a gravura que hoje *O Panorama* apresenta aos seus leitores tem por fim justificar o nosso século perante a posteridade. Quando os historiadores futuros tratarem de mito o arco da rua Augusta, quando asseverarem que essa construção existiu apenas na cabeça dos estadistas portugueses, a nossa gravura responderá triunfantemente asseverando aos nossos netos que existiu um plano, que houve um desenho, que a porta suntuosa da cidade chegou a viver completa, pelo menos no papel. O arco da Augusta há de ser, estamos disso convencidos, um monumento de séculos. Cada geração há de trazer uma pedra, acrescentar um festão, bordar um lavor, juntar uma estátua, rendilhar uns cinzelados, prolongar um entablamento, tecer uma nova grinalda. Enquanto existir Portugal, há de estar em via de construção o arco da rua Augusta [...]. Parece-nos que não havemos de errar [...] e que a última pedra do arco há de ser posta na véspera do *Juízo Final*.⁷⁴³

No topo do arco, inaugurado quase uma década após tal publicação, veem-se ainda hoje enormes figuras alegóricas de virtudes liberais (a Glória coroando o Gênio e o Valor), acompanhadas da inscrição (em latim): “as virtudes dos maiores, para que sejam exemplo param todos. Erguido por subscrição pública”.⁷⁴⁴ Em seus extremos laterais, há alegorias dos rios Tejo e Douro (representando a unidade do país, a partir de Lisboa e do

frontão triangular como suporte de estátuas. [...] Outros ainda serão apresentados ao logo do século XIX, até que, em 1875, se lhe deu a forma académica e sobrecarregada de Calmels”. Ver: FARIA 2012a, p. 166.

⁷⁴⁰ Os distúrbios pós-Revolução (1789) – de que decorreram as invasões francesas ao reino (1807-1811) e a transferência da corte para o Rio de Janeiro (1807) –, também afetaram as obras em Lisboa, que deixou de ser capital do império até o retorno do monarca (1821). D. João VI (1816-1826) voltou a Portugal já após a Revolução do Porto (1820), que inaugurou o liberalismo/constitucionalismo no país, no que se convencionou chamar vintismo (1820-1823). Após a guerra civil e o restabelecimento do liberalismo, seguiu-se um período de conflitos e instabilidade até a chamada Regeneração (1851-1890), com acento no desenvolvimento material (infraestrutura, transportes, comunicação). Ver: BONIFÁCIO, 2010.

⁷⁴¹ Ver: OLIVEIRA, [2011]. As colunas já estavam erguidas em 1815. O concurso para o definir o projeto liberal decorreu em 1843, delongando-se, entretanto, as obras. Em fins da década de 1860, o arco estava fechado, mas o monumento não estava concluído; faltava o remate, com as esculturas, iniciado em 1873.

⁷⁴² Ergueu-se uma nova versão efêmera, por exemplo, para a cerimônia do casamento de D. Pedro V (1858) e o arco, em construção, foi ornado para o casamento de D. Luis I (1862).

⁷⁴³ *O Panorama*, Lisboa, nº 26, 1866. Grifos meus.

⁷⁴⁴ OLIVEIRA, [2011].

Porto, cidades decisivas na vitória liberal). Ao meio, veem-se esculturas menores de quatro indivíduos (celebrados não pelo nascimento, mas por seu mérito no serviço à pátria), representando períodos e conquistas históricos cujo encadeamento se entende/se dá a entender ter culminado no liberalismo: Viriato (resistência aos romanos), Nuno Álvares Pereira (independência frente a Castela), Vasco da Gama (descobrimientos) e o marquês de Pombal.⁷⁴⁵

A seleção dos sujeitos que compõem esse pequeno panteão não foi pacífica e a inclusão do marquês deu motivo a controvérsia.⁷⁴⁶ Afinal, a despeito de desde os momentos inaugurais do regime constitucional se recuperar sua figura, atualizando algumas de suas políticas e lhe prestando homenagens oficiais,⁷⁴⁷ seu nome se manteve fortemente ligado ao Antigo Regime. Contudo, em que pesem as críticas então formuladas, o monumento assumiu, nesse quesito, a forma (liberal) planejada. Pombal segue representado no arco triunfal do liberalismo; última peça da baixa *pombalina* ao longo de muitos anos edificada. No monumento, em que é apresentado/celebrado como o responsável pela reconstrução, o marquês segura em suas mãos um rolo do papel que simboliza os planos da capital, sobre cujos escombros apoia os pés (imagens 50-51).⁷⁴⁸

Na medida em que cumprem o propósito de preservar, inscrever e transmitir ao presente/futuro aspectos do passado, os monumentos podem ser entendidos como *lugares de memória*.⁷⁴⁹ Contudo, “sua leitura só será *re-sucitadora* de memória se não se limitar à perspectiva gnosiológica e ‘fria’ (típica da leitura patrimonial, museológica e

⁷⁴⁵ O projeto escolhido é de José V. da Costa. Quanto às esculturas, couberam a Anatole Calmels o (grupo alegórico no topo) e Victor Bastos (esculturas na parte abaixo).

⁷⁴⁶ Em 1871, debate-se na Real Academia de Ciências a proposta de, em lugar da do marquês, erguer-se uma estátua a Afonso Albuquerque (no parecer ao governo, propõe-se que se não erga estátua alguma). Ver: MATOS, 1998, p. 429-431. O padre Almeida Silvano (1906, p. 7-8), referindo-se criticamente ao debate numa altura em que novamente se fala da estátua da Rotunda, parece não entender que se trata da estátua (construída) no arco: “os contendores tornaram-se irredutíveis e afinal a estatua não se levantou nem a um nem a outro. [...] É o condão de Pombal: foi como a encarnação do ódio e do despotismo, tanto que o seu nome se mescla em nossas discussões políticas ou literárias, logo rebenta a discórdia”.

⁷⁴⁷ Para Luís M. Abreu (2004, p. 86-87), “o século XIX volta-se para Pombal, assumindo em diferentes momentos a sua reabilitação na memória nacional e na programação da vida política [...]. Só a esperança trazida em 1820 [Revolução do Porto] pelo projecto de liberalização da vida nacional devia criar o terreno propício para a maturação de muitas iniciativas que, tendo surgido com Pombal, logo murcharam por falta de clima político conveniente”. Ver ainda: MATOS, 2010; TORGAL, 1984.

⁷⁴⁸ OLIVEIRA, [2011].

⁷⁴⁹ Conforme a proposta de Pierre Nora; englobando lugares (*topoi*) materiais e imateriais, no contexto de rompimento das linhas tradicionais de transmissão do passado. Os textos de Nora nos influentes volumes dos *lieux de mémoire* por ele organizados (publicados em francês entre 1984 e 1992), estão reunidos e editados (em espanhol) em: NORA, 2008. Ver: GONÇALVES, 2012; ROLLEMBERG, 2019, p. 12-23.

historiográfica) e se for afagada na partilha com outros”.⁷⁵⁰ Daí a importância do ato de comemorar, que supõe a evocação pública e a rememoração coletiva de um passado ainda relevante para um grupo,⁷⁵¹ transmitindo e preservando sua memória. Há monumentos que, visíveis no espaço urbano, revelam-se invisíveis no quotidiano da cidade – não cumprindo, pois, a função de transmitir aos cidadãos lembranças de seu passado. Por outro lado, há monumentos que, a despeito daquilo a que Le Goff e Lefebvre se referem como intenção/aparência de eternidade; como suposição/vontade de escapar ao tempo e à morte, não resistiram de pé ou integralmente – devido a calamidades, a obras públicas, a mudanças políticas, ou ao capricho, ao voluntarismo e ao justicamento dos pósteros (aqueles que tais marcos/evocações deveriam instruir, atualizando sua memória).⁷⁵²

Se em meados do século XIX Herculano acusa os *vândalos* de seu tempo por sua avidez em demolir ou desfigurar os mais diversos vestígios do passado (em nome do progresso), Ortigão em 1882 afirma: “quando chegar a hora da justiça, não é a estátua do marquês de Pombal que se há de erigir; é a de D. José que se há de apeiar”.⁷⁵³ Nesse sentido, é interessante citar as seguintes palavras, que se leem n’*O Século*,* apontando o centenário e sua proposta de estátua como emblema de uma vitória certa e iminente da *democracia/República* sobre a Monarquia (e sobre sua representação escultural):

se o [futuro] monumento levantado à memória do marquês de Pombal representa um padrão de glória, a estátua equestre levantada na praça do Comércio representa um padrão de ignomínia; uma das duas tem de cair mais cedo ou mais tarde, e não será difícil adivinhar qual a que ficará de pé. [...] Nessa luta, a democracia obteve mais um triunfo.⁷⁵⁴

⁷⁵⁰ CATROGA, 2016 [2011], p. 22. Na perspectiva de Herculano (1901 [1843], p. 250), ademais, o monumento não pode substituir a história, “porque esta lembra, caracteriza e julga, e os monumentos lembram somente [...], [são] a crônica árida e apenas balbuciada do gênero humano”.

⁷⁵¹ O ato de comemorar relaciona-se à coletividade e à comunicação; ao compartilhamento e à universalização da memória (ALBUQUERQUE Jr. 2019b, p. 179-189). Ver o cap. II desta tese.

⁷⁵² G. Verheij (2014, p. 37), refletindo sobre a destruição e a remoção de estátuas, afirma que seus usos e representações apontam uma “manifestação involuntária da própria historicidade na obra”. Deslocados de seu contexto original, evidenciam mudanças que muitas vezes implicam deslocamento de sentido, tornando-os por vezes indesejados (inscrevem/evocam no espaço público um passado, uma mensagem, um poder que não mais se quer preservar/recordar, e sim esquecer/substituir/destruir). G. Beiguelman (2019, p. 80-81), de sua parte, investiga deslocamentos de monumentos, sua “invisibilidade é sobretudo política. Ela não se esgota naquilo que deixa de estar ao alcance dos olhos: quando essas obras são retiradas do espaço público, sua presença se oculta no tempo, preservando seu esquecimento, como se nunca houvessem existido”. Pode-se falar de “produção social de um espaço urbano renegado e de um paisagismo derrotado”. O que se remete a um discurso de poder, determinando o que se vê e o que se diz sobre o que é visto na cidade, sendo os depósitos de monumentos “sítios de descarte, espécie de hiato de história”.

⁷⁵³ *As Farpas*, Lisboa, jun-jul, 1882.

⁷⁵⁴ *O Século*, Lisboa, 26/04/1882.

A tal sugestão, deve-se associar o antecedente do iconoclastismo da Revolução Francesa, de que foi alvo uma série de monumentos simbólicos do Antigo Regime.⁷⁵⁵ Desse processo, Machado de Castro, escultor do monumento régio, apresentou um testemunho indireto.⁷⁵⁶ Logo no início de sua *Descrição Analítica*, ele afirma que em seu tempo se dedicam estátuas sobretudo a soberanos. Remontando à Antiguidade, são uma iniciativa das nações polidas e cultas, que, não satisfeitas com o fato de as memórias das ações grandes e sublimes de seus heróis ficarem “cantadas na poesia e descritas nos anais históricos”, decidem imortalizá-las.⁷⁵⁷ No entanto, não podendo deixar de se referir aos eventos que marcaram o fim do século XVIII, abalando as monarquias absolutas e seus monumentos que se pretendiam perenes, ele menciona estátuas que, desde a “funesta revolução da França”, não mais se encontravam de pé, restando delas, contudo, recordações e alguns registros impressos – como seu próprio texto.⁷⁵⁸

Apesar do irônico vaticínio de Ortigão, D. José não apeia.⁷⁵⁹ Contudo, pontuam-se aqui certas modificações por que passou o espaço. Na inauguração da estátua régia,

⁷⁵⁵ Para Marc Ferro (1989 [1985], p. 15-16), personagens e acontecimentos históricos “mudam de sentido conforme a legitimidade muda de signo, de foco e conforme é definida sucessivamente [...] pelos juristas, pela Igreja, pela nação”. Paul Connerton (1999 [1989], p. 8-15), pensando atitudes cerimoniais que marcaram o processo revolucionário, interpreta-as como apropriação “da linguagem do sagrado que durante tanto tempo o poder dinástico tinha usurpado como sua”. A destruição dos corpos físico e político do monarca inaugura nova ordem do tempo a partir de uma linguagem reconhecida. Se, por um lado, “quanto mais absolutas são as aspirações do novo regime, mais imperiosamente esse procurará introduzir uma era de esquecimento forçado”, por outro “a tentativa de estabelecer um ponto de partida toma inexoravelmente como referência um padrão de memórias sociais”. Para Michel Vovelle (1989 [1988], p. 53-78), a reforma do calendário, a destruição de objetos, “a eliminação, na toponímia, de tudo o que pudesse lembrar o Antigo Regime (rei, castelo etc.) ou a superstição (nomes dos santos)” integram-se num esforço por “abolir a lembrança do passado”, enquanto cerimônias tentavam “substituir o mundo destruído pelo anúncio de um sistema diferente”. Mona Ozouf (2015 [1976], p. 463-466, 533-536, 596-615), por fim, pensando a festa revolucionária como rito de substituição, aborda sua relação com o espaço, com os monumentos e com as imagens. O esforço por substituir rituais e monumentos indicia o reconhecimento de seu poder persuasivo.

⁷⁵⁶ Na *Descrição Analítica* de sua obra. Publicada em Lisboa em 1810, dedicada ao então príncipe regente e posteriormente rei D. João VI, estava já bastante avançada em 1793, segundo o próprio autor. Os trechos referidos encontram-se na dedicatória e nas páginas II, 30, 325-326 do livro.

⁷⁵⁷ É interessante contrapor tal ideia às ponderações de Basílio da Gama e de Pimentel, acima referidas, de que a história seria o verdadeiro monumento perene, e não uma sua representação em pedra ou bronze.

⁷⁵⁸ “Quando principiaram as lamentáveis desordens da França, estava a escrita da presente *Descrição* completa, à exceção de algum retoque [...]. Todas as estátuas de França aniquilou ou extinguiu a sua Revolução e por essa causa parece que na sua enumeração devia falar delas em pretérito. Porém, como ainda existiam quando esta obra se achava já em bastante adiantamento... se o rancor lhe extinguiu a existência no vulto, o amor das artes que as transmitiu à estampa assim as conservará enquanto houver bom gosto”. Para Faria (1994, p. 71), o monumento estava ultrapassado à sua época, tornando-se remanescente de “uma simbologia indesejável e em muitos casos suprimida [...], no calor revolucionário, os monumentos reais equestres foram apeados e destruídos. [...] A recusa da *tomada* da praça do Comércio para a nova causa” liberal é um indício da “suavidade da nossa revolução”, que elegeu como espaço monumental o Rossio, onde “se assistiria, em 1820, a uma pequena ‘tomada da Bastilha’, com a invasão dos cárceres do Tribunal do Santo Ofício e com a destruição da estátua da Fé pela população” – ver imagem 41.

⁷⁵⁹ Dado o aspecto emblemático do espaço monumental, não admira que, em outras ocasiões, proponham-se substituições ironicas. Rafael Bordalo Pinheiro, por exemplo, em caricatura de 1882, desenha a figura feminina da República no lugar de D. José e de seu cavalo. Alguns anos mais tarde, em meio às reações

afirmaram-se o discurso e a memória oficiais do pombalismo, a partir do conjunto monumental e de seu enquadramento nas narrativas difundidas. A despeito de se esperar que tal mensagem transcendesse a própria morte, o falecimento do rei marcou uma ruptura, que se expressou também no monumento. A retirada do medalhão se vinculou ao desvalimento e à desgraça do antes poderoso ministro – já então encarado como um passado negativo, passível de releitura e reenquadramento. Buscou-se, como desafronta pelas violências decorridas em seu governo ainda recente (julgadas abertamente, desde a altura, como de sua responsabilidade direta), suprimir do monumento régio e da memória do reino a efígie com que se visava a comemorar/homenagear, evocar e eternizar a sua figura. Tratou-se, pois, de uma forma peculiar de intervenção memorialista, apagando e reinscrevendo de forma distinta o passado ali representado.

Os protestos de 1777 foram, talvez, a única contestação direta ao conjunto monumental com consequência marcante (ainda que relativamente breve). Voltaram-se contra a representação do ministro, mas respeitaram a do monarca – a despeito das ondas iconoclastas e das mudanças de regime que marcaram o período subsequente.⁷⁶⁰ No fim das contas, enfim, quando mais de uma vez chegou a “hora da justiça”, não se destruiu a estátua de D. José, mas primeiro se retirou, e depois se recuperou a efígie de seu célebre e polêmico ministro. A reposição, processo também apresentado como um ato de justiça/desafronta e *re-memorialização*, associou-se a uma releitura de seu histórico; à reclamação de uma determinada herança pombalina a que então se queria vincular, política e simbolicamente, o liberalismo. Tal processo assinalou outra alteração no monumento, a que a ocasião e a justificativa emprestaram teor liberal. Ademais, inscreveu-lhe uma legenda em bronze; mensagem extemporânea, pontuando novo marco no conjunto, de tal modo restabelecido e também reenquadrado.

No entanto, se a retirada e a recolocação impactaram os coetâneos, na atualidade tais traços relativos à historicidade do monumento escapam à maior parte daqueles que visitam a praça-símbolo da Lisboa *pombalina*. Na zona térrea, o medalhão, acessível ao

nacionalistas ao *Ultimato*, ele substitui o monarca por uma representação da rainha Vitória, do Reino Unido. No ano seguinte, sugere que, “em vez de vender Moçambique, o que talvez seja uma coisa triste, alugemos a cidade”. No lugar das secretarias de governo, propõe instalar um *Grand Hotel*, uma banca de jogo, com uma grande roleta ao ar livre, teatro, esplanada e outras diversões (até os funcionários públicos seriam reempregados e o idioma corrente seria o francês ou o inglês). Se a estátua do monarca se mantém, na caricatura, ele posiciona sobre sua cabeça uma lâmpada, fazendo de D. José uma espécie de poste. “Não seria esse um meio fácil, de rápida execução, para se ganhar muito dinheiro com pouco trabalho?” (*O António Maria*, Lisboa, 10/05/1882; 11/09/1890; 18/06/1891).

⁷⁶⁰ FARIA, 2012a, p. 221.

olhar dos transeuntes, passa-lhes despercebido (imagem 28). Situada no alto do arco da rua Augusta, mas um pouco abaixo de seu topo – de onde se observam a praça e o rio de um ponto de vista privilegiado (imagem 26), mas em sentido invertido em relação àquele planejado para o conjunto monumental (sem visualizar a face do arco, mas percebendo, por suas costas, a enormidade das figuras alegóricas que o encimam) –, a estátua do marquês é ainda menos notada. Ambos são, na prática, quase invisíveis no quotidiano; encarados como ornamentos menores; pormenores no amplo e bastante movimentado espaço monumental *pombalino*, e não como monumentos intencionais em si mesmos (imagem 32). Não cumprem devidamente, assim, sua função *co-memorativa*.⁷⁶¹

A recorrente ideia de uma Lisboa reconstruída/pombalina, ou melhor, a narrativa mais difundida acerca da reedificação da cidade (simbolizada em sua praça emblemática, celebrizada em fotografias, livros sobre o ministro e sobre a capital, anúncios turísticos e cartões-postais), contudo, revela-se um dos mais eloquentes monumentos a/de Pombal. De sua parte (ao contrário de suas predecessoras e a despeito do vaticínio de Ortigão), a estátua na Rotunda, que remonta a uma vaga proposta simbolicamente “inaugurada” em seu centenário, impõe-se, enorme e altiva, em outro espaço monumental lisboeta, que do marquês recebe seu topônimo mais usual na atualidade – outra homenagem/comemoração efetiva; espécie de documento/monumento de um passado e de uma memória distintos.

III.III Praça / Rotunda do Marquês de Pombal

Antes mesmo de subir à superfície, quem opta pelo transporte subterrâneo (metro/metrô) da capital para chegar “ao Marquês” se depara com uma série de evocações ao *grande* defunto que desde 1998 empresta seu mais elevado título à antiga estação *da Rotunda* (1959), sob sua imensa estátua. Em 1995, nas obras de remodelação da rede (imagens 8-12), Pombal, “figura carismática da nossa história com tão grande impacto no nosso imaginário coletivo”, foi escolhido como “mote principal das intervenções plásticas de Menez e João Cutileiro”, que adornam a interface das linhas amarela e azul.⁷⁶²

Menez recobriu a estação que lhe coube (linha amarela) com azulejos brancos, em que traçou (em linguagem que se assemelha à das histórias aos quadradinhos/em quadrinhos) ilustrações e legendas em azul, representando o histórico do governo

⁷⁶¹ No parecer da ACL sobre as estátuas do arco, Latino Coelho* ([1871] cf. MATOS, 1998, p. 430-431) afirma que “a estátua de um grande homem num monumento arquitetónico deixaria de ser uma apoteose para ser apenas uma figura ornamental”. Como Matos, pode-se apontar “a pertinência desse ponto de vista; de fato as estátuas da autoria de Victor Bastos passam, geralmente, despercebidas aos transeuntes”.

⁷⁶² “Marquês de Pombal” [azul; amarela] *site* Metropolitano de Lisboa. *Arte nas estações*.

pombalino (imagem 4). Cutileiro, além de reproduzir em alto-relevo, nas paredes, figuras do marquês, com sua exuberante e icônica cabeleira, posicionou, no intercolúnio que separa comboios de sentidos opostos (da linha azul), uma escultura de Pombal (imagem 52). Visto de um ou outro lado, o ministro se apresenta de costas (olhando sempre à frente de quem o observa), sem que se lhe veja a face (acentuando-se, por conseguinte, seu caráter enigmático). Retomando elementos recorrentes, o escultor o retratou, em formas características, segurando um rolo de papel (os planos da capital pós-terremoto).

Ao deixar a estação, é quase impossível não ver a estátua do marquês – que, em seu pedestal, alcança cerca de 40 metros. Sua grande base, em pedra, é circundada por representações alegóricas das principais reformas pombalinas: a reconstrução de Lisboa, na frente; a reforma da agricultura, do lado direito; a reforma da educação, na parte de trás; a reforma do comércio, do lado esquerdo. No alto, representa-se, em bronze, Pombal – de pé, ao lado de um leão, com uma capa, um rolo de papel (os planos da “sua” capital) e sua farta cabeleira sobre a cabeça (imagens 53-54).⁷⁶³

Entroncamento de importantes vias sobre e sob a superfície, a Rotunda é onde a rua Joaquim António de Aguiar* e as avenidas da Liberdade e Fonte Pereira de Melo* encontram o parque Eduardo VII (imagem 25). A região, que quotidianamente atrai lisboetas e turistas, foi palco de uma série de episódios históricos de relevo.⁷⁶⁴ Há já muitas décadas, além disso, ocorrem ao pé da estátua destacados ajuntamentos – como festividades populares e concentrações para manifestações de teor político, que, partindo *do Marquês*, descem *a Avenida*.⁷⁶⁵

Em que pese sua importância no dia a dia da capital, um dos motivos mais frequentes para que *o Marquês* aceda às manchetes contemporâneas são distúrbios relacionados a celebrações futebolísticas.⁷⁶⁶ É nesse sentido que se afirma que a Rotunda

⁷⁶³ Ainda que passem despercebidos dos transeuntes, ademais, o pedestal do conjunto é complementado, em seu topo, por medalhões que retratam os principais colaboradores do marquês: Machado de Castro, Luís Verney, conde de Lippe, Seabra da Silva, Ribeiro Sanches, Eugénio dos Santos, D. Luís da Cunha e Manuel da Maia – que recordam o medalhão de Pombal, no pedestal da estátua de D. José. Sob tais medalhões, há inscrições sobre suas reformas e a dedicação: “ao genial estadista Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, a pátria reconhecida”, com referência ao ano de inauguração do monumento, 1934.

⁷⁶⁴ Ver: CARVALHO, 2003.

⁷⁶⁵ Mesmo trajeto que, por ocasião das festas de Santo António, em junho, percorrem as *marchas populares*. Curiosamente, na edição de 2013 dos festejos, um dos agrupamentos se apresentou com uma temática pombalina, lançando mão da emblemática cabeleira na indumentária – “de capote e espada, a marcha da Ajuda apresenta o tema ‘A história do marquês de Pombal’, evocando a vida palaciana do século XVIII e as lutas dos capotes brancos (guarda pessoal do marquês de Pombal) contra os capotes pretos (guarda do primo do rei)” (*Correio da Manhã*, Lisboa, 13/06/2013).

⁷⁶⁶ A tal respeito: “Confrontos entre adeptos e polícia põem fim a festa do Benfica no Marquês. Depois de horas de festejos, houve uma carga policial. A festa acabou com violência” (*Público*, Lisboa, 18/05/2015);

“hoje costuma ser usada para grandes momentos de evocação nacional, com alguns custos”.⁷⁶⁷ Trata-se de uma recorrente apropriação/imbricação da figura do ministro e do espaço⁷⁶⁸ oficialmente nomeado, desde 1882, praça *do Marquês de Pombal*.⁷⁶⁹ O centenário, de que também resultam agitações e desavenças, é o ponto de partida de um pouco definido projeto para erigir, justamente na rotunda prevista para o topo da avenida da Liberdade, um monumento ao célebre e polêmico ministro.

Em junho de 1881, publica-se em um boletim maçônico um texto logo distribuído “nas lojas do círculo e no mundo profano”. Anuncia-se em tal impresso que “a maçonaria vai, desde já, iniciar a realização da ideia de levantar um monumento ao grande estadista português, o glorioso marquês de Pombal, que, pela sua indômita energia, conseguiu humilhar a arrogante onipotência do jesuitismo”. Acusa-se o recente avanço dos jesuítas sobre Portugal, “onde a poderosa Companhia pretende lançar raízes, ameaçando o futuro, preparando dias de calamidade aos nossos filhos; àqueles a quem nós queremos legar as tradições liberais que de nossos pais herdamos e que com esforço e devoção havemos ostentado”.⁷⁷⁰

“Polícia não quer festejos do título no Marquês. A polícia coloca objeções, mas o Benfica quer a emblemática praça” (*Diário de Notícias*, Lisboa, 11/05/2016); “Na festa do Marquês, perdeu o Benfica. Menos de uma hora depois do início, a festa do 34º título nacional, à volta de uma estátua colocada a 34 metros de altura, acabou sem glória. [...] Diante dos olhos do marquês de Pombal [...], confrontos entre adeptos e a polícia terminaram com feridos e detenções” (*Expresso*, Lisboa, 18/05/2018); “Rescaldo da festa: 37 detidos durante a operação da PSP no Marquês” (*tvi24*, 19/05/2019).

⁷⁶⁷ Declaração de Fernando Medina, presidente da Câmara Municipal, em 13/05/2019. *Discursos. Site CLEPUL*. Ver o capítulo II desta tese.

⁷⁶⁸ Ver: “No Marquês de Pombal, em Lisboa, a Rotunda é pequena para a festa benfiquista [...]; o Marquês de Pombal é todo deles. Dos benfiquistas, que pararam a capital para celebrar” (*Público*, Lisboa, 18/05/2019); “O homem que aboliu a escravatura em Portugal nem poderia imaginar que se tornaria símbolo da festa de um clube, séculos depois. [...] Em meio à gigantesca festa que tomou conta das ruas de Lisboa, tendo a praça como seu ponto central, a estátua foi vestida com uma camisa do time, de tamanho gigante, [...] Ao fazer o que fez no monumento ao Marquês de Pombal, a torcida encarnada criou um grande símbolo. Ter um local tão importante para os portugueses literalmente vestido com a camisa do Benfica mexe fundo no orgulho dos torcedores [...]. Pelo menos até o próximo Campeonato Português, o marquês – que morreu antes de o futebol nascer – será benfiquista” (*Site Trivela*, 25/04/2014).

⁷⁶⁹ De acordo com o relato que se lê no *Diário de Notícias* (Lisboa, 07/05/1882), “a vereação reuniu ontem em sessão extraordinária para dar denominação a algumas das ruas da avenida da Liberdade. À praça principal [...], resolveu dar a denominação de praça do Marquês de Pombal; às ruas afluentes os nomes dos homens mais eminentes nas lutas das liberdades modernas: Alexandre Herculano, Mouzinho da Silveira, Passos Manuel; à rua na mesma avenida, onde vai ser inaugurada a escola central, [...] rua Castilho”.

⁷⁷⁰ *BOGOL*, Lisboa, junho/1881. Sobre a chegada de jesuítas no país, após sua expulsão da França, lê-se no *Progresso Católico* (Guimarães, 15/12/1880): “eles vêm esbulhados pela Revolução, não trazem mais que o seu bordão de peregrino e o seu breviário [...]. É medida salvadora mandar algum Gambeta de cá sair-lhes ao encontro para lhes dizer – alto lá! Aqui é a terra clássica da liberdade e vós sois da Companhia de Jesus, inimiga da Liberdade e das luzes. Vossos antepassados foram expulsos por um decreto e nem vós nem corporação alguma religiosa aqui pode penetrar porque o governo está vigilante e os decretos estão em vigor. A circular quer dizer isso mesmo, quer dizer que o pensar de hoje é ainda o do tempo do grande marquês, que o espírito do grande ministro encarnou nos ministros atuais”. Na altura, portanto, o tópico

Entre os “meios mais complexos e mais eficazes a opor à propaganda jesuítica”, aponta-se a imprensa, “cujo influxo, na educação moral dos povos, cada vez mais se afirma e se avigora”. O monumento que se propõe é entendido como um meio auxiliar: um “protesto solene”; esperando “que se levante o espírito público por esse protesto simbolizado num fato material”. Mobilizando as ideias de dívida à memória e de interação e transmissão de mensagens entre gerações, ainda se assevera que

os países que têm a ventura de inscrever na sua história nomes como o do marquês de Pombal [...], que têm a ventura de arquivar nos seus anais os fatos como os da reedificação de Lisboa, da restauração dos estudos e da expulsão dos jesuítas – devidos à vontade potente do grande ministro de D. José I – devem *pagar à sua memória a homenagem* da admiração, que se transmite através dos evos. Vai chegar breve o *momento oportuno de saldar essa grande dívida nacional*. No ano próximo, comemora-se o *primeiro centenário da morte do grande homem* [...]. É, pois, o ensejo propício para inaugurar a *estátua, que sirva a dizer às gerações futuras como Lisboa venera o seu restaurador, como a maçonaria portuguesa acata o estadista que emancipou a liberdade da pressão do jesuitismo*.⁷⁷¹ [...] Ergamos o *padrão que afirme o nosso protesto contra a negra milícia*, afirmando o nosso esforço com combater em todos os campos e de todos os modos a reação.⁷⁷²

Em tal texto,⁷⁷³ associam-se a efeméride, o embate com os jesuítas, o monumento e a maçonaria – aspecto à altura relevante e ressaltado por muitos críticos ao longo do tempo.⁷⁷⁴ Explicita-se, ainda, o objetivo de legar à posteridade um padrão-memória que

gera “celeuma e vozeria”, com protestos dos liberais/*revolucionários* e resultantes reclamações de setores católicos/*reacionários*.

⁷⁷¹ No documento, menciona-se, e logo se questiona a ideia de, em vez de uma estátua, levantar-se uma escola com o nome do marquês, devido à principal acusação que então se fazia acerca dos inacianos: “não seria para admirar que o próprio jesuitismo, por extrema afronta, que a sua audácia era capaz e empreender, fosse, mansa e suavemente, introduzir-se e instalar-se na escola em cujo frontão se lesse o nome do seu inimigo! [...] Não façamos ninho aos jesuítas, cuja onda invasora procura apoderar-se das escolas”.

⁷⁷² *BOGOL*, Lisboa, junho/1881. Grifos meus.

⁷⁷³ Foi referido e teve alguns de seus trechos publicados em jornais: “a maçonaria portuguesa intenta levantar um monumento ao marquês de Pombal. Na circular que anda distribuindo, diz...” (*Diário de Notícias*, Lisboa, 14/03/1882). Como aponta Rui Bebião (1982), “até finais do século, quando se afirma como irreversível a aproximação do *Grande Oriente* ao Partido Republicano, [...] se manterão ligados à Ordem homens que se situam desde os partidos monárquicos até aos socialistas. Em 1882, [...] seu[s] caráter[es] liberal e anticlerical [...] [são] os traços fundamentais e unificantes do empenhamento cívico dos seus membros. Mas não será somente a sua opção racionalista e arreligiosa que empurrará a maçonaria para uma frontal postura de combate ao absolutismo monárquico e à maioria do clero católico. [Também] o antiliberalismo com posição oficial do papado [...] e a tentativa de, sobretudo através das atividades dos jesuítas, organizar uma oposição católica ao poder rotativista e à gradua laicização do ensino”.

⁷⁷⁴ Além de aparecer como acusação em jornais católicos, a associação aparece obras como a de Correia de Barros (1882, p. 115-116): “a maçonaria foi a iniciadora da festa e erige um monumento como prova do mais subido despeito e admiração que confessa pelo seu primeiro chefe português”, iludindo, juntamente com os republicanos, os estudantes e o povo. As referências ao empenho da maçonaria, nos jornais não católicos, contudo, dizem respeito sobretudo à estátua. No *Diário de Notícias* (Lisboa, 01/05/1882), comenta-se que “a ideia dessa solenização”, apesar de ter ganhado corpo “quando a maçonaria lisbonense chegou a celebrar reuniões para tratar da inauguração de um monumento e de diversas manifestações políticas para afirmar a conveniência dos decretos pombalinos [...]”, ficou depois adormecida por um longo lapso de tempo, em que parecia ter-se absolutamente desistido de qualquer manifestação centenária, até que a mocidade acadêmica tomou a iniciativa da celebração”. Da parte do republicanismo não afeito aos maçons, lê-se ainda que: “a maçonaria, que se levantara com rompantes de leão para solenizar o centenário

materialize, transmitindo-os “através dos evos”, um protesto ao jesuitismo (que põe em causa as *tradições liberais* herdadas e que se quer transmitir/legar às gerações futuras) e um preito ao marquês. Quanto a Pombal, busca-se homenageá-lo enquanto restaurador de Lisboa e emancipador de Portugal “da pressão do jesuitismo”; como o ministro que “ao serviço do absolutismo, soube servir a causa da liberdade, *consoante as ideias do seu tempo, mas rasgando com vista de águia os mistérios do futuro*”.⁷⁷⁵

Alguns meses mais tarde, em 29 de março, o governo *regenerador* (1881-1883) apresenta à Câmara dos Deputados uma proposta de lei autorizando que se conceda, “dos arsenais do exército e da marinha, o bronze que for necessário para um monumento consagrado à memória” de Pombal, a ser “erigido por subscrição pública nacional e inaugurado solenemente no dia 8 de maio”. No relatório que a antecede, introduz-se a iniciativa comemorativa como “o veredito da nação, que o aplaude e glorifica depois de cem anos de estudo sobre as peças do seu volumoso processo”. Tal juízo retificador se coloca, nessa perspectiva, condizente com os mais empenhados panegiristas do marquês,

acima das ardentes invectivas dos inimigos do grande ministro, acima do voto dos juízes que o interrogaram no seu desterro e dos que reputaram o inquérito suficiente para o julgarem e condenarem, acima do decreto de 16 de agosto de 1781, com que pretenderam desonrá-lo.⁷⁷⁶

Ademais, afirma-se:

quando as nações, quebrando a indiferença ou o esquecimento secular em que têm jazido, se excitam e congregam no propósito de honrar a memória dos seus beneméritos, é obrigação dos governos acompanhá-las, aceitando e propiciando a sua nobre iniciativa. [...] Quando os povos decretam honras

[...] não tem feito coisa alguma para coadjuvar a iniciativa da bizarra classe académica” (*A Folha do Povo*, Lisboa, 20/04/1882). Acerca da relação do marquês com setores maçônicos, é esclarecedora (em meio a uma série de trabalhos que reforçam tais vínculos de modo pouco concreto; embaralhando argumentações políticas, memórias, demandas e afinidades pósteras com pertencimentos institucionais) a leitura do capítulo de José A. F. Benimeli (1984), complementada pelas reflexões desenvolvidas por Torgal (1984).

⁷⁷⁵ *BOGOL*, Lisboa, junho/1881. Grifos meus. Para Abreu (2004, p. 41), a onda anticlerical, a partir da segunda metade do século XIX, deveu-se “à mobilização de energias católicas empenhadas em repor o prestígio e a presença da Igreja em sectores donde fora expulsa ou onde tinha perdido capacidade de intervenção. A componente antijesuítica e anticongreganista, que se exacerba desde os anos oitenta até à implantação da República, provém directamente da resistência ideológica e político-partidária à progressiva recomposição da presença das ordens e congregações religiosas no país”. Segundo Torgal (1984, p. 141), ademais, as comemorações pombalinas “foram entendidas por certos setores como um grande movimento de combate político, [...] a figura de Pombal sugeria sobretudo a republicanos e a alguns maçons as imagens do anti-ultramontanismo e da laicização, do liberalismo e da ‘igualização’ social”.

⁷⁷⁶ Proposta de lei n.º 116-C, apresentada pelo governo. Datada do mesmo dia e assinada pelo presidente do Conselho (Fontes Pereira de Melo),* pelo ministro do Reino (Tomás Ribeiro),* e pelo ministro de Marinha e Ultramar (Melo Gouveia). [CAMARA], 1882, sessão de 29 de março. São interessantes as afirmações que se leem no decreto de 1833, visando a recuperar o medalhão, em que a iniciativa é apresentada como um esforço para, “tributar ao grande homem a justiça que lhe é devida e apagar os vestígios de uma ingratidão de que a geração presente rejeita a responsabilidade e desaprova o erro”. Em ambos os casos, pensa-se em uma retificação de injustiças pretéritas, pelo juízo adequado do presente-posteridade, com a validação da razão e da história.

póstumas a um dos seus trabalhadores, é porque ele se distanciou pelos seus feitos e *se levantou do nível comum, pelo menos, à altura dos monumentos*. [...] O governo, senhores, quer, como lhe cumpre, associar-se aos votos do povo e às suas honradas manifestações. *Deseja convidar a nação a que levante um monumento ao marquês de Pombal*.⁷⁷⁷

Para o deputado *regenerador* Augusto Fonseca Coutinho,* primeiro a sugerir no Parlamento o apoio às festas, “um monumento é nada menos do que levar os grandes homens da terra a aproximarem-se dos céus; é pô-los acima das multidões, de modo que, para vê-los, seja necessário olhar para o alto; é colocá-los num mundo infinito por entre o azul da imensidade”. Apoiando a proposta de uma estátua, ele a justifica criticando a carência de representações/evocações do ministro em Lisboa; lamentando que a capital “ainda não tivesse erguido um monumento ao marquês de Pombal e se contentasse com o medalhão no pedestal da estátua equestre... que nem sempre lá esteve”.⁷⁷⁸

O projeto inicial do governo, que apresenta a estátua como uma ideia que parte do povo, é introduzido por um longo elenco de motivos para homenagear o marquês (dentre os quais, consta a expulsão dos jesuítas). Destaca-se do conjunto, contudo, a reconstrução de Lisboa – apresentada como justificativa consensual e suficiente para a apoteose que se propõe com um tal monumento. Explicita-se, desse modo, a ênfase que se quer imprimir:

quando tudo o que deixamos compendiado e o muitíssimo que suprirá a vossa vasta sabedoria não bastasse a *justificar a proposta*, [...] *bastava lembrar o que lhe deveu Lisboa por ocasião do terremoto* [...]. A energia e a incansável atividade de Sebastião José de Carvalho e Melo foi a providência da miseranda cidade. [...] *Daquele montão informe de ruínas, ao mando da sua vontade onipotente, surgiu esta Lisboa*, uma das mais belas cidades do mundo. *O homem que fez isso deixou o seu monumento na história*.⁷⁷⁹

O intento de contornar polêmicas é mais explícito, entretanto, no parecer da comissão de Fazenda, que analisa e aprova a referida proposta de lei – e, já no seu texto introdutório, contudo, exclui tanto a menção aos inicianos quanto a ideia da possibilidade de um juízo corrente adequado acerca do marquês (afirmando serem ainda necessários muitos anos para proceder à apreciação justa/imparcial do conjunto de suas medidas). Assim, buscando “uma fraternização unânime das consciências e das vontades”, questionam-se “as paixões e as preocupações particulares” que podem deturpar “a

⁷⁷⁷ Proposta de lei n.º 116-C [CAMARA], 1882, sessão de 29 de março. Grifos meus.

⁷⁷⁸ Coutinho apresenta em 4 de março seu projeto, que não menciona, contudo, o monumento. No dia 15 de abril, lê-se o parecer da comissão de Fazenda aprovando a proposta do ministro do Reino e apontando ficar, por tal modo, “considerado devidamente” o projeto de Coutinho. O deputado afirma, então, ser favorável ao monumento, mas insiste na ideia de o governo auxiliar iniciativas particulares. Em sua versão final, aprovada com aditamento, o projeto contempla autorização para o governo “despender até a quantia de 4:000\$000 réis com os festejos nacionais do centenário do marquês de Pombal” ([CAMARA], 1882, sessões de 4 de março e 15 e 17 de abril).

⁷⁷⁹ [CAMARA], 1882, sessão de 29 de março. Grifos meus.

intenção exclusivamente nacional da homenagem e da glorificação”. Aponta-se, pois, que o governo, “alheio e superior a essas correntes encontradas e parciais”, deve oficializar um monumento a Pombal apenas enquanto “o reedificador de Lisboa, o restaurador da indústria nacional, o libertador dos escravos, o reformador dos estudos e da fazenda pública”, atestando, por tal seleção cuidadosa, “somente a gratidão e a justiça da pátria”.⁷⁸⁰

Respondendo pessoalmente a contestações ao parecer no plenário, o deputado *regenerador* Luciano Cordeiro,* seu relator, evita a “apreciação crítica de todos os atos do marquês”, de modo a não “ressuscitar questões políticas sepultas há um século”. Pedindo que não se faça “política partidária” com os festejos, reitera a busca de consenso:

ainda quando o marquês de Pombal tivesse algumas escuridões a empanar o cristalino esplendor da sua glória, em toda a parte se deveriam arguir, menos na cidade que lhe deve o ser, porque Lisboa é hoje a cidade do marquês de Pombal. Foi ele que a levantou com o seu braço gigante das ruínas em que um grande cataclismo a tinha feito cair. [...] Não invoco nem careço de invocar para o caso presente senão dois dos seus benefícios: a proteção que dispensou às indústrias e às letras, e ninguém lhe pode negar esta glória. E os esforços homéricos com que levantou das ruínas a cidade de Lisboa.⁷⁸¹

Em seus questionamentos, o também *regenerador* António Cunha Belém,* muito mais próximo que o colega do sentido expresso nas pautas antijesuíticas, como um todo, e na proposta maçônica, em particular, acusa-o de pôr “todo o seu cuidado; toda a sua solicitude em esbater [...] uma das feições mais características do marquês de Pombal, atendendo apenas a dar relevo a todas as outras” – e de o fazer contrariamente ao projeto do próprio governo, inicialmente precedido por um texto em que se “afirmam claramente todas as feições do marquês de Pombal, sem se esquecer de marcar bem eloquentemente aquela pela qual ele é talvez mais conhecido em toda a Europa, em todo o mundo”. Ele se diz, assim, “mais governamental do que a ilustre comissão”.⁷⁸²

⁷⁸⁰ [CAMARA], 1882, sessão de 15 de abril.

⁷⁸¹ [CAMARA], 1882, sessão de 15 de abril. Grifos meus.

⁷⁸² [CAMARA], 1882, sessão de 17 de abril. Grifos meus. O antijesuitismo, atualizado nas disputas anticongreganistas da época, é a principal bandeira reclamada como herança pombalina pelos mais aguerridos apoiadores do centenário, incentivando forte reação de setores mais ligados a ultramontanos, tradicionalistas e legitimistas. O governo, como outros representantes de um liberalismo mais moderado (em que há vozes mais ou menos críticas ao marquês, sem adesão ao outro extremo), prefere se desembaraçar de iniciativas que de alguma forma associem Pombal a tópicos como *revolução*, *democracia* e *república*. Nesse sentido, recorda-se que, a despeito de demandas de liberais radicais, republicanos e socialistas, que no último quartel do século questionam mais abertamente a ligação Estado-Igreja, os governos monárquicos, apesar de algumas inflexões, mantêm uma linha regalista, demarcando-se da oposição daqueles que identificam (negativamente) os interesses da Monarquia e da Igreja aos da pressão resultante da reorganização de setores católicos. Ver, além do capítulo I desta tese: ABREU, 2004, p. 13-97; CATROGA, 1988; 1998b; FARIA, 1992; FERREIRA, 2001a; 2001b; TORGAL, 1984, p. 141-146; SARDICA, 2002; 2018.

Cunha Belém afirma, então, que, “já que se suprimiu no relatório da comissão o que se dizia no relatório dos nobres ministros, ao menos que se não suprima na discussão a afirmação de que um dos grandes atos do marquês de Pombal foi a expulsão dos jesuítas”. Reiterando a ideia (do governo) de que Pombal *deixou o seu monumento na história*, o deputado imputa à comissão de Fazenda tentar mascarar sua principal marca:

na história, que se compendia naquele relatório,⁷⁸³ tem o marquês de Pombal o seu monumento. É verdade! Mas deixemos que os fatos sejam o que foram. A história é o que é e o marquês de Pombal foi o que foi. Não se pode alterar. Não se pode arrancar uma só feição daquela fisionomia; não se lhe pode pôr uma máscara, quando se queira render culto àquele caráter nas suas manifestações coletivas, na sua individualidade complexa. [...] A ilustre comissão entendeu que devia mascarar um pouco o marquês de Pombal, não deixando sequer transparecer no relatório do seu projeto a feição energicamente acentuada daquele grande estadista, expulsando do reino os jesuítas! Parece que havia receio; que havia pavor de se ouvir ecoar nesta casa a frase afirmando que o marquês de Pombal tinha realizado a expulsão dos jesuítas deste país e tinha com esse ato prestado um grande serviço.⁷⁸⁴

Ele, contudo, vai mais longe. Demarca-se, no discurso, do fantasma da revolução (a dita *hidra*; conhecido monstro mitológico que representa o corrente receio monárquico de uma combatida, e renovada ameaça de revolta republicana), e evoca e reclama uma herança pombalina do liberalismo, propondo o reconhecimento, a comemoração e a atualização de suas medidas de teor antiultramontano, antijesuítico, anticongreganista... antirreacionário, enfim. Medidas ainda necessárias, em seu ver:

vejo um tal ou qual indiferentismo com que se olha para a reação, e ao mesmo tempo um grande terror, um grande susto pela revolução. [...] Entre a hidra revolucionária, que mostra os dentes, e a serpente da reação, que nos lamperia humilde as mãos, eu tenho mais medo da serpente da reação. A revolução é uma febre aguda que passa rapidamente, enquanto a reação é uma febre lenta que mina o organismo e que se transmite de geração em geração. [...] Temos medo da hidra revolucionária, e não temos medo de deixar preparar para o futuro uma geração tão profundamente eivada de sentimentos reacionários, que não tenha no espírito bastante tensão e energia para compreender as grandes verdades da liberdade. [...] A reação apodera-se da mulher e da criança, apodera-se do futuro, da página não volvida do livro do porvir; apodera-se do dia de amanhã, enquanto no dia de hoje se apodera da paz das famílias. Desse indiferentismo é que eu tenho receio. Queria que ao menos no parlamento se afirmasse que nós, maioria, não somos reacionários.⁷⁸⁵

⁷⁸³ O trecho em questão (ausente no parecer, ou melhor, dele excluído) apresenta o marquês como digno de homenagem enquanto “libertador do reino e do rei, que, depois de uma luta para sempre memorável nos anais políticos do mundo promulgou o decreto de 28 de junho de 1759, desnaturalizando, proscrevendo e expulsando os padres jesuítas para todo o sempre de Portugal e de seus domínios e não descansou até que o Santo Padre Clemente XIV, pelo breve *Dominus Redemptor*, de 23 de julho de 1773, extinguiu a Companhia de Jesus”. Ou seja, o próprio governo, em sua proposta inicial, destaca a feição antijesuítica do histórico do marquês entre os motivos para sua homenagem, ainda que dê maior ênfase à reconstrução de Lisboa (apontada, vale insistir, como justificativa consensual e suficiente para a comemoração oficial). O parecer, mais moderado, foca-se apenas nos aspectos alegadamente consensuais.

⁷⁸⁴ [CAMARA], 1882, sessão de 17 de abril. Grifos meus.

⁷⁸⁵ [CAMARA], 1882, sessão de 17 de abril. Grifos meus.

Acerca da acusada indiferença diante da *reação* (que os inicianos, historicamente vinculados à educação e à família, evocam), importa recuperar, no registro das sessões da Câmara, que Luciano Cordeiro, em discurso proferido um pouco antes da intervenção de Cunha Belém (que se contrapõe a suas posturas enquanto relator), curiosamente declara, ao ser confrontado com a necessidade de atualizar o antijesuitismo do marquês:

*não sei tampouco se os jesuítas se foram, se os jesuítas voltaram. É-me aproximadamente indiferente. Penso muito pouco nisso. Não sei se o marquês de Pombal os expulsou de vez, se eles têm novamente, entre nós, colégios abertos à educação da mocidade. Ouço dizer que sim. Pois se os têm, é porque lhes não faltam alunos. E se a mocidade lá vai, é porque os seus naturais preceptores lha confiam. E esses que lhes enviam os filhos é porque atribuem ao ensino dos jesuítas uma organização, uma disciplina, um método melhor do que aquele que encontrariam noutra parte; é porque lhe supõem uma vantagem qualquer. Não sou eu; são eles. Fazem-no espontânea e livremente. Fazem-no porque querem.*⁷⁸⁶

Os embates no plenário explicitam as polêmicas que a figura do marquês traz à tona; polêmicas de que os homens do governo e seus colaboradores mais próximos, assaz receosos, preferem se desembaraçar. Entende-se, assim, a posição de Cordeiro. Reagindo ao discurso do deputado *constituente* Pinheiro Chagas (que, recordando a participação de ambos na organização do tricentenário camoniano cerca de dois anos antes, reclama a falta de empenho do ministério *regenerador*),⁷⁸⁷ ele ainda afirma:

sabe, porém, o meu ilustre amigo [...], porque é historiador e crítico, que *há muitos fatos e muitos incidentes naquela espécie de epopeia do governo de Pombal, na sua política e na sua vida, que não podem com razão e justiça clara considerar-se definitivamente apurados. Não precisamos; não temos o direito de fazê-los entrar na celebração [...]. É inconveniente e perigoso. [...]* Cem anos são um longo prazo para a nossa vulgar existência; bastam decerto para se formar um culto e uma tradição de grandeza ideal, mas [...] não bastam muitas vezes para *fazer a história* e para se formar a crítica, em toda a integridade da sua justiça, serena e fatal. Admiremos, honremos a memória do grande homem no que a crítica e a história o proclamaram já verdadeiramente grande, no que todos podem já reconhecer que o foi.⁷⁸⁸

Não surpreende, portanto, que entre as supostas concordâncias *históricas* sobre o marquês não se destaquem suas medidas antijesuíticas, atualizadas em momentos-chave do liberalismo (e reclamadas, na altura, por liberais menos transigentes, dado o reingresso dos inicianos e de outras ordens religiosas no país), mas se recupere o discurso acerca da

⁷⁸⁶ [CAMARA], 1882, sessão de 17 de abril. Grifos meus.

⁷⁸⁷ Nas atas, não constam as intervenções do deputado (que “não restituiu o seu discurso a tempo de ser publicado”), apenas as réplicas. No *Diário de Notícias* (Lisboa, 17/04/1882), lê-se que Pinheiro Chagas censurou “o governo por não prestar auxílio à comissão académica, sendo a festa exclusivamente nacional, dizendo mais, que se ela não o fosse, quem tinha culpa era o governo. A comissão não pode deixar de agradecer ao distinto orador o modo como tem defendido os interesses da Academia”.

⁷⁸⁸ [CAMARA], 1882, sessão de 15 de abril. Gifos meus. Sobre a ideia de um necessário distanciamento afetivo e cronológico para o julgamento/a crítica/a escrita da história, ver o capítulo I desta tese. Sobre o *fazer da história*, ver o capítulo II desta tese.

reconstrução da capital. Acentuando tal aspecto em detrimento de outros (ressaltados por maçons e mais adeptos dos festejos; sejam liberais ou republicanos), visa-se a transformar o monumento; apresentando-o não como protesto, mas como marco de reconhecimento – unânime, imparcial, nacional. A despeito de tais embates, a proposta governamental é aprovada nas Câmaras dos Deputados e dos Pares (nesta, sem discussão).⁷⁸⁹

Associando-se formalmente à proposta de uma tal estátua (idealizada, defendida, combatida e enfim oficializada), o governo e seu apoiadores, como o empenhado Luciano Cordeiro, buscam enquadrá-la – esvaziando, no fundo, seu potencial teor contestatório. Nesse sentido, é interessante contrapor duas perspectivas. Para Cunha Belém,

se queremos levantar uma estátua ao marquês de Pombal, não o vamos representar nela de barrete de clérigo ou com a sotaina de jesuíta. Havemos de apresentá-lo tal qual ele foi: o inimigo implacável da ordem poderosa; o homem que representou no nosso país o arrebol da liberdade da consciência. A festa não pode ser para a reação.

Entretanto, no relatório da comissão da Fazenda (que, nas palavras de Cordeiro, denota “um escrupuloso cuidado”), a aprovação da proposta de lei se dá nos seguintes termos:

o Estado conserva-se alheio e superior a essas correntes encontradas e parciais e o monumento erguido a Sebastião José de Carvalho e Melo, [será o monumento] [a]o reedificador de Lisboa, [a]o restaurador da indústria nacional, [a]o libertador dos escravos, [a]o reformador dos estudos e da fazenda pública. Atestará somente a gratidão e a justiça da pátria.

No mesmo sentido, o ministério se distancia de outras atividades nos festejos, de modo a contornar celeumas e potenciais protestos *co-memorativos*.⁷⁹⁰

Apesar das medidas governamentais, as celebrações mantêm muito de seu teor crítico. A oposição entre perspectivas, objetivos e preocupações se faz notar em relatos coetâneos. A cerimônia de inauguração, por exemplo, é retratada pelos apoiadores dos demais festejos de forma sobretudo negativa; contrapondo-se ao cortejo no mesmo dia:

na inauguração do monumento, [...] o povo permaneceu frio, glacial! Nenhum viva, nenhum entusiasmo! A curiosidade, apenas, apesar das bordaduras e galas dos altos funcionários e da corte. Esses mesmos pareciam estar ali por

⁷⁸⁹ Após a apresentação pelo ministro do Reino (29/03), a proposta de lei é enviada para a comissão de Fazenda (relator Luciano Cordeiro), cujo parecer (03/04) é apresentado à mesa da Câmara e mandado imprimir (04/04). No dia 15, o assunto entra em discussão (projeto de lei n.º 122) no plenário – como na sessão se autoriza o governo a conceder bronze para outra estátua (José Estevão, em Aveiro), o deputado Mariano de Carvalho propõe que se ponha “em discussão o projeto que diz respeito à celebração do centenário do marquês de Pombal”. A continuação do debate decorre na sessão do dia 17 ([CAMARA], 1882, sessões de quatro e 29 de março e quatro, 15 e 17 de abril). Sobre o funcionamento da Câmara e de suas comissões, ver: SANTOS, 1986, p. 157-189. Na Câmara dos Pares, é lido o parecer (n.º 32) da comissão e aprovado sem discussão o projeto de lei (n.º 36) que chega da Câmara dos Deputados, em seu formato final (datado de 19 de abril), na sessão do dia 24 de abril ([CAMARA dos Pares], 1882, sessão de 24 de abril). A lei é sancionada pelo monarca e publicada no *Diário do Governo* (Lisboa, 29/04/1882).

⁷⁹⁰ [CAMARA], 1882, sessões de 15 e 17 de abril.

simples obrigação, contrafeitos, murchos, desanimados! Eram os diretos representantes, os símbolos das instituições da Monarquia... Duas horas depois, esse mesmo povo, que vira indiferente e silencioso a reunião de todos os poderes do estado numa cerimônia presidida pelo próprio monarca [...], delirava em entusiásticas aclamações, em vivas uníssonos e potentes na passagem do cortejo cívico.⁷⁹¹

O discurso acerca da estátua proposta e oficializada diverge bastante da primeira menção ao monumento. A despeito do esforço de enquadramento oficial, no boletim maçônico se mantém a referência à ideia da estátua como um protesto antijesuítico, como o comprova o poema a seguir, em que se propõe honrar “a memória a quem foi mais que um rei” com um monumento relacionado a uma mensagem eloquente, e não consensual (transmitida a coetâneos e pósteros, a partir de uma evocação circunscrita do passado):

*Na imensa vastidão dos evos do passado,
ergue a fronte gigante um vulto laureado;
seu nome encheu a história e o nobre Portugal
vem hoje consagrar-lhe a coroa de imortal.*

*[...] É justo consagrar as pompas da vitória
a quem a pátria exangue ergueu dentre ruínas,
quem tem por monumento o pedestal da história,
quem fez saudar ovante o pavilhão das quinas.*

*Se outrora uma mulher, despótica rainha,
ligada ao fanatismo, à negra reação,
votou seu gênio ardente à solidão mesquinha,
e fez curvar a fronte ao grande cidadão.*

*Nós, filhos deste século iluminado e forte,
no campo triunfal das tradições benditas,
erguemos um padrão ao que zombou da morte
vencendo a seita audaz dos torpes jesuítas.*

*Mais eis que se projeta, em torno aos nossos lares,
na sombra indefinida um vulto de chacal.
Quem é, de onde veio, atravessando os mares?
É ele – o jesuíta – o torvo deus do mal.*

*Há muito que ele espreita, em seu covil medonho,
filtrando sobre a presa um duro olhar sombrio,
e sabe que embalada em um porvir risonho
a geração moderna adormeceu, caiu.*

*Por isso vemos hoje atravessar ovante
o meu país natal a negra caravana...
Para, suspende, oh, monstro, a marcha triunfante,
que vai surgir o sol da redenção humana.*

*[...] Escuta: do futuro a voz te abomina
votou-te à execração, ao ódio universal.
Protesta contra ti, carrasco de batina,
o povo português na estátua de Pombal.⁷⁹²*

Quanto aos estudantes lisboetas, primeiros a se manifestar publicamente a favor dos festejos e efetivamente os principais promotores, seus esforços se apresentam de

⁷⁹¹ *A Folha do Povo*, Lisboa, 10/05/1882. O relato se assemelha ao d’*O Ocidente* (Lisboa, 21/05/1882).

⁷⁹² *BOGOL*, Lisboa, abril-maio/1882. Grifos meus.

maneira diversa. Organizados em uma comissão executiva, eles tornam público um plano comemorativo que, entre outras propostas, demanda “o cumprimento exato dos decretos do marquês de Pombal e [de] Joaquim António de Aguiar a respeito de todas as ordens religiosas”. Propõem, ademais, não uma estátua, e sim a fundação de seu *Instituto de Ensino Livre Marquês de Pombal*; “o mais significativo monumento levantado à memória de Sebastião José de Carvalho e Melo, o sábio reformador dos estudos”.⁷⁹³

No que diz respeito a monumentos alternativos, recorda-se, por fim, o manifesto da Associação Liberal de Coimbra,⁷⁹⁴ em que se republicam *decretos* do marquês de Pombal (1759) e de Joaquim António de Aguiar (1834), para “acordar o sentimento popular e a consciência pública acerca do grande perigo que nos ameaça”. Trata-se dos jesuítas, “elementos reacionários que atrevida e obstinadamente infestam o nosso meio social”. Além disso, explicita-se que tipo de monumento se quer erigir, coligindo e mobilizando política e comemorativamente tais documentos do passado:

para honrar a memória do marquês de Pombal, que expulsou os jesuítas, reformou e ampliou a instrução e aperfeiçoou o ensino público em todos os graus e aplicações, a Associação Liberal de Coimbra *não levanta estátuas de bronze, nem lápides comemorativas; publica este manifesto e faz reviver dois preciosos documentos. Ao monumento imóvel deve suceder o monumento que caminha, a imprensa; ao monumento mudo, o monumento que fala e educa, a conferência, o livro, a escola.*⁷⁹⁵

⁷⁹³ COMISSÃO, 1882. A oposição entre a proposta inicial do governo (de 29/03/1882) e aquela dos estudantes é explicitada no *Diário de Notícias* (Lisboa, 02/04/1882), em que se lê: “a proposta concede o bronze para o monumento, declara de grande gela o dia do centenário e ordena uma parada; não fala de coadjuvação aos iniciadores da festa. Falta-lhe esse ato de justiça, que está no projeto de um deputado [Fonseca Coutinho]. A comissão acadêmica imaginou outra homenagem ainda de mais elevado alcance: o *Instituto de Ensino Livre Marquês de Pombal*”.

⁷⁹⁴ Trata-se de uma associação ligada aos meios maçônicos e que, em Coimbra, envolve-se nos festejos pombalinos – que na cidade também têm uma feição acadêmica oficial, na Universidade (centrada na reforma de 1772, já antes comemorada – mas em que também há discursos de teor antijesuítico), e outra mais combativa, por parte dos estudantes (que se envolvem em conflito com os setores clericais). A tal respeito, ver: BEBIANO, 1982. Segundo seus estatutos, a Associação visa a “promover a difusão e o progresso das ideias e dos princípios de política liberal”, contribuindo “por todos os meios apropriados e legais” com os “progresso e aperfeiçoamento da educação e da instrução liberal” – seja pela fundação de bibliotecas e escolas, pela publicação de obras e por ações de “cooperação, socorro e beneficência”. Aprovado pelo governador civil em 1876, o documento dispõe que anualmente se comemorem “o dia 24 de agosto, aniversário da nossa primeira revolução liberal, em 1820; o dia 8 de maio, aniversário da entrada do exército libertador em Coimbra em 1834” – ocasião em que os inicianos que lá estavam foram presos e levados à capital (ASSOCIAÇÃO LIBERAL, 1901 [1876]).

⁷⁹⁵ A datação relaciona efemérides do liberalismo e do marquês: “aos 8 de maio de 1882, primeiro centenário do marquês de Pombal e quadragésimo oitavo aniversário da entrada do exército libertador em Coimbra” e da expulsão dos jesuítas da cidade (*A Folha Nova*, Porto, 27/05/1882). Grifos meus. Em teor oposto, publicam-se n’*O Progresso Católico* (Guimarães) 13 textos irônicos e críticos que se propõem um contramonumento em papel; “que mostre às futuras gerações que nós, os primeiros reacionários deste país, não tivemos dúvida de nos associar aos *patrióticos e liberais* desejos da maçonaria portuguesa. Como, porém, não somos pedreiros livres e querendo que as pedras para o monumento sejam lapidadas por mãos de mestre, vamos pedir a um maçom, o Sr. Pinheiro Chagas, por exemplo, que nos forneça as pedras para o pedestal em cima do qual colocaremos a figura *admirável* do maior déspota que conheceram os séculos”.

Quanto ao *monumento imóvel* pensado e aprovado pelo governo, sua inauguração simbólica marca o lançamento da pedra fundamental antes mesmo de se definirem um projeto de estátua e a origem de recursos para sua construção. Segundo Ortigão, no “lugar em que tem de se erguer o monumento [...], por enquanto existe apenas um buraco”.⁷⁹⁶

Na altura, insiste-se, não se conta sequer com um projeto para esse monumento simbolicamente inaugurado. Contudo, a sugestão, a oficialização, a subscrição e a discussão fazem da estátua, ou melhor, de sua proposta um tópico popular e politicamente relevante;⁷⁹⁷ seja em 1882, seja nos diferentes momentos em que, a partir da cerimônia, uma tal ideia é retomada e mobilizada de forma agregadora e/ou combativa. Além disso, o topo da avenida da Liberdade, importante via que se desenvolve paulatinamente a partir de 1879, fica desde então “reservado a um monumento ao marquês”; ideia oitocentista que avança “morosamente pelo novo século”.⁷⁹⁸ Mais de uma década após a primeira cerimônia, o local é referido em um panfleto antirreacionário de dezembro de 1904 como “um recinto sagrado para todos nós [liberais], onde em breve será erigida uma estátua ao homem que teve a sublime audácia de expulsar de Portugal a seita nefasta dos jesuítas”.⁷⁹⁹

Mais à frente, sempre tecendo comentários após citações do livro do “notável historiador” [CHAGAS, (1876)], questiona-se como o escritor, “tão rasgadamente *liberal* e defensor das modernas *liberdades*, se deixou arrastar para junto desses homens que, não conhecendo a história do seu país, querem erguer estátuas ao *enérgico, mas terrível ministro*, que teve o *carrasco sempre como grande meio de governo*” (16/06/1881). “Fomos de propósito folhear a *História* do sr. Pinheiro Chagas, porque é essa a que mais nos ensina a odiar, a menosprezar a memória do homem a quem a Revolução, a maçonaria portuguesa quer levantar uma estátua, quer perpetuar em um monumento. [...] O homem que com mais ardor escreveu as crueldades do marquês de Pombal faz parte da comissão promotora do mesmo monumento” (30/10/1881). Como “os pedreiros livres portugueses não são capazes de ter pronto para o dia da festa um condigno pedestal à figura do primeiro *liberal* português, será o nosso o único que no dia 8 de maio estará de pé”, graças às “pedras que fartem”, fornecidas por Chagas (28/02/1882). O último texto data de 30/04/1882.

⁷⁹⁶ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26/06/1882. Nas palavras de J.-A. França (cf. Sampaio, 2006, p. 51), colocou-se “a primeira pedra duma estátua que não se sabia muito bem como fosse, simbolizando o marquês de Pombal, cujo centenário tão brilhante e polemicamente se comemorava [...]. Mas a verdade é que não havia monumento nem ideia para ele e apenas uma pedra, que só em 1914, no meio de celeuma, se concretizaria o concurso público”.

⁷⁹⁷ Berggren (1999, p. 563-564) destaca que “the political antagonism of the period [s. XIX] was greatly canalized in monument projects. [...] The question of their final realization could be secondary, if it at all considered; to attain the desired propagandistic effects it was often quite enough to start a project and announce a subscription. [...] Various political parties had different views of the worthiness of candidates set up for ‘monumentation’, of the nature of national unity, of what values or beliefs to inculcate and so forth. A good deal of intense political fighting was born out of this”.

⁷⁹⁸ FRANÇA, 2004, p. 165, 184. Na Rotunda, confluência de diferentes partes da cidade em expansão, organizam-se, em 1898, um parque de atrações e uma Feira Franca, que ocupam todo um quarteirão da porção final da avenida da Liberdade, para a comemoração do 4º centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia. No início da importante e emblemática via, por sua vez, inaugura-se em 1886 (ano de inauguração da própria avenida) o obelisco aos Restauradores (projetado em 1882), em homenagem à Restauração de 1640, uma iniciativa da Comissão Central 1º de Dezembro, com recursos obtidos por subscrição pública. Sobre a região como *lugar de memória*, ver: CARVALHO, 2003; TEIXEIRA, 2003. Sobre o referido 4º centenário, ver: JOÃO, 1999; CATROGA, 1998 [1996]c.

⁷⁹⁹ COMISSÃO ANTI-REACIONÁRIA, 1904. Ver a introdução desta tese.

Passados mais alguns anos, para lá se dirigem, em uma madrugada de outubro de 1910, forças *revolucionárias* republicanas – entoando *A Marselhesa* e *A Portuguesa*.⁸⁰⁰ Diante de uma série de fatores que parecem condenar sua ação ao fracasso, parte do grupo se dispersa. Àqueles que decidem acampar e se entrincheirar na praça, contudo, juntam-se, ao amanhecer, centenas de pessoas – movimento que ocorre também em outras partes da capital. A despeito da participação popular, a vitória republicana, selada já no dia seguinte, muito se deve à relutância das forças monárquicas, afinal pouco dispostas a combater em defesa o regime.⁸⁰¹

Apesar de não serem o único nem o mais violento dos embates, as barricadas da Rotunda se tornam um emblema da dita Revolução do 5 de outubro, vinculando-se à memória da I República (imagens 55-58). Daí se dizer, já em agosto de 1917, que “foi também naquele recanto, onde hoje se vai principiar a erguer a estátua a Pombal, que, em 5 de outubro de 1910, o povo português, sublime, heroico, gigantesco, colocou a primeira pedra da República, amolecendo o terreno com o seu próprio sangue”.⁸⁰²

Tais palavras são proferidas na segunda cerimônia de lançamento da “primeira pedra” para um monumento ao marquês. Na Rotunda, preparada para a celebração, há, sob as árvores que então cercam e demarcam o espaço, “uma multidão compacta, mal contida pelos cordões de polícia”.⁸⁰³ A praça está rodeada com “mastros embandeirados

⁸⁰⁰ Sobre o percurso da *Marseillaise* (1792), “chant révolutionnaire, exaltant, à travers la liberté, les valeurs d’un monde nouveau, chat de guerre”, que a despeito de seu forte patriotismo, “a été adoptée, reconnue pourrait-on dire, à travers le monde, au point de devenir au XIX^e siècle, le support de tous les mouvements révolutionnaires, libéraux et nationaux”, ver: VOVELLE (1984). No Portugal do segundo quartel de Oitocentos, cantar, tocar e mesmo assobiar o hino são atitudes consideradas de desafio à Monarquia, passíveis de punição. Segundo Ramos (2010), *A Portuguesa*, marcha composta por Keil (com letra de Lopes Mendonça) em um dos momentos de maior exaltação patriótica no país (relacionada ao ultimato britânico de 1890 e à contestação da autoridade do Estado por parte de setores radicais – como jovens estudantes e militares), foi mobilizada pela esquerda republicana como um contra-hino, de modo a amesquinhar o *hino da carta* (composto por D. Pedro IV em homenagem à carta constitucional por ele outorgada em 1826 e desde 1834 adotado como hino nacional). Manteve-se “na memória do movimento republicano, muito dado a cultivar efemérides e a celebrar o passado”, e também na tradição estudantil. Como na marcha francesa, canta-se “às armas, às armas [...], marchar, marchar!”

⁸⁰¹ MÓNICA, 2010 [1987], p. 34-39; RAMOS, 2009, cap. VI; VALENTE, 2010 [1975], p. 123-162.

⁸⁰² [Trecho do discurso de Barbosa de Magalhães, então ministro de Instrução Pública]. *A Capital*, Lisboa, 12/08/1917. Alguns anos mais tarde, Rocha Martins (1924, p. 235-237) recorda que “D. Luís argamassou a primeira pedra do monumento a Pombal na Rotunda da Avenida, onde devia nascer a República”. A coincidência, entretanto, tem, para ele, sentido crítico; ele afinal acusa as violências do regime republicano. Assim, “arvorá-lo [o marquês, em praça pública] é simbolizar o que se tem feito agora contra a liberdade. [...] Que maior vitória queria o espírito despótico do que a consagração do marquês do qual o ministro da justiça do governo provisório da República, numa gabarolice fátua, disse ter herdado a alma? Que satisfação desejam os absolutistas d’outrora, do que essa elevação da tirania a favor dos princípios da realeza? Que maior demonstração de culto pelos processos violentos ambicionam os que os têm empregado? Por isso, a estátua a uns e outros [liberais e reacionários] deve satisfazer, bem plantada nas bases onde el-rei D. Luís bateu as camarteladas do estilo sobre o cofrezinho cheio de moedas cunhadas com a sua efígie”.

⁸⁰³ *A Capital*, Lisboa, 12/08/1917.

e com galhardetes e ao cimo, junto ao parque, um palanque coberto por um toldo” vermelho e verde – as cores da bandeira republicana. Aos lados do palanque, veem-se os porteiros da Câmara Municipal e diversas organizações com seus estandartes (imagem 59).⁸⁰⁴ Ao som de toques de clarim e dos primeiros compassos d’*A Portuguesa*, feita hino nacional,⁸⁰⁵ o presidente, Bernardino Machado (1915-1917), faz sua entrada um pouco antes do início da cerimônia (e da chegada de Afonso Costa), dirigindo-se, “muito vitoriado”, à tribuna já repleta de convidados (imagens 60-61).⁸⁰⁶

No dia anterior, como que preparando o tom à solenidade, lê-se, n’*A Capital*:*

o monumento ao marquês de Pombal tem uma história complicada [...]. A República não podia deixar de prestar a devida homenagem ao grande ministro. *O que a Monarquia não conseguiu em 28 anos, realiza-o a República em 7*. A estátua do marquês de Pombal vai, enfim, erguer-se, pagando um tributo de gratidão ao eminente estadista.⁸⁰⁷

No jornal republicano, ainda se publica, em uma entrevista, a seguinte recordação:

foi a 8 de maio de 1882 – como o tempo passa depressa! – que assisti ao lançamento da primeira pedra para os alicerces da estátua [...]. Tinha sido iniciativa da maçonaria e da Academia de Lisboa. A família real – D. Luís, D. Maria Pia, o príncipe D. Carlos – também lá estava, mas lia-se-lhe no rosto a má vontade com que presenciava a glorificação do liberal estadista. [...] O governo nomeou uma comissão para, por meio de subscrição, se granjear o dinheiro necessário para o monumento. [...] [Mas] nenhum passo foi dado para a realização do projeto.⁸⁰⁸

⁸⁰⁴ *Diário de Notícias*, Lisboa, 13/08/1917.

⁸⁰⁵ Recuperada, como referido, pelos revolucionários de 5 de outubro de 1910, a marcha nacionalista é adotada como hino nacional pela Assembleia Constituinte em 1911. Ver: RAMOS, 2010.

⁸⁰⁶ *Diário de Notícias*, Lisboa, 13/08/1917.

⁸⁰⁷ *A Capital*, Lisboa, 11/08/1917. Grifos meus.

⁸⁰⁸ Afirma-o Pinheiro de Melo, membro da comissão do monumento, que narra o percurso do projeto – entre concursos, subscrições, polémicas e comissões diversas. Em 1882 se forma a primeira comissão (Rodrigues Sampaio) para angariar recursos para uma tal estátua. Dada a falta de êxito, no início do século seguinte (1901), membros da Sociedade de Geografia (e da maçonaria), secundados, três anos mais tarde, pela Câmara Municipal, demandam ao governo que se organize nova comissão (1905), de que resulta uma comissão executiva em que constam o nome do referido Pinheiro de Melo e também de Magalhães Lima. Inicia-se a subscrição. É nessa altura que Silvano (1906, p. 8-9) escreve, acusando que “por ocasião da recente ascensão dos *progressistas* ao poder, os [...] chamados liberais avançados renovaram a tentativa e conseguiram que o governo nomeasse uma nova comissão para diligenciar a ereção do monumento”. A crise da Monarquia adia os planos. Em 1911, decorre o primeiro concurso, com um projeto submetido, e não aprovado. Novo concurso é lançado em 1913, com júri nomeado no ano seguinte. Apresentam-se 14 projetos, sendo 4 aprovados e classificados. Os autores do 2º lugar (imagem 62) recorrem, dando início a um imbróglio que mobiliza não apenas autores célebres (como António Arroyo, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro), mas também a população: “o público interessou-se pelo concurso e a cada passo se ouve dizer nas ruas, nos elétricos, por toda a parte” sobre as preferências (ARROYO, 1914, p. 14-15); “a questão da preferência das maquetes do monumento ao marquês de Pombal tem agitado a opinião pública, constituindo assunto de todas as conversas nesses últimos dias” (*O Mundo*, Lisboa, 26/04/1914). O 1º lugar (imagem 63), reafirmado em 1916, cabe à proposta de Francisco do Santos (com colaboração de A. Bermudes e A. Couto). Diferentemente das demais, na maquete se representa Pombal no alto do pedestal. No projeto em 2º lugar, recebe tal destaque uma alegoria da Pátria/República. Ver: CARVALHO, 2003; FRANÇA, 2004, p. 184; MEGA, 2006; RODRIGUES, 1947, cap. VI; SANTOS, 2009.

Nota-se como curiosamente se reequacionam/limitam/deslocam não só a proposta e o empenho (em torno de um tal monumento e de sua primeira solenidade inaugural) mas também a acusação de *frieza* e desinteresse. Se na altura do centenário se relata, como visto, que também o povo se mantém distante da cerimônia oficial, em 1917 se diz terem sido somente os membros da família real os que lá estiveram a contragosto, indicando a ideia de um monumento a Pombal já como um projeto/anseio não do governo apenas, mas sim dos estudantes, da maçonaria, de todos os verdadeiros liberais, enfim. Em sentido aproximado, João Carlos Alberto da Costa Gomes,* presidente da Câmara, afirma, em seu discurso:

em 1882, decorridos já 35 anos, neste mesmo lugar, um chefe de Estado da nação portuguesa, *impelido pela opinião liberal do país*, assistia, com toda a solenidade, à cerimônia do lançamento da primeira pedra para a construção do monumento ao primeiro marquês de Pombal. O que se passou desde aquela época até o dia 5 de outubro de 1910, *data gloriosa da história pátria, em que se baniu para sempre do nosso país o domínio do trono e do altar*, mostra bem, por um lado, o *ódio secular dos reacionários à memória daquele grande português e à sua obra de restauração nacional*, contrariando, por todos os meios, a *ereção deste monumento*, que dignifica o povo português e em especial os munícipes da cidade de Lisboa. Por outro, a *tenacidade dos liberais nessa luta contra a reação para que a cidade de Lisboa pagasse a sua dívida à memória de Sebastião José de Carvalho e Melo*, erguendo-lhe aqui, no alto da avenida da Liberdade, um monumento condigno à sua obra.⁸⁰⁹

Construindo e reforçando os vínculos entre a estátua, a capital, o liberalismo, a República, a maçonaria e o povo,⁸¹⁰ e também justificando as indisfarçáveis demoras, por conta dos imbróglis recentes (de que os lisboetas presumidamente se recordam e a que *A Capital* faz referência no dia anterior), ele prossegue, concluindo sob muitos aplausos:

após o glorioso dia 5 de outubro de 1910, a velha questão do monumento ao marquês de Pombal entrou em uma fase nova. *Os governos da República, fiéis aos compromissos tomados e integrados na vontade do povo liberal, quiseram resolver de pronto esse intrincado e debatido problema*. A resolução, porém, do assunto ameaçava eternizar-se no campo jurídico e artístico. Mas o *povo de Lisboa, no seu critério simplista, mas justo e verdadeiro, começava já a impacientar-se, irritando-se com tantas demoras e adiamentos*. A Câmara Municipal de Lisboa, sentindo como os seus munícipes, dedicou à construção do monumento ao marquês de Pombal a sua boa vontade, decisão e persistência, secundando assim os *trabalhos da Maçonaria Portuguesa, da comissão executiva do monumento e o de todos os liberais*. [...] E como essa obra é uma obra de todos os liberais: viva a Liberdade! Viva a República! Viva a cidade de Lisboa!⁸¹¹

⁸⁰⁹ *Diário de Notícias*, Lisboa, 13/08/1917. Grifos meus.

⁸¹⁰ O aspecto popular da proposta e do projeto é muitas vezes apontado de modo relacionado aos valores arrecadados por subscrições públicas ao longo dos anos. Pinheiro de Melo, contudo, não deixa de recordar que também a família real, à altura da abertura das subscrições por parte da segunda comissão (1905), fez doações ao fundo para um tal monumento: “D. Carlos, D. Amélia e D. Maria Pia deram, cada um, 250 mil réis. D. Afonso, cem” (*A Capital*, Lisboa, 11/08/1917) – aspecto que, na maior parte dos discursos, prefere-se omitir, reforçando o teor alegadamente republicano de uma tal estátua, desde a proposta inicial.

⁸¹¹ *Diário de Notícias*, Lisboa, 13/08/1917. Grifos meus.

Terceiro a discursar, Magalhães Lima, falando “em nome e como presidente [tanto] da comissão executiva do monumento [...] [quanto] do Grémio [maçônico] Lusitano, as duas beneméritas coletividades que durante 12 anos consecutivos trabalharam afincadamente a fim de saldar essa dívida nacional, uma dívida de honra”, é ovacionado. Orador eloquente, ele afirma, explicitando a tônica da proposta atualizada:

enganou-se a reação quando afirmou que nunca se havia de levantar uma estátua ao marquês de Pombal. [...] Ela erguer-se-á, neste mesmo local, altiva e soberana, afrontando as iras do jesuitismo que esmagou com a sua mão de ferro [...]. Constituirá *um valioso documento histórico do regime engrandecido e um livro aberto ao povo para que se não esqueça nunca, para que se mantenha sempre atento e vigilante*. [...] *Perante a reação, seremos sempre os mesmos revolucionários do passado*. Toda a transigência com os inimigos da liberdade seria um crime odioso. *Engana-se ainda a Companhia de Jesus, se pensa que o futuro lhe há de pertencer. O futuro é nosso*. É da liberdade do direito, é da justiça. [...] É a Revolução que está no poder.⁸¹²

Em seu discurso, Bernardino Machado conecta a figura de Pombal a certos momentos do passado e do presente do país, encadeados sob a lógica de embates com a reação (das *revoluções* pretéritas às resistências correntes) em frentes internas e externas:

o que vimos celebrar é a obra reformadora que Pombal construiu possantemente com as próprias forças vivas do povo português, combatendo ao lado dele os seus antigos inimigos territoriais e ultramontanos e essa perdurou indefetivamente até nós, consolidada e engrandecida em cada nova fase de ressurgimento nacional, tanto em 1820 como em 1910. [...] Temos demolido as velhas e caducas instituições que ameaçavam pela sua decadência sepultar-nos nos seus escombros. Mas a *História não se destrói nunca* e, dentro do quadro das suas invioláveis leis de evolução e progresso, uma das figuras proeminentes é incontestavelmente a de Sebastião José de Carvalho e Melo. Por isso, *com o alvoroço patriótico deste momento solene em que retomamos o nosso posto na arena mundial*, associo-me comovidamente em nome da nação, à glorificadora homenagem comemorativa que lhe vai consagrar a Lisboa por ele reedificada monumentalmente para continuar a ser a metrópole augusta do nosso altivo e cavalheiroso Portugal.⁸¹³

A despeito do tom vitorioso, o regime, que enfrenta uma série de conflitos,⁸¹⁴ não resiste por mais muito tempo. Um golpe comandado por Sidónio Pais* em dezembro

⁸¹² *A Capital*, Lisboa, 12/08/1917. Grifos meus. O orador, não por acaso, ainda afirma: “fui membro da comissão dos centenários de Camões e da descoberta do caminho marítimo para a Índia [1898]. Tomei parte no entusiasmo vibrante dos estudantes por ocasião do centenário de Pombal e espero ainda assistir à inauguração do monumento cujos trabalhos se inauguram hoje. Por que não, se me foi dada a ventura de festejar a proclamação da República em Portugal [...]? São elos da mesma cadeia. São comemorações que se relacionam logicamente. São aspectos da mesma revivescência nacional. São afirmações da vitalidade” (*Diário de Notícias*, Lisboa, 13/08/1917). Seu empenhado apoio ao centenário pombalino se explicita nas páginas d’*O Século*, por ele dirigido à altura.

⁸¹³ *A Capital*, Lisboa, 12/08/1917. Grifos meus. Bernardino Machado participa, em Coimbra, do centenário.

⁸¹⁴ Além de dissidências entre republicanos e de conflitos com operários, a I República, voltada contra a *reação* e as *instituições caducas*, destaca-se pela combatividade. A Santa Sé rompe relações com o regime após a Lei de Separação (1911), que reforça no clero o sentido de vitimização e solidariedade. Há oposição também de intelectuais, à esquerda e à direita – em que se destaca o Integralismo Lusitano (nacionalista, tradicionalista, católico, corporativista, antiparlamentarista e antiliberal, conquista escolares e acadêmicos). Ademais, o país desde 1914 combate tropas alemãs nas fronteiras das colônias africanas. Sua participação

(com tropas uma vez mais acampadas na Rotunda) derruba o governo, dando início ao interregno conhecido como Sidonismo (1917-1918).⁸¹⁵ Alguns anos mais tarde; na efeméride fúnebre de 8 de maio de 1923, lê-se n’*A Capital*:

concluir-se-á o monumento a Pombal? O projeto existe! [...] Uma obra monumental desse vulto, além de representar o pagamento de uma dívida de gratidão à memória do grande reformador da cidade, significa, também, a realização de uma simpática aspiração da capital. É incontestável que Lisboa e Portugal devem ao marquês altíssimos serviços que não podem ser esquecidos, que não podem ser apoucados apesar das sistemáticas campanhas de malsinação [...]. O monumento ao marquês de Pombal, embora nem todos o vejam com bons olhos, é, indubitavelmente, uma dívida que a cidade de Lisboa paga.⁸¹⁶

De sua parte, Rocha Martins, crítico às homenagens ao marquês, afirma, irônico (recuperando um tópico frequente em denúncias republicanas aos obsidianes inacianos):

Pombal não tem ainda uma estátua – dizem, indignadamente, os maçons – Pombal vai ter uma estátua! Gritam, furiosos, os reacionários [...]. Lembram-se daqueles enormes subterrâneos que existiam de Campolide para o palácio real; largos, enormes, por onde passavam carruagens com jesuítas? Pois bem, embora ninguém os tivesse visto, eles existem e é na sua treva, no seu segredo, no seu mistério que os da Companhia – os da seita negra – vão, todas as noites, puxar pelo alicerce do monumento a Pombal a fim de não os deixar crescer.⁸¹⁷

Cerca de três anos mais tarde, em 13 de maio de 1926, “dia da cidade”,⁸¹⁸ Bernardino Machado (1925-1926), de novo Presidente da República, comanda uma

oficial na I Guerra a partir de 1916, com o envio de tropas para combater em território francês no ano seguinte, agrava a vulnerabilidade do governo (RAMOS, 2009, caps. VI-VII). Daí as referências, nos discursos, ao papel de Portugal na *arena mundial*. Atualizam-se as oposições: a República, o liberalismo, a democracia/revolução e Pombal se opõem não só aos jesuítas, mas também, em termos mais amplos, aos “reacionários ou os germanófilos”, nas palavras de Magalhães Lima. Para o orador, “a guerra visa à emancipação das consciências. É uma guerra para libertar. Não é uma guerra para oprimir. É a guerra da democracia. Esta manifestação veio no momento oportuno para galvanizar a indiferença e a apatia de muitos. [...] É para os que lutam nos campos de batalha [...]. Quando os ecos dessa solenidade chegarem até eles, as suas almas vibrarão com as nossas, no mesmo entusiasmo, na mesma fê”.

⁸¹⁵ Nas palavras de Rui Ramos (2009, cap. VII), “Sidónio seguiu a receita do 5 de outubro: acampou na Rotunda com tropas e artilharia que tinham sido concentrados em Lisboa para partir para França, e resistiu [...]. Ao fim de três dias de combate [...], o governo rendeu-se [...]. Sidónio Pais assumiu a chefia do novo governo. Era ainda um desconhecido. Ia tornar-se um mito”. Dentre suas medidas, com alterações à Constituição de 1911, destaca-se aqui a revisão da Lei de Separação, com a conciliação com a Igreja (1918).

⁸¹⁶ *A Capital*, Lisboa, 08/05/1923. O texto vem a lume pouco antes do traslado dos restos mortais do marquês em 13 de maio, seu aniversário natalício. Ver o capítulo II desta tese.

⁸¹⁷ *Fantoches*, Lisboa, 12/05/1923. Francisco M. Romeiras (2019, p. XIV) afirma que “na madrugada de 5 de outubro, o Colégio de Campolide foi bombardeado e invadido por militares e milícias populares. Apesar da procura de armas de fogo, bombas e túneis secretos ter sido malograda, o rasto de destruição foi considerável”. Na *Ilustração Portuguesa* (Lisboa, 17,24,31/10/1910) e também no livro organizado por Romeiras se veem fotografias que retratam tal processo. Curiosamente, o prédio em questão (renomeado Colégio Almada Negreiros) hoje abriga setores da NOVA FCSH.

⁸¹⁸ Sobre a definição e a comemoração pontual da data, a que se refere no capítulo II desta tese, ver: RELVAS, 2009, p. 128. Em meio à programação festiva, há parada militar, palestras e uma exposição. Na *Ilustração* (Lisboa, 16/05/1926), lê-se: “se é vera a fama, Lisboa deve a sua fundação a Ulisses [...]. Perdida, porém, essa origem nas brumas mitológicas, o que Lisboa melhor lembrará será decerto a sua reconstrução” por Pombal, “cujo caráter anda sujeito a controvérsias, apontando-o uns como espírito liberal e outros como déspota e vingativo. [...] Lisboa quer ver nele é simplesmente o homem que, mercê da sua férrea vontade e da sua pronta decisão, a arrancou do estado de ruínas [...]; por isso lhe está erguendo um

terceira cerimônia de lançamento da “primeira pedra”, colocada sobre “o cofre fechado em 1882, com moedas da época”.⁸¹⁹ O chefe do Estado está novamente acompanhado por Magalhães Lima, “o símbolo da democracia portuguesa”,⁸²⁰ ainda à frente da comissão do monumento. Junto das demais autoridades, eles “lançaram a argamassa e deram as pancadas do estilo” (imagem 64). A seguir, discursam na Rotunda, uma vez mais embandeirada e repleta de curiosos. Dessa vez, além d’*A Portuguesa*, ouvem-se os acordes do *Hino da Maria da Fonte*, enquanto “o público que se comprime dentro do recinto rompe com uma salva de palmas, vivas ao chefe do Estado, à República, a Magalhães Lima e abaixo à reação clerical”.⁸²¹

Nas palavras do presidente da comissão, “se o imortal estadista pudesse reviver, [esta consagração] lhe seria farta compensação para os seus desgostos, os seus sofrimentos e as suas amarguras”. Após se referir às dificuldades envolvidas na construção do monumento, ele ainda afirma: “custe o que custar, haja o que houver, tem de saldar-se essa dívida de honra. Trata-se de uma dívida da nação! Acima da Companhia de Jesus está a soberania do povo!”⁸²² Depois dos demais discursos do costume,⁸²³

por último, falou o sr. Presidente da República, que acentuou que a Democracia não extinguiu o culto dos grandes homens. Pelo contrário. E a prova disso é aquela grande manifestação. O desmoronamento da obra de Pombal condena o regime monárquico, que se mostrou incapaz de sustentar a sua formidável obra. Referiu-se ainda a 1820, 1834 e 1910, acentuando também o seu horror às ditaduras.

monumento [...]. Mas quis ainda a sua edilidade levar mais longe [...]: resolveu, a partir deste ano, dedicar-lhe o dia do feriado municipal, em vez de, como até aqui, o votar a Camões, o épico egrégio – cuja comemoração passou a ser nacional, como é mais próprio. Assente esse dia de Pombal em 13 de maio, a Associação dos Arqueólogos Portugueses [...] promoveu no Museu do Carmo a exposição” de uma enorme maquete da cidade. O arqueólogo e escritor Matos Sequeira, à frente da Associação e responsável por uma conferência sobre o “reformador a quem Lisboa deve quase tudo o que é”, expõe “a conveniência de perpetuar a memória de tão eminente olissiponense não apenas por um monumento, que é sempre um testemunho frio de admiração, mas por um Museu da Cidade, que poderá ser das coisas mais interessantes da Europa e seguramente o mais rico do país, na sua especialidade”. É interessante comparar a ideia com aquelas expostas no início deste capítulo – sobre o *Story Centre*; a interatividade em museus e monumentos.

⁸¹⁹ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 13/05/1926.

⁸²⁰ *A Capital*, Lisboa, 08/05/1926.

⁸²¹ *A Capital*, Lisboa, 13/05/1926. O hino da *Maria da Fonte/do Minho* remonta à revolta minhota contra a *tiranía dos cabrais* (1846), vinculando-se à esquerda liberal durante o período monárquico, e é ainda tocado em solenidades oficiais. Em seus versos, canta-se: “Baqueou a tirania / Nobre povo, és vencedor / Generoso, ousado e livre / Demos glória ao teu valor / Eia, avante, portugueses / Eia, avante, não temer! / Pela santa Liberdade / Triunfar ou perecer! / Algemada era a Nação, / Mas é livre ainda uma vez; / Ora, e sempre, é caro à Pátria / O heroísmo português / [...] Fugí, déspotas! Fugí, / Vis algozes da Nação / Livre, a Pátria vos repulsa / Terminou a escravidão!” (FRONDONI, s/d). Sobre a *Maria da Fonte* e as manifestações anticabralistas, ver: BONIFÁCIO, 2009, p. 111-159.

⁸²² *Diário de Lisboa*, Lisboa, 13/05/1926.

⁸²³ Além das autoridades, discursou “o senador monárquico, sr. D. Tomás de Vilhena [...], na qualidade de três vezes neto do marquês, [que] [...] concluiu por afirmar que o marquês de Pombal foi um espírito eminentemente religioso e que o suplício dos Távoras estava dentro do quadro penal do seu tempo” (*Diário de Lisboa*, Lisboa, 13/05/1926). Também se faz presente “o atual conde de Oeiras”.

Segundo o mesmo jornal, houve, da parte dos assistentes, “vibrantes vivas à República anticlerical”.⁸²⁴

A solenidade desperta críticas à comissão, ao presidente e também, como não poderia deixar de ser, a tal representação de Pombal – mobilizada em prol do regime. Em 28 de maio, quinze dias mais tarde, entretanto, Bernardino Machado é novamente deposto, em um golpe que põe fim à I República. A partir de então (sintomaticamente), os inicianos, tão combatidos nos discursos republicanos mais aguerridos, paulatinamente retornam (agora efetivamente) ao país.⁸²⁵ Alguns anos depois, de novo recuperando a figura do marquês, o ex-presidente ainda afirma, combativo – indiciando a força e a persistência da relação que se vem tentando ressaltar com os discursos aqui recuperados: “Pombal expulsou os jesuítas. Os constitucionais dissolveram as congregações monásticas. E foi preciso fazer a República para de novo expulsar os jesuítas e dissolver as congregações. E é preciso refazê-la para mais uma vez os expulsar e os dissolver”.⁸²⁶

Quanto ao monumento maçom e republicano (já bem distinto daquela proposta oficial do liberalismo, de 1882), as obras para sua construção, muitas vezes inauguradas, prosseguem – sobretudo a partir de 1925, a despeito de interrupções e das mudanças políticas (imagens 65-72). Como afirma Fernando Medina,* “o anterior regime... era muito sensível à identificação dos símbolos que marcavam a nossa história, mas [a estátua] é erigida com uma subscrição popular”.⁸²⁷ A referência à contribuição da

⁸²⁴ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 13/05/1926. Não se pode deixar de assinalar que o “horror às ditaduras” se descola de uma ponderação mais crítica do pombalismo e dos próprios governos liberais e republicanos. Na altura, divulga-se um *folheto em homenagem ao marquês de Pombal* (GRÊMIO LIBERDADE, 1926), em que se lê: “recuamos de horror perante o patíbulo de Belém! Mas, se encararmos o fato à luz imparcial da História, somos levados a concluir que tais excessos de crueldade constituíam um costume seguido naquela época em todas as cortes e em casos semelhantes e que, portanto, não foram uma exclusiva demonstração da justiça implacável do severo ministro. [...] Se ele tivesse sido um São Francisco de Assis, a governar com o coração um povo corrompido por erros passados, com uma nobreza petulante e uma Companhia terrível de jesuítas a promover a intriga e a espalhar o terror e o ódio no povo, atribuindo as calamidades sucedidas a castigos de Deus por o nosso sol aquecer o espírito superior de estadista do grande pedreiro livre, se ele se tivesse intimidado perante essa campanha de ameaças torvas, o seu nome não teria ecoado de respeito por todo o mundo e com ele a honra de uma pátria, salva de tantas derrocadas – geológicas, políticas e sociais – e não seria conduzida, como foi, ao arco do triunfo, com um cortejo de reformas que constituíram a maior grandeza da sua história política e o nosso orgulho de portugueses”.

⁸²⁵ Sobre as diversas expulsões (e os subsequentes retornos) dos padres da Companhia de Jesus, ver: ROMEIRAS, 2018. O autor (jesuíta) destaca que “apesar de alguns jesuítas terem começado a regressar a Portugal a partir de 1926, foi apenas em 1932 que a sua presença se oficializou”.

⁸²⁶ Bernardino Machado, 1929 (cf. Abreu, 2004, p. 96).

⁸²⁷ *Discursos*. Site CLEPUL. Ver o capítulo II desta tese. Sobre a relação passadista e mítica do Estado Novo com a história e com seus símbolos, cita-se discurso de Salazar na 10ª comemoração do 28 de maio: “Não discutimos Deus e a virtude. Não discutimos a pátria e a sua história. Não discutimos a autoridade e o seu prestígio [...]”, que ecoa na sala *certezas indiscutíveis* do *Museu do Aljube: Resistência e Liberdade*, em Lisboa. Acerca do “lugar da história na construção do consenso nacional e na fundamentação do

população e ao regime de que fala o município é importante. Estabelecido após ao período de ditaduras (1926-1933) que se seguem ao fim da democracia parlamentar republicana, o Estado Novo (1933-1974) afirma-se um regime ditatorial, conservador e nacionalista. Se o apogeu do discurso e das políticas anticlericais data de meados do século XIX, o fim da I República simboliza uma “derrota sofrida pelas teses anticlericais, na doutrina e na vida política”. Ganham protagonismo ideias e medidas antiliberais, antidemocráticas, antirrepublicanas e fortemente identificadas às doutrinas tradicionais do catolicismo.⁸²⁸

Como a figura do marquês está fortemente associada, sobretudo a partir de 1882, de 1910 e das diferentes iniciativas comemorativas ao longo da I República, a setores e projetos combativos do liberalismo, do republicanismo, do positivismo e do maçonismo, entende-se que “o antipombalismo é ainda uma realidade durante o regime de Salazar”. Da parte do governo, contudo, nota-se um esforço para sancionar sua memória, integrando-a “no passado histórico venerado pelo sistema” – daí, em suma, a conclusão do monumento; um grande marco simbólico, com projeto, subscrição e obras anteriores, fortemente vinculado, como visto, a governos, embates, iniciativas e figuras do republicanismo. Uma obra inacabada bastante visível (situada em um ponto de destaque na capital) e que envolve, ademais, contribuição e certo apelo popular.⁸²⁹

No que diz respeito a sua efetiva inauguração, ela pode ser percebida, devido às ausências tanto do presidente do país (general Óscar Carmona*) quanto do principal vulto do regime (António de Oliveira Salazar,* presidente do Conselho de Ministros), como um gesto de sentido sancionador, “ainda que de forma envergonhada”. Por fim, pode-se dizer que, se o neotradicionalismo, importante sobretudo ao início da ditadura, mantém forte oposição à figura do marquês, com o tempo se busca neutralizar polêmicas a seu respeito, apontando-lhe aspectos positivos.⁸³⁰ Afinal,

‘nacionalismo português’ na Ditadura, controlando o passado em oposição à historiografia liberal e republicana, ver: MATOS, 2017.

⁸²⁸ ABREU, 2004, p. 35-43. No que diz respeito à historiografia portuguesa, Matos (2017) aponta que, entre 1915-1920, como reação às tentativas modernizadoras e às instabilidades da I República, ganha força a reação tradicionalista do Integralismo Lusitano, contrário à narrativa liberal e também republicana de decadência (tida por falsificada, sectária e antinacionalista – projeta-se, em contrapartida, a decadência para o século XIX, com influência da revolução liberal, da maçonaria e do judaísmo), que se afirma sobretudo a partir de 1840-50, sob a égide de Herculano (marcando uma ruptura com a narrativa de Antigo Regime e uma secularização dos historiadores). Apenas nas décadas de 1940-50 se nota um pensamento mais crítico ao historicismo nacionalista que caracteriza o Estado Novo. Sobre integralismo e salazarismo: CRUZ, 1982.

⁸²⁹ TORRALBA, 1984, p. 147-153.

⁸³⁰ Sobre uma *história oficial* no Estado Novo, englobando a instrução, as artes, comemorações, exposições, monumentos e mais homenagens/marcos, ver: MATOS, 2017. Acerca do marquês, Matos (2010, p. 26) aponta que se os integralistas se mostram críticos a seus excessos estadistas, “considerando-o o ‘batedor da revolução’”; compreendem-se suas críticas e suas reações ao próprio monumento. Assim, “se entre os

tirando o passado liberal e republicano, o regime não estava interessado em atacar o nosso passado histórico. Pombal não era por certo a “sua personagem” – foram sim os homens da Fundação da Nacionalidade e da Restauração ou dos Descobrimentos, que alimentaram a “sua” ideia nacionalista e imperialista –, mas também não havia vantagem em denegrir um estadista passível de ser aproveitado pelo ideário do Estado Novo. Na verdade, por um lado, a sua obra de reconstrução de Lisboa poderia ser utilizada como parâmetro para as obras públicas que o Salazarismo queria promover e em que constantemente se revia. O autoritarismo pombalino, por outro lado, poderia servir de fundamento à doutrina de poder de Salazar. Além disso, o centenário pombalino tinha um sentido patriótico e nacional, próprio do tempo, que sobrevivia ainda no espírito da comissão [do monumento].⁸³¹

Alguns meses antes da inauguração da estátua, que uma vez mais se faz tópico candente nas conversações quotidianas da capital, lê-se no *Diário*:

Lisboa descobriu agora um assunto: o monumento ao marquês de Pombal. O *homem da rua*, isso é, o cidadão puro, que tanto esperou que a estátua fosse uma realidade; mais de meio século, discute-a, agora, apaixonadamente. As opiniões dividem-se: há os que gostam em bloco da construção que se lhes afigura imponente, digna e séria, à altura da obra genial do estadista. Mas há outros, os técnicos, que, no seu absoluto direito de crítica, apontam defeitos, alguns essenciais, outros de pormenor, com grande cópia de argumentos atendíveis.

Para responder aos críticos, que novamente voltam seus olhos à (e suas penas contra a) estátua, o jornal entrevista os arquitetos responsáveis pela execução do monumento, que “julgaram a sua obra e, o que é natural, absolveram-na” – explicando, e também publicizando, algumas de suas escolhas e justificativas.⁸³²

Nas vésperas da inauguração, a comissão executiva, visando a garantir a devida apreciação da estátua e da figura/versão do célebre ministro nela representado, distribui “gratuitamente um resumo da biografia do marquês de Pombal e da descrição do monumento”.⁸³³ De sua parte, o *Diário de Lisboa* publica reflexões sobre o passado do marquês, afirmando que

à distância de 235 anos do nascimento de Sebastião José de Carvalho e Melo, de 184 anos da sua subida à governação, de 152 anos da sua morte, de 79 anos

adeptos do Estado Novo não houve consenso em relação à figura de Pombal [...], a partir do decénio seguinte [década de 40] tornou-se mais pacífica a integração do valido de D. José na memória da nação instrumentalizada pelo regime”, daí se ter publicado opúsculo a seu respeito (J. E. Pinto, 1948) na coleção de divulgação popular *Grandes Portugueses*, por parte do Secretariado Nacional de Informação. Um pouco antes, João de Carvalho Daun e Lorena [Pombal] (1936) publica um panegírico ao marquês, afirmando se ver compelido a defender sua memória “em virtude de ter aparecido há pouco um livro sobre História de Portugal, do senhor dr. Alfredo Pimenta [...], que parece querer apoucar e deslustrar a figura de Pombal”. Ele defende, entre outros pontos (como costumam apontar os descendentes do marquês, ao longo do tempo), que Pombal “foi toda a vida verdadeiro católico”, que “não teve culpabilidade na desgraça dos Távoras” e que “a reedificação de Lisboa se deve unicamente a ele”. Matos (2017) recorda que Pimenta, como Sardinha e outros tradicionalistas, acusam o marquês (bem como os liberais) de romper com a tradição.

⁸³¹ TORGAL, 1984, p. 147-153.

⁸³² *Diário de Lisboa*, Lisboa, 02/03/1934. Trechos da referida entrevista são reproduzidos no anexo II, junto da descrição da maquete (1914), no texto associado à imagem 63.

⁸³³ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 12/05/1934.

da primeira ideia de se lhe erigir um monumento, de 52 anos do lançamento da primeira pedra, por D. Luís, de 20 anos da aprovação do projeto, de 8 anos do lançamento da segunda “primeira pedra” (1926) – *paga-se enfim a dívida de gratidão à memória do insigne estadista do século XVIII*. A sua figura é enorme na História e a sua perspectiva estende-se a toda a Europa do século XVIII. Não o podem negar os mais acérrimos adversários do grande marquês; não são suficientes para o desmentir os erros políticos e a tirania que foi em grande parte o seu processo político, conforme com o seu tempo. [...] É o estadista que realizou essa obra, com um talento peregrino e uma super-visão inigualável, aquele que hoje teve a sua estátua e monumento [...]. Os seus excessos de política, as circunstâncias do seu tempo – do qual não se pode abstrair – não chegam para lhe fazer sombra.

Atualizam-se, assim, a questão inaciana e a figura do marquês:

a perseguição e a expulsão dos jesuítas tornaram-no odiado, mais do que pela sua tirania. Essas mesmas características políticas fizeram dele um ídolo, um símbolo dos liberais e dos radicais que àqueles haviam de suceder, na formação jacobina. Duas tremendas injustiças. [...] *Foi um apóstolo do futuro. E não foi um inimigo da religião, mas inimigo da Companhia de Jesus.*⁸³⁴

Quanto à cerimônia, lê-se: “se efetuou na presença de uma multidão computada em muitos milhares de pessoas”, chegadas à Rotunda a partir do meio-dia: “formigueiros humanos que emprestavam às imediações um desusado aspecto de movimento e de animação. As janelas dos prédios próximos regurgitavam, encimados os cachos de gente por sombrinhas das mais vistosas cores” (imagem 73). Pouco depois, “o aspecto geral começava a ter grandiosidade, imponência mesmo [...]. Nos telhados dos prédios, apareciam os primeiros observadores mais audaciosos”. Enquanto o povo se apinha, os convidados oficiais são recebidos pela comissão do monumento.⁸³⁵

Da parte do governo, destaca-se o ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco,* que, dado o não comparecimento de Salazar, assume a direção da cerimônia. Ao seu lado, sentam-se o presidente da Câmara de Lisboa, tenente-coronel Linhares de Lima,* e o marquês de Pombal, descendente do homenageado. Discursando em nome da cidade, o município faz “o elogio do marquês de Pombal, dizendo que a Lisboa que ele reedificou era já, por si só, um monumento a seu gênio superior”, concluindo que “a cidade de Lisboa toma à sua guarda a memória do marquês de Pombal” (imagens 74-75).⁸³⁶

O ministro descerra, então, a placa com uma inscrição alusiva ao ato,⁸³⁷ enquanto se ladeiam bandeiras de Portugal e de Lisboa. Antes de uma banda militar tocar *A*

⁸³⁴ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 13/05/1934. Grifos meus.

⁸³⁵ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 13/05/1934.

⁸³⁶ *Diário de Lisboa*, 13/05/1934. No *Diário de Notícias* (Lisboa, 14/05/1934), a manchete destaca: “Dívida liquidada. O monumento ao marquês de Pombal foi solenemente inaugurado. A cerimônia foi simples, mas significativa. Presidiu o sr. ministro das Obras Públicas. Imensa multidão ovacionou a pátria e a República”.

⁸³⁷ “Aos treze dias de maio de 1934, sendo pres. da República Portuguesa o general Antonio O. de F. Carmona, pres. da Cam. Mun. o tem. cor. H. Linhares de Lima e presidindo o general E. M. Vieira da Rocha

portuguesa, hino herdado da I República, a banda da Casa Pia toca o *hino do marquês de Pombal*, recuperado do primeiro centenário pombalino.⁸³⁸ Relacionam-se, assim, a cerimônia de 13 de maio de 1934 e o cortejo cívico de 8 de maio de 1882 (contraponto, nos festejos oitocentistas, à inauguração simbólica do monumento – parte oficial das festas). Passado quase meio século, portanto, novamente se ouvem as notas do hino dos estudantes, que em 1882 cantaram: “nós, os homens do futuro [...], herdeiros e discípulos de Camões e de Pombal, empunhando a pena ou a espada, honraremos Portugal”.⁸³⁹

Segundo o *Diário*, após se entoarem os dois hinos

saiu da multidão o primeiro viva à República, secundado com calor. E soaram outros vibrantes e calorosos. Durante alguns minutos, aqueles milhares de pessoas de chapéu na mão aclamaram a Pátria e a República numa bela apoteose popular. Feito silêncio, o secretário-geral da Câmara Municipal de Lisboa leu o auto de entrega do monumento, o qual foi depois assinado pelo ministro e restantes entidades. Estava inaugurado e entregue à cidade o maior monumento de Portugal. E durante toda a tarde a população desfilou pela praça, deixando a base do majestoso monumento juncada de ramos de flores.⁸⁴⁰

Dada a força das representações liberais e republicanas do marquês, ressaltadas em 1882 e evocadas e atualizadas em 1917, em 1926 e em 1934 (pelas cerimônias, pelos assistentes, pelos silêncios, pelos hinos, pelos vivas... pelas referências a iniciativas anteriores então oficializadas),⁸⁴¹ compreende-se o teor potencialmente contestatório da

à comissão executiva do monumento, foi este entregue ao Município de Lisboa”. Há outras placas: “Aos 13 dias de maio de 1926 sendo pres. da República Portuguesa o Dr. Bernardino L. Machado Guimarães, pres. da Cam. Mun. De Lisboa Aug. Cesar de Mac. Peixoto, pres. da com. exec. deste monumento o Dr. S. de Magalhães Lima, se assentou esta primeira pedra” e uma com os autores do projeto e seus colaboradores. Por seu histórico (reforçado pela placa que vincula 1934 e 1926), o monumento mantém à altura de sua inauguração forte teor contestatório – evocando a memória de figuras como Magalhães Lima e Bernardino Machado. Atualmente, não deixa de ser interessante considerar as placas e memórias nele inscritas; registro de embates em torno da figura do marquês e de seus usos.

⁸³⁸ Como o hino dos estudantes (1882), a letra d’*A Portuguesa*, mantida pelo Estado Novo como hino nacional (ver: RAMOS, 2010), recupera a memória do passado glorioso e conclama à luta pela pátria: “Heróis do mar, nobre povo, / Nação valente, imortal, / Levantai hoje de novo / O esplendor de Portugal! / Entre as brumas da memória, / Ó Pátria, sente-se a voz / Dos teus egrégios avós, / Que há-de guiar-te à vitória! / Às armas, às armas! / Sobre a terra, sobre o mar, / Às armas, às armas! / Pela Pátria lutar / Contra os canhões marchar, marchar!” (versão oficial, 1957. “Hino Nacional” site PRP).

⁸³⁹ ALMEIDA, 1882. Ver anexo I. “Foi oferecida à comissão executiva do monumento a música do ‘Hino ao marquês de Pombal’, cantado pela Academia quando do centenário de 1882” (*Diário de Lisboa*, Lisboa, 12/05/1934).

⁸⁴⁰ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 13/05/1934.

⁸⁴¹ Entre as organizações que se fazem representar, destacam-se grêmios maçônicos e livres-pensadores e a Associação de Registo Civil; grupos que se vinculam à militância republicana laicista, comemorando Pombal, de forma combativa, por suas medidas de teor antijesuítico, anticongreganista, antiultramontano e anticlerical (*antirreacionárias*, em suma). Ver, a tal respeito: CATROGA, 1988; 2001. Sobre o e papel de Magalhães Lima nesse meio, ver: GARNEL, 2004, cap. III. Um aspecto importante ao se pensar a mobilização da figura do marquês e de seu monumento enquanto protesto de teor liberal e republicano diz respeito às romarias a seu túmulo. Conforme referido no capítulo II desta tese, Luís F. S. Soares (2016, p. 217-129, 409-415) faz referência a peregrinações anuais à igreja da Memória (onde estão não apenas seus restos fúnebres, mas também a maquete de sua estátua, ver imagens 13-25) em homenagens ao marquês em torno dos dias 8 e 13 de maio. Ademais, se em 1904 se programa uma homenagem-protesto às estátuas

homenagem, diante de um regime nacionalista, e também antiliberal, antimaçônico e antirrepublicano. Compreende-se, ademais, o silêncio que, no relato, opõe (como no centenário) uma parte popular e outra oficial da cerimônia, com sentidos conflitantes. No dia seguinte, lê-se no *Diário*, em texto de João de Barros:*

depois da inauguração do monumento ao marquês de Pombal, ainda havia quem protestasse, não já contra o monumento – assunto que perdeu atualidade... –, mas contra a própria homenagem prestada ao estadista célebre, *figura sempre atual para a crítica ou louvor dos portugueses*. [...] [Muitos] que nasceram e medraram na tormentosa agitação da nossa idade, quase negam ao discutido marquês o direito, direito legítimo, de ser considerado uma glória nacional. [...] Faltaram-lhe humanidade, piedade, bondade afável, capacidade de atrair as multidões pelo sortilégio das atitudes e das palavras que logo seduzem e convencem – esse privilegiado e raro dom de simpatia comunicativa, tão necessário, aliás, aos condutores dos povos. Mas não lhe faltou grandeza – grandeza nas ideias e nas realizações, grandeza nos intuitos e nos propósitos, grandeza no amor da Pátria e na consciência da sua missão, grandeza inata ou conquistada, que o enobreceu e caracterizou através de tudo, e isso é que muitas vezes esquecem os seus detratores, porventura destituídos da grandeza de alma indispensável... à compreensão e ao respeito da grandeza... Acaso vivemos numa época despreocupada e desdenhosa dessa virtude superior? Não me parece. *O que mais se procura, adora e venera são as energias excepcionais de mando e comando, os homens aptos a concentrar em seu pensamento e decisão um mundo de vontades, de forças, de desígnios, de ambições e até de sonhos e quimeras. Chega a ser puro truismo afirmar que o nosso tempo se apresenta, como nenhum outro desde os princípios do século XIX, favorável à consagração de personalidades no gênero de Pombal; aos temperamentos de ferro, aos espíritos que não ouvem os apelos da brandura, da indulgência, do perdão e da misericórdia.*⁸⁴²

No dia 19, o *Diário* ainda resgata, sob a chamada “vinte anos depois”, o referido texto de Ramalho Ortigão, bastante crítico ao monumento aprovado em primeiro lugar no concurso de 1914 e inaugurado em 1934. Desse modo, reaviva algumas das polêmicas em torno da estátua – cuja inauguração é pouco antes descrita em termos alegadamente consensuais. Também pouco antes da inauguração, outro crítico da estátua, o integralista Hipólito Raposo,* recorda ter se juntado, vinte anos mais cedo, “com outros rapazes, artistas, poetas e escritores de todas as tendências [...], ao protesto público que se seguiu à decisão do júri do concurso para o monumento”, declarando, mais tarde (quando da adjudicação definitiva do projeto), “que à minha geração pertencia o encargo de evitar

do marquês e de José Estêvão, no *Diário de Notícias* (Lisboa, 11/05/1931) lê-se bastante mais tarde; já sob o período ditatorial, que “em comemoração do 149º aniversário da morte do marquês de Pombal, realizou-se [...], promovida pela comissão executiva do monumento àquele inolvidável estadista, uma romagem ao seu túmulo, na capela da Memória” – a que comparecem “algumas centenas de pessoas”. Dentre as associações presentes, há um centro republicano Bernardino Machado e um centro republicano Magalhães Lima. “Foram depostos junto da urna que contém os restos mortais do notável estadista muitos ramos de flores. Os manifestantes foram depois ao cemitério dos Prazeres, depor flores no túmulo do intemerato apóstolo da Democracia, dr. Magalhães Lima, saudoso presidente daquela comissão executiva”.

⁸⁴² *Diário de Lisboa*, Lisboa, 14/05/1934. Grifos meus.

que esse projecto fosse erguido, ou o dever de o demolir, se algum dia chegasse a termo de realização”. Assim, explicando sua iconoclastia, assevera:

não venho de súbito atirar pedras ao monumento: em nome da coerência, compete-me advogar, embora sozinho, o dever de lhe tirar as pedras, uma a uma, até à base, para libertar o bronze das formas inglórias a que ali o sujeitaram [...]. É possível que o marquês mereça aquele monumento e que ele seja, como por aí corre de boca em boca, a justa vingança dos jesuítas; mas a cidade de Lisboa não merece seguramente semelhante desdouro plástico que já está na Rotunda a toldar o sol e a estorvar o trânsito. [...] Hoje, como em 1914, não discuto a iniquidade da consagração, em tais termos, de uma figura que geralmente se considera uma expressão divisora do pensamento histórico e do sentimento público em Portugal. [...] Neste momento, é oportuno avaliar e julgar apenas a versão plástica da glória cívica, oficialmente atribuída ao ministro de D. José.⁸⁴³

Ao abordar a ocasião da inauguração, o também nada imparcial Duarte Rodrigues, explicitando o teor do embate (e seu posicionamento na questão), afirma:

na solenidade de entrega do monumento à cidade de Lisboa, os panegiristas mostraram-se divididos. Uns, os sinceros, que abstratamente apreciavam a obra pombalina pelo que ela, a seu modo de ver, pode valer, porque alguma coisa vale; que julgam o mérito do estadista atendendo às circunstâncias do tempo e do meio, o que também é de ponderar, manifestam-se coerentes com a opinião dominante no ato inaugural, de que o monumento foi elevado ao reedificador da cidade fortemente abalada pelo sismo de 1755. Outros, porém, alheios completamente às iniciativas da administração, aos efeitos do terramoto e até aos atos políticos praticados à sombra do mais cruel absolutismo, sem cortes e sem imprensa, e que fizeram de D. José o soberano de um reinado de terror, esses manifestaram-se coerentes também, mas tão-somente na perseguição à Igreja. Está nisso a razão pela qual a história pombalina ou josefina, como a queiram considerar, contém páginas e páginas repletas de interrogações. Está nisso a razão pela qual até o monumento já tem história, história alimentada pelos corifeus da *liberdade, igualdade e fraternidade*, simbolizando-a ostensivamente na estatuiificação do marquês.⁸⁴⁴

⁸⁴³ *Fradique*, Lisboa, 15/03/1934. Grifos meus.

⁸⁴⁴ RODRIGUES, 1947, p. 292-293. Ele apresenta seu livro como *puzzle* com recortes bibliográficos, justificado pela ideia de que “enredada ainda de grandes mistérios por desfazer [...], a Glória em cujo pedestal foi erguida a personalidade do marquês de Pombal se mantém, [...] entre a Vida e a Morte, aguardando um derradeiro julgamento no Supremo Tribunal da História de onde a Verdade, depois dos maus tratos que tem sofrido, terá que sair luminosa e liberta do mau contato que teve com os falsários que a seduziram e algemaram. [...] Mesmo depois de recolhido no templo da *Memória* e de estatuífido na *Rotunda*, continua sendo o protagonista predileto dos lenhadores da história josefina, caracterizando-se para o valido do rei uma memória embaída com blandícias de cegos acólitos cruzadas de verrinices de não menos cegos opositores” (p. 6-7). Rodrigues encerra sua *revisão da história* com trechos da obra de Marcus Cheke, vinda a lume em inglês em 1938, a cuja tradução (1946) aguardou com “justificada ansiedade”. Nos excertos, por ele elogiados, lê-se: “o governo de Portugal encontra-se outra vez confiado a um estadista notoriamente hábil, o Dr. Salazar, que é um distinto servidor do interesse nacional [...]. A vida de Pombal ajuda a apreciar a medida das realizações do Dr. Salazar na reorganização da economia da sua pátria e na restauração do seu crédito. E a nossa admiração aumenta pelo confronto, ao verificarmos os métodos de que ele se serviu para realizar a sua obra, com firmeza, mas sem desnecessária severidade; sem a tirania que fez terrível o nome de Pombal [...]. O ato mais saliente da carreira de Pombal foi a expulsão dos jesuítas [...]; foi o único homem que, durante vinte anos, desafiara o poder eclesiástico e dominara o dominador do país. Mas a sua íntima associação com o esmagamento dos jesuítas produziu na sua pátria singulares efeitos sobre a sua memória. Chegou a ser considerado herói não só pelos liberais, mas, em especial, pelos anticlericais. Identificada a Igreja com a coroa, tornou-se ele uma espécie de padroeiro de um partido revolucionário [...]. Ainda hoje, mostrar admiração por Pombal é causar desgosto aos portugueses

Durante a cerimônia, dois aviões da Armada sobrevoam a Rotunda e a Avenida, registrando a ocasião festiva em fotografias que logo estampam capas de jornais (imagem 76). Passado quase meio século desde a proposição, inaugura-se, enfim, a muito adiada e debatida estátua de Pombal. Estátua que, apesar da narrativa de continuidade reclamada em discursos, subscrições, discussões e solenidades (que ao longo do tempo transformam suas feições à medida que a atualizam), deve ser encarada como a materialização de um projeto já muito distinto do monumento, indefinido simbolicamente, inaugurado cerca de meio século antes (quando, para Ortigão, na praça ainda não havia mais que um buraco).

Se em 1934 (e em 1904, 1914, 1917, 1926... desde 1882, em suma), as propostas de uma estátua ao ministro despertam polêmicas, hoje seu enorme monumento, que faz da Rotunda o *Marquês*, parece assimilado à paisagem urbana. Marco incontornável na capital, o *Marquês* se afirma como palco e plateia de atividades de lisboetas e turistas – entre o ordinário/desatento e o festivo/contestatário. Enorme, e enormemente elevado, o Pombal da Rotunda; documento/monumento do republicanismo, do maçonismo... do antirreacionarismo, enfim, permanece inescapável, e intangível: *impossível* não o ver; *impossível* apreender sua efetiva dimensão e seus detalhes, que escapam a transeuntes e motoristas.⁸⁴⁵ No dia a dia de Lisboa, contudo, o *Marquês* parece simbolicamente vigiar, do alto de seu pedestal (com seu leão e com sua cabeleira), a Baixa Pombalina, cujos planos, representados no recorrente rolo de papel (emblema da narrativa mais difundida e conveniente sobre o passado pombalino no presente), ele aparenta não largar jamais.

Depois de percorrer evocações de Pombal em diferentes períodos históricos, a partir de um trajeto reflexivo por vias lisboetas (entre passado e presente), nas páginas seguintes se direciona o olhar (com enfoque mais preciso) para as comemorações e para os imbróglis de 1882. Em questão, leituras de recortes selecionados dentre os abundantes impressos vindos a lume por ocasião do primeiro centenário fúnebre do marquês, atentando aos embates em torno de determinados usos do passado pombalino pelos autoproclamados *homens do futuro* – sobretudo no Porto, mas também em Lisboa e (de modo complementar) no Rio de Janeiro.

conservadores e católicos, por ser ele a figura representativa das classes que querem derrubar qualquer regime que tenha a proteção da Igreja [...]. Só depois de passarem muitos anos, o que lhes permitirá considerar a sua vida à luz mais própria, ele deixará de ser considerado pelos seus compatriotas, segundo as suas convicções pessoais, ou como o defensor do povo contra a hidra da Igreja, ou como o enviado do anticristo” (p. 344-347). Grifos meus.

⁸⁴⁵ Se ao olhar apressado escapa a dimensão precisa da estátua, notando-se apenas sua enormidade, alguns registros permitem que comparativamente se vislumbre seu gigantismo (imagens 8-12, 69 e 71).

CAPÍTULO IV: Leituras do passado pombalino no centenário de 1882

Muita gente boa levou o precioso tempo a falar mal e bem do marquês de Pombal. Uns diziam que ele foi um tirano, um bárbaro, um assassino, um sanguinário, um carneiro, um herói de mortandades. Outros, que [...] foi mais do que um herói, mais do que um gênio: foi um Deus. Alguns dos que lhe faziam a apoteose foram exagerados nos seus elogios, convimos. Os que lhe metiam as botas não foram só exagerados; passam por tolos, beócios, fósseis. Os tais inimigos de Pombal chegaram até a afinação de afixar pasquins pelas esquinas contra aqueles que franca e espontaneamente, baseados no juízo da história, manifestavam a sua opinião.

O Mequetrefe, Rio de Janeiro, 1882.*

Para que se acentue bem que a homenagem à memória do marquês de Pombal representa unicamente a sagração de um grande homem, abstraindo dele completamente os erros e as tiranias do ministro; de um estadista audaz que lutou frente a frente com os dois grandes inimigos da civilização moderna: a ignorância e o fanatismo, criando 300 escolas e expulsando os jesuítas; para que a grande significação liberal e moderna desse centenário ficasse bem definida na história de hoje, até a reação e o clericalismo vieram trazer à festa o seu protesto violento e impotente [...] – demonstração frisante e eloquente da significação que tem o centenário.

O Ocidente, Lisboa, 1882.*

Entre todos os srs. marqueses que a Arte deu à luz, qual deles será o verdadeiro?

O Sorvete, Porto, 1882.*

Em crônica sobre Lisboa vinda a lume n’*O Ocidente* em agosto de 1880, Gervásio Lobato* comenta que, na cidade, “a carne vem para casa embrulhada em jornais; as letras pretas ficam impressas nela e muitas vezes comemos bifes com artigos de fundo, o que é muito prejudicial para o estômago... e também para o espírito”.⁸⁴⁶ Aos leitores coetâneos, é provável que tais palavras, integrando um elenco de críticas recorrentes à insalubridade na capital, soem, por seu exagero e por sua ironia, divertidas. Aos leitores de hoje, entretanto, o trecho, apontando traços figurados de um cotidiano possivelmente familiar aos lisboetas da época, destaca-se sobretudo pelo aspecto inusitado.

A imagem de artigos de fundo que, do papel aos bifes, chegam indigestos ao estômago e ao espírito estimula a reflexão sobre impressos no período em tela. Em quiosques, tabernas, cafés... nas casas, e também nos talhos, jornais e revistas se encontram em todos os lados; prestam-se a usos diversos em uma altura em que “a ideia de leitura”, nas palavras de Eça de Queirós,* lembra já “uma turba folheando páginas à

⁸⁴⁶ *O Ocidente*, Lisboa, 15/08/1880.

pressa no rumor de uma praça”; lendo “alto e à pressa no rumor das ruas”. Eça se refere hiperbolicamente às transformações ocorridas desde que, “numa manhã de julho, tomou-se a Bastilha”. Com as “mil novidades violentas” que alteraram a “configuração moral da Terra” a partir do episódio inaugural do processo revolucionário francês, substituiu-se a figura do leitor-indivíduo (isolado “longe dos ruídos incultos”), pela do público-turba (próximo das barulhentas dinâmicas populares do espaço urbano). Para o autor, em suma,

tudo se revolveu [...]. Veio a democracia; fez-se a iluminação a gás; assomou a instrução gratuita e obrigatória; instalaram-se as máquinas Marinoni, que imprimem cem mil jornais por hora;⁸⁴⁷ vieram os clubes, o romantismo, a política, a liberdade e a fototipia. Tudo se começou a fazer por meio de vapor e de rodas dentadas – e para as grandes massas.⁸⁴⁸

Apesar das mudanças no histórico português oitocentista, particularmente desde a relativa estabilização política e os progressos materiais que caracterizam a Regeneração (1851-1890), uma série de índices ajuda a entender por que críticos que como Eça se integram à chamada *geração de 70* acusam a decadência e o atraso do país frente a certos avanços “civilizacionais”/modernos percebidos no continente.⁸⁴⁹ Entre tais índices, destacam-se aqueles que revelam um país rural e agrícola, com proporção de analfabetos, para 1878, ultrapassando os 80% – de que se depreende como a gratuidade e a obrigação referidas não garantem, no fundo, a difusão do ensino.⁸⁵⁰ No entanto, quando se muda de perspectiva, passando de um olhar direcionado ao conjunto populacional português para outro, focado especificamente nos cenários do Porto e de Lisboa (as duas maiores urbes do país), os valores caem consideravelmente, aproximando-se dos 50%.⁸⁵¹

⁸⁴⁷ Hyppolyte Marinoni (1823-1904) cria e aperfeiçoa máquinas impressoras que ampliam a produtividade (tiragem/hora). A rotativa Marinoni de 1866 imprime 10 mil jornais de quatro páginas (reto e verso) por hora. A de 1884, 20 mil de seis páginas (reto e verso). Ver: DRYE, 2014. Entende-se que Eça se refere, no trecho citado, ao número possível de páginas/hora.

⁸⁴⁸ QUEIROZ, 1886.

⁸⁴⁹ José M. Sardica (2009, p. 18) indica que a dita *geração de 70/geração nova* congrega jovens marcados pela *questão coimbrã* (1865) e pelas *conferências democráticas do Casino* (1871), momentos de embate e debate no país, visando à renovação literária, acadêmica e cultural. Críticos à Regeneração, aspiram a uma série de mudanças na cultura, na sociedade e na política; mudanças no sentido de uma cidadania consciente e democrática, aprofundando as estruturas fundadas em 1820. Seus grandes vultos não são acadêmicos, filósofos ou literatos, e sim “os novos líderes de opinião massificada”, em que se destacam jornalistas.

⁸⁵⁰ Segundo Miriam H. Pereira (1969), em 1878 há 12% de população nas cidades, 17% em vilas e 68% em freguesias rurais. Em 1890, 60% da população dedicam-se a atividades agrícolas e 18,8% empenham-se no setor terciário. M. Manuela T. Ribeiro (1999) apresenta, para 1878, valores de analfabetismo, para o país, de 82% – 75% para os homens e 89,3% para as mulheres. Rui Ramos (1988) destaca a resistência às escolas públicas; além de não serem o lugar privilegiado para a aprendizagem da escrita (servindo, contudo, à sua institucionalização), não conseguem incluir quem não quer lá estar. Ribeiro ainda aponta que se a gratuidade de ensino não motiva os menos favorecidos, a obrigatoriedade, prevista na legislação liberal, nem sempre é observada (em 1875, apenas 15% das crianças entre sete e 15 anos frequentam a escola).

⁸⁵¹ Quanto à população com acesso à leitura (homens e mulheres, respectivamente): Lisboa, 53,6% e 49,1% e Porto, 59,2% e 34,6%. Entre 1878 e 1890, há grande crescimento populacional urbano. PEREIRA, 1969.

Palco de novas atitudes, é nas cidades (espaço público em que os periódicos assumem papel fundamental para a crítica e para a circulação de ideias) que se percebem certas mudanças que Eça exageradamente evoca com a ideia de uma produção cultural “por meio de vapor e rodas dentadas – e para as grandes massas”.⁸⁵² Suporte privilegiado para a divulgação do conhecimento e para a formação de opinião, os impressos (que, lidos em voz alta e comentados, alcançam indiretamente uma parcela da população letrada) mobilizam disputas, expressando-as textualmente e ampliando seu alcance – sobretudo jornais e revistas, que aliam grandes tiragens, baixo custo e periodicidade.⁸⁵³ São, enfim,

o principal mecanismo de um universo em que os negócios públicos tinham saído do segredo das cortes para a praça pública, por onde passava o povo soberano. A imprensa era a “democracia”, a nova medida de todas as coisas. Não só vulgarizava a informação até aí reservada [...], como produzia noticiários com o que acontecia ao povo.⁸⁵⁴

Fonte de registros privilegiados para historiadores, a imprensa se mostra, à altura,

um meio por onde se gere uma parte da conflituosidade social: não apenas passa a ser porta-voz de grupos em condições de formular pontos de vista de interesse para área social mais ampla, tendo essa capacidade para acolhê-los, mas também capaz de lhes dar dimensão de intervenção. É através dessa partilha de valores comuns, permitindo posições convergentes sobre os acontecimentos, que se desenvolvem as correntes de opinião pública [...]; [a imprensa é] o instrumento social que [...] melhor respeita as sequências dos fatos na sociedade, os novos ritmos sociais, os tempos do tempo oitocentista.⁸⁵⁵

Atenta-se, aqui, ao aspecto não uniforme das mensagens difundidas, de que resulta a colisão entre mundividências. Por um lado, por exemplo,

a imprensa laica, ao divulgar uma mensagem dessacralizadora do universo, contribuiu bastante para o desenvolvimento do anticlericalismo liberal, republicano e socialista [...]; [para a] formação de um sentimento adverso ao clero nas principais cidades do país [...]. [Ademais,] a imprensa republicana levou a secularização às últimas consequências, ao fazer a propaganda de uma visão laica do universo. Se os primeiros periódicos republicanos apareceram em 1848, o desenvolvimento desse tipo de imprensa foi um fenômeno que ocorreu sobretudo a partir de 1870.

⁸⁵² QUEIRÓS, 1886. Ana T. Peixinho e Luís A. C. Dias (2015, p. 108, 103) propõem “mudar o ângulo de visão sobre o atraso cultural português”. Focando as cidades em fins do século, apontam dinamismo, debates públicos e difusão de impressos como característica do surgimento da “cultura urbana de massas”.

⁸⁵³ Ribeiro (1999), ao tratar de um maior acesso à cultura letrada, destaca a importância de gabinetes de leitura, de livros mais baratos e dos folhetins. Sobre imprensa em Portugal na altura, ver: RODRIGUES, 1998; SOUSA, 2010; TENGARRINHA, 2006; 2013.

⁸⁵⁴ RAMOS, 2001 [1998], p. 56. Vítor Neto (1998, p. 228-229) destaca que “o jornalismo romântico contribuiu significativamente para a criação de uma corrente de opinião favorável ao regime constitucional. [...] Os jornais levavam a discussão política aos cafés das cidades e a outros lugares públicos [...]. Entre 1851 e 1890, continuou a assistir-se ao desenvolvimento progressivo do jornalismo liberal e republicano, facto que tinha efeitos óbvios ao nível da secularização das consciências”.

⁸⁵⁵ TENGARRINHA, 2013, p. 876-880. Rogério Santos (2005) aponta uma lenta transição do jornalismo mais partidário, característico dos períodos iniciais do liberalismo, para o jornalismo de informação. No período em tela, já se veicula um ideal de neutralidade, mas a imprensa segue como arena para partidos e grupos se expressarem e debaterem. Ver: PEIXINHO, 2010; VARGUES, 2003.

Por outro lado, contudo,

a Igreja procurou responder ao movimento de secularização impulsionado pelas publicações afetas ao regime constitucional através do desenvolvimento da sua própria imprensa [...] (a chamada “boa imprensa”), que combatia acerrimamente a laicização impulsionada pela “imprensa má”.⁸⁵⁶

Dadas as particularidades da figura do marquês e o histórico de sua mobilização em embates anticlericais em Portugal ao longo do tempo, não surpreende que seu centenário dê ocasião a acentuados conflitos em torno daquilo a que sua recordação potencialmente aponta para um e outro campos. Conflitos extremados, que devem ser observados se atentando à captura/distorção por eles exercida sobre as discussões em aberto.⁸⁵⁷

Importante nas teorizações sobre os centenários em Portugal, Teófilo Braga* se empenha nos debates acerca dos festejos pombalinos – produzindo artigos e conferências públicas em que defende a importância da comemoração. Suas palavras bem expressam o caráter impresso à recuperação/reelaboração da narrativa sobre o governo do marquês pelos mais entusiásticos apoiadores da homenagem. Ele destaca seletivamente as medidas de Pombal que merecem reconhecimento e glorificação:

a forte ação exercida no seu meio social, como a expulsão dos jesuítas; a secularização da instrução pública; a reação contra a absorção comercial da Inglaterra; a abolição da escravatura; o desenvolvimento das indústrias e a criação da receita do Estado sobre as bases econômicas do imposto indireto, que tornam o seu nome o centro de onde irradia a atividade de um século.⁸⁵⁸

Apesar das diferenças entre grupos mais ou menos simpáticos ao marquês e a suas festas, recorda-se que o anticongreganismo e o antiultramontanismo são, em geral, ponto comum a pautas liberais e republicanas.⁸⁵⁹ Ainda que, nas segundas, críticas *avançadas* (em crescente) associem governo e Monarquia a clérigos, Roma e jesuitismo – acusando-

⁸⁵⁶ NETO, 1998, p. 227-233.

⁸⁵⁷ Nesse sentido, recuperam-se palavras de J-M. Goulemort e E. Walter (1984, p. 385), que, ao abordarem o duplo centenário de Voltaire e Rousseau, escrevem: “dans la rhétorique un peu guidée du discours commémoratif, le journal fait passer le vent de la polémique et le souffle de la conviction militante. Caricature, invective, moquerie, sarcasme antilaïque ou anecdote ‘bouffe-curés’: à gauche comme à droite, la parole pamphlétaire fonctionne à l’excès. On force la voix, on charge le trait, l’outrance du commentaire fait politique de tout bois, de l’écho à l’éditorial, du fait divers au feuilleton. Mais l’accent polémique n’exclut pas un pédagogisme généreux”.

⁸⁵⁸ BRAGA, 1884, p. 185-188.

⁸⁵⁹ Para António M. Ferreira (2007, p. 199-200), “a paulatina organização e presença das congregações religiosas, masculinas e femininas, ao romper com a concepção tradicional dos liberais sobre a religião na sociedade, marcada pelo regalismo, pela valorização do individualismo da crença e pelas formas eclesiais essencialmente territoriais – paróquias e dioceses –, gerou uma persistente contestação a essas formas de vida religiosa, consideradas como expressão de uma influência indevida por parte da Igreja [...]. O anticongreganismo articulava-se, assim, com um afrontamento mais amplo que era o do anticlericalismo, onde se contestava a ação desses institutos no espaço civil, apreciados negativamente pelo que significavam de modo de vida, pelas suas relações exteriores de caráter ultramontano e pela junção que favoreciam na formação da juventude e no ambiente cultural. O antijesuitismo foi um dos motores desta contestação, como que resumindo e corporizando este antagonismo”.

lhes um grande esforço para a recuperação de valores tradicionais/antiliberais. Nesse sentido, “o republicanismo do tempo aplicava-se a denunciar reais ou supostos manejos ultramontanos, avolumando o perigo da invasão congreganista nos vários domínios da vida civil”.⁸⁶⁰ No tocante às discussões acerca dos festejos pombalinos de 1882 na capital, nota-se tal argumentação nas páginas d’*A Folha do Povo**, d’*O Século** e d’*O António Maria**,* dentre outros veículos.

Nesse último, uma ilustração de Rafael Bordalo Pinheiro* é representativa: em sua releitura do célebre quadro de van Loo e Vernet (1766), o marquês é substituído pelo *zé povinho*,⁸⁶¹ que declara: “vejam *vossorias* o que eu faria se fosse o sr. marquês de Pombal” (imagens 1 e 7). O *zé* tem as mãos sobre um documento intitulado [*Instituto de*] *Ensino Livre* e está rodeado de periódicos republicanos (*O Século*, *A Folha do Povo*, *A Folha Nova*...). Ele aponta para o Tejo, onde, além dos inacianos, expulsam-se a família real e também políticos rotativistas.⁸⁶² Trata-se, pois, de uma dupla apropriação da pintura e do marquês. A um tempo, o povo é feito Pombal (e, como tal, antijesuíta) e o ministro (e, com ele, o povo português) é feito republicano. Procura-se “dar um sentido orientado ao anticlericalismo e ao antijesuitismo que, por altura do centenário, constituem ainda, e sobretudo, sinônimos de liberalismo”. Afinal, na perspectiva (dita avançada/*radical*) de republicanos e socialistas, os festejos são um momento de expressão de pautas laicistas.⁸⁶³

Já nos periódicos monárquico-liberais, identifica-se no marquês a origem de ideias regalistas e antijesuíticas que embasam políticas do liberalismo, e não se vai além desse ponto, nem se generaliza ou amplifica o teor das críticas. Diante dos conflitos que a figura de Pombal traz à tona (sobretudo se mobilizada por setores ditos *revolucionários*, que vão do anticongreganismo ao laicismo), alguns liberais buscam, na verdade, contemporizar,

⁸⁶⁰ HOMEM, 1998, p. 116.

⁸⁶¹ É frequente, no periódico, a representação do *zé povinho* em traços caricatos e reconhecíveis. Trata-se de uma personagem criada por Bordalo (n’*A berlinda*, em 1875), que simboliza o povo português, retratado condescendentemente como ignorante – ora acatando diretrizes superiores, ora reagindo a situações que lhe tentam impor. Para uma interpretação sobre a personagem, ver: MEDINA, 2008, p. 81-105.

⁸⁶² *O António Maria*, Lisboa, 11/05/1882. Ver: BEBIANO, 1982, p. 409.

⁸⁶³ BEBIANO, 1982, p. 422, 405. De acordo com o historiador (p. 416-417), “os socialistas não se encontravam em condições de aproveitarem devidamente [...] ‘acontecimento político’ relevante da vida portuguesa da época que foi o centenário. [...] A influência republicana e positivista absorvia os próprios socialistas”. No jornal do partido, *O Protesto Operário*, afirma-se que “‘entre o aliar-se às negras legiões do jesuitismo que guerreiam o centenário e o confundir-se na turba multa dos indiferentes e dos cobardes, o proletariado português escolheu este caminho: o afirmar uma vez mais a sua honestidade e a dedicação pelas suas crenças, associando-se a uma manifestação anticatólica e antirreacionária’. Dessa maneira, à sombra da bandeira republicana – a dos principais promotores do centenário –, os socialistas tomaram a posição possível, nas fileiras de um exército que, de momento, combatia inimigos comuns: o clericalismo e a Monarquia. Pugnando, tal como os republicanos, pela laicização da sociedade e do Estado”.

de modo a evitar embates enérgicos e salvaguardar o regime – que, regalista, não almeja se separar da Igreja, mas controlá-la.

De sua parte, nos diferentes meios católicos mais romanistas ou dogmáticos, acusa-se, reativa e genericamente, o aspecto *irreligioso* das manifestações *centenariantes* e *pombalinas*, vendo, por trás delas, a influência de *maçons* – como bem exemplificam, em Lisboa, *A Nação** e *A Cruz do Operário*.* Contudo, em que pese tal insistência em apontar uma vinculação (oculta, dissimulada) dos festejos à maçonaria, o protagonismo mais evidente cabe, na verdade, à Associação Acadêmica. Nesse sentido, importa recordar que, ainda em dezembro de 1881, informa-se no *Diário de Notícias** que a “mocidade acadêmica de Lisboa” se reúne “para resolver o modo como deve solenizar o centenário do marquês de Pombal, pelos grandes serviços por aquele estadista praticados ao progresso da instrução”. De acordo com o periódico noticioso, “essa grande reforma que aquele extraordinário homem de Estado operou data da expulsão dos jesuítas”.⁸⁶⁴

Dentre as propostas aprovadas na assembleia estudantil, destacam-se um *cortejo cívico* pela Baixa Pombalina, espetáculos artísticos, a abertura de uma *subscrição popular* para a fundação do *Instituto de Ensino Livre* e o pedido ao poder executivo visando ao “cumprimento exato dos decretos do marquês de Pombal e Joaquim António de Aguiar* a respeito de todas as ordens religiosas”.⁸⁶⁵ Alguns periódicos da capital se dedicam à divulgação dos preparativos, com informações detalhadas sobre reuniões e sobre o programa, declaração de apoio de diferentes associações, artigos tratando do marquês, resumo de palestras, anúncio de livros.... De fins de 1881 até meados de 1882, dados a frequência, o detalhe e a variedade de textos, o centenário se faz tópico quotidiano nas páginas lisboetas,⁸⁶⁶ refletindo, registrando, incentivando e amplificando certa empolgação que afinal percorre sobretudo a parte central da cidade. Nesse sentido, a poucos dias dos festejos se lê n’*O Ocidente*, por exemplo, que a celebração

faz já andarem as ruas da baixa em completa desordem. Por toda a parte se preparam os arcos e as iluminações; as conferências sucedem-se, os jornais andam cheios de notícias das festas. Entretanto, os clericais preparam-se para ir em romaria ao Sameiro. Cada qual festeja o aniversário do grande estadista

⁸⁶⁴ *Diário de Notícias*, Lisboa, 18/12/1881. No dia seguinte, informa que se dão vivas à comissão de imprensa camonianiana, deixando clara a relação de proximidade entre os estudantes e os jornalistas. A nota sobre a sessão se encerra com a informação de que “para a celebração da festa do centenário do marquês de Pombal faltam apenas 138 dias” – denotando expectativa (*Diário de Notícias*, Lisboa, 19/12/1881).

⁸⁶⁵ COMISSÃO, 1882. Sobre o *Instituto*, ver a introdução desta tese.

⁸⁶⁶ Tanto o *Diário de Notícias* quanto o *Diário Popular* noticiam sobre o centenário desde fins de 1881 de modo ascendente, passando com o tempo a dedicar espaço cativo às notícias – que se repetem mais ou menos iguais em ambos; indicação de um contato direto da *comissão acadêmica* (que dispõe de uma subcomissão de imprensa) com os jornais, fornecendo-lhes informações para divulgação.

a seu modo. Assim é que é. No dia do centenário, *O Ocidente* consagra o número próximo a essa solenidade nacional.⁸⁶⁷

Destacando a importância da homenagem, ainda antes se recorda, n' *O Século*, “a apoteose em honra do *soldado poeta e namorado* a quem Portugal deve um livro sublime e a gloriosa história dum brilhante período da sua existência”. No centenário pombalino, conectado, portanto, à antecedente apoteose camoniana, “novas manifestações, não menos entusiásticas, efervescem o público testemunho de veneração ao maior vulto do século XVIII, o *titã político e poderoso* que esmagava com mão de ferro [...] [os] apóstolos do obscurantismo”. Assim,

Portugal, sentindo a necessidade de se inspirar nos trabalhos imorredouros dos seus maiores; vendo quanto convém incitar à glória e acordar brios que jazem imersos no pelágio de uma política de manejos ignóbeis e torpes, arranca da penumbra do passado; traz para a grande luz do presente os vultos quase legendários do passado, despe-os do caráter quase fabuloso de que os revestiu a ignorância, e diviniza-os e glorifica-os em públicas festas como divinizados e glorificados estão na história e hão de sê-lo através dos séculos.⁸⁶⁸

Em meio aos discursos sobre “os maiores” que se devem arrancar “da penumbra do passado”, trazer para “a grande luz do presente” e exaltar em “públicas festas como divinizados e glorificados estão na história” (o que evidencia o caráter mitificante de um esforço comemorativo que se apresenta em contraposição ao *fabuloso* e à *ignorância*), põem-se em questão o conhecimento sobre o passado e formas distintas de fazer/escrever *história*. Sendo difícil negar tanto a relevância de Pombal para o país quanto as violências por ele capitaneadas (uma vez que são relativamente bem conhecidos/recordados aspectos gerais e emblemáticos de seu governo), debate-se o modo como se deve gerir sua figura; quais episódios exaltar, o que criticar, como lidar com as polémicas levantadas...

Discute-se, em suma, que leituras/releituras fazer do passado pombalino. Há quem condene suas feições mais negativas (de modo mais ou menos parcial e exaltado), e quem, valendo-se de certezas dogmáticas e das ideias de relatividade e alteridade, tente contornar/justificar, tendo em vista seus resultados aferidos ou esperados, aquilo que ao presente parece odioso ou reprovável.⁸⁶⁹ Nas palavras de Teófilo, “se entramos nas circunstâncias da sua personalidade, na consideração dos meios de que se serviu para realizar as grandes reformas, achamo-nos sem simpatia por ele; aparece-nos muitas vezes repugnante, criminoso e com uma certa monstruosidade moral”. Nisso consiste sua “face

⁸⁶⁷ *O Ocidente*, Lisboa, 01/05/1882. Na altura, foram muitos os números especiais comemorativos. A peregrinação ao santuário do Sameiro é referida a seguir neste capítulo.

⁸⁶⁸ *O Século*, Lisboa, 11/05/1882 (Fernando d'Aquino). Grifos meus.

⁸⁶⁹ Além dos textos aqui referidos de Teófilo, são interessantes as perspectivas de Emídio Garcia (1896; 1885 [1882]) e de Latino Coelho (1885 [1882]) – ver a introdução desta tese.

odiosa”, que deve ser “encoberta pelo efeito das reformas fundamentais que executou, libertando a sociedade portuguesa do regime católico-feudal que nos atrofiava, representado nas duas classes, os jesuítas e a aristocracia, que estavam instintivamente coligadas entre si”.⁸⁷⁰

De acordo com ele, “*a justiça para com os vultos históricos como Pombal* não consiste em atenuar-lhes as ações com sofismas retóricos, nem em calar os meios mais ou menos duros com que exerceram o domínio; basta simplesmente *que os restituam à sua época e que se ponha em evidência o seu destino*”. A partir de uma avaliação quanto ao que reequacionar de seu passado conhecido (tudo aquilo que não condiz, à partida, com ideais ditos liberais/democráticos, e que os adversários dos festejos preferem, de sua parte, destacar), o professor positivista e outros empenhados no centenário apontam sua comemoração apoteótica (com simbolismos, exageros, teleologismos e seleções) como “o grande e imparcial julgamento de um século”.⁸⁷¹

Essa interessante, e nada neutra dinâmica entre passado, presente e futuro é notada em uma circular maçônica publicada no *Diário de Notícias*, em que se lê que o marquês atuou “consoante às ideias do seu tempo, mas rasgando com vista de águia os mistérios do futuro”.⁸⁷² Também o exemplificam outras palavras do próprio Teófilo, para quem, “atendendo ao seu tempo, o ato de Pombal é menos condenável”. Afinal, ele se destacou, entre seus coetâneos, pelo fato de “*ser do seu tempo* [do passado], e *trabalhar para o futuro* [em que se inclui o presente], [...] dirigido em todos os seus atos por um sentimento elevado, o patriotismo. É isso que o torna *grande, apesar da violência dos seus meios*”.⁸⁷³

Dentre os debates que decorrem em Lisboa acerca dos festejos, recuperam-se, aqui, dois momentos. O primeiro se dá em torno da proposta feita no parlamento para o ministério se envolver nos preparativos. Do plenário da Câmara dos Deputados, tal proposta reverbera, de forma parcial e intencionada, n’*O Século*, em cujas páginas se lê:

O sr. Dias Ferreira* [*constituente*] entende que o governo deve prestar um subsídio aos festejos do centenário de iniciativa dos estudantes, que o governo parece querer empalmar. O marquês de Pombal nunca pode ser encarado como

⁸⁷⁰ BRAGA, 1884, p. 185-188, 190.

⁸⁷¹ BRAGA, 1884, p. 190, 201-202. Grifos meus.

⁸⁷² BOGOL, Lisboa, junho/1881; *Diário de Notícias*, Lisboa 14/03/1882. Ver o capítulo III desta tese.

⁸⁷³ BRAGA, 1884, p. 190, 218. Grifos meus. Para Coelho (1874, v. I, p. 73-76; 1885 [1882], cap. I), o marquês, era, por um lado; “pela novidade singular das suas ideias, o homem do futuro” e por outro, “nos sentimentos morais e nos costumes, o homem do seu tempo [passado]”. *Déspota iluminado* (que efetuou uma *revolução inconsciente*), Pombal operou no país, segundo o professor, “a passageira transação entre o passado, que já se envergonha de existir, e o futuro, que ainda não ousa mostrar-se claramente”.

incolor em política,⁸⁷⁴ porque a sua principal feição foi o caráter político de que revestiu os seus atos. A sua principal glória foi libertar o país e o rei da influência jesuítica, que disseminava as trevas. Entre nós, estão determinadas a expulsão dos jesuítas e a extinção dos conventos das freiras, e contudo os jesuítas e as freiras ainda continuam. [...] Envia para a mesa uma proposta para que se tenha em atenção a legislação pombalina acerca dos jesuítas.

O sr. Luciano Cordeiro* [*regenerador*, relator da comissão de Fazenda] diz que *a festa é nacional, mas que só poder ser fazendo-se abstração de atribuir ao marquês de Pombal a glória de expulsar os jesuítas*. O marquês de Pombal tem muitos títulos de glória, esse é que não parece que o seja. Receia que os jesuítas digam que somos ignorantes em história, pois que foi ele quem em Portugal levou o absolutismo ao seu requinte, e que deu à Inquisição o caráter oficial. Uma festividade não pode ser nacional logo que todos, por qualquer circunstância, se não associem a ela.

O sr. [Emídio Júlio] Navarro* [*progressista*] nota as contradições do discurso do sr. Luciano Cordeiro. *Ou o marquês de Pombal é digno de merecer uma manifestação de respeito e admiração, ou não é. Se é, não é dado deturpar-lhe as feições*. O fato mais saliente da sua vida é a guerra pertinaz movida contra os jesuítas.

O sr. Fontes [Pereira de Melo,* *regenerador*, ministro das Finanças e presidente do Conselho de Ministros] [...] *aprova o ato de expulsar os jesuítas decretado pelo marquês de Pombal, mas não é por essa razão que glorifica a sua memória*. Para ele, o maior título de glória do marquês de Pombal é a sua incessante ação para manter o poder do rei...

O sr. Cunha Belém* [*regenerador*] manda para a mesa *uma moção em que declara reconhecidos os princípios liberais do marquês de Pombal. Entre a hidra revolucionária e a reação clerical, teme mais esta...*

O sr. Saraiva de Carvalho* [*progressista*] [...] [entende que] *separá-lo da sua feição característica, a expulsão dos jesuítas, é deturpar-lhe o programa político, mascarar a sua grandiosa efigie*. A expulsão dos jesuítas foi o centro da gravitação de todos os seus atos, o ponto de convergência de todos os seus empenhos, a força centrípeta destinada a libertar o país das trevas em que esta seita o trazia submerso há séculos. O marquês de Pombal *foi absoluto para debelar os grandes males* que corroíam a nossa sociedade, os seus decretos e as suas medidas reformadoras, porém, têm todos *o cunho de ideias liberais*. Alguns erros cometeu, mas esses erros foram as circunstâncias mesológicas que o determinaram.

Se parte da oposição e mesmo alguns deputados governistas reclamam maior destaque à pauta antijesuítica (histórica bandeira liberal, enfim), o ministério *regenerador* (1881-1883) mostra-se receoso de que os embates que o nome de Pombal traz à tona despertem a “questão religiosa” e resvalem em críticas ao governo e ao regime.⁸⁷⁵

⁸⁷⁴ A expressão ecoa a forma como o *Diário de Notícias* se apresenta. O jornal é ironicamente referido como *o incolor* por seus críticos, que ressaltam, por oposição à neutralidade pretendida, suas parcialidades quotidianas. No debate, Luciano Cordeiro reage assertivamente à crítica de Ferreira; dizendo, como se mostra a seguir neste capítulo, não ser incolor a versão do marquês que ele e o governo apresentam.

⁸⁷⁵ *O Século*, Lisboa, 18/04/1882. Nos festejos camonianos, os *regeneradores* se juntaram aos críticos ao governo *progressista* por sua indiferença e má vontade. Na organização, destacaram-se Cordeiro, Pinheiro Chagas (*constituente*), e também Ramalho Ortigão e Teófilo (republicano). Com o êxito das comemorações, as ofensas dos *progressistas* à comissão da imprensa e a responsabilização do ministério e do regime pela decadência e pelo atraso do país, ampliaram-se a plataforma crítica e a visibilidade dos republicanos. No poder em 1882, os *regeneradores* se mostram interessados em evitar que, com a mobilização de uma figura histórica polêmica como o marquês (em oposição ao consensual Camões), crie-se um cenário parecido/pior

À frente do ministério, Fontes exclama: “honremos a memória daquele grande cidadão, mas não excitemos as paixões políticas”. Já Tomás Ribeiro,* ministro do Reino, recorda que “há ainda hoje desgraçadamente liberais e não liberais” em Portugal. Por isso, “quando nós fazemos do centenário do marquês de Pombal uma festa nacional, é preciso que todos os partidos, quer liberais, quer não liberais, possam incorporar-se ao pé da bandeira que levar na mão o governo português”. Logo, “não entramos nas apreciações políticas e críticas do caráter do marquês de Pombal”.⁸⁷⁶ Entende-se, pois, o espírito das alterações a cargo de Cordeiro na proposta do ministério.

Procede-se, em seu ver, com “escrupuloso cuidado em definir exatamente os termos da celebração nacional que se propõe, para que não [se] ficasse em dúvida, por um só momento, como era e por que era que o Estado aderira e se associava à festa”. Nesse sentido, o deputado afirma: “todos aderimos; todos queremos aderir [ao centenário], mas só o podemos fazer nas condições exatas em que a festa pode e deve ser puramente nacional e cívica”. Assim se compreende seu esforço em afastar todo e qualquer aspecto “inconveniente e perigoso”. Para ele (e para o governo com que colabora),

a festa do centenário do marquês de Pombal, como festa destinada a ferir e a sobre-excitar paixões partidárias, a injuriar o culto, o amor, a veneração por instituições felizmente desaparecidas; culto, amor, ou veneração existente ainda no espírito e nas aspirações de um grupo qualquer, pequeno ou grande [...], mas existente; em suma, em um grupo nacional [...], parece-me inconveniente, inoportuna, absurda. *Receio muito que, se dêssemos à festa pombalina uma feição partidariamente liberal, ou como se tem dito, que é essa*

que aquele de 1880. Ver: Bebião (1982) e a introdução desta tese. No debate, ainda intervém (além de Cordeiro e Chagas) o presidente honorário da comissão camoniana, o *regenerador* Rodrigues da Costa.*

⁸⁷⁶ [CAMARA], 1882, sessão de 15 de abril. Na primeira versão, a proposta do governo (ministro do Reino) é acompanhada de um relatório enumerando as medidas pombalinas que justificam sua apoteose. Ainda que se dê destaque à reconstrução de Lisboa (como suficiente), concede-se atenção à expulsão dos jesuítas – aspecto suprimido no parecer escrito por Cordeiro e criticado por Belém. Importa recordar que Ribeiro era referido em periódicos religiosos como “o ministro apóstata”, devido à defesa de seu irmão, padre de fato apóstata a quem ele havia dedicado um poema. Em 1882, realiza-se segunda edição da obra “com uma carta do autor e um prólogo de Camilo Castelo Branco”. A Camilo (10/08/1881), ele afirma que entre as “forças poderosíssimas” que afetaram seu irmão, estavam “os novos dogmas que se definiam em Roma [e que] abalavam a sua fé”. Em sua resposta (15/11/1881), o romancista (de que se conhecem/recordam as críticas aos *novos dogmas* e o escandaloso caso de *adultério*), além de comentar que “o dogma já agora passou a ser uma coisa humorística”, dá destaque ao fato de ele ter deixado a Igreja para se casar: “desde muito que devera andar transviado do aprisco por causa dos dogmas velhos [...]. Sentindo-se regenerado pelo amor, deu um apoio honrado a esse esteio novo de vida” (RIBEIRO, 1882 [1868]). A publicação atualiza o tópico polêmico. “Lê-se no *Distrito de Viseu*: ‘Em reforço dos artigos d’*A Palavra* e d’*A Nação*, escreveu o sr. conde de Samodães* um folheto refutando as heresias do sr. Tomas Ribeiro [...], [que] devia ter juízo bastante para saber o que é dogmático e disciplinar no organismo eclesiástico. [...] Combater a Imaculada Conceição e os dogmas novos é inepto, é tolo, é herético”’ (*A Palavra*, Porto, 05/01/1882); “Temos diante dos olhos duas cartas a respeito da dedicatória da *Delfina do Mal* [...]. Ribeiro limitava-se a justificar a apostasia do seu irmão, o que não conseguiu, nem conseguirá enquanto o naturalismo não vingar sobre o catolicismo; o sr. Castelo Branco foi mais longe, desembuçou-se com sua autoridade de mestre, rompeu de frente com a modéstia titubeante do escolar para enaltecer o padre renegado ao fastígio da glorificação” (*Progresso Católico*, Guimarães, 30/11/1881). Ver ainda: BRUNO, 1907, p. 318-322.

*a ideia dominante dos que lha querem imprimir, uma feição antijesuítica, esses famosos jesuítas que se pretende arichar [sic] e combater com festas, nos colocassem facilmente nesse dilema fatal: ou que não sabíamos história, [...] ou que, celebrando a memória do grande ministro de D. José, fazíamos uma festa absolutista, porque celebrávamos a memória do homem que foi não só prática, mas [também] doutrinariamente um dos mais formidáveis, dos mais convictos, dos mais intransigentes campeões, no século XVIII, do regime absoluto, da velha realeza do direito e da delegação divina.*⁸⁷⁷

Daí a crítica de Cunha Belém, que acusa Cordeiro, Ribeiro e seus colegas de estarem renegando sua feição liberal, acuados “entre a hidra revolucionária e a reação clerical”.⁸⁷⁸ Os esforços do ministério para alegadamente apoiar as celebrações supõem, no fundo, uma forma diversa de seleção/silenciamento do passado. Em alternativa às propostas e demandas combativas dos estudantes, propõe-se comemorar a figura do marquês também de modo específico, recortado e programado, mas com sentido distinto:

*importa pouco que as paixões e as preocupações particulares, na liberdade da sua crítica, muitas vezes inconsistente e estreita, e no interesse dos seus propósitos, muitas outras também contraproducentes e absurdos, possam querer deturpar a intenção exclusivamente nacional da homenagem e da glorificação que exprime a justiça e a gratidão do país. O Estado conserva-se alheio e superior a essas correntes encontradas e parciais e o monumento erguido a Sebastião José de Carvalho e Melo, [enquanto] o reedificador de Lisboa, o restaurador da indústria nacional, o libertador dos escravos, o reformador dos estudos e da fazenda pública, atestará somente a gratidão e a justiça da pátria.*⁸⁷⁹

Ao defender sua posição crítica, Dias Ferreira assevera, em seu discurso, que

*demonstrações unânimes a favor de um homem político só podem esperar-se tendo decorrido muitos séculos depois da sua morte, ou podendo ele ser considerado como incolor. Ora, o marquês de Pombal poderá ser avaliado sob todos os aspectos e debaixo de todas as feições, mas como incolor nunca! Eu compreendo perfeitamente a unanimidade das manifestações no centenário de Camões; era uma homenagem às letras, onde os acordos são possíveis. [...] Nas festas que se celebrarem em honra do marquês de Pombal, [contudo,] a unanimidade é impossível!*⁸⁸⁰

Diante da acusação do processo de *descolorir* Pombal (tornando sua figura mais aceitável/unânime e sua celebração, por conseguinte, menos incômoda ao governo), Cordeiro reage, negando tal manipulação e reafirmando, em contrapartida, a ausência de atribuição extemporânea de *cor*/paixão/facção na proposta *justa*/imparcial do governo:

não é incolor o marquês de Pombal a que oferecemos no nosso projeto a justa homenagem do país. Não é incolor o marquês de Pombal, [só] porque não podemos, porque não queremos, porque não devemos atribuir-lhe a cor das nossas paixões ou das nossas preocupações atuais; [só] porque não fazemos dele um lema de guerra ou um repto de facção. [...] Não é incolor o marquês de Pombal, um dos maiores estadistas, um dos patriotas mais firmes e leais que

⁸⁷⁷ [CAMARA], 1882, sessões de 15 e 17 de abril. Grifos meus.

⁸⁷⁸ *O Século*, Lisboa, 18/04/1882. Sobre tal discurso, ver a introdução, o cap. III e a conclusão desta tese.

⁸⁷⁹ Relatório da comissão de Fazenda (Cordeiro). [CAMARA], 1882, sessão de 15 de abril. Grifos meus.

⁸⁸⁰ [CAMARA], 1882, sessões de 17 de abril. Grifos meus.

a nossa história moderna registra, só porque não queremos, absurdamente, mesquinamente, trazê-lo para o torvelinho dos nossos ódios ou das nossas aspirações partidárias.⁸⁸¹

São insistentes as tentativas do ministério e de alguns deputados *regeneradores* de universalização e oficialização dessa versão *incolor*/descoloria (Belém), ou então sem adição artificial de *cor* (Cordeiro) do marquês e dos seus festejos; versão que, a despeito da oposição que efetivamente representa e das críticas que enfim desperta, pretende-se uníssona/*unânime*, afirmando-se, assim, imparcial/*justa*. Tais tentativas expressam e acentuam, em suma, as disputas sobre os usos adequados, autorizados ou convenientes do passado pombalino.⁸⁸² Afinal, na medida em que o governo visa a interesses estranhos àqueles dos estudantes e de seus colaboradores, os iniciadores do centenário (que evocam uma versão distinta de Pombal) reagem, de modo a resguardar suas prerrogativas.⁸⁸³

Dado o impasse, que ecoa no parlamento, nos jornais e também nas ruas, buscam-se soluções de compromisso. Após a nomeação de uma “comissão oficial” que integra deputados, pares do reino, membros do governo e quatro representantes da “comissão acadêmica”,⁸⁸⁴ nomeia-se uma “comissão executiva”, composta pelas mesas das comissões do ministério e dos estudantes e por outros membros. Espera-se, então, “entender-se com os acadêmicos e prestar toda a cooperação com os meios que o governo pôs a seu alcance”, para “realizar um acordo”, garantindo “que a ordem pública não fosse de qualquer modo alterada por manifestações inconvenientes de qualquer gênero”. Assim, com “o programa do cortejo [...], elaborado de acordo com a comissão”, pode-se deixar “aos acadêmicos toda a iniciativa na organização do cortejo cívico”, e ainda supostamente obter “garantias de se respeitar nele e em tudo [o mais] a ordem pública”.⁸⁸⁵

⁸⁸¹ [CAMARA], 1882, sessões de 15 e 17 de abril. Grifos meus.

⁸⁸² Para Albuquerque Jr. (2019b, p. 179-178), a comemoração “é uma forma de fazer ver e de dizer o passado. [...] cria efeitos de real, apoia-se em vestígios, testemunhos, em outras narrativas que chegam do passado para construir versões verossímeis [...] um dos usos que se podem fazer do passado”. Dadas sua natureza coletiva e sua intenção de “universalizar memórias que pertencem a uma parcela da sociedade”, explicita conflitos e contradições, trazendo à tona “disputas entre versões distintas, entre visões divergentes”.

⁸⁸³ Após a iniciativa do governo, os estudantes posicionam-se reativamente, resguardando suas iniciativas e destacando, em sua visão, a importância do *Instituto de Ensino Livre* (seu monumento) e do apelo para fazer valerem as leis de expulsão das ordens; “queixaram-se amargamente de que o governo, à última hora, pretendesse usurpar-lhes o que a eles tanto custara a organizar” (*Diário Popular*, Lisboa, 30/04/1882).

⁸⁸⁴ Tal comissão se reúne sob o olhar do governador civil de Lisboa, incumbido da segurança na capital.

⁸⁸⁵ *Diário de Notícias*, Lisboa, 30/04/1882; *Diário Popular*, Lisboa, 30/04/1882. No programa oficial, há certa duplicidade: a parte “oficial”, o lançamento da primeira pedra da estátua do marquês; a parte “popular” (na perspectiva de estudantes e republicanos): em que se destaca o cortejo cívico realizado no mesmo dia, e também o congresso acadêmico (dia 7) e a inauguração do *Instituto de Ensino Livre* (dia 9). Com a incorporação do préstito na programação oficial, busca-se controlar suas feições. Exige-se a aprovação de seu programa pela comissão e se restringe a participação a “associações legalmente autorizadas” (cf. Aranha, 1908, doc. 04).

O segundo momento (que se inicia antes – possibilitando conjecturar quanto a sua influência sobre a discussão já referida) pode ser analisado desde as páginas d’*A Nação*, em que se dá grande espaço aos embates no seio de duas organizações: a Sociedade de Geografia de Lisboa (em que se destacam a ação e a liderança de Cordeiro) e a Associação de Escritores e Jornalistas.⁸⁸⁶ Em ambas, debate-se o convite, recebido diretamente da parte dos acadêmicos, para a respectiva incorporação às celebrações pombalinas.

O principal opositor à adesão de cada uma das agremiações ao *programa-manifesto* da Academia de Lisboa, acusando as supostas irreligiosidade e ignorância dos *estudantes centenariantes* (com sua peculiar “história à pombalina”), é justamente o redator do diário legitimista, Francisco Pedroso,* que preside a Associação. De acordo com o que se lê n’*A Nação*, em cujas páginas se concede grande destaque à temática, as duas organizações recusam seu apoio por conta das “eructações morais e antirreligiosas” dos acadêmicos. Segundo Pedroso, “para saírem corretamente da situação imposta por esse *factum* injusto, odiento e iliberal [o *programa-manifesto*], tiveram de o repelir”. Decidem, em contrapartida, prestar “homenagem ao marquês de Pombal por suas qualidades de ministro, de administrador e de estadista”, distanciando-se, contudo, da “deificação da perseguição, da intolerância e do despotismo”.⁸⁸⁷

Nessa lógica, também alegadamente *imparcial*, Pedroso afirma que “no marquês há o homem duplo: o homem de bem e o homem do mal; tudo grande e colossal”. Afinal, ele “fez grandes coisas, e fez coisas péssimas e prejudiciais”. Dentre suas atitudes encaradas como negativas, destacam-se as perseguições aos fidalgos e à Igreja, com destaque para suas políticas antijesuíticas, acusadas por Pedroso como responsáveis pela

⁸⁸⁶ Fundada em 1875 por indivíduos animados por Luciano Cordeiro e relacionados ao ensino, às ciências e aos meios militar e político, a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) busca melhor conhecer (e controlar) territórios ultramarinos. Diante de crescentes interesses e iniciativas de exploração (cientificista e comercial) por países concorrentes, assiste-se em Portugal a uma onda de nacionalismo imperial e popular. Vendo ameaçados seus domínios na África, até então vagamente definidos, os portugueses buscam fazer valerem seus alegados *direitos históricos*. Na SGL, incentivam-se e se organizam viagens, pesquisas, conferências e impressos informativos, de modo a mobilizar a opinião pública, reunir recursos, orientar projetos e difundir demandas portuguesas no cenário de disputas internacionais. Ver: ALEXANDRE, 2000, p. 147-154; 2013 [2000]; AIRES-BARROS, 2016; LUCAS, 1998; “Sociedade de Geografia de Lisboa”, *DHL*; SGL, 1892 [1876]. Dada a iniciativa de Cordeiro, é nas salas da Sociedade que se reúne a comissão executiva da imprensa para o centenário camoniano, em cujo seio se decide fundar, em sessão solene no dia da efeméride (no salão da SGL), a Associação de Escritores e Jornalistas. Debatida e acordada em uma série de assembleias sobre o tricentenário, a que se pretende forte e formalmente vinculada, a organização se dispõe a defender os interesses de seus sócios e a organizar uma biblioteca do jornalismo português, um júri de honra para interferir em conflitos na imprensa, cursos livres e um fundo de auxílio, agindo para “elevantar o nível da imprensa à altura da primeira instituição social dos povos livres e civilizados” (ARANHA, 1888, docs. 07, 14, 78). Sobre a (malograda) associação, que não dura mais que seis anos e de que não se obtém os resultados esperados, ver ainda: CUNHA, 1941.

⁸⁸⁷ *A Nação*, Lisboa, 10-29/03/1882.

decadência do império.⁸⁸⁸ Associando críticas de caráter geral (*despotismo*) a outras, que refletem preocupações particulares de grupos católicos ultramontanos (*regalismo*), o editor explicita, ademais, sua defesa não do *liberalismo*, e sim de um *tradicionalismo*:

ao radicar no seu sistema de instrução a heresia do regalismo de mistura com as ideias jansenistas e semiprotestantes, assentou o mais absoluto despotismo, concentrando ele em si o Estado, a lei, a justiça e ressuscitando, assim, a fórmula pagã do cesarismo sacerdotal, [...] não só cobriu o despotismo com o prestígio do seu grande nome; não só *destruiu as esperanças de restabelecimento da antiga constituição tradicional portuguesa, lembrada a espaços, senão que preparou e realizou a decadência do clero com a camisola de força lançada à Igreja*.⁸⁸⁹

Bastante ativo, em um momento em que os legitimistas almejam tomar a frente das tentativas de união de diferentes setores católicos (iniciativa que antes rejeitavam), Pedroso também comparece a uma reunião promovida entre operários religiosos lisboetas no mesmo mês. Em pauta, “a atitude que deviam tomar os católicos ante o centenário”. Propõe-se, na ocasião, observar se o centenário vai se atenuar ou se agravar como “desmonstração agressiva do sentimento religioso” e que, no último caso, será “a ocasião para os católicos se desafrontarem e para se demonstrar que o sentimento católico deste povo se não deixará espezinhar”. Por sugestão sua, também se estabelece uma curiosa “comissão de vigilância” sobre o centenário – a partir da qual se discutem iniciativas de “contraofensivas católicas” aos festejos.⁸⁹⁰

Dentre as deliberações da referida comissão, destacam-se a organização de um *Congresso Católico* (de modo a opor “fatos a fatos, discursos a discursos”, para fortalecer os posicionamentos frente a seus opositores centenaristas); “a promoção de uma grande petição nacional em favor das ordens religiosas [...], para opor à liberal e antipatriótica reclamação do cumprimento das leis de proscrição das ordens religiosas e especialmente da Companhia de Jesus” e ainda a “criação de um Instituto *crente* para formação de pregadores e de controversistas, em oposição ao Instituto *ateu* dos centenariantes”

⁸⁸⁸ Os inicianos são, em sua perspectiva, uma das bases da colonização portuguesa – o que, na política da época, relaciona-se com a questão do Padroado, da ocupação e *civilização* dos domínios ultramarinos e dos direitos históricos portugueses, em disputas com outras potências; questão muito importante para a SGL.

⁸⁸⁹ *A Nação*, Lisboa, 29/03/1882. Grifos meus. Ainda no dia 10 de março, ao noticiar a primeira sessão na Sociedade dos Jornalistas e Escritores, afirma-se que seria o sentido geral “glorificar o marquês de Pombal pelo que ele fez de bom sem cumplicidade no que ele fez de mau”. Assim, dadas as “fronteiras entre o bem e o mal”, não se recusa a admiração “ao reedificador de Lisboa, ao reparador do terremoto e das desordens consequentes, ao reformador do ensino (feitas certas reservas), ao grande administrador, ao avançado legislador em certas matérias civis, como não podem esquecer ingentes e grandiosos males que as gerações educadas à moderna não podem ainda compreender, mas que hão de ser postas em relevo, não por algum escritor católico e legitimista, mas por algum Taine português, que escreva também as *Origens de Portugal Contemporâneo*” (*A Nação*, Lisboa, 10/03/1882).

⁸⁹⁰ *A Nação*, Lisboa, 17/03/1882.

(contrapondo “ideia a ideia, ciência a ciência, sábios a sábios, pregadores e conferentes aos conferentes e aos rábidos invectivadores contra as nossas crenças”).⁸⁹¹

A posição de Pedroso e o destaque por ele conferido a tal questão em seu jornal são fortemente combatidos n’*A Folha do Povo*, que pontua ter sido “largamente discutida uma proposta relativa à celebração do centenário, resolvendo-se por fim que a Sociedade aceitaria o convite de aderir sob o único aspecto nacional e com absoluta reserva de doutrina de quaisquer programas, a cuja elaboração se conserva estranha”. Após referir a deliberação da Sociedade de Geografia (que, como o faz a Associação dos Escritores e Jornalistas, adere aos festejos e se incorpora no cortejo – com as ressalvas decididas em assembleia),⁸⁹² o jornal republicano publica uma série de cinco textos intitulada *A reação anticlerical*, contrapondo-se à postura dita *ultramontana, católico-miguelista e jesuítica* representada pelo redator d’*A Nação* (acusando a complacência de liberais).⁸⁹³

⁸⁹¹ *A Nação*, Lisboa, 24/03/1882. No ano anterior, já havia ocorrido um congresso na capital. Logo após o centenário, realiza-se outro, despertando a reação de setores anticlericais. Para um histórico dos congressos, desde a década de 1870, começando pelos católicos constitucionais do Porto, até alcançar os legitimistas de Lisboa, com a intermediação dos que visavam à integração dos religiosos e a sua representação política, e defesa dos interesses da Igreja, como o padre Senna Freitas, à frente do *Progresso Católico* (em que à altura muito se publica em defesa da União Católica, como também n’*A Cruz do Operário*, que noticia o programa da associação e relata o dia a dia do congresso), ver: NETO, 1998, p. 413-416. “Durante o II Congresso Católico de Lisboa, efetuado em junho de 1882 no Palácio dos marqueses de Castelo Melhor, foi lançada a União Católica Portuguesa, a partir da recém-criada Associação Católica de Lisboa. Nessa fase, os legitimistas procuravam dominar o movimento, marginalizando os católicos constitucionais”.

⁸⁹² *A Folha do Povo*, Lisboa, 17/03/1882. Nas *Atas* da Sociedade (SGL, s/d [1882], p. 24-28), lê-se que Cordeiro, primeiro-secretário, declara que “prestava a sua adesão inteira e completa aos patrióticos esforços da classe acadêmica tendentes a comemorar civicamente o centenário do marquês de Pombal, reservando a sua opinião pela qual ninguém lhe perguntava nem ele tinha de discutir aqui, em relação a certas questões de doutrina e de crítica que via discutir-se lá fora”. Já Pedroso “fazendo justiça à classe acadêmica e à sua comissão executiva, lamentava, contudo, as ideias expostas no programa das festas que se projetavam e era de opinião que a Sociedade de Geografia não podia aderir a semelhante programa. Esta Sociedade que tinha dado sua adesão ao estabelecimento na África das missões religiosas, como poderosos auxiliares das missões civilizadoras, não devia subscrever ao programa da comissão executiva do centenário, em que este era glorificado por ter expulso os jesuítas [...]; não devia anuir a um programa em que se protestava contra as congregações religiosas e em que se falava com desdém das ideias morais e religiosas [...]; não tinha dúvida em reconhecer as qualidades brilhantes do marquês de Pombal e serviços que este fizera ao país, mas também não ignorava os seus erros, as suas faltas e os seus crimes”. Após o debate, foi aprovada (20 votos a favor, 11 contra) a proposta (referida na *Folha*) de Cordeiro e Costa Sequeira: “a Sociedade acede ao convite de prestar a sua cooperação à celebração nacional do centenário do marquês de Pombal, com absoluta reserva acerca da doutrina de quaisquer programas a cuja elaboração se conserva estranha”. Como se percebe no *Diário de Notícias*, quando os estudantes divulgam a primeira versão de seu programa (04-05/03/1882), antes de tal debate, eles agradecem ao apoio da Sociedade e em suas primeiras reuniões dão vivas à comissão de imprensa (18/12/1881), de que se entendem sucessores na organização do centenário. Após os festejos (em que os sócios participaram, com as tais ressalvas), lê-se que “quando o préstito se dissolveu na praça dos Remolares”, os acadêmicos “subiram pela rua da Alecrim, vitoriando na passagem a Sociedade de Geografia de Lisboa e a comissão promotora do centenário de Camões, que nela funcionou”. Depois de chegar à Sociedade, “foram saudar a Associação dos Jornalistas e diversas redações”, como a do *Diário* (10/05/1882). Ou seja, há apoio, participação e solidariedade – que Pedroso tenta contornar.

⁸⁹³ *A Folha do Povo*, Lisboa, 19,22/03/1882.

Elogiando a iniciativa da *mocidade acadêmica* e a relevância de seu programa (“melhor diploma com que a nova geração poderá no futuro merecer o reconhecimento e as simpatias dos que então viverem”), a *Folha* lhes recrimina, contudo, a brandura de sua resistência a opositores que

procuram, já por todos os meios, indispor a opinião pública contra a grande festa do centenário pombalino, impugnando o programa dos estudantes *pela sua feição declaradamente hostil aos princípios morais e às crenças religiosas e pelo seu espírito de intolerância para com a instituição dos jesuítas*. É esse, pouco mais ou menos, o sentido da questão levantada ultimamente em plena Associação dos Jornalistas e mais tarde na Sociedade de Geografia e debatida entre um dos mais ferrenhos defensores do ultramontanismo legitimista e alguns dos membros da comissão acadêmica que então se achavam presentes naquelas assembleias. [...] Lamentamos sinceramente a tibieza ou tal excesso de boa-fé com que os moços acadêmicos se houveram [...] aos arremessos violentos e à insânia das agressões que lhes foram dirigidas, os acadêmicos deviam contrapor todo o vigor das suas convicções [...]. O ultramontanismo, combatendo o ensino livre, isso é, a independência do pensamento e da consciência de cada um, e invocando ao mesmo tempo a liberdade para as suas doutrinas, pede a nossa tolerância para a sua intolerância. A liberdade que o clericalismo reclama equivale ao mesmo que pedir a submissão da sociedade civil aos dogmas da Igreja. [...] Nós reclamamos a interdição do jesuíta no domínio do ensino não como uma medida de jacobinismo revolucionário, nem como mera declamação sentimental, mas [...] como uma medida de defesa social, porque não é, nem pode nem deve ser permitido a ninguém que na sombra, a ocultas, em aulas onde ninguém que seja suspeito pode entrar, esteja embrutecendo e pervertendo os espíritos desprevenidos das crianças hoje, homens amanhã, a título e a pretexto da própria liberdade de ensino que o jesuíta deixa por essa forma iludida.⁸⁹⁴

Também n’*O Século* repercutem críticas às iniciativas de “contramanifestação à comemoração cívica que se prepara para honrar a memória do marquês de Pombal”. Segundo o relato de um colaborador que comparece à reunião “mais política do que religiosa” que decorre na “sacristia da igreja paroquial do Sacramento” por convocação de Pedroso (“presidente da comissão de um congresso católico”), além das propostas referidas, ainda se decide organizar, exatamente no dia 8 de maio, “ofícios fúnebres sufragando as almas dos vitimados do notável estadista”. Conclui-se, assim, que

estão verdadeiramente desaforados esses senhores. Não contentes com as suas doutrinas criminosas, tentam, ainda para mais, recorrer ao auxílio do Estado para que lhes proteja os intentos subversivos e antipatrióticos, como se o Estado tivesse a mínima obrigação de lhes aturar o idiotismo senil. Mas é indispensável que os verdadeiros liberais se acautelem contra as insídias e os manejos do jesuitismo, que está encontrando presentemente na regeneração um forte e seguro apoio. A prova, temo-la bem clara e manifesta no modo infamíssimo por que se tem procedido ultimamente para com os conferentes do centenário; temo-la ainda na maneira bestial porque a política tem querido obrigar a alguns cidadãos livres-pensadores a ajoelharem na passagem de qualquer procissão e temo-la, finalmente, no retraimento do governo relativamente às festas que se projetam no próximo mês de maio e no seu desejo de, a fim de agradar a seita com quem está de completo acordo, impedir

⁸⁹⁴ *A Folha do Povo*, Lisboa, 30/03/1882.

por todas as formas e feitios o cortejo cívico que se prepara em honra do secularizador do ensino e do inimigo irreconciliável dos jesuítas.⁸⁹⁵

Após os festejos, publica-se no jornal um peculiar relato que explicita a leitura republicana das comemorações e sua releitura da política corrente na chave *jesuítas* (despotismo, Monarquia) x *liberais* (democracia, República), atualizada no centenário:

por toda a parte, nas lojas, nos cafés, nas praças públicas, se comentava ontem a majestade eloquentíssima das últimas festas, promovidas pelos estudantes portugueses em honra de Pombal. Esse êxito extraordinário era por todos atribuído ao partido democrático [...], pela maneira expansiva e entusiástica por que acolheu o generosíssimo pensamento dos beneméritos estudantes portugueses. A ausência do elemento oficial mostrou-nos [...] que a festa era da nação; não era do rei, de quem o povo anda há muito divorciado. Temos o jesuíta na política, o jesuíta na administração, o jesuíta no ensino, o jesuíta nas secretarias de estado, o jesuíta nas antecâmaras reais, o jesuíta em tudo e por tudo. É contra ele: o amaldiçoado, o cínico, o torpe, que todos os verdadeiros liberais, todos os verdadeiros republicanos carecem de levantar um combate sem tréguas nem repouso. É nessa santa cruzada da liberdade contra o despotismo, do justo contra o injusto, da verdade contra o erro, do direito contra o crime, que temos nós, os democratas, de empenhar o último esforço e derradeiro sacrifício. Saudemos ainda uma vez os estudantes portugueses! Saudemos a democracia! Abaixo o jesuíta! Abaixo o infame!⁸⁹⁶

Segunda maior cidade do país, também no Porto os festejos são capitaneados por um grupo de estudantes e desde seus preparativos ecoam na imprensa. Entre os veículos portuenses, os acadêmicos por um lado contam com forte apoio do diário republicano *A Folha Nova*.^{*} Por outro, contudo, sofrem pesadas críticas nas páginas d'*A Palavra*;^{*} órgão da Associação Católica do Porto, fundada em 1870.⁸⁹⁷ Constitucional e religiosa, a Associação busca conciliar catolicismo e liberalismo, aceitando as estruturas de poder vigentes (e agindo a partir delas), mas refutando a ideologia que as legitima (em defesa da religião do Estado).⁸⁹⁸ Nota-se tal esforço na forma como o conde de Samodães,^{*} ativo em seu seio, posiciona-se, em livro divulgado n'*A Palavra*, acerca das festas do marquês:

⁸⁹⁵ *O Século*, Lisboa, 21/04/1882. As oposições aos republicanos são tópico candente no período, e se acentuam após o centenário; reforçando a acusação de um governo jesuíta, porque simpático a pautas e sensibilidades jesuítas, e contrário a toda iniciativa republicana.

⁸⁹⁶ *O Século*, Lisboa, 11/05/1882. Ressaltam-se, na parte final do trecho, os ecos do brado voltairiano contra os abusos das autoridades real e religiosa (o jesuíta em particular): *écrasez l'infâme!*

⁸⁹⁷ Se *ideias novas*, críticas à religião, na altura mobilizam o país, também se organiza, com sentido reativo, um movimento católico. Espécie de ofensiva do catolicismo na sociedade, com atenção à chamada *questão social* (mais relevante a partir da década seguinte). Propõe não apenas a defesa dos direitos da Igreja, mas também a apologia da religião, promovendo a caridade cristã. Dentre as atividades, ressaltam as vocações, o desenvolvimento das ordens religiosas, a expansão das missões e das devoções populares – tanto pela renovação do culto mariano quanto pelo ressurgimento das peregrinações (NETO, 1998, p. 406-416). Destaca-se, ainda, a chegada, em 1879, do núncio papal, cardeal Mazella, próximo de Leão XIII (1878-1903), dando impulso ao grupo católico. Em torno dele, uma série de embates expressam a oposição corrente entre clericalismo (tradicionalismo, ultramontanismo, jesuitismo) e anticlericalismo (liberalismo, republicanismo, maçonismo, laicismo). Conflitos com o governo levam a sua expulsão em 1883.

⁸⁹⁸ Em seus esforços por unir os católicos de diferentes frentes, contudo, enfrenta resistências por parte de legitimistas e integristas. NETO, 1998, p. 406-416. Sobre o jornal, ver ainda: POLICARPO, 1992.

não sou adverso à sua memória, mas francamente confesso que ela me não é simpática, nem pode sê-lo a quem está plenamente convencido da verdade da religião cristã, julga dever acatar as instituições da Igreja católica e escutar atentamente as decisões do pontífice romano e ao mesmo tempo professa inteira estima pelos princípios liberais; mas esses puros, isentos de sofisma, rigorosamente cumpridos, e não como eles têm sido praticados entre nós desde que se supõe que eles regem o governo do Estado. Desadorno o liberalismo como sistema, mas penso assim porque entre ele e o absolutismo monárquico não encontro diferença senão na forma e ambos são igualmente condenáveis.⁸⁹⁹

Logo após as comemorações, Camilo Castelo Branco,* com posicionamento distinto relativamente ao catolicismo,⁹⁰⁰ também publica um livro, retratando o marquês de perfil (unilateralmente) com “tintas” colhidas “na paleta da história”.⁹⁰¹ De acordo com o romancista, nos discursos e iniciativas relacionados ao centenário, o vulto de Pombal “ressurge mais ou menos postigo e contrafeito dos moldes das três escolas políticas regimentares”. Camilo se demarca, portanto, de representações do marquês mobilizadas por diferentes parcialidades, dizendo apresentar uma versão *verdadeira* de Pombal. Além de pôr em questão sua alegada *imparcialidade*, busca-se aqui acompanhar os mais acentuados embates expressos/impressos nos jornais do Porto, pensando como *A Folha Nova* e *A Palavra* concebem e arregimentam tal passado. Para finalizar o capítulo, aborda-se a leitura de um curioso poema de Machado de Assis.* Vindo a lume em uma importante coletânea comemorativa, o texto permite refletir sobre a versão mais difundida sobre o marquês na altura; versão de que fala Castelo Branco.

Antes de iniciar a consideração de textos sobre Pombal e sobre seus festejos em páginas tão diversas, contudo, retoma-se uma série de discursos publicada um pouco mais cedo n’*A Palavra*, em que se expressa uma concepção católica da sociedade e de

uma potência quase onipotente no século atual, porque ela é o foco luminoso que lhe irradia a luz esplendorosa; é a mola diamantina que lhe imprime o movimento progressivo, é a verdadeira árbitra dos seus destinos [...]. Rainha das inteligências, que instrui; rainha dos corações, que moraliza; rainha das sociedades, que por assim dizer cinzela e escultura. Ninguém, como essa potência; [como] essa filha radiante do gênio imortal de Gutenberg, a imprensa, poderia contribuir em mais alta e larga escala para a felicidade, progredimento e verdadeira civilização do mundo inteiro.

Reconhecendo a relevância e o alcance de tal instrumento, pondera-se:

que deve, portanto, fazer a imprensa para criar no meio de nós um povo verdadeiramente livre? Deve fazer da sua tribuna altíloqua como que a tribuna sagrada da virtude. [...] Não há nada mais ruidoso e fatal em suas

⁸⁹⁹ SAMODÃES, 1882, p. VII-VIII.

⁹⁰⁰ Como referido acima, ele critica o *catolicismo dogmático* ainda que, como se mostra à frente, defenda os jesuítas (que no discurso dos *centenaristas*, representam/encarnam/resumem o ultramontanismo).

⁹⁰¹ Camilo data a conclusão do *Perfil* de 31 de maio – os festejos decorrem em torno do 8 oitavo, data da efeméride. No Porto, o ponto alto é o dia 7, quando ocorre o cortejo. Nas citações que se seguem (sem notas), tem-se como referência o texto conforme sua primeira edição: CASTELO BRANCO, 1882.

consequências do que a corrupção do bom, do ótimo. [...] A imprensa, quando olvida a sua missão sublime [...], transmuda-se num verdadeiro flagelo da humanidade, porque se torna, em relação à doutrina, descrente, em relação à moral, sensual, em relação à Igreja, obscurantista e reacionária, e em relação à sociedade, anárquica e antiliberal.⁹⁰²

Tal trecho se encontra na última de uma série de cinco conferências proferidas na Sé do Porto, e logo a seguir publicadas no periódico católico e também editadas em forma de livro. Em questão, ponderações sobre o *Apostolado da imprensa*, em que se convocam os portuenses católicos a se empenharem na leitura e na sustentação da “boa imprensa”.⁹⁰³ Pouco antes; quando n’*A Palavra* se faz a primeira referência ao centenário, reproduz-se em suas páginas um artigo “de um dos mais autorizados periódicos católicos do mundo, o *Journal de Rome*”, em que se lê:

o Santo Padre Leão XIII acaba de [...] mostrar que liga a maior atenção à difusão da imprensa útil; isso é, da imprensa séria. A imprensa, ninguém o ignora, é uma arma poderosa, mas difícil de manejar. [...] Longe de repudiar as descobertas e as aplicações do gênio moderno, ele quer sacrificá-las e consagrá-las à defesa dos eternos princípios religiosos e sociais, sem os quais toda a sociedade humana se dissolve. [...] Como resistir aos adversários não empregando meios de defesa análogos dos de combate? [...] A divulgação da boa imprensa é, portanto, um dever restrito para os católicos e esse é o mais claro desejo do santo padre, dirigindo-se à imprensa que defende a verdade religiosa, àquela cujo único ou principal objeto é o interesse da Igreja.⁹⁰⁴

As orientações constam na carta *Etsi nos*, anteriormente reproduzida (em latim) no jornal nortenho. No documento, o papa ressalta a importância de

publicar e divulgar por toda a parte bons escritos. [Afinal,] aqueles que, com um ódio mortal, discordam da Igreja tendem a se manifestar por meio de publicações e a usá-las como as armas mais bem adaptadas para infligir injúrias [...]; dissimulam ou corrompem a verdade; perseguem a Igreja e o Sumo Pontífice [...]. A violência desse tão grande mal, que se espalha diária e amplamente, deve, [portanto,] ser diligentemente detida. [...] Além disso, os escritos devem ser opostos por escritos, de modo que a mesma arte que pode afetar a destruição possa, por sua vez, ser aplicada à salvação e ao benefício da humanidade e que remédios sejam fornecidos a partir dessa fonte de onde se obtêm venenos malignos. [...] [Recomenda-se, pois, que] em cada província seja estabelecido algum método de demonstrar publicamente quais e quão

⁹⁰² *A Palavra*, Porto, 31/03/1882 (Rodrigues Viana). Vale-se de termos usados contra os religiosos para criticar a imprensa desviada de sua missão; “quando se rebela contra a Igreja e só procura deprimi-la, avexá-la e torná-la odiosa, alcunhando-a de obscurantista, então o jornalismo deslustra o seu apostolado, falseia a sua missão, rasga o seu programa e, em vez de espalhar a luz, só difunde as trevas [...]. Que nome darei vós a uma força inimiga, que opugna essa portentosa força moral? [...] O jornalismo hostil à Igreja [...] é reacionário [...]. Não deveis lê-los, não deveis auxiliá-los” (*A Palavra*, Porto, 23,25/03/1882).

⁹⁰³ Os textos vêm a lume entre 16 e 31/03/1882. Pouco após os festejos, nota-se n’*O Progresso Católico* (Guimarães, 15/08/1882) uma referência elogiosa ao volume, cuja leitura se recomenda, exaltando “o orador sagrado que, em Portugal, melhor soube compreender a missão de padre, daquele a quem compete dizer as verdades, pese a quem pesar”. Prova de que “no púlpito português se ergue a voz da verdade através dos lábios de um padre [...], atraindo multidões, fazendo revoar, sob as abóbadas do templo, verdades que não era costume dizerem-se dentro dos muros da cidade que os inimigos de Deus e dos reis alcunham o *berço da liberdade*”. Do livro, encontrou-se sua segunda edição: VIANA, 1903 [1882].

⁹⁰⁴ *A Palavra*, Porto, 02/03/1882.

grandes são os deveres de todos os cristãos em relação à Igreja, por publicações frequentes e, tanto quanto possível, diárias.⁹⁰⁵

Como se vê, os católicos portugueses estão acordes com a orientação papal; no púlpito e nos impressos se difundem eloquentes discursos em prol da “única depositária da verdade”: a Igreja. Entende-se, nesse contexto, que, traçando um cenário de duelo, também se afirma o seguinte, na referida conferência religiosa:

nossa imprensa parece ter organizado uma conspiração calculada, sistemática e incansável contra a Igreja de Deus, pretendendo coonestar aos olhos do público essa conspiração com duas grandes palavras muito ingratas e muito mal sonantes aos ouvidos deste século. [...] Combate-se a Igreja como *obscurantista e reacionária* [...] [e] se inventou uma formidável metralhadora, que de um só tiro nada deixa de pé nas estâncias pacíficas da virtude: é a palavra *fanatismo*. [...] Essa guerra feita à virtude por certa imprensa abusiva é feita em nome da liberdade! [...] Quando observamos de perto essa liberdade que eles apregoam e tão ardentemente festejam, [...] recuamos assustados ao ler-lhe no âmago essas espantosas palavras: *direitos do mal!*⁹⁰⁶

Deixando claro o problema com a liberdade assim concebida, ainda se assevera:

nosso século orgulha-se de levar inscritas em letras de ouro no balsão do seu progresso estas três grandes palavras: *liberdade, igualdade e fraternidade*. Respeito muito esse lema e aprecio-o sobremaneira, mas causa-me estranheza que uma fórmula dada como o segredo do aperfeiçoamento das sociedades não compreenda, na sua expressão, o que há de mais radicalmente social: a *autoridade* [...]; sem a qual não pode haver liberdade, nem igualdade, nem fraternidade bem entendidas [...]; sem a qual todo o progresso social é impossível, porque sem ela nem a mesma sociedade pode subsistir.⁹⁰⁷

A autoridade cuja falta se acusa é a autoridade divina, de que a Igreja se afirma a única representante legítima.⁹⁰⁸ Muito das críticas que então se fazem à *democracia* e ao que se entende como desvios/abusos do liberalismo e do ideal de liberdade incide nesse ponto, de que também se depreende a ideia de que o povo, ignorante e volúvel (referido como *plebe* e *canalha*), é incapaz de se decidir, de escolher por si próprio, de exercer autoridade – o que reforça as críticas à ideia de soberania popular como “erro” e “abuso”:

fincando uma alavanca demolidora à coluna granítica em que se estriba toda a grande mole da sociedade, [o século XIX] exclama aos quatro ventos: “Acabe-se por uma vez com a teocracia! A autoridade é o homem! O povo é o supremo

⁹⁰⁵ *Etsi Nos*. LEÃO XIII, 15/02/1882. Tradução livre, do inglês.

⁹⁰⁶ *A Palavra*, Porto, 23,31/03/1882 (Rodrigues Viana).

⁹⁰⁷ *A Palavra*, Porto, 30/03/1882 (Rodrigues Viana).

⁹⁰⁸ Na *Inscrutabili dei consilio* [LEÃO XIII, 21/04/1878], o papa explicita seu combate: “rejeitem, enfim, absolutamente todas as opiniões, mesmo as mais difundidas, que souberem ser contrárias aos ensinamentos da Igreja. Sobre este assunto, os Pontífices Romanos Nossos predecessores, e em particular Pio IX, de santa memória, sobretudo no concílio do Vaticano, [...] não descuraram reprovar os erros que irrompiam [...]. Confirmamos e renovamos todas essas condenações”. Os *males da sociedade moderna* “têm a sua principal causa no desprezo e na rejeição dessa santa e augustíssima autoridade da Igreja que governa o gênero humano em nome de Deus, e que é a salvaguarda e o apoio de toda a autoridade legítima. Os inimigos da ordem pública, que perfeitamente o têm compreendido, pensaram que nada era mais próprio para subverter os fundamentos da sociedade do que atacar sem trégua a Igreja de Deus, do que torná-la odiosa e odiável por meio de vergonhosas calúnias, representando-a como inimiga da verdadeira civilização”.

soberano!” Como assim?! Senhores, eu só conheço um soberano supremo; um só [...]: Deus! Porventura Deus abdicou a sua soberania suprema em favor do povo? O povo! Ah, pobre criança de todos os tempos! Querem soberanizar-te... e não sabem que tu és sempre uma criança.⁹⁰⁹

Também na altura dos festejos pombalinos, mas mobilizando seu lápis do outro lado do Atlântico, o ilustrador Angelo Agostini* elabora um divertido comentário crítico em forma de história aos quadrinhos/em quadrinhos, vindo a lume na carioca *Revista Ilustrada** (imagem 77). Agostini traz à tona, divertida e debochadamente, algumas das questões aqui abordadas. Ele retrata um grupo de santos católicos em um *meeting* [comício] celestial contra a substituição de seu tradicional culto (*festas religiosas*) pelas recentes e já frequentes comemorações centenárias aos *grandes homens* (*festas civis*). Revoltados, os veneráveis entes enviam, por São Pedro, uma petição a Deus. Pouco sensibilizado, e muito contemporizador, o Padre Eterno decide encaminhar a reclamação ao enfasiado papa. De sua parte, Leão XIII critica (como o faz em seus documentos) “o século XIX” – entidade representada, nas imagens, pela figura de um velho que deposita coroas ao busto de indivíduos como Voltaire e Pombal. Nas legendas, lê-se:

no céu, tem havido grande banzé entre os santos por causa dos centenários. Eles queixam-se que os mortais não se importam mais com eles. Já não há festas religiosas; há só festas civis. Houve discursos [...]. A questão foi levada [por São Pedro] ao Padre Eterno. Ele respondeu que o não amolem. O mundo anda e tudo tem sua época. Vá se queixar ao papa. Leão XIII respondeu que já não podia com o século XIX; que este tem 82 anos, que já deveria ter juízo e que afinal não pode com ele. “Homem, cá entre nós”, disse São Pedro [a seu sucessor, o papa], “o que me parece é que a nossa religião está numa furiosa *degringolade*”.⁹¹⁰

IV.1 A Folha Nova e A Palavra

Pouco após o dia 8 de maio, publicam-se n’*A Palavra* críticas não apenas às festas do centenário (frequentes em tais páginas há já uns meses), mas também aos futuros relatos impressos a tal respeito; narrativas a serem registradas nos anais do problemático século:

o escândalo vai consumir-se! Este velho Portugal vai receber de seus filhos degenerados a maior afronta que podia arremessar-se a suas venerandas faces!

⁹⁰⁹ *A Palavra*, Porto, 30/03/1882. (Rodrigues Viana). Os religiosos mobilizam a ideia de *canalhocracia*. Por um lado, uma forma crítica e depreciativa de se referir à *democracia*, substituindo o radical *demos*, que significa povo, por *canalha*, “a plebe mais vil”, segundo Moraes Silva (1813 [1789]) e Silva Pinto (1832). Por outro lado, “Canalha batinada”, frequente no campo oposto, equivale a outra expressão: clericalha, junção de clero e canalha. É interessante notar, contudo, que n’*A Folha Nova* (Porto, 10/05/1882) se menciona, por sua vez, “a *canalhocracia* dos jesuítas”. Reforça-se a associação entre catolicismo, ultramontanismo, papismo, fanatismo e jesuitismo. Com suas batinas pretas, os inacianos simbolizam o conjunto dessas críticas, com imagens relacionadas a sombras/animais vinculados à escuridão. Refere-se, por exemplo, à “clericalha fanática, [...] as especulações torpes dos sotainas, [...] a cepa clerical dos morcegos da fé [...], os abutres negros!” *Sotaina* é a “vestidura mais longa que a casaca, talar, aberta por diante e tomada com botões, como a trazem alguns moços de conventos” (Moraes Silva, 1813 [1789]), por isso é empregada para se referir ao clero e em especial aos jesuítas, bem como *roupeta*.

⁹¹⁰ *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, 14/05/1882.

Este século, tão farto de contradições e aberrações inauditas, vai inscrever em seus anais a descrição dos festejos cívicos do marquês de Pombal! *Esses mesmos que aí nos estão todos os dias apregoando o famoso exigir de uma liberdade sem limites vão fazer a apoteose do déspota mais feroz e sanguinário de que reza a história pátria!* [...] Pombal fundou em Portugal, no século XVIII, o governo despótico, representado pelo rei. Vós quereis fundá-lo hoje, em pleno século XIX, representado por vós e tendo a plebe por cortejo.⁹¹¹

O préstito organizado pelos estudantes é referido de modo crítico no jornal, que o encara como uma subversão dos ritos católicos; manifestação popular e carnavalesca fora de época. *A Palavra* ainda se volta contra essa espécie de hagiografia liberal, que se vale da figura de um *déspota*, tentando fazer dele um *santo*; contrapondo-a à visão deturpada de religiosos (verdadeiros santos), mobilizados como o inimigo a abater (os jesuítas):

desfralde-se aos ventos o pendão das quinas, embandeirem-se as ruas, adornem-se de damasco as janelas, que *vai passar a mascarada cívica*. O niilismo, o socialismo, o comunismo e o maçonismo portugueses têm hoje gáudio forte! *O despotismo das praças festeja, hoje, vertiginosa orgia: o despotismo real, na pessoa do assassino covarde de milhões de inocentes!* [...] [Pombal] *manchou a sua glória, alienou as simpatias do mundo civilizado e mereceu o juízo severo da posteridade.*⁹¹² [...] *Mas se uma das suas vítimas foram os jesuítas, está justificado o bacanal, porque é o ódio à religião que afogueia o vosso entusiasmo.* [...] *Precisáveis de mais um santo para inscrever no calendário do liberalismo e da impiedade;* encontraste-lo de molde no sectário da filosofia ímpia do século XVIII! Não vos disputamos essa fácil conquista. É vosso. Ninguém vo-lo inveja! O marquês de Pombal é digno de vós e vós dignos dele. Avante, patriotas!⁹¹³

Do lado republicano, *A Folha Nova*, ainda em seu número especial do dia 8 de maio, publica em destaque um texto que expõe as questões sob perspectiva oposta:

entre todos os grandes vultos do século XVIII, destaca-se, prodigiosamente luminoso, o homem que se chamou Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal. [...] A história é um tribunal póstumo [...]. A história de hoje não é a de há cem anos. Então, registrava simplesmente os fatos; agora, faz mais: analisa-os, critica-os, apresenta-os deslumbrantemente luminosos, impondo-os à nossa admiração. Hoje, que estão quase caídos os fetiches das velhas religiões; hoje, que a ciência triunfa e os santos caem, presta-se culto aos hereges que produziram alguma coisa de útil e de humanitário [...]. Agora que as paixões políticas e os antigos ódios estão extintos, é preciso que a história pronuncie a sentença, dando-lhes ingresso no grande panteão humanitário. A Academia, que tão alta e nobremente soube compreender o seu dever, apesar dos obstáculos que se lhe antepuseram, saúda e presta homenagem não ao assassino dos Távoras, mas ao enérgico reformador; ao lutador atlético que nos prestou esse relevantíssimo serviço da expulsão dos jesuítas que hoje tentam morder-lhe ainda a memória.⁹¹⁴

Nota-se a influência de certas ideias positivistas heterodoxas que marcam parte da historiografia portuguesa oitocentista.⁹¹⁵ Reconhecendo a função social e cultural de sua

⁹¹¹ *A Palavra*, Porto, 10/05/1882 (padre José Vitorino Pinto de Carvalho). Grifos meus.

⁹¹² Notam-se, no trecho, ecos da reflexão de Luís Gomes (1870 [869], p. 113-114).

⁹¹³ *A Palavra*, Porto, 10/05/1882. Grifos meus.

⁹¹⁴ *A Folha Nova*, 08/08/1882 (A. A. Rodrigues).

⁹¹⁵ Ver a introdução desta tese.

comemoração enquanto esforço de formação cívica e moral, torna-se central a reflexão sobre os *grandes homens*. Assim, resgata-se do passado o marquês; entende-se já ser chegado o momento de o submeter a um julgamento póstumo, comandado pelo *critério positivo* que legitima esse novo tipo de heróis, no ideal de civilização/modernidade. Pombal é apontado como quem melhor caracteriza aspectos benéficos do século XVIII. Nessa perspectiva, ele é recordado, no século XIX, por sua “função histórica” na trajetória de Portugal (agente da superação de atrasos e da preparação para o almejado e aguardado advento da República), aspectos que transcendem sua individualidade. A comemoração tem, portanto, um sentido futurante específico e ainda visa a despertar o país da inércia.

Nesse julgamento teleológico, analisam-se passado e presente com os olhos postos em um futuro informado pela ideia de progresso. Em um momento já percebido, portanto, como adequado,⁹¹⁶ recorre-se ao aval do “tribunal” da história; ao juízo de sujeitos qualificados para julgar, com base em *critérios positivos*, o passado pombalino e aquilo que se entende como seu legado – ao presente e ao futuro. Ademais, como pagamento de uma “dívida”, um Pombal idealizado “eterniza-se” na memória dos portugueses por sua apoteose cívica. Propondo substituir ritos e festividades católicas (“fetiches”), parte-se da ideia de aproveitamento e controle de seu potencial. Assim, sugere-se (e é interessante contrapor tal ideia ao texto d’*A Palavra*) prestar um “culto aos hereges que produziram alguma coisa de útil e de humanitário”, em uma concepção laicista e anticlerical que marca um período em que “a ciência triunfa e os santos caem”. Daí a celebração pública desse santo-herege peculiar, organizada em torno de aspectos selecionados de seu passado – manifestação ritualística de uma narrativa histórica explorada politicamente.

As reformas pombalinas são aquilo que se recorda (“homenagem não ao assassino dos Távoras, mas ao enérgico reformador; ao lutador atlético que nos prestou esse relevantíssimo serviço da expulsão dos jesuítas”). Bastante citado na altura e também já muito referido nesta tese, o programa dos estudantes de Lisboa o afirma explicitamente. Após exaltarem as reformas do ensino, os rapazes apontam a “vantagem que advirá à sociedade portuguesa, dando execução aos *decretos de expulsão dos jesuítas, decretos que são capciosamente sofismados há cem anos*”. Reforçando a continuidade que buscam estabelecer entre os momentos-chave de 1882, 1834 e 1759, eles pedem, por fim, “o

⁹¹⁶ Sobre a questão do distanciamento temporal enquanto condição para um *julgamento/juízo* imparcial/não passional, ver o capítulo I desta tese.

cumprimento exato dos decretos do marquês de Pombal e [de] Joaquim António de Aguiar, a respeito de todas as ordens religiosas”.⁹¹⁷

Explicita-se, pois, a relação entre diferentes passos do *passado* e o *presente* – no sentido da concretização de um projeto político informando um *futuro* determinado. Ter em conta as mudanças havidas nos cem anos que separam (e conectam, pela via comemorativa) as reformas pombalinas e as políticas liberais anticlericais (e republicanas laicistas) que reclamam sua herança ajuda a compreender como se emprestam novos sentidos ao passado – valendo-se dos tópicos trazidos à tona pelas fontes mobilizadas para legitimar as histórias que se escrevem. Novos sentidos que permitem que Pombal, em sua época defensor ferrenho do poder régio e promotor aguerrido de medidas centralizadoras, restritivas e autoritárias, seja então apresentado, a partir de uma releitura seletiva, relativizante e teleológica, como paladino do liberalismo, das liberdades cívicas e, por fim, do republicanismo.

No Porto, desde fins do ano anterior se divulgam na imprensa aspectos da disputa sobre o período pombalino e sobre o centenário do marquês. As narrativas acerca de suas políticas e dos embates em que Pombal se envolveu podem ser assim relidas e ressignificadas – tendo em vista os conflitos candentes e as formas por que se produzem e validam discursos sobre o passado. A efeméride acentua e concentra disputas em torno de sua figura – fazendo dele herói, anti-herói ou vilão; sem muito espaço para indiferença. Ainda assim, alguns liberais (como os *regeneradores* no governo) esforçam-se para encontrar um meio-termo, buscando esvaziar as polêmicas mais acentuadas (e arriscadas, em seu ponto de vista) que os festejos trazem à tona.

N’*A Folha Nova*, as primeiras referências ao centenário datam de novembro. Contudo, apenas em 24 de março os estudantes da cidade se reúnem para deliberar acerca de sua participação nos festejos – de que acabam sendo os principais promotores. Tendo antes criticado sua inação (comparando-os a seus empenhados confrades da capital), o diário reproduz, entre os dias 29 e 30, o programa portuense (cortejo cívico, palestras públicas, sarau literário-musical, publicações comemorativas). Ademais, marca presença em uma reunião em 4 de abril, para a qual são convidados representantes dos jornais locais – incentivados a auxiliar na divulgação dos preparativos, a editar números especiais e a se incorporar no cortejo com um carro triunfal próprio. A partir de então, *A Folha*

⁹¹⁷ COMISSÃO, 1882. Grifos meus.

Nova reforça seu empenho, publicando textos favoráveis ao marquês e à celebração, e enfrentando abertamente a oposição d'*A Palavra*.

O primeiro artigo do periódico republicano acerca do período pombalino vem a lume em 19 de fevereiro e apresenta os motivos para sua celebração. É um texto sobre a reforma do ensino, apontada como a principal motivação para os estudantes exaltarem Pombal. Ao longo do tempo aqui considerado, destacam-se duas séries de artigos. A maior soma 15 textos (publicados entre 4 de abril e 5 de maio); intitula-se “glórias pombalinas”, enumerando e discorrendo sobre motivos para exaltar o governo de Pombal, com destaque para a expulsão dos jesuítas (nove textos sucessivos).⁹¹⁸ A outra, com 6 textos (entre 24 de março e 3 de abril), intitula-se “o centenário do marquês de Pombal e o Porto”; é uma tomada de posição em uma polêmica na imprensa portuense em torno da repressão nas “forças da cordoaria”, após o *motim do Porto* (1757).

Nesse como em outros casos recuperados, os críticos do marquês ressaltam o que entendem como despótico e violento em seu governo – absolutista e portanto antiliberal. Os que elogiam Pombal afirmam, por oposição, a necessidade de uma apreciação cuidadosa da história, evitando “pareceres apressados”.⁹¹⁹ Eles entendem ser preciso analisar cada atitude do marquês a partir de seu contexto e dos valores da época – o que vale tanto para descontar seus exageros, fruto do período e também das dificuldades e da resistência que ele enfrentou, quanto para destacar aquilo que o diferencia de seus contemporâneos, revelando sua alegada modernidade. Segundo essa apreciação, o governo pombalino concorreu, voluntária ou involuntariamente, para a ampliação das liberdades em Portugal.⁹²⁰

O diário católico, por sua parte, desde de março imprime textos críticos a Pombal e aos *centenaristas* (desmerecidamente referidos como a *garotada* das escolas, os *maçons* e os *republicanos*), e reforça sua oposição à medida que os preparativos avançam.⁹²¹

⁹¹⁸ Na *Galeria Republicana* (n. 21. Lisboa, nov/1882), afirma-se que, na referida série, o “valente demolidor” e “inimigo confesso da seita negra”, Emídio Oliveira, “analisou todos os atos mais importantes da vida do conde de Oeiras, combatendo com a história e com a boa lógica os dislates dos que impugnavam a celebração do centenário do grande estadista do século passado. Vários periódicos do reino e do Brasil transcreveram os formidáveis artigos d'*A Folha Nova*”.

⁹¹⁹ *A Folha Nova*, Porto, 17/02/1882.

⁹²⁰ A perspectiva positivista é notada nos textos de Teófilo (que fala, como referido acima, em restituí-lo a sua época, pondo em evidência seu destino – o que implica, em suma, esforços de relativização e teleologia) e Emídio García (ver introdução desta tese).

⁹²¹ Na data, republica-se uma nota d'*A Cruz do Operário*, de Lisboa: “pretende a maçonaria dirigir-lhe estátuas e fazer-lhe não sabemos quantas coisas mais. Não seremos também alheios a tais demonstrações de reconhecimento pelo *grande* homem e concorreremos com uma das pedras, que encontramos para o pedestal em que deve ser colocado o ídolo dos nossos liberais”. A crítica é apresentada como “uma pedra

Ademais das notas de outros periódicos e dos relatos enviados por seu correspondente em Lisboa, destaca-se a série intitulada “o ídolo do liberalismo”. Composta por nove longos artigos (publicados entre 22 de abril e 6 de maio), a série, além de divulgar críticas que retratam Pombal como despótico e violento (um verdadeiro *tirano*; o *Nero português*), insiste na caracterização dos promotores do centenário como maçons que almejam a perseguição da Igreja e que têm como alvo privilegiado os jesuítas.

Os dois grupos em disputa denunciam, portanto, não só a indiferença, mas também o compadrio do governo com aqueles que entendem como inimigos ocultos (em termos oficiais, nem associações secretas nem ordens religiosas têm autorização para atuar abertamente no país) e obsidianes: jesuítas, por parte dos republicanos e de liberais mais enérgicos; maçons, por parte dos religiosos menos transigentes. Quanto à forma como seus antagonistas lidam com o histórico do marquês, *A Palavra* lhes acusa desonestidade, seletividade e ignorância; afirma que eles retratam um Pombal que não corresponde ao que se conhece do passado e que seus elogios não condizem sequer com o liberalismo que dizem defender – argumento também mobilizado para denunciar que, em nome da suposta liberdade que têm como bandeira, na verdade eles querem a sujeição da Igreja.⁹²²

De um lado, o jornal republicano busca mobilizar apoios para a programação dos estudantes,⁹²³ que, ecoando o documento lisboeta, inclui a proposta de requerer “ao governo para que faça cumprir rigorosamente as disposições do marquês de Pombal e [de] Joaquim Antonio de Aguiar respeitantes às congregações religiosas”.⁹²⁴ Como se lê em uma nota publicada em destaque em 8 de maio, data que assinala a efeméride:

A Folha Nova, prosseguindo na luta liberal que Sebastião José de Carvalho tão denodadamente encetou, vai dedicar doravante o melhor da sua energia contra o fanatismo, contra a reação, contra o inimigo da liberdade e da democracia –

de merecimento” para o monumento ao marquês, referido como *ídolo dos centenaristas* – repetindo acusações recorrentes ao catolicismo, acusam-nos como de fato *idólatras* (*A Palavra*, Porto, 02/03/1882).

⁹²² Enquanto católico constitucional, *A Palavra* não se opõe, por princípio, ao regime da Carta. Nesse ponto, distingue-se de legitimistas e ultramontanos radicais (como *A Nação*, *A Cruz do Operário* e *Progresso Católico*). Continuamente reclama, contudo, o respeito à religião do Estado, a defesa de seus interesses e representantes e a liberdade dos religiosos. Acusa, portanto, o que entende como abuso das políticas de liberais *radicais*: medidas anticlericais e anticongreganistas, e sobretudo aquelas de teor laicista; daí se voltar contra republicanos, socialistas livres-pensadores e maçons: *a revolução (a democracia, o ateísmo, o indiferentismo)*. Nesse ponto, suas críticas à comemoração pombalina, à frente de que se destacam justamente sujeitos simpáticos aos ideais e projetos propostos por tais grupos, aproximam-se das dos demais setores do catolicismo militante – encarados, por seus opositores, como *a reação (a teocracia, o fanatismo, o jesuitismo)*. Como se nota nas páginas que se seguem, esses termos e seus correlatos (que envolvem uma série de metáforas depreciativas, em que se opõem imagens relacionadas às ideias de *incendiários* e *obscurantistas*), muitas vezes aparecem de forma pouco precisa nos embates correntes.

⁹²³ Publicam-se, entre os dias 14 de abril e 4 de maio, também convites-convocatórias, para quem lhes quer enviar textos para um número especial, elogioso ao marquês.

⁹²⁴ *A Folha Nova*, Porto, 29-30/05/1882. Programa dos festejos no Porto.

o jesuíta! Em nome da consciência humana, *A Folha Nova* chama o patriotismo de todos os democratas em defesa da causa da justiça e da luz. Abaixo o jesuíta! Abaixo o jesuíta!⁹²⁵

Se já antes dos festejos a *Folha* se empenha no combate, após a celebração tal esforço se acentua. Assim, dirige-se contra os *ultramontanos*, contra a *teocracia* e em especial contra os *jesuítas* – esforço de que é emblema a série de textos com o mesmo título da nota, “guerra ao jesuíta!”, publicados a partir de então (até 11 de julho, são 13 artigos).

Do outro lado, *A Palavra* busca convencer seus leitores de que toda movimentação (nos impressos e nas ruas) no fundo se trata de uma afronta “irrogada às faces deste país, que, apesar do que meia dúzia de homens sem fé alardeiam, é sobretudo religioso e não pode nem deve consentir que os seus sentimentos e a sua religião, que é a do Estado, sejam menosprezados”.⁹²⁶ Assim, no segundo texto de “o ídolo do liberalismo”, apresenta uma ponderação explícita acerca das intenções desse peculiar retorno ritual ao passado (esforço apenas aceitável se, de modo diametralmente distinto, configurasse um lamento nostálgico); acusando, a partir da constatação de uma pauta comum ao conjunto dos estudantes de diferentes localidades, a influência maçônica (manipulando os jovens acadêmicos, afinal inábeis):

que um verdadeiro português, [...] à vista do lastimoso estado atual do país sob os pontos de vista moral, religioso e social, volva um olhar saudoso para o passado de poder, glória e grandeza e anele por que no presente revivam as admiráveis virtudes de outras eras, compreende-se. Porém, não é isso o que se busca, celebrando com estrondo o centenário do marquês de Pombal. Trata-se, [isto] sim, de fazer uma manifestação revolucionária e anticatólica; se o não houvesse dito com mais pasmoso desassombro a maçonaria, iniciadora do pensamento, di-lo-iam os que se prestaram a ser seus instrumentos. Não peca a maçonaria por falta de sagacidade: viu que a mocidade, inexperiente, entusiasta frequentemente sem saber por quê, amiga de tudo quanto seja divertimento e estragada em parte pela errada educação e em parte pela falta de instrução, era o meio de que precisava e inspirou-lhe a ideia *espontânea* da celebração do centenário. Não nos deteremos a analisar os programas organizados para a festa pela rapaziada *estudiosa* de Lisboa, Porto e Coimbra. Fazemos só notar que nenhum deles esqueceu a observância do *mot-d’ordre*: “lembrar ao governo... a execução dos decretos de expulsão dos jesuítas... a inspeção rigorosa para obstar aos progressos da reação religiosa... e o cumprimento exato dos decretos do marquês de Pombal e de Joaquim Antonio de Aguiar a respeito de todas as ordens religiosas”.⁹²⁷

⁹²⁵ *A Folha Nova*, Porto, 08/05/1882.

⁹²⁶ *A Palavra*, Porto, 11/03/1882.

⁹²⁷ *A Palavra*, Porto, 23/04/1882. Para Samodães (1882, p. 314), “a junção que se faz do nome do marquês de Pombal ao de Joaquim Antônio de Aguiar indica assaz o propósito que se tem em vista. Esse propósito é antirreligioso e cumpre ser franco, não ocultando sob falsas aparências de patriotismo o que tem em mira”. Além da ideia de haver maçons ocultos por todos os lados, importa recordar a referida circular da maçonaria de 1881, muito divulgada e republicada em diversos jornais (inclusive, de modo crítico, nos católicos), vinculando o centenário e o monumento aos “irmãos dos três pontinhos”, que ressaltam a importância de combater os inicianos (ver o capítulo III desta tese).

Em clara oposição à programação comemorativa do centenário, o jornal, logo no dia seguinte (24 de abril), começa a sugerir que, por um “modo pacífico”, os portugueses façam “uma manifestação contrária aos ruins sentimentos que inspiram os *festejos pombalinos*”, que afrontam seus “sentimentos católicos”. No dia 27, imprime, em destaque, uma convocatória para uma romaria ao santuário de Nossa Senhora do Sameiro, em Braga – bem no momento em que “a escória social” se propõe a consumir, no Porto, seu “escândalo inominável”, celebrando o “verdugo incansável do clero e da Igreja”, o “percursor da revolução” no país, a origem de sua “decadência religiosa, social e política”. Apesar de a partida ser mais tarde discretamente adiada, sugerindo-se no dia 3 de maio que se façam, dos templos, atos em proveito das almas “dos opressores e dos oprimidos”, para “aplacar a majestade divina e atrair a sua misericórdia em favor da nação portuguesa”, a equipe do jornal vai à peregrinação programada.⁹²⁸

Importa recordar que, com primeira pedra lançada em 1863, o monumento em honra à Imaculada Conceição de Maria no monte Sameiro se inaugurou em 1869 – menos de uma década após a declaração dogmática de Pio IX. Quatro anos mais tarde, iniciou-se no local a construção de uma capela (sagrada em 1879) comemorativa do Concílio Vaticano I e do dogma da infalibilidade pontificia (1870). No período em tela, o Sameiro se apresenta como um dos grandes centros de devoção mariana em Portugal, para onde se dirigem peregrinos mobilizados por lideranças religiosas identificadas com valores ultramontanos – muito criticados, em contrapartida, por liberais e republicanos.⁹²⁹

Entende-se, pois, o teor conferido pelo já referido Gervásio Lobato à descrição de uma peregrinação ao Sameiro a que ele assiste alguns meses após o centenário do

⁹²⁸ *A Palavra*, Porto, 24,27/04/1882. *Santuário*: “templo ou lugar sagrado, ponto de confluência de peregrinações, no qual se veneram, com particular devoção, relíquias ou imagens de santos, da Virgem ou de Cristo [...], que permitem atribuir o caráter de sacralidade ao local”. Na perspectiva do catolicismo português, a Igreja “teve de enfrentar vários ataques. Os mais importantes ocorreram no final do século. Constituíram uma tentativa de resposta à recuperação da sua influência na sociedade portuguesa e vinham de correntes tão diversas como o liberalismo, o republicanismo, o positivismo e o socialismo. Nesse confronto, a Igreja utilizou os santuários e as grandes peregrinações, sobretudo as de feição mariana, como manifestação da sua vitalidade social e religiosa e como sinal da identidade e unidade católica, numa época de afrontamento e de crescente secularização” (PENTEADO, 2001).

⁹²⁹ “A aceitação do dogma da Imaculada Conceição, proclamada pelo papa Pio IX em 1854 e a construção, em sua honra, do monumento mariano do monte Sameiro (Braga), constituíram uma das primeiras respostas dos católicos frente ao anticlericalismo de feição antiultramontana. [...] A elite católica nacional rendia-se aos encantos do modelo cultural que vinha de Lourdes, onde se salientava a espiritualidade penitencial e sacramental [...]. O fulgor das peregrinações portuguesas do último quartel do século constituía uma forte reação ao aparecimento, nas décadas de 1870-1880, dos partidos republicano e socialista, e à difusão dos seus ideais” (PENTEADO, 2001). O monumento atual é construído a partir de 1884 (no ano anterior, o monumento é devastado em um temporal). O santuário tem construção iniciada em 1890, consagrando-se em 1941. Fica próximo ao santuário do Bom Jesus do Monte. Ver: “História” *site* Santuário do Sameiro.

marquês, ecoando e explorando (em sentido invertido) a oposição entre os recentes rituais cívicos/laicos e rituais religiosos/tradicionais. O jornalista destaca o que há

de extraordinário, de pitoresco e de antigo nessas romarias religiosas que o velho fanatismo opõe com uma solenidade majestosa a essas peregrinações modernas e civilizadas a que se chamam cortejos cívicos. *A enorme procissão que vimos serpenteado toda a serra do Sameiro, rojando-se estúpida e fanaticamente aos pés do clero triunfante, dominante e onipresente*, atirando servil e humilde para o cofre já bem cheio da santa milagreira o pão de seus filhos [...], *é perfeitamente a antítese dessas gloriosas e alegres procissões cívicas que vimos correr as ruas de Lisboa nos dias memoráveis e festivos em que Portugal comemorava os seus grandes homens*, Camões e Pombal. Aqui, o povo fazia parada de todas as suas forças intelectuais e cívicas [...] pela cidade em festa como um hossana colossal a esses sublimes mortos imortais. Ali, o povo ignorante, estúpido, escravizado, entregando o seu livre arbítrio, o seu espírito, a sua alma, o seu corpo, nas mãos ambiciosas de um clero intolerante e intransigente [...], trepando serras enormes, por um sol cáustico, que queima e mata, cantar ladainhas, deixar a camisa e buscar a insolação aos pés de uma imagem bonita, com que o paganismo ultramontano explora as algibeiras pobres desse forte e bom povo.⁹³⁰

De volta aos preparativos para os festejos pombalinos, nota-se que, do lado *centenarista*; diante do que considera, um “indiferentismo lamentável” dos demais jornais acerca dos preparos para o cortejo cívico, *A Folha Nova* anuncia:

o pequeno jornal democrata portuense [...] singelamente apresentará no séquito de respeito o seu carro de honra. Não levará dourados, nem brilhantes, nem tapeçarias custosas; é a simples homenagem de um grupo de cidadãos, crentes num futuro de fraternidade e regeneração social ao maior vulto da história política portuguesa, àquele a quem mais devem a liberdade e a *democracia*. O carro d’*A Folha Nova* levará apenas a sua máquina (Marinoni), que tirará, durante a marcha, a lei de 3 de setembro de 1759, que expulsou os jesuítas, “como notórios rebeldes, traidores e adversários da paz pública”. Assim, *A Folha Nova*, ao mesmo tempo que afirma a sua admiração pelo grande reformador, *protesta energicamente em nome da família liberal portuguesa contra os jesuítas de todos os tempos*.⁹³¹

⁹³⁰ *O Ocidente*, Lisboa, 11/08/1882. Grifos meus. Ao texto, reage o padre Senna Freitas (*Progresso Católico*, Guimarães, 15/10/1882), afirmando que os pobres portugueses, “depois de mourejarem no trabalho quotidiano, tomam um dia de folga religiosa, não assistindo a *civilizadoras touradas* ou a *maçônicos cortejos*, [saem] de suas humildes casas em devotíssima peregrinação, voluntários, espontâneos e não *arrebanhados* pelos seus dedicados párocos, para visitar a Mãe de Deus, representada na bela e veneranda imagem do Sameiro, oferecendo-lhe, como a viúva do Evangelho, o óbolo do seu amor, para a construção do templo que a piedade ali pretende erguer. Debalde, pois, clama o bom do iconoclasta contra a milagreira imagem. Debalde se desconsola o livre-pensador, ao ver [...] as arreigadas crenças do nosso bom povo do Minho e, com ele, as da maioria do velho e fidelíssimo Portugal. [...] O povo ama a religião, que lhe presta consolações suavíssimas [...]; às revoltosas ondas da descrença que pretende subir no nível social da nossa boa terra portuguesa, opõem o bom senso popular dos filhos das nossas aldeias, dos habitantes dos nossos campos, ainda não contaminados pelo vírus pestífero do protestantismo, da incredulidade e da maçonaria mascarada em liberalismo, ou disfarçada em falsa liberdade”.

⁹³¹ *A Folha Nova*, Porto, 23/04/1882. Grifos meus. Já no tricentenário camoniano, a imprensa lisboeta, em seu carro triunfal, faz desfilar uma prensa. Contudo, não põe a máquina a trabalhar. Em Lisboa, o carro da imprensa é reformado e representado no cortejo do centenário pombalino.

Convida, então, “todos os seus colegas e colaboradores para acompanhar o carro da imprensa que há de incorporar-se ao cortejo cívico”.⁹³² Logo após os festejos, sua apreciação sobre a participação republicana no préstito é muito positiva:

o carro triunfal d’*A Folha Nova* era a sua máquina Marinoni, assente numa carreta, puxada a cinco parelhas com cobertas encarnadas. Sobre a prateleira da máquina, há um pendão de seda escarlate e canutilho de ouro com o nome do jornal. Cada parelha era levada a mão por dois escudeiros fardados. Abriam a marcha do carro dois batedores e fechavam-na outros dois [...]. Iam de pé, sobre os estribos da máquina, um impressor e um rodeiro, para o trabalho da impressão que de vez em quando se efetuava, tirando exemplares do decreto da expulsão dos jesuítas. Distribuíram cerca de 30 mil desses exemplares.⁹³³

Em descrições do cortejo, o carro é referido como “um prelo mecânico, puxado por parelhas de cavalos, no qual, durante o trajeto, se imprimia o decreto da expulsão dos jesuítas, que era profusamente distribuído”.⁹³⁴ O alvará da expulsão dos jesuítas de 1759 (o mesmo a que se referem estudantes de Lisboa, de Coimbra e do Porto – como destaca criticamente *A Palavra*) é recuperado, isolado e reproduzido, preenchendo espaço num evento-narrativa que apresenta publicamente um discurso sobre o passado e demandas correntes (como a efetiva observância do referido documento pombalino, reimpresso) sobre o presente e sobre o futuro.

O prelo alegórico (representando, via *A Folha Nova*, a corporação da imprensa), ao se movimentar (a prensa na rua, disponibilizando cópias do documento reproduzido pela tipografia literal e figurativa), explicita a mensagem posta em marcha e os paralelos entre passado, presente e futuro. Das ruas para o papel-jornal, o acontecimento é retratado por Bordalo com a legenda: “nas festas do Porto, o carro da imprensa d’*A Folha Nova* teve êxito completo” (imagem 78). Na imagem, vê-se o referido carro rodeado por uma multidão, que recolhe de uma máquina tipográfica papéis, em que se lê: “expulsão dos jesuítas” (imagem 79).⁹³⁵ Verdadeira alegoria da festividade.

Ainda na consideração sobre como a cidade se dispõe a comemorar o marquês, a *Folha* republicana classifica os festejos como “uma das mais prodigiosas festas a que pode assistir um homem”, afirmando que

nos dias próximos daqueles que estavam marcados para as festas, havia na cidade uma agitação estranha; o que quer que fosse de semelhante a uma grande comoção moral. Nas ruas, nas praças, nas reuniões, nas conversações

⁹³² *A Folha Nova*, Porto, 04/05/1882.

⁹³³ *A Folha Nova*, Porto, 08/05/1882. O documento é reproduzido na forma de um suplemento de uma página. N’*O Ocidente* (Lisboa, 01/07), anuncia-se serem 6 mil pessoas no cortejo cívico. A essas, devem ser somadas as em maior número que as assistem nas ruas, nas janelas, nas sacadas.

⁹³⁴ *O Ocidente*, Lisboa, 01/06/1882.

⁹³⁵ *O António Maria*, Lisboa, 11/05/1882.

particulares, não havia outro assunto por onde percorresse o espírito. Todas as atenções, todas as inteligências se orientavam para um ponto único e só a vontade de um país valente pôde ocasionar o prodigioso milagre de uma ressurreição assim. [...] [Contudo,] ao mesmo tempo que a imprensa democrática ia registrando dia a dia os passos que adiantava a celebração; ao mesmo tempo que se levantavam os carros de triunfo, os galhardetes e os festões de flores, o *jesuíta* ia tecendo, nas Associações Católicas, nos covis dos sacristas e nas redações dos periódicos miguelistas ou jesuítico-liberais; forjavam-se os artiguinhos idiotas, as caricaturas lorpas, os palavrões brutais da nação fanatizada.⁹³⁶

A Folha Nova percebe e descreve tal “agitação estranha”, de teor popular, em termos positivos. Em suas páginas, nota-se, ademais, a ideia de que os próprios impressos contribuem com essa agitação (ao mesmo tempo que a ecoam/amplificam por escrito). Entretanto, da parte oposta também se nota, com valoração distinta, a ideia de um embate a partir dos periódicos; embate há já certo tempo referido, como dito, em jornais e documentos católicos. Para *A Palavra*, “no campo da imprensa, a favorita e poderosa arma dos nossos adversários, a derrota deles já, por mais que façam, não poderá deixar de ser monumental. Aí ficarão, eles e o seu ídolo, esmagados sob o peso da inflexível verdade histórica”. Além de sua intensa campanha que antecede o centenário, o periódico católico dedica um número inteiro às críticas aos festejos e ao “ídolo do liberalismo”, com uma moldura preta, uma grande cruz ao centro e o título “comemoração fúnebre cem anos depois da morte do sanguinário marquês de Pombal”.⁹³⁷

A Folha republicana, invertendo sinal e foco das violências herdadas, comenta:

A Palavra acompanhou de perto a refrega. A todos os momentos mandava distribuir pelas ruas farrapos de papel insultantes, porque o escândalo vendia-se, conseguindo realizar assim a harmonia de consciência e da bolsa. Aquela folha infamante aparecia crivada de cruces negras, *certamente como recordação das forcas miguelistas, das perseguições da igreja em todos os tempos e em todos os lugares por onde passara aquela calamidade horrenda do jesuitismo*.⁹³⁸

O que mais irrita os republicanos e os liberais portuenses que tomam parte nos festejos, contudo, é um suplemento que se vende e distribui no mesmo dia – possivelmente pouco antes da partida para o Sameiro.⁹³⁹ Sobretudo o trecho em que, após se afirmar que não

⁹³⁶ *A Folha Nova*, Porto, 09/05/1882.

⁹³⁷ *A Palavra*, Porto, 27/04/1882; 08/05/1882.

⁹³⁸ *A Folha Nova*, Porto, 09/05/1882. Grifos meus.

⁹³⁹ Não foi possível encontrar o suplemento. A Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) dispõe de uma série do periódico para o período que, não fosse tal ausência, estaria completa. Conhece-se sua essência, por ser o texto referido e parcialmente republicado – elogiosa, e sobretudo criticamente. Aranha (1908, p. 135) comenta que “um dos artigos mais virulentos d’*A Palavra* [do dia 08] deu lugar a uma demonstração pública no Porto”, mas não faz menção a seu conteúdo ou ao suplemento – dando a entender que se trata de um dos textos publicados no número regular (em que os artigos são todos combativos, encimados por uma cruz). Em nota publicada mais tarde n’*A Palavra* (Porto, 10/05/1882) se esclarece o ponto de discórdia: “o artigo que demos no suplemento e na segunda edição do nosso jornal de oito corrente,

há sequer um “homem de bem” no cortejo, os participantes são referidos como uma “súcia de anônimos”.⁹⁴⁰ As reações a esse material indiciam o potencial incendiário da imprensa nas disputas em tela.

Devido à chuva que no dia anterior impede a parte final do programa festivo,⁹⁴¹ os estudantes decidem sair novamente às ruas no dia 8, a despeito de o governador civil do distrito não lhes conceder autorização para a manifestação apressadamente planejada. Agitados pelo teor combativo e acusatório/ofensivo do suplemento, sua reação não se faz esperar. Acompanhados de “uma enorme multidão” (que se agrega paulatinamente, conforme eles marcham – entoando palavras de ordem e vivas entusiasmados), dirigem-se novamente à praça do Marquês de Pombal (antiga praça da Aguardente, renomeada por ocasião do centenário; ponto de convergência do cortejo no dia anterior), onde tropas do governador (autoridade nomeada pelo governo) impedem sua passagem. Então,

diante daquele mar agitadoíssimo de homens resolvidos, protestaram contra as infâmias dos jesuítas, rompendo em vivas à liberdade, às leis do marquês de Pombal, à democracia, ao povo do Porto, à imprensa democrática, à comissão dos festejos, à justiça, ao credo liberal, à glória da pátria, ao futuro da independência e do progresso. Alguns acadêmicos mais exaltados, mas justamente impressionados, [...] lançaram fogo a diversos suplementos d’*A Palavra*, estrugindo nesse momento uma surriada enorme por toda a multidão. A bofetada estava dada. A reação sofreu ali, naquele tribunal popular, o castigo mais vexatório e mais adequado queurgia sentenciar. [...] A manifestação imponente seguiu pelas ruas do cortejo cívico, saudada ardentemente pelo povo. Diante do covil d’*A Palavra*; desse jornal que é a vergonha da imprensa portuense; que é a negra ameaça da canalha batinada, os acadêmicos

sob a epígrafe *Monumental fiasco do centenário*, melindrou as suscetibilidades de alguns cavalheiros, que tomaram, mais ou menos, parte nessas manifestações que aí deixamos verberadas, como convinha”.

⁹⁴⁰As expressões aparecem n’*A Folha Nova* como denúncia das ofensas publicadas. Em uma das maiores transcrições do suplemento, lê-se: “está fula de raiva a canalhocracia centenarista! Esmagada no campo da imprensa, que sublevou contra os miseráveis pombalinos a opinião pública, desenrolando perante a geração atual os horrorosos quadros de atrocidades inomináveis do *Nero português*, a canalha apelou para as manifestações nas ruas, onde costumam brigar ébrios, jograis e truões, e aí não podia ser mais monumental o fiasco! A corja dos faias e dos vadios republiqueiros não se uniu um único homem de bem. Os habitantes desta cidade, eminentemente ativa, laboriosa e pacífica, recolheram-se nas suas casas e prepararam-se para ver das janelas e varandas os decantados cortejos cívicos desses anônimos sem honra, nem dignidade, nem ilustração, nem decoro” (*Comércio Português*, Porto, 09/05/1882). Como não é possível acessar o periódico na BPMP, devido a seu mal estado, cita-se como consta em: SAMPAIO, 2006, p. 134.

⁹⁴¹Nas páginas satíricas d’*O Sorvete* (Porto, 14/05/1882), lê-se: “a grande família liberal entrava jubilosa no preito consagrado à memória do grande homem e apenas o tempo [...] se apresentava anticientenarista intransigente. De mãos dadas com todos os carolas (que, volvido mais de um século, sentem ainda nas costas os vergões do látego com que foram expulsos do país), ameaçava deslustrar com as cordas de chuva de que dispõe a imponente manifestação. [...] Os carolas entravam nos tempos a pedirem coriscos, um dilúvio, se possível fosse, um tremor de terra mesmo, para gorar o brilhante cortejo, que para eles significava o efeito da luz num antro povoado de morcegos [...]. Além das excomunhões do céu, para fulminar os pecadores que se atreviam a fazer uma canonização sem licença do sucessor de São Pedro, pediam o que era o pior dos males: a chuva [...]. O bom tempo passou o pé ao cortejo. Vendeu-se aos jesuítas, o patife! [...] Quem estava nas janelas, muito a salvo das torrentes que o céu despenhava, tinha na boca dois sorrisos, que se sucediam com rapidez incrível: um de pena, outro... quem quiser que o diga! [...] Na Associação Católica e em todas as dependências jesuíticas, foi um delírio”.

queimaram alguns exemplares desse papel vergonhoso, protestando contra as aleivosias e perfídias nele publicadas.⁹⁴²

No dia seguinte, um grupo se dirige à redação d'*A Palavra*, exigindo satisfação. O redator lhes informa que no próximo número vai sair uma prestação de contas. Contudo, em 10 de maio se divulga um texto em que, garantindo não serem propositadas as ofensas pessoais, não se retira “uma única palavra”, nem se retifica “um único conceito em tudo que naquele artigo está escrito, por ser a expressão, conquanto dura, mas atualmente necessária, da verdade”.⁹⁴³

No dia 12, no entanto, publica-se em destaque a seguinte nota: “a redação deste jornal retira todas as expressões ofensivas do seu artigo epigrafoado *monumental fiasco do centenário*, considerando-as imerecidas e indignas desta redação, que deseja ser sempre digna e cordata”. O texto é repetido em suplemento e em números posteriores. Ademais, o cabeçalho do dia 13 anuncia que “o lugar de redator principal” do jornal se encontra vago. *A Folha Nova*, por sua vez, publica com antecedência, no dia 11, a declaração a ser impressa no dia seguinte por seu antagonista e o faz com grande destaque, dedicando uma página inteira, sob o título: “glória ao marquês de Pombal!”, e o subtítulo (invertendo o anteriormente publicado n'*A Palavra*): “o monumental fiasco dos jesuítas!”⁹⁴⁴ Uma declaração é também enviada pelo diretor d'*A Palavra* ao *meeting*, no dia 12, convocado pelos estudantes em protesto ao jornal.⁹⁴⁵ De acordo com o relato d'*A Folha Nova*, vindo a lume no dia seguinte, a declaração é lida, após uma série de discursos contrários ao periódico católico, ao público reunido. Não basta, contudo, para acalmar os ânimos.

No malfadado/incendiário suplemento, republica-se (pela segunda vez) uma carta enviada duas semanas mais cedo à *Folha* republicana por seu colaborador mais conhecido – logo repetida na íntegra por seu opositor, que a apresenta a seus leitores como “um documento esmagador, escrito num tom de ironia pungente”, contrariando as expectativas d'*A Folha Nova* sobre o convite para participar da homenagem a Pombal:

⁹⁴² *A Folha Nova*, Porto, 08-09/05/1882.

⁹⁴³ *A Palavra*, Porto, 10/05/1882.

⁹⁴⁴ *A Folha Nova*, Porto, 11/05/1882.

⁹⁴⁵ Depois de reunidos em assembleia, os estudantes promotores dos festejos decidiram realizar “uma grande reunião popular em que se façam representar todas as corporações que tomaram parte no cortejo do dia sete. Essa reunião deliberará sobre a melhor forma de desafrontar a população do Porto, vilmente insultada pelo periódico jesuíta”. Na opinião d'*A Folha Nova* (Porto, 11/05/1882), “a reunião amanhã deve ser concorridíssima, porque é geral a indignação contra as torpezas do jornal jesuíta. Ao comício! Ao comício pela honra do civismo portuense!” Na convocatória, lê-se: “a comissão executiva do centenário do marquês de Pombal no Porto convida todas as pessoas que tomaram parte no cortejo cívico em honra do eminente estadista a reunirem-se hoje às cinco horas da tarde no salão da Porta do Sol. O fim da reunião é acordar-se na melhor maneira de protestar contra os artigos do jornal *A Palavra*”.

a glória de contribuir, na camaradagem de tantos nomes ilustres, com o meu óbolo de entusiasmo mais ou menos postiço, para a celebração de semelhantes festas, não me permite aceitá-la a inveterada aversão que voto ao ministro despótico de um rei covarde e devasso. [...] Já enviei a dois jornais um escrito medianamente hostil a todos os déspotas, sem me declarar monárquico nem republicano. É bem de ver que a responsabilidade do escrito era toda minha, mas os dois jornais, contagiados da febre dos centenários, rejeitaram-no com irrepreensível delicadeza. Abstenho-me, pois e forçadamente, de escrever lisonjas à memória do marquês de Pombal [...]. Provada a autoridade alheia das grandes e incontestáveis providências do seu governo, o que resta de individualismo, não direi *originalidade*, na energia do marquês são as masmorras, os exterminios, os patíbulo e as fogueiras.⁹⁴⁶

Assina o texto Camilo Castelo Branco.

No suplemento, a carta (novamente publicada) aparece junto a um trecho anunciado como pertencendo a um livro crítico acerca do centenário que se diz que Camilo está preparando. De sua parte, o jornal republicano afirma duvidar que tal publicação conte com conhecimento e concordância de seu colaborador, apontando que “não aceita a menor mancomunação com a clericalha fanática, não presta nem seu nome, nem a sua opinião para as especulações torpes dos sotainas”.⁹⁴⁷ Logo depois, publica outra carta de Castelo Branco tratando do imbróglio; carta que, uma vez mais, após muito cuidadosa seleção, é parcialmente reproduzida no diário católico. Escreve, então, Camilo:

vejo que figurei de um modo inconsciente e assaz ardente no centenário do marquês de Pombal. É provável que queimassem o meu insignificante contingente literário – aproveitado, à falta de coisa melhor, pel’*A Palavra* no tal *Suplemento*. [...] Os jovens centenaristas, queimando *A Palavra*, entravam na orientação do decrépito marquês [...]. Eu, se tivesse voto de velho e influente nos alvites da festeira mocidade, dir-lhes-ia que não queimasse *A Palavra*, representativa de uma convicção, de uma liberdade, de um direito, para não se parecerem com o estadista que amordaçava as línguas que falavam e quebrava os pulsos que escreviam, quando isso era necessário como exórdio da revolução intelectual que sortiu a tolerante liberdade que atualmente prevalece. Hoje não é preciso queimar papéis; é melhor combatê-los ou deixá-los esfarinhar sob o raio de luz que fermenta as podridões das coisas mortas. [até aqui é reproduzido n’*A Palavra*] [...] Fui de todo estranho à reprodução dos meus escritos nesse *Suplemento* [...]. Deploro a estúpida miopia dos que me imaginaram a colaborar espontâneo no combustível do *Suplemento*.⁹⁴⁸

O escritor nega explicitamente, portanto, a cooperação com o jornal católico (de que ainda se demarca), mas também se distancia do grupo dos partidários do centenário – inclusive daqueles que escrevem na *Folha* com que ele colabora. Além disso, ao duramente acusar os *jovens centenaristas* por suas atitudes de violentas censuras contra *A Palavra*, Castelo Branco os aproxima daquilo que ele diz mais reprovável na figura do marquês: sua violência contrária à liberdade; àquilo que os *pombalistas* afirmam dever,

⁹⁴⁶ *A Folha Nova*, Porto, 15/04/1882.

⁹⁴⁷ *A Folha Nova*, Porto, 10/05/1882.

⁹⁴⁸ *A Folha Nova*, Porto, 13/05/1882.

em suma, ao próprio Pombal. Para melhor compreender a peculiar colaboração do romancista, contudo, é preciso dedicar-lhe um olhar mais detido.

IV.II Camilo e *O Perfil*

Em 1884, uma enquete de imprensa aponta Castelo Branco como o “mais notável escritor português”.⁹⁴⁹ Ainda que a iniciativa, bastante comentada em jornais coetâneos, pareça inusitada,⁹⁵⁰ o resultado não chega a surpreender. Na altura, Camilo é célebre por seus escritos – os inúmeros romances, as constantes colaborações em jornais, as muitas polêmicas em que, prolífico, engaja sua pena.⁹⁵¹ Dois anos antes, ele escreve o também célebre e polêmico *Perfil do marquês de Pombal*; livro bastante conhecido, que deve ser encarado como um posicionamento no debate candente a que se vem referindo e a que o próprio autor se remete. Castelo Branco afirma, nesse sentido, que seu *Perfil* “não pode agradar a ninguém: nem aos absolutistas, nem aos republicanos, nem aos temperados”. Entretanto, ressalva: “escreveu-se esta obra de convicção, e sem partido; com uma grande serenidade e pachorra”, para logo depois pôr em questão a imparcialidade anunciada, confessando sentir um “ódio grande, entranhado e único na vida ao marquês de Pombal”.

Antecipando críticas de seus principais opositores (os promotores do centenário, referidos alternadamente como *republicanos*, *democracia*, *centenaristas*, sobre quem lança a suspeita de que “repele[m] o meu livro da sua estante de história e não lhe dar[ão] sequer a importância de o ler”), ele afirma, sobranceiro: “se lessem este livro, diriam que não é assim que modernamente se escreve a história. Pode ser, mas a verdade é assim que se escreve: fatos, com os documentos na mão”. Camilo se distancia, portanto, de uma

⁹⁴⁹ *O Imparcial* (Coimbra, 25/12/1884). O *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro, 19/05/1885) recebe, em carta de 28/12/1884, a informação de que “a votação, como era de presumir, recaiu unânime em primeiro lugar no glorioso nome de Camilo Castelo Branco, o gigante do nosso século literário, o escritor que mais tem enriquecido e honrado a língua pátria com os opulentos tesouros do seu talento incomparável. Em seguida, foram proclamados os srs. Pinheiro Chagas e Latino Coelho, nomes que toda a gente venera; que todos os que leem admiram e respeitam [...]; trindade gloriosa que a opinião pública dos dois países acaba de consagrar pela maneira mais espontânea e inequívoca que ainda se viu em Portugal e no Brasil [...]. Os três escritores imediatamente mais votados são Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Teófilo Braga”. Ainda em 22/12/1884, anuncia-se e se explica o escrutínio duplo, “a que convidara os dois países”. Também a *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro, 18/01/1885) ecoa o “plebiscito literário”.

⁹⁵⁰ No *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro, 22/12/1884), pondera-se “se a moda pega, veremos ainda que, por esse meio, se procurará saber quais os mais distintos médicos, quais os primeiros juristas etc.”

⁹⁵¹ No conjunto de sua obra, “a polémica ocupa, a par do romance, um lugar de charneira, não só pelo valor das polémicas e pelo modo como este escritor polemiza, mas também pela transversalidade que a polémica assume”. Entende-se por polémica “um espaço discursivo originado por um ato verbal fundador de oposição/divergência”, que se abre “à emergência de textos/discursos de vários formatos, marcados, implícita ou explicitamente, pela polemicidade [...]; desde produções discursivas que integram uma macroestrutura dialógica (troca verbal polémica) até as produções discursivas monológicas (textos de opinião, crónica, carta aberta, folheto, livro)” (RODRIGUES, 2005, p. 849, 863).

prática de escrita sobre o passado que ele denomina *moderna*. Apresentando-a como característica dos *centenaristas*, ele a acusa de fabulosa, questionando-lhe a validade.

Em contrapartida, é em perspectiva alegadamente *tradicional* (por oposição) e isenta que ele assenta sua autoridade e sua escrita. Diante dos contendedores, o romancista entende que sua “posição é excelente, porque lhes bato com a história”; a um discurso dito fabuloso, afirma opor um discurso verdadeiro (e inquestionável) sobre o passado.⁹⁵² Ele opõe uma *história tradicional*/verdade à tal *história moderna*/fábula, a que no fundo recusa a própria categorização como uma forma de história. Castelo Branco desqualifica, assim, a narrativa comemorativista, encarada como manipulação, e não como uma alternativa factual a sua opinião (qualificada): “se os pombalistas nada aprenderam nestas páginas, ensinem-me o que sabem. Avenham-se lá com os fatos; virem-nos do carnaiz [avesso], se quiserem; escondam-nos nas dobras das suas teatrais bandeiras”. Contudo, ele entende que dificilmente lhe podem refutar as proposições, dado que

a democracia não gosta de ilaquear as suas teorias abstratas da pequena história, feita das malhas dos argumentos cediços. Ela tem uma ideia, um simbolismo a que chamou *marquês de Pombal*, adulterando-o até as condições fabulosas do mito. Ora, eu escrevo de um homem a quem chamo déspota. Isso que aí passeou nas ruas foi um Pombal de romance [...]. A realidade dos fatos foi sacrificada a uma bandeira que lhe emprestaram. Puseram esse manequim diante do povo português – o mais rústico povo da Europa.

Um discurso histórico desenvolvido em função de uma ideia vaga, definida de antemão. Essa é a principal crítica camiliana à *história moderna* (de feitio republicano-positivista), reforçada pelo importante fato de tal ideia ser, a seu ver, tão eloquente quanto falaciosa – não se baseando, em suma, em documentos/fatos históricos. No entanto, contrapondo-se fortemente a essa versão fabulosa, romanceada e adulterada do marquês, ele mesmo divulga, a despeito da imparcialidade e da gravidade previamente anunciadas, uma espécie de contramito – em parte semelhante ao discurso de grupos opostos aos centenaristas; grupos de que ele, como visto, também se demarca.⁹⁵³ Como outros críticos

⁹⁵² É interessante relacionar tais afirmações embativas à ideia expressa pelo jornal católico de que “ficarão, eles e o seu ídolo, esmagados sob o peso da inflexível verdade histórica” (*A Palavra*, Porto, 27/04/1882).

⁹⁵³ Sobre a relação entre mito e história (e fontes), ver o capítulo II desta tese. Acerca do distanciamento de Camilo em relação a setores do catolicismo, recorda-se, por cronologicamente próxima, sua referida correspondência com o ministro do Reino (publicada em livro e muito comentada nos jornais religiosos), em que ele faz severas críticas ao dogmatismo e ao ultramontanismo, sendo também criticado pelos setores católicos mais intransigentes. Nesse sentido, recuperam-se as palavras de Samodães (1882, p. 313). Segundo o conde, o marquês, como outras personagens polêmicas do passado (em que se destacam estadistas), transforma-se, quando da recuperação (sempre exaltada, devido às polêmicas trazidas à tona) de sua figura histórica, “em herói ou tirano, ao sabor da paixão dominante. Despreza-se a história e inventa-se o romance. O mesmo sujeito é benfeitor ou um déspota, uma notabilidade ou uma nulidade, um sábio ou um ignorante, uma glória ou um opróbrio”. Reflexões válidas para os opositores de Camilo, e também para o romancista (e mesmo para Samodães, no fim das contas).

da apoteose, portanto, Camilo seleciona, dentre os registros e as narrativas do passado pombalino que investiga, interpreta e mobiliza (carregando na tinta), justamente aquilo que se pode apontar como violento e despótico. Ele acusa, assim, seu caráter antiliberal e antidemocrático e a consequente incoerência de ser “a democracia” a lhe elogiar em 1882.

Nota-se, pois, como, apesar de mobilizarem a história (e sua alegada justiça) como forma de validação de seus argumentos, tanto os apologistas quanto os detratores do marquês adotam um processo em muitos sentidos não histórico: isolam determinados aspectos da administração pombalina e os superlativam, de modo a legitimar os próprios posicionamentos políticos correntes (e a esvaziar posições opostas); subordinam sua apreciação do ministro, portanto, a um juízo parcial e intencionado – daí Camilo afirmar que o marquês “ressurge mais ou menos posticho e contrafeito dos moldes das três escolas políticas regimentares”. Importa insistir, no entanto, que a tais versões postiças se deve juntar o retrato (também parcial e intencionado) que o escritor elabora e divulga como sendo a única representação/imagem verdadeira e desinteressada.

Cerca de dois anos antes, ao comentar a recém-publicada *História de Portugal* de Oliveira Martins,* Castelo Branco afirma que seu autor

não sacrifica nos documentos inveterados em corpo histórico os fatos sociais. Não se entende, por isso, que ele deixa de conferir uns com os outros. É certo que a demasiada submissão a um plano sistemático, orgânico, pode motivar os desvios da boa crítica. O sistema preconcebido pode subordinar a categorias lógicas os fatos, se se produziram desordenadamente. [...] Não me pareceu, todavia, incurso em preocupações de escola o sr. Oliveira Martins. *Denota somenos familiaridade com as crônicas. Mas desse desapego resulta que a sua história tem vida, tem nervos, dá a sensação; ao passo que a história redigida em frente dos velhos exemplares é a exumação da ossada de um sepulcro velho para o sepulcro novo.* [...] Em vez de pedestais novos às estátuas cíclicas da história portuguesa, [...] dá-nos ressurreições.⁹⁵⁴

Ou seja, por um lado ele ressalta o risco de concepções influírem demasiado nas leituras sobre o passado (o que, contudo, diz não ser o caso). Por outro, curiosamente enaltece os efeitos, no texto final, de certo desprendimento em relação à documentação – que atribui ao relativo desconhecimento de fontes históricas por parte de Martins. De todo modo, mesmo acusando discordâncias pontuais, ele elogia o livro, destacando seu valor:

um crítico disse dessa *História* [...], com o bom propósito de a elogiar, que se lia apazivelmente; como um romance. Isso, se assim fosse, seria a meu ver um demérito. A *História* do sr. Oliveira Martins lê-se devagar, atentamente, porque a cada página se encontram induções, panoramas, lances de vista que obrigam a reflexão.⁹⁵⁵

⁹⁵⁴ CASTELO BRANCO, 1880.

⁹⁵⁵ CASTELO BRANCO, 1880. Sobre o autor e a história/historiografia, ver: MATOS, 2000; BNP, 1995.

Respondendo aos comentários de Camilo, Oliveira Martins dele apresenta a imagem de um erudito bibliófilo e professoral, que lhe pontua erros, sugerindo emendas necessárias, e ainda se dispõe a auxiliar na melhora da obra, a partir de seu próprio acervo:

o ilustre romancista, tão sabedor dos casos típicos da nossa história, tão lido nas velhas crônicas e nas revelações dos livros raros ou tidos por sem valor, mais do que ninguém podia avaliar a exatidão com que enumerei os casos abundantes de onde se podia tirar uma história dos costumes e pensamentos, dos caracteres da nossa gente. O sr. Camilo Castelo Branco, aplaudindo o livro e concordando na maneira de apreciar e colocar os traços dispersos com que era necessário construir os quadros e as figuras, não deixou de notar mais de um erro, mais de um lapso. A pontualidade com que adotei as suas emendas é a melhor prova que eu posso dar do meu cordial agradecimento. Não pararam, contudo, aqui os obséquios que me dispensou. E se o leitor tiver a paciência de cotejar os textos da 1ª e da 2ª edições, verá, além das emendas, anedotas e traços novos – são os que eu pude colher em obras preciosas e raras que da sua riquíssima livraria me emprestou o sr. Castelo Branco. Acima de todas, ponho uma coleção de manuscritos de sentenças da Inquisição e outros documentos para a história do misticismo português.⁹⁵⁶

Diferentemente do crítico que se nota no parecer de 1880, tal imagem parece mais condizente com a ideia que Castelo Branco propõe de si mesmo e de sua prática de escrita sobre o passado dois anos mais tarde. Ao combater os *centenaristas*, o escritor os acusa de se desviarem da “verdade” – tanto por partirem de uma “ideia ou simbolismo”, adulterando e sacrificando “a realidade dos fatos”, quanto por não se aterem/limitarem aos “fatos, com os documentos na mão”. Concepção que, no entanto, não necessariamente condiz com aquilo que ele mesmo apresenta, na prática, em seus textos. Como se nota, por exemplo, em seu *Perfil* ou na recensão mais amigável que ele publica sobre a *História de Portugal* – ainda que, nesse caso, Oliveira Martins sugira (nos bastidores) uma crítica e um direcionamento/suporte muito menos desprendidos da tal perspectiva tradicional de que se vem falando.⁹⁵⁷

⁹⁵⁶ MARTINS, 1880, p. 11.

⁹⁵⁷ Em meio ao debate sobre a *História*, Alberto Pimentel (1995 [1879]) acusa o historiador de ser “filiado na moderna escola de historiografia [...]”. Desprende-se, e com razão, das velhas fábulas, das tradições seculares, e crava fundo o escapelo da crítica no cadáver do passado”. Apesar de elogiar seus empenho e inteligência, aponta “defeitos peculiares à escola a que pertence” – pontuando erros e problemas relativos à cronologia. Martins (1880, p. 12-20) responde-lhe: “filia-me na *moderna escola de historiografia*, escola provavelmente muito honrosa, mas que, quanto à idade, já existia, excelentíssimo acadêmico, por aí pelos tempos de Suetônio. O sr. Pimentel, ao que parece, é da outra, da antiga”. De resto, ele se demarca do positivismo, com sua “intolerância dogmática [...], contraditória com o espírito positivo da crítica” (em seu texto, discute com Teófilo e Ortigão; dizendo-se “rebelde a todos os papados, incluído o de Comte-Littre”). Quanto ao rótulo/à acusação de uma historiografia *moderna*, nota-se que, com sua imprecisão e fluidez, tal alcunha se remete à noção mais ampla das ditas *ideias novas* que agitam o país na segunda metade do século XIX, pondo em questão leituras e perspectivas recorrentes. Quanto a sua obra, Martins (1880, p. 12-20) recorda que “se levantam contra o livro os ódios rançosos das ilusões velhas e as doutrinas dos *jeune-Portugal*, que vestidas à moderna, com terminações em *ogico* e *ismo*, amalgamando em doses variáveis a teoria das nacionalidades já fora de moda, com o jacobinismo caduco e um positivismo pouco sadio, pretendem dar fundamentos científicos, eruditos, ao patriotismo. Oh, incautos e ingênuos”.

Além das cartas reproduzidas e comentadas nos jornais portuenses (republicadas em outros periódicos), Camilo escreve algumas missivas privadas sobre tais questões. Postumamente editados, tais documentos revelam um pouco mais sobre seus empenho e atitude diante das disputas em tela. Lendo-os, pode-se notar, por exemplo, que ele questiona, indignado, “como é que a canalhocracia festeja o déspota das forcas do Porto e das forcas de Lisboa?!”.⁹⁵⁸ Em 20 de abril, ele exclama a Silva Pinto* de forma irônica: “tenho recebido seis cartas de comissões a pedirem-me artigos para o dia 8 de maio. A que porta batem!” Além de apontar estar “estudando Pombal na hipótese de se juntar à bexiga do centenário o banzé da troça”, afirma logo depois: “creio que não terei editor para o meu livro *O marquês de Pombal*”, já que Ernesto Chardron,* que costuma editar seus materiais, “diz-me que antes quer romances”. Castelo Branco (cujo livro afinal não é por ele editado) atribui tal recusa ao fato de Chardron, como grande parte dos escritores, editores e redações, no fundo estar, na altura, “gafado do tifo pombalino”.⁹⁵⁹

Ainda antes, Camilo propõe ao interlocutor, demarcando-se de uma possível tendência no país: “protestemos contra essas sandices centenárias que se estão granjeando uma certa imortalidade à sombra de Luís de Camões”.⁹⁶⁰ Ademais, na semana seguinte aos festejos, no dia 12 de maio, escreve-lhe, jocoso: “divertiu-se com o centenário? Eu estou alinhavando o *Perfil do marquês de Pombal* – uma coisa com que o povo se divirta”.⁹⁶¹ Em 25 de maio, o romancista informa Francisco Barata* sobre a obra em elaboração e lhe pede auxílio em uma parte específica da pesquisa documental. Algum tempo mais tarde, diz: “recebi o traslado, falta-me receber a nota das despesas feitas, sem a qual não lhe agradeço o importante favor [...]; diga-me quanto devo enviar para remunerar o grande trabalho de copista”. Ao publicar tais cartas, Cardoso Marta* comenta: “como se vê, Camilo, empenhado em apoucar, direi mesmo demolir, a figura histórica de Pombal, pedia, a toda a gente, materiais que lhe facilitassem a tarefa”.⁹⁶²

⁹⁵⁸ As forcas referidas se remetem ao punitivismo do pombalismo nos casos dos Motins do Porto e dos distúrbios e roubos após o terremoto de 1755. *Revista Portuguesa* (Porto/Lisboa, v. 1, dez/1894-mai/1895, p. 114), publicada em *nota autobiográfica* sobre Camilo (recortes críticos de suas cartas), sem destinatário ou data. Camilo emprega o mesmo termo em carta a Silva Pinto (15/06/1881): “a democracia não arranja um santo sério para o seu martirológio. Ela tem contra si o descambar para a canalhocracia, quando quer derrubar à porrada de Alexandres” (PINTO, 1895, p. 39). *Porrada*: golpe de porra ou clava; pancada. *Porra*: clava, pau curto com cabeça ou peça semelhante de ferro (Moraes Silva, 1813 [1789]); *de porrada*: de pancada; de um golpe (Silva Pinto, 1832).

⁹⁵⁹ PINTO, 1895, p. 41-42 – a carta é datada, no volume, de 20/04/1880. Mas o ano está errado.

⁹⁶⁰ PINTO, 1895, p. 41-42 – a carta também é datada, no volume, de 20/04/1880. Os festejos camonianos ocorrem em 10/06/1880. Pode estar certo ou errado. Não deixa, contudo, de ser eloquente.

⁹⁶¹ MARTA, 1918, p. 204. Publicada no volume editado por Marta, a carta se dirige a Silva Pinto.

⁹⁶² MARTA, 1918, p. 80-82.

Ademais, em correspondência que indicia tanto seu empenho quanto a consciência das polêmicas que suscita, ele afirma a Joaquim de Araújo,* em 29 de maio, estar bastante atarefado em meio à “papelada do *Perfil do marquês de Pombal*, que está quase alinhavado”. Passados quatro dias, escreve que “a tarefa de escrever o *Perfil*... em 20 dias deixou-me o cérebro em lama”. Diante da apreciação crítica a sua obra, Camilo lhe diz: “a maioria dos leitores do *Perfil* concorda com o meu amigo em achar injusto o livro. Como alguns, à imitação de V., tencionam refutá-lo, direi depois da minha justiça”.⁹⁶³

O escritor, portanto, dedica-se intensamente à obra, sobre cuja elaboração pondera desde antes dos festejos – compartilhando com amigos a ideia, o esforço e as dificuldades. Ele se satisfaz por contrariar o que entende ser a expectativa geral em relação a seu posicionamento – seja por sua colaboração intensa com o jornalismo da época, seja pelo anticlericalismo de feição antijesuítica que caracteriza o liberalismo (que reclama uma herança pombalina), seja por sua incompatibilidade com o catolicismo ultramontano, alvo de muitas de suas críticas (e que lhe volta censuras). Para Castelo Branco, aliás, se os católicos são os únicos que poderiam apreciar seu livro, eles, contudo, rejeitam-no

porque eu não participo do seu ódio religioso (não direi cristão) ao inimigo do jesuíta como padre. O meu ódio [...] não procede de afeto ao padre nem do desagravo da religião; é por amor ao homem. A religião da dogmática infalibilidade do papa que decretou a extinção da Companhia de Jesus não merece que a gente se esfalfe e indisponha por conta dela, nem tem um sério direito a queixar-se do marquês de Pombal, cujas pretensões, penso eu, não chegaram até a infalibilidade.

Em testemunho também interessante, José Caldas* apresenta, no volume em que publica as cartas por ele recebidas da parte do escritor, um rico e detalhado panorama do periodismo no Porto em 1882. Quanto ao tópico aqui em tela, sua perspectiva condiz com a ideia do romancista de uma generalização do “tifo pombalino”. Caldas, afinal, recorda:

tinham-se lembrado os estudantes e os dirigentes mais ativos do bando republicano, que então tinha como seu órgão valioso *A Folha Nova*, de fazer celebrar por uma forma ruidosa, imponente, a data do centenário da morte do marquês de Pombal. *O intuito remoto desse alarido era muito menos o de glorificar o nome de Sebastião José de Carvalho do que sair de rosto aos representantes do grupo clerical no bairro da Sé e mais particularmente à patrulha jesuítica*, cuja manifesta insolência, pela covardia ou cumplicidade dos governos, começava já a desenhar-se na imprensa por uma forma irritantemente ameaçadora. Não há dúvida de que a investida com um semelhante gênero de adversários constituía um ato não só de profilaxia, mas de inteira e absoluta justiça. O orago escolhido, porém, [...] revestia o caráter de um autêntico e verdadeiro despropósito.⁹⁶⁴

⁹⁶³ MARTA, 1918, p. 118-119.

⁹⁶⁴ CALDAS, S/d, p. 84-86. Grifos meus.

Como se nota, entretanto, o jornalista, diferentemente de Camilo, concorda em essência com o espírito de antijesuitismo que marca a sociedade e a política coetâneas – de que a feição assumida pelo centenário é no fundo um eloquente sintoma. Caldas discorda, contudo, da figura homenageada/escolhida como emblema, explicando-se:

que os republicanos, em luta aberta com os bandos negros de Loyola, se lembrassem de festejar com aplauso qualquer das datas sempre memoráveis de 28 de junho [fim do ensino jesuítico] e 3 de setembro de 1759 [expulsão dos jesuítas], ou ainda a de 9 de setembro de 1773, em que Portugal aceita a bula de Clemente XIV, *Dominus ac Redemptor noster*, de 21 de julho do mesmo ano, que extingue a Companhia de Jesus em todo o orbe católico, vá; compreendia-se. Se era com os jesuítas o ajuste de contas, essa rememoração histórica diria tudo. Mas Pombal! Tal como sucede no convívio da sociedade, todos nós temos na história as nossas amizades e as nossas antipatias [...]. Impusera-se-me sempre a figura odiosa do marquês.⁹⁶⁵

É interessante notar como ele reflete acerca da melhor forma de se posicionar:

como associar-me aos festejos com que a incompleta e viciada educação literária de alguns moços, no tesouro da sua campanha contra os jesuítas, se lembrou de celebrar, no Porto, a memória do conspurcado ladrão que, de volteio noturno e de ruão de suspeita fama, volvia após vinte e sete anos de gerente dos dinheiros da nação, em caçador de vocações vinculares e, por último, em marquês, ensopando as mãos no sangue dos que o ameaçavam de cotar-lhe o passo? Isso não! Mas *o Porto estava ardendo em pombalismo e não era fácil empresa surgir-lhe ao caminho com vozes que encontrassem o seu fervor inconsciente. Era perigoso. Quem se atrevesse a tocar-lhe no ídolo corria o grave risco de ser lapidado na praça como agente, fautor, ou o que quisessem que fosse, da Companhia de Jesus.*⁹⁶⁶

Após remeter a Camilo um artigo de sua pena, crítico ao centenário, Caldas dele recebe uma carta elogiosa, destacando que, se por grande engenho e erudição o colega consegue “evitar que lhe chamassem jesuíta” (acusação a que está sujeito quem não se demonstra antijesuíta aguerrido), ele próprio, devido a seus posicionamentos contrários ao afã pombalino, é chamado de “jesuíta e burro”. O jornalista, contudo, critica a apoteose de Pombal, mas concorda com as pautas dos estudantes. De todo modo, Castelo Branco, que de fato não adere às críticas aos inicianos, adverte-lhe: “estou garatujando um livro que há de chamar-se *Perfil...* Vá armazenando piedade no seu coração para a empregar toda em mim; quando o livro romper os diques [...] com as minhas caturrices”.⁹⁶⁷

Um quarto de século após o centenário, o padre Almeida Silvano,* ultramontano, revisita algumas obras sobre Pombal, expondo “incoerências, anacronismos, contradições e juízos apaixonados”, de modo a “dissipar as nuvens que encobriam o verdadeiro vulto do marquês e expô-lo aos olhos da multidão para que o contemple tal qual é, e não qual

⁹⁶⁵ CALDAS, S/d, p. 84-86. Grifos meus. Sobre a posição de Caldas, ver o capítulo I desta tese.

⁹⁶⁶ CALDAS, S/d, p. 84-86. Grifos meus.

⁹⁶⁷ CALDAS, s/d, p. 98-99.

lho têm apresentado os retratistas de tintas falsificadas”. Em que pese escrever quando “as paixões parecem mais calmas”, o autor confirma o fatalismo de que pensa escapar: “é condão de Pombal: como foi a encarnação do ódio e do despotismo, tanto que o seu nome se mescla em nossas discussões políticas ou literárias, logo rebenta a discórdia”.⁹⁶⁸

Entre os autores que convoca como “testemunhas qualificadas”, a se apresentarem “perante o tribunal da crítica”, consta Camilo – “prodigioso escritor, glória da literatura nacional, em que ocupa o primeiro lugar entre os romancistas”. Se ele “pasma pela sua versatilidade de opiniões, maldizendo hoje o que ontem exaltou”, o padre ressalva: “num ponto, porém, foi constante: no desamor ao despotismo de Pombal, a quem jamais queimou sequer um grão de incenso. Para ele, nunca algumas medidas úteis do famoso ministro foram bastantes a lhe [...] atenuar as negras manchas de tão feroz e tirânico ditador”.⁹⁶⁹ O que remete ao “ódio, grande, entranhado e único na vida, ao marquês de Pombal” que Camilo indica em 1882.

Almeida Silvano recupera, como bom exemplo confirmador, duas publicações anteriores ao *Perfil* em que Camilo critica Pombal por suas arbitrariedade e violência em relação aos jesuítas: um artigo de 1852 e um prefácio de 1875.⁹⁷⁰ Além de certa continuidade de temática, percebe-se nos três textos a tentativa de mobilizar uma suposta verdade histórica, em face de também supostas mentiras difundidas no senso histórico comum, que atribui à influência persistente da leitura pombalina da história, atualizada no liberalismo – que se afirma herdeiro (com intensidade variável desde o início do regime) de medidas regalistas, antiultramontanas e anticongreganistas de Pombal. Nesse ponto (recuperado e reelaborado pelos republicanos de tendência positivista), Castelo Branco se demarca de como seus contemporâneos liberais lidam com o passado.⁹⁷¹

No artigo, um Camilo ainda moço escreve, referindo-se a um tipo diferente de julgamento crítico (que se vincula a sua concepção *tradicional* de escrever a história):

⁹⁶⁸ SILVANO, 1906, *prólogo*.

⁹⁶⁹ SILVANO, 1906, *prólogo*.

⁹⁷⁰ O primeiro é uma breve e elogiosa apreciação de um livro francês editado em Português (*Anedotas do ministério do marquês de Pombal...* 1852). Foi publicado junto com outros textos (dos periódicos *O Cristianismo*, de 1852, e *A Cruz*, de 1853) em *Horas de Paz: escritos religiosos*, v. II (1865). Camilo se posiciona contra o marquês e contra o que aponta como detração histórica dos jesuítas (por via da educação pombalina que perdurava). O segundo, o prólogo à versão portuguesa de uma biografia do jesuíta Gabriel Malagrida (que por influência de Pombal foi supliciado pela Inquisição). De autoria do jesuíta Paul Mury, foi publicada em francês (1761) e traduzida por Camilo (1875).

⁹⁷¹ Em sua argumentação, conta sobretudo a simpatia pelos inacionos. Afinal, ele não se demarca, no fundo, do antiultramontanismo, haja vista suas críticas à “religião da dogmática infalibilidade do papa”.

D. José e o marquês de Pombal e a expulsão dos jesuítas são homens e acontecimentos de ontem que já hoje *respondem no tribunal da crítica, em que o juiz incorruptível, a verdade, condena com documentos insubornáveis*.⁹⁷² As iras tempestuosas desse mar de sangue, em que os “amigos” da humanidade desejam ver o naufrágio da Companhia de Jesus, aí vêm partir-se no rochedo da história, que, inabalável de fatos irrespondíveis, arremessa pra longe, como o dedo de Deus, as cediças invectivas de caluniadores ignaros. *A palavra “jesuíta” estremecia os nervos dessa multidão de superficiais, que desgraçadamente são sempre os primeiros a sentar-se nos ágapes da ciência*. Ao passo que motejavam as superstições, alimentadas pela ignorância dos imbecis, davam de si um triste documento de cega credulidade no *ipse dixit* do Seabra e de muitos outros Seabras inspirados pelo célebre senhor de Oeiras. A *Dedução Cronológica*, lida com ansiedade por nossos pais, foi-nos transmitida como “cordão sanitário contra a peste jesuítica”.⁹⁷³

Importante documento pombalino, a *Dedução Cronológica e Analítica* (1767-1768) foi publicada sob a autoria de José Seabra da Silva (e creditada ao marquês). Bastante divulgada, serviu de esquema modelar para outros textos do pombalismo. Fez-se paradigmática, ademais, por apresentar uma releitura da história de Portugal tendo como princípio norteador a acusação e as supostas “provas” de que cabia aos jesuítas a responsabilidade por todos os desvios e por todas as calamidades que se abateram sobre o país, justificando o antijesuitismo característico das políticas do marquês.⁹⁷⁴ Trinta anos mais tarde, Camilo retoma no *Perfil* a problematização do antijesuitismo que caracteriza não só o liberalismo (e certo senso comum histórico luso), mas também o republicanismo (e a influência positivista), afirmando que “a palavra sintética *jesuíta* e o símbolo da *queda da teocracia*,⁹⁷⁵ individualizado no marquês de Pombal, são o vitalismo das três gerações que se têm sucedido nas avançadas militantes da liberdade”.⁹⁷⁶

⁹⁷² Sobre a ideia de um *tribunal da história* e de uma distinção operacional, entre *juízo crítico* (com base na crítica histórica) e *juízo de valor* (com base em crenças ou convicções), ver: ROLLEMBERG & VAINFAS, 2020. Os historiadores não deixam de destacar as imbricações dos dois conceitos/juízos na historiografia.

⁹⁷³ CASTELO BRANCO, 1916 [1852], cap. XXX. Grifos meus. A expressão entre aspas, Camilo atribui a um coetâneo, sem nomeá-lo. Trata-se de “A guarda avançada do cordão sanitário contra a peste jesuítica” (1846), de Joaquim de Santa Clara. No capítulo II desta tese, aponta-se como Isaltino Morais (2019) e Rocha Martins (1923) explicam uma generalizada lembrança do marquês a partir de sua integração na narrativa histórica nacional mais difundida – que passa pela escola e também pela família.

⁹⁷⁴ Ver: ALVIM, 2010. Nas palavras de Jorge Borges de Macedo (1982b, p. 10, 25), a *Dedução* se vincula e expressa “uma nova forma de escrever a *história de Portugal*”, iniciada em meio ao espírito de controvérsia que caracteriza o governo pombalino: “não um relato dos acontecimentos, mas o enunciado de uma responsabilização permanente de instituições que actuam dentro de uma lógica que as torna antecipadamente louvadas ou culpadas. [...] A famosa *Dedução Cronológica e Analítica*, de directa inspiração pombalina, apresenta os sucessos e as dificuldades da história portuguesa em função de um motor permanente de repressão e outro de estímulo, numa espécie de evolução com culpados e heróis enunciados em função tanto das posições ideológicas como das exigências imediatas da estratégia política”. Nessa *história-tribunal* pombalina, “os jesuítas tornavam-se o bode expiatório de todos os males, os culpados da fraqueza do Estado. A sua resistência explicava todos os atrasos”.

⁹⁷⁵ Camilo mobiliza criticamente a expressão empregada por positivistas, que se remete às políticas de teor anticlerical nos três tempos em tela, reclamadas em sentido comemorativo e prescritivo: 1759, 1834, 1882.

⁹⁷⁶ Sobre a posição do escritor em relação aos inacianos, ver: SIMÕES, 1983;1993.

Ao comentar as apreciações a sua *História de Portugal*, Oliveira Martins nota que “nem tudo foi, porém, aplauso no parecer do sr. Castelo Branco”. Ele ressalta que o romancista “não pôde esconder um certo fraco pelos jesuítas” e no fundo deixa em aberto suas discordâncias.⁹⁷⁷ Para Camilo, trata-se de divergências de “sentimentos” em relação à apreciação de alguns fatos, em que se destaca justamente

a questão dos jesuítas, a quem o historiador consagra um sincero desamor. Parece que abusa um tanto das espáduas deles, sobrepondo-lhes grande carga das fatalidades do reino desde o reinado de D. João III. [...] Tão longe de nós está o fato dos jesuítas, e é raro, a respeito deles, escrever-se sem os *recentibus odiis* que Tácito desejava delir da credibilidade histórica. As iras de Pombal, postas na corrente da tradição, conservam ainda o calor que uma crítica em demasia transigente pretende sustentar na admiração pelo figadal inimigo da Companhia de Jesus.

No entanto, Castelo Branco parece suavizar o peso de tais discordâncias, dado que “a luz a que ele os oferece tem excelências de uma convicção guiada por um grande talento”. Assevera, nesse sentido: “não pretendo irrogar censura ao sr. Oliveira Martins, nem o impugno, mas não convenho na equidade da acusação. Todos temos, nos nossos panoramas históricos, ilusões de perspectiva”.⁹⁷⁸

No que diz respeito à perspectiva martiniana, um trecho de sua obra referida, abordando o governo do marquês, é bastante eloquente. Após escrever que Pombal quis “extirpar pela raiz a *manzanilla* [erva] do jesuitismo, a cuja sombra Portugal se definhara e se corrompera”, ele aponta que “o ministro encontra, ou convém-lhe encontrar, a roupeta jesuítica em todos os episódios da resistência à sua tirania”. Ao tratar o fim de seu governo (que acusa de artificial/estrangeiro, o que teria minorado a continuidade de seus efeitos), Oliveira Martins assevera:

por isso mesmo que batia de frente o Portugal jesuíta, consumava uma revolução cujo mérito foi mostrar ao português, beato e ensandecido, que havia no mundo alguma coisa mais do que freiras e marmelada, outeiros e arruaças, piedosa luxúria e visões desvairadas. Por isso mesmo que a máquina era construída com materiais da Europa, onde uma revolução se realizava nas ideias, os homens de fora vieram lançar no torrão português a semente das revoluções futuras. Talvez que um vislumbre da verdadeira luz raiasse já no

⁹⁷⁷ MARTINS, 1880, p. 11.

⁹⁷⁸ CASTELO BRANCO, 1880. Em cartas posteriores, retoma-se, em 1883, a temática dos inacianos, em que Oliveira Martins comenta: “não vá tomar-me por algum jacobino jesuitófobo, não. Parece-me, porém, que o meu amigo leva a jesuitofobia até o exagero”. No que diz respeito ao período pombalino, Camilo afirma que “todo o país odiava a Companhia”, de modo que “Pombal achou adubado o terreno onde atirou as colunas da *Dedução Cronológica*”. A tal afirmativa, seu interlocutor lhe contrapõe: “não basta dizer que a *Dedução* é um bacamarte [...]. [É] um panfleto colossal, mas nem por isso os muitíssimos documentos que contém são mentiras. [...] Diz-me que todo o país odiava a Companhia. Ora, [...] se todo o país odiava a Companhia, seria porque ela fosse esse ser passivo e quase nulo que o meu amigo quer fazer crer? Não [...]; era poderosíssima e conseguiu fazer de Portugal um Paraguai” (cf. Martins, 1926, p. 53-57).

cérebro nacional, quando, ao observar a restauração das coisas pátrias, com a sua natural pachorra, o povo dizia depois: “mal por mal, melhor Pombal!”⁹⁷⁹

A críticas à *História*, ele responde: “para dizer todo o meu pensamento, afirmo que se tivesse ambições, a minha seria a de repetir hoje o terremoto do século passado, fazendo a isto o que o grande marquês fez *àquilo*. Quer [...] uma prova de admiração maior?”⁹⁸⁰

Quanto a sua estratégia no embate em 1882, Camilo, bem menos tolerante em relação a divergências historiográficas e a ilusões afins, afirma: “este livro poderia ter aparecido antes dos festejos de 7 de maio [data do cortejo cívico no Porto]. Seria então um protesto contra o entusiasmo dos propugnadores do marquês de Pombal”. No entanto, diz se abster “dessa aspiração vangloriosa que teria uns ares desvanecidos de querer atuar sobre convicções radicadas [...]. Seria, sobre infrutífera, ridícula a empresa”. Afinal, pondera o romancista – comparando seu esforço de mobilização do passado pombalino ao de seus opositores,

não se desfazem com os livros as persuasões que se fizeram com *locais* de jornais baratos [...]. A porção do povo que não aprende nada em livros achou nos clubes a educação do discurso amoldado à sua capacidade, à sua dócil ignorância e à sua congénita necessidade de revolucionar-se com palmas e gritos [...]. Crenças assim radicadas e cáusticas não se acalma com cataplasmas de livros. São umas pleoras que às vezes desgraçadamente se aliviam com sangrias enormes nas chamadas batalhas sociais.

Tragédia que contudo deveria fazer rir o cáustico Pombal que, entre passado, presente e futuro, ele imagina, ao vaticinar sarcasticamente: “se essa hora nefasta chegar, as mandíbulas do marquês hão de escancarar uma risada mefistofélica no seu sarcófago”.

A referência aos clubes é eloquente. “Continuador de uma tradição iluminista, o republicanismo teve nos clubes ou centros os seus primeiros núcleos organizativos, os quais só lentamente evoluíram para formas mais próximas de uma organização

⁹⁷⁹ MARTINS, 1882 [1879], t. II, p. 178, 204. O historiador ainda afirma que, feitas algumas “reservas, é mister aplaudir [...] a dupla destruição da Sociedade de Jesus e da Inquisição, porque ambas, já caducas, serviam apenas para protrair, de um modo corruptor, um estado já anacrônico” (p. 190). Contudo, também acusa que “a máquina desconjuntou-se, desde que o maquinista a largou”. O país pombalino, em seu ver, “era um falso Portugal de importação, nas ideias, nas instituições nos homens” (p. 202). Deve-se ressaltar que tal perspectiva se aproxima, em certo sentido e neste ponto, da influente apreciação crítica de Alexandre Herculano (1873 [1838-39]), que, como referido, entende que Pombal inicia no país o movimento de “reforma ou antes de revolução”, impondo sua vontade; “positivo e muito pouco especulativo”, enquanto “a maioria do país obedecia às reformas, mas sem as compreender”. Por isso, “partido o braço de ferro que as sustentava, as reformas definharam”; “no reinado do marquês de Pombal”, desrespeitaram-se as tradições portuguesas com ideias que lhes eram estranhas e “o despotismo ilustrado estragou-a [a arte] com a razão”.

⁹⁸⁰ MARTINS, 1880, p. 6. Martins (1882 [1879], t. II, p. 183), acerca de uma sucessão de *hecatombes* na história, afirma, crítico: “Portugal, a que o jesuitismo quebrou a tradição da sua vida histórica, veio, desde o século XVII até nossos dias, de revoluções em revoluções, fazendo tudo de novo (1640, 1755, 1834). Árvore sem raízes, qualquer sopro abala a construção inteira e depois de cada terremoto os estadistas, perante a ausência da vida coletiva, podem livremente seguir os impulsos do seu próprio pensamento”.

partidária”. Se a clandestinidade pura que marcou seus primórdios aos poucos perdeu sentido, os republicanos se mantêm reunidos em torno de associações que, proibidas de ostentar fins políticos, desenvolvem atividades híbridas – de fundo cultural, instrutivo, recreativo e de auxílio mútuo.⁹⁸¹ Outra empresa a que dedicam esforços, desenvolvendo temáticas de teor histórico, político e cultural, como visto, é o jornalismo – justamente devido a seu grande potencial de divulgação e de instrução.

No início da década de 80, os republicanos ganham maior visibilidade por conta de seu engajamento em campanhas como as comemorações centenárias camoniana e pombalina e outros protestos de teor popular e nacionalista. Nos centenários (em que não só o republicanismo toma parte), mobiliza-se a população por meio palestras, publicações e festividades relacionadas a heróis de um passado tido por glorioso, contrastante com a realidade. Não se trata, insiste-se, de iniciativas inteiramente republicanas e positivistas – e nem todos os sujeitos republicanos as apoiam ou delas participam ativamente. Contudo, tanto as resistências oficiais quanto a mobilização da opinião pública em torno de pautas que no fundo acusam o estado decadente do país como consequência da política monárquica dão sentido e reforço às leituras prognósticas do advento da República como uma espécie de “messianismo social”.⁹⁸²

No que diz respeito ao republicanismo, a seus clubes e às homenagens a grandes homens do passado em seu seio promovidas, é interessante o olhar crítico e irônico de Eça de Queirós, que narra uma imaginada cerimônia de fundação de uma agremiação, em que um personagem se propõe a solenemente “ler algumas páginas que pusessem diante do espírito de todos as fases que tem atravessado a liberdade”. Entretanto, ninguém consegue prestar-lhe atenção, dado que ele (como rege o modelo do discurso) retrocede demasiado em busca das origens da democracia e da liberdade. Ao final de sua leitura, ele ainda propõe “pendurar nas paredes do clube os retratos de todos os mártires da liberdade, desde os tempos mitológicos”, sendo-lhe, objetado, no entanto, que

a ideia é nobre, mas além de que não há lugar para conter nestas paredes todos os mártires da liberdade, é difícil obter o retrato da maior parte – a não ser desenhos de fantasia que, por falsos, tenderiam a produzir a indiferença, em

⁹⁸¹ CATROGA, 2010, p. 18-20; RIBEIRO, 2010, p. 142-147.

⁹⁸² CATROGA, 2010, p. 30-35. A história era assunto de suas conferências e colóquios, fonte de argumentação acerca de diversas temáticas (sempre historicizadas); percebida como fundamental para a conformação de uma almejada identidade comum, relacionada a memórias específicas, mobilizadas intencionalmente. Mesmo que fosse notável a influência dos ideais positivistas e cientificistas, o pensamento historiográfico republicano não foi uníssono; comportava leituras e referências teóricas diversas (RIBEIRO, 2010, p. 142-147).

lugar de inspirar a veneração. Além disso, os mártires são inumeráveis, e as paredes são só quatro.⁹⁸³

O trecho pode se relacionar, aqui, à crítica que Camilo elabora, e também à crítica que se deve dirigir a sua obra, pensando os limites desses *retratos de fantasia*. Quanto ao *Perfil* que ele mesmo pinta, Castelo Branco pondera: “saiu-me assim o esboço do homem fenomenal”. Contornando a própria limitação de seu trabalho, contudo (ou então lhe antecipando críticas possíveis), ele assevera, novamente recorrendo a sua autoridade no manejo de fontes do passado (que lhe vale como importante justificativa): “se está mal esboçado, se mal colorido, as tintas, colhi-as na paleta da história”.

Bastante diferente, todavia, é sua percepção em relação a seus opositores. Afinal, em suas censuras às parcialidades dos pombalistas, ele, além de falar em um marquês adulterado “até as condições fabulosas do mito” e de acusar que “isso que aí passeou nas ruas foi um Pombal de romance”, refere-se no mesmo sentido assaz negativo a “Pombais carnavalescos”, descaracterizados e corrompidos pelos jovens *centenariantes*, que

necessitam é [da] mais larga compreensão da justiça, que só se adquire com esforçado trabalho de anos, menos palavrório de clubes e mais cansaiva de estudo reflexivo. Quanto aos velhos que se incorporaram na festa pombalina dos acadêmicos [...], eram a porção do espetáculo que representava a antiguidade da tolice em todas as ideias novas.

A despeito da suposta descrença de Camilo em relação às notas “locais de jornais baratos”, os periódicos se afirmam, na altura, veículos fundamentais para informação, instrução e formação de opinião – e o próprio Castelo Branco, mesmo com os inúmeros livros que publica e vende (o que o destaca no conjunto dos escritores coetâneos), deles muito se vale. A imprensa, forma de “comunicação fluida, geral e regular, que ultrapassou os particularismos e contingências da comunicação direta, interpessoal”, relaciona-se à ampliação dos espaços de discussão pública e das formas de alargamento da participação política que caracterizam o liberalismo oitocentista, além de ser relevante para mobilizar a população. Os “jornais passam a ser no século XIX uma condição estrutural do funcionamento” da sociedade, sintonizando a periodicidade da comunicação escrita com

⁹⁸³ Trata-se de *A Capital*, cuja versão manuscrita Eça avança em 1878, mas acaba por adiar e depois abortar suas revisão e publicação (ver: ROSA, 1963, cap. 16). A edição que se conhece é fruto das retomada e alterações (póstumas, problemáticas e não explicitadas) de seu filho, em 1925. A obra se ambienta na Lisboa de 1875-1876. Além dos clubes e da perspectiva depreciativa ao republicanismo, apresenta um olhar interessante, crítico e caricato sobre a rotina na redação de um jornal. Maria F. Mónica (2009 [2001], cap. 12) afirma que, dado o teor da crítica e dos perfis identificáveis, Eça receia sua publicação. “*As Farpas* não lhe tinham causado problemas, mas, ali, Eça batia nos políticos, coisa a que tanto eles como o público estavam habituados. Em *A Capital*, pelo contrário, Eça fazia troça de uma classe, os intelectuais, que se julgava intocável. [...] Caso levasse para a frente a sua ideia de publicar *A Capital*, metade das pessoas com quem se dava em Lisboa deixaria de lhe falar [...]; nada, nem ninguém escapava ao seu sarcasmo”.

novos ritmos sociais, o que implica uma relação inovadora com o tempo, medido por termos mais precisos e curtos.⁹⁸⁴

No Portugal de Oitocentos, “quem escrevia não se podia dispensar de o fazer nos jornais. O mundo dos livros era apenas um anexo do mundo da imprensa, que era quem dava os pés ao império dos escritores. Para o escritor, a imprensa será, em primeiro lugar, a possibilidade de viver da pena”. Quanto aos indivíduos que trabalham nos jornais e revistas coetâneos, pode-se afirmar que, em muitos casos, seus esforços não se dirigiam a “apenas noticiar fatos ou opiniões individuais, mas sobretudo [a] estabelecer a boa opinião, aquela que correspondesse ao ‘espírito do século’. A isso se chamava o ‘apostolado’ da imprensa”,⁹⁸⁵ em que se empenhavam escritores de diferentes espectros. Entende-se, pois, que Caldas, após expressar as razões de suas discordâncias em relação aos centenaristas, justifique sua decisão por um caminho diferente daquele de Camilo:

qual, no aperto dessa conjuntura, cumpria que fosse a minha conduta? Incorporar-me no séquito para, em hora tão mal cabida, não exteriorizar a minha aversão ao marquês? Jamais! Calar-me? Isso ainda era mais vil. Sair de rosto aos rapazes, cujos brados àquela hora toda a imprensa local aplaudia, arguindo-os no ilogismo daquela manifestação? Todavia o perigo desse passo não me embaraçava [...]. Escrevi então o meu artigo, um longo artigo, muito pensado, muito calculado, em que me mostrava profundamente hostil ao patrono da função.⁹⁸⁶

Publicado n’*A Atualidade* em 7 de maio, o texto é remetido pelo autor a Castelo Branco. Em sua resposta, o romancista afirma já conhecer o artigo (que elogia), mostrado por um amigo. Mais tarde, ainda escreve: “com referência ao centenário, conheço dois eminentes trabalhos: as *Farpas* do sr. Ramalho Ortigão e um artigo do sr. J[osé] C[aldas]” – ambos críticos aos festejos, por se recusarem a comemorar a figura de um déspota (ainda que, simpáticos aos ideais e às pautas liberais e republicanas, oponham-se abertamente aos jesuítas – diferentemente de Camilo, que sustenta suas parcialidades particulares).⁹⁸⁷ No referido texto, Caldas reforça a seus pares nas redações o valor de uma consideração e de uma representação ajustadas (não manipuladas) do passado: “operários humildes da publicidade, temos como um dever sacratíssimo não desvirtuar a história nem ao preço de solver agravos com instituições antipáticas ao grandioso sentir moderno”.⁹⁸⁸

⁹⁸⁴ TENGARRINHA, 2006, p. 157-159.

⁹⁸⁵ RAMOS, 2001 [1998], p. 53, 56.

⁹⁸⁶ CALDAS, s/d. p. 86.

⁹⁸⁷ CASTELO BRANCO, 1883, p. 6.

⁹⁸⁸ CALDAS, s/d, p. 90-98.

Ainda em 1882, também vêm a lume *Modestos reparos* à obra de Castelo Branco; um livro com que o então jovem Pinheiro e Silva* se propõe a “consignar o meu humilde voto numa questão em que vejo divididos os pareceres e que me parece ser de algum interesse para a verdade histórica”. Aludindo à perceptível divisão extremada entre pombalistas e antipombalistas, ele entende, não sem razão, que

os dois fatos capitais que [...] caracterizam genericamente o governo do marquês de Pombal são o suplicio dos Távoras e a expulsão dos jesuítas. [...] [Servindo] de balizas para estremarem os campos dos que se pronunciaram a favor ou contra o centenário. Uns e outros parece que não viram no onipotente ministro de D. José I senão o perseguidor implacável da sociedade de Jesus e o vigoroso mantenedor dos direitos do Estado e da nação sobre os privilégios e usurpações da fidalguia solarenga. Uns e outros deram, pelo menos na aparência, ao seu ódio ou ao seu entusiasmo a mesma base histórica.⁹⁸⁹

À partida lisonjeiro acerca de Camilo, ele alega expectativas de que seu *Perfil*, anunciado no auge de disputas extremadas e irrazoáveis que limitam o debate, justificasse seu posicionamento quanto às anunciadas discordâncias em relação ao centenário:

entendi eu que o fecundo escritor, cuja autoridade literária respeito há muitos anos e que reúne a um grande talento uma notável paciência de investigação, não podendo aceitar a opinião vulgar sobre o merecimento político de Pombal, se propunha escrever, não só uma refutação dos erros grosseiros que andam em crédito a respeito do marquês e da sua época, mas uma verdadeira página de história crítica e filosófica [...]. Esperei pela publicação do livro como um verdadeiro serviço nacional. Como se sabe, os livros do sr. Camilo Castelo Branco, pela particular elegância da sua forma, são os que têm, em Portugal, maior número de leitores e sobretudo nas classes onde precisamente existem mais difundidos os erros que convinha corrigir. Que tão notável autorizado escritor viesse simplesmente alistar-se numa das duas fálanges hostis não podia persuadir-me. Não me era lícito supor-lhe simpatia por algumas delas.

Após tamanho reconhecimento (que gera expectativa), vêm os nada *Modestos reparos*:

a leitura do seu livro, *Perfil do marquês de Pombal*, me surpreendeu. [...] [Camilo] resignou o papel de juiz no processo, para o qual lhe sobejavam a autoridade e os conhecimentos, para se limitar ao ingrato papel de agente do ministério público. Deu-se ao trabalho de compulsar os autos, somente no intuito de respigar com a sua habitual paciência de investigador, todos os fatos que pudessem aproveitar à acusação. O seu livro figura-se-me antes um libelo acrimonioso do que um protesto fundamentado.⁹⁹⁰

Ele critica frontalmente a abordagem de Castelo Branco na obra, denunciando sua parcialidade em termos parecidos com aqueles com que o romancista acusa os *centenaristas*. Não lhe negando os méritos de investigador, a seriedade e a capacidade que lhe permitiriam bem desempenhar o papel de *juiz* (imparcial e justo), Pinheiro e Silva não lhe reconhece o necessário equilíbrio desapassionado, acusando-o de desenvolver uma argumentação antipombalina nada desinteressada. Sem pôr em descrédito o escritor no

⁹⁸⁹ SILVA, 1882, p. 6-9.

⁹⁹⁰ SILVA, 1882, p. 8-10.

que toca ao restante de sua obra, denuncia que o *Perfil* se deve, no fundo, ao “resto de mau humor que lhe deixaram as festas do centenário”; um limitado libelo reativo.⁹⁹¹

Quanto a seu posicionamento, Pinheiro e Silva, afirmando (como quase todos que se manifestam no debate) uma peculiar imparcialidade, escreve: “declaro solenemente que não reivindico para mim o papel de defensor oficioso” do marquês – em oposição à função acusatória desempenhada por Camilo. Ressalva, contudo, que “não devo ocultar que simpatizo mediocrementemente com o vulto histórico do grande ministro” (diferente do “ódio grande, entranhado e único na vida” manifestado por Castelo Branco). Entretanto, ele se opõe, quase ponto a ponto, aos argumentos do *Perfil*. Valendo-se de uma lógica relativizante e teleológica, parecida com a dos centenaristas (de quem, aproximando-se em termos, também se demarca), explica o saldo positivo percebido em seu histórico:

apesar de ter tomado uma pequenina parte nas festas do centenário, nunca pertenci, e também não quero matricular-me agora, nas fileiras dos entusiastas ou dos detratores do marquês de Pombal. [...] *Abomino todos os despotismos, embora não recuse o humilde tributo da minha admiração àqueles que, em dados momentos históricos, têm assombrado o mundo pelo fulgor do seu heroísmo e sobretudo lhe não negue a influência que podem ter exercido sobre a evolução social. Posso admirá-los como heróis ou como estadistas, sem lhes conceder a minha estima como cidadãos.* [...] Conheço que foi duro, cruel, sanguinário, deploro os seus erros, detesto algumas feições do seu caráter administrativo, mas, admirando a sua elevada estatura de reformador e de homem de Estado, não posso deixar, como português, de *notar com agradecimento os serviços que prestou à pátria, aguentando-a com pulso vigoroso no descambar para o fundo do abismo que lhe tinham cavado uma sucessão fatalíssima de desastres e três gerações de governantes imbecis, perdulários e corrompidos.* Admito que tivesse fraquezas e vícios, que cometesse atrocidades e erros, mas, *balanceando o bem e o mal, a memória do marquês de Pombal encontra ainda, perante a minha pobre crítica, um valioso saldo favorável.* Creio que deva ser este o ponto da questão em litígio.⁹⁹²

Se os *reparos* de Pinheiro e Silva não recebem resposta, Camilo não poupa esforços e páginas para, algum tempo depois, rebater outro contendente – na polêmica conhecida como *questão da sebenta*. Em pauta, uma apostila de resumo e notas de teor acadêmico (“papel litografado; lição extratada por estudante, a que em Coimbra se dá a designação de *sebenta*”), que remete às aulas de um lente da Universidade e em cujas páginas o romancista percebe uma “referência, que julgou que lhe era endereçada e a considerou ofensiva”, iniciando por lhe enviar uma carta. Sem resposta, lança-se à publicação de uma série de folhetos. Entre as réplicas impressas, destaca-se o empenho

⁹⁹¹ SILVA, 1882, p. 32.

⁹⁹² SILVA, 1882, p. 13-14. Grifos meus.

de um estudante da Universidade.⁹⁹³ Tal polêmica, que escapa aos limites deste capítulo, fica aqui assinalada como indício dos ecos das leituras do centenário e do *Perfil*.

Como de resto demonstram os episódios do carro d'*A Folha Nova* (a prensa em movimento, imprimindo e distribuindo documentos pombalinos, comemorados) e do suplemento d'*A Palavra* (a fogueira em praça pública, incinerando/imolando o folheto crítico), empresta-se grande relevância ao que vem a lume à altura. Desde meados do século, ademais, “a história e as representações históricas do passado nacional, veiculadas através de múltiplos suportes de expressão e gêneros literários, adquirem na sociedade portuguesa uma projeção pública sem precedentes”. Para tanto, muito contam os diversos meios impressos, que se multiplicam.⁹⁹⁴

Além disso, estão ainda imbricadas, no Portugal de Oitocentos, as áreas do erudito especialista em história e do intelectual divulgador que publica textos em periódicos, havendo uma “relação simbiótica” entre história e imprensa.⁹⁹⁵ Alguns jornais e revistas se esforçam pela divulgação de uma “história generalizada e cientificamente mais válida”, almejando relatar o fundamental do passado; “também se considerou a história como uma ‘mestra da vida’, sendo preciso mostrar os aspectos negativos e positivos de certos indivíduos e tendências para a educação cívica e moral das massas, tarefa última a que todas essas publicações aspiravam”.⁹⁹⁶

Como se aponta desde o início deste trabalho, não é apenas por meio da escrita que as sociedades exprimem sua história; fazem-no também pelo recurso a festividades cívicas e a outras comemorações – forma específica de composição da narrativa histórica, expressando seletividade, depoimentos e encenação.⁹⁹⁷ Quanto aos periódicos, “escrita do presente e para o presente”, valem-se da memória para “inscrever o presente no quadro

⁹⁹³ ARANHA, 1908, p. 172-173. O professor, Avelino César Calisto. O estudante, José Maria Rodrigues. Calisto, “declina a responsabilidade, tanto mais que do extrato feito na aula e passado à litografia não pode tornar-se responsável o lente por essa ‘cábula legendária’. No fundo, as divergências são relativas a pontos históricos, em cuja elucidação os polemistas dão muitas provas da sua erudição. Com o título de *Questão da Sebenta*, “forma-se uma coleção de nove opúsculos”. Nas palavras de Marta (1918) “Célebre questão, ‘modelo de polêmica portuguesa’, com o Dr. José Maria Rodrigues, então simples escolar de teologia, e hoje distintíssimo professor erudito e pesquisador da nossa história literária. Começou por uma interpelação de Camilo ao Dr. Avelino Cesar Calisto. Esse logo à 1ª carga deixou cair a pena, que o estudante Rodrigues levantou, sustentando a questão até [quase] o final”.

⁹⁹⁴ MATOS, 1992, p. 51.

⁹⁹⁵ Contraria-se “a forma de suporte tradicional do conhecimento, ou seja, do ‘livro’, em detrimentos dos folhetins literários, que se tornavam populares através da imprensa periódica”, DIAS, 2011, p. 21 – cita-se, como principal exemplo, o caso de Herculano (que, deve-se destacar, ainda que seja válido para esta reflexão, remete a um momento anterior), dedicando-se à pesquisa documental e à divulgação na imprensa.

⁹⁹⁶ DIAS, 2001, p. 202. Ver: CATROGA, 1998 [1996]a; MATOS, 1998, p. 29-86; TORGAL, 1998 [1996].

⁹⁹⁷ Ver os capítulos I e II desta tese. Ver ainda: FERRO, 1989, p. 54-60; ILH, 2017, p. 12.

de um passado bem balizado com vista a exorcizar os receios e dominar o futuro, submetendo-o às regras de uma memória nacional hegemônica e tranquilizadora”. Empregando uma temporalidade múltipla, de que fazem parte “o tempo curto da repetição ritual, o tempo médio da conjuntura e a duração longa das permanências ou das rupturas fundadoras, inscrevendo-se nesse terceiro nível o discurso comemorativo que pretende refletir o sentido do devir histórico”.⁹⁹⁸

Assim como o centenário camoniano, promovido por uma comissão da imprensa (que se refere à publicidade/imprensa/opinião como a “oficina da história” e ainda como a “garantia e afirmação das liberdades públicas”),⁹⁹⁹ o centenário pombalino é uma ocasião importante no que diz respeito ao reconhecimento do trabalho dos jornalistas portugueses e a sua afirmação enquanto grupo social emergente. Não admira, portanto, que em ambos os festejos a imprensa, enquanto grupo organizado (com uma efêmera Associação, desde 1880), faça-se representar em carros triunfais, desfilando nos cortejos cívicos; ao mesmo tempo que nos jornais se dá espaço considerável aos preparativos, às polémicas e aos relatos que então mobilizam os portugueses em torno de leituras sobre o passado e sobre o presente, mobilizadas para legitimar projetos para o futuro.

Posicionamento acerca de um debate que se dá a ler nos periódicos, a obra de Camilo, ao propor uma espécie de balanço, também possibilita a reflexão sobre diferentes leituras e usos do passado ao longo do tempo. Pouco depois de publicar sobre os festejos pombalinos em Lisboa, *O Ocidente* dedica espaço às descrições do centenário na cidade, ilustrados por uma gravura em destaque na primeira página (imagem 80). Elogioso quanto ao entusiasmo e à ordem notados ao longo da programação, sobretudo no cortejo cívico (manifestação “das mais impotentes e dignas que o Porto tem promovido”), acusa um “contraste característico” entre os “sentimentos populares portuenses”, ordeiros, e “a atitude ativa e energética” demonstrada no *meeting* contra *A Palavra*.¹⁰⁰⁰

⁹⁹⁸ PEREIRA, 2007, p. 144-145. Dada sua eloquência, reproduz-se o trecho original, de Goulemort e Walter (1984, p. 385-386): “entre le discours du journal et le récit commémoratif s’instaure une tension féconde. Écriture du/au présent, le quotidien laisse surgir une actualité brutale, déconcertante, mais que est d’emblée prise en charge par le commentaire, stratégie mémorielle qui relie, coordonne, totalise de façon à inscrire l’imprévisible présent dans le cadre d’un passé balisé, grâce à quoi on conjure l’avenir, on exorcise l’‘événement-monstre’ (P. Nora) en le soumettant aux règles d’une mémoire nationale homogène et rassurante. Pour réduire l’écart entre l’inattendu de l’évènement et l’universalité du principe, le journal met en scène une temporalité multiple: le court terme de la répétition rituelle et de l’accident novateur, le moyen terme de la conjuncture, la longue durée des permanences ou des ruptures fondatrices. C’est à ce troisième niveau que se déploie volontiers un récit commémoratif que prétend dire le sens du devenir historique”.

⁹⁹⁹ Agradecimento... à Câmara de Lisboa (Cf. Aranha, 1888, doc. 69); Programa... (COMISSÃO, 1880).

¹⁰⁰⁰ *O Ocidente*, Lisboa, 01/06/1882.

Na ocasião, “uma multidão imensa se dirigiu à redação de uma folha católica para exigir a retratação formal e plena dos insultos e dos sarcasmos injuriosos que haviam sido arremessados por um suplemento ignóbil à respeitabilidade das corporações que tinham tomado parte no préstito”. Ao indicar que o suplemento é “queimado num auto de fé” na praça, “ao estrugir das aclamações do povo”, conclui que

a satisfação foi dada completa e satisfatória, e o centenário no Porto ficou assim purificado da única mancha com que rancores mal sofreados e insólitos haviam tentado escurecer a auréola refulgente da apoteose solene das virtudes cívicas e da intrepidez administrativa do ousado e prestante ministro de D. José I.

Vale-se, pois, de um vocabulário religioso para descrever o embate entre dois periódicos em torno de diferentes leituras do passado e de uma celebração cívica. A queima do suplemento do católico *A Palavra* é descrita como um auto de fé satisfatório e completo, purificando a comemoração alegadamente consensual dos demais portuenses.¹⁰⁰¹

Na perspectiva do ultramontano *Progresso Católico*, de Guimarães, crítico da postura constitucional do jornal católico do Porto,

A Palavra dissera não sabemos o quê, que não agradou aos amigos da liberdade e para logo reuniram um *meeting* com o fim de desafrontar a cidade, o Porto liberal. Há aqui um grande erro, ou uma desgraça para *A Palavra*. Ou se não ia protestar contra *A Palavra*, ou não se ia desafrontar o Porto liberal. *A Palavra* é liberal e por isso faz parte do Porto liberal que protestava. Mas bom é que isso se saiba e que *A Palavra* o conheça. Embora se diga liberal, os liberais não a querem lá, porque *A Palavra* é católica e isso basta para que não tenha lugar no campo liberal.¹⁰⁰²

Em curioso texto em referência a uma manifestação religiosa na cidade alguns dias após dos festejos pombalinos, lê-se n’*O Progresso Católico* o seguinte trecho, importante por bem definir sua oposição, mais demarcada, às recentes manifestações:

afastem-se da via pública os que não creem em Deus, os que blasfemam de seus mandamentos, os que têm doestos que arremessar às faces de seus ministros. Caminho; caminho à Reação, que se aproxima. Fugam, escondam-se nos escuros antros onde os três pontinhos [referência à Maçonaria] imperam, os que não querem papa, nem reis, nem propriedade; os que esquecem os benefícios que devem à benemérita Companhia de Jesus, os que deificam a tirania, os que bebem ainda, apesar de passados sobre ele sem anos, o sangue que espadou no patíbulo de Belém.¹⁰⁰³

¹⁰⁰¹ *O Ocidente*, Lisboa, 01/06/1882.

¹⁰⁰² *Progresso Católico*, Guimarães, 30/05/1882.

¹⁰⁰³ *Progresso Católico*, Guimarães, 30/05/1882. A manifestação decorre no dia 11, exatamente três dias após o centenário. Um editorial anterior já deixava clara sua posição dita reacionária (o termo acusativo, que lhe lançam liberais e republicanos, por eles reapropriado, de maneira combativa) ou antirrevolucionária (a forma como, no fundo, compreendem-se e se apresentam os próprios ultramontanos): “a imprensa revolucionária, que em nome da liberdade aí blasfemou de tudo quanto dezoito séculos tem reverenciado. Mas nós, soldados de Cristo, temos por escudo a Cruz [...] para podermos descarregar certos golpes em todos os adversários [...]. E será esse o nosso viver em meio do jornalismo português, quase todo ao serviço dos inimigos da Igreja e quase todos, por consequência, nossos adversários. Não esperem de nós

Não é apenas nos meios religiosos que se censuram tentativas conciliatórias – assumidas, no fundo, pelo governo e por diversos liberais. N’*A Folha Nova*, critica-se frontalmente o liberalismo moderado/transigente. Em questão, os representantes do ministério na cidade, com suas posturas antirrepublicanas, mas também os portuenses que, após os discursos enérgicos no *meeting* (em que “a multidão interrompia, de vez em quando, os oradores, exigindo mais cólera, mais indignação”, em que se gritou ser necessário “cortar as asas às corujas da igreja”, ser urgente “destruir o jesuitismo”),¹⁰⁰⁴ dirigem-se tranquilamente para suas casas, “onde, em vez de engolir jesuítas, trataram de beber sossegadamente o chá em família”.¹⁰⁰⁵ Cutuca-lhes, assim, o diário republicano:

por Deus, srs. liberais, sejam coerentes; sejam claros nas suas afirmações; sejam intransigentes e fortes nas suas manifestações! Não se atirem só contra o papel ultramontano redigido por meia dúzia de alucinados, sem poder na opinião pública. Vão mais longe. Não combatam só o jesuitismo sem máscara, vibrem também as suas cóleras contra o jesuitismo com máscara.¹⁰⁰⁶

No texto, ainda se relacionam o posicionamento recente do jornal católico a outro caso anterior que aqui convém recuperar – ampliando as críticas ao Paço:

quando se realizou a procissão cívica em Lisboa no centenário de Camões [...], as folhas ministeriais de então ameaçaram a comissão executiva que havia dirigido aquela gloriosa festa [...]. O chefe do Estado assistiu à passagem da imponente procissão cívica, onde se fazia representar tudo quanto havia de respeitável, de grande, de vigoroso e de patriota no nosso país com as costas viradas e um sorriso de desprezo. [...] Ontem, os jesuítas mascarados chamavam corja aos que tomaram a iniciativa e deram todo o brilho ao centenário camoniano. Hoje, os jesuítas desmascarados insultam com o epíteto de faia e de canalhocracia os honrados e liberais portuenses que tomaram parte no cortejo cívico de sete de maio. Em ambos os casos, encontram o apoio moral e material dos de cima, aliados eternos do obscurantismo religioso que serve para conservar as massas na ignorância, de modo que o povo não chegue tão

condescendência nem tolerância. O católico não pode nem deve transigir com a Revolução e nós seremos dos menos transigentes. Curvados às leis e aos ditames da Igreja, rejeitamos tudo que não venha dela, tudo que se oponha aos seus ensinamentos. Estaremos sempre em guerra com os jornais dos arraiais contrários” (*Progresso Católico*, Guimarães, 30/10/1880).

¹⁰⁰⁴ Segundo a curiosa narrativa, “bons irmãos do Santíssimo, pacatos burgueses, frequentadores da missa do meio-dia nos Congregados e presidentes de diversas confrarias falaram no azorrague contra as irmãs hospitaleiras e no chicote contra a padrecada jesuítica, mas com tal impetuosidade, com tal arrogância, com tamanho ar terrível que quem os visse ali pela primeira e não os conhecesse de há muito como bons católicos romanos, julgaria assistir a alguma sessão tumultuosa e cruel da Comuna [...]. Felizmente para a Carta e para a burguesia, não era o Comité de Salvação Pública que fazia uma sessão; [...] era sim uma reunião de bons portuenses indignados, que *A Palavra* havia coberto de insultos e que estavam ali, protestando em discursos cheios de uma violência assombrosa” (*A Folha Nova*, Porto, 17/05/1882).

¹⁰⁰⁵ “Depois de nomeada uma comissão que foi exigir da redação d’*A Palavra* uma satisfação completa das injúrias dirigidas à briosa população portuense e depois de o presidente da mesa ter dado conta do público o que se havia passado com os proprietários e redatores do papel ultramontano, o comício dissolveu-se [...]. A liberdade estava reabilitada, o Porto estava limpo das injúrias vomitadas pelo órgão das sacristias, o jesuitismo estava morto, diziam os liberais do *meeting*” (*A Folha Nova*, Porto, 17/05/1882).

¹⁰⁰⁶ *A Folha Nova*, Porto, 17/05/1882.

cedo a compreender os seus direitos e a reclamar dessa forma o lugar que lhe compete como verdadeiro e único soberano que é.¹⁰⁰⁷

IV.III Machado e *A Derradeira injúria*

A coletânea *O marquês de Pombal: obra comemorativa do centenário da sua morte* vem a lume na Imprensa Nacional, em Lisboa, em 1885 – três anos após a efeméride a que faz menção seu título. Ainda em fins de 1881, entretanto, o projeto já é divulgado na imprensa carioca, onde se publica uma série de textos (críticos e elogiosos) sobre o marquês e sobre seus festejos. No Brasil (escravista, analfabeto e rural), o último quartel do século XIX também assinala, como em Portugal, mudanças no sentido de relativas estabilidade política e modernização.¹⁰⁰⁸ A introdução do telégrafo (1852) e a interligação com a Europa por cabo submarino (1874) permitem que notas de agências internacionais cheguem mais rapidamente à redação dos periódicos, que ainda recebem e repercutem informações de diferentes províncias, em uma altura em que a navegação a vapor e a crescente malha férrea, instalada a partir de 1852, facilitam sua distribuição interna.

Por um lado, contudo, deve-se relativizar o efetivo alcance dessa imprensa, que desde 1870 se faz mais relevante, mas impacta sobretudo a população não escravizada dos centros urbanos – de acordo com o censo de 1872, apenas 18,6% da população livre são alfabetizados, mas tal percentual alcança os 50,1% quando se desloca o olhar para o espaço elitista/privilegiado da corte.¹⁰⁰⁹ Por outro, ressalta-se que

as conversas de rua e nas confeitarias, os clubes, as conferências, os rumores, a leitura dos jornais em voz alta, as ilustrações faziam chegar os debates ao homem comum e aos ágrafos. [...] Um mesmo exemplar passava de mãos em

¹⁰⁰⁷ *A Folha Nova*, Porto, 17/05/1882. *Corja* é o termo empregado por deputados e jornalistas *progressistas* – ampliando conflitos na capital entre a comissão do centenário da imprensa (com apoio de republicanos e *regeneradores*) e o governo (suposto defensor da Monarquia diante de possíveis desordens e afrontas).

¹⁰⁰⁸ José M. Carvalho (2017 [1974]) reflete sobre a *construção da ordem escravista e da unidade* no Império, com atenção às relações entre a coroa, suas instituições e as elites na manutenção e na transformação das estruturas sociais, visando a superar conflitos e instabilidades após a Independência, como as rebeliões da Regência (1831-1840). Ângela Alonso (2012), pensando a *geração de 70*, aborda sujeitos marginalizados no arranjo político que, propondo programas de reforma (valendo-se do repertório da política científica coetânea e da tradição político-intelectual brasileira), criticam valores e instituições do II Reinado (1840-1889); arranjos e consensos que informam o *tempo Saquarema*, na expressão de Ilmar R. Mattos (2017 [1987]), que analisa a construção do Estado e a da classe senhorial destacando as ideias de civilização e ordem. Ricardo Salles (2013 [1996]), além de ressaltar a escravidão na formação política e cultural do Império, afirma que a crise entre 1870 e 1880 deve “ser entendida a partir da crise dessa escravidão e da relação entre o Estado imperial e sua manutenção”. A imbróglis e disputas afetando dinâmicas entre Estado e proprietários de terras, juntam-se pressões e estratégias dos abolicionistas. Ver: ALONSO, 2015.

¹⁰⁰⁹ 84,7% da população são livres e 15,2% escravizados. Entre livres, 42,7% são egressos da escravidão e seus descendentes. O analfabetismo entre livres é de 76,5% (homens) e 86,5% (mulheres). Excluindo menores da idade escolar, 77,4% da população é analfabeta (70,5% homens, 84,3% mulheres). Apesar de não terem acesso à escola, alguns escravizados sabem ler (0,08% no país, 0,67% na corte). Para Sidney Chalhoub (2012), “além de analfabeto, o Brasil era obviamente agrícola. Entre os que declararam profissão, 32,2% tinham ocupação na agricultura”. Ver: COSTA, 2010 [1997], cap. IV; 2010 [1998], cap. VI.

mãos. [...] [Muitos] valiam-se das edições do dia largadas nos cafés, já amareladas e amassadas de tanto manuseio. Acrescente-se a isso que, por nossa tradição de oralidade, notícias, folhetins, fofocas, anúncios eram lidos em voz alta para um público predominantemente ágrafo. Por outro lado, as conversas entreouvidas [...] divulgavam as matérias saídas nos periódicos.¹⁰¹⁰

De todo modo, se “a melhoria do sistema de comunicações fez as notícias circularem mais rápidas, rompendo o isolamento e a apatia em que viviam no princípio do século as cidades do interior [...], os benefícios do progresso concentraram-se nos grandes centros”.¹⁰¹¹ Mesmo quando se pensa a capital, deve-se atentar à “exiguidade do perímetro das letras da maior cidade brasileira da época e [à] efervescência cultural que a aglomeração desses meios de comunicação promovia”. Afinal, se poucos “sabiam ler e escrever, um contingente ainda menor de pessoas lia, escrevia e debatia ideias, mas tudo parecia ocorrer e se fermentar num local extremamente demarcado”.¹⁰¹²

Como Lisboa e o Porto, o Rio de Janeiro congrega, em suma, certa “elite intelectualizada” com estreito contato com as “novidades do século”,¹⁰¹³ a partir da qual parte da informação se alastra por diversos grupos sociais. Considerando o ambiente urbano, percebe-se a empolgação expressa (anos antes do período em tela) por um jovem Machado de Assis, para quem “o jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções”. Em sua perspectiva entusiástica, o jornal é um sintoma da regeneração e da democratização com que a Revolução Francesa abriu o século XIX; uma alavanca para a abalar o mundo. Para ele, “a discussão pela imprensa-jornal anima-se e toma fogo pela presteza e reprodução diária desta locomoção intelectual”.¹⁰¹⁴

Na *Gazeta de Notícias*, data de 15 de dezembro de 1881 a primeira referência ao “livro com que a comissão executiva do primeiro centenário do marquês de Pombal vai perpetuar a sua celebração”.¹⁰¹⁵ Trata-se de “uma comissão de sócios do Clube de Regatas Guanabareense, criada pela diretoria do mesmo clube”, que prepara “desde há muito tempo a celebração da festa do centenário do marquês de Pombal nesta cidade”. Entre “outras e

¹⁰¹⁰ MELLO, 2007, p. 13, 79. Sobre a imprensa oitocentista, ver: BARBOSA, 2010; COSTA, 2012; MACHADO, 2014, cap. II; MARTINS, 2015 [2008]; MOREL, 2015 [2008]; MOREL & BARROS, 2003.

¹⁰¹¹ COSTA, 2010 [1998], p. 259. Ver também: STRZODA, 2010.

¹⁰¹² NASCIMENTO, 2008 [2007], p. 74.

¹⁰¹³ MACHADO, 2014, p. 113. Quanto às *novidades do século*, o autor se remete à obra de Eric Hobsbawm (2009 [1987]), destacando as novas ideias relacionadas ao liberalismo e mudanças vinculadas às melhorias nas condições de vida – com a busca pelo bem-estar material e a exaltação dos benefícios alegadamente advindos do progresso e da civilização.

¹⁰¹⁴ MACHADO DE ASSIS, 1994. Antes publicadas no *Correio Mercantil* (Rio de Janeiro, 10,12/01/1859).

¹⁰¹⁵ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15/12/1881.

muitas ideias que se propõe realizar”, consta a coletânea.¹⁰¹⁶ A comissão é referida pela *Gazeta* ainda em julho, quando se aponta o nome de seus membros e, com otimismo, afirma-se: “é de esperar que com tão competente e distintíssima congregação de cavalheiros o Club de Regatas deva realizar mais um festival tão digno desta cidade como do vulto que vai ser comemorado”.¹⁰¹⁷

Essa é, também, a primeira menção ao centenário no jornal – o mais popular veículo da capital do Império. À altura, o marquês é foco de atenções por conta de outra iniciativa: entre junho e agosto, ele é o assunto de três das célebres e semanais *Conferências Populares da Glória*.¹⁰¹⁸ O responsável por tais palestras instrutivas sobre Pombal é João Manoel Pereira da Silva.*¹⁰¹⁹ Como de costume, o evento é previamente divulgado e seu conteúdo posteriormente apreciado na imprensa. Acerca da terceira conferência, lê-se nas páginas da *Gazeta*:

depois de recapitular a influência do marquês de Pombal na ordem social, política, econômica e civil de Portugal e dos seus resultados quanto à nacionalidade e levantamento das forças do país, lembrou ainda a glória que ganhara, reorganizando o exército [...]. Faltava ao marquês tratar da instrução pública e com ela de reerguer do abatimento a língua e a literatura. É o que fez com a reforma dos estudos superiores da Universidade de Coimbra e dos secundários em vários estabelecimentos, da propagação de escolas de instrução média e línguas mortas e do ensino primário em Portugal, Brasil e ilhas. Daí resultou grande melhoramento da língua, na literatura, nas ciências, nas artes. [...] O orador recebeu durante e depois da sua conferência os mais estrondosos aplausos do auditório e deixou a tribuna no meio de gerais felicitações tanto de S. M. o imperador, que comparecera, como do numeroso pessoal de senhoras e cavalheiros que assistiram.¹⁰²⁰

Uma semana mais tarde, anuncia-se outra conferência acerca de Pombal. Dessa vez, por José dos Santos Palmela, cidadão de Portugal residente no Império e que, indo de São Paulo à capital, discursa na Real Sociedade Clube Ginástico Português¹⁰²¹ sobre “a vida e a influência civilizadora do marquês de Pombal”. Divulga-se, a seguir, que ele “acaba de publicar um volume de mais de 100 páginas sobre o marquês de Pombal. Nele, defende a ideia do centenário do grande ministro, aliás já anunciado pelos positivistas”.¹⁰²²

¹⁰¹⁶ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 16/02/1882.

¹⁰¹⁷ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17/07/1881.

¹⁰¹⁸ Tais conferências, públicas e gratuitas, decorrem entre 1873 e 1889. São idealizadas e organizadas pelo conselheiro Manoel Francisco Correia* (até 1884). Atraem grande número de assistentes (contando-se entre eles, muitas vezes, o próprio imperador) e abarcam temas diversos – relacionados tanto à cultura quanto à ciência. À altura, são realizadas uma vez por semana, nas manhãs de domingo. Ver: CARULA, 2013.

¹⁰¹⁹ As conferências são proferidas nos dias 19/06 (n. 378), 17/07 (n. 382) e 21/08/1881 (n. 387).

¹⁰²⁰ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22/08/1881.

¹⁰²¹ Fundado em 1868 por imigrantes portugueses, ainda em funcionamento.

¹⁰²² *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12/09/1881. Quanto aos positivistas no Brasil, costuma-se destacar a relevância da *ortodoxia* (vinculada ao Centro/Apostolado/Igreja positivista no Rio de Janeiro – os que mais se vinculam ao centenário), mas importa ressaltar o “largo espectro tanto ideológico quanto territorial”

Intitulada *O centenário e a vida do marquês de Pombal*, a obra vem a lume em 1881. Mais tarde; em abril de 1883, escreve Palmela: “achando-se [já] esgotadas as três edições [...], cedemos ao desejo que nos manifestaram alguns amigos, publicando esta 4ª edição”. Ele afirma ser “o primeiro, aqui no Brasil, a escrever e a falar em público sobre os festejos que, mais tarde, se consagraram ao centenário”. Recorda que ainda em 1881 inicia sua propaganda, “fazendo tudo que estava ao nosso alcance a fim de que a ideia triunfasse e fosse coroada pelo entusiasmo popular. Depois dos trabalhos de gabinete e publicada a obra, subimos à tribuna popular, a fim de tornar bem patente e conhecido o espírito político das grandes reformas operadas pelo glorioso Pombal”.¹⁰²³

Entre as associações da capital que mais se empenham nos festejos, ele aponta os referidos clubes Guanabarenses e Ginástico Português. O escritor concede, além disso, particular relevo aos acadêmicos da capital, que, atendendo ao convite de seus congêneres lisboetas, reúnem-se em congresso/assembleia, deliberando sobre sua participação nos festejos.¹⁰²⁴ Após a referida reunião, em 30 de março, comunica-se à imprensa:

os estudantes das academias estabelecidas nesta corte, unidos pela ideia da solenização do primeiro centenário do grande estadista marquês de Pombal, organizaram-se em congresso e resolveram promover os meios de corresponder ao apelo que lhes foi dirigido pela patriótica mocidade portuguesa, a fim de auxiliá-los [na] [...] fundação de um *Instituto de Ensino Livre* [...]. Eternizada nas reminiscências de dois povos que se conglomera pelos interesses e pelas simpatias, que se unificam na mesma língua e se fundem na mesma origem, a memória do marquês de Pombal se impõe à gratidão pública em Portugal como no Brasil, que ainda hoje aproveitam o impulso benéfico que ele soube imprimir vigorosamente [...]. O Congresso Acadêmico vem por sua vez dirigir um apelo à ilustrada população desta capital, levantando uma subscrição pública; conta com os sentimentos generosos do povo e o auxílio poderoso da colônia portuguesa que sempre que

dos positivismos no Império. O positivismo “ocupa espaço mirrado na vida intelectual brasileira até a década de 70, quando se torna a coqueluche nacional”, com influência de Pereira Barreto, que propõe “uma explicação positivista dos grandes problemas nacionais”. Na corte, funda-se em 1878 a Sociedade Positivista, com orientação laffittista. Miguel Lemos* adere à Sociedade logo no ano seguinte e afirma suas liderança e radicalização – destaca-se também Teixeira Mendes.* Para Alonso (1995), não se deve limitar a consideração dos positivismos sob a lógica de ortodoxia/heterodoxia e importação, além de ser importante notar outras *ideias novas*, reapropriadas nos meios intelectuais do país. O que distingue o cientificismo positivista é “um exacerbado senso de missão social”, expresso em “vocabulário específico, composto por conceitos e preconceitos de Comte”. Tais ideias servem de “molde discursivo para a crítica à elite política formada por bacharéis liberais”, buscando “trazer o discurso legitimador da nacionalidade do campo da literatura romântica para o da ciência”. Ver: ALONSO, 2002, p. 120-146. Segundo Carvalho (1998 [1989]), “acusados de rigidez na exegese da obra de Comte, de insensibilidade em relação às mudanças sociais, políticas e científicas”, os *ortodoxos* têm “um objetivo político muito claro e uma estratégia política bem definida”. São “uma contra-elite do ponto de vista social e intelectual [...]”; uma nova geração que buscava novo espaço na sociedade”. Refletindo sobre os problemas do Império e visando a seu progresso, defendem a abolição da escravatura, o advento da República e a separação da Igreja e do Estado.

¹⁰²³ PALMELA, 1883 [1881], ao leitor.

¹⁰²⁴ PALMELA, 1883 [1881], ao leitor.

se trata de consagrar um tributo merecido tem sabido elevar o seu patriotismo à altura das tradições gloriosas de seu país.¹⁰²⁵

Dada a soma desses esforços, a comemoração pombalina na corte se afirma um acontecimento marcante, envolvendo diferentes iniciativas e ecoando na imprensa – em que desde meados do ano anterior é possível encontrar notas sobre os preparativos para os festejos, apreciações sobre a figura de Pombal e informações sobre as celebrações que se planejam e desenrolam. De acordo com o que se pode ler (e ver) na *Revista Ilustrada* (imagem 81) no dia 14 de maio,

continuam as festas pelo marquês de Pombal, divertindo esses, entusiasmando aqueles, interessando a todos, e não fazendo mal a ninguém. Poetas e literatos, bem ou mal, todos têm falado do estadista português. E na imprensa e no teatro, na terra e no mar, [...] ou entre alegres aplausos, ou entre apodos malévolos, não se ouviu esta semana senão o nome do primeiro ministro de D. José. Desde segunda-feira, tudo é Pombal no Rio de Janeiro e até domingo tudo ainda será Pombal na capital do Império. Pombal *for ever*! Grande festival, segunda-feira [dia 8], no [teatro de] Pedro II. Procissão cívica [dos acadêmicos], terça-feira [dia 9]. Iluminação, quinta-feira [dia 11], da praça da Aclamação. Regatas que prometem ser brilhantes, na praia de Botafogo [no dia 14]. Tudo é Pombal, enfim. [Menos] o sr. D. Pedro II – coitado! O que não tem sofrido, por não ser pombalino; dos próprios que pregam a liberdade para todos!¹⁰²⁶

Entende-se: tendo prestigiado com sua presença os festejos camonianos de 1880, bem como as referidas sessões das *Conferências Populares da Glória* que versaram sobre o governo pombalino e também, na perspectiva crítica da *Revista*, qualquer outro evento, seja no Rio de Janeiro ou em Petrópolis (imagem 82), o imperador não comparece, contudo, aos festejos pombalinos; não assiste sequer à sessão de gala no teatro que recebe seu nome – em que, de acordo com o programa divulgado na imprensa, organiza-se um

grande sarau literário-musical, sendo a parte literária o elogio histórico do grande estadista, feito pelo exmo. sr. dr. Rui Barbosa,* que se dignou a aceitar o encargo de orador oficial da comissão executiva dos festejos, e a parte musical desempenhada pela orquestra composta de 120 amadores e professores de diversas bandas de música, em número superior a 500 executantes, com o concurso de 100 exmas. sras. da nossa mais escolhida sociedade e 100 cavalheiros que graciosamente se prestam a tomar parte nos festejos.¹⁰²⁷

¹⁰²⁵ O congresso é convocado por alunos da Escola Militar. Na referida sessão, aprova-se “a proposta da comissão encarregada de estudar os meios de se levar a efeito a subscrição para a fundação de um Instituto [de Ensino] Livre em Portugal, estabelecendo o seguinte: que a diretoria do Congresso se dirija por circulares às diretorias das diversas sociedades portuguesas existentes nesta corte, solicitando seu valioso auxílio nesse sentido; que sejam nomeadas dez comissões de três membros cada, encarregadas de agenciar donativos, dividindo-se a cidade em dez distritos; que se publique no dia 8 de maio uma revista comemorativa, pedindo-se o concurso de todos os homens de letras e do corpo acadêmico, revertendo o saldo, se houver, em benefício do instituto” (*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 02/04/1882).

¹⁰²⁶ *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, 14/05/1882.

¹⁰²⁷ O referido programa, por parte do Clube Guanabarensense, abrange os dias 8, com o referido sarau, 11, com festas no jardim da Aclamação, “completamente iluminado” e 14 de maio, com “grande festa marítima na baía de Botafogo, que para esse fim será ornamentada com ilhas artificiais, cascatas, gôndolas venezianas e diversas embarcações embandeiradas e enfeitadas” (*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16/04/1882). Da parte dos estudantes, consta que “os alunos da Escola Militar da corte [de onde parte a iniciativa],

Exemplo de como muito se publica a tal respeito, a nota a seguir se encontra em um almanaque popular (para o ano seguinte), dentre cujas páginas se encontra este relato positivo, e também exagerado do centenário – de que se registra e divulga a lembrança, apresentando-o como uma festa extraordinária;

com uma pompa que excedeu tudo quanto se havia visto em festas populares, devendo-se a iniciativa ao benemérito Club de Regatas e uma brilhante cooperação à corporação dos estudantes, que com entusiasmo sem limites auxiliaram aquele clube na empresa de transformar a nossa capital durante muitos dias em cenário das *Mil e uma noites*. [...] O Clube de Regatas, para mostrar que é tão valente em terra como no mar, organizou uma festa na praça da Aclamação e outra na baía de Botafogo, cada qual tão deslumbrante que não há como descrevê-las [...]. Houve ainda um esplêndido festival no teatro de Pedro II [...]. A iluminação e adornos das ruas principais, as fantásticas *marches aux flambeaux* da corporação dos estudantes, as cem mil pessoas que alegres se agrupavam nos centros de reunião fizeram com que ainda daqui a muitos anos se falará com entusiasmo desse centenário.¹⁰²⁸

Quanto à mencionada coletânea, anunciada desde as primeiras referências sobre os festejos, ainda em 1881 se informam seus principais colaboradores e os formatos previstos: somam-se 4 mil exemplares, em três edições distintas – vendidas e distribuídas no Brasil, em Portugal e em outras partes da Europa. Indício de uma forte relação entre autores e impressos luso-brasileiros. No Rio de Janeiro, o interesse pelo que se passa do outro lado do Atlântico é potencializado pela existência de uma expressiva colônia portuguesa, que acompanha notícias de sua pátria pelos jornais locais – em alguns dos quais colaboram, como correspondentes regulares, conhecidos escritores lusos.¹⁰²⁹ Se os impressos periódicos são exemplo de uma circulação de textos entre os dois países, a coletânea pode ser entendida como luso-brasileira por excelência;¹⁰³⁰ planejada de um lado do Atlântico, e executada de outro, reúne importantes escritores dos dois países.¹⁰³¹

desejando tomar parte nos festejos do centenário do marquês de Pombal, obtiveram permissão do sr. ministro da Guerra para, no dia 9 do mês vindouro, esmolarem pelas ruas em uma passeata *aux flambeaux*, sendo o produto aplicado à liberdade dos escravos. O ministro concedeu as músicas dos corpos para acompanharem aqueles estudantes na sua passeata” (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21/04/1882).

¹⁰²⁸ *Folhinha* [Laemmert] *da saúde para o ano de 1883*... Rio de Janeiro, 1883.

¹⁰²⁹ Isabel C. V. L. Trabuco (2006) e João C. Zan (2009) se debruçam sobre correspondências portuguesas na *Gazeta de Notícias*, em que colaboram, dentre outros, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós e Guilherme de Azevedo, remetendo para o Brasil notícias e novidades de Paris, Londres, Lisboa e arredores.

¹⁰³⁰ Para Marçal Paredes (2007, p. 16-17), pode-se falar de *redes discursivas* de dimensão luso-brasileira. “O último quartel do século XIX e os primeiros anos do século XX denotam, no quadro do relacionamento luso-brasileiro, uma particular disponibilidade e uma especial atenção a assuntos implicando qualquer uma das margens do Atlântico [...]; a impressão que se tem é a do conhecimento mútuo que, pelo menos no âmbito intelectual, a cultura portuguesa e a cultura brasileira parecem cultivar um canal informativo eficaz e a possibilidade do estabelecimento e pontes e linhas de contato”.

¹⁰³¹ Os portugueses Emídio Garcia, Júlio de Matos, Latino Coelho, Oliveira Martins e Teófilo Braga; os brasileiros Henrique C. Moreira, Machado de Assis, Sílvio Romero e Tomás Alves Jr. Além de George Weber e Angelo de Gubernatis – alemão e italiano. Como se nota, entre os nomes há alguns tantos republicanos e positivistas. Na *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro, 15/12/1881), informa-se que a coletânea

Luso-brasileira, ademais, é sua temática: passado compartilhado por Portugal e Brasil, tanto celebrado quanto criticado com entusiasmo lá e cá. Se também no Império seus mais enfáticos opositores são grupos católicos mais aguerridos, há apreciações negativas por parte de outros setores, que destacam sobretudo as violências cometidas pelo ministro português e põem em causa os motivos para os estudantes da corte, sob a influência do Centro Positivista, envolverem-se em sua comemoração – a que não se reconhece o mérito. Na *Gazetinha*,* por exemplo, lê-se o seguinte:

a despeito das mais frisantes divergências de opinião e da mais completa ausência do sentimento coesivo, manifestadas oportunamente em torno da ideia de um centenário ao marquês de Pombal, essa afrontosa apoteose, sem originalidade nem lógica, vai finalmente receber nesta capital a sua ruidosa comemoração. Orientada pela retidão e pelo critério da moderna filosofia, a *Gazetinha* aplaude convictamente os centenários, porque eles significam a mais lúcida interpretação da justiça para com os beneméritos da humanidade. [...] Pombal não está nesses casos.¹⁰³²

Considerando com descrédito o juízo da *mocidade*, ainda se afirma, jocosamente: “a estudantada da corte vai deitar procissão cívica para festejar o assassino dos Távoras. Os meninos querem brincar... deixá-los. Se entre os 5 mil futuros bacharéis houver 10 que tenham uma ideia vaga de quem foi o marquês de Pombal, nós daremos as mãos a bolos” de palmatória.¹⁰³³ Além disso, em uma série de oitavas dispersas publicadas em diversos números do jornal, vêm à tona, de forma divertida, diferentes aspectos de sua crítica ao marquês e a seus apologistas – como se nota nos exemplos se seguem:

Foi Grande, mas deu seus tombos;
Fez bem, mas também fez mal;
Seu nome também tem lombos,
Foi grande, mas deu seus tombos;
Fosse antes, pombal de lombos
Do que marquês de Pombal;
Foi grande, mas deu seus tombos;

será “talvez a melhor edição que tem vindo de Portugal”, com colaboração de “escritores de primeira reputação [...]”; o produto líquido da edição reverterá para um fim especial de instrução pública”.

¹⁰³² *Gazetinha*, Rio de Janeiro, 21/04/1882. Ainda na *Gazetinha* (Rio de Janeiro, 08-09/05/1882), encontra-se mais tarde o seguinte comentário crítico, eloquente pelos exemplos que mobiliza entre jornais locais e escritores do Brasil e de Portugal: “S. M. o Imperador não quer assistir às festas de Pombal; Camilo Castelo Branco repele-o; Oliveira Martins considera-o inepto; Ramalho Ortigão detesta-o; Pinheiro Chagas acusa-o; o parlamento não se lembrou dele; a *Gazeta de Notícias* diz que ele não foi propriamente um Cristo; *O Globo* não acha que ele se assinalasse por atos que o elevem como um benemérito das nações; a *Gazeta da Tarde* chama-o assassino; o *Jornal do Comércio* diz que ele nasceu a 13 de maio de 1699; o *Jornal da Noite* nada diz; *O Cruzeiro* elogia-o; O Centro Positivista espera ainda alguns séculos para ver se ele será digno de figurar ao lado de Luís XI; Carlos de Laet [referido à frente neste capítulo] mete-o a ridículo; Machado de Assis, o nosso primeiro literato, recusou-se a colaborar para a obra do Porto [jornal comemorativo, do Clube Guanabarenses, publicado no Porto em 1882 e divulgado à altura]. Então quem diabo aplaude o centenário? Não falamos d’*O Apóstolo* e d’*O Brasil Católico*, porque são suspeitos”. Dado o enfoque à oposição católicos x republicanos na primeira parte deste capítulo, busca-se, aqui, apontar outros aspectos das leituras (elogiosas e críticas) em torno do passado pombalino na altura. A recusa da *Gazetinha* em sequer considerar os argumentos católicos é, a tal respeito, importante: não debatem no mesmo campo.

¹⁰³³ *Gazetinha*, Rio de Janeiro, 05/05/1882.

Fez bem, mas também fez mal.¹⁰³⁴

O Pombal que honrar queremos
Não foi um pombo sem fel –
É justo, oh Centro, que honremos
O Pombal que honrar queremos?
Dizemos tal, Miguel Lemos,
Porque tal lemos, Miguel:
O Pombal que honrar queremos
Não foi um pombo sem fel!¹⁰³⁵

Marquês, à Glória não passas;
Pombal, na História esbarraste!
Por muito e muito que faças,
Marquês, à Glória não passas!
Festas?... Foguetes?! Fumaças
Da burguesia que alaste!...
Marquês, à Glória não passas;
Pombal, na História esbarraste!¹⁰³⁶

Festeiros, oh grande gente,
Sois uns festeiros anões!
Fazeis festa ingenuamente,
Festeiros, oh grande gente!
Essa festa é simplesmente
Plágio às festas de Camões!
Festeiros, oh grande gente,
Sois uns festeiros anões!¹⁰³⁷

Meninos, ide pra aula!
Que tendes com Portugal?
Por São Francisco de Paula!
Meninos, ide pra aula.
O tal marquês foi da “jaula”;
Não foi marquês do “pombal”.
Meninos, ide pra aula!
Que tendes com Portugal?¹⁰³⁸

Já às vésperas das comemorações, também no satírico *O Binóculo** se critica depreciativamente o “júbilo ingênuo e primitivo” com que, “cheio de convicção e ardor”, celebra-se (com música, foguetes, bandeirolas, luminárias e hinos) o marquês:

¹⁰³⁴ *Gazetinha*, Rio de Janeiro, 10-11/04/1882.

¹⁰³⁵ *Gazetinha*, Rio de Janeiro, 12/04/1882. O *Centro* é o Centro Positivista, liderado por Miguel Lemos, que na altura escreve: “Pombal valeu pra Portugal uma revolução francesa. O que Turgot não pôde realizar em França, vendo-se obrigado a deixar que o movimento reformador partisse do povo, em vez de ser promovido e regulado pela realeza, efetuou-o Pombal em nossa mãe-pátria. A sua obra tem dois aspectos; um negativo, que constituiu em fundar as condições da liberdade moderna pela anulação da influência aristocrática e destruição da supremacia retrógrada da Companhia de Jesus, outro positivo, pela animação que deu à indústria e à ciência, bases fundamentais das sociedades futuras. Eis porque Pombal é um grande homem e como tal merecedor do novo culto que surge no ocidente, confirmando com vivo esplendor as previsões científicas do fundador da Religião da Humanidade” (MOCIDADE, 1882).

¹⁰³⁶ *Gazetinha*, Rio de Janeiro, 15/04/1882.

¹⁰³⁷ *Gazetinha*, Rio de Janeiro, 17-18/04/1882. Os festejos camonianos foram mais bem recebidos. Sua iniciativa, na capital, partiu da colônia portuguesa, com destaque ao Gabinete Português de Leitura. Contudo, houve resistências dos portugueses ao aspecto *luso-brasileiro* dado ao poeta. Ver: VENÂNCIO, 2012; AZEVEDO, 2015. Nos pombalinos, o Gabinete não se destaca, mas o Ginástico, como visto, sim.

¹⁰³⁸ *Gazetinha*, Rio de Janeiro, 01-02/05/1882. A referência a São Francisco de Paula remete ao *largo* onde então se encontra a Escola Politécnica – instituição em que o positivismo tem grande acolhida e em que estudam alguns dos promotores dos festejos acadêmicos.

rejubila-te, pois, oh crédulo, oh ignorante! Mas enquanto te entregas inteiramente aos delírios insensatos dessa pandega, permite [...] que *O Binóculo*, um tanto mais esperto do que tu, tome a liberdade de pensar no triste destino que te espera, se porventura não tomares juízo. [...] [*O Binóculo*] não é admirador do marquês de Pombal, pela mesma razão por que não é admirador de Nero, nem de Calígula, [...] nem de outros insignes malvados. [...] Sabes tu o que significa a apoteose ao marquês de Pombal? Significa o aplauso inconsciente de um povo santamente ignorante a um estrangeiro que só tendo feito mal ao seu país, não podia fazer bem ao dos outros. Significa, além disso, um plágio caricato ao tricentenário do épico que sintetiza a nacionalidade portuguesa.¹⁰³⁹

Além de se acusar a “especulação” por parte dos promotores (especialmente o Clube Guanabarenses), que supostamente esperam lucrar com os festejos, criticam-se não só os métodos violentos do marquês, mas também a eficácia de suas medidas (“Reformas! Reformas! Mas se Portugal, como diz o sr. Oliveira Martins, desde o século dezessete até os nossos dias tem vindo de revolução em revolução, *fazendo tudo de novo*”). Junto do texto, publica-se uma ilustração em que se retrata Pombal com olhar sinistro, coroadado pela morte e assentado em um trono feito de cadáveres (imagem 83), com legenda mordaz: “o eminente regenerador do Portugal jesuítico, por meio da força, da coroa, do terremoto, dos cavalos e de outros instrumentos de progresso”.¹⁰⁴⁰

Quanto aos estudantes, percebe-se com clareza o sentido que eles visam a dar aos festejos na eloquente e abrangente introdução-justificativa (assinada pela comissão da *mocidade acadêmica*) ao livro-homenagem por eles organizado, reunindo colaborações diversas (dentre as quais constam lideranças positivistas, cuja influência se nota):

em sua marcha incessante, o espírito humano há elaborado fecunda e gloriosamente o campo da história. [...] Achou-se a lei da história no meio daquele enorme caos [...]. Borrada a Providência caprichosa da teologia nos fatos sociais, aceitou-se como provada a ação de uma Providência real, efetiva, positiva: a Providência humana. Viu-se através os séculos a imagem desse grande ser. [...] Daqui nasceu uma nova orientação à marcha progressiva do homem [...], ligado ao passado e ligado ao futuro. [...] Daqui proveio o culto da Humanidade. [...] Destacou-se do quadro da história o vulto dos grandes servidores do gênero humano. Hoje celebram-se as festas da positividade sem o tributo da catolicidade. [...] É um vulto secular. A história já o levantou ao céu da imortalidade. O marquês de Pombal foi uma força útil ao desenvolvimento social [...]; um batalhador gigante. Lutou peito a peito com a sociedade e venceu e esmagou a hidra reacionária que procurava estorvar a marcha da humanidade. [...] Calçou aos pés o demônio reacionário e procurou liberar o espírito humano da ignorância. Ainda hoje se escuta o grito agudo e se ouve o gemido doloroso desse corpo vigoroso que caíra aos seus golpes. Surgem da sombra os espectros do jesuitismo, que procuram perturbar o concerto harmonioso que se celebra em torno da estátua secular do marquês de Pombal. É a luta da treva contra a luz. [...] Se não desconhece em geral a ação do grande homem português na marcha do espírito humano, enxerga em particular a sua ação no nosso passado. [...] Não se pode separar do nosso

¹⁰³⁹ *O Binóculo*, Rio de Janeiro, 06/05/1882.

¹⁰⁴⁰ *O Binóculo*, Rio de Janeiro, 06/05/1882.

passado o passado glorioso da nação portuguesa. [...] É forçoso aceitar o nosso passado colonial e não desconhecer a ação dos seres que o serviram. [...] Encarado por esse lado, o nome do marquês de Pombal prende-se a nós como se prende a Portugal. Isso explica de mais a nossa manifestação.¹⁰⁴¹

Por fim, remete-se aqui a um peculiar texto relativo às comemorações. Saído da pena de Machado de Assis, *A Derradeira Injúria*,¹⁰⁴² poema composto por 14 sonetos,¹⁰⁴³ aparece pela primeira vez no volume editado em 1885. Quanto ao autor, atenta-se a sua ausência no material até então vindo a lume: ele não é elencado nas primeiras listagens de colaboradores,¹⁰⁴⁴ não participa das obras do *Guanabarense* publicadas em 1882¹⁰⁴⁵ e não se refere diretamente ao marquês nos jornais em que colabora.¹⁰⁴⁶ Escreve, entretanto, o poema, posicionando-se no debate candente sobre Pombal; relacionando sua figura histórica e a narrativa mais difundida a seu respeito. Demarca-se, contudo, do tom elogioso do volume que afinal integra, no qual seu texto é introduzido por um verso, em epígrafe: “E ainda, ninfas minhas, não bastava...” – um trecho d’*Os Lusíadas*¹⁰⁴⁷ que,

¹⁰⁴¹ MOCIDADE, 1882, introdução.

¹⁰⁴² Segundo João P. Papassoni (2018, p. 12), cuja interessante leitura se acompanha de perto nas próximas páginas, o poema recebeu pouca atenção, “percorrendo lateralmente a já lateral obra poética” do autor. Para o texto (doravante citado sem referências), remete-se ao estudo crítico de Papassoni (anexado em sua dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira), que cotejou a publicação com outras versões/edições póstumas, atualizando pontuação e ortografia.

¹⁰⁴³ Forma métrica clássica, 14 versos com um esquema rimático que forma duas quadras (quatro versos) e dois tercetos (três versos). No poema, o terceiro dos 14 sonetos do conjunto é invertido. Ainda que aqui não se avance nas reflexões, aponta-se como referência para a consideração dos textos então produzidos: TEIXEIRA, 2010, cap. I – em que se propõe que “os presumíveis fatos exteriores à obra de arte devam ser entendidos como geradores de discursividades, e não como origem factual da ficção [...]”; matrizes de questões discursivas e de textos que participam das matérias com as quais o autor trabalha durante o processo de construção retórica do enunciado”, sugerindo que se investiguem “relações entre a ficcionalidade do texto e a textualidade da história”; que, portadora “da energia dos códigos de seu tempo”, toda obra “depende de uma base interdiscursiva com a qual dialoga, de um debate em que se insere”.

¹⁰⁴⁴ A primeira referência a sua colaboração é posterior à festa: *A Folha Nova*, Rio de Janeiro, 28/12/1882.

¹⁰⁴⁵ Um jornal comemorativo (GUANABARENSE, 1882b), de número único; uma coletânea de poesias (GUANABARENSE, 1882a); o discurso proferido nos festejos por Rui Barbosa (1882).

¹⁰⁴⁶ Em um jornal em que muito influi, contudo, lê-se: “as comemorações estão em moda [...]. Embora esplêndidas, foram muito discutidas as festas ao ministro de D. José. Uns não queriam as festas porque Pombal fora um malvado; outros, porque Pombal fora feliz... A mim, simples cronista, pouco se me dá a vida alheia; e se Pombal foi um santo, segundo Augusto Comte, se um diabo, segundo o *Apóstolo* [jornal católico que muito criticou o centenário], as festas foram brilhantes e divertidas. Eu não filósofo; regozijo-me. Desde o centenário de Camões não tínhamos tido regatas tão esplêndidas e tão concorridas. A baía de Botafogo, a bela baía de Botafogo oferecia um aspecto fantástico ao longo da praia... Mas a leitora deve ter lá estado e eu não quero fazer de Rui Barbosa que *nos contou no Pedro II toda a história já sabida do marquês celebrado*” (*A Estação*, Rio de Janeiro, 31/05/1882. Grifos meus).

¹⁰⁴⁷ Machado colaborou nos festejos camonianos, escrevendo a peça *Tu, só tu, puro amor* (publicada na *Revista Brasileira* ainda em 1880 e em formato de livro em 1881), encenada na noite principal, além de ter escrito sonetos em homenagem a Camões, publicados em edições comemorativas. Quanto ao verso em questão, ele remonta ao canto VII, estância 81 d’*Os Lusíadas*: “E ainda, Ninfas minhas, não bastava / Que tamanhas misérias me cercassem, / Senão que aqueles, que eu cantando andava / Tal prêmio de meus versos me tornassem: / A troco dos descansos que esperava, / Das capelas de louro que me honrassem, / Trabalhos nunca usados me inventaram, / Com que em tão duro estado me deitaram”. A seguir, continua a se desenvolver a temática do trabalho do poeta; da fama e da glória de que escrevia, e das recompensas que não obtinha; da oposição entre o poeta e seus contemporâneos, mais especificamente os governantes, criticando sobretudo os ambiciosos que queriam subir a grandes cargos com torpes exercícios (estância 84).

além de vincular as apoteoses pombalina e camoniana, traz à tona, incidentalmente, a reflexão de Camões acerca da relação entre poder e glória; importante na apreciação do autor brasileiro sobre o passado pombalino e sobre sua recordação pelos pósteros.

De acordo com João Paulo Papassoni (que se debruçou sobre o referido texto, produzindo um esclarecedor trabalho crítico-interpretativo), uma característica marcante do poema é a ocorrência de duas vozes distintas. A primeira corresponde ao eu-lírico – o *sujeito poético*; construção textual que não se confunde com o autor empírico e que se apresenta como a voz que *fala* no poema. É a voz dos dois primeiros e dos cinco últimos sonetos. Empregando a terceira pessoa gramatical, descreve um cenário que remonta aos momentos imediatamente anteriores a um episódio da terceira invasão francesa (o *gaules que persegue*) ao território luso, quando tropas em retirada (após enfrentamentos com forças anglo-portuguesas – o *bretão que defende*) profanaram o túmulo do marquês (o *grande ministro cujo formidável nome encontrava-se no féretro* descrito).¹⁰⁴⁸

Os versos evocam a igreja de Nossa Senhora do Cardal, onde ficaram os restos fúnebres de Pombal de 1782 até 1856, quando de seu traslado para Lisboa. Ele havia morrido em desgraça – condenado e afastado do centro do poder. Ou seja, até mesmo a seus restos foi imposto desterro, ficando seu sarcófago fechado na *solitária igreja* a que se faz alusão no poema. Eis o cenário descrito, a partir do qual se permite falar a segunda voz, referida como *voz de fato* – assim introduzida:

Ora, na solitária igreja em que se há posto
O féretro, se alguém pudesse ouvir, ouvira
Uma voz cavernosa e repassada de ira,
De tristeza e desgosto.

Era uma voz sem rosto,
Um eco sem rumor, uma nota sem lira.
Como que o suspirar do cadáver disposto
A rejeitar o leito eterno em que dormira.

E ninguém, salvo tu, ó pálido, ó suave
Cristo, ninguém exceto uns três ou quatro santos,
Envolvidos e sós, nos seus sombrios mantos,

E ninguém ouvia em toda aquela escura nave
Dessa voz tão severa, e tão triste, e tão grave,

¹⁰⁴⁸ À altura, a corte lusa encontrava-se no Rio de Janeiro, para onde fugira, sob escolta britânica, quando da primeira invasão do país por tropas francesas (1807). A terceira invasão iniciou-se em agosto de 1810. Mais de 50 mil homens comandados pelo marechal Massena tomaram a praça de Almeida. As tropas visavam a alcançar Lisboa, mas ficaram detidas por um tempo nas Linhas de Torres Vedras, depois de uma derrota em setembro. Com dificuldade para reabastecer seu exército já bastante desgastado, o marechal resolveu se retirar no início de março de 1811. Suas tropas enfrentaram, contudo, uma série de dificuldades e pilharam o que encontravam no caminho. Na vila de Pombal, houve, ainda no início de março, um enfrentamento entre com forças anglo-portuguesas. Acerca do contexto mais amplo das invasões, ver: NEVES, 2008, p. 69-118; ARAUJO, 1998, p. 21-40.

Murmurados a medo, as cóleras e os prantos

É uma voz defunta; o contraditório *suspirar do cadáver* que rejeitava o silêncio que se esperava do *leito eterno em que dormira*. Entre o terceiro e o nono sonetos, o eu-lírico concede espaço a essa segunda voz, que desenvolve reflexões em um discurso interno (apresentado entre aspas, dirigindo-se a um destinatário referido na segunda pessoa do singular – sem distanciamento formal, portanto). Desenvolve-se um percurso reflexivo por momentos selecionados do passado português mais conhecido, traçando paralelos entre glórias e adversidades do país.

E depois de um silêncio: – “Um dia, um dia, um dia
Houve em que nesta nobre e antiga monarquia
Um homem, – paz lhe seja e a quantos lhe consomem
A sagrada memória, – houve um dia em que um homem,

“Posto ao lado do rei e ao lado do perigo
Viu abater o chão; viu as pedras candentes
Ruírem; viu o mal das cousas e das gentes,
E um povo inteiro nu de pão, de luz e abrigo.

“Esse homem, ao fitar uma cidade em ossos,
Terror, dissolução, crime, fome, penúria,
Não se deixou cair coos últimos destroços.

“Opôs a força à força, opôs a pena à injúria,
Restituiu ao povo a perda hombridade,
E onde era uma ruína ergueu uma cidade.

O soneto citado, sexto do conjunto, marca o momento a partir do qual se passa a abordar o período pombalino,¹⁰⁴⁹ retratando, a partir do terremoto de 1755, a reedificação de Lisboa – uma de suas medidas menos polêmicas e mais elogiadas ao longo do tempo.¹⁰⁵⁰ Nota-se um tom elogioso e se percebe que o marquês é o homem de que se fala; o homem que, *ao lado do rei e ao lado do perigo*, não se prostrou diante da capital em destroços, mas *opôs a força à força, opôs a pena à injúria*, restituindo o povo e a cidade por meio de sua ação governativa. Nos dois sonetos seguintes, contudo, ao mesmo tempo que se abordam elementos mais criticáveis de sua governação, nota-se que o discurso se dirige, na verdade, ao próprio marquês:

“Esse homem eras tu, alma que ora repousas
Da cobiça, da glória e da ambição do mando,
Eras tu que um destino, e propício, e nefando,
Ao fastígio elevou dos homens e das cousas.

¹⁰⁴⁹ Papassoni (2018) destaca que “E depois de um silêncio” marca a passagem de um passado mais remoto – a época camoniana; a época clássica das epopeias, da glória das descobertas e dos heróis da navegação – a um passado mais recente: o período pombalino. Um salto de quase três séculos; mais uma conexão entre Camões e Pombal a ser pontuada em relação à leitura do poema e às comparações nele apontadas entre as duas figuras históricas portuguesas comemoradas em fins do século XIX.

¹⁰⁵⁰ A que, contudo, Castelo Branco, por exemplo, questiona o valor, como referindo em nota ao capítulo III desta tese. Nos capítulos II e III, ademais, refere-se às referências elogiosas ao processo.

“Eras tu que da sede ingrata de ministro
Fizeste um sólio ao pé do sólio; tu, sinistro
Ao passado, tu novo obreiro, áspero e duro,
Que traçavas no chão a planta do futuro.

“Tu querias fazer da história uma só massa
Nas tuas fortes mãos, tenazes como a vida,
A massa obediente e nua.

“A luminosa efígie tua
Quiseste dar-lhe, como à brônzea estátua erguida,
Que o século corteja, inda assustado, e passa.”¹⁰⁵¹

Pombal, nessa leitura, foi elevado ao topo do poder por um *destino* ao mesmo tempo *propício e nefando* – o que prenuncia tanto reconhecimento quanto crítica. São-lhe atribuídos cobiça, ambição, vontade de poder e desejo de glória. Afinal, enquanto ministro do monarca, fez-se *sólio* [poder] *ao pé do sólio* [trono];¹⁰⁵² uma ponderação que ecoa as denúncias feitas a sua época de que era ele quem governava no lugar do monarca; de que efetivamente dispunha do poder régio. Destacando os traços *áspero e duro* de Pombal, aponta-se como, com sua acusada aversão ao passado (tradição/caducidade), ele se dispôs a traçar *no chão a planta do futuro* (modernidade/progresso) – seja da cidade de Lisboa, seja do próprio império português, cujo destino ele afinal supunha conduzir com suas *fortes mãos*; como um oleiro: lidando com o povo e com a história como se de uma *massa obediente e nua* se tratassem.

Ao apresentar sua intenção de mobilizar a história, refere-se à célebre *brônzea estátua* equestre; emblema do reinado de D. José, em cujo pedestal Pombal fez colocar um medalhão com sua *luminosa efígie*, também em bronze – visando a perpetuar; a legar à história/memória do futuro, junto da principal representação perene do monarca, também a evocação de sua figura.¹⁰⁵³ Se no sexto soneto se apresenta Pombal como o restaurador de Lisboa, no oitavo o ministro é referido como um demolidor, como um verdadeiro *terremoto político*, nas conhecidas palavras de Oliveira Martins.¹⁰⁵⁴ Abordam-

¹⁰⁵¹ Acerca do trecho, a ponderação de Papassoni (2018, p. 91) é bastante pertinente: “o mais compreensível seria que a partícula *lhe* esteja recuperando o termo *história*, ou seja, como se o ministro tivesse a intenção de dar à história a sua marca, seu rosto, como o fez na obra de escultura”.

¹⁰⁵² *Sólio*: “assento do rei; trono; *Fig.* poder real” (HOUAISS, 2001).

¹⁰⁵³ Pouco antes, lê-se em *A Cruz do Operário* (Lisboa, 22/04/1882): “quis eternizar-se a si e quer *lhe* tenham lá o busto, quer o substituam, é sempre o monumento do marquês de Pombal e não o de D. José”. Ver o capítulo III desta tese.

¹⁰⁵⁴ Martins (1882 [1879]). Também o historiador (MARTINS, 1885 [1882]) colabora na obra em que se publica o poema com um artigo acusando a incompatibilidade de suas medidas com o “radicalismo liberal individualista”. Aponta ser “o momento de fazer justiça ao grande português de há cem anos. Portugal nunca deixou de o venerar como o Sansão em cujos ombros aluíram as colunas miseráveis dessa sociedade fradesca e beata, educada pela férula dos jesuítas e coroada por D. João V [...] nós dizemos ter chegado o momento de fazer a apoteose do nosso estadista, não como demolidor do passado, mas como apóstolo do futuro [...] um precursor, embora a sua doutrina se formulasse de um modo já hoje caduco para nós e a sua empresa falhasse em um país abastardado por dois séculos de educação jesuítica”. Refletindo, bastante mais

se, então, aspectos de sua governação sobre os quais mais se levantam vozes críticas: sua ação enérgica contra o que ele entendia como *caduco* e *informe*. Propondo reformar o país, Pombal se dispôs a supliciar aqueles que se colocassem contra seu empenho. Ainda que os versos não detalhem tais suplícios, neles se evocam as lágrimas vertidas em decorrência das ações do marquês – sobretudo aquelas contra a nobreza e a Igreja, representando seu governo sob a perspectiva de uma espécie de batalha contra tais forças.

Após tais reflexões, Machado silencia a dita voz e o eu-lírico retoma a fala a partir do décimo soneto. Já no décimo-primeiro, afirma-se claramente a identidade da voz que antes se pronunciava:

E essa voz era a tua, ó triste e solitário
Espírito! Eras tu, forte outrora e vibrante,
Que pousavas agora, – apenas cintilante, –
Sobre o fêretro, como a luz de um lampadário.

Era tua essa voz do asilo mortuário,
Essa voz que esquecia o ódio triunfante
Contra o que havia feito a tua mão possante,
E a inveja que te deu o pontual salário.

E contigo falava uma nação inteira,
E gemia com ela a história, não a história
Que bajula ou destrói, que morde ou santifica.

Não; mas a história pura, austera, verdadeira,
Que de uma vida errada a parte que lhe fica
De glória, não esconde às ovações da glória.

Tal voz, *cavernosa e repassada de ira, tristeza e desgosto*, é, afinal, a própria voz do marquês. No poema, portanto, é Pombal quem, contrariando o destino, deseja se fazer ouvir, falando de si mesmo – ainda que ninguém, senão as imagens (também sem vida) do templo, esteja no recinto para ouvir seus lamentos (ele fala, pois, para si mesmo).

Nota-se que é essa (segunda) voz que apresenta as reflexões sobre o passado de Portugal e mais especificamente sobre o período pombalino, imprimindo-lhes um tom encomiástico, a condizer com uma obra elaborada em homenagem ao ministro. O curioso é perceber como, no poema, o elogio a Pombal e ao pombalismo se dá não de maneira direta, e sim por essa via indireta; recorrendo à voz do marquês defunto (ausente *re-apresentado*), que discursa longamente sobre si mesmo, em uma espécie de *memória(s)* *póstuma(s)* de seu governo e também de sua sobrevida na recordação dos pósteros –

tarde, sobre a coletânea do *Guanabarenses*, M. Carneiro de Mendonça (*R.IHGB*, t. 278, 1968, p. 372-373) afirma ter Oliveira Martins “se aproximado muito do abismo da falta de escrúpulos, aceitando o convite que lhe foi feito para escrever sobre Pombal, quando o que buscavam era a obtenção nos moldes das de Rui, Latino Coelho, Silvio Romero e outros, e não os por ele emprestados à sua, também ali publicada, isso, sem ter a coragem de se mostrar radicalmente contra Pombal, ou de ter tido a honestidade de, por isso, recusar o convite”. Apesar não se referir a Machado, tal crítica também lhe caberia.

reclamando, inclusive, do relativo descaso/esquecimento a que julga ter sido legado (como, a seu ver, comprova seu esquite, então recluso na igreja da pequena vila de Pombal, relativa e suficientemente distante da corte).

Ademais, por se dirigir a si mesmo, o marquês pode ser entendido, como ressalta Papassoni, como assunto, destinatário e emissor de tal discurso. Buscando aproximações ao poema na obra machadiana, o pesquisador, além de apontar as mais facilmente relacionáveis *Memórias póstumas de Brás Cubas* (que, como o título bem indica, tratam dos recordos de um personagem já falecido – abordando sua vida e o pós-vida, em um discurso dirigido ao verme sepulcral),¹⁰⁵⁵ resgata um trecho de *O Alienista* em que uma personagem anuncia ter composto uma “ode à queda do marquês de Pombal”,¹⁰⁵⁶ o que se aproxima daquilo que Machado desenvolve no poema supostamente comemorativo: uma ode à *derradeira injúria* do marquês.¹⁰⁵⁷

Acerca de outras evocações literárias de um Pombal defunto, e ativo, apontam-se aqui mais duas referências.¹⁰⁵⁸ Em um trecho do célebre *Viagens na minha terra* (1845-1846), de Almeida Garrett,* acompanha-se o narrador em uma jornada mental em procura do marquês *no reino das sombras para lhe fazer uma pergunta* – uma questão referente às vinhas do Ribatejo, que aqui importam menos que a própria inclusão, nas viagens, da representação de um Pombal já falecido. O marquês, com sua luneta, defende altivamente sua ação, posta em causa pelo narrador. Em outro trecho do livro, por fim, encontra-se

¹⁰⁵⁵ Publicado na *Revista Brasileira* em 1880 e em 1881 em formato de livro. Na dedicatória, lê-se: “ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver dedico com saudosa lembrança estas memórias póstumas”. Em 1881, em discurso no IHGB em homenagem aos consócios recém-falecidos, Franklin Távora proclama, explicitando no texto o corte que separa vivos e mortos (ausentes *re-apresentados* em seu discurso/elogio fúnebre): “os evocados voltam às nossas relações como se entre eles e nós nunca se tivesse interposto o verme sepulcral [...]; são eles o objeto da nossa festa, são eles os laureados e somos nós que os galardoamos, nós que representamos neste momento a primeira entrância da posteridade” (*R.IHGB*, t. 44, pt. II, p. 451-452). Como apontado no capítulo I, a partir da referência a Joaquim Manoel de Macedo (*R.IHGB*, t. 26, 1863, p. 925-926), tais discursos são apresentados como depoimentos, lembrança (de teor pessoal, mas verdadeiros), e não ainda como uma sentença – a biografia, escrita “com a severidade dos preceitos da história” (distanciamento, imparcialidade e crítica). Curiosa perspectiva sobre a relação entre evocação póstuma, registro documental e escrita crítica póstera. Sobre tal relação, pensada a partir da *operação historiográfica*, ver o capítulo II desta tese.

¹⁰⁵⁶ Publicado em *A Estação* em 1881 e em livro em *Papeis Avulsos*, de 1882. O trecho referido: “Uma vez, por exemplo, compôs uma ode à queda do marquês de Pombal, em que dizia que esse ministro era o ‘dragão aspérrimo do Nada’, esmagado pelas ‘garras vingadoras do Todo’” (*A Estação*, Rio de Janeiro, 15/12/1881). Martim Brito, a personagem em questão, encarna a pompa verbal. Ver: TEIXEIRA, 2010. Apresenta-se a obra como intervenção artística em controvérsias de seu tempo – a questão religiosa, as rebeliões regenciais (e a centralização política no Império) e a afirmação do discurso médico (embate entre ciência e teologia).

¹⁰⁵⁷ PAPASSONI, 2018, p. 28-29.

¹⁰⁵⁸ Além das peças teatrais referidas nos capítulos II e III desta tese (GARRETT, 1848 e CASCAIS, 1899 [1862] – respectivamente), que literalmente colocam um marquês-personagem em cena.

uma referência à reconstrução de Lisboa após o terremoto. Nessa parte, as iniciativas pombalinas, abordadas como realidade histórica, são apreciadas de modo crítico.¹⁰⁵⁹

Carlos de Laet,* por sua vez, em uma crônica crítica aos frequentes centenários positivistas (*festas sociológicas de grande alcance*), diverte-se em se imaginar e narrar visitando o marquês de Pombal pela curiosa via de uma sessão espírita (*uma fresta do sobrenatural* que o conduziu ao *paraíso da humanidade, departamento da política moderna* – segundo encaminhamento dos conhecidos termos positivistas).¹⁰⁶⁰ No texto irônico, o próprio marquês apresenta, diante dos outros *grandes* do passado e do cronista, suas credenciais para uma apoteose, enumerando seus méritos. Contudo, ao vislumbrar, valendo-se de sua famigerada luneta, a realidade de seus festejos no Rio de Janeiro, Pombal exclama: “isso não passa de uma grande troça para desmoralizar-me a história... Não é meu centenário [...]. Fosse no meu tempo! Por muito menos, houve quem apodrecesse na cadeia, quando não se espichava numa forca”.¹⁰⁶¹

Quanto à suposta justificativa para sua crítica em forma de crônica, que convoca o marquês para falar sobre si mesmo, no lugar de historiadores, Laet afirma:

levava todo o dia a pensar no marquês de Pombal e nas espetaculosas festanças que se preparam para honrar-lhe a memória. *Assaltavam-me o espírito muitas dúvidas e hesitações quanto ao definitivo julgamento da história sobre esse grande vulto [...]; em vez de ler crônicas e compulsar historiadores, muito mais fácil me seria evocar o façanhoso marquês, registrando depois num folhetim, respeitosamente comemorativo, as curiosas e verídicas revelações que se dignasse de fazer-me o festejado defunto.*¹⁰⁶²

¹⁰⁵⁹ No prólogo da terceira edição de *Memórias Póstumas* (1899), lê-se: “Macedo Soares, em carta que me escreveu por esse tempo, recordava amigamente as *Viagens na minha terra*. [...] Assim se explicou o finado: ‘trata-se de uma obra difusa, na qual eu, Brás Cubas, se adotei a forma livre de um Sterne ou de um Xavier de Maistre, não sei se lhe meti algumas rabugens de pessimismo’. Toda essa gente viajou: Xavier de Maistre à roda do quarto, Garrett na terra dele, Sterne na terra dos outros. De Brás Cubas se pode dizer que viajou à roda da vida”. O Pombal defunto de Garrett não era, pois, estranho a Machado – que, quando do centenário do autor português, além de se referir ao prefácio das *Viagens* (“sua maior apologia”), afirmou que ele era “um dos maiores da língua, um dos primeiros do século e que junta em seus livros a alma da nação com a vida da humanidade” (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 04/02/1899). Na obra, Garrett (2016 [1845-1846], cap. 28) afirma, sobre a reconstrução, que desde os estragos do terremoto se perverteram as tradições da arquitetura pátria; “o marquês de Pombal nos traduziu, em vulgar e arrastada prosa, os rococós de Luís XV [...], esse estilo bastardo, híbrido, [foi se] degenerando progressivamente”. Sua apreciação crítica das intervenções do marquês como estranhas às tradições condizem com ponderações feitas por Herculano. Durante os festejos lisboetas, reencena-se um drama de Garrett – ver capítulo II desta tese.

¹⁰⁶⁰ O espiritismo recebe então grande atenção. O próprio Machado aborda criticamente a temática. Na versão de 1882 (*Papeis Avulsos*) de “Uma visita de Alcibiades” (publicado diferentemente no *Jornal das Famílias* em 1876), uma sessão espírita é mobilizada como artifício para, convocando personagens do passado, resolver problemas históricos – o que Papassoni relaciona, com ressalvas, ao artifício no poema (aponta-se, abaixo, recurso semelhante na crônica de Laet): “a ideia de ‘ouvir’ do autor do ato a verdade sobre o ato, ao invés de conjecturar sobre o mesmo” (PAPASSONI, 2018, p. 107-110). Evocando o marquês em seus textos, os autores ocultam seu ponto de vista – expresso, contudo, indiretamente.

¹⁰⁶¹ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 07/05/1882. Grifos meus.

¹⁰⁶² *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 07/05/1882. Grifos meus.

Retomando o texto de Machado, nota-se que no poema se evoca, por um lado, a realidade física dos restos do marquês; seus vestígios/restolhos (sinal e emblema de sua anterior existência, de sua morte e também da corrente decomposição de seu alegado corpo), trazidos à tona justamente naqueles momentos que antecederam sua profanação derradeira. Por outro, também se evoca um discurso de exaltação sobre o passado pombalino que parte, no fim das contas, do próprio Pombal. Acerca dessa reflexão de teor histórico, demarcada no corpo do poema, pode-se perceber, no elogio à ação do marquês, uma espécie de versão do próprio discurso oficial pombalino – que, sob a batuta do ministro, foi difundido pelo governo português e, a despeito de críticas posteriores, acabou por, em alguns aspectos, consolidar-se como a opinião mais comum sobre sua governação; fazendo-se, na posteridade, narrativa histórica e memória corrente.

Sobre a referência à história pelo autor em outra obra, aponta-se aqui a ideia de que *O Alienista* pode ser entendido como paródia do estilo historiográfico:

desde o princípio até o fim [...], ironiza a fidelidade cega à suposta autoridade das “velhas crônicas”, típica da historiografia tradicional, sugerindo que a presumível veracidade delas não consegue passar imune ao método e às intenções do historiador. Coloca também à prova o discernimento das próprias crônicas – presumíveis fontes de sua ficção.¹⁰⁶³

Quanto à representação de Pombal no poema em tela (em que ele discursa a respeito de si mesmo no lugar de historiadores e também no lugar do próprio autor, que se manifesta, indiretamente, de modo distinto), “compreende-se o esforço do marquês real, em espírito, de elucubrar a respeito de sua própria história, falando de si mesmo. Em oposição, há o olhar crítico do poeta, que a todo momento recorda a condição atual rebaixada do mesmo”.¹⁰⁶⁴

Ou seja, pode-se falar da oposição entre a realidade histórica (o passado, que os restos mortais, na igreja pombalense, representam) e esse discurso que se apresenta como se fosse história (narrativa alegadamente verídica sobre o passado); oposição que se manifesta também no confronto entre glória e desterro, apoteose e profanação. Nesse sentido, entende-se que, no poema, a voz que narra a história de Portugal, e em especial a história do governo pombalino, é a voz da opinião geral – que, dada a assimilação de elementos do próprio ideário pombalino, confunde-se com a voz de Pombal. Seu discurso,

¹⁰⁶³ TEIXEIRA, 2010, p. 156.

¹⁰⁶⁴ PAPASSONI, 2018, p. 109-110.

nessa perspectiva, corresponde ao discurso mais difundido/acreditado sobre seu histórico; discurso de que no fundo se demarca o autor do poema.

Tais aspectos ficam mais claros no fim do soneto, que ainda traz à tona duas importantes distinções. A primeira, entre o discurso de *uma nação inteira* e a história. A segunda, entre duas formas distintas de história: *a história que bajula ou destrói, que morde ou santifica*, de um lado (uma narrativa comemorativa sobre o passado), e a *história pura, austera e verdadeira*, de outro (uma narrativa crítica sobre o passado). Na verdade, trata-se de apenas uma distinção, em dois momentos: o discurso da *nação inteira* é, afinal, essa forma de *história que bajula e santifica*. É, ademais, o discurso do próprio marquês, percebido e difundido como história. É, por fim, o discurso de sua apoteose no centenário. Por oposição, a visão crítica sobre esse discurso é a *história pura, austera e verdadeira*, que diante de uma figura complexa e contraditória como Pombal, reconhece-lhe sua *vida errada*, e, ao mesmo tempo, *a parte que lhe fica de glória* (ou seja, aquilo que merece ser elogiado), *não esconde às ovações da glória* (elogiando-o à medida; reconhecendo seus merecimentos, da mesma forma que lhe reconhece os deméritos).

Refletindo sobre a ideia de um alegado senso comum histórico oitocentista acerca do período pombalino (entre memória compartilhada e narrativas históricas correntes), considerando, ou melhor, acusando sua elaboração a partir de iniciativas do pombalismo, pode-se remeter a uma das principais obras críticas publicadas à altura do centenário (o *Perfil*) e às reflexões aqui desenvolvidas em torno dos peculiares posicionamentos de Camilo Castelo Branco sobre o marquês, sobre sua comemoração e sobre seus defensores. Destacando, ainda (o que é particularmente interessante), a recorrência de um discurso liberal sobre o célebre ministro de D. José; discurso preservado, atualizado e transmitido entre gerações – tendo como fonte de inspiração a malfadada e emblemática *Dedução*.

A partir de tais ideias, é possível fazer algumas considerações acerca do poema – relacionadas à temática desenvolvida de diferentes evocações da figura histórica do marquês. Nos últimos sonetos, descreve-se a entrada dos soldados e a profanação do túmulo em que jazia Pombal – um *rei desfeito*. Retrata-se o marquês como *o sol de um século*, transformado, entretanto, em *sombra de um poder* – já sem *poder, glória, ambição*; que *um só dia bastou para fazer pedaço*, espalhados pelo chão do templo seus

*tristes restos: nada mais que ossos.*¹⁰⁶⁵ Remetendo-se ao título, afirma-se que ele *tinha ainda na morte uma última prova*.

Os centenários oitocentistas se propõem uma espécie de apoteose, mobilizando uma releitura da figura de *grandes homens*, de modo a eternizar uma versão idealizada de sua memória – como nos monumentos. Nesse exercício, selecionam-se elementos de seu passado (resgatados em detrimento de outros). Em alguns casos, como no de Camões, o reconhecimento à figura comemorada logra ser mais consensual: ainda que se mobilize uma memória reelaborada do épico para a crítica política, não há disputa sobre seu mérito, mas ressalvas quanto a sua mobilização no presente – fonte de alguns conflitos políticos.

Não é que se passa, entretanto, no centenário de Pombal. Devido às inúmeras polêmicas acerca de seu governo e das políticas de que setores do liberalismo e do republicanismo se pretendem herdeiros (como o antijesuitismo, o anticongreganismo, o antiultramontanismo, o anticlericalismo e o antinobiliarquismo), está-se muito mais distante de um alegado/almejado consenso. Travam-se, ao contrário, disputas candentes em torno das narrativas relativas ao passado dito pombalino – debatendo-se, de modo mais empenhado, o quê, como e por quê recordá-lo (ou seja, como, se e por quê resgatá-lo ou preservá-lo de um suposto esquecimento).

Publicado em Lisboa em meio a uma obra elogiosa ao marquês (orquestrada pela principal organização promotora do centenário no Rio de Janeiro), o poema de Machado de Assis se distancia do tom encomiástico que caracteriza tanto a maior parte da coletânea que integra, quanto os festejos a que ela faz referência. Afinal, não se trata, no fundo, de um texto comemorativo do governo pombalino (segundo/seguindo o discurso elaborado pelo próprio marquês e por seus colaboradores, que é recuperado pelos liberais, ecoando ao longo do século XIX e que, sobretudo desde a década de 1870, associa-se a pautas mais *avançadas*), e sim de um texto que evoca/*re-apresenta*, em última instância, a defenestração de seu túmulo e seu alegado esquecimento:¹⁰⁶⁶ sua *derradeira injúria*. Nesse sentido, o curioso texto pode ser lido como um contraponto à apoteose proposta,

¹⁰⁶⁵ De acordo com aquilo que afirmou o professor coimbrão Francisco Correia Barata em seu discurso nas celebrações pombalinas da Universidade, logo publicado ([1882] cf. Aranha, 1908, p. 79): “depois que o bispo de Coimbra, Francisco de Lemos, seu admirador, prestou ao cadáver do amigo os últimos obséquios e que a campa cerrou para sempre os seus ossos inertes, fez-se o silêncio do esquecimento em volta da memória desse homem, cujo nome fora conhecido e respeitado em todas as cortes da Europa e que fizera tremer diante da sua figura majestosa os mais poderosos e audazes”.

¹⁰⁶⁶ Nas palavras de Jaime de Ségurier, abordadas no capítulo I desta tese, uma “segunda e mais irremediável morte” (*A Folha Nova*, Porto, 12/11/1881).

revelando uma leitura distinta tanto daquela dos enérgicos *centenaristas*, de feição republicana e positivista, quanto daquela dos veículos católicos mais intransigentes – em Portugal e também no Brasil.¹⁰⁶⁷

Em meio aos abundantes elogios e críticas que marcaram a ensaiada apoteose do marquês de Pombal em seu primeiro centenário fúnebre, Machado parece comemorar, com seu discurso crítico, uma espécie de segunda morte do marquês (não por ódio, assevera o eu-lírico), bem expressa a partir do episódio por ele selecionado e reelaborado narrativamente, como um modo de novamente dar voz ao falecido ministro. Ele narra imaginativamente, em suma, *a derradeira injúria* de um marquês já *miserável*, cuja glória não se encontrava senão em suas memórias. Sem saber que estava prestes a ter seu túmulo profanado por tropas estrangeiras, Pombal é representado, no poema, a discursar, amargurado, contra o esquecimento a que, a despeito de seus esforços para se fazer memorializar em vida, seus restos mortais haviam sido legados pela *ingratidão* dos pósteros. Tal o episódio que se descreve no último soneto, em que se apresenta, como encerramento, a *violação do invulnerável*.

Assim pois, nada falta à glória deste mundo,
Nem a perseguição repleta de ódio e sanha,
Nem a fértil inveja, a lívida campanha,
De tudo o que radia e tudo que é profundo.

Nada falta ao poder, quando o poder acaba,
Nada; nem a calúnia, o escárnio, a injúria, a intriga,
E, por triste coroa à merencória liga,
A ingratidão que esquece e a ingratidão que baba.

Faltava a violação do último sono eterno,
Não para saciar um ódio insaciável,
Insaciável como os círculos do inferno.

E deram-ta; eis-te aí, ó grande invulnerável,
Eis-te ossada sem nome, esparsa e miserável,
Sobre um pouco de chão do ninho teu paterno.¹⁰⁶⁸

¹⁰⁶⁷ Um contraponto parcial, ressalta-se – para não cair na falácia de considerar a retomada de determinadas críticas, que se devem historicizar, como “desmistificações”.

¹⁰⁶⁸ É interessante, ao ler o trecho, recuperar as palavras proferidas pelo referido Correia Barata ([1882] cf. Aranha, 1908, p. 79). Ao abordar o episódio, ele afirma: “quando os exércitos invasores de Napoleão telaram a península, pondo o selo nessa obra antiga de demolição que o grande estatista sustara no seu tempo com o vigor da sua potente inteligência, uma horada de miseráveis violava-lhe a última morada, roubando-lhe a espada e os vestidos e dispersando impiedosamente os seus ossos. Para nada faltar à grandeza de um homem tão extraordinário teve, por último, a consagração da desgraça e do sacrilégio!”

CONCLUSÃO

Que dirias, oh Sebastião José de Carvalho, se, ressurgindo agora com a tua cabeleira de topos, os teus sapatos de fivela e o teu hábito de Cristo, tu visses um simples escolar imberbe abrindo, em nome da nação, as festas solenes do teu centenário? [...] Povo, democracia, liberdade, independência de espírito; tudo quanto tu combateste e puniste [...], esses jovens afirmam, com o entusiasmo do reconhecimento, como dom e legado que tu lhes houvesse feito. E, pelo contrário, o rei, indiferente a todos os serviços que tu prestaste ao poder absoluto da realeza, está em sua casa, alheio à festa. O ministro conservador Fontes Pereira de Melo, que ainda às vezes julga governar pelos mesmos princípios autoritários que tu estabeleceste, está igualmente em sua casa, completamente separado daqueles que te saúdam. Os teus próprios parentes, que tu nobilitaste e enriqueceste, foram para a tua quinta de Oeiras, colocar-se ao doce abrigo bucólico do foguetório e das berratas dessa mocidade liberal e ardente, de cujo pé se veio a reconhecer agora que tu és a fôrma! [...] Por mais que aplicasses a esse caso a tua tremebunda luneta e a tua Dedução Cronológica, não poderias reconhecer nesta Lisboa, como natural fruto de que tu foste o passado, a sociedade que tão engenhosamente preparaste com as tuas leis, com os teus cárceres, com os teus estatutos e com as tuas forças. Toda a obra que tu deixaste está, como vês, completamente baralhada e revolvida; de pernas para o ar tudo quanto puseste de pé; de cabeça alta tudo quanto puseste abaixo!*

Ramalho Ortigão,* 1882.

Em grande parte das obras que abordam Pombal, nota-se o repetido esforço para acusar certas parcialidades que há muito caracterizam a produção bibliográfica a seu respeito e enunciar sua superação. Neste trabalho, tendo ressaltado a recorrência de tal esforço, atentei, entretanto, não àquilo que foi feito e planejado durante o governo do marquês, e sim a uma série de usos (interessados e parciais) do passado pombalino na posteridade/*no futuro* – daí o empenho em explorar registros das mais polêmicas de suas comemorações. Não esteve em questão, portanto (apesar de esse ser um exercício historiador importante), verificar em que medida as diferentes versões/representações até aqui consideradas estão perto ou distante do que indiciam documentos históricos – encarados a partir de abordagens validadas pelas perspectivas e pelos protocolos historiográficos correntes.

Examinei, ao invés, sobretudo aquilo que, em momentos distintos, afirmou-se como verdadeiro ou falso; aquilo que os grupos e os autores aqui referidos buscaram pleitear ou combater por meio de evocações particulares de Pombal – que incluem imagens e narrativas encomiásticas e justificadoras delineadas no seio do pombalismo. Também atentei a como, ao proporem leituras verossímeis do marquês, em muitos dos materiais abordados se mostra difícil escapar à apreciação do aspecto indubitavelmente violento que caracterizou parte de suas iniciativas mais conhecidas. A recorrência do

tópico e de determinadas referências (como o *processo/suplício dos Távoras*) nas obras em tela permite considerar como relativamente conhecida e difundida uma espécie de elenco *incômodo* de medidas por ele assumidas, planejadas e/ou capitaneadas.

Foi decerto autoritário e cruel o ministro – indicam-no as fontes coetâneas e o repetem trabalhos que se voltam ao período de seu governo, acusando-lhe o despotismo. Diante dessa *inescapável* faceta, ressaltei como, a partir de distintas ponderações sobre especificidades do contexto histórico e também sobre os objetivos e efeitos (conscientes ou não) de suas políticas, apresentam-se interpretações variadas sobre Pombal; como, a partir de considerações particulares de um alegado saldo/balanço ulterior de seu governo, apresentam-se juízos distintos – mais ou menos honestos e acreditados; mais ou menos condicionados por interesses e objetivos de cada grupo em cada momento.¹⁰⁶⁹

Mesmo em textos que se afirmam imparciais (e quase todos o fazem), o marquês é frequentemente apontado como herói, anti-herói ou vilão – por vezes ao arrepio daquilo que se conhece sobre seu histórico e dos limites do possível e pensável em seu tempo. Pombal é comumente apreciado e mobilizado, em suma, anacrônica e teleologicamente, a partir de enquadramentos que implicam relações específicas entre *meios* e *fins*; entre passado, presente e futuro. Para o que aqui importa, ressalto como tais oposições, que simplificam (e logo deformam) uma figura de resto complexa, remontam a alguns dos tópicos explorados ao longo desta tese. Apesar de esse embate ainda se mostrar influente e operativo na atualidade, as narrativas dele decorrentes não condizem, no fundo, com aquilo que se pode esperar do olhar crítico e disciplinado de historiadores.¹⁰⁷⁰

Ensaiei, ao longo do trabalho, diversas abordagens à temática. Primeiro, introduzi questões de fundo, como leituras do marquês na historiografia, centenários positivistas e aspectos do ambiente político português no último quartel do século XIX. Considerei, então, narrativas e comemorações históricas no Portugal e no Brasil oitocentistas,

¹⁰⁶⁹ Nesse sentido, recorda-se a ponderação de Denise Rollemberg e Ronaldo Vainfas (2020), que buscam distinguir, para sua reflexão historiadora, o “juízo crítico que se espera dos historiadores, fiéis às evidências contidas nas fontes e ancorados em uma história-problema” (ou seja, procedendo, de acordo com os critérios e protocolos da disciplina, a “interpretações judiciosas” sobre o passado, com base em documentação acreditada) e “juízos de valor”, apontados como “julgamentos explícitos de ordem política, ideológica ou moral; condenam ou celebram personagens e fatos históricos segundo as crenças ou convicções *a priori* do historiador que os analisa” – o que traz à baila as imbricações dos juízos. Nos casos em tela, destaco justamente o peso dos ditos juízos de valor, que muitas vezes reclamam ou até se valem de juízos críticos, e quase sempre se apresentam enquanto tais. Sobre o *eu do historiador*, ver ainda: LORIGA, 2012.

¹⁰⁷⁰ Como exemplo desse olhar disciplinado, ressalto alguns dos trabalhos sobre o marquês baseados em fontes e crítica que, importantes e acreditados, muito influenciaram minhas leituras ao longo da elaboração deste trabalho. Remeto, para tanto, às obras referidas na segunda parte da introdução desta tese.

contrapondo os calendários cívicos liberais/nacionais monárquicos em ambos os países (e a importância de D. Pedro I/IV nesse repertório) às peculiaridades das representações futurantes de Pombal mobilizadas em seu primeiro centenário, de acento republicano.

A seguir, procurei refletir acerca das relações entre história, memória, documentos e marcos comemorativos, interessado na dubiedade da ideia de *fazer história* e nos *restolhos* e evocações do marquês percebidos na capital portuguesa (que ainda reclama e patrimonializa, orgulhosa, uma *herança pombalina*); apreciados em diferentes passos do passado, mas também ainda no presente: em meio a construção e escrita, preservação e recuperação, esquecimento e apagamento – atentando a diferentes propostas, iniciativas e celebrações. Por fim, apresentei uma leitura de recortes do abundante material impresso relativo ao período pombalino vindo a lume por ocasião da efeméride de 1882.

Ao longo de muitas páginas, portanto, considerei (com atenção variável) uma série de representações do marquês, observadas em um amplo intervalo/espectro – desde o pombalismo à atualidade; passando por liberalismo, tradicionalismo, republicanismo e salazarismo. Nesse percurso, foi-me possível notar recorrências e variações em meio ao vasto conjunto abordado. Além disso, também pude perceber como, em que pesem certos esforços para afirmar/impôr perspectivas determinadas sobre Pombal, vinculadas a usos desse passado dito *pombalino* (com sentido oficial, oficioso ou oposicionista), não deixou de haver, nesse tempo, questionamentos, retificações e reescritas; resultado de disputas de teor político e/ou historiográfico – envolvendo memória, comemoração e história.

Dentre muitos destaques possíveis, privilegiei a oposição revolução/progresso x reação/tradição, com maior atenção aos tópicos do jesuitismo e do antijesuitismo. De modo não prescritivo, pontual ou simplificador, procurei notar por que e como se deu a mobilização do marquês em tais embates – que ainda informam, enformam e conformam apreciações pósteras de sua figura. As comemorações do primeiro centenário de Pombal, retomadas a partir de frentes variadas (propostas, organizadores, iniciativas, críticas), mostraram-se um ponto de observação privilegiado para, a partir das muitas fontes disponíveis, perceber, acompanhar e comparar esforços distintos para recuperar/preservar do esquecimento, mobilizar e celebrar determinadas representações de Pombal.

A tal respeito, é interessante recordar a intervenção do deputado Cunha Belém* no debate sobre os festejos no plenário da Câmara. Reagindo à tentativa do governo de solenizar uma versão supostamente consensual do marquês, ele assinala as questões e os grupos em disputa e a mobilização intencionada do passado pombalino sob a égide da

alegada verdade histórica (visando a conferir um aspecto inquestionável à versão de Pombal apresentada). Belém pondera:

[o ministério] pusera todo o seu cuidado, toda a sua solicitude em esbater uma das feições mais características do marquês [...]. Deixemos que os fatos sejam o que foram. A história é o que é e o marquês de Pombal foi o que foi. Não se pode alterar. Não se pode arrancar uma só feição daquela fisionomia; não se lhe pode pôr uma máscara, quando se queira render culto àquele caráter nas suas manifestações coletivas, na sua individualidade complexa [...]. Parece que havia receio; que havia pavor de se ouvir ecoar nesta casa a frase afirmando que o marquês de Pombal tinha realizado a expulsão dos jesuítas deste país e tinha com esse ato prestado um grande serviço [...]. *Não é essa uma questão entre regeneradores e progressistas ou constituintes, não é essa também uma questão entre monárquicos e republicanos, não é ainda essa uma questão entre liberais e absolutistas, porque o marquês de Pombal tem, na sua fisionomia, traços tão diversos que podem ser simpáticos a todos os partidos.* O que é, porém, incontestavelmente, e não pode deixar de ser, porque é essa a verdade dos fatos; é uma questão entre os homens que querem proclamar os princípios da liberdade de consciência e da independência da razão e os homens que querem curvar-se cheios de crença e de reverência à autoridade eclesiástica; entre os homens que olham para o século e para a luz da ciência e os homens que só olham para Roma e para a teocracia [...]. Nós, maioria, não somos reacionários. Respeitamos os outros, curvamos-lhes a cabeça, achamos-lhes toda a razão aos que combatem plena e abertamente o centenário do marquês de Pombal e reconhecemos-lhes a liberdade de o fazer. Mas nós, se queremos levantar uma estátua ao marquês de Pombal, não o vamos representar nela de barrete de clérigo ou com a sotaina de jesuíta. Havemos de apresentá-lo tal qual ele foi: o inimigo implacável da ordem poderosa, o homem que representou no nosso país o arrebol da liberdade da consciência. A festa não pode ser para a reação.¹⁰⁷¹

Dentre as discussões registradas na ocasião (entre Brasil e Portugal), optei por considerar os festejos em três cidades (das mais importantes no âmbito luso-brasileiro), observando outras localidades (a despeito de sua efetiva relevância) apenas tangencial e pontualmente. Após esse primeiro delineamento, decidi avançar com um enfoque mais definido: destaquei os choques entre republicanos (principal grupo considerado) e setores católicos menos transigentes (seus maiores opositores) – não descuidando, ademais, nem da mediação do liberalismo entre posicionamentos mais extremados, nem de divergências nesses grupos. Se no Rio de Janeiro as festas levantaram alguma celeuma, ressaltai os embates percebidos em Lisboa e no Porto, acerca dos quais aqui traço alguns comentários – como uma espécie de arremate; recuperando tópicos abordados ao longo do trabalho.

A seguir às comemorações de 1882 na urbe nortenha, setores republicanos da cidade, deixando clara sua pauta (ampla e ambiciosa), explicitaram até onde almejaram levar os conflitos a que os imbróglis em torno dos festejos com setores ditos reacionários lançaram luz; conflitos que, como visto, ecoaram de diferentes modos e por muitos anos

¹⁰⁷¹ [CAMARA], 1882, sessão de 17 de abril. Grifos meus.

no país. Pouco menos de um mês após o centenário, lê-se n' *A Folha Nova** a seguinte consideração crítica sobre a relação entre tais agrupamentos e o governo:

um grupo de cidadãos reúne-se em uma casa para inaugurar conferências que ilustram e instruem, sendo a primeira feita pelo sr. Emídio Garcia,* e a autoridade [representada pelo governador civil] manda dissolver a assembleia. *A ordem negra* [jesuítas] *pratica infâmias* [...] *continuamente*, e a autoridade *consente-as* e *permite-as*, pois que não dá uma providência, e só lança poeira nos olhos do povo quando esse se agita, como ultimamente pelo escandaloso insulto d' *A Palavra*.* *Se em alguma parte se reúnem os republicanos para ouvirem a palavra eloquente dos seus oradores*, embora se não ocupem de assuntos políticos, mas puramente de instrução histórica, *a autoridade apressa-se a dissolver essa reunião*, e *não procede de igual modo nos antros do fanatismo*, onde se reúne um auditório obcecado e corrompido pela moral jesuítica e onde prega um hipócrita que abusando da garantia de não poder ser interrompido no púlpito, cospe insultos e calúnias contra a sociedade liberal [...]. *Aos republicanos, que serão os homens do futuro*, embora isso pese aos adeptos do sistema estacionário, não se lhes permite que acendam umas letras na sua varanda, que hasteiem uma bandeira nas suas janelas, que deem uma conferência sobre o marquês de Pombal, [...] e dizem-se liberais as nossas autoridades! *Pela nossa parte, só os conhecemos como jesuítas.*¹⁰⁷²

Pouco antes; alguns dias depois dos festejos, questiona-se no mesmo jornal:

o que vem a ser esse palavrão vago: “somos liberais?” *Atualmente, não há senão dois partidos no nosso país: o jesuitismo e a democracia. De um lado, estão aqueles que defendem os interesses dos Braganças*, os que aplaudem a Carta, os que são pela religião do Estado, os que dão a mão na sombra ao jesuitismo e mesmo aqueles que se apresentam de frente na estacada proclamando o ultramontanismo e combatendo a ciência. *Do outro, estão os que defendem os interesses do povo*, os que querem a democracia, os que são pela ciência, pela liberdade de consciência, pela soberania da nação livre, pelo futuro cheio de paz, dourado de justiça, engrandecido pelas leis fortes e reorganizadoras. *Não há meios-termos, não há contemplações, não há sofismas. Digam-se todas as verdades, custe o que custar. A hora do arrancar as máscaras soou de há muito.*¹⁰⁷³

Acusam-se a falta de empenho e a conivência da maior parte dos liberais do Porto em relação a setores explicitamente reacionários, a partir dos embates concretos que as comemorações pombalinas trouxeram à tona. Critica-se o modo como, após discursos enérgicos em defesa da liberdade, os referidos sujeitos se contentaram com os pedidos de desculpas arrancados ao jornal católico portuense (que os ofendera de modo pessoal), desconsiderando, contudo, as demais ofensas havidas na ocasião – não se sensibilizando, por exemplo, com as censuras do governo aos republicanos. Conivência e indiferença que, na perspectiva dos *democratas* (que concebiam a liberdade em termos/traços *mais avançados*), apontavam para a conformação de um reacionarismo/jesuitismo implícito:

todos estamos de acordo que *A Palavra* insultou o Porto e que o ato miserável do papel reacionário merecia um severo corretivo [...]. Mas *por Deus, srs. liberais; sejam coerentes*, [...] *intransigentes e fortes nas suas manifestações!*

¹⁰⁷² *A Folha Nova*, Porto, 05/06/1882. Grifos meus.

¹⁰⁷³ *A Folha Nova*, Porto, 17/05/1882 [Xavier de Carvalho]. Grifos meus.

Não se atirem só contra o papel ultramontano redigido por meia dúzia de alucinados [...]; *não combatam só o jesuitismo sem máscara, vibrem também as suas cóleras contra o jesuitismo com máscara*. Porque se são um ato antiliberal, atentatório contra a nossa dignidade de homens livres, as injúrias dos padrecas, o ato praticado pela primeira autoridade do distrito, dissolvendo [...] a conferência do sr. dr. Emídio Garcia no Centro Republicano do Porto [...], é simplesmente um formidável ataque ao direito de reunião e um insulto à liberdade de consciência. [...] O fato, na sua simplicidade, é um abuso e merecia um protesto mais solene da parte do público liberal portuense do que o desagravo tomado energicamente contra as parvoíces d'*A Palavra*.¹⁰⁷⁴

Em Lisboa, *O Século** aborda, pela pena de Magalhães Lima,* os conflitos entre o governo e os mais entusiásticos pombalistas da capital: os estudantes e os republicanos. Trata-se de uma perspectiva parecida, na medida em que, repetindo e atualizando tópicos que repercutiram nas comemorações no Porto e na capital (opondo jesuítas/reacionários e republicanos/revolucionários), vincula os monárquicos aos inicianos, acusando tal relação e ainda comemorando sua derrota frente aos esforços alegadamente populares:

o partido republicano pode orgulhar-se de ter subido na simpatia pública, pela maneira expansiva e entusiástica por que acolheu o generosíssimo pensamento dos beneméritos estudantes. [...] A vitória dos estudantes foi tanto mais significativa, quanto é certo que tiveram de arcar com as maiores e mais extraordinárias contrariedades. O governo, mancomunado com os jesuítas, lançara mão de todos os obstáculos para impedir que o cortejo cívico se realizasse. [...] O cortejo efetuou-se com uma imponência só equivalente à que se observara no centenário de Camões. O governo, de acordo com os reacionários, cujo sócio é, proibiu as conferências e os saraus e chegou mesmo a mandar prender alguns preletores. [...] A insolência oficial teve o corretivo devido no modo altivo e sério por que o povo saudava os preletores e vitoritava os estudantes nos seus brilhantíssimos saraus. [...] O jesuíta, no seu furor bestial, proibiu que os centros republicanos se incorporassem ao préstito. Então os republicanos, dispersos pelas diferentes associações a que pertenciam, resolveram adotar um distintivo, colocando cada um na casa do casaco um pequeno ramo de perpétuas. [...] A grande maioria dos que seguiam nessa procissão majestosa levava esse distintivo [...]. O governo [...] mandou arranjar a sua guarda e a sua polícia e saiu para a rua, a fim de provocar os cidadãos pacíficos. O sr. governador civil, comandando um troço de caceteiros, andava, em pessoa, dispersando os grupos académicos, ordenando que as filarmônicas se calassem e obrigando as comissões a acabar com a iluminação das ruas. [...] O povo infligiu o competente corretivo aos insolentes, não lhes aceitando a provocação.¹⁰⁷⁵

Nos jornais republicanos, busca-se, portanto, demarcar-se do governo, da dinastia de Bragança e de um liberalismo limitado e comprometido, julgando necessário avançar no embate com *a reação* – de modo a eliminar o *jesuitismo* que permanecia na sociedade portuguesa devido à não observância/ao *sofisma* das leis e dos princípios de 1759, 1820 e 1834. Daí se acusar enfaticamente (reclamando um antijesuitismo ou um antirreacionarismo de linhagem pombalina, mobilizados por ainda muito tempo):

¹⁰⁷⁴ *A Folha Nova*, Porto, 17/05/1882. Grifos meus.

¹⁰⁷⁵ *O Século*, Lisboa, 11/05/1882.

temos o jesuíta na política, o jesuíta na administração, o jesuíta no ensino, o jesuíta nas secretarias de Estado, o jesuíta nas antecâmaras reais, *o jesuíta em tudo e por tudo*. É contra ele; o amaldiçoado, o cínico, o torpe, que todos os verdadeiros liberais, todos os verdadeiros republicanos carecem de levantar um combate sem tréguas nem repouso. *É nessa santa cruzada da liberdade contra o despotismo, do justo contra o injusto, da verdade contra o erro, do direito contra o crime, que temos nós, os democratas, de empenhar o último esforço e derradeiro sacrifício.*¹⁰⁷⁶

Mais que uma ocorrência eventual ou circunscrita, a oposição *democracia, futuro, liberdade x jesuitismo, reacionarismo, estacionarismo* pode ser encarada, em suma, como importante indício tanto do modo como os republicanos se concebiam e apresentavam, enquanto grupo, quanto daquilo que, contrapondo-se aos alegados obsidianes *jesuítas* (com ou sem máscaras), eles propunham e almejavam para o país. Reflexões que se estendem à forma como eles comemoravam o marquês, relativizando/explicando seus excessos de violência e encarando sua figura, enquanto acusado déspota (no passado), a partir do que entendiam serem os resultados de sua ação (para o presente e para o futuro); a partir da particular consideração/apresentação de um alegado *fim/bem* maior, de modo a justificar as muito conhecidas/recontadas atrocidades de seus *meios* enquanto oposição a um *inimigo* identificado, e continuamente atualizado (despotismo no presente).

Mais que os textos de liberais pombalistas, como Pinheiro Chagas, a contribuição dos professores republicanos Latino Coelho, Emídio Garcia e Teófilo Braga é bastante elucidativa dessa perspectiva; retomada e acentuação de uma particular e persistente leitura (liberal) da história e da política que, em nome da liberdade idealmente mobilizada (contra a *reação* e seus vetores), justifica o autoritarismo de um *grande homem*, percebido de modo utilitário por uma suposta elite esclarecida – alegadamente visando à *ordem* e ao *progresso* (republicanos, no caso). Em carta à *Gazeta de Notícias** carioca, Ramalho Ortigão, que se distingue da forma como os referidos *democratas* elogiavam Pombal, recorda as iniciativas (reativas) de setores católicos diante dos festejos – destacando a possível colaboração do governo em relação aos novos planos por eles delineados:

parece que se estava à espera de que por meio do centenário de Pombal se celebrasse somente o fato da expulsão dos jesuítas, para se vir a demonstrar que os jesuítas continuam a persistir no grêmio da sociedade portuguesa! Enquanto as associações liberais de Lisboa e do Porto punham em cena pomposamente a apoteose do aniquilamento da Companhia de Jesus, os padres de Braga iam com uma longa procissão de devotos, de um e de outro sexo, rezando a novena e cantando o *Bendito*, em romagem beata ao monte Sameiro. A romagem destina-se a interceder [à] Virgem Maria para que ela [conceda] o perdão [a]os réprobos que ousaram celebrar, tão festiva quão impiamente, a suposta ruína dos mais gloriosos e pujantes defensores da Santa Igreja. No Porto, um jornal intitulado *A Palavra* agride furiosamente, em nome da

¹⁰⁷⁶ *O Século*, Lisboa, 11/05/1882 [Magalhães Lima]. Grifos meus.

religião, os promotores do centenário pombalino e, por meio de vários latinismos, de muitos erros de gramática e de bravíssimas descomposturas, sustenta os direitos da Igreja infalível e triunfante sobre os desmandos e os erros da liberdade secular pervertida [...]. Em Lisboa, reúne-se, na igreja do antigo palácio dos marqueses de Castelo Melhor, um Congresso Católico, assistido por vários eclesiásticos e por inúmeras senhoras, tendo por fim fortalecer as antigas instituições religiosas contras os ataques da moderna rebeldia filosófica. [...] Ao mesmo passo que pretende desligar-se do Estado para fundar o ensino, pede ao Estado a sua intervenção para que a força pública faça respeitar os sacerdotes [...], apupados pela multidão nas ruas de Lisboa. [...] Da solicitude que o governo empregará nesse melindroso serviço, não duvido um instante, porque, para os efeitos da polícia católica, os poderes públicos estão se mostrando ainda mais padres do que os próprios padres.¹⁰⁷⁷

Como mostrei, Ortigão não simpatiza com os festejos do centenário por não entender como merecidas essas homenagens ao marquês – percebido, no conjunto de suas ações, como fortemente contrário à liberdade no país. N’*As Farpas*,* ademais, ele ainda apresenta uma leitura peculiar da questão do jesuitismo e do antijesuitismo, demarcando-se das posições mais difundidas (mesmo por parte daqueles indivíduos e grupos que, como ele próprio, afirmavam visar à ampliação das liberdades aos portugueses):

o fim da Companhia de Jesus foi sempre, desde a sua fundação até hoje, opor às ideias de livre exame, de discussão e de governo livre a monarquia absoluta e o direito divino. [...] Sem ela, as monarquias absolutas careciam de base no espírito e na consciência dos povos. O marquês de Pombal, tendo por único intuito político fortalecer e afirmar indestrutivelmente e para todo o sempre o domínio absoluto do despotismo monárquico, [...] min[ou], por meio da perseguição aos jesuítas, os alicerces da sua própria fundação. [...] A extinção da Companhia de Jesus é certamente um dos mais fundamentais progressos adquiridos para a liberdade e para a civilização moderna. Atribuir, porém, e agradecer essa aquisição liberal ao espírito do retrógrado e ferrenho ministro do sr. D. José é cair num contrassenso [...]. A prova manifesta de que o marquês de Pombal não tinha consciência alguma do serviço que contra sua vontade prestou à liberdade está no fato evidente de que, em vez de atacar os princípios da instituição que condenava, ele não fez mais do que perseguir os homens que a serviam [...]. *Os jesuítas foram-se, mas o jesuitismo ficou. Ficou encarnado e vigente na pessoa do próprio marquês de Pombal, o qual, diante da liberdade, não é mais do que um Loyola leigo*, um Santo Inácio de casaca de seda e espadim, um pouco mais limpo, talvez, mas incomparavelmente menos grande do que o antigo, com menos piolho, mas com muito mais teias de aranha na cabeça. *Expulsor dos jesuítas, o marquês de Pombal fez do jesuitismo secularizado todo o seu programa de poder.*¹⁰⁷⁸

No peculiar, polêmico e isolado discurso do jornalista,¹⁰⁷⁹ acusam-se, pois, não apenas o governo (o liberal, no presente, e o absolutista, no passado), mas também o

¹⁰⁷⁷ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 18/07/1882 – carta de 25 de junho.

¹⁰⁷⁸ *As Farpas*, Lisboa, jun-jul/1882. Grifos meus.

¹⁰⁷⁹ Ramalho, com seu posicionamento peculiar (contrário às expectativas da maior parte dos liberais e dos republicanos), despertou algumas reações, dentre as quais se podem destacar aquelas de José de Palmela (o autor português publicou no Brasil um livro crítico a Ortigão, que a ele respondeu em duas cartas vindas a lume na *Gazeta de Notícias* [Rio de Janeiro, 04,06/10/1882]) e de Correia Barata (que publica, ainda em 1882, uma carta aberta combatendo a postura de Ramalho em relação ao centenário). Pode-se supor, ademais, que sua divergência em relação aos festejos motivaram o fim de sua colaboração n’*O António Maria*, em que ele atuava desde a partida de Guilherme de Azevedo a Paris – produzindo, com Bordalo,

próprio marquês de *jesuitismo*, entendendo a limitação da liberdade de pensar e agir como a principal herança [*jesuítico*-]*pombalina* do liberalismo luso; um de seus mais evidentes legados aos portugueses oitocentistas. Além disso, ainda que reconheça a importância da expulsão dos inicianos (principal bandeira em torno da qual se discutiu o marquês) para o *progresso*, Ortigão nega, no fundo, o mérito de Pombal em tal medida (considerando tanto algumas consequências adversas a seus planos quanto os efeitos insuficientes de suas medidas na posteridade). Ramalho ressalta, em suma, as incompatibilidades entre *liberdade* (liberalismo/democracia) e *pombalismo* (absolutismo/despotismo/*jesuitismo*), de modo a apresentar, em tom irônico, o segundo como origem de problemas enfrentados desde o longo do processo de afirmação (inefetiva) da primeira no país.

Em meio a posicionamentos diversos (uns mais aceitos e difundidos que outros), tais questões, relativas à apreciação do marquês (bom, mau, vilão?) e de sua contribuição para o liberalismo e para a *democracia*/República, possibilitaram diferentes interpretações e mobilizações; diversos usos de aspectos desse passado particularmente revisitado, conhecido e polêmico. Ao se manifestar, pouco antes dos festejos, pela impossibilidade de, ainda em 1882, conferir um sentido definitivo, abrangente, aceitável e simpático às comemorações pombalinas, o professor positivista Consiglieri Pedroso* pondera, mais paciente que alguns de seus colegas:

*passa-se mais um século e quando todas as antipatias, todos os ódios, todos os rancores tiverem caído perante uma crítica mais imparcial e mais equitativa; quando a geração de então tiver aprendido a ser mais justa com as gerações do passado que lhe prepararam o advento, nós estamos certos de que Portugal, procedendo à revisão do processo histórico do marquês de Pombal, há de, sem discrepância de um único de seus filhos, saudar a memória do grande homem que, nos fins do século XVIII, teve forças para abrir, com pulsos de ferro, um luminoso parêntesis no meio da profunda decadência da nossa pátria.*¹⁰⁸⁰

A reclamação por um maior distanciamento temporal (e afetivo) para a devida apreciação de tal passado (tópico recorrente no Oitocentos), que em sua perspectiva assume a esperança de um reconhecimento pósteros, é comum a muitos dos que se opõem ao centenário, apresentando argumentos e objetivos distintos daqueles do professor. É o caso dos deputados *regeneradores* Luciano Cordeiro* (“cem anos [...] não bastam muitas

material abundante na altura dos festejos camonianos (de que Ortigão foi um dos organizadores). Tal suposição é apontada inclusive por Camilo Castelo Branco, simpático, nesse ponto, às críticas levantadas pelo jornalista. Ele escreve a Silva Pinto (1895): “sabe-me dizer por que saiu o Ramalho de Ortigão d’*O António Maria*? Deve ser coisa de dissidência do centenário, a meu ver”. Em meio aos embates na famigerada *questão da sebenta*, Castelo Branco (1883, p. 6) ainda apontou, relacionando-o a outro jornalista republicano (abordado nos capítulos I e IV desta tese): “com referência ao centenário, conheço dois eminentes trabalhos, as *Farpas* do sr. Ramalho Ortigão e um artigo do Sr. J[osé] C[aldas]”.

¹⁰⁸⁰ *O Ocidente*, Lisboa, 08/05/1882. Grifos meus.

vezes para *fazer a história* e para se formar a crítica em toda a integridade da sua justiça, serena e fatal”) e Alberto Pimentel* (“hoje é a Academia que lhe quer fazer um triunfo, embora contestado ainda... Deixemos passarem os séculos e eles talvez façam o mais”).¹⁰⁸¹ Em seu *Perfil*, Camilo Castelo Branco,* de sua parte, imagina jocosamente o futuro bicentenário – em um exercício de divertida *previsão* que potencia a sua crítica e satiriza as abordagens características dos positivistas elogiadores do ministro:

daqui a pouco, nós e os nossos centenários e a estéril inanidade das nossas solicitações ruidosas ao futuro iremos na ressaca da mesma onda que virá colher o cisco da nossa Babel e bem pode ser que o jesuíta, renascido do seio de outra civilização, surja depois para rir de nós. *Se os ultraliberais de 1882 estão com o marquês de Pombal, quem nos afirma que as confederações republicanas e ateístas de 1982 não hão de estar com os jesuítas? As situações parecem-me equivalentes nas paralelas do absurdo.*¹⁰⁸²

Passada a recomendada centúria, Rui Bebiano se debruçou sobre as polêmicas comemorações pombalinas oitocentistas, comparando-as às iniciativas decorrentes do segundo centenário do marquês, celebrado já em 1982.¹⁰⁸³ Para o historiador, “a figura e a obra de Sebastião José de Carvalho e Melo, volvidos que são duzentos anos sobre a sua morte, adquiriram, pelo mérito próprio que o tempo cimentou, o lugar seguro de um marco histórico que importa atender”. Ele destaca a forma “mais ou menos silenciosa” com que então transcorreram as atividades acadêmico-comemorativas:

no resguardo dos seus gabinetes de trabalho, homens da cultura examinam e pensam a obra de um português que, indelevelmente, marcou o seu tempo e os destinos da nossa terra. Depois, o produto do seu esforço será transmitido ao número, sempre limitado, daqueles que partilham das suas dúvidas e ânsias de conhecer.

A ação histórica de Pombal tendeu, em sua perspectiva, a se incorporar no “Olimpo do universo sebástico português [...] como mítico arquétipo de novo salvador, que há muito os portugueses se habituaram a imaginar e a projectar em sucessivas gerações de ‘desejados’”. Bebiano assevera que sua figura histórica “aseptizou-se” nesse ínterim, ainda exigindo, contudo, “um esforço de compreensão e de interpretação, mas que [já] se situa à margem dos grandes títulos e das conversas de rua”.¹⁰⁸⁴

Pensando o que se passou em 1982, entretanto, considero interessante destacar que, em meio aos esforços oficiais para assinalar a efeméride, nomeou-se uma

¹⁰⁸¹ [CAMARA], 1882, sessões de 15 e 17 de abril.

¹⁰⁸² CASTELO BRANCO, 1882.

¹⁰⁸³ Na altura, já haviam passado pouco mais de oito anos da revolução dos Cravos (25 de abril de 1974), com o fim do regime salazarista e o restabelecimento da democracia no país, que também para o meio acadêmico e para a produção historiográfica representou uma abertura/atualização importante.

¹⁰⁸⁴ BEBIANO, 1982, p. 381-382.

Comissão Organizadora das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal, [que] promoveu, a nível nacional, uma série de iniciativas do ano pombalino que decorreram entre 3 de dezembro de 1981 e 3 de dezembro de 1982. A Comissão pretendeu proporcionar a oportunidade de alargar até aos mais vastos sectores da população um conhecimento aprofundado da época pombalina e do seu significado na história de Portugal.

Dentre suas iniciativas, destacam-se obras comemorativas (visando à divulgação e à erudição), exposições e um grande evento acadêmico: o “Colóquio Internacional *Pombal Revisitado*, que encerrou as comemorações e se realizou em 2 e 3 de dezembro de 1982 [e] procurou interessar especialistas portugueses e estrangeiros no aprofundamento do estudo da história da segunda metade do século XVIII”.¹⁰⁸⁵

À frente da Comissão Oficial e também do colóquio, Raul Rego* inicia seu discurso na abertura do evento acadêmico-celebratório agradecendo ao Presidente da República por “ter-se dignado presidir a inauguração destes dias de estudo sobre uma das maiores figuras da nossa história”. Interessado por questões históricas e bem conhecido por seu empenho enquanto democrata, antifascista e maçom, o escritor apresenta uma abordagem panegirista, em que se notam paralelos e aproximações em relação a discursos proferidos no centenário anterior e à imagem do marquês então proposta e mobilizada, que desperta “tão vivos ódios como admirações intensas, ainda dois séculos para além da sua morte”. Tendo em vista “as medidas do estadista e o desencadear de um processo que não teve ainda o seu termo”, ele afirma, atualizando os tópicos em tela e também os usos e as alegadas lições do passado novamente comemorado:

o seu governo foi o de um absolutismo iluminista e a transição para uma comunidade em que, ao direito divino de mandar, à vontade do rei, se sobrepõe a vontade da nação. [...] Foi celebrado em 1882 por liberais e republicanos quando buscavam abater a Monarquia para levantar a plenitude da democracia em uma República que fosse a harmonia e a concórdia entre todos os portugueses. Não é diferente o objetivo último das comemorações em curso. A República implantou-se há mais de setenta anos, mas nem por isso o país caminhou sempre na via da concórdia, visando à Liberdade, à Igualdade e à Fraternidade. [...] [O marquês] não era um liberal, muito menos um democrata, mas as suas reformas estão na base do liberalismo português. Por isso o lembraram os liberais de 1882 e o lembram os democratas de hoje. [...] Foram contra ele, em seu tempo, os tradicionalistas, e teve o apoio dos iluministas [...]. Essa divisão ainda hoje se mantém [...]. No seu tempo punha-

¹⁰⁸⁵ SANTOS, 1984, p. 9. Na nota introdutória aos volumes que resultaram da publicação das apresentações, explicita-se o teor oficial conferido ao evento, ao se assinalar que “a sessão de abertura do colóquio foi presidida pelo Senhor Presidente da República, General Ramalho Eanes, acompanhado pelo Dr. Raul Rego, presidente da Comissão Organizadora das Comemorações e do Colóquio, pelo Senhor Ministro da Cultura, Dr. Lucas Pires, pelo Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Dr. Azeredo Perdigão, pelo Presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Prof. Dr. Fernando Morer, pelo Secretário-geral adjunto da Société Internationale d’Étude du 18^{ème} Siècle, Prof. Roland Desné e pelo Presidente da Fundação Antero de Quental, Dr. José Manuel Duarte. As comemorações e o colóquio foram coordenados por Maria Helena Carvalho dos Santos”. A comissão ainda contou com a participação de A. H. de Oliveira Marques, João Gomes, Joel Serrão, José-Augusto França e Júlio Miranda Calha.

se o problema de europeizar Portugal. É o principal problema que se nos põe hoje em dia, depois de se ter esvaído o absolutismo da Monarquia, de ter sido abolida a Monarquia liberal, abafada a República democrática e destruído o meio século de totalitarismo. A lição do segundo centenário de Pombal é sobretudo a de um estímulo do nacionalismo, de um iluminismo dos nossos dias, para nos integrarmos na Europa e no mundo.¹⁰⁸⁶

A despeito de insistir que aquilo que de fato importa não é “analisar a pessoa; seus apoucamento, feitio tirânico, mesquinhez ou grandeza de ânimo”, ele repete o esforço de o justificar diante do conhecido elenco de violências – recorrendo a uma leitura permeada por relativização, contextualização e teleologia:

Pombal foi implacável na defesa dos interesses do Estado, sabendo do atraso em que nos achávamos em relação à Europa culta e como a nobreza, o clero, nas diferentes partes do reino, defendiam os interesses de classe contra o da nação. Hoje diríamos os da comunidade. O absolutismo pombalino, rasoirando a nobreza, fazendo da Inquisição um tribunal régio como os outros, não deixando que ordens religiosas fossem um Estado dentro do Estado, em Portugal, no Brasil, na Índia e acabando com a escravatura e a segregação social entre cristãos, sem dúvida que aplanou o caminho para consciencializar a nação dos seus direitos e exercer por ela o poder. [...] Bem sabemos que duques e marqueses foram ao patíbulo, como no tempo de D. João II e de D. João IV, e não ignoramos que a sua confrontação com ordens religiosas e prelados não teve tréguas. Mas também isso não era novo então, nem foi o último estadista português a tomar semelhantes medidas. E a justiça com o que fez pede meças à de alguns outros.¹⁰⁸⁷

Dadas as dimensões do evento e da figura comemorada, não surpreende que se encontrem notas a tal respeito em jornais coetâneos. Nas páginas do *Diário de Lisboa*,* por exemplo, comenta-se:

abalou o país, marcou os súditos, transformou a cidade. Projetou no futuro um rasto de controvérsia e polémica. Morreu há duzentos anos e ficou conhecido como marquês de Pombal. A obra com que entrou na História não tem tempo. E, para a refletir e conhecer, escolheu-se um lugar: a Fundação [Calouste] Gulbenkian, onde ontem se iniciou o colóquio internacional “*Pombal Revisitado – aspectos fundamentais do período pombalino*”, promovido pela Fundação Antero de Quental, no âmbito das comemorações do segundo [centenário] da morte do ministro de D. José. “O país era um antes de Pombal; ficou outro depois dele”, essas palavras de Raul Rego, proferidas

¹⁰⁸⁶ Conectando passos do passado, ele, além de recordar as expulsões dos jesuítas sob Pombal, D. Pedro e a I República, assevera: “os homens que nasceram no consulado de Pombal e foram educados nas escolas por ele reformadas haviam de ser os constituintes de 1821, haviam de se bater contra o absolutismo miguelista e um seu neto, o Marechal Saldanha, imporia a proclamação da Carta, em 1826, comandaria o cerco do Porto, em Almostriz, e seria em 1850 o chefe da Regeneração” (REGO, 1984). No que diz respeito a uma apropriação da extrema-direita da figura do marquês, ver os curiosos exemplos mais recentes pinçados em CANAVEIRA, 2010. Além dos interessantes estudos críticos de MATOS (2010; 2017) e TORGAL (1984), refere-se o exemplo de teor bastante distinto da problemática obra já referida de Marcus Cheke (1960 [1938], prefácio), que, escrevendo na altura do Estado Novo, propõe uma linhagem/herança pombalina diferente – valendo-se de comparações de sentido oposto: “em uma época em que a sorte da Europa se encontra, em grande parte, na mão de ditadores, é interessante estudar a vida e a obra de um ditador que pode considerar-se, em muitos pontos de vista, o seu protótipo e teve grande renome há apenas século e meio [...]. A vida de Pombal ajuda a apreciar a medida das realizações do Dr. Salazar [...]. Nossa admiração aumenta pelo confronto, ao verificarmos os métodos de que ele se serviu para realizar a sua obra com firmeza, mas sem desnecessária severidade – sem a tirania que fez terrível o nome de Pombal”.

¹⁰⁸⁷ REGO, 1984.

na sessão inaugural a que presidiu [o Presidente] Ramalho Eanes, poderiam sintetizar o tom de uma governação. Nessa diferença radica *muito do que divide, até aos nossos dias, investigadores, políticos e homens comuns. E que, curiosamente, ficaria a assinalar os trabalhos do primeiro dia do colóquio.*¹⁰⁸⁸

O comentário final sobre o evento é também interessante para pensar a figura do marquês e sua atratividade na altura (justificando a repercussão na imprensa):

um programa aliciante, embora sobrecarregado. Dois dias para discutir tantos temas é escasso. [...] Ontem, por exemplo, foi necessário “sacrificar” a sessão da “reforma dos estudos” para poder acompanhar em pormenor o debate sobre Pombal na tradição maçônica. [...] A ausência de material de apoio torna particularmente difícil (para não dizer vulnerável) a cobertura do colóquio. Hoje, estarão em funcionamento simultâneo quatro sessões: “estruturas sociais e política externa”; “economia, comércio e indústria”; “ideia e realização urbana” (pelos títulos das comunicações, parece ser a de maior interesse) e “artes, letras e pensamento”. Imaginam-se facilmente as dificuldades que o jornalista vai encontrar.¹⁰⁸⁹

Ao comparar o centenário e o bicentenário, penso que não se pode negar a relativa validade da afirmação de Bebiano, na medida em que, dentre as ações comemorativas de 1982, destaca-se uma volumosa produção de teor acadêmico acerca do marquês e de seu governo,¹⁰⁹⁰ e não os embates populares e quotidianos que caracterizaram 1882. Contudo, tanto o discurso de Raul Rego quanto as mais referências ao colóquio *Pombal Revisitado* e à Comissão Oficial evidenciam a presença de tópicos e abordagens que indiciam esforços que reclamam um marquês moderno e antirreacionário – relativizando, silenciando ou neutralizando suas violências. A permanência das muitas parcialidades em relação ao ministro é acusada mesmo em obra *técnica e erudita* publicada sob a égide da Comissão: um catálogo documental, em cuja apresentação, referida na introdução desta tese, afirma-se que a “questão pombalina” é uma das mais perenes querelas em Portugal,

¹⁰⁸⁸ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 03/12/1982. Grifos meus. A discussão em tela diz respeito à iniciação ou não do marquês na maçonaria. No volume impresso, as posições se expressam positivamente no texto Marques e Dias (1984), e negativamente no de Benimeli (1984). No jornal, lê-se não só a perspectiva dos palestrantes (destacando a maior prudência do último), mas ainda a posição de investigadores que fizeram intervenções e perguntas, o que demonstra a percepção de um interesse amplo sobre o assunto: “a discussão instalou-se e a ‘esgrima’ de argumentos ocupou uma boa parte da sessão da tarde de ontem. Coimbra Martins sitiou o cerne da questão: ‘a maçonaria fez o seu marquês. Mas poder-se-á provar que esse foi maçom?’”.

¹⁰⁸⁹ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 03/12/1982.

¹⁰⁹⁰ As publicações estimuladas pela efeméride são relevantes. Citam-se, por exemplo (limitando-se aos trabalhos referidos ao longo da tese), o texto de Torgal (1982), que apresenta número temático (em que se insere o artigo de Bebiano) da revista de História e Teoria das Ideias, da Universidade de Coimbra, coordenado pelo próprio historiador e por Isabel Vasques; o livro de Francisco Falcon (1982), que corresponde a tese de livre docência defendida em 1976, e publicada apenas à altura das comemorações; os textos de Joel Serrão (1984) e Luís Reis Torgal (1984), que, vindos a lume dois anos mais tarde, remetem-se ao referido congresso, de que resultou uma importante publicação (SANTOS, 1984); também os artigos de Silva Dias (1882-1884) podem se associar à reflexão estimulada pela efeméride. Em nota bibliográfica, Roland Desné (1983), “en attendant les Actes du Colloque international”, a que assistiu, cita elogiosamente, além de catálogos documentais/expositivos, apenas o livro de Borges de Macedo (1882b), publicado pela Biblioteca Nacional e cujos formato acessível e texto indiciam um interesse de divulgação – ver a introdução desta tese.

até porque, em certo sentido, se popularizou: há poucos portugueses [...] que não tenham uma ideia definitiva, mesmo se vaga ou pouco informada, favorável ou contrária ao marquês, à sua obra, à maneira como governou. É assim o mito. Atribui-se-lhe demais ou de menos; bondades ou maldades; causa última de tudo o que se fez ou não fez durante três décadas, ou simples “agente” histórico, sem vontade nem ideia. [...] Não foram só obras de literatura ou poesia, às quais todas as liberdades são permitidas, mas sim compêndios de história, respeitáveis obras acadêmicas e manuais escolares que fizeram do marquês um anjo ou um diabo. [...] Duzentos anos depois da sua morte, ainda é possível encontrar esforçados “clans” intelectuais de incondicionais favoráveis ou adversários, como se de combate político e actual se tratasse. Poucas são as obras, mesmo de carácter científico, que se não deixam de inspirar pelas ideologias ou os interesses republicanos ou monárquicos, democráticos ou corporativistas, católicos ou maçônicos, a fim de, por via pombalina, ajustar contas com os seus adversários e contemporâneos.¹⁰⁹¹

Kenneth Maxwell, refletindo sobre abordagens ao marquês na altura, recorda aos “que possam pensar que estas lutas acerca da memória histórica estão ultrapassadas”: em números relacionados ao bicentenário publicados por uma revista jesuítica, encontram-se, entremeando apreciações ponderadas, certas críticas anacrônicas e apaixonadas.¹⁰⁹² Em questão, um texto do padre inaciano Manuel Antunes. Por sua pena, Pombal é retratado (no sentido oposto ao de um distanciamento) como um “misto de Goebbels e de Estaline [...] *avant la lettre*”, coordenando uma “espantosa máquina de propaganda [...] que nada ficava a dever às congêneres contemporâneas”. Segundo Antunes,

do primeiro, ele possuía a astúcia e o sentido de calúnia – tanto mais crível quanto maior ela se apresentasse. Ao segundo, aparentavam-no a crueldade e o gosto do sangue, a exibição da força e a vontade de aniquilar o inimigo com toda a força de um Estado totalitário, a insaciabilidade da vingança e a espantosa arte de simular e dissimular as coisas mais estranhas e inverosímeis, os doces sentimentos familiares e a desconfiança mais estreme em relação a tudo onde se pudesse encontrar perigo por mais remoto que ele fosse, a crença na onipotência do Estado e o sentido de modernidade e da modernização da sociedade através da realização de obras de grande vulto, tanto materiais como culturais.¹⁰⁹³

De todo modo, se por um lado a erudição não equivale a (impossíveis) discussões imparciais (e em alguns casos, como visto, sequer ao esforço por uma ponderação equilibrada, disciplinada e crítica), por outro houve atividades apontando tanto para uma vontade de maior divulgação de conhecimentos acumulados, quanto para a percepção do interesse ampliado e/ou generalizado acerca de Pombal. Agustina Bessa-Luís,* célebre romancista, por exemplo, publicou ainda em 1981 seu *Sebastião José*, obra biográfica

¹⁰⁹¹ BARRETO, 1982.

¹⁰⁹² MAXWELL, 2015 [1995], p. 38.

¹⁰⁹³ ANTUNES, 1983 [1982], p. 129 – artigo originalmente publicado na revista jesuítica *Brotéria*, (n. 15, 1982), em que também consta um interessante texto de Macedo (1882a). No ano seguinte reúnem-se e se publicam em forma de livro os 16 artigos *comemorativos* sobre o marquês e seu bicentenário antes distribuídos em quatro números (esgotados) da revista.

encomendada por instituições da cultura – o que lhe conferia certa chancela oficial, em meio às comemorações.¹⁰⁹⁴ De teor diferente, a biografia escrita pelo conhecido historiador Joaquim Veríssimo Serrão foi também uma espécie de encomenda oficial;

iniciativa das Câmaras Municipais de Lisboa, de Oeiras e de Pombal, que dessa maneira pretendem lembrar uma figura que se liga intimamente aos seus faustos locais. Não esquece a capital o filho ilustre, que sendo ministro de D. José fez edificar a Lisboa moderna que saiu dos escombros de 1755. O mesmo sucede quanto a Oeiras, que se vangloria do 1º conde do título que patrocinou a elevação do lugar a vila e nela ergueu um suntuoso palácio. Enfim, quanto a Pombal, basta refletir o fim de vida de seu 1º marquês, na plena identificação do homem com a terra que ajudou a perpetuar a sua memória.¹⁰⁹⁵

Apresentando e justificando seu livro,¹⁰⁹⁶ o autor deixa claro também visar à divulgação a um público ampliado, contornado peso e recortes de estudos acadêmicos:

apesar de ser abundante a bibliografia pombalina, nos trabalhos de conjunto e nos estudos parcelares que tem suscitado, entendeu o autor que não seria inútil tentar uma nova reconstituição biográfica de tão discutida figura. A dois séculos de distância, continua ela a ser um tema vivo de interesses e paixões, tamanha a marca do personagem na história portuguesa e, de igual modo, na europeia. Os aspectos essenciais [...] podem assim receber a merecida atenção, mas sem que o livro caia na miudência erudita [...]. Sobre o tema de Pombal têm-se publicado livros de pura erudição, para o que não escasseiam as fontes históricas, assim como obras de bela roupagem literária, mas assentes, quantas vezes, na simples fantasia. São variados os horizontes da cultura, para que se tentem caminhos tão diferentes na apreciação do passado.¹⁰⁹⁷

¹⁰⁹⁴ BESSA-LUÍS, 1990 [1981]. Sobre obra (patrocinada pela Secretaria de Estado da Cultura, pelo Instituto Português do Livro e pela Fundação Calouste Gulbenkian) e recepção, ver: FILIZOLA, 2000, p. 209-240. Em entrevista (*Expresso*, Lisboa, 11/09/1982), a escritora afirma ter produzido uma biografia, por oposição a libelos escritos no passado: “em 1982 completam-se 200 anos da morte do marquês. Pediram-me que escrevesse esse livro e escrevi-o. Não significa uma preferência, mas uma obra mais”.

¹⁰⁹⁵ SERRÃO, 1987 [1982], p. 5.

¹⁰⁹⁶ Em 1981, ele publicou o sexto volume de sua *História de Portugal*, abordando o período de 1750-1807, com o subtítulo *o despotismo iluminado* (SERRÃO, 2004 [1981]). Na folha de rosto, apresenta-se como professor catedrático da Universidade de Lisboa e sócio efetivo da Academia de Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa de História (APH). Fundada em 1936, tendo em vista as comemorações nacionais do duplo centenário 193-1940, a APH esteve fortemente vinculada ao Estado Novo e a uma versão oficial, nacionalista e celebratória da história de Portugal e de seu império. Sócio da academia desde a década de 50, em seu seio Serrão recebe a encomenda para sua história monográfica (ver: “Academia...”, *site* DHP). Como presidente da ACP (cargo que ocupou entre 1975-2006), e sócio-correspondente do IHGB, ele sugeriu a seus colegas brasileiros em 1980 a conveniência de festejar o bicentenário, com uma parceria entre as instituições (*R.IHGB*, n. 329, p. 244). Em 1981 (*R.IHGB*, n. 333, p. 179), Marcos Carneiro de Mendonça anunciou tal comemoração. Já em 1982 (*R.IHGB*, n. 337, p. 249, 272), relatou-se que ele havia realizado palestras sobre Pombal, “cujo 2º centenário de morte vem sendo comemorado no decorrer deste ano” e que o bicentenário “foi lembrado desde atrás [...] [por] Mendonça, para o qual o Brasil muito ficou a dever à administração pombalina”. Mendonça (1960, p. 3; 1961), apresentado como possuidor “de uma das mais completas coleções pombalinas [...] admirador sincero da obra política e administrativa do ‘grande marquês’”, havia publicado coletânea documental, afirmando “ter sido Pombal amigo do Brasil”. Pouco depois, alegou em artigo ocupar “prolongadíssimas horas” para “tornar mais claro” seu papel no país. Nas vésperas do bicentenário, Miguel Franchini Neto (1981) relatou que “a comunidade luso-brasileira está preparando várias comemorações para no ano de 1982”, esforçando-se para “lembrar alguns dos aspectos da ação desse grande estadista no que se refere ao Brasil”. Do “Brasil em relação a Pombal”, recordou “homenagens de cidades, ruas, praças e colégios e duma excelente bibliografia”.

¹⁰⁹⁷ SERRÃO, 1987 [1982], p. 5-6.

Afirmando não abrir mão da fidelidade “à serenidade de crítica [e] [...] à lição dos documentos”, ele não esconde o destaque elogioso que imprime:

longe de se idolatrar o “governante excepcional” ou de se amarrar ao pelourinho o “tirano brutal”, impõe-se ao historiador do nosso tempo encarar um homem, como o marquês de Pombal, pela grandeza e durabilidade da sua obra ao serviço da nação. [...] Se um país pode ser grande pela força do seu povo, para isso carece sempre de governantes com um alto sentido de Estado. [...] São eles que em determinado momento da história sabem compreender – quando não adivinham – os rumos certos que se abrem ao futuro da sua nação. O marquês de Pombal há de ficar como um dos cinco ou seis estadistas de craveira superior que ao longo de 800 anos orientaram os destinos de Portugal. E não podem entrar nessa visão os conceitos rígidos de “pombalismo” e de “antipombalismo” que se tornou moda fazer intervir no jogo da história.¹⁰⁹⁸

Dentre as iniciativas que remontam ao bicentenário, também se há uma edição comemorativa em fac-símile do *Perfil do marquês de Pombal* (já centenário), para o “estabelecimento do texto autêntico”. Para tanto, o historiador e filólogo Justino Mendes de Almeida valeu-se de um exemplar do próprio Camilo, com uma série de comentários ao longo do texto e com a nota no antêrrosto: “para entregar ao Sr. Clavel [editor do *Perfil* em 1882] ou a seus sucessores na livraria”, a quem dirige um pedido: “se depois da minha morte se fizer nova edição deste livro, recomendo que se acrescentem as notas marginais, se as entenderem”. Ressaltando que a primeira edição é a única feita em vida do escritor, Almeida aponta incongruências em relação às edições posteriores. Antevendo que “a apreciação serena deste livro [...] não deixará certamente de ser feita nas comemorações centenárias, na sequência da polémica iniciada no próprio ano da publicação da obra”, ele recupera e atualiza a contribuição camiliana no debate em aberto.¹⁰⁹⁹

De sua parte, o livro de Bessa-Luís, também ela considerada, em seu tempo, “a maior escritora portuguesa”, fez-se igualmente célebre. Em uma entrevista sobre sua colaboração, a romancista afirma que a obra resulta não de uma preferência ou de um

¹⁰⁹⁸ SERRÃO, 1987 [1982], p. 6-7. A despeito de a obra ser um trabalho sério e bem documentado, com informações úteis, referenciadas e acreditadas, a alegada imparcialidade pode ser posta em causa pelo notado teor elogioso e providencialista nela impresso. Acerca da perspectiva de um estadista superior na história, recorda-se “Os Grandes Portugueses”. No programa, produzido pela RTP em 2006-2007 (adaptação de *Greatest Britons*, da BBC), para, “de forma bem-disposta, combina[r] o documentário com o Grande Espetáculo [...] um verdadeiro desafio ao país [...] um excelente momento para um debate entre os portugueses sobre a sua história”, convoca-se a população a eleger seu *maior* representante, após sugestões, duas rodadas de votos e debates, o marquês de Pombal, estando entre os 10 finalistas, classificou-se em nono lugar, cabendo a posição cimeira a Salazar. Ver: “Os Grandes Portugueses”, *site* RTP. Quanto à produção de divulgação de Serrão, recorda-se a coordenação científica de biografias em DVD dos reis de Portugal, em cuja sinopse se lê: “Há momentos no tempo em que é necessário acordar a memória de um povo...e há formas de o fazer. Este é o momento! Esta é a forma! Reis de Portugal é uma série documental em 36 volumes que acompanha os muitos séculos da nossa História, desde as Origens e Fundação da Nacionalidade até ao exílio do último dos monarcas da Pátria Portuguesa” [coleção produzida por Filmes Unimundos, 2007].

¹⁰⁹⁹ ALMEIDA, 1982.

interesse particular, e sim de uma encomenda por ocasião da efeméride dos 200 anos da morte do marquês. Confrontada com “uma consideração apaixonada como a de Camilo em *O perfil do marquês de Pombal*”, ela se distancia do escritor oitocentista, afirmando apresentar “uma biografia. Camilo fez um libelo, por pouco fez uma sátira. Do meu livro podiam sair dez romances. Questão de génio e de feito”.¹¹⁰⁰

Muitos anos depois, em obra que se propõe a desfazer o mito do marquês de Pombal, e que recupera o *Sebastião José* de Bessa-Luís desde a epígrafe, José Eduardo Franco critica a produção de 1882. Mas o faz, curiosamente, a partir da retomada de argumentos próximos, em alguns pontos, àqueles apresentados pelos opositores ao centenário por ele criticado. A colaboração de Castelo Branco ao debate, sobrevalorizada, é apresentada como “a desmistificação camiliana de Pombal” – dando a entender, em certo sentido, que um mito (o de Camilo) ainda serve para desconstruir outro (aquele dos centenaristas; fonte importante, afinal, para a mitologia corrente sobre o marquês). Ao se debruçar sobre o *Perfil do marquês de Pombal* em perspectiva literária, contudo, Annabela Rita, coautora com Franco, apresenta ponderações interessantes:

o perfil produz, obviamente, dois tipos de efeitos. Por um lado, oculta uma face do representado, sendo a *face visível* do indivíduo diferente da sua *face oculta*: o sujeito *outra-se* e permanece incompleto nesse *perfil* que nos chega. Por outro lado, cria uma fissura espetacularizante entre presença convocada e nós: não há comunicação direta entre quem está de lado e quem o observa, público pressuposto, mas não encarado. [...] Essa *distância* entre observado e observador será usada e maximizada por Camilo na elaboração desse *perfil* a negro.¹¹⁰¹

Considero importante atentar à persistência tanto da tópica da imparcialidade (espécie de *distanciamento*) quanto da polaridade em torno da figura do marquês (que indicia, ao contrário, *proximidade*). Para Bebiano, Pombal havia adquirido, em 1982, lugar seguro no “Olimpo sebástico português”, afirmando-se, enquanto ente heroico consagrado e distante, como a imagem de um passado já pacificado e asséptico.¹¹⁰² Entretanto, se por um lado os extremados textos de Raul Rego e Manuel Antunes (um maçom e um jesuíta) indiciam, ainda em 1982, seu equívoco nesse ponto, por outro,

¹¹⁰⁰ Entrevista ao *Expresso*, 11/09/1982. Republicada após sua morte. BESSA-LUÍS, 2019 [1982].

¹¹⁰¹ RITA, 2015 [2004], s/p. Ademais, apresenta Bessa-Luís como “autora de camiliana linhagem [...] Camilo e Agustina oferecem-nos Sebastião José num espantoso díptico literário onde se reflete a controvérsia emocional e emocionada de uma nação, o seu imaginário”.

¹¹⁰² É curioso relacionar tal ideia às palavras de Consiglieri Pedroso, a respeito da figura de Camões – que, ao contrário da ainda polémica figura de Pombal, estaria, em 1882, “*demasiado longe e ao mesmo tempo demasiadamente alto* para que dele nos chegue outra coisa que não seja o que é imortal, o que é divino como cintilação do génio” (*O Ocidente*, Lisboa, 08/05/1882). De resto, entendo importante pontuar que a própria ideia de uma tal entrada do marquês em um *Olimpo sebástico*, de que resultaria sua peculiar heroização asséptica, revela mais problemas que neutralidade, crítica ou indiferença supostas.

parece-me interessante questionar se essa suposta inocuidade (decorrente de um alegado distanciamento temporal e afetivo) seria uma condição para o trabalho de historiadores.

Questiono, enfim, se diante de uma figura tão polêmica e complexa é de fato necessário pretender essa forma de distanciamento/neutralização/imparcialidade, que não apenas não se sustenta, mas também pode atrapalhar a percepção crítica daquilo que (entre história e memória) atualiza-se em forma de encômio, e sobretudo daquilo que incomoda persistentemente em um passado ainda relevante no presente/futuro. Oposto à indiferença estéril, o incômodo (vestígio peculiar, vinculado a uma forma de perceber representações desse passado) manifesta-se de diferentes modos, tanto em um quanto em outro dos referidos extremos contrapostos – mesmo após o bicentenário. Indiciam-no os acusados mitos, distorções, máscaras, nódoas e mais máculas, que demonstram, ademais, a importância de ainda hoje investigar e discutir a sério a figura complexa do marquês; a importância de abordar seu passado, a partir de seus vestígios e traços (recolhidos, arquivados, selecionados, criticados, acreditados e comparados), com olhar historiador.

Tal trabalho compreende sua investigação desde um *lugar* no presente; um *lugar* de enunciação, saber e prática que importa elucidar e levar em conta. Supõe, ademais, um corte/uma clivagem; distanciamento historiador que institui esse passado pombalino enquanto um objeto (um *outro*/diferente). Pode-se, então, buscar analisar e *re-apresentar* esse passado de modo crítico e disciplinado, percebendo e lhe atribuindo sentidos informados e críveis, ultrapassando a dicotomia que marca abordagens a sua figura: herói-vilão, encômio-detração, progresso-reação, incômodo-orgulho. Por um lado, distancia-se de tal dicotomia (forma de encarar e mobilizar esse passado enquanto um *mesmo*/igual; expressando juízos e aceções correntes a seu respeito). Por outro (e foi essa a tônica da tese), não se busca ignorá-la ou negá-la, e sim reconhecê-la e levá-la em conta – não como um interdito/empecilho ao trabalho, mas como um problema/objeto a ser trabalhado.

Na parte final de seu livro, Bessa-Luís, imbricando o indivíduo, sua lembrança e a localidade a que se remete seu último e mais elevado título, afirma: “quando morre um grande homem, é como se uma guerra acabasse. [...] Sebastião José morreu em Pombal”.¹¹⁰³ Quem hoje visita o município de Pombal (no distrito de Leiria, no centro do país), encontra, ao lado da igreja de Nossa Senhora do Cardal, onde estiveram depositados os restos mortais do marquês entre 1782 e 1856, o *jardim do Marquês de Pombal*, em que

¹¹⁰³ BESSA-LUIS, 1990 [1981], p. 245-246.

se vê um seu busto sobre um pedestal (imagem 84). Ao lado da efígie de bronze, uma placa recente indica se tratar do

primeiro monumento de homenagem ao marquês de Pombal, inaugurado em maio de 1907,¹¹⁰⁴ na presença de António José de Almeida* e Bernardino Machado.* Sobre uma base de calcário, desenhada pelo arquiteto Ernesto Korrodi, observa-se um busto do marquês de Pombal em bronze, de autoria de Fernandes de Sá. Rodeado por elementos pétreos que pertenceram à balaustrada da igreja de Nossa Senhora do Cardal, destruída em 1811 pelas tropas francesas, inclui referências a acontecimentos relevantes que evidenciaram o marquês de Pombal, como as datas do seu nascimento e da sua morte, a expulsão dos jesuítas, o terramoto de 1755 e a nomeação como marquês de Pombal.¹¹⁰⁵

Há poucos anos, no dia 8 de maio de 2017, a Câmara Municipal pombalense lançou um fac-símile do “Registo de Honra dos Protectores” do referido monumento. Na ocasião, atores interpretaram “figuras representativas de alguns dos elementos presentes na cerimônia de 1907”, lendo uma cópia de seu auto de inauguração. Além disso, foram promovidas, na parte da tarde, “visitas encenadas [...] aos vários espaços históricos da cidade relacionados com a vida e a obra do marquês”. Em um jornal local, ademais, o evento comemorativo foi divulgado sob a curiosa manchete “Pombal recuou 110 anos para ‘inaugurar’ monumento ao marquês”.¹¹⁰⁶ Na praça, há outro monumento, mais visível, popular e recente. Trata-se da versão pombalense de um marco turístico corrente nas cidades contemporâneas – pensado para ser reproduzido em fotografias com moradores e visitantes: letras enormes que compõem “I ♥ Pombal” (imagem 86).¹¹⁰⁷

Partindo do *jardim do Marquês de Pombal*, uma caminhada de cinco minutos conduz à *praça do Marquês de Pombal*, onde atualmente se localiza o *Museu Municipal Marquês de Pombal*, instituição inaugurada em 8 de maio de 1982, nas comemorações do referido bicentenário, como “uma justa homenagem ao eminente estadista, testemunho

¹¹⁰⁴ Um ano de bastantes embates, marcado por uma série de manifestações e greves em que se destacaram estudantes e republicanos. Ver: RAMOS, 2001 [1998], p. 267-271.

¹¹⁰⁵ Transcrição feita em visita ao local em abril de 2018.

¹¹⁰⁶ *Pombal Jornal*, Pombal, 11/05/2017. Ainda se aponta que que o monumento foi erguido por subscrição pública; “o lançamento da primeira pedra foi feito ‘com toda a solenidade e circunstância’ a 1º de novembro de 1905 e em 8 de maio de 1907, 128 anos após a morte do estadista, foi definitivamente inaugurado o monumento”. No *site* do Município [09/05/2017], ressalta-se a “muita adesão dos pombalenses” às iniciativas, parte do “projeto ‘Maio Mês do Marquês’ [...] que procura assinalar a data da morte e do nascimento” do marquês com “diversas atividades que perpetuam a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo e procuram defender e valorizar o património histórico e cultural pombalino”. Ver imagem 85.

¹¹⁰⁷ Reconhece-se o aspecto duplo/dúbio da homenagem, dadas as contínuas referências ao marquês. Na localidade, organizam-se eventos a ele vinculados, muitas vezes mobilizando atores que o representam em interação com o público. Em maio de 2019, decorreu um *Festival Pombalino*, com “estátuas vivas”, “animação pombalina” e “recriações históricas”. Entre outras evocações, pontuam-se um mural junto ao acesso ao castelo, em que Pombal é retratado, no topo da torre, como um amigável boneco de pelúcia, e a representação do marquês de perfil (com sua cabeleira) em um brasão no logotipo do Pelouro do Desporto do Município (em que se lê: “Pombal é desporto”). Ver imagens 87-88.

ímpar da cultura portuguesa do século XVIII”. No museu, o acervo e a programação reforçam os vínculos entre a memória do marquês (e algumas de suas evocações, musealizadas), “homem controverso, [que] gera sentimentos de amor e ódio em Portugal e no mundo”, e a localidade, que faz da figura histórica de Sebastião José “a imagem de marca de Pombal”.¹¹⁰⁸

A ideia de uma *marca de Pombal*,¹¹⁰⁹ associada à alegada identidade da região e de seus residentes, é também reclamada pelo município de Oeiras, que em 2003 adquiriu o *Palácio do Marquês de Pombal* e seus jardins (classificados como patrimônio nacional em 1953). Devido a sua importância “na construção e sedimentação da identidade e sentimento de pertença oeirense”, determinou-se em 2015 sua abertura ao público, “devolvendo-o à comunidade”. Desde o ano seguinte, além disso, desenvolvem-se atividades para proporcionar maior conhecimento sobre o edifício, sobre o marquês e sobre sua família. Desse modo,

conscientes de que para tornar este palácio vivo e livre à participação do público não basta abrir portas, mas que é preciso convidar a entrar, foi desenvolvido o Serviço Educativo e de Animação do Palácio do Marquês de Pombal [...], que pretende sensibilizar o público para a *importância deste espaço na construção da identidade oeirense e da marca Pombal* [...], fornecendo instrumentos de leitura e interpretação de uma casa que passou a fazer parte de todos.¹¹¹⁰

Quanto aos episódios abordados nesta tese, recorda-se a recente cerimônia em que também se homenageou e reclamou a figura de um marquês de Pombal iluminado,

¹¹⁰⁸ “História do Museu”, *site* do Município de Pombal [s/d]. Desde 2004, o museu ocupa a antiga cadeia da vila, adaptada para “acolher o espólio dedicado à memória [...] [do] marquês de Pombal [...], podemos ver o percurso de vida e obra [...]; destacam-se algumas das principais medidas e reformas implementadas pelo ministro: a execução dos Távoras e expulsão dos jesuítas, a reforma do ensino, da agricultura, da indústria, do comércio e da justiça e diversas ações sociais que demonstram o caráter protecionista da política pombalina. *A reconstrução da cidade de Lisboa após o terremoto de 1755 é um dos grandes marcos da sua obra e da história de Portugal*. [...] O museu oferece regularmente atividades de caráter lúdico ou pedagógico, como ateliês e oficinas temáticas, *dramatizações*, workshops [...]. Um projeto inovador que permite apresentar [...] a riqueza de uma coleção que testemunha a *importância do marquês, a imagem de marca de Pombal*”. *Vídeo promocional do Museu Marquês de Pombal* [11/04/2012]. Grifos meus.

¹¹⁰⁹ Sobre a ideia de cidade-marca, ver a crítica já referida: BRAGA & GUTERRES, 2017.

¹¹¹⁰ “Uma casa, muitos mundos...” [2018]; “Palácio marquês de Pombal”, *site* Oeiras. Dentre as atividades desenvolvidas pelo serviço educativo e de animação, decorre o programa “Palácio Marquês de Pombal – Uma casa, muitos mundos”. Em 2017, assisti, em uma visita ao palácio, a interpretações dos marqueses. No *site* Oeiras (“Venha viver o século XVIII...”), ainda se lê: “nova proposta cultural do Município de Oeiras, que pretende proporcionar aos visitantes experiências que, através da recriação histórica, os remetam para a vida no palácio do marquês de Pombal no século das Luzes. Salas e corredores enchem-se, assim, de quadros vivos que permitem uma visão detalhada da vida e dos costumes daquela época [...]; uma visita guiada que revela hábitos, rituais e conversas da casa e da época do marquês de Pombal. O arranque dessa iniciativa esteve inserido na celebração do dia do aniversário do marquês”. Sobre o palácio e seu histórico – construção, preservação e incorporação ao patrimônio do município, ver: MECO, 2014.

racional, moderno, inovador e... europeizante.¹¹¹¹ Em discurso proferido na referida solenidade, realizada em 13 de maio de 2019 na igreja da Memória, em Lisboa, Isaltino Morais,* presidente da Câmara Municipal de Oeiras e da *Fundação Marquês de Pombal*, dirigindo-se a seu congênere lisboeta, afirma:

queria fazer uma referência ao presidente da câmara de Lisboa [...]. Não se faltam ícones a Lisboa. [...] O marquês de Pombal, seria muito injusto se não o considerássemos a grande figura também de Lisboa. Para aquilo que aconteceu depois do terremoto, para a reconstrução de Lisboa, é indiscutivelmente a grande figura. É natural que outros municípios com outra dimensão, como é o caso de Oeiras, vizinho de Lisboa, procurem apropriar-se da marca do marquês de Pombal e conde de Oeiras e talvez por isso à partida está sempre sensível para ampliar tudo que sejam iniciativas que [o] tenham como referência.

Ao discursar, Fernando Medina,* presidente da Câmara Municipal de Lisboa, responde-lhe de forma curiosa e ativa:

presidente Isaltino, aproprie-se mesmo o que quiser do marquês de Pombal. Primeiro, é conde de Oeiras, não é conde de Lisboa. Segundo, é tão presente na cidade de Lisboa e no país, que não há apropriação a mais que Oeiras venha a fazer. Pelo contrário, acho que o país e Lisboa agradecem a apropriação que Oeiras faça, porque verdadeiramente aquilo que Oeiras está a fazer [...] [preservação e restauro do patrimônio *pombalino* no município] é um projeto de benefício público.¹¹¹²

Ao falar em cidades pombalinas, importa mencionar, por fim (sem esgotar o elenco de exemplos possíveis – que poderia incluir mesmo a Universidade e a Amazônia pombalinas), o caso de Vila Real de Santo António (no Algarve; ao sul de Portugal). Solenemente inaugurada em 13 de maio de 1776 (data do aniversário de 77 anos do marquês, que ordenou seu estabelecimento), a vila, dita real por ser de fundação régia, foi “pensada de raiz, como um todo coerente, formalmente acabado, onde nenhum detalhe foi deixado ao acaso”. Trata-se de “uma cidade ideal do *Iluminismo*, que tem por base um processo de profunda racionalização em que toda a urbe foi pensada previamente e ao pormenor” – controlando e racionalizando o espaço e nele simbolicamente afirmando o poder do monarca.¹¹¹³

Com o fim do reinado, o projeto para a região perdeu fôlego. Já no liberalismo, entretanto, recobrou forças. Afirmando-se um centro de produção e exportação pesqueira na segunda metade do século XIX, no último quartel da centúria se tornou um núcleo industrial exportador de conservas.¹¹¹⁴ Nesse contexto, celebrou em 1882, de maneira

¹¹¹¹ Nas palavras de um dos oradores, tratou-se “[d]o espaço e [d]o tempo em que fazemos em conjunto uma interpretação da relevância da obra do marquês de Pombal para Portugal, a Europa e o mundo”.

¹¹¹² *Discursos*. Site CLEPUL, 13/05/2019.

¹¹¹³ FIDALGO, 2010. Ver: CORREIA, 2005; “Núcleo Pombalino de Vila Real...”, site SIPA.

¹¹¹⁴ GRILO, 2010.

oficial (menos combativa que em outras localidades), o primeiro centenário fúnebre de Pombal, comemorado enquanto seu fundador. Na ocasião, houve sarau literário-musical, bodo para os pobres, inauguração de um retrato do marquês na Câmara, iluminação da *praça do Marquês de Pombal* (originalmente nomeada praça Real e ainda depois praça do Comércio), passeios fluviais, foguetório, embandeiramento e um cortejo cívico – em que tomaram parte “todas as autoridades civis e militares, as diversas associações da localidade e escolas de instrução”. Durante o préstito, foram dados *vivas* “a Sua Majestade el-rei, à família real, à independência nacional e à liberdade”. Ademais, lançou-se a pedra fundamental de um hospital em homenagem ao ministro, para

perpetuar nesta vila a memória desse dia, que pela sua grandiosa celebração na capital do reino e em outras povoações importantes do país, há de ficar assinalado nos fastos comemorativos das suas glórias pátrias como um honroso padrão, atestando aos vindouros que a geração atual soube compreender, julgar e glorificar as virtudes cívicas dos seus maiores [...]. O povo desta vila, inaugurando por essa forma um estabelecimento onde os mais desvalidos dos seus filhos poderão encontrar no futuro o doce e carinhoso conforto da caridade, paga assim pela afirmação e consagração de uma ideia grandiosa e fecunda, uma dívida de gratidão ao português benemérito, ao estadista eminente, ao reformador arrojado e sábio e particularmente àquele que de um areal deserto e pantanoso fez surgir, ao sopro fecundo das suas poderosíssimas faculdades, esta vila, uma das mais belas e florescentes do país e hoje o terceiro porto marítimo e comercial do reino.¹¹¹⁵

Quem hoje visita a cidade (que, como Lisboa, reclama uma “singular qualidade urbanística, digna de uma classificação como Património Mundial da Unesco”)¹¹¹⁶ não encontra o referido Hospital do Marquês de Pombal. Contudo, ao caminhar pelo passeio arborizado da avenida da República se depara com uma curiosa estátua em homenagem ao marquês, posicionada em frente ao porto recreativo; às margens do rio Guadiana, na fronteira com a Espanha. O monumento de seis metros, da autoria de João Cutileiro (escultor responsável por algumas de suas efígies na capital), foi inaugurado em 13 de maio de 2009, integrando-se às atividades em comemoração do *dia da cidade* e de seu

¹¹¹⁵ [GUIMARÃES], 1883, 14-15.

¹¹¹⁶ CORREIA, 2010. Em 1978 se iniciou o processo de classificação da cidade como Conjunto de Interesse Público. Desde então, tem havido uma série de atualizações e alterações na delimitação da zona e nos protocolos de salvaguarda (ver: “Núcleo...” *site* SIPA). Em meio a debates, propostas e projetos de proteção, devem-se destacar a contribuição e os esforços de investigadores das Universidades de Coimbra e do Algarve, em parceria com o poder local (*Público*, Lisboa, 10/06/2004). Nesse sentido, assinala-se a publicação de *Vila Real... e o urbanismo iluminista* (MENDES, 2010). Em 08/06/2015, divulgou-se na página do *Facebook* do Município: “VRSA convidada pela UNESCO para se candidatar a Património da Humanidade”. Na imprensa local, informa-se que se “vai candidatar o núcleo pombalino do centro histórico e a vila de Cancela Velha à Lista Indicativa [...]”. Fonte da autarquia vilarrealense adiantou [...] que o início do processo remonta a 2013, quando a autarquia contactou a UNESCO demonstrando interesse numa possível candidatura e inteirando-se dos trâmites necessários” (*site* Sul Informação, 08/07/2015). Na atualização da lista indicativa do país, no ano seguinte, não se incluiu VRSA. Ver: *site* UNESCO Portugal.

“fundador e mentor”, como se assinala na placa desvelada na ocasião.¹¹¹⁷ A representação alegórica de Pombal (imagem 89) é delineada por dez blocos de mármore empilhados, que se assemelham a enormes maços de papéis/documentos. Do volume, distinguem-se apenas duas pernas, a célebre cabeleira, que encobre toda a cabeça, e um braço somente, que sustém um rolo de papel (os planos *pombalinos* – não da capital, e sim da vila).¹¹¹⁸

Após desvelar a placa inaugural/comemorativa, o presidente da Câmara afirmou, diante do escultor e de alguns tantos vilarrealenses (curiosos, e de resto não convencidos acerca da acuidade/adequação da imagem de Pombal que lhes era apresentada):

é uma honra para Vila Real de Santo António [...]; estou muito orgulhoso de ter aqui uma peça de um artista como o João Cutileiro. Agora, é importante também que se saiba que a arte é mesmo para ser discutida. E é bom; é bom que haja pessoas aqui à volta a procurar perceber onde é que está o nariz, onde é que estão os olhos do marquês; se tem boca, se não tem; por que é que [só] tem um braço... e que se discuta; que se façam as mais diversas e distintas especulações. É bom, porque a arte é isso mesmo. A arte é para não passar, justamente, indiferente.¹¹¹⁹

Em Lisboa, Pombal, Oeiras e Vila Real de Santo António, encontram-se, portanto, diversas referências ao passado pombalino, evocado de modo nostálgico, “polêmico”, pouco ou muito definido, e/ou caricato; peculiares maneiras de tentar, com sucesso ou fracasso maior ou menor, recordar quotidiana, cordial e coletivamente o marquês.¹¹²⁰ Diante dessas representações de Pombal dispersas em espaços urbanos, pode-se ponderar (relacionando ao discurso acima referido palavras publicadas em 1882): “entre todos os

¹¹¹⁷ Na data, marcada por muitas iniciativas, inaugurou-se o *novo* edifício da Câmara (reconstruído após incêndio em 1908, mantinha pouco da arquitetura original, e foi recuperado e adaptado), uma ponte, uma rotunda, um campo esportivo; houve exposições, sessão solene, missa, concerto, fogos e *cortejo histórico e etnográfico*, com pessoas vestidas “à moda” dos séculos XVIII-XX percorrendo a núcleo pombalino. Dentre as figuras que desfilaram diante da estátua, nota-se, em vídeo de divulgação da CM-VRSA, uma que representa o marquês. O monumento foi posicionado em linha reta com o obelisco setecentista que se vê no centro da praça do Marquês de Pombal, tendo o edifício da Câmara e as caves pelo meio.

¹¹¹⁸ No jornal algarvio *Barlavento online* (23/05/2009), publicou-se na altura um comentário, com entrevista e vídeo, sobre o monumento recém-inaugurado, intitulado “para onde olha o marquês?”. No texto, pondera-se: “qual o motivo de tanta estranheza [diante da estátua]? Vários! Começando pela ausência de rosto do marquês – substituída por uma farta cabeleira em redor de toda a cabeça – e terminando na falta de um dos braços, tudo são aperitivos de provocação; quanto baste para pôr os visitantes a discutirem a arte e a própria vida do então primeiro-ministro”. Perguntado sobre a ausência de rosto (que, aliás, também caracteriza o marquês de Cutileiro na capital – ver imagem 52), o escultor questiona: “se tivesse feito o rosto do marquês sem cabeleira, era capaz de o reconhecer? Se calhar não. Assim, reconhece-o, porque ela é a sua imagem de marca, e não vale a pena inventar um rosto e ir aos retratos da época, que são todos diferentes”.

¹¹¹⁹ Luís F. Soromenho Gomes (PSD, centro-direita), docente na UAg e político, presidiu o município entre 2006 e 2010. Discurso transcrito a partir de vídeo anexado no *site* do jornal *Barlavento online* (23/05/2009).

¹¹²⁰ Os mais antigos monumentos lisboetas de Pombal geraram uma série de debates ao longo do tempo – desde sua proposta a sua inauguração; pondo em questão a forma da representação, e sobretudo a figura histórica homenageada. Hoje, contudo, parecem, em certa medida, pacificados. A mais recente representação de Cutileiro, por sua parte, gerou, na altura de sua inauguração, discussão. Contudo, a maior parte do debate não se deu em relação à figura histórica do marquês; às polêmicas ainda candentes sobre seu governo, e sim em relação à forma/adequação de sua homenagem, a que os vilarrealenses não ficaram indiferentes.

senhores marqueses que a Arte deu à luz, qual deles será o verdadeiro?”¹¹²¹ Pode-se, por fim, recordar *As cidades invisíveis*, em que se afirma que, pela contemplação de imagens evocativas de uma urbe em seu passado, um viajante se sente convidado a revisitar, além da cidade hodierna, suas versões pretéritas:

o visitante é convidado a visitar a cidade e ao mesmo tempo a observar certos velhos postais ilustrados que a representam como era antes [...]. Para não desiludir os habitantes, o viajante tem de gabar a cidade nos postais e preferir-lá à presente, com o cuidado, porém, de conter o seu desgosto pelas mudanças dentro de regras bem precisas [...], através do que se tornou se pode repensar com nostalgia no que era.¹¹²²

Ao findar seu livro, Bessa-Luís assevera: “agora que essa portentosa figura jaz autopsiada, [...] há só o homem e o enigma; e o nome escrito em papéis”.¹¹²³ À relação do que ainda resta do marquês, contudo, acrescento tanto os papéis e os mais restos que não se deixam de exumar e escrever, quanto as comemorações pombalinas, os marcos sobre seu passado e suas diversas efigies no presente – foco deste trabalho, em que retomei diferentes narrativas sobre Pombal; entre memória, comemoração e história; entre orgulho, mal-estar, elogio e crítica. Diante do nome continuamente evocado, *os homens* e as mulheres *do futuro*, em atenção aos próprios interesses e enigmas, não deixam, afinal, de revisitar o passado que não lhes é indiferente. Àquilo que foi, não é mais, e ainda lhes importa, emprestam, assim, uma sobrevida memorativa.

Quanto ao historiador cioso de seu ofício; sujeito póstero *inoportuno e insistente, rancoroso e fiel*, não se presta a negar ou a disfarçar presenças incômodas, mas a lhes lançar luz (examinando também as sombras). Em sua investigação disciplinada, volta-se a toda sorte traços sobre acontecimentos e indivíduos pretéritos – dos encomiásticos aos detratores. Operando com uma série de mediações, que conhece e reconhece, não se cansa de *escalpelar os mortos e ressuscitar o tempo*.¹¹²⁴ Em seu trabalho crítico e paciente, busca desfazer certezas e incertezas, atentando à temporalidade e à historicidade daquilo sobre que se debruça, entre continuidades e descontinuidades. Ciente de seu lugar, de seu tempo e de suas limitações, soluciona alguns, e descobre muitos problemas; *re-apresentando* o passado enquanto um outro e nesse esforço percebendo e lhe atribuindo um sentido presente (informado, acreditado, historicamente situado, e provisório).

Não há ponto final.

¹¹²¹ *O Sorvete*, Porto, 14/05/1882.

¹¹²² CALVINO, 2018 [1972], p. 39.

¹¹²³ BESSA-LUIS, 1990 [1981], p. 269-279.

¹¹²⁴ DRUMMOND DE ANDRADE, 2014 [1980], “O historiador”.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Impressos

- ALMEIDA, A. M. F. *Hymno dos estudantes de Lisboa: adoptado no programa do centenario do Marquez de Pombal, reformador dos estudos, reedificador de Lisboa etc. etc. homenagem aos académicos de 1882*. Lisboa, 1882.
- ARANHA, B. *Diccionario bibliográfico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brazil. Continuados e ampliados por Brito Aranha*, t. XV (8º do sup.). Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.
- _____. *Diccionario...* t. XXII (15º do sup.). Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.
- ARROYO, A. *O caso do monumento ao marquês de Pombal*. Lisboa: Typ. A Editora Limitada, 1914.
- ASSIS, J. M. M. *O Alienista*. Rio de Janeiro [1881] 1882.
- _____. “*A Derradeira Injúria*” [1882]. In: GUANABARENSE. *Marquez de Pombal. Obra comemorativa do primeiro centenario de sua morte*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.
- _____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro, 1899 [1880-1881].
- _____. *Tu, só tu, puro amor... comédia representada no Imperial teatro de D. Pedro II no dia 10 de junho de 1880*. Rio de Janeiro: Lombaerts & C. 1881 [1880].
- ASSOCIAÇÃO Académica de Lisboa. *Estatutos da Associação Académica de Lisboa*. Lisboa: Minerva Central, 1882.
- ASSOCIAÇÃO Liberal de Coimbra. *Estatutos da Associação Liberal de Coimbra*. Coimbra: Minerva Central, 1901 [1876].
- BAPTISTA, J. R. *Associação Académica de Lisboa: discurso lido na sessão de 4 de novembro de 1878*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias, 1878.
- BARATA, F. A. C. *Carta ao sr. Ramalho Ortigão a proposito do centenario pombalino*. Coimbra: imprensa da Universidade, 1882.
- BARBOSA, R. *Centenario do Marquez de Pombal*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1882.
- BARROS, F. L. C. *Altos feitos do marquez de Pombal*. Lisboa: Typ. de Mattos Moreira & Cardoso, 1882.
- [CORAZZI] *Biblioteca do povo e das escolas. O marquez de Pombal. Biographia com retrato e fac-simile* [sem indicação de autoria], segundo ano, quarta série, n. 30. Lisboa: David Corazzi Editor/Empresa Horas Romanticas, 1882.
- BIKER, F. J. *Collecção dos Negócios de Roma no reinado de El-Rey Dom José I, Ministério do Marquês de Pombal*. 4 v. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.
- BNP. *Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal*. Lisboa: IBNL/BNP, 1995.
- BRAGA, J. T. F. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto, 1884.
- _____. *As modernas ideias na litteratura portugueza*. v. II. Porto: Chardron, 1892.

- _____. *História das ideias republicanas em Portugal*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1880a [o mesmo texto aparece como *Soluções positivas da politica portugueza*. v. III: Historia das ideias democraticas em Portugal].
- [BRASIL] *Annaes do Parlamento Brasileiro*, t. III, 1826. Rio de Janeiro, 1874.
- _____. *Annaes do Senado do Imperio do Brazil... anno de 1826*. t. II. Rio de Janeiro, 1878.
- _____. *Collecção das leis do Imperio do Brazil de 1822*, v. I, pt. II. Rio de Janeiro, 1887.
- [BRITO, G. & NEVES, A.] *Diccionario bibliográfico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brazil. Continuados e ampliados por Brito Aranha revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves*, t. XXII (15º do sup.). Lisboa: Imprensa Nacional, 1923.
- [BRUNO], J. P. S. *A questão religiosa*. Porto: Chardron, 1907.
- CALDAS, J. *Vinte Cartas de Camilo Castelo Branco, 1876-1885*. Porto: Companhia Portuguesa, s/d.
- _____. *Os jesuítas e a sua influencia na actual sociedade portugêsa: meio de a conjurar*. Porto: Chardron, 1901.
- [CÂMARA dos Pares do Reino] *Diario da Camara dos Pares do Reino de Portugal*, 1882.
- [CÂMARA dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa]. *Diario da Câmara dos Senhores Deputados*, 1880.
- _____. *Diario da Câmara dos Senhores Deputados*, 1882.
- [CARNOTA, conde da] SMITH, J. *Memórias do Marquez de Pombal contendo extractos dos seus escriptos e da correspondencia diplomatica inedita existente em diferentes secretarias d'estado*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1872 [1ª ed. em inglês em 1843, republicado com alterações em 1871].
- CASCAIS, J. C. *A inauguração da estátua equestre. Comédia original portuguesa em cinco atos*. Lisboa: José Bastos, 1899[1862].
- CASTELO BRANCO, C. *Bibliographia portuguesa e estrangeira*, nº 1, II ano, 1880.
- _____. *Horas de Paz*. Lisboa: 1916 [1852].
- _____. *Notas ao folheto do dr. Avelino Cesar Callisto*. Porto: Chardron, 1883.
- _____. *Perfil do marquês de Pombal*. Porto/Rio de Janeiro: Clavel & Cia./L. Couto & Cia. 1882.
- _____. *Perfil do marquês de Pombal*. [ALMEIDA, J. M. (ed.)]. Porto: Lello & irmão, 1982.
- CASTRO, M. *Descripção analytica da execução da estatua equestre erigida em Lisboa a gloria do Senhor Rei Fidelissimo D. José I*. Lisboa: Imp. Regia, 1810.
- CHAGAS, M. P. *Educação popular: encyclopedia instructiva e amena dedicada a mocidade estudiosa de Portugal e Brazil – o marquez de Pombal* [Pinheiro Chagas dirige a coleção], n. 11, 4ª série. Lisboa: Lucas & Filho, 1875.
- _____. *História Alegre de Portugal: leitura para o povo e para as escolas*. Lisboa: David Corazzi, 1880.
- _____. *História de Portugal nos séculos XVIII e XIX escripta por uma sociedade de homens de lettra*. v. II. Lisboa: Escriptorio da Empreza, [1876].
- _____. *História de Portugal (popular e ilustrada)*. v. X. Rio de Janeiro: Escriptorio da Empreza, s/d.

- _____. *Portuguezes ilustres. 2ª ed. revista, correta e aumentada. Aprovada pela junta consultiva de instrução pública*. Lisboa: A. Ferin, 1873 [1869].
- COELHO, J. M. L. *História política e militar de Portugal, desde os fins do XVIII século até 1814*. v. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.
- _____. “O marquez de Pombal” [1882]. In: GUANABARENSE. *Marquez de Pombal. Obra comemorativa do primeiro centenario de sua morte*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.
- COMISSÃO ANTI-REACIONÁRIA. *Aos Liberais* [panfleto]. Lisboa: typ. R. Arco do Bandeira, 1904. [Fundação Mário Soares / DCD, pasta 0452.007].
- [COMISSÃO da Executiva da Imprensa] *Programma da celebração em Lisboa do terceiro centenario de Luiz de Camões. Commemoração promovida pela corporação da Imprensa Jornalística, auxiliada pela Camara Municipal, pelo Governo e pelos Habitantes da cidade*. Lisboa: Typ. Universal, 1880.
- [COMISSÃO DO MONUMENTO ao marquês de Pombal]. *Formulário de abaixo-assinado para subscrição destinada à construção do monumento ao marquês de Pombal*. 1905 [Fundação Mário Soares / DCD, pasta 04502.001.065].
- [COMISSÃO Organizadora] *Centenario do marquez de Pombal*. [Programa] Lisboa: Tipografia Universal, 1882.
- COMTE, A. *Catecismo positivista ou sumaria exposição da religião da humanidade*. [Tradução e notas por LEMOS, M.]. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brazil, 1895 [1ª ed. em francês 1852].
- CORDEIRO, L. *Primeiros documentos para a história do jubileu nacional de 1880*. Lisboa: Imprensa nacional, 1887.
- CRESPO, A. F. S. *As quantias subscriptas para a fundação do Instituto Marquez de Pombal*. Lisboa: Typ. de Eduardo Rosa, 1886.
- FRONDONI, A. *Hymnos nacionais portuguezes*. Lisboa: Sassetti, s/d.
- GARCIA, M. E. “Marquez de Pombal”. [1882] In: GUANABARENSE. *Marquez de Pombal. Obra comemorativa do primeiro centenario de sua morte*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.
- _____. *O MARQUEZ DE POMBAL Lance d’olhos sobre a sua sciencia; politica e systema de administração; ideias liberaes que o dominavam; plano e primeiras tentativas democraticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1869.
- GARRETT, J. B. S. A. *A sobrinha do marquez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1848.
- _____. *O Arco de Sant’Ana. Crônica portuense*. v. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845.
- _____. *Viagens na minha terra*. Porto: Porto editora, 2016 [1845-1846].
- GOMES, F. L. *Le marquis de Pombal, esquisse de sa vie politique*. Lisboa, 1869.
- _____. *Biografia do marquês de Pombal. Esboço de sua vida pública*. [Trad. Alexandre Cardoso Fontes]. Rio de Janeiro: Diário do Rio de Janeiro, 1870 [1869].
- [GUANABARENSE, Club de Regatas] *Collecção de poesias distribuídas no imperial teatro de D. Pedro II por ocasião do festival comemorativo organizado pela grande comissão nomeada pelo club de regatas guanabarense*. Rio de Janeiro: s/e, 1882a.
- _____. *Homenagem ao marquez de Pombal pela Grande Comissão Executiva do Primeiro Centenario do Grande Ministro, iniciativa do Club de Regatas Guanabarense*. Rio de Janeiro: Faro & Lino, 1882b.

- _____. *Marquez de Pombal. Obra comemorativa do primeiro centenario de sua morte*. [1882] Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.
- [GUIMARÃES], J. F. *Breve noticia dos festejos em Villa Real de Santo Antonio por ocasião do centenario do marquez de Pombal*. Faro: Typ. Eduardo Seraphim, 1883.
- GRAMOZA, J. P. F. *Successos de Portugal: memórias históricas, políticas e civis, em que se descrevem os mais importantes successos occorridos em Portugal desde 1742 ate o anno de 1804*. Lisboa: Diário da Manhã, 1882.
- GRÊMIO LIBERDADE. *Folheto de homenagem ao marquês de Pombal*. Lisboa: Imp. Lucas e cia, 1926 [Fundação Mário Soares, DCD].
- [HABENECK, C.] *Jesuítas e Lazaristas*. Segunda edição aumentada de Os Jesuítas em 1860. Lisboa: Souza Neves, 1862.
- HERCULANO, A. *Opúsculos*, t. II [1838-39]. Lisboa: Viúva Bertrand, 1873.
- _____. *Opúsculos*, t. VIII [1843]. Lisboa: Tavares Cardoso, 1901.
- [LEÃO XIII] VATICANO – A Santa Sé. *Santo Padre*.
- _____. Encíclica “*Etsi nos*”, 15/02/1882 [texto em inglês]. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15021882_etsi-nos.html [acesso em 28/07/2020].
- _____. Encíclica “*Inscrutabili dei consilio*”, 21/04/1878. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_21041878_inscrutabili-dei-consilio.html [acesso em 28/07/2020].
- LEGRAND, C. *Marquez de Pombal*. [gravura, litografia] Lisboa: Lit. de M. Luiz, [1841].
- [MARTA] *Cartas de Camilo Castelo Branco. Coleção, prefácio e notas de M. Cardoso Martha*. Lisboa: H. Nunes, 1918.
- MARTINS, A. F. *Correspondência de J. P. Oliveira Martins*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1926.
- MARTINS, J. P. O. *História de Portugal*, t. II. [3ª ed. aumentada] Lisboa: Bertrand, 1882 [1789].
- _____. “A ‘História de Portugal’ e os críticos”. In: *História de Portugal e os críticos da 1ª edição*. Lisboa; Bertrand, 1880.
- _____. *Portugal Contemporâneo*, t. I, t. II. Lisboa: Antonio Maria Pereira, 1895 [1881].
- MARTINS, R. *O marquês de Pombal pupilo dos jesuítas*. Lisboa/Porto/Coimbra: Empresa Internacional, 1924.
- [MOCIDADE Acadêmica Brasileira] *Centenario do Marquez de Pombal. Homenagem da Mocidade Acadêmica Brasileira*. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1882.
- MONIZ, J. A. *Inventário da Coleção Pombalina*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1889.
- PALMELA, J. *O centenário e a vida do marquez de Pombal. Estudo biographico sobre a vida do primeiro gênio político de Portugal, adornado de um novo retrato, algumas notas críticas e muitos documentos interessantes, que muito honram a memória do imortal avô do duque de Saldanha*. Rio de Janeiro: Ferreira de Mello, 1883 [4ª ed. aumentada. 1ª ed. de 1881].
- PERESTRELLO, J. P. C. *Factos notaveis da historia portuguesa e biographia do marquez de Pombal*. Lisboa: Christovão Augusto Rodrigues, 1882.

- PIMENTEL, A. “Através da imprensa” [1879]. In: BNP. *Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal*. Lisboa: IBNL/BNP, 1995.
- PINTO, J. E. *Grandes Portugueses. Marquês de Pombal*. Lisboa: SNI, 1948.
- [PINTO] *Cartas de Camilo Castelo Branco. Com prefácio de Silva Pinto*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1895.
- [POMBAL] LORENA, J. C. D. *O marquês de Pombal na História e nas ‘histórias’*. Lisboa: Tip. Inglesa, 1936.
- QUEIRÓS, E. *A Capital*. Lisboa: Bertrand, 2015 [1878/1925].
- _____. “Prefácio”. ARNOSO, [B. P. C. MELO, conde de] *Azulejos*, 1886.
- QUENTAL, A. “As causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. Discurso pronunciado na noite de 27 de maio na sala do Casino Lisbonense” [1871]. In: *Prosas*. v. II. Coimbra: Universidade, 1926.
- _____. “Apêndice a ‘A dignidade das letras e as literaturas oficiais’” [1865]. In: *Prosas*. v. I. Coimbra: Universidade, 1923.
- RATTAZZI, M. L. *Portugal de relance. Tradução portuguesa (auctorizada pela auctora)* 2v. Lisboa: Zeferino, 1881 [1ª ed. em francês 1879].
- REPÚBLICA Portuguesa. *Diário da Câmara dos Deputados*. Sessão Legislativa 02, nº 80, 11 de maio de 1923.
- _____. *Diário do Senado*. Sessão Legislativa 01, nº 37 e 38, 11 e 15 de maio de 1923.
- ROMERO, S. “O marquez de Pombal e a civilização brasileira” [1882]. In: GUANABARENSE. *Marquez de Pombal. Obra comemorativa do primeiro centenario de sua morte*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.
- [SAMODÃES] AGUIAR, F. A. T. *O marquez de Pombal cem anos depois da sua morte: considerações a respeito do seu primeiro centenário*. Porto: Mesquita Pimentel, 1882.
- SILVA, A. D. P. *Modestos reparos ao livro do sr. C. Castello-Branco – Perfil do marquez de Pombal*. Aveiro: Mello Guimaraes, 1882.
- SILVANO, A. *O marquez de Pombal celebrado por um grupo de distintos escriptores liberaes*. Lisboa: O Bem Público, 1906.
- SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa. “Estatutos aprovados por alvará do Governo Civil de Lisboa, de 19 de janeiro de 1876”. *Estatutos e regulamentos*. Lisboa: Companhia Nacional, 1892.
- _____. *Actas das sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa. Fundada em 1875*, v. II: 1882. Lisboa: Imprensa Nacional, s/d. [1882].
- SORIANO, S. J. L. *História do reinado de El-Rei Dom José e da administração do Marquez de Pombal precedida de uma breve noticia dos antecedentes reinados...* t. II. Lisboa: Tipografia Universal, 1867.
- SOTTO MAYOR, M. *O marquez de Pombal. Exame e história crítica da sua administração*. Porto: Victorino da Motta & Commandita, 1905.
- TELES, B. *Do Ultimatum ao 31 de janeiro: esboço d’historia politica*. Porto: Chardron, 1905.
- VASCONCELOS, J. R. V. *Elementos da Polícia Geral de Hum Estado*. Lisboa, 1786-1787.

VIANNA, L. A. R. *O Apostolado da Imprensa. Conferencias religiosas que nos domingos da Quaresma recitou na Sé Cathedral do Porto no anno de 1882 monsenhor Luiz Augusto Rodrigues Vianna*. Porto: José Fructuoso da Fonseca, 1903 [1882].

Impressos periódicos

Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais, Lisboa.
Abr-set/1935.

O António Maria, Lisboa.
29/09/1881.
10,11/05/1882.
11/09/1890.
18/06/1891.

O Binóculo, Rio de Janeiro.
06/05/1882.

Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido [BOGOL], Lisboa.
junho/1881.
abril-maio/1882.

A Capital, Lisboa.
11,12/08/1917.
26,27/04/1925.
08,13/05/1926.
09,12/05/1923.

Chronica Constitucional de Lisboa, Lisboa.
10/10/1933.

Correio da Manhã, Lisboa.
13/06/2013.

A Cruz do Operário, Lisboa.
22/04/1882.

Diário de Leiria, Leiria.
18/05/1999.

Diário de Lisboa, Lisboa.
12,17/05/1923.
13/05/1926.
02/03; 12,13,14/05/1934.
03/12/1982.

Diário de Notícias, Lisboa.
18,19,20/12/1881.
04,05,14,26,31/03; 02,04,06,17,18,27,28,30/04; 01,02,03,04,05,06,07,09,10/05/1882.
13/08/1917.
11/02/1931.
11/05/2016.
29/11/2019.

Diário Popular, Lisboa.
30/04/1882.

A Estação, Rio de Janeiro.
15/12/1881.
31/05/1882.

Expresso, Lisboa.

11/09/1982.

18/05/2018.

10/05/2019.

Fantoches, Lisboa.

12,19/05/1923.

As Farpas, Lisboa.

Jul-ago/1872.

Jul-ago/1876.

Jan-fev/1877.

Mai/1879.

Jun-jul/1882.

A Folha Nova, Porto.

12/11/1881.

17/02; 15,23,26/04; 04,08,09,10,11,12,13,17,27,29,30/05; 05/06; 08/08/1882.

A Folha Nova, Rio de Janeiro.

28/12/1882.

A Folha do Povo, Lisboa.

17,19,22,30/03; 20/04; 08,10/05/1882.

Folhinha da saúde para o ano de... [Laemmert], Rio de Janeiro.

1883.

Fradique, Lisboa.

15/03/1934.

Galeria Republicana, Lisboa.

n. 21, nov/1882.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro.

28/07/1877.

24/08/1880.

17/07; 22/08; 12/09; 15/12/1881.

16/02; 22,25,26,29/03; 02,06,21/04; 05/05; 09,26/06; 01,18/07; 04,06/10; 28/12/1882.

18/01/1885.

04/02/1899.

Gazetinha, Rio de Janeiro.

10-11,12,15,17-18,21,29/04; 01-02,05,08-09/05/1882.

Ilustração, Lisboa.

16/05/1926.

Ilustração Portuguesa, Lisboa.

10,17,24,31/10/1910.

12,19/05/1923.

O Investigador português em Inglaterra, Londres.

Junho/1817.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro.

02,16/04; 07/05/1882.

22/12/1884.

19/05/1885.

Jornal de Notícias, Porto.

09/03/2019.

O Mundo, Lisboa.

16/04/1914.

- A Nação*, Lisboa.
10,17,24,29,30/1882.
- Observador*, Lisboa.
21/12/2018.
28/01; 16/05/2019.
- O Ocidente*, Lisboa.
15/05/1878.
15/04; 10,15/06; 15/08; 15/10/1880.
01,08,21/05; 01/06; 01/07; 05,11/08/1882.
10/12/1904.
- A Palavra*, Porto.
015/01; 02,11,16,23,25,30,31/03; 23,24,27/04; 08,10,11,17/05; 13/06/1882.
- O Panorama*, Lisboa.
26/08; 01/09/1838.
09,16/02; 04/05; 19,26/10/1839.
n.º 25; 26/1866.
- Pombal Jornal*, Pombal.
11/05/2017.
- O Positivismo*, Porto.
v. II, 1880.
- O Progresso Católico*, Guimarães.
15,30/10; 15/12/1880.
30/11/1880.
16/04; 16/06; 30/10/1881.
16,30/04; 30/05; 15/08/1882.
- O Público*, Lisboa.
10/06/2004.
04/09/2012.
13/01/2013.
29/09/2014.
18/02/2017.
28/02; 21/07; 10/10/2018.
18/05; 18/10; 29/11/2019.
- Revista Brasileira*, Rio de Janeiro.
[fase IV] jun/1934.
- Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro.
14/05/1882.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – R.IHGB*, Rio de Janeiro.
t. 26 (1863).
t. 44 (1881).
t. 278 (1968).
n. 329 (1980).
n. 333 (1981).
n. 337 (1982).
- Revista Portuguesa*, Lisboa/Porto.
v. I, dez/1894-mai/1895.
- Revista Universal Lisbonense*, Lisboa.
08,22,29/06; 06,13/07/1843.
- A Revolução de Setembro*, Lisboa.
13/05/1882.

O Século, Lisboa.
18,21,26/04; 11/05/1882.
11,13/05/1923.

O Sorvete, Porto.
14/05/1882.

Visão, Lisboa.
10/05/2017.

Dicionários

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino, áulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8v.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2015 [2010].

DHP. [MATOS, S. C. (coord.)] *Dicionário de Historiadores Portugueses*. Biblioteca Nacional de Portugal/Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://dichp.bnportugal.gov.pt/>

_____. [REGO, A. S.] “Academia Portuguesa de História [I e II]”, s/d.

_____. [CARDOSO, J. L.] “Academia Real das Ciências de Lisboa [I]”, s/d.

_____. [PROTÁSIO, D. E.] “Academia Real das Ciências de Lisboa [II]”, s/d.

_____. [BARATA, M. R. T.] “João Lúcio de Azevedo”, s/d.

_____. [MATOS, S. C.] “Nacionalismo e história”, s/d.

_____. [CORREIA, L. G. & SILVA, M. A.] “Sociedade de Geografia de Lisboa”, s/d.

_____. [BARATA, M. R. T.] “João Lúcio de Azevedo”, s/d.

HOUAISS, A. et. al. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

[MICHAELIS] *Moderno Dicionário Inglês-Português*. São Paulo: Melhoramentos, 2016 [2010].

PINTO, L. M. S. *Diccionario da Lingua Brasileira...* Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SILVA, A. M. *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado...* Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813 [1798].

Bibliografia

ABREU, L. M. *Ensaio anticlericais*. Lisboa: Roma, 2004.

ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. (orgs.) *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Faperj, 2007.

AIRES-BARROS, L. “Os 140 anos da Sociedade de Geografia de Lisboa”. In: SGL, *Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-2015. 140 anos*. Lisboa: SGL, 2016.

AGULHON, M. M. “Nouveaux propos sur les statues de ‘grands hommes’ au XIX siècle”. *Romantisme*, n. 100, 1998.

_____. “La ‘statuomanie’ et l’histoire”. *Ethnologie française*. T. 8, n. 2/3. 1978.

ALBUQUERQUE Jr., D. M. *História: a arte de inventar o passado (ensaio de teoria da história)*. Curitiba: Appris, 2019a.

- _____. *O tecelão dos tempos (novos ensaios de teoria da história)*. São Paulo: intermeios, 2019b.
- ALEXANDRE, V. *Velho Brasil/Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.
- ALMEIDA, A. S. F. *Intervenção contemporânea nos castelos em Portugal. dois casos de estudo, S. Jorge e Pombal*. Dissertação de Mestrado (Arquitectura). Coimbra: FCT-UC, 2012.
- ALMEIDA, F. “Musée d’histoire, histoire dans les musées”. *Vingtième siècle. Revue d’histoire*, v. 37, 1993.
- ALMEIDA, J. M. “Nota prévia”. In: CASTELO BRANCO, C. *Perfil do marquês de Pombal*. [ALMEIDA, J. M. (ed.)]. Porto: Lello & irmão, 1982.
- ALMEIDA, L. F. “[Recensão a] Sebastião José de Carvalho e Melo - Memórias Secretíssimas do marquês de Pombal e outros escritos (1984)”. *Revista Portuguesa de História*, t. XXI, 1984.
- ALMEIDA, P. T. & SOUSA, P. S. (coord.) *Do Reino à Administração Interna: história de um ministério (1736-2012)*. Lisboa: INCM, 2015.
- ALONSO, A. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1866-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- _____. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. “De positivismo e de positivistas: correntes positivistas brasileiras e o caso Pereira Barreto”. *Anais do XIX Encontro Anual da ANPOCS*, 1995.
- ALVES, A. N. *Ramalho Ortigão e o culto dos monumentos nacionais no século XIX*. Tese de Doutoramento (História da Arte, Patrimônio e Restauro). Lisboa: FLUL, 2009.
- ALVES, P. W. C. L. D. *João de Almeida Portugal e a Revisão do Processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do Antigo Regime (c.1777-1802)*. Tese de Doutorado (História). Niterói: PPGH-UFF, 2011.
- ALVIM, G. M. *Linguagens do poder no Portugal setecentista: um estudo a partir da Dedução Cronológica e Analítica (1767)*. Dissertação de Mestrado (História). Niterói: PPGH-UFF, 2010.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017[1ª ed. em inglês 1983].
- ANDRADE, L. O. & TORGAL, L. R. *Feriados em Portugal: tempos de memória e de sociabilidade*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.
- ANTUNES, M. “O marquês de Pombal e os jesuítas”. ANTUNES, M. (ed.) *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte*. Lisboa/Porto: Brotéria/A.I, 1983 [1982].
- ARAÚJO, A. C. *A cultura das Luzes em Portugal. Temas e problemas*. Lisboa: Horizonte, 2003.
- _____. “Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo”. In: ARAÚJO, A. C. (coord.) *O marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014 [2000].

- ARAÚJO, A. S. “Insignias episcopais e monásticas”. In: AZEVEDO, C. M. (dir.) *Dicionário de história religiosa de Portugal*. v. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- ARAÚJO, V. L. & PIMENTA, J. P. G. “História”. In: JUNIOR, J. F. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2017 [1ª ed. em inglês 1954].
- ARRUDA, J. J. A. *O Trágico 5º centenário do Descobrimento do Brasil: comemorar, celebrar, refletir*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- ASSMAN, A. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2018 [1ª ed. em alemão 2006].
- ASTUTI, G. “O absolutismo esclarecido em Itália e o Estado de polícia”. In: HESPANHA, A. M. (coord.) *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- AZEVEDO, F. C. “O meu e o teu Camões: querelas na comemoração camoniana no Rio de Janeiro em 1880”. In: SANTOS, G. C. (org.) *O real em revista – impressos luso-brasileiros oitocentistas*. Rio de Janeiro: Oficina, 2015.
- AZEVEDO, J. L. *O marquês de Pombal e a sua época*. Porto: Clássica, 1990 [1909].
- BACZKO, B. “Le calendrier républicain. Décréter l’éternité”. In: NORA, P. (dir.) *Les lieux de mémoire*, v. I: La République. Paris: Gallimard, 1984.
- _____. “Imaginação social”. In: RUGGIERO, R. (dir.) *Enciclopédia Einaudi*. v. V: *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BANN, S. *As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Unesp, 1994 [1990].
- BARBOSA, M. C. *História cultural da imprensa, Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.
- _____. *Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória*. Niterói: Eduff, 2007.
- BARRETO, A. “Apresentação”. In: COMISSÃO Organizadora das Comemorações do Bicentenário da Morte do Marquês de Pombal. Ministério da Cultura e Coordenação Científica. *Marquês de Pombal. Catálogo Bibliográfico e Iconográfico*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.
- BASILE, M. O. N. C. “Festas cívicas na Corte regencial”. *Varia História*, v. 22, n. 36, 2006.
- BAUER, C. S. *Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. São Paulo: Paço Editorial, 2017.
- BEBIANO, R. “O 1º centenário pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão histórica”. *Revista de História das Idéias*. v. 4, t. II, 1982.
- BÉDARIDA, F. “Une invitation à penser l’histoire: Paul Ricoeur, La mémoire, l’histoire et l’oubli”. *Revue historique*, n. 619, 2001.
- BEIGUELMAN, G. *Memória da amnésia. Políticas do esquecimento*. São Paulo: SESC, 2019.
- BENIMELI, J. A. F. “Pombal y la masoneria”. In: SANTOS, M. H. C. (coord.) *Pombal Revisitado...* v. I. Lisboa: Estampa, 1984.

- BERGGREN, L. “The ‘monumentomania’ of the Nineteenth Century: causes, effects and problems of study”. In: REININK, W. & STUMPEL, J. (ed.) *Memory & oblivion. Proceedings of the XXIXth International Congress of the History of Art held in Amsterdam* (1996). Springer-Science+Business Media: Dordrecht, 1999.
- BESSA-LUIS, A. *Sebastião José*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990 [1981].
_____. [Entrevista a ALMEIDA, B. P.] *Expresso*, Lisboa, 11/09/1982.
- BETHELL, L. “A independência do Brasil”. In: BETHELL, L. (org.) *História da América Latina: da independência a 1870*, v. III. São Paulo e Brasília: Universidade de São Paulo e Fundação Alexandre de Gusmão, 2004 [1ª ed. em inglês 1984].
- BISMARCK, P. L. “Urbi et Uber. Cidade e arquitectura na era do neoliberalismo”. *Jornal Arquitectos*, n. 255, 2017.
- BLACK, G. “Museums, memory and history”. *Cultural and Social History*, v. 8, i. 3, 2011.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 [1949].
- BONALDO, R. B. *Comemoração e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos*. Tese de Doutorado (História). Porto Alegre: UFRGS, 2014.
- BONIFÁCIO, M. F. *Uma história de violência política – Portugal de 1834 a 1851*. Lisboa: Tribuna, 2009.
_____. *A Monarquia constitucional, 1807-1910*. Amadora: Leya, 2010.
- BONNET, J.-C. *Naissance du Panthéon: essai sur le culte des grands hommes*. Paris: Fayard, 1998.
- BOUTIER, J. & JULIA, D. “Em que pensam os historiadores?”. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998 [1ª ed. em francês 1995].
- BOURDÉ, G. & MARTIN, H. *As escolas históricas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018 [1ª ed. em francês 1983].
- BRAGA, J. & GUTERRES, A. B. “Lisboa Histórica, Cidade Global. As intervenções públicas de requalificação urbana, os discursos que as sustentam e suas implicações”. *Jornal Arquitectos*, n. 255, 2017.
- BRIGOLA, J. C. “D. Frei Joaquim de Santa Clara Brandão – um beneditino ao serviço de Pombal”. *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*. v. I. Évora, 1994.
- BUESCU, H. C. “De Camões a Camões: onde a perda acaba e a Restauração começa”. *Penélope. Fazer e desfazer a história*, n. 9/10, 1993.
- CABRAL, A. *Notas oitocentistas I*. Lousã: Plátano, 1973.
- CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. Lisboa: D. Quixote, 2018 [1ª ed. em italiano 1972].
- CALVO, D. M. “A génese traumática do património em Lisboa: símbolos e representações urbanas nos bairros típicos depois do terremoto de 1755”. *Cahiers “Construction politique et sociale des territoires”*, n. 4, 2015.

- CÂMARA, M. A. G. & MURTEIRA, H. “‘Cidade e Espetáculo’: um modelo de laboratório em história da cidade”. *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França*. Lisboa: APHA, 2014.
- CÂMARA, M. A. G.; MURTEIRA, H. & RODRIGUES, P. “A cidade virtual: um modelo de pesquisa”. *Actas do I Encontro de Patrimônio Azulejar Lisboa: o azulejo e a cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2011.
- CAMPBELL, M. LABBE, J. M. & SHUTTLEWORTH, S. “Introduction”. In: CAMPBELL, M. LABBE, J. M. & SHUTTLEWORTH, S. (ed.) *Memory and memorials, from the French Revolution to World War One*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2017 [2000].
- CANAVEIRA, M. F. C. M. “Modernidade: as cabeças da hidra – pombalismo, liberalismo, republicanismo, salazarismo e neoliberalismo”. In: SILVA, J. P. P. (coord.) *Pombal e o seu tempo*. Sintra: Caleidoscópio, 2010.
- CARDIM, P. *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.
- _____. “Religião e Ordem Social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime”. *Revista de História das Idéias*, v. 22, 2001.
- CARITA, H. “Lisboa manuelina, de cabeça de reino a capital de império”. In: CEI. *Lisboa. Conhecer, pensar, fazer cidade*. Lisboa: CML, 2001.
- _____. “Da ‘Ribeira’ ao Terreiro do Paço: génese e formação de um modelo urbano”. In: FARIA, M. F. (coord.) *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio – História de um espaço urbano*. Lisboa: INCM, 2012.
- CARVALHO, B. L. P. “Onde fica a autoridade do historiador no universo digital?” In: BORGES, V. T., MAUAD, A. M. & SANTHIAGO, R. (orgs.) *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e voz, 2018.
- CARVALHO, G. “Marquês de Pombal – uma rotunda, uma praça, um lugar de memória(s)”. *Camões*, n. 15/16, 2003.
- CARVALHO, J. *Católicos nas vésperas da I República: os jesuítas e a sociedade portuguesa. O Novo Mensageiro do Coração de Jesus (1881-1910)*. Porto: Civilização, 2008.
- CARVALHO, J. M. “Brasil: nações imaginadas” [1994]. In: CARVALHO, J. M. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte, UFMG, 1998.
- _____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017 [1974].
- _____. “Ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média” [1989]. In: CARVALHO, J. M. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte, UFMG, 1998.
- _____. “O Rei e a representação da nação”. In: RAMOS, R. CARVALHO, J. M. & SILVA, I. C. (orgs.) *A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)*. Lisboa: D. Quixote, 2018.
- CARVALHO, J. M.; BASTOS, J. & BASILE, M. (orgs.) *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2012.
- CARVALHO, M. A. *A Academia de Coimbra (1880-1926): contributo para a sua história*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2002.

- CATROGA, F. J. A. “Ainda será a História Mestra da Vida?”. *Estudos Ibero-Americanos*, n. 2, 2006.
- _____. “Alexandre Herculano e o historicismo romântico”. In: CATROGA, F. TORGAL, L. R. & MENDES, J. A. *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Lisboa: Temas & Debates, 1998 [1996]a.
- _____. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Coimbra: Minerva, 1999.
- _____. “Cientismo, política e anticlericalismo”. In: MATTOSO, J. (dir.) *História de Portugal*, v. V. Lisboa: Estampa, 1998b.
- _____. “A constitucionalização da virtude cívica (e seus ecos nas Cortes vintistas)”. *Revista de História das Ideias*, v. 29, 2008.
- _____. “O culto cívico de D. Pedro IV e a construção da memória liberal”. *Revista de História das Ideias*, v. 12, 1990.
- _____. *Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2010 [2006].
- _____. “História e ciência em Oliveira Martins”. In: TORGAL, L. R.; MENDES, J. A. & CATROGA, F. *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Lisboa: Temas & Debates, 1998 [1996]b.
- _____. “Os inícios do positivismo em Portugal: o seu significado político-social”. *Revista de História das Ideias*, v. 1, 1977.
- _____. “O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)”. *Análise Social*, n. 100, 1988.
- _____. “O livre-pensamento contra a Igreja: a evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX-XX)”. *Revista de História das Ideias*, v. 22, 2001.
- _____. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- _____. “Morte romântica e religiosidade cívica”. In: MATTOSO, J. (dir.) *História de Portugal*, v. V. Lisboa: Estampa, 1998c.
- _____. “Nacionalistas e iberistas”. In: MATTOSO, J. (dir.) *História de Portugal*, v. V. Lisboa: Estampa, 1998d.
- _____. *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2016 [2011].
- _____. *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de outubro de 1910*. Lisboa: Casa das Letras, 2010 [1991].
- _____. “Republicanismos”. *Biblios*, n. s. VIII, 2010.
- _____. “Ritualizações da História”, In: CATROGA, F. TORGAL, L. R. & MENDES, J. A. *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Lisboa: Temas & Debates, 1998 [1996]c.
- _____. “Romantismo, literatura e história”. In: MATTOSO, J. (dir.) *História de Portugal*, v. V. Lisboa: Estampa, 1998e.
- CATROGA, F. TORGAL, L. R. & MENDES, J. A. *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Lisboa: Temas & Debates, 1998 [1996].
- CASTRO, Z. O. “Da História das Ideias à História das Ideias Políticas”. *Cultura*, v. VIII, 1996.
- _____. “Prefácio”. FRANCO, J. E. & RITA, A. *O Mito do marquês de Pombal: filopombalismo e antipombalismo na mitificação do primeiro-ministro de D. José*. Lisboa: THEYA, 2015 [2004].
- _____. “O regalismo em Portugal da Restauração ao vintismo”. *O Estudo da História: Boletim A. P. H.* 2:1, 1990-1993.
- _____. “Sob o signo da unidade. Regalismo vs. Jesuitismo”. *Brotéria*, v. 169, 2009.

- CERRI, L. F. *Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2017 [2011].
- CERVO, A. L. “A emigração portuguesa para o Brasil entre 1825-1889”. In: CERVO, A. L. & MAGALHÃES, J. C. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*. Lisboa: Instituto Camões, 2000.
- CEZAR, T. *Ser historiador no século XIX. O caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- CHAHON, S. *Os Convidados para a Ceia do Senhor: As Missas e a Vivência Leiga do Catolicismo na Cidade do Rio de Janeiro e Arredores (1750-1820)*. São Paulo: Edusp, 2008.
- CHALHOUB, S. “População e sociedade” In: SCHWARCZ, L. M. (dir.) *História do Brasil Nação: 1808-2010*. v. II. Rio de Janeiro: Mapfre/Objetiva, 2012.
- CHARLÉTY, V. “Fragment de mémoire. Le musée historique allemand de Berlin”. *Politix*, v. 9, n. 33, 1996.
- CHARAUDAEU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2010 [1ª ed. em francês 2008].
_____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2011 [1ª ed. em francês 2005].
- CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHEKE, M. *O ditador de Portugal – marquês de Pombal*. Porto: Civilização, 1960 [1ª ed. em inglês 1938].
- CHOAY, F. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001 [1ª ed. em francês 1992].
- COMISSÃO Organizadora das Comemorações do Bicentenário da Morte do Marquês de Pombal. Ministério da Cultura e Coordenação Científica. *Marquês de Pombal. Catálogo Bibliográfico e Iconográfico*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.
- CONNERTON, P. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta, 1999 [1ª ed. em inglês 1989].
- CONRAD, R. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1ª ed. em inglês 1972].
- CORDEIRO, J. M. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Tese de Doutorado (História). Niterói: PPGH-UFF, 2012.
- CORREIA, J. E. H. “A História da Arte do Algarve e Vila Real de Santo António”. In: MENDES, A. R. (coord.) *Vila Real de Santo António e o urbanismo iluminista*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2010.
_____. “O lugar de Vila Real de Santo António na História do Urbanismo Português”. *ECDJ em cima do Joelho*, n. 9, 2005.
- COSTA, A. “Apresentação”. In: ROSSA, W. & TOSTÕES, A. (orgs.) *Lisboa 1758: o plano da Baixa hoje*. Catálogo da Exposição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2008.
- COSTA, C. *A revista no Brasil do século XIX. A história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2012.

- COSTA, E. V. *A Abolição*. São Paulo: Unesp, 2010 [2008].
- _____. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 2010 [1997].
- _____. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Unesp, 2010 [1998].
- COSTA, F. S. “La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria colectiva”. *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, n. 08, 2009.
- COTTRET, B. & HENNETON, L. “La commémoration, entre mémoire prescrite et mémoire proscrite”. *Du bon usage des commémorations*. Rennes: PUR, 2010.
- COUTO, J. “As missões americanas na origem da expulsão da Companhia de Portugal e de seus domínios ultramarinos”. In: BIBLIOTECA Nacional de Portugal. *A expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses. 250º aniversário. Catálogo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.
- COUVANEIRO, J. L. S. F. *O Curso Superior de Letras (1861-1911). Nos primórdios das Ciências Humanas em Portugal*. Tese de Doutoramento (História Contemporânea). Lisboa: FLUL, 2012.
- CRESPO, J. “A transformação da festa em Portugal”. *Jornadas de Antropologia e Etnologia Regional*, I, 1988.
- CRUZ, M. B. “Os católicos e a política nos finais do século XIX”. *Análise Social*, v. XVI, n. 61-62, 1980.
- _____. “A Igreja e o Estado. Época contemporânea”. In: AZEVEDO, C. M. (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, v. II. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2000.
- _____. “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo”. *Análise Social*, v. XVIII, n. 70, 1982.
- _____. “As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (I)”. *Análise Social*, v. XIV, n. 54, 1978a.
- _____. “As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II)”. *Análise Social*, v. XIV, n. 55, 1978b.
- CUNHA, A. “Jornalismo nacional. Das malogradas Associações de Imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses”. *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, n. 02, 1941.
- CUNHA, C. *A construção do discurso da história literária do século XIX*. Braga: UMinho, 2002.
- DAVIS, N. Z. Entrevista. [1981] HARDING, R. & COFFIN, J. In: MARHO. *Visions of History*. Nova York: Pantheon, 1984.
- DE CERTEAU, M. “O ausente da história” [1973]. In: *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016 [ampliada em francês 2002].
- _____. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011 [1ª ed. em francês 1975].
- _____. “A história, ciência e ficção” [1983]. In: *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016 [ampliada em francês 2002].
- _____. “História e estrutura” [1970]. In: *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016 [ed. ampliada em francês 2002].
- DESNÉ, R. “Jorge Borges de Macedo: O marquês de Pombal (1699-1782), 1982; Marquês de Pombal. Catálogo bibliográfico e iconográfico, 1982; Marquês de Pombal. Exposição, 1982; Lisboa e o marquês de Pombal, 1982”, *Dix-huitième Siècle*, n. 15, 1983.

- DETIENNE, M. *A identidade nacional, um enigma*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 [1ª ed. em francês 2010].
- DIAS, C. “A Praça do Comércio: momentos de construção e ocupação de D. José a D. João VI”. In: FARIA, M. F. (coord.) *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio – História de um espaço urbano*. Lisboa: INCM, 2012.
- DIAS, E. G. *A construção da História Medieval na imprensa periódica portuguesa de Oitocentos*. Lisboa: INCM, 2011.
- DIAS, J. S. S. “Pombalismo e teoria política”. *Cultura – História e Filosofia*, v. I, 1982.
 _____. “Pombalismo e projecto político”. *Cultura – História e Filosofia*, v. II, 1983.
 _____. “Pombalismo e projecto político”. *Cultura – História e Filosofia*, v. III, 1984.
- DOSSE, F. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2015 [1ª ed. em francês 2005].
 _____. *A história*. São Paulo: Unesp, 2012 [1ª ed. em francês 2010].
 _____. “Os três mastros entre dois recifes. A história entre a vigilância e a ficção”. In: FERREIRA, M. M. *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: FVG/FAPERJ, 2010.
- DRUMMOND DE ANDRADE, C. *A paixão medida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1980].
- DRYE, E. *La presse rotative à plieuse de Marinoni*. Paris: Musée des arts et métiers, 2014.
- DUBY, G. *Le dimanche de Bouvines, 22 juillet 1214*. Paris: Gallimard, 2017 [1973].
- ENDERS, A. “‘O Plutarco Brasileiro’. A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado”. *Estudos Históricos*, n. 25, 2000.
- FALCON, F. J. C. *A Época Pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1882.
- FARIA, A. M. “A hierarquia episcopal e o vintismo”. *Análise Social*, v. XXVII, n. 116-117, 1992.
- FARIA, M. F. “6 June, the king’s birthday present: an insight into the history of royal monuments in Portugal at the end of the *Ancien Régime*”. In: CHASTEL-ROUSSEAU, C. (ed.) *Reading the royal monument in eighteenth-century Europe*. Farnham: Ashgate, 2009.
 _____. “A estátua equestre, *in absentia principis* e o rei escondido”. In: FARIA, M. F. (coord.) *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio – História de um espaço urbano*. Lisboa: INCM, 2012a.
 _____. “A ‘Epopéia da Escultura’ de Machado de Castro”. In: *O Virtuoso Criador. Joaquim Machado de Castro (1731-1822)* [catálogo de exposição]. Lisboa: MNAA/INCM, 2012b.
 _____. “Lisbonne, la place royale du Commerce”. *Nancy et l’Europe urbaine au siècle des Lumières, 1720-1770*. Paris: Artlys, 2005.
 _____. “O modelo praça/monumento central na evolução urbanística da cidade de Lisboa – notas sobre toponímia, urbanismo e história dos monumentos públicos de Lisboa”. *Actas do Colóquio Lisboa Iluminista e o seu Tempo*. Lisboa: UAL, 1994.
 _____. “A Praça Real do Tejo”. In: FARIA, M. F. (org.) *Praças Reais. Passado, presente e futuro*. Lisboa: Horizonte, 2008.

- FERNANDES, G. S. R. *7 de Abril: usos políticos e representações na Regência (1831-1840)*. Dissertação de Mestrado, História. Juiz de Fora: UFJF, 2013.
- FERREIRA, A. M. *Um católico militante diante da crise nacional. Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2007.
- _____. “Congreganismo”. In: AZEVEDO, C. M. (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. v. II. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2000.
- _____. “A constitucionalização da religião”. In: CLEMENTE, M. & FERREIRA, A. M. *História Religiosa de Portugal*. V. III. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2002 [2000]a.
- _____. “Desarticulação do Antigo Regime e guerra civil”. In: CLEMENTE, M. & FERREIRA, A. M. *História Religiosa de Portugal*. V. III. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2002 [2000]b.
- FERREIRA, M. *Os portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX-início do século XX*. [texto de palestra, formato digital]. Rio de Janeiro: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4205238/4101468/palestra_MarieJoFerreira.pdf [acesso em 24/06/2020].
- FERRO, M. *A História Vigiada*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1989 [1ª ed. em francês 1985].
- FIDALGO, A. “Apresentação” In: MENDES, A. R. (coord.) *Vila Real de Santo António e o urbanismo iluminista*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2010.
- FLECK, E. C. D. “Leituras e releituras do processo de expulsão dos jesuítas”. *Brotéria*, n. 159. 2004.
- FLORENTINO, M. & MACHADO, C. “Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX”. In: LESSA, C. (org.) *Os Lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro: Record/Faperj, 2002.
- FONTES, P. F. O. “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”. In: CLEMENTE, M. & FERREIRA, A. M. *História religiosa de Portugal*. V. III: Religião e Secularização. Sintra: Círculo dos Leitores, 2002 [2000].
- FOSTER, H. “Museus sem fim”. *Piauí*, n. 105, 2015.
- FRANÇA, J-A. *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989 [1977].
- _____. *História da arte em Portugal. O Pombalismo e o Romantismo*. Lisboa: Presença, 2004.
- FRANCO, J. E. “Fundação pombalina do mito da Companhia de Jesus”. *Revista de História das Ideias*, v. 22, 2001.
- _____. “Massacres ou martírios do Marquês de Pombal? memória e mito”. *Revista lusófona de ciência das religiões*. Ano, v. III, 2009, n. 1.
- _____. O mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX), v. I: das origens ao Marquês de Pombal. Lisboa: Gradiva, 2006.
- _____. O mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX), v. II: do Marquês de Pombal ao século XX. Lisboa: Gradiva, 2007.
- FRANCO, J. E. & CARREIRA, P. C. “Contra-revolução, filojesuitismo e antimaçonismo em Portugal”. In: BENIMELI, J. A. (coord.) *La masonería española. Represión*

- y exílios. Symposium internacional de Historia de la Masonería Española. Zaragoza: Gobierno de Aragón, 2001.
- FRANCO, J. E. & RITA, A. *O Mito do marquês de Pombal: filopombalismo e antipombalismo na mitificação do primeiro-ministro de D. José*. Lisboa: THEYA, 2015 [2004].
- FRANCO, J. E. et al. *Marquês de Pombal. Obra Completa. Projeto de investigação e preparação da edição*. Lisboa: s/e, 2018.
- FRANCO, M. A. “Cânone literário português e Camões”. In: SILVA, V. A. (coord.) *Dicionário de Luís de Camões*. Lisboa: Caminho, 2011.
- FILIZOLA, A. *O Cisco e a ostra: Agustina Bessa-Luís biógrafa*. Tese de Doutorado (Teoria Literária). Campinas: Unicamp, 2000.
- FROST, W. & LAING, J. *Commemorative events. Memory, identities, conflict*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2013.
- GAGNEBIN, J. M *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: 34, 2018 [2006].
- GALVÃO-TELLES, J. B. & SEIXAS, M. M. *Sebastião José de Carvalho e Melo, 1º conde de Oeiras, 1º marquês de Pombal. Memória genealógica e heráldica nos trezenos anos do seu nascimento*. Oeiras: Universidade Lusíada/Câmara Municipal de Oeiras, 1999.
- GARNEL, M. R. L. *A República de Sebastião de Magalhães Lima*. Lisboa: Horizonte, 2004.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989 [1ª ed. em inglês 1973].
- GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [2006].
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 [1ª ed. em francês 1986].
- GODINHO, V. M. *Comemorações e história (a descoberta da Guiné)*. Lisboa: Cadernos da “Seara Nova”, 1947.
- GONÇALVES, J. “Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural”. *Historiæ*. 3 (3), 2012.
- GONÇALVES, N. S. “Jesuítas (Companhia de Jesus)”. In: AZEVEDO, C. M. (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. v. III. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2001.
- GOULEMORT, J-M. & WALTER, E. “Les centenaires de Voltaire et de Rousseau”. In: NORA, P. (dir.) *Les lieux de mémoire*, v. I: La République. Paris: Gallimard, 1984.
- GOUVEIA, A. C. “Controlo do Tempo”. In: MARQUES, J. F. & GOUVEIA, A. C. *História Religiosa de Portugal*. v. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- _____. “O enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso”. In: MATTOSO, J. (dir.) *História de Portugal*, v. IV. Lisboa: Estampa, 1997.
- GRILO, M. L. “A extinção da *Companhia das Reais Pescarias do Reino do Algarve* e o fomento das actividades pesqueiras no contexto da política liberal”; “A importância do porto para a dinamização de Vila Real de Santo António”; “A

- indústria conserveira em Vila Real de Santo António: aspectos socioeconómicos”. In: MENDES, A. R. (coord.) *Vila Real de Santo António e o urbanismo iluminista*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2010.
- GUERREIRO, J. S. “Vestes litúrgicas”. In: AZEVEDO, C. M. (dir.) *Dicionário de história religiosa de Portugal*. v. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- GUIMARÃES, L. M. P. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1828-1889)”, *R.IHGB*, n. 88, 1995.
- GUIMARÃES, M. L. S. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional”, *Estudos Históricos*, n. 1, 1988.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centuro, 2013 [1ª ed. em francês 1950].
- HARTOG, F. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: UFMG, 2014 [1980].
- _____. *Evidências da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 [1ª ed. em francês 2005].
- _____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015 [1ª ed. em francês 2003].
- _____. *O século XIX e a história. O caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003 [1ª ed. em francês 1998].
- HERMANN, J. “O rei da América: notas sobre a aclamação tardia de d. João VI no Brasil”. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul-dez, 2007.
- HESPANHA, A. M. *Guiando a mão invisível: direitos, Estado e lei no Liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004.
- _____. “A note on two recent books on the patterns of Portuguese Politics in the 18th century”. *E-JPH*, v. 5, n. 2, 2007.
- HESPANHA, A. M. & XAVIER, A. B. “A representação da sociedade e do poder”. In: MATTOSO, J. *História de Portugal*. v. IV. Lisboa: Estampa, 1998.
- HOBBSBAWM, E. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2009 [1ª ed. em inglês 1987].
- _____. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra, 2009 [1ª ed. em inglês 1962].
- _____. “A invenção das tradições”. In: HOBBSBAWM, E. & RANGER, T. (dir.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015 [1ª ed. em inglês 1983].
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e terra, 2013 [1ª ed. em inglês 1989].
- _____. *Sobre história. Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 [1ª ed. em inglês 1997].
- HOBBSBAWM, E. & RANGER, T. (dir.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015 [1ª ed. em inglês 1983].
- HOMEM, A. C. “O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional”. In: MATTOSO, J. (dir.) *História de Portugal*, v. V. Lisboa: Estampa, 1998.

- _____. *A ideia de República em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Minerva, 1989.
- _____. “Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo”. In: TENGARRINHA, J. (org.) *História de Portugal*. São Paulo/Lisboa: EDUSC/UNESP/Instituto Camões, 2000.
- IHL, O. “Commemoratio”. *L’Observatoire*, n. 50, 2017.
- _____. “Les effigies de la souveraineté. Du roi au président”. In: BREFE, A. C. F. & GUALDÉ, K. (dir.) *Pouvoirs. Représenter le pouvoir en France du Moyen-Âge à nos jours*. Paris: Somogy/Musée du château des ducs de Bretagne, 2008.
- _____. *La fête républicaine*. Paris: Gallimard, 1996.
- JANCSÓ, I. & KANTOR, I. (orgs.) *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa*. 2 v. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2001.
- JOÃO, M. I. *Memória e Império: comemorações em Portugal (1880-1960)*. Dissertação de Doutoramento (História). Lisboa: Universidade Aberta, 1999.
- JOUTARD, P. *Histoire et mémoires, conflits et alliance*. Paris: La découverte, 2013.
- JUSTINO, D. *Fontismo: liberalismo numa sociedade iliberal*. Lisboa: D. Quixote, 2016.
- CARULA, K. “Conferências populares da Glória (1873-1889): preleções para a discussão do cotidiano na corte imperial”. *R.IHGB*, a. 174 (458), 2013.
- KANTROWITZ, S. [Keynote address, University of Wisconsin-Madison. May 8, 2020] Cf. Lichtenstein, A. “From the Editor’s Desk. Teaching History in the time of COVID-19”. *American Historical Review*, v. 125, n. 3, 2020.
- KNAUSS, P. “A festa da imagem: a afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX. 19&20, v. 5, n. 4, 2010a.
- _____. “A interpretação do Brasil na escultura pública: arte, memória e história”. *R.IHGB*, t. 449, 2010b.
- _____. “Quais os desafios dos museus em face da história pública?” In: BORGES, V. T., MAUAD, A. M. & SANTHIAGO, R. (orgs.) *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e voz, 2018.
- KOSELLECK, R. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2009 [1ª ed. em alemão: 1959].
- _____. *Estratos do tempo. Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014 [1ª ed. em alemão 2000].
- _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2011 [1ª ed. em alemão 1979].
- KRAAY, H. *Days of national festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889*. Stanford: Stanford University, 2013.
- _____. “A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831”. *Almanak Braziliense*, n. 11, 2010.
- LABORIE, P. “Memória e opinião”. In: AZEVEDO, C.; ROLLEMBERG, D.; KNAUSS, P.; BICALHO, M. F.; QUADRAT, S. V. (orgs.) *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- LARA, S. H. “Apresentação”. *Ordenações Filipinas. Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LASLETT, P. *O mundo que nós perdemos*. Lisboa: Cosmos, 1975 [1ª ed. em inglês: 1965].

- LAVABRE, M.-C. “Usages du passé, usages de la mémoire”. *Revue française de science politique*. 44^e. a. n^o. 03, 1994.
- LAW, D. *The legacy of Brazil's Pedro I: memory and politics during the empire and republic* (Dissertation, Doctor of Philosophy). Baltimore: Johns Hopkins University, 2015.
- LEAL, E. C. *Manifestos, estatutos e programas republicanos portugueses (1187-1926). Antologia*. Lisboa: INCM, 2014.
- LEDoux, S. *Le devoir de mémoire. Une formule et son histoire*. Paris: CNR, 2016.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000 [1974].
_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008 [1970].
- LE GOFF, J. *História & Memória*. Campinas: Unicamp, 2016 [1^a ed. dos verbetes dispersos em italiano, 1977-1982].
- LE GOFF, J. & NORA, P. (dir.) *História. Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995 [1^a ed. em francês 1974].
- LESSA, C. “Rio, uma cidade portuguesa?”. In: LESSA, C. (org.) *Os Lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro: Record/Faperj, 2002.
- LEUTZSCH, A. “Introduction”. In: LEUTZSCH, A. (ed.) *Historical Parallels, commemoration and icons*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2019.
- LILTI, A. *A invenção da celebridade (1750-1850)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018 [1^a ed. em francês 2014].
- LISBOA, J. L. *Então, o quê? A história que (se) conta é problemática*. Lisboa: Húmus, 2018.
_____. “Os lugares da História das Ideias”, *Cultura*, V. XVIII (2004).
- LOPES, A. *Enigma Pombal. Nova documentação. Tentativa de Interpretação*. Lisboa: Roma, 2002.
- LORIGA, S. “O eu do historiador”. *História da Historiografia*, n. 10, 2012.
_____. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011 [1^a ed. em francês 2010].
- LOURENÇO, E. “Romantismo, Camões e a saudade” [1988]. *Mitologia da saudade seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LOUSADA, M. A. “As praças como lugares de sociabilidade: práticas e representações”. In: FARIA, M. F. (org.) *Praças Reais. Passado, presente e futuro*. Lisboa: Horizonte, 2008.
- LUCAS, M. M. “Organização do Império”. In: MATTOSO, J. (dir.) *História de Portugal*, v. V. Lisboa: Estampa, 1998.
- LUZ, J. L. B. “Os ideais da positividade”. In: CALAFATE, P. (dir.) *História do Pensamento Político Português*. v. I, t. I. Lisboa: Caminho, 2004.
- MACEDO, J. B. “Dialética da sociedade portuguesa no tempo de Pombal”. *Brotéria*, v. 115, n^o. 06, 1982a.
_____. *O marquês de Pombal: 1699-1782*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982b.
_____. “Marquês de Pombal (1699-1782)”. In: SERRÃO, J. (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, v. III. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1968.

- _____. *A situação económica no tempo de Pombal: alguns aspectos*. Lisboa: Gradiva, 1989 [1951].
- MACHADO, A. M. *A Geração de 70 – uma revolução cultural e literária*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986 [1977].
- _____. *Do romantismo aos Romantismos em Portugal: ensaios de tipologia comparativista*. Lisboa: Presença, 1996.
- MACHADO, H. M. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista no Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 2014.
- MAGALHÃES, N. J. A. *A obra do arquitecto Álvaro machado*. Tese de Mestrado (Arquitetura). Lisboa: ISCTE, 2007.
- MALEVAL, I. I. *Entre a “arca do sigilo” e o “tribunal da posteridade”: o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Tese de Doutorado (História). Rio de Janeiro: PPGH-UERJ, 2015.
- MARRAMAO, G. *Céu e Terra. Genealogia da secularização*. São Paulo: UNESP, 1997 [1ª ed. em italiano 1994].
- MARTINS, A. L. “Imprensa em tempos de Império”. In: MARTINS, A. L. & LUCA, T. R. (orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015 [2008].
- MARTINS, R. C. “Discurso de Elogio do Doutorando John G. A. Pocock” [Doutorado *Honoris Causa*, FLUC]. *Biblios*, n. 08, 2010.
- MARTINS, I. & MOTTA, M. (orgs.) *1808: a corte no Brasil*. Niterói: UFF, 2015.
- MARQUES, A. H. O. “Grupos políticos e ideologia política”. In: SERRÃO, J. & MARQUES, A. H. O. (dir.) *Nova História de Portugal*, v. X. Lisboa: Presença, 2004.
- _____. “Da monarquia para a República”. In: TENGARRINHA, J. (org.) *História de Portugal*. São Paulo/Lisboa: EDUSC/UNESP/Instituto Camões, 2000.
- MARQUES, A. H. O. & DIAS, J. J. “Pombal na tradição maçónica portuguesa”. In: SANTOS, M. H. C. (coord.) *Pombal Revisitado...* v. I. Lisboa: Estampa, 1984.
- MARQUES, J. P. “Fernando Rosas não entende o marquês de Pombal”. *Observador*, Lisboa, 28/01/2019.
- MATEUS, J. M. (ed.) *Baixa Pombalina: bases para uma intervenção de salvaguarda*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2005.
- _____. “Imagem e memória da Baixa Pombalina”. In: CARIA, H. (coord.) *Baixa Pombalina: 250 anos em imagens*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2004[a].
- _____. “Resultados e conclusões”. In: MATEUS, J. M. (ed.) *A Baixa Pombalina e sua importância para o Património Mundial. Comunicações das Jornadas, 9-10 de outubro de 2003*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2004b.
- MATOS, S. C. “Continuidades e rupturas historiográficas: o caso português num contexto peninsular (c. 1834-c.1949)”. In: JOÃO, M. I. & MATOS, S. C. *Historiografia e res publica nos dois últimos séculos*. Lisboa: CH-UL/CEMRI-UAb, 2017.
- _____. “História e ficção em Oliveira Martins. Imagens da degenerescência”. *Revista de História das Ideias*, v. 21, 2000.
- _____. “História, positivismo e função dos grandes homens no último quartel do séc. XIX”. *Penélope: fazer e desfazer a história*, n. 8, 1992.

- _____. *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX, 1846-1898*. Lisboa: Colibri, 1998.
- _____. “Pombal, da Revolução Liberal ao Estado Novo”. In: SILVA, J. P. P. (coord.) *Pombal e o seu tempo*. Sintra: Caleidoscópio, 2010.
- MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2017 [1986].
- MAXWELL, K. *O marquês de Pombal: ascensão e queda*. Lisboa: Manuscrito, 2015 [1ª ed. em inglês 1995].
- MECO, J. “O recheio desaparecido do palácio do marquês de Pombal em Oeiras”. In: MALTA, M. & MENDONÇA, I. (coord.) *Casas senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*. Rio de Janeiro/Lisboa: UFRJ/UNL/FRESS, 2014.
- MEDINA, J. *Caricatura em Portugal: Rafael Bordalo Pinheiro, pai do Zé Povinho*. Lisboa: Colibri, 2008.
- _____. “Zé Povinho e Camões: dois polos da prototipia nacional”. *Colóquio Letras*, nº 92, 1986.
- MEGA, R. “Francisco dos Santos: para além do monumento ao marquês de Pombal”. *Arte Teoria*, n. 8, 2006.
- MELLO, E. V. *Um imenso Portugal*. São Paulo: 34, 2002.
- MELLO, M. T. C. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV/EdUFRRJ, 2007.
- MELO, V. A. & PERES, F. F. “Associativismo e política no Rio de Janeiro do Segundo Império: o Clube Ginástico Português e o Congresso Ginástico Português”. *Topoi*, v. 15, n. 28, 2014.
- MENDES, A. R. (coord.) *Vila Real de Santo António e o urbanismo iluminista*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2010.
- MENDONÇA, M. C. “Acheegas pombalinas”. *Colóquio: revista de artes e letras*, n. 13, 1961.
- _____. “Bibliografia [resenha]. *Anais da Academia Portuguesa da História*”. *R.IHGB*, t. 268, 1968.
- _____. “O marquês de Pombal e o Brasil”. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- MENEZES, J. N. C. “Todo o patrimônio é uma forma de história pública?” In: BORGES, V. T., MAUAD, A. M. & SANTHIAGO, R. (orgs.) *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e voz, 2018.
- MENEZES, U. T. B. “Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico”. *Anais do Museu Paulista*, n. ser. v. 2, 1994.
- MEZZADRI, L. “La Congrégation de la Mission: entre mémoire et projet”. In: ABREU, L. M. & FRANCO, J. E. (coord.) *Homem de Palavra: Padre Senna Freitas*. Lisboa: Roma, 2008.
- MILLER, S. J. “Dom Frei Joaquim de Santa Clara (1740-1818) and Later Portuguese Jansenism”. *The Catholic Historical Review*. v. 69, n. 1, 1983.

- MIRANDA, T. C. P. R. “*Ervas de ruim qualidade*”: a expulsão da Companhia de Jesus e a aliança anglo-portuguesa (1755-1757). Dissertação de Mestrado (História). São Paulo: FFLFH-USP, 1993.
- _____. “Memória por alvará: registos legais/monumentos políticos”. *Brotéria*, v. 169, 2009.
- MÓNICA, M. F. D. *Pedro V*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.
- _____. *Eça de Queirós*. Lisboa: Quetzal, 2009 [2001].
- _____. *A queda da Monarquia: Portugal na viragem do século*. Lisboa: D. Quixote, 2010 [1987].
- _____. “O senhor Ávila e os conferencistas do Casino”. *Análise Social*, v. XXXVI, n. 157, 2001.
- MONTERO, P. “O V centenário entre o mito e a história”. In: MONTERO, P. (coord.) *Entre o mito e a história. O V centenário do descobrimento da América*. Petrópolis: Vozes, 1995a.
- _____. (coord.) *Entre o mito e a história. O V centenário do descobrimento da América*. Petrópolis: Vozes, 1995b.
- MONTEIRO, N. G. “Comentário à recensão...”. *Ler História*, n. 56, 2009.
- _____. *D. José: na sombra de Pombal*. Lisboa: Temas e Debates, 2008 [2006].
- _____. “The patterns of Portuguese politics in the 18th century or the shadow of Pombal: a reply to António Manuel Hespanha”. *e-JPH*, v. 5, n. 2, 2007.
- _____. “Pombal e a aristocracia”. *Camões*, n. 15/16, 2003.
- _____. “*Resenha*. MAXWELL, K. Pombal, paradox of the Enlightenment”. *e-JPH*, v. 11, n. 01, 2013.
- MONTEIRO, V. C. *A querela anticlerical no palco e na imprensa: Os Lazaristas*. Dissertação de Mestrado (Teoria e História Literária). Campinas: Unicamp, 2006.
- MOREL, M. “Os primeiros passos da palavra impressa”. In: MARTINS, A. L. & LUCA, T. R. (orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015 [2008].
- MOREL, M. & BARROS, M. M. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MUSEU da Cidade. *Lisboa e o marquês de Pombal: exposição comemorativa do bicentenário da morte do marquês de Pombal*. Lisboa: Museu da Cidade, 1982.
- NASCIMENTO, J. C. “Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: a biblioteca do povo e das escolas”. *Horizontes*, v. 19, 2001.
- NASCIMENTO, J. L. *O Primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX. Estética e história*. São Paulo: Unesp, 2008.
- NAPOLÊÃO, M. E. “Apresentação”. In: CARIA, H. (coord.) *Baixa Pombalina: 250 anos em imagens*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2004.
- _____. “Apresentação”. In: MATEUS, J. M. (ed.) *Baixa Pombalina: bases para uma intervenção de salvaguarda*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2005.
- NETO, M. F. *O marquês de Pombal e o Brasil: contribuição às comemorações do segundo centenário da morte do marquês de Pombal*. Lisboa: Minerva do Comércio, 1981.
- NETO, V. *O Estado, a Igreja, a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

- _____. *A questão religiosa no Parlamento 1821-1910*. Lisboa: Assembleia da República, 2011.
- NEVES, G. P. C. P. “Cultura e educação na América portuguesa: em busca da história”. Anexo a *O Águre e o Exorcista. Práticas do historiador, pensamento político e constituição do campo historiográfico*. Memorial para promoção a professor titular (Teoria da História). Niterói: PPGH-UFF, 2020.
- _____. *História, teoria e variações*. Rio de Janeiro: Contracapa/Companhia das Índias, 2011.
- _____. “Do Império Luso-brasileiro ao Império do Brasil (1789-1822)”. *Ler História*, n. 27-28, 1995.
- NEVES, G. P. & NEVES, M. L. B. P. “Constituição”. In: JUNIOR, J. F. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- _____. “Independência e liberdade sem liberalismo: Brasil, c. 1777-1870”. In: NEVES, G. P. *História, teoria e variações*. Rio de Janeiro: Contra capa/Companhia das Índias, 2011.
- NEVES, L. M. B. P. “A vida política”, In: SCHWARCZ, L. M. (dir.) *História do Brasil Nação: 1808-2010*. v. I. Rio de Janeiro: Mapfre/Objetiva, 2011.
- _____. “Independência: contextos e conceitos”. *História Unisinos*, v. 14, n. 1, 2010.
- _____. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal c. 1808-1810*. São Paulo: Alameda, 2008.
- NEVES, M. L. B. P. & FERREIRA, T. M. T. B. C. “O medo dos ‘abomináveis princípios franceses’: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil”. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, v. 4, n. 1, 1989.
- _____. “As relações culturais ao longo do século XIX”. In: CERVO, A. L. & MAGALHÃES, J. C. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*. Lisboa: Instituto Camões, 2000.
- NICOLAZZI, F. “A História entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea”. *História: Questões e Debates*, n. 53, 2010.
- NORA, P. “Entre história e memória: a problemática dos lugares”. *Revista Projeto História*, v. 10, 1993 [1984].
- _____. “La era de la conmemoración”. [1992] a *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Montevideu: Trilce, 2008.
- _____. “¿Cómo escribir la historia de Francia?”. [1992] *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Montevideu: Trilce, 2008.
- _____. *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Montevideu: Trilce, 2008.
- OCHOA, R. & SAMPAYO, M. “The city thought and the city built: design approaches to Praça do Comércio, Lisbon”. *IOP Conference Series: Materials Science and Engineering*, n. 603, 2019.
- OLIVEIRA, J. A. *A igreja e a instauração do liberalismo em Portugal (1816-1840)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
- OLIVEIRA, M. G. “Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista”. *Varia História*, v. 26, n. 43, 2010a.
- _____. “Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista”. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 59, 2010b.
- OLIVEIRA, P. M. “O arco da rua Augusta – monumento do Liberalismo”. [s/e] [2011].

- OLIVEIRA, S. L. *A exploração simbólica do Brasil em defesa do Império lusitano: uma análise das comemorações cívicas e da literatura escolar portuguesa (1880-1960)*. Tese de Doutoramento (História – Época Contemporânea). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014.
- ORNELAS, A. “Enquadramento religioso e sacerdotal do Pe. Senna Freitas. A Província Portuguesa da Congregação da Missão na segunda metade do século XIX”. In: ABREU, L. M. & FRANCO, J. E. (coord.) *Homem de Palavra: Padre Senna Freitas*. Lisboa: Roma, 2008.
- ORY, P. “Le centenaire de la Révolution Française. La preuve par 89”. In: NORA, P. *Les lieux de mémoire*, v. I: La République. Paris: Gallimard, 1984.
- OTTE, T. G. “Centenaries, self-historicization and the mobilization of the masses” In: OTTE, T. G. (ed.) *The Age of Aniversaries. The cult of commemoration, 1895-1925*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2018.
- OZOUF, M. “La fête révolutionnaire” [1976]. *De Révolution en République: les chemins de la France*. Paris: Gallimard, 2015.
- _____. “Le Panthéon: l’école normale des morts” [1984]. *De Révolution en République: les chemins de la France*. Paris: Gallimard, 2015.
- _____. “Preface à *La fête Républicaine* d’Oliver Ihl” [1996]. *De Révolution en République: les chemins de la France*. Paris: Gallimard, 2015.
- PAIVA, J. P. “Resenha”. *Ler História*, n. 56, 2009.
- PANTANO, N. A. “Cemetery politics in 19th-Century Paris: the manipulation of memorials, memory and mourning”. In: REININK, W. & STUMPEL, J. (ed.) *Memory & oblivion. Proceedings of the XXIXth International Congress of the History of Art held in Amsterdam (1996)*. Springer-Science+Business Media: Dordrecht, 1999.
- PAPASSONI, J. P. *Uma perpétua lida: estudo sobre A Derradeira Injúria, de Machado de Assis*. Dissertação de Mestrado (Literatura Brasileira). São Paulo: FFLCH-USP, 2018.
- PAREDES, M. M. *Configurações luso-brasileiras: fronteiras culturais, demarcações da História e escalas identitárias (1870-1910)*. Saarbruecken: Novas Edições Acadêmicas, 2007.
- PARENTE, P. A. L. “As comemorações pombalinas de 1882”. In: LEMOS, M. T. T. B. & MORAES, N. A. (orgs.) *Memória e construção de identidades*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.
- PAULO, H. “Mito e História: as oposições na historiografia portuguesa”. In: RIBEIRO, M. T. (coord.) *Outros Combates pela História*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.
- PEIXINHO, A. T. “Escritores e jornalistas: um estudo de Caso”. In: RIBEIRO, M. T. (coord.) *Outros Combates pela História*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.
- PEIXINHO, A. T. & DIAS, L. A. C. “A cidade e as suas personagens em fim de século: quadro de emergência de uma cultura urbana de massas em Portugal”. *Mediapolis*, nº 1, 2015.
- PENTEADO, P. “Santuários”. In: AZEVEDO, C. M. (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. v. IV. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2001.

- PEREIRA, A. S. “Constitucionalismo e modernidade”. *Revista e História das Ideias*, v. XIX, 1997.
- PEREIRA, J. E. “Identidade Nacional. Do reformismo absolutista ao liberalismo”. In: BETHENCOURT, F. & CURTO, D. R. *A memória da nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1991.
- _____. *O Pensamento Político em Portugal no século XVIII. António Ribeiro dos Santos*. Lisboa: INCM, 2005.
- PEREIRA, M. H. “Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX”. *Análise Social*, v. VII, 1969.
- PEREIRA, M. L. M. “O 1º de Dezembro: memória e liturgia cívica na 2ª metade de Oitocentos”. *Revista de História das Idéias*, v. 28, 2007.
- PEREIRA, V, L. C. *As muitas vidas de Luís de Camões: ressonâncias biográficas camonianas na literatura luso-brasileira oitocentista*. Tese de Doutorado (Literatura Portuguesa). São Paulo: USP, 2015.
- PINTO, A. V. “Editorial. 250 anos da expulsão dos jesuítas – 1759-2009”. *Brotéria*, v. 169, 2009.
- PINTO, J. A. “Os lazaristas e a política imperial – a escola, a assistência e a família”. *Topoi*, v. 17, n. 32, 2016.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____. “A *res publica* e a diversidade da Repúblicas: uma história das ideias” [2011]. *Cidadania, historiografia e res publica*. Coimbra: Almedina, 2013.
- POLICARPO, J. F. A. *O pensamento social do grupo católico de ‘A Palavra’ (1872-1913)*. Lisboa: INIC-CHC, 1992.
- POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- PORTUGAL, Palácio de Queluz. *D. Pedro d’Alcântara de Bragança, 1798-1834: uma vida, dois mundos, uma história*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Fundo de Fomento Cultural, 1986.
- _____. *D. Pedro d’Alcântara de Bragança, 1798-1834: uma vida, dois mundos, uma história*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores; Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1987.
- PROENÇA, R. et. al. *Guia de Portugal*. v. I: Lisboa e Arredores. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014 [1924].
- RAMOS, L. O. *D. Maria I*. Lisboa: Temas e Debates, 2010.
- _____. “Regalismo”. In: AZEVEDO, C. M. (dir.) *Dicionário de história religiosa de Portugal*. v. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- RAMOS, R. *O cidadão Keil*. Lisboa: D. Quixote, 2010.
- _____. “Concepções do poder real na monarquia portuguesa”. In: RAMOS, R. CARVALHO, J. M. & SILVA, I. C. (orgs.) *A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)*. Lisboa: D. Quixote, 2018.
- _____. “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo”, *Análise Social*, v. XXIV, 1988.
- _____. “A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880)”. *Análise Social*, v. XXVII, n. 116-117, 1992.

- _____. *História de Portugal* [dir. MATTOSO, J.]. v. VI: A segunda fundação. Lisboa: Estampa, 2001 [1998].
- RAMOS, R. CARVALHO, J. M. & SILVA, I. C. “Dois países um sistema?”. In: RAMOS, R. CARVALHO, J. M. & SILVA, I. C. (orgs.) *A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)*. Lisboa: D. Quixote, 2018.
- _____. *História de Portugal* [dir. MATTOSO, J.]. v. VI: A segunda fundação. Lisboa: Estampa, 2001 [1998].
- _____. “Idade Contemporânea (séculos XIX-XXI)”. In: RAMOS, R. (coord.), SOUSA, B. V. & MONTEIRO, N. G. *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.
- REGO, R. “As comemorações pombalinas”. In: SANTOS, M. H. C. (coord.) *Pombal Revisitado... 2 v.* Lisboa: Estampa, 1984.
- REIS, C. B. *O marquês de Pombal e as imagens da verdade*. Rio de Janeiro: edição do autor, 1987.
- REIS, J. C. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- RELVAS, E. “A acção cultural da Câmara Municipal de Lisboa na Primeira República”. *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*, n. 10, 2009.
- RÉMOND, R. *Introdução à história do nosso tempo: do Antigo regime aos nossos dias*. Lisboa: Gradiva, 2011 [1ª ed. em francês: 1974].
- RIBEIRO, L. *A popularização da cultura republicana, 1881-1910*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.
- RIBEIRO, M. E. B. “Memória em bronze”. In: KNAUSS, P. (coord.) *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.
- RIBEIRO, M. M. T. “O centenário henriquino. Imagens e ideologia”. *Revista de História das Ideias*, v. 15, 1993.
- _____. “Livros e leituras no século XIX”, *Revista de História das Ideias*, v. 20, 1999.
- _____. “A Regeneração e o seu significado”. In: TORGAL, L. R. & ROQUE, J. L. (coord.) *História de Portugal*. v. V: O Liberalismo. Lisboa: Estampa, 1998.
- RIBEIRO, G. S. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro reinado*. Tese de Doutorado (História). Campinas: Unicamp, 1997.
- RICOEUR, P. “L’écriture de l’histoire et la représentation du passé”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, a. 55, n. 4, 2000.
- _____. “A marca do passado”. *História da historiografia*, n. 10, 2012 [1ª ed. em francês (*Revue de Métaphysique et morale*) 1998].
- _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2018 [1ª ed. em francês 2000].
- _____. *Tempo e narrativa I: a intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2012 [1ª ed. em francês 1983].
- RICUPERO, B. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RIEGL, A. *O culto moderno dos monumentos. A sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1ª ed. em alemão 1903].

- RITA, A. “A Desmistificação camiliana de Pombal”. In: FRANCO, J. E. & RITA, A. *O Mito do marquês de Pombal...* Lisboa: THEYA, 2015 [2004].
- ROBIN, R. *A memória saturada*. Campinas: Unicamp, 2016 [2003].
- RODRIGUES, Alfredo D. *O Marquês de Pombal e os seus biógrafos: razão de ser de uma revisão à sua história*. Lisboa: 1947.
- RODRIGUES, Ana D. “Joaquim Machado de Castro, o escultor do rei”. In: *O Virtuoso Criador. Joaquim Machado de Castro (1731-1822)* [catálogo de exposição]. Lisboa: MNAA/INCM, 2012.
- RODRIGUES, E. *Mágico folhetim: literatura e jornalismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.
- RODRIGUES, S. V. “Contributos para o estudo da polémica em Camilo Castelo Branco: a diversidade de formatos discursivos”. In: RIO-TORTO, G. M. O. S. FITUEIREDO, O. M. & SILVA, F. (orgs.) *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Porto: FL-UP, 2005.
- [ROLLEMBERG] CRUZ, D. R. Valquírias: *memórias da resistência alemã ao nazismo*. Tese para promoção a Professor Titular (História Contemporânea). Niterói: PPGH-UFF, 2019.
- ROLLEMBERG, D. & VAINFAS, R. “Juízo e verdade histórica no discurso historiográfico”. *Revista de Teoria da História*, v. 23, n. 01, 2020.
- ROMEIRAS, F. M. *Os jesuítas em Portugal depois de Pombal*. Lisboa: Lucena, 2018.
- ROSA, A. M. *Eça, discípulo de Machado? Formação de Eça de Queirós (1875-1880)*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- ROSAS, F. “Crime contra a humanidade da tropa colonial é ainda hoje um tabu completo” [2019]. Disponível em: <https://www.esquerda.net/content/o-crime-contra-humanidade-da-tropa-colonial-e-ainda-hoje-um-tabu-completo/59048>
- ROSAS, L. M. C. *Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. Tese de Doutoramento (História da Arte). Porto: FLUP, 1995.
- ROSSA, W. “Lisboa: da busca de imagem da capital”. *Rossio, estudos de Lisboa*. n. 5, 2015.
- _____. “O plano joanino para Lisboa e o urbanismo do século XVIII”. In: CEI. *Lisboa. Conhecer, pensar, fazer cidade*. Lisboa: CML, 2001.
- ROSSA, W. & TOSTÕES, A. (orgs.) *Lisboa 1758: o plano da Baixa hoje*. Catálogo da Exposição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2008.
- ROUSSO, H. *La hantise du passé: entretien avec Philippe Petit*. Paris: Textuel, 1998.
- _____. Entrevista. MÜELLER, A. & IEGELSKI, F. *Tempo*, v. 24, n. 2, 2018.
- RÜSEN, J. “¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia”. *Cultura Historica*. 2009 [1ª ed. em alemão 1994].
- SALDANHA, N. “O rei ergueu-se de Pedro Alexandrino: a pintura do altar-mor da Igreja da Memória”. *Invenire – Revista de Bens Culturais da Igreja*, nº 5, 2012.
- SALLES, R. *Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional do Brasil no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013 [1996].

- SAMPAIO, H. M. R. Q. *As comemorações do centenário do Marquês de Pombal no Porto*. Dissertação de Mestrado (Conservação e restauro). Porto: Universidade Portucalense, 2006.
- SANTOS, C. A. C. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de Independência do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2017.
- SANTOS, F. P. “Na transição do ‘constitucionalismo monárquico’ para o ‘constitucionalismo republicano’: a crise do Partido Socialista e a crise do Partido Republicano”. *Análise Social*, v. XVIII, n. 72-74, 1982.
- SANTOS, J. J. C. *Literatura e Política. Pombalismo e antipombalismo*. Coimbra: Minerva, 1991.
- SANTOS, M. H. C. “A evolução da ideia de constituição em Portugal. Tentativas constitucionais durante a invasão de Junot”. *Revista de História das Ideias*, v. 10, 1988.
- _____. “As festas civis em Lisboa: entre a inauguração da estátua de D. José, na praça do Comércio, e a inauguração da estátua do marquês de Pombal, na Rotunda”. In: VALE, T. L. M.; FERREIRA, M. J. P. & FERREIRA, S. (coord.) *Lisboa e a Festa: celebrações religiosas e civis na cidade medieval e moderna. Atas do colóquio de História e de História da Arte*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009.
- _____. “Poder, intelectuais e contrapoder”. In: SANTOS, M. H. C. (coord.) *Pombal Revisitado... 2 v*. Lisboa: Estampa, 1984a.
- _____. (coord.) *Pombal Revisitado... 2 v*. Lisboa: Estampa, 1984.
- SANTOS, M. P. *Monarquia Constitucional: organização e relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados, 1834-1910*. Lisboa: Assembleia da República, 1986.
- SANTOS, R. “Jornalismo português em finais do século XIX. Da identificação partidária à liberdade de reportar”. *Media & Jornalismo*, nº 6, 2005.
- SARAIVA, A. J. *A tertúlia ocidental: estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*. Lisboa: Gradiva 1995 [1990].
- SARDICA, J. N. “Crise e queda da monarquia liberal portuguesa”. In: RAMOS, R. CARVALHO, J. M. & SILVA, I. C. (orgs.) *A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)*. Lisboa: D. Quixote, 2018.
- _____. “O jornalismo e a *intelligentsia* portuguesa nos finais da Monarquia Constitucional”. *Comunicação & Cultura*, nº 7, 2009.
- _____. “Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas)”. *Análise Social*, v. XXXII, n. 142, 1997.
- _____. *A regeneração sob o signo do consenso. A política e os partidos entre 1851 e 1861*. Lisboa: ICS, 2013 [2001].
- _____. “O vintismo perante a Igreja e o catolicismo”. *Penélope*, n. 27, 2002.
- SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007 [2005].
- SCHAFF, A. *História e verdade*. Lisboa: Presença, 2000 [1ª ed. em alemão 1970].
- SCHMIDT, B. B. “Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória”. *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXXIII, n. 1, 2006.

- SCHWARCZ, L. M. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SERRÃO, Joel. “Repensar Pombal”. In: SANTOS, M. H. C. (coord.) *Pombal Revisitado...* v. II. Lisboa: Estampa, 1984.
- _____. *Do sebastianismo ao socialismo*. Lisboa: Horizonte, 1983.
- SERRÃO, João V. *De Pombal ao Pombalismo*. s/e.
- _____. “Pombalismo: sistema político e funcionamento institucional”. In: COSTA, F. M. et al. (orgs.) *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*. Lisboa: Veja, 1989.
- SERRÃO, Joaquim V. *História de Portugal*, v. VI: O Despotismo Iluminado. Lisboa: Verbo, 2004 [1981].
- _____. *História de Portugal*, v. IX: O terceiro liberalismo (1851-1890). Lisboa: Verbo, 2003 [1986].
- _____. *O marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista*. Lisboa: s/e, 1987 [1982].
- SILVA, A. C. “As marcas do período”. In: SCHWARCZ, L. M. (dir.) *História do Brasil Nação: 1808-2010*. v. I. Rio de Janeiro: Mapfre/Objetiva, 2011.
- SILVA, A. M. “A vitória definitiva do Liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo”. In: MATTOSO, J. (dir.) *História de Portugal*, v. V. Lisboa: Estampa, 1998.
- SILVA, A. M. B. *Miguelismo: ideologia e mito*. Coimbra: Minerva, 1993.
- _____. “Tradicionalismo”. In: AZEVEDO, C. M. (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. v. IV. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2001.
- SILVA, C. N. S. “Memórias da nação: foi realmente o marquês de Pombal que aboliu a escravatura em Portugal?” DIREITO NA NOVA – Pontos de vista [2017]. Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/11562.pdf> [acesso em 25/09/2019].
- SILVA, J. L. R. O. *O Panorama (1837-1844). Jornalismo e ilustração em Portugal na primeira metade de Oitocentos*. Covilhã: LabCom, 2014.
- SILVA, R. S. “A arte da inauguração do monumento a D. Pedro IV”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. v. IV, 2005.
- SIMÕES, M. “Camilo, Pombal e os jesuítas”. *Brotéria*, v. 116, n. 2, 1983.
- _____. “Camilo apologista dos jesuítas”. *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 5, 1993.
- SOARES, C. M. “Os monumentos de homenagem a D. Pedro IV, em Lisboa e no Porto (1834-1870): 36 anos de projetos e concursos”. In: MALTA, M. & SOARES, C. M. (eds.) *D. Maria II, princesa do Brasil, rainha de Portugal. Arte, património e identidade*. Lisboa: ARTIS, 2019.
- SOARES, L. F. S. *O Palácio Nacional da Ajuda e a sua afirmação como museu (1910-1981)*. Tese de Doutoramento (Museologia e Património Artístico). Lisboa: FCSH-UNL, 2016.
- SOROMENHO, M. “O Paço da Ribeira à medida da Corte: de Filipe I a D. Pedro II”. In: FARIA, M. F. (coord.) *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio – História de um espaço urbano*. Lisboa: INCM, 2012.
- SOUSA, J. P. (coord.) *O pensamento jornalístico português: das origens a abril de 1974*. Covilhã: LabCom, 2010.

- SOUSA, P. S. “Tutelar, negociar e dirigir: o Estado liberal, os governadores civis e os poderes locais (1834-1926)”. In: ALMEIDA, P. T. & P. S. S. (coord.) *Do Reino à Administração Interna: história de um ministério (1736-2012)*. Lisboa: INCM, 2015.
- SOUZA, R. L. *Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular*. Natal: IFRN, 2013.
- STRZODA, M. *O Rio de Joaquim Manuel de Macedo. Jornalismo e literatura no século XIX. Antologia de crônicas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.
- TAVARES, C. C. S. “O martírio dos jesuítas: Malagrida e a ‘Idade de Razão’”. *Revista de estudos de Cultura*, n. 5, 2016.
- TAVARES, P. V.-B. “Alexandre Herculano e o Antigo Regime: ‘pontes’ de uma ruptura”. In: MARINHO, M. F.; AMARAL, L. C. & TAVARES, P. V.-B. *Revisitando Herculano: no bicentenário do seu nascimento*. Porto: FLUP, 2013.
- TAVARES, R. *O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII*. Lisboa: Tinta da China, 2018.
- _____. *O pequeno livro do Grande Terramoto: ensaio sobre 1755*. Lisboa: Tinta da China, 2015 [2005].
- TEIXEIRA, J. M. “Estátua equestre. Memória e dispositivos de celebração”. In: *O Virtuoso Criador. Joaquim Machado de Castro (1731-1822)* [catálogo de exposição]. Lisboa: MNAA/INCM, 2012a.
- _____. “O paço real na praça do Comércio. Crónica de uma nostalgia: a proposta herética de Costa e Silva”. In: FARIA, M. F. (coord.) *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio – História de um espaço urbano*. Lisboa: INCM, 2012b.
- _____. “Rotunda do Marquês: ‘a cidade em si não cabia já’ ou a monumentalidade (im)possível”. *Camões*, n. 15/16, 2003.
- TEIXEIRA, J. S. “Festa e identidade”. *Comunicação & Cultura*, n. 10, 2010.
- TEIXEIRA, I. *O Altar & o Trono: dinâmica do poder em O Alienista*. Cotia/Campinas: Ateliê/Unicamp, 2010.
- _____. *Mecenato Pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio*. São Paulo: Edusp, 1999.
- TENGARRINHA, J. *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: Minerva, 2006.
- _____. *Nova história da imprensa portuguesa. Das origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e debates, 2013.
- _____. “Prefácio”. In: RAFAEL, G. G. & SANTOS, M. (org. e coord.) *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX*. 2v. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2001.
- TODOROV, T. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000 [1ª ed. em francês 1995].
- TORGAL, L. F. *O sol bailou ao meio-dia. A criação de Fátima*. Lisboa: Tinta da China, 2017 [2011].
- TORGAL, L. R. “Acerca do significado do pombalismo”. *Revista de História e Teoria das ideias*, v. 4, t. I. 1982.
- _____. “Antes de Herculano...”. In: CATROGA, F. TORGAL, L. R. & MENDES, J. A. *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Lisboa: Temas & Debates, 1998 [1996].

- _____. “Pombal perante as ideologias tradicionalistas e católicas”. In: SANTOS, M. H. C. (coord.) *Pombal Revisitado...* v. I. Lisboa: Estampa, 1984.
- _____. *Tradicionalismo e contra-revolução. O pensamento e a acção de José da Gama e Castro*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973.
- TOSH, J. *A busca da história. Objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna*. Petrópolis: Vozes, 2011 [1ª ed. em inglês 1984].
- TRABUCHO, I. C. V. L. *A distância convergente: Eça de Queiroz e Guilherme de Azevedo correspondentes da Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado (Estudos Portugueses Interdisciplinares). Lisboa: UAb, 2006.
- TRAVERSO, E. *El pasado. instrucciones de uso: historia, memoria, política*. Madri/Barcelona: Marcial Pons/Ediciones Jurídicas y Sociales, 2007 [1ª ed. em francês 2000].
- TURIN, R. “Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades”. *Tempo*. v. 24. n. 02, 2018.
- VALENTE, V. P. *O poder e o povo. A revolução de 1910*. Lisboa: Alêtheia, 2010 [1975].
- VARGUES, I. N. “A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes?”. *Revista de História das Ideias*, v. 24, 2003.
- _____. *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Minerva, 1997.
- _____. “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”. In: MATTOSO, J. (dir.) *História de Portugal*, v. V. Lisboa: Estampa, 1998.
- VENÂNCIO, G. M. *Pontes sobre o Atlântico. Ensaio sobre relações editoriais e intelectuais luso-brasileiras (1870-1930)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2012.
- _____. “Lisboa - Rio de Janeiro – Fortaleza. Os caminhos da coleção Biblioteca do Povo e das Escolas traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues”. *Cultura*, v. 21, 2005.
- VERHEIJ, G. “Monumentos coloniais em tempos pós-coloniais. A estatutária de Lourenço Marques”. *Actas do IV Congresso de história da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França*. APHA, 2014.
- VILLALTA, L. C. *Reformismo ilustrado, censura e prática de leitura: usos do livro na América portuguesa*. Tese de Doutorado (História). São Paulo: FFLCH-USP, 1999.
- VOGEL, C. *Guerra aos jesuítas. A propaganda antijesuítica do marquês de Pombal em Portugal e na Europa*. Lisboa: Temas e Debates: 2017 [1ª ed. em alemão 2006].
- VOVELLE, M. “La Marseillaise”. In: NORA, P. (dir.) *Les lieux de mémoire*, v. I: La République. Paris: Gallimard, 1984.
- _____. *A Revolução Francesa contra a Igreja. Da Razão ao Ser Supremo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989 [1ª ed. em francês 1988].
- _____. *A Revolução Francesa 1789-1799*. São Paulo: Unesp, 2012 [1ª ed. em francês: 2011].
- WRIGHT, J. *Os jesuítas: missões, mitos e histórias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006 [1ª ed. em inglês 2004].
- WHYTE, H. “O passado prático”. *ArtCultura*. v. 20, n. 37, 2018 [1ª ed. em inglês 2010].

YERUSHALMI, Y. H. “Reflexões sobre o esquecimento”. YERUSHALMI, Y. H. et. al. *Usos do esquecimento: conferências proferidas no colóquio de Royaumont*. Campinas: Unicamp, 2017 [1988].

ZAN, J. C. *Ramalho Ortigão e o Brasil*. Tese de Doutorado (Estudos comparados de Literatura de língua portuguesa). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

Sites da internet

AHPR – Arquivo Histórico da Presidência da República. Disponível em: <http://arquivo.presidencia.pt/> [múltiplos acessos].

AML – Arquivo Municipal de Lisboa. AML Fotográfico. Disponível em: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/> [múltiplos acessos].

ATL – Associação Turismo de Lisboa. Disponível em: <https://www.visitlisboa.com/pt-pt/sobre-o-turismo-de-lisboa> [acesso em 10/11/2019].

ARP – Assembleia da República Portuguesa. *Debates parlamentares*. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> [múltiplos acessos].

ARP – Assembleia da República Portuguesa. “Estátua de José Estêvão de Magalhães”. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/VisitaParlamento/Paginas/EstatuaJoseEstevaoMagalhaes.aspx> [acesso em 10/08/2020].

BARLVAVENTO *online*. “Para onde olha o marquês? (com fotos e vídeo)” [23/05/2009]. Disponível em: <https://www.barlavento.pt/arquivo/para-onde-olha-o-marques-com-fotos-e-video> [acesso em 18/09/2020].

BBM – Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, USP. *Biblioteca Digital*. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/> [múltiplos acessos].

BD-Unesp – Biblioteca Digital da Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/> [múltiplos acessos].

BN – Biblioteca Nacional Digital. *Hemeroteca Digital*. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> [múltiplos acessos].

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal. *Biblioteca nacional digital*. Disponível em: <http://purl.pt/> [múltiplos acessos].

CÂMARA dos Deputados. *Arquivo*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo> [múltiplos acessos].

CASA Comum, Fundação Mário Soares. *Arquivos*. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/arquivos> [múltiplos acessos].

CHULC – Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central, SNS. “Maternidade dr. Alfredo da Costa”. Disponível em: <http://www.chlc.min-saude.pt/maternidade-dr-alfredo-da-costa/> [acesso em 10/08/2020].

CLEPUL – CENTRO de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, da Universidade de Lisboa. [2019] [*Pombal Global*, vídeo] “Projeto Pombal Global, Assinatura de protocolos”. Registro em vídeo de cerimônia realizada em 13/05/2019. Vídeo produzido e divulgado *online* em 13/05/2019. Disponível em: <https://youtu.be/xJru-VCO1mw> [acesso em 13/05/2019].

CML – Câmara Municipal de Lisboa. *Candidaturas à UNESCO*, 2017. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/candidaturas-a-unesco> [acesso em 29/12/2019]. Documentação anexa: [Baixa Pombalina de Lisboa] *Formulário para submissão à lista indicativa*, por Manuel Salgado; [Lisboa Histórica] *Anexos*

- lista indicativa; Proposta N.º 1/2016, 13/01/2016*; [Lisboa Histórica, Cidade Global] *Formulário para submissão à lista indicativa*, por Manuel Salgado [atualizada em 09/02/2017].
- _____. *O Presidente*, 2019. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/camara-municipal/executivo/presidente> [acesso em 25/09/2019].
- _____. [António Costa] *Programa de governo da cidade de Lisboa 2013-2017*. Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/publicacoes-digitais/todas-as-publicacoes?eID=dam_frontend_push&docID=20114 [acesso em 29/12/2019].
- _____. “Novo Cais de Lisboa”, 2019. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/novo-cais-de-lisboa> [acesso em 29/11/2019].
- _____. “Padrão-memória do Chão Salgado”, 2019. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/padrao-memoria-do-chao-salgado> [acesso em 24/10/2019].
- _____. “Taxa Municipal Turística de Dormida”. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/servicos/pedidos/pagamentos-taxas-e-tarifas/taxa-municipal-turistica-de-dormida/o-que> [acesso em 29/11/2019].
- CML – Câmara Municipal de Lisboa [página do *Facebook*]. Disponível em: <https://www.facebook.com/camaradelisboa> [múltiplos acessos].
- DHP. [MATOS, S. C. (coord.)] *Dicionário de Historiadores Portugueses*. Biblioteca Nacional de Portugal/Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://dichp.bnportugal.gov.pt/>
- ESQUERDA.net 13/01/2019 [ROSAS, 2019] “Crime contra a humanidade da tropa colonial é ainda hoje um tabu completo”. Disponível em: <https://www.esquerda.net/content/o-crime-contra-humanidade-da-tropa-colonial-e-ainda-hoje-um-tabu-completo/59048> [acesso em 15/10/2019].
- FCG – Fundação Calouste Gulbenkian. *Coleções Digitais Fotográficas*. Disponível em: <https://gulbenkian.pt/biblioteca-arte/colecoes/colecoes-digitais/colecoes-digitais-fotograficas/> [acesso em 05/02/2020].
- FMP – Fundação Marquês de Pombal. Disponível em: “A fundação – História”. <https://www.fmarquesdepombal.pt/> [acesso em 13/05/2019].
- FMP – Fundação marquês de Pombal [página do *Facebook*]. Disponível em: <https://www.facebook.com/fmarquesdepombal> [múltiplos acessos].
- HATHI Trust Digital Library. *Babel*. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/> [múltiplos acessos].
- HML – Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> [múltiplos acessos].
- INTERNET Archive. Disponível em: <https://archive.org/> [múltiplos acessos].
- LSC – Lisboa Story Centre. “Visão – posicionamento – promessa”; “Serviço educativo – Visita”; “Memórias da cidade – O que é?”; “Programa para grupos escolares, 2018/2019”. Disponível em: <https://www.lisboastorycentre.pt/> [acesso em 10/11/2019].
- MATRIZ Net, catálogo coletivo online dos museus da administração central do Estado Português. Direção-Geral do Património Cultural. Disponível em: <http://www.matriznet.dgpc.pt/> [múltiplos acessos]
- METROPOLITANO de Lisboa. *Arte nas estações*. “Marquês de Pombal” [linha amarela] Disponível em: <https://www.metrolisboa.pt/viver/arte-nas-estacoes/marques-de-pombal-linha-amarela/> [acesso em 08/01/2020].
- _____. *Arte nas estações*. “Marquês de Pombal” [linha azul]. Disponível em: <https://www.metrolisboa.pt/viver/arte-nas-estacoes/marques-de-pombal-linha-azul/> [acesso em 08/01/2020].

- MUSEU de Lisboa. *Acervo online*. Disponível em: <http://acervo.museudelisboa.pt/> [múltiplos acessos].
- _____. “O Lugar do Torreão. Imagem de Lisboa”. *Catálogo*. Disponível em: <http://www.museudelisboa.pt/sobre-nos/guias-catalogos.html> [acesso em 08/01/2020].
- _____. “Praça do Comércio da Cidade de Lisboa”. *Coleção online*. Disponível em: <http://acervo.museudelisboa.pt/multimediaNET/2019/10/web/115491.jpg> [acesso em 05/02/2020].
- MUSEU Paulista. “Museu Paulista da USP”; “Museu do Ipiranga”; “Acervo”. Disponível em: <http://mp.usp.br/> [acesso em 19/03/2020].
- NOVA CONSERVAÇÃO, S. A. “Monumento Marquês de Pombal” [2016]. Disponível em: <https://www.ncrestauro.pt/index.php/pt/portfolio/conservacao-e-restauro/239-monumento-marques-pombal> [acesso em 05/05/2020].
- OEIRAS Valley Portugal [Câmara Municipal]. Disponível em: <http://www.cm-oeiras.pt/asp>
- _____. “Palácio do marquês de Pombal”. [acesso em 02/11/2019].
- _____. “Uma casa, muitos mundos – programação de julho e agosto [2018]”. [acesso em 02/11/2019].
- _____. “Venha viver o século XVIII no Palácio do Marquês de Pombal”. [acesso em 20/05/2020].
- PALÁCIO Nacional de Queluz. “D. Pedro d’Alcantara e Bragança, Imperador do Brasil – Rei de Portugal”. *Biografia cronológica*. Disponível em: <http://www.dpedroiv.parquesdesintra.pt/cronologia> [acesso em 12/02/2020].
- POMBAL, Município. “História do Museu” [s/d]; “Município disponibiliza ao público registo de honra dos protetores do monumento do marquês de Pombal” [09/05/2017]; “*Vídeo promocional do Museu Marquês de Pombal*” [11/04/2012]. Disponíveis em: <https://www.cm-pombal.pt/> [acesso em 10/11/2019].
- POMBAL, Município [página do *Facebook*]. Disponível em: <https://www.facebook.com/municipiopombal/> [acesso em 05/02/2020].
- POMBAL, Município. Desporto. [página do *Facebook*]. Disponível em: <https://www.facebook.com/municipiodepombaldesporto/> [acesso em 05/02/2020].
- PREFEITURA de São Paulo – Parques. “Independência”. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_sul/index.php?p=5747 [acesso em 13/03/2020].
- PRP, Presidência da República Portuguesa. “Hino Nacional”. Disponível em: <http://www.presidencia.pt/?idc=43> [acesso em 20/05/2020].
- RGPL – Real Gabinete Português de Leitura. *Arquivo*. Disponível em: <http://rgpl.mygead.com/> [múltiplos acessos].
- _____. *O Real em Revista, Periódicos digitalizados*. Disponível em: <http://www.orealemrevista.com.br/> [múltiplos acessos].
- RTP – Rádio e Televisão de Portugal. “Os Grandes Portugueses”. Disponível em: <http://www.rtp.pt/programa/tv/p21257> [acesso em 10/05/2020].
- _____. “O processo dos Távoras”. Disponível em: <https://www.rtp.pt/programa/tv/p9180> [acesso em 01/10/2019].
- SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Disponível em: <http://monumentos.pt/> [múltiplos acessos].
- SENADO Federal. *Publicações e Documentação. Anais*. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais> [múltiplos acessos].

- SENADO Federa. *Biblioteca Digital*. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca> [múltiplos acessos].
- SERNANCELHE, Câmara Municipal. “Marquês de Pombal nasceu em Sernancelhe...”
Disponível em: <http://www.cm-sernancelhe.pt/> [acesso em 15/05/2019].
- SUL Informação. “UNESCO convida VRSA...” [08/07/2015]. Disponível em:
<https://www.sulinformacao.pt/2015/07/unesco-convida-vrsa-a-candidatar-se-a-patrimonio-da-humanidade/> [acesso em 18/09/2020].
- TEATRO Nacional D. Maria II. Disponível em: <https://www.tndm.pt/pt/> [acesso em 09/03/2020].
- TIME OUT Lisboa. “Gostava de perguntar alguma coisa a Vasco da Gama?”
[20/04/2017]. Disponível em: <https://www.timeout.pt/lisboa/pt/blog/gostava-de-perguntar-alguma-coisa-a-vasco-da-gama-042017> [acesso em 10/11/2019].
- TRIVELA. “Graças (também) a Jesus e Vieira, Marquês de Pombal vestiu camisa do Benfica” [25/04/2004]. Disponível em: <https://trivela.com.br/gracas-tambem-jesus-e-vieira-marques-de-pombal-vestiu-camisa-benfica/> [acesso em 15/05/2019].
- TURISMO de Lisboa. Disponível em: <https://www.visitlisboa.com> [acesso em 05/02/2020].
- TURISMO de Portugal. Disponível em: <https://www.turismodeportugal.pt/pt> [acesso em 10/11/2019].
- UNESCO, World Heritage Convention. *Convention Text*. “Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural” [1972]. Disponível em:
<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> [acesso em 29/12/2019].
- _____. “Historical Lisbon, Global City”. *Tentative Lists*, Portugal. Disponível em:
<https://whc.unesco.org/en/tentativelists/6208/> [acesso em 29/12/2019].
- _____. “Pombaline Lisbon”. *Tentative Lists*, Portugal. Disponível em:
<https://whc.unesco.org/en/tentativelists/6226/> [acesso em 29/12/2019].
- _____. *The List, Global Strategy*. “World Heritage List Nomination”. Disponível em:
<https://whc.unesco.org/en/nominations/> [acesso em 29/12/2019].
- UNESCO Portugal [Comissão Nacional da UNESCO, Ministério dos Negócios Estrangeiros]. *Património Mundial em Portugal*. “Lista indicativa de Portugal”. Disponível em: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal> [acesso em 29/12/2019].
- VATICANO – Arquivo. *Sagrada Escritura*. Disponível em:
http://www.vatican.va/archive/bible/index_po.htm [acesso em 08/08/2020].
- WIKIMEDIA Commons [repositório de mediateaca, domínio público]. Disponível em:
<https://commons.wikimedia.org/> [múltiplos acessos].
- XAVIER, M. [página do *Facebook* – fotografias]. “Igreja da memória” [2014].
Disponível em: <http://www.facebook.com/maximilianxavierphotography> [acesso em 05/02/2020].

ANEXO I: Hino dos estudantes de Lisboa

I

Nossa pátria idolatrada,
Por Camões glorificada,
Torna forte e respeitada
Pombal – o reformador
Faz prodígios, o estadista!
Brilha a ciência... e regista
Cada escola uma conquista,
Cada oficina um primor!

[coro]

**Nós – herdeiros e discípulos,
De Camões e de Pombal –,
Empunhando a pena ou a espada,
Honraremos Portugal.**

II

Condiscípulos! Eia, avante!
Nosso estandarte brilhante,
Desfraldado, tremulante,
Diga às novas gerações
Que as escolas portuguesas,
Nos estudos, nas empresas,
Nas heroicas gentilezas,
Ganham às doutras nações

III

A saudar o nosso estandarte,
Correrão, de toda a parte,
A ciência, gênio e arte,
As escolas e os liceus...
Eia! O estudo moralista,
O saber imortaliza...
Nossa lei, nossa divisa,
É – ciência e pátria e Deus.

IV

Ao estudante, muitas vezes,
Surgem estorvos e revezes...
A estudantes Portugueses
Nada os pode intimidar:
Dá-nos força a mocidade,
A esperança f'licidade,
E, lá na posteridade,
Largo futuro a brilhar.

V

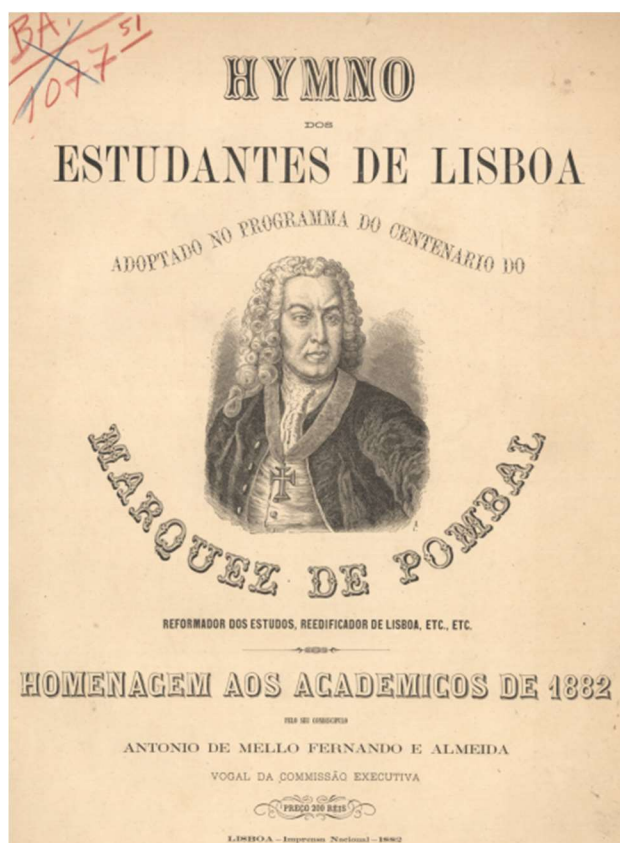
Pede o estudo persever'rança...
Nosso prémio é hoje – esp'rança...
Amanhã – glória, abastança
Porvir próspero, feliz...
Nossa própria existência
Consagramos à ciência,
Ao progresso, à independência,
– Glórias do nosso país.

VI

Nós – os homens do futuro –
O amor mais santo e puro,
Em penhor o mais seguro,
Vimos à pátria of'recer;
Hoje, à escola devotados,
Amanhã, talvez soldados,
Sempre, sempre, dedicados
Pela pátria até morrer.

ALMEIDA, 1882.

[BNPT, Música, MP3616A]



HYMNO DOS ESTUDANTES DE LISBOA

1

Introdução

Marcial

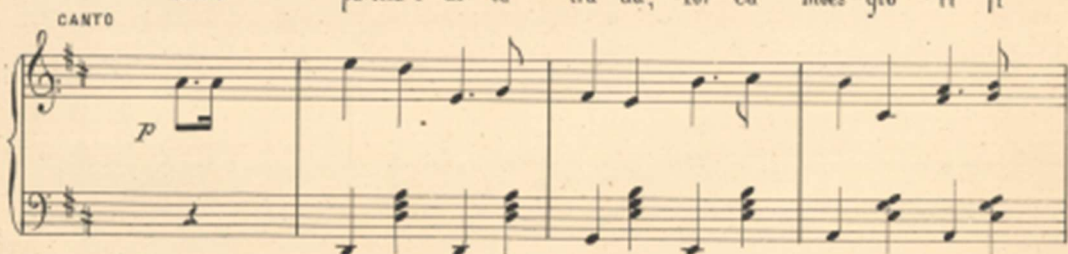




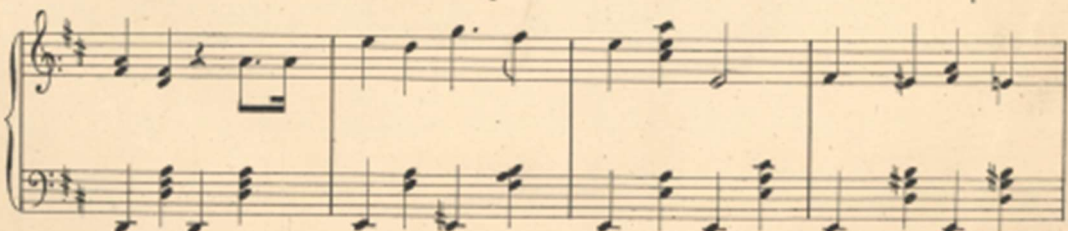
Nossa pa tri a do la ira da, Por Ca mões glo ri fi

CANTO

p



ca da, Torna forte e res pei ta da Pom bal o... re...for ma



dor Faz pro di gios o es ta dis ta! Brilha a
 Scien cia e re gis ta Ca da es co la u ma con
 quis ta, Cada of fi ci na um pri mor!

Cécé Nós-her dei ros e dis
 ci pu los De Ca moës e de Pom... bal Em... pu...
 nhan do a penn' ou a es pa da, Hon ra re mos Por tu gal

Em pu nhan do a penn' ou a es

ariscendo

pa da Honra re mos Por tu gal Per tu

gal Por tu gal Por tu gal

D.C. 8

Detailed description: This is a musical score for a song in Portuguese. It consists of a vocal line and a piano accompaniment. The key signature is one sharp (F#) and the time signature is 3/4. The vocal line has lyrics in Portuguese. The piano part includes triplets and a section marked 'ariscendo'. The score ends with a 'D.C. 8' marking.

ANEXO II: Caderno de imagens

Imagem 1



Retrato do marquês de Pombal, Louis-Michel van Loo, Claude Joseph Vernet, 1766. Câmara Municipal de Oeiras. Cópia digital, *Museum With no Frontiers*. Disponível em: <http://baroqueart.museumwnf.org/> [acesso em 13/08/2020].

Retrato (altura: 296cm; largura: 354 cm) pintado pelos então célebres pintores van Loo (1705-1771) e Vernet (1714-1789) em Paris (a partir de esboços enviados de Lisboa), por encomenda de dois comerciantes estrangeiros da capital portuguesa.

“A ideia da estátua equestre já estava tão consagrada, que aparecia ao lado do primeiro ministro no quadro que dele pintaram Van Loo e Vernet. Nele, o ministro, que à época tinha apenas o título de conde de Oeiras, encontra-se um pouco deslocado à esquerda numa ampla varanda lançada sobre o Tejo de forma impossível, uma vez que nunca nenhum edifício possuiu em Lisboa essa perspectiva sobre o rio. O chão e os móveis em torno de Sebastião José estão juncados de planos de reconstrução da cidade. O conde de Oeiras, sentado numa cadeira, sorri levemente e indica com um gesto descontraído a cena por detrás de si, como se reconstruir uma cidade fosse para ele encarado com leveza e facilidade. A sua mão parece mostrar os projetos de reconstrução da cidade, mas parece ao mesmo tempo pairar de forma a deixar-nos na incerteza do que indica, se as plantas, alçados e mapas, se os barcos, navegando o rio por trás dele. Essa ambiguidade deu origem a dois títulos divergentes, resultado de uma interpretação mais literal e outra um pouco mais cínica – ‘Pombal ordena a reconstrução de Lisboa’ e ‘Pombal ordena a expulsão dos jesuítas’, supostamente acumulados no interior daqueles navios. [...] É à esquerda do ministro, num plano sobrelevado, que se vê o modelo para uma estátua equestre. Os elementos iconográficos do monumento são bem perceptíveis, embora não sejam ainda os definitivos” (TAVARES, 2018, p. 42-44).

Imagens 2-3

Passarola Brewing, divulgação
Passarola Brewing, *Facebook*.

Em um *post*, da marca, em sua página do *Facebook* (14/07/2016), lê-se:
“Aproxima-se o dia da chegada da nossa nova cerveja a que chamamos carinhosamente ‘Marquês de Pale Ale’, e é uma American Pale Ale com 5.2%. Aquele penteado é irresistível.”

Destaca-se que *Passarola* (1709) é como se refere ao *instrumento que inventou para andar pelo ar* o padre jesuíta Bartolomeu Lourenço de Gusmão (1685-1724); um aeróstato de que se vê a conhecida ilustração (fantasiosa, em forma de pássaro), na parte superior direita do rótulo. Daí a referência, na parte inferior, ao “outro inovador português”.



BreweryDB. Disponível em: <https://www.brewerydb.com/beer/D4Gj4v>
[acesso em 13/08/2020].

Apesar de a inspiração ser o quadro de 1766, nota-se, por uma série de diferenças nas cores, nos traços e nos elementos secundários, que as intervenções são feitas a partir de outra imagem (uma das tantas reproduções da obra).

Imagem 4



Detalhe no painel de azulejos na estação (amarela) do metro. Menez, 1995. Disponível em:
<https://www.metrolisboa.pt/viver/arte-nas-estacoes/marques-de-pombal-linha-amarela/> [acesso em 05/02/2020].

Imagem 5



"Caricatura de Afonso Costa", 1910. Fundação Mário Soares / Coleção Fundação Mário Soares/António Pedro Vicente. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_149449 [acesso em 13/08/2020].

"Bilhete postal com ilustração satírica alusiva às políticas anti-clericais de Afonso Costa - nomeadamente, à expulsão dos padres jesuítas. (13,8x8,8 cm)".

Imagem 6



"Caricatura de Afonso Costa", 1910. Fundação Mário Soares / Coleção Fundação Mário Soares/António Pedro Vicente. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_149157 [acesso em 13/08/2020].

"Bilhete postal... Autoria de Ângelo N. Pons (?). Década de 1910. (13,5x9 cm)".

Diferentemente da imagem anterior, é uma efígie da República que está nas nuvens, e não uma representação do marquês. Ademais, destaca-se, no primeiro plano, em vez da banquetta com plantas de Lisboa, um jesuíta ajoelhado e algemado. Ao fundo, a cena é muito parecida com a imagem 5.

Imagem 7

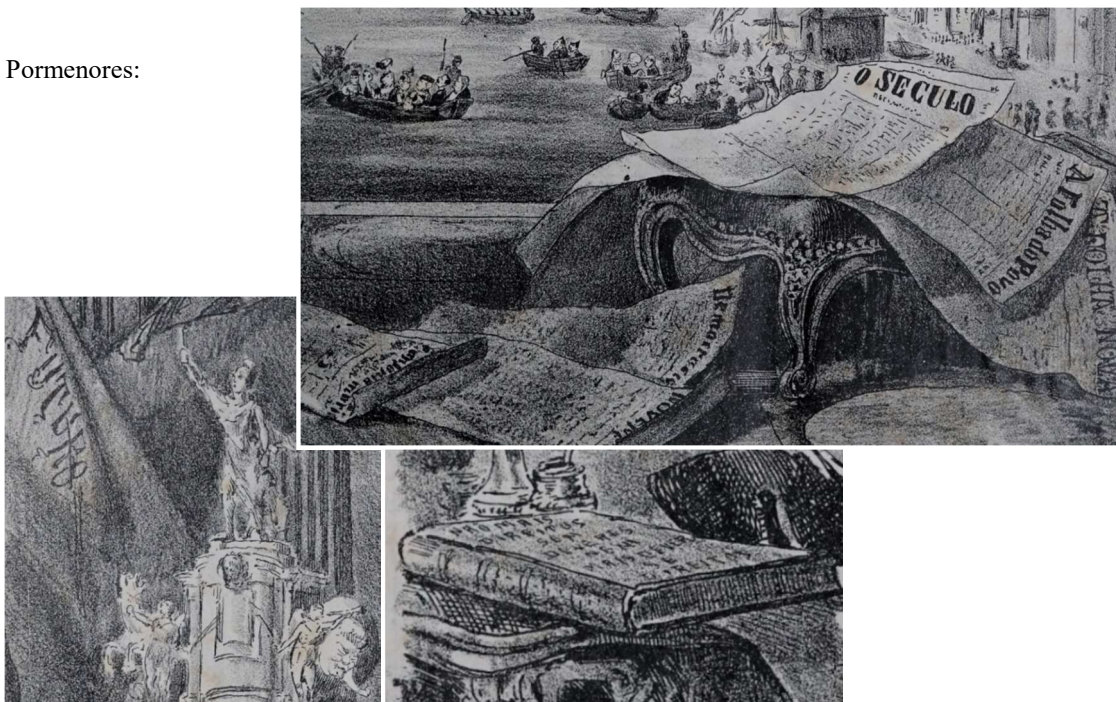


Rafael Bordalo Pinheiro. *O António Maria*, Lisboa, 11/05/1882.

“O *Zé povinho* como o marquês de Pombal: uma leitura subversiva do quadro de L. M. Van Loo, por Rafael Bordalo Pinheiro [...]. Lá atrás, diante do Futuro, a estátua de D. José é a estátua da Liberdade, onde Fontes é o cavalo e o conselheiro Arrobas o elefante [...]. Rodeado de jornais republicanos, Sebastião-Zé mostra-nos a expulsão dos jesuítas, da família real, dos ministros e dos políticos do rotativismo” (BEBIANO, 1982, p. 409).

Sob o braço direito do *zé*, em vez de uma planta de Lisboa (cidade-monumento), vê-se um papel em que se lê *Ensino Livre*, em referência ao *Instituto de Ensino Livre*, que os estudantes da capital querem fundar como monumento que atualize o legado pombalino, no campo do ensino – no presente, deixando-o como herança aos pósteros. Sobre tal papel, há um livro, em cuja capa pode-se ler “não mais direitos sem deveres nem mais deveres sem direitos”

Pormenores:



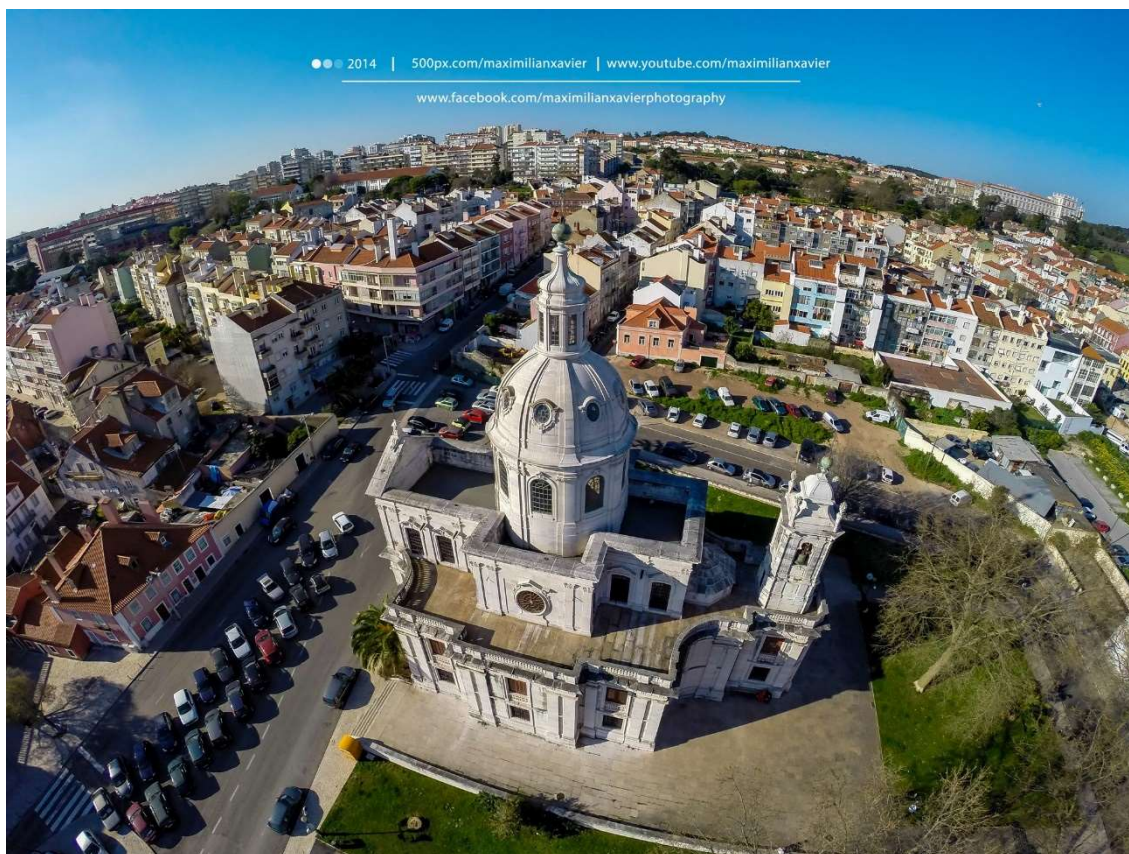
Imagens 8-12



Entre 1994 e 1996, decorreram obras de restauro na estátua do marquês na Rotunda – na altura em que se realizavam modificações na rede de metro. Na penúltima fotografia, lê-se, no invólucro protetor do monumento: “A luz, o lioz, as linhas, a leitura de Lisboa” e “Não basta ter o título de marquês, é preciso conservá-lo”, CML, Metro.

Disponível em: <https://www.ncrestauro.pt/index.php/pt/portfolio/conservacao-e-restauro/239-monumento-marques-pombal> [acesso em 05/02/2020].

Imagem 13



Vista lateral da igreja da Memória, com o Palácio Nacional da Ajuda ao fundo. Foto de Maximilian Xavier (2014). Disponível em: <http://www.facebook.com/maximilianxavierphotography> [acesso em 05/02/2020].

Imagem 14



*Nossa Senhora do
Livramento e D. José.*
Pedro Alexandrino.
1785.
Foto de Nuno
Saldanha.

“Na parte superior esquerda, sobre o altar, vemos uma representação da Senhora do Livramento, coroada [...]. À sua frente, em posição inferior, encontra-se D. José, semi-ajoelhado, voltado para Nossa Senhora com a mão no peito, apontando com a esquerda para uma salva (segurada por um anjo coroado de louros), onde se acha uma chave (do reino?) e o ceptro. O soberano seguia assim os passos de D. João IV, oferecendo agora o ceptro, depois de já ter sido oferecida a coroa [...]. Por detrás do soberano está o Anjo Tutelar do Reino, empunhando uma espada e um escudo, coberto de um elmo que tem como timbre o dragão brigantino. Por cima dele, na cimalha da porta, a data de 1758, em numeração romana, aludindo precisamente ao ano do acontecimento. O rei, coberto com a capa da Ordem de Cristo, traja à romana, de acordo com o espírito da época” (SALDANHA, 2012, p. 45-47).

Imagem 15

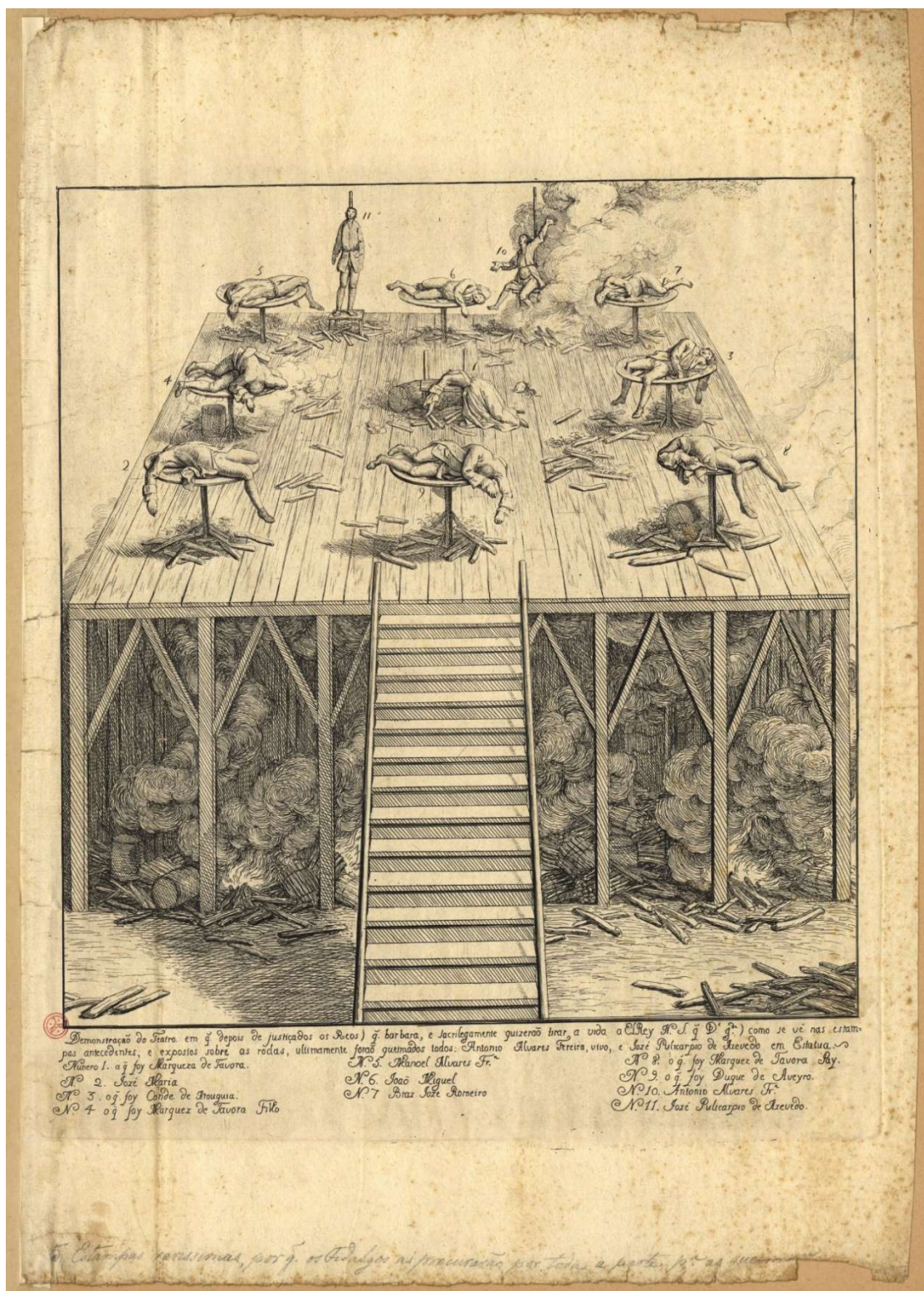


Imagem 16



[Execução dos Távoras]

Museu de Lisboa, *coleção online*. Desenho, aquarela [MC.DES.1777], post. 1759.

Imagem 17



Padrão-Memória do Chão Salgado, localizado no Beco do Chão Salgado, em Belém – 1759, pedra, escultor desconhecido.

“Padrão mandado erigir pelo Marquês de Pombal [...] em memória da condenação do duque de Aveiro e do marquês de Távora e [de] sua família, [...] composto por uma coluna, envolta em 5 anéis, um por cada cabeça derrubada, assente sobre uma base quadrangular e degrau. No local onde o padrão foi erguido, estava edificado o palácio do duque de Aveiro que, após o sucedido, foi confiscado, arrasado e, em gesto simbólico, salgado o seu chão para que nada ali voltasse a nascer. O próprio monumento apresenta uma inscrição que relata esse episódio”. (LISBOA, 2019. Câmara Municipal, equipamentos).

Imagem 18



O último interrogatório do marquês de Pombal. José Malhoa, 1891. Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea. Cópia digital disponível em: <http://www.matriznet.dgpc.pt/>

“Pintura de História. Num salão escuro do seu palácio em Pombal, decorado com velhas estantes e um longo reposteiro por trás, o antigo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), marquês de Pombal, octogenário e abatido pela doença, submete-se ao último interrogatório (janeiro de 1780) sobre os abusos de poder durante o reinado de D. José, no âmbito da sindicância movida pela rainha D. Maria I. No centro da composição, iluminado, sobre um luxuoso tapete avermelhado, vê-se o velho marquês sentado num cadeirão de madeira trabalhada, virado para a esquerda, ricamente vestido e com uma cabeleira branca, movendo-se com dificuldade, inclinando-se para a frente e esboçando um gesto frágil com a mão direita, pedindo finalmente perdão à rainha, frente a dois juízes nomeados pelo governo que estão atrás de uma secretária de madeira trabalhada, à esquerda, um sentado, o outro em pé, vendo-se a seu lado o redactor da sessão escrevendo com uma pena. Junto do cadeirão, de joelhos, veem-se as duas jovens filhas do réu agarradas ao pai, uma de costas com um longo vestido branco, e outra à direita do marquês, de vestido azul, olhando desesperadamente para os juízes. Atrás do cadeirão, de pé, assoma o vulto da esposa do velho marquês, vestida de preto e com um lenço na mão esquerda, encostando a cara ao cadeirão, a chorar”.

Trata-se de um testemunho interessante para este trabalho, em que se atenta a representações e memórias pombalinas, sobretudo em fins do XIX. Um documento não do interrogatório em si e da época em que viveu o marquês, mas de como, na altura de produção do quadro, recuperam-se e se reelaboram de maneiras distintas (e intencionadas) aspectos do passado pombalino. O marquês, retratado por José Malhoa (um dos grandes pintores da época) cercado por sua família, em sofrimento devido a ações por parte do governo mariano, assume traços empáticos – opostos aos de sua recorrente representação enquanto o responsável último pelo suplício dos Távoras (e de Malagrida, de Pelle, dos amotinados do Porto, dos jesuítas).

Imagem 19

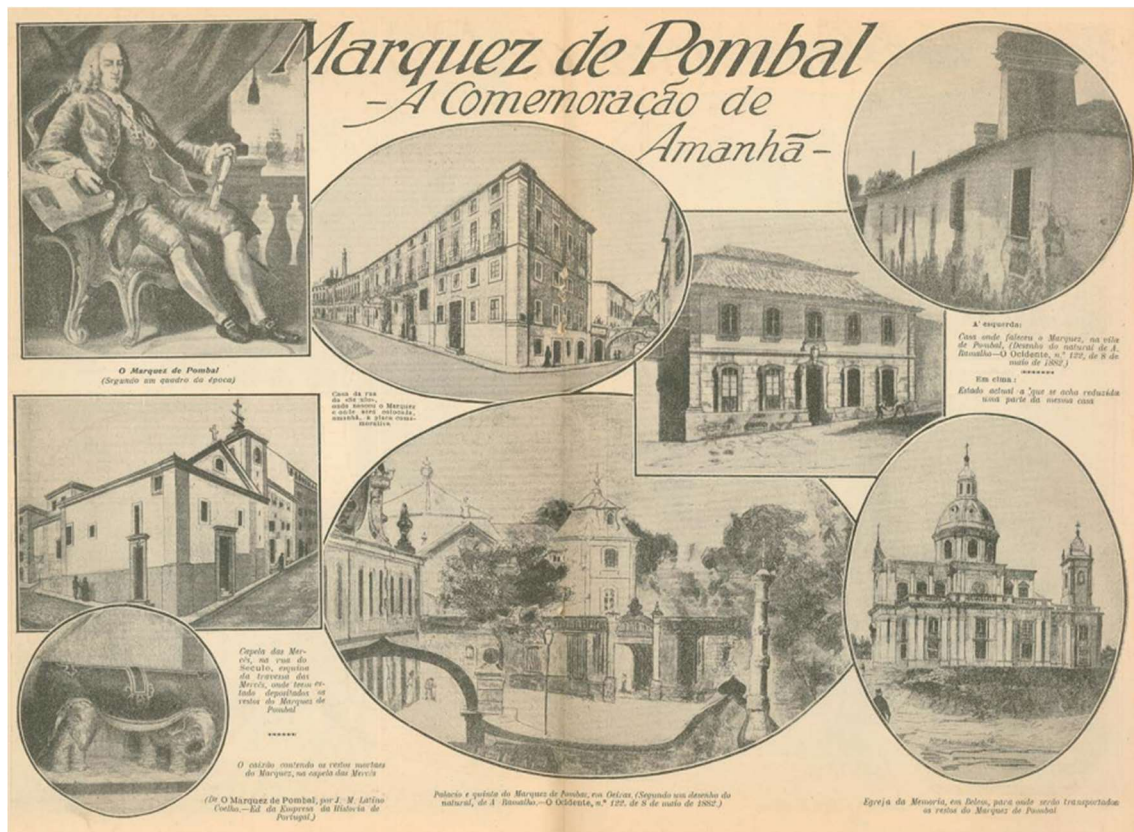


Ilustração Portuguesa, Lisboa, 12/05/1923.

Veem-se, de acordo com as legendas das imagens (a partir do canto superior esquerdo, em sentido horário): o marquês *segundo um quadro da época* (inspirada na conhecida pintura de Van Loo, a ilustração, como as demais, veio a lume em 1882. Nessa versão oitocentista, Pombal é representado segurando uma luneta na mão direita e um rolo de papel, possivelmente os planos de Lisboa, na esquerda. Comparar com a imagem 1); *casa da rua do “Século”, onde nasceu o marquês e onde será colocada amanhã a placa comemorativa*; *casa onde faleceu o marquês, na vila de Pombal*; *estado atual a que se acha reduzida uma parte da mesma casa*; *capela das mercês, na rua do Século... onde têm estado depositados os restos do marquês de Pombal*; *o caixão contendo os restos mortais*; *palácio e quinta do marquês em Oeiras*; *igreja da Memória, em Belém, para onde serão transportados os restos do marquês de Pombal*.

A comemoração pombalina



Ilustração Portuguesa, Lisboa, 19/05/1923. Clichês de Salgado.

A urna contendo os restos mortais do marquês de Pombal, exposta do dia 12 para o dia 13 no átrio da Câmara Municipal de Lisboa. Vê-se o ataúde, “sobre um cadafalso ornamentado com goivos e heras”, cercado por homens da Guarda Nacional Republicana.

Imagem 21



Ilustração Portuguesa, Lisboa, 19/05/1923. Clichês de Salgado.

Veem-se as fotos numericamente associadas às legendas seguintes: 1- Desfile do cortejo fúnebre, pela rua Direita de Belém, vendo-se o coche de D. José I; 5 – O chefe do Estado e membros do governo à portada da igreja da Memória, enquanto o cortejo desfila em frente da urna mortuária; 6 – Verificação da ossada do marquês de Pombal, antes da transferência para o edifício dos Paços do Concelho, cerimônia a que assistiram representantes da família Pombal, da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas e da Comissão de Trasladação, o subdelegado de saúde etc. etc. 7 – Colocação da urna mortuária no armão que a transportou da Câmara Municipal para a Igreja da Memória.

Imagem 22



Ilustração Portuguesa, Lisboa, 19/05/1923. Clichês de Salgado.

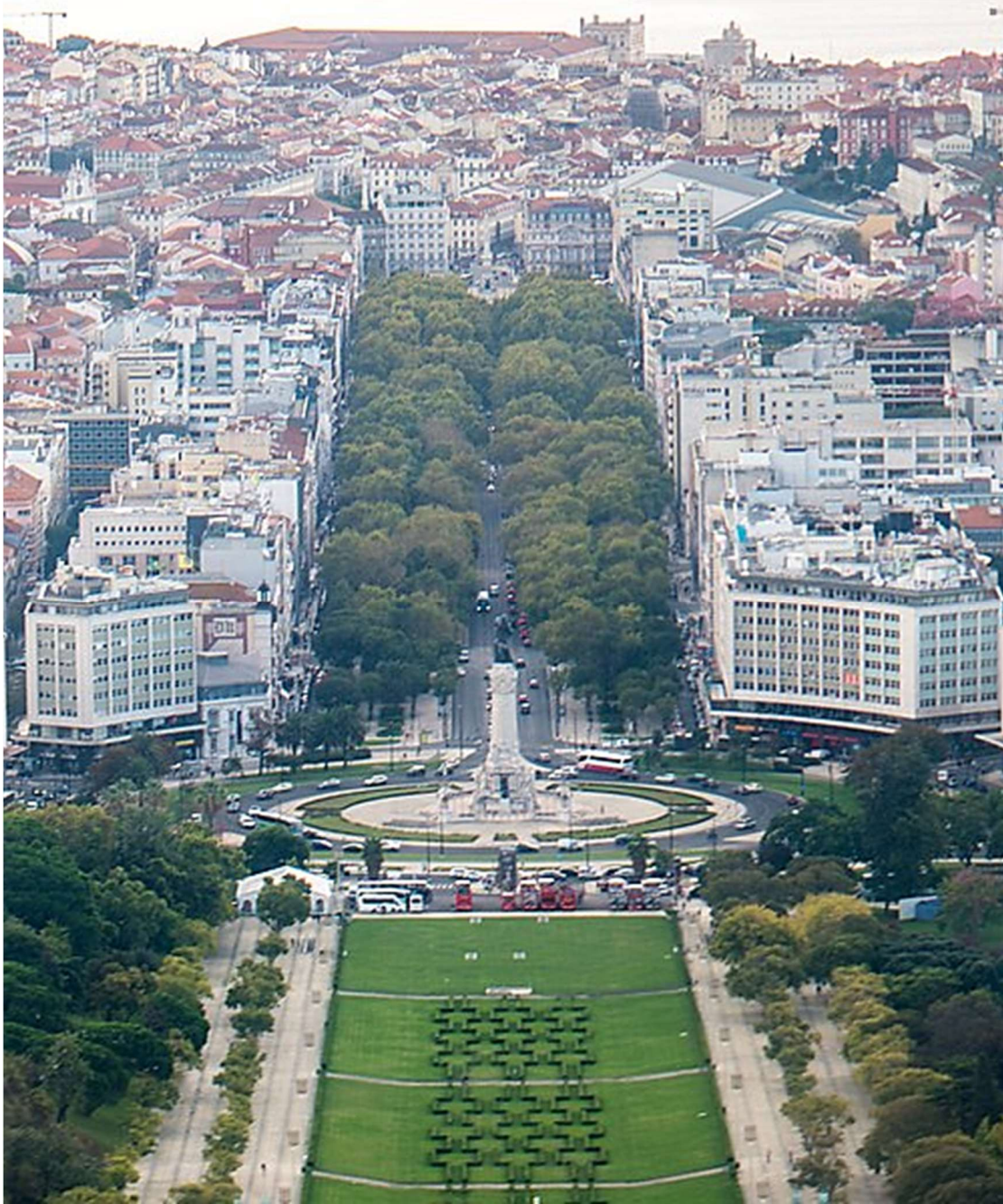
Veem-se as fotos numericamente associadas às legendas seguintes: 2 – O sr. Presidente da República lendo a lápide colocada na casa da rua de O Século onde nasceu o marquês de Pombal, após o descerramento da referida lápide; 3 – Os bombeiros municipais fazendo a guarda de honra, por ocasião da inauguração da mesma lápide; 4 – A leitura do auto da inauguração da lápide; 8 – Chegada da urna à igreja da Memória.

Imagens 13-25



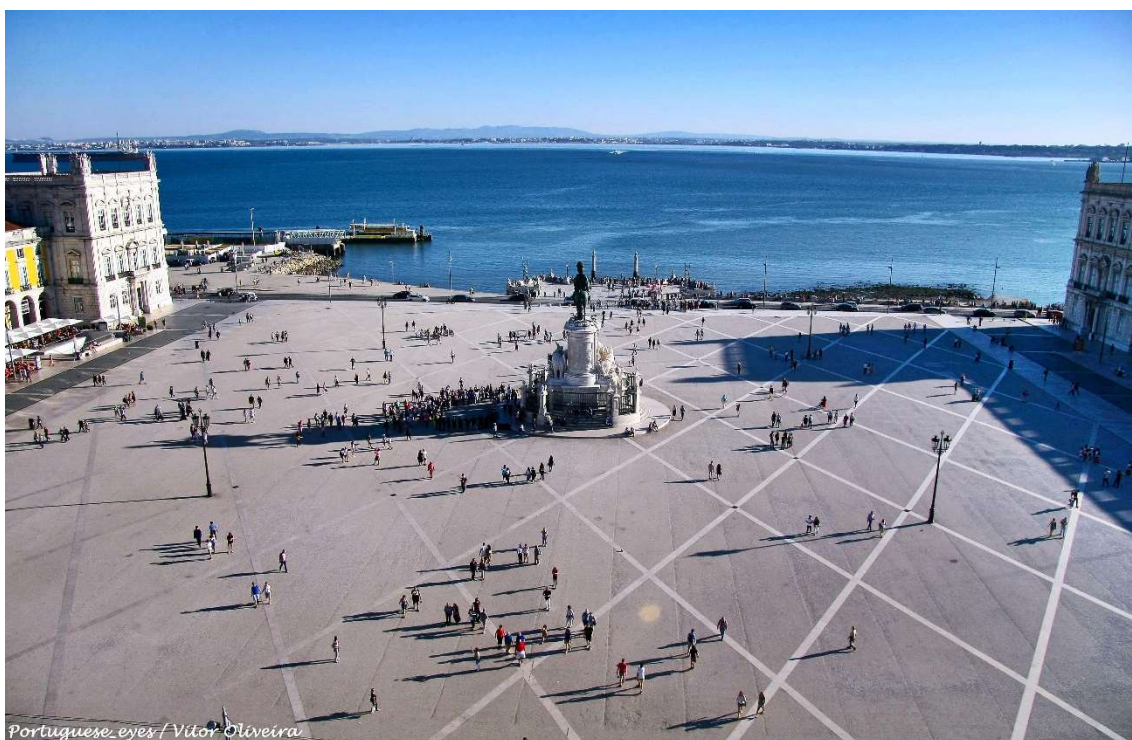
No centro da igreja da Memória, a urna com os restos mortais do marquês de Pombal. Ao lado e no altar-mor, maquetes atualizadas do monumento (projeto de Abreu, Bermudes e Santos, aprovado em concurso de 1914 – já representado as alterações/atualizações visíveis na estátua construída 20 anos mais tarde). Na primeira imagem, vê-se ademais o quadro de Pedro Alexandrino no altar-mor (imagem 14). Há que se destacar o simbolismo de tais representações do marquês no templo-memorial, para o qual se dirigiam peregrinações em homenagem-protesto ao ministro e às pautas anticlericais, liberais e antirreacionárias. Fotos não datadas (anteriores a 1947 – quando se removeram as maquetes do monumento e se deslocou a urna do centro para a lateral do templo), acessadas no *site* da SIPA. ID DOC.00002732, Documento Fotográfico, *Igreja da Memória: exposição comemorativa do marquês de Pombal*. IPA.00002185.

Imagem 25



Na foto, tirada do espaço aéreo, vê-se o parque Eduardo VII, com seu jardim e com ônibus turísticos estacionados, à frente, o monumento ao marquês de Pombal, em destaque no meio da Rotunda, a avenida da Liberdade, em toda sua extensão (com as copas das árvores encobrindo-a quase por completo), a praça dos Restauradores, o Rossio (vê-se, inclusive, o topo da estátua de D. Pedro IV, em seu pedestal) e os prédios que compõem a Baixa Pombalina – incluindo o topo do arco da rua Augusta e do Torreão Nascente, ao fundo. Veem-se, ainda, as margens do rio Tejo. Dada a perspectiva, tem-se, contudo, uma impressão invertida quanto à topografia. Fotografia de Alexander Svensson. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Avenida_da_Liberdade_\(22344060581\)_\(cropped\).jpg?uselang=ca](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Avenida_da_Liberdade_(22344060581)_(cropped).jpg?uselang=ca) [acesso em 05/02/2020].

Imagem 26



A praça do Comércio a partir do topo do arco triunfal da rua Augusta. Veem-se os Torreões Nascente e Poente (parcialmente), a parte de trás da estátua equestre de D. José, o cais das Colunas, o rio Tejo e a margem Sul. Fotografia de Vitor Oliveira. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pra%C3%A7a_do_Com%C3%A9rcio_-_Lisboa_-_Portugal_\(32204521787\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pra%C3%A7a_do_Com%C3%A9rcio_-_Lisboa_-_Portugal_(32204521787).jpg) [acesso em 05/02/2020].

Imagem 27



Medalhão com a efígie de Pombal, no pedestal da estátua. Fotografia de Mike Steele. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:In_and_Around_the_Praça_do_Comércio_in_the_morning_\(28577521638\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:In_and_Around_the_Praça_do_Comércio_in_the_morning_(28577521638).jpg) [acesso em 05/02/2020].

Imagem 28



Praça do Comércio. Vê-se a estátua equestre, no primeiro plano, e o arco da rua Augusta, logo atrás. A meio do arco, a estátua do marquês se encontra na parte mais à frente, no lado direito. Fotografia de David Clay. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lisbon_\(25882379286\)_\(cropped\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lisbon_(25882379286)_(cropped).jpg) [acesso em 05/02/2020].

Imagem 29



Praça do Comércio. No primeiro plano, um *mupi* que anuncia o *Lisboa Story Centre*, com uma ilustração de Pombal, com sua cabeleira característica, e com o convite: “Viaje até a época pombalina. Visite o *Lisboa Story Centre* e descubra a visão inovadora que reconstruiu Lisboa”. Ao fundo, o arco da rua Augusta, as arcadas que caracterizam os prédios pombalinos, em amarelo, que delineiam a praça e, no alto, ao fundo, o castelo de São Jorge em seu aspecto atual. Foto tirada pelo autor em 18/01/2018.

Imagem 30

História ao vivo

A iniciativa proporciona o encontro e o diálogo com uma personagem da história da cidade de Lisboa, que partilha memórias sobre a sua vida e sobre a cidade e o país.

Averod Al Thiti - Muçulmano do Al-Andalus que participou na vida cultural, política e religiosa da corte de Lisboa.

Médico da Peste Negra - A epidemia surge em 1348 e reaparece nos séculos seguintes. O médico trajado vestes longas e cobre a cara com uma máscara.

Vasco da Gama - No dia 8 de julho de 1497, sob os ordens do Rei D. Manuel I, o fidalgo e navegador Vasco da Gama parte de Belém rumo à Índia.

Luís Vaz de Camões - Soldado, viajante, aventureiro e poeta, autor de *Os Lusíadas*. Viveu em Lisboa.

Cordeiro - O corso é uma atividade rentável para a realza e uma estratégia de defesa da costa e das rotas comerciais. No século XVI chegam à cidade caravelas com riquezas e presos das embarcações e das terras saqueadas.

Médico do Hospital Real de Todos os Santos - Nos séculos XVII e XVIII, físicos, cirurgiões, botânicos e sangradores-barbeiros tratam os enfermos de uma cidade aberta ao mundo.

Marquês de Pombal - É embaixador na corte inglesa e austríaca, e durante 27 anos ministro do Rei D. José I. Após o terramoto de 1755 é uma figura central na reconstrução de Lisboa.

Marquês de Alegria ou Alentejo - Nobre, poético e erudito, nascido em Lisboa. Foi perseguido pelo Marquês de Pombal e mais tarde dama de honra da Rainha Carlota Joaquina.

Rainha D. Amélia - É a última Rainha de Portugal. Assiste ao regicídio na Rua do Arsenal em Lisboa, em 1908.



Teatro infantil de marionetas

Quatro peças que dão a conhecer episódios da história da cidade de Lisboa.

Os Corvos de Lisboa - Nesta lenda conta-se porque dois corvos foram guardas atentos de uma barca que viajou desde o Cabo de S. Vicente até Lisboa, no tempo em que já reinava D. Afonso Henriques.

Afonso Henriques, O Conquistador - Naqueles tempos muito antigos, um Conde quis ser Rei, e com a ajuda dos seus amigos reconquistou a cidade de Lisboa em 1147.

Até à Índia - As embarcações saíram da Praia das Lágrimas (Lisboa). Periclitadas das oceanas e muitos perigos chegaram à Índia, onde os marinheiros encontraram novas terras e amigos.

A Passarola, a máquina voadora - No reinado de D. João V, o padre Bartolomeu de Gusmão construiu e voou na Passarola. Como é que isto aconteceu?

Informações

Duração por sessão: 30 min.

Horário: 2.ª e 4.ª feira, manhã e tarde

Público-alvo: 2.ª e 3.ª Ciclos e Secundário

As sessões podem ser adaptadas ao público adulto.

Bilhete: 4 € cada participante

1 professor por cada 10 alunos tem entrada gratuita.

Número de participantes no LSC: 25 no mínimo

Vamos às escolas da cidade de Lisboa

Número de participantes: 50 no mínimo

Bilhete: 4,50 € cada participante

As sessões fora da cidade estão sujeitas a taxa de deslocação.

Requer marcação prévia.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

Sessões em português.

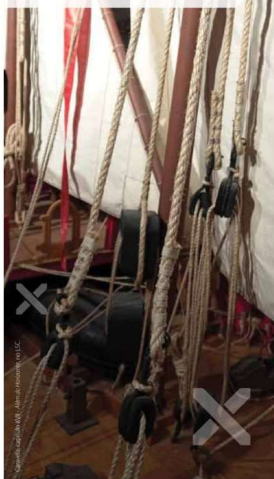
Sessões em português.

Sessões em português.

Exposição

Lisboa Story Centre

Propõe uma viagem no tempo pela história da cidade de Lisboa desde a sua fundação até ao século XXI. A exposição recorre a suportes de multimédia e a vários cenógrafos apresentando reconstituições de contextos, réplicas de embarcações, manequins trajados à época, iconografia, filmes, cheiros, sons. O percurso inclui um filme de 8 minutos alusivo ao terramoto e ao maremoto de 1755. A visita tem a duração aproximada de 60 minutos, e é orientada por um audioguia (versão adulta ou infantil) que funciona automaticamente ao ritmo de cada visitante. No sala Lisboa Virtual é possível consultar mais histórias, mapas e fotografias da cidade através de ecrãs táteis, de um mapa interativo e painéis dos visitantes.



Oficinas

Corvos de Lisboa

Quando D. Afonso Henriques recuperou as relíquias de S. Vicente, na viagem de regresso a Lisboa a embarcação foi acompanhada por dois corvos. Este episódio inspira as armas da bandeira da nossa cidade e os origamis que vamos fazer.

Tipo de oficina: origami
Público-alvo: 8 aos 11 anos
Duração: 40 min.
N.º de participantes: 12 min., 25 máx.
Preço: 6,20 €

Nau Magnete

Lisboa é o ponto de partida para a descoberta do mundo. No Ribeiro das Naus ganham forma as naus que levam os portugueses a conhecer novas terras e diferentes culturas.

Tipo de oficina: pintura de figura com imã
Público-alvo: 8 aos 11 anos
Duração: 40 min.
N.º de participantes: 12 min., 25 máx.
Preço: 5,50 €

Delícias de Lisboa

Inspiração na história da cidade de Lisboa, vamos decorar bolachas com pasta de açúcar, corantes e cola comestível. Vamos deliciar-nos com estes doces... ou oferecê-los aos nossos amigos.

Tipo de oficina: decoração de bolachas
Público-alvo: 8 aos 11 anos
Duração: 40 min.
N.º de participantes: 12 min., 25 máx.
Preço: 5,50 €



Passaporte Escolar

Transporte Alfacinha

Utilize gratuitamente o Transporte Alfacinha para visitar a exposição e participar nas atividades do Lisboa Story Centre. Serviço disponível para o Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública da cidade de Lisboa. A marcação é feita através do Serviço Educativo do Lisboa Story Centre.



LISBOA STORY CENTRE

Terreiro do Paço, n.º 78-81
1100-148 LISBOA
Tlm: 91 844 08 27 • Tel.: 21 194 10 27
Fax: 21 115 32 80
www.lisboastorycentre.pt
servicoeducativo@lisboastorycentre.pt
Siga-nos no



Horário

2.ª feira a domingo, das 10h às 20h
(última entrada às 19h)
Encerra dia 25 de dezembro

Transportes públicos

Metro: Estação Terreiro do Paço (linha azul)
Autocar: 728, 732, 735, 736, 759, 760, 781, 782
Elétrico: E15, E25

LSC - Bilhete individual

Adulto - 7 €
Sénior (≥ 65 anos) - 5 €
Estudante (≤ 16 anos) - 5 €
Criança (6 ≥ 15 anos) - 3 €
Criança (≤ 5 anos) - gratuito
Família (2 adultos + 2 crianças 6 ≥ 15 anos) - 18 €

LSC - Bilhete de grupo (≥ 10 pessoas)

Adulto - 5 €
Sénior (≥ 65 anos) - 4 €
Estudante (≤ 16 anos) - 4 €
Criança (6 ≥ 15 anos) - 2,5 €
Criança (≤ 5 anos) - gratuito

LSC + ARCO

Adulto - 8 €
Sénior (≥ 65 anos) - 6,5 €
Estudante (≤ 16 anos) - 6,5 €
Criança (6 ≥ 15 anos) - 4,5 €
Criança (≤ 5 anos) - gratuito
Família (2 adultos + 2 crianças 6 ≥ 15 anos) - 24 €

Nos grupos escolares até ao Secundário, 1 professor por cada grupo de 10 alunos tem entrada gratuita.

No LSC o audioguia está incluído no valor do bilhete e existe disponível em 9 idiomas: português (com versão infantil), castelhano, inglês, francês, italiano, alemão, russo, mandarim e japonês.



LISBOA STORY CENTRE

Programa para grupos escolares 2018/2019



Lisboa Story Centre, programa para grupos escolares 2018/2019.

Imagem 31



Monumento a Luís de Camões, de Victor Bastos (1867), no bairro Alto. No pedestal, encontram-se oito estátuas menores, representando portugueses ilustres destacados por suas obras nos séculos XV e XVI: os cronistas Fernão Lopes e Gomes Eanes de Azurara; os poetas épicos Jerónimo Corte Real, Francisco de Sá Meneses e Vasco de Quevedo; os historiadores Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros; o matemático e cosmógrafo-mor Pedro Nunes. Fotografia de Osvaldo Gago. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:EstatuaCamoelsLisboa.JPG#/media/Ficheiro:EstatuaCamoelsLisboa.JPG> [acesso em 05/02/2020].

A coroa de flores, em bronze, que se nota acima da inscrição “a Luiz de Camões” é afixada no conjunto monumental em 1880, por parte da Academia de Lisboa, em comemoração ao poeta em seu tricentenário.

Imagem 32



Panorama parcial da praça do Comércio. Fotografia de Reino Baptista. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pra%C3%A7a_do_Com%C3%A9rcio_Central_and_North_wing.jpg [acesso em 05/02/2020].

Imagem 33



Panorama da praça do Comércio, a partir do Tejo. *Turismo de Lisboa*. Disponível em: <https://www.visitlisboa.com/pt-pt/galleries/galeria> [acesso em 05/02/2020].

Imagem 34



Praça do Comércio da Cidade de Lisboa, gravura de Gaspar Frois Machado (1759-1796). Museu de Lisboa, acervo online. A ilustração é uma “prefiguração do que a praça viria a ser, pois o autor nunca viu a colocação da estátua equestre (1775) nem a conclusão do Arco da Rua Augusta (1873)”. Comparando-a com as fotografias acima, notam-se discrepâncias entre os planos e a praça construída. Disponível em: <http://acervo.museudelisboa.pt/multimediaNET/2019/10/web/115491.jpg> [acesso em 05/02/2020].

Imagem 35



Carro da cidade

Negativo de colódio e prata em vidro. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/NEG/000085.

O *carro de Lisboa*, mandado construir pela Câmara, que com ele se faz representar no cortejo. No carro-barco, com grinaldas e um corvo na proa, vê-se uma maquete da praça do Comércio, com os torreões mais parecidos com aqueles do plano pombalino (mas já diferentes da proposta inicial – ver imagem 29), apresentando coberturas elevadas e pontiagudas, em lugar das simples que há na altura e que ainda hoje são visíveis. A estátua que representa a cidade, assentada ao centro do carro, segura uma coroa de louros e um rolo de papel, semiaberto, permitindo vislumbrar os traços retilíneos dos planos da baixa. Ao fundo, nota-se o arco, com a estátua do marquês no canto direito da fotografia. Na lateral do carro, uma placa, em que se lê: “Lisboa ao marquês de Pombal”, e duas menores com as datas de sua morte (8 de maio de 1782) e da efeméride de seu centenário (8 de maio de 1882).

Imagem 36



“É um verdadeiro primor de arte. Representa uma das grandes obras do estadista, os edifícios do terreiro do Paço. Sobre um galeão do século passado, do qual à frente do carro se vê a quilha, assenta um belo trabalho mostrando com apurado rigor arquitetônico os torreões e as arcadas e janelas dos edifícios que ladeiam a bela praça do Comércio. A base é adornada com elegantes ornatos, tendo na parte posterior grande porção de flores. É um trabalho da mais bela execução e paciência. Acima desses edifícios, sobre um estrado com alguns degraus, está a estátua *Lisboa*, obra do distinto escultor Alberto Nunes. É um trabalho clássico, estilo grego, uma magnífica figura de mulher com

os braços e parte do colo nus, de uma expressão soberba e roupas notavelmente trabalhadas. Tem na mão direita uma coroa e na esquerda a carta com a planta da praça do Comércio. Ao lado tem as armas de Lisboa. É toda dourada. O risco do carro é do arquiteto [da Câmara] Monteiro e a execução é do mestre de obras Gouveia” (*Diário de Notícias*, Lisboa, 04/05/1882).

Ilustração: *O Ocidente*, Lisboa, 21/06/1882.

Imagem 37



Detalhe de LEGRAND, C. *Marquez de Pombal*. [gravura, litografia] Lisboa: Lit. de M. Luiz, [1841]. Disponível em: <http://purl.pt/4673>

A ilustração compõe a parte inferior de uma gravura em homenagem a Pombal (parte de uma série de retratos históricos). Ao se retratar de tal forma a praça, indica-se de modo aproximado seu aspecto em meados de Oitocentos. Nota-se o torreão poente em construção (e ambos sem cobertura). Do arco, ao fundo, só se veem as colunas (já de pé no primeiro quartel do século).

Imagem 38



Cópia do quadro de Miguel Lupi, litografia (S. Sanhudo & irmão), reproduzida em *Homenagem ao marquês de Pombal pela Grande Comissão Executiva do Primeiro Centenário do Grande Ministro*. Rio de Janeiro, 1882. Uma iniciativa do Club de Regatas Guanabareense.

A respeito do quadro, escreve-se à altura:

“Enquanto a roupagens, moveis e decorações a época foi rigorosamente estudada. A figura principal e que logo da na vista é a do marquês de Pombal. No assentar-se firme do braço direito, revela-se quem tinha a consciência de que era o braço direito, o mor sustentáculo da realza, em nome do qual desenvolveu todo o seu férreo, mas ilustradíssimo e fecundíssimo poder, e por isso la se vê acima e entre esse braço e aquela inteligente cabeça o busto do monarca que lhe concedeu ilimitada confiança. Pelo cerrar dos lábios, olhar sobranceiro e altivo erguer da fronte majestosa, adivinha-se aquele animo intrépido, inquebrantável na maior adversidade e ante os maiores perigos e as mais graves dificuldades, para resolver, esmagar e anular as quais não vacilava, antes acorria aos maiores os mais duros e extremos, acaso era que se lh’antolhassem proficuos e eficazes.

À luz d’estas considerações, não direi justifica-se, mas sim explica-se a severidade às vezes atroz de muitas das medidas do ilustre estadista, com razão chamado de grande revolucionário. [...] Eis o que foi o marquês de Pombal, retratado fielmente na nobre figura que destaca mais sensivelmente da tela preciosa, encomendada ao sr. Lupi.

Figura o marquês no momento em que, depois de em última conferência ter reunido com os mais ilustres personagens que n’esta época memorável regiam os destinos do país, resolveu definitivamente a aprovação da plana da praça do Comércio [...]. A figura que dá mais na vista, depois da do marquês de Pombal, é a primeira do lado esquerdo do observador. Representa o mestre de campo general e engenheiro-mor Manuel da Maia [...]. Incontestavelmente, é a maior glória da engenharia portuguesa [...] encarregado da reconstrução da derrocada cidade de Lisboa [...]. A figura que se ergue logo depois [...] é a de Joaquim Inácio da Cruz Sobra, representante do corpo comercial lisbonense, que muito contribuiu para a reedificação da cidade com os quatro por cento que pagava sobre as mercadorias. [...] A figura que, à direita do observador se segue, é a do duque de Lafões. Vê-se que Sebastião José de Carvalho se lhe dirige com toda a deferência, como a quem era de sangue real [...]. Tão nobre de nascimento, também o era nas ações de extrema caridade, que ainda se afirmara mais nos dias lutosos do grande cataclismo [...] exerceu com geral aplauso o elevado cargo de regedor das justiças [...]. [Por fim,] o 4º marquês de Alegrete [...] [que] ocupou a presidência do senado desde 1752 [até 1764] e nessa qualidade prestou importantíssimos serviços ao seu país, como se pode ver de muitos despachos” (*Diário de Notícias*, Lisboa, 04/05/1882).

Imagem 39



Recorte do quadro finalizado. *Marquês de Pombal examinando o projecto da reconstrução de Lisboa*. Miguel Angelo Lupi, 1883. Museu de Lisboa.

“Predomina na sua composição, como era natural, a nobre figura do marquês de Pombal. Está ele presidindo a uma conferência para a qual convocara os funcionários em mais evidência, depois do terremoto de 1755, para examinar e aprovar a planta definitiva da praça do Comércio [...]. Sobressaem igualmente outras figuras de importância, tais como Joaquim Inácio da Cruz Sobral, negociante, por conseguinte representante do corpo comercial; o duque de Lafões, regedor das justiças; o marquês de Alegrete, que era o presidente do senado de Lisboa. Deste quadro têm sido copiadas muitas gravuras e fotografias para várias publicações, na época dos festejos pombalinos e depois em revistas ilustradas” (ARANHA, 1908, p. 89).

Imagem 40



Rossio/praça de D. Pedro IV vista desde o alto do elevador de Santa Justa. Disponível em: <https://www.tndm.pt/pt/o-teatro/fotografias/> [acesso em 09/03/2020].

Na imagem atual, veem-se os dois chafarizes nas duas extremidades da praça e a estátua de D. Pedro IV, bem ao centro, em seu imenso pedestal. Ao fundo, vê-se o Teatro Nacional D. Maria II (1846), construído no local dos escombros do palácio dos Estaús, antiga sede da Inquisição (destruído por um incêndio). Na fachada do teatro, veem-se seis colunas jônicas (que pertenceram ao convento de S. Francisco), entre as quais se colocou temporariamente uma estátua do marquês, em 1882 – imagem 29). As estátuas, no topo, representam Gil Vicente, ao centro e figuras da Tragédia (Melpomene) e da Comédia (Tália). Ver: IPA, *Teatro nacional de D. Maria II / Teatro Nacional de Almeida Garrett* [em dezembro de 1910, logo após a proclamação da República, foi nomeado de tal modo – como homenagem a seu mentor. Em 1939, renomeia-se: Teatro Nacional D. Maria II].

Imagem 41



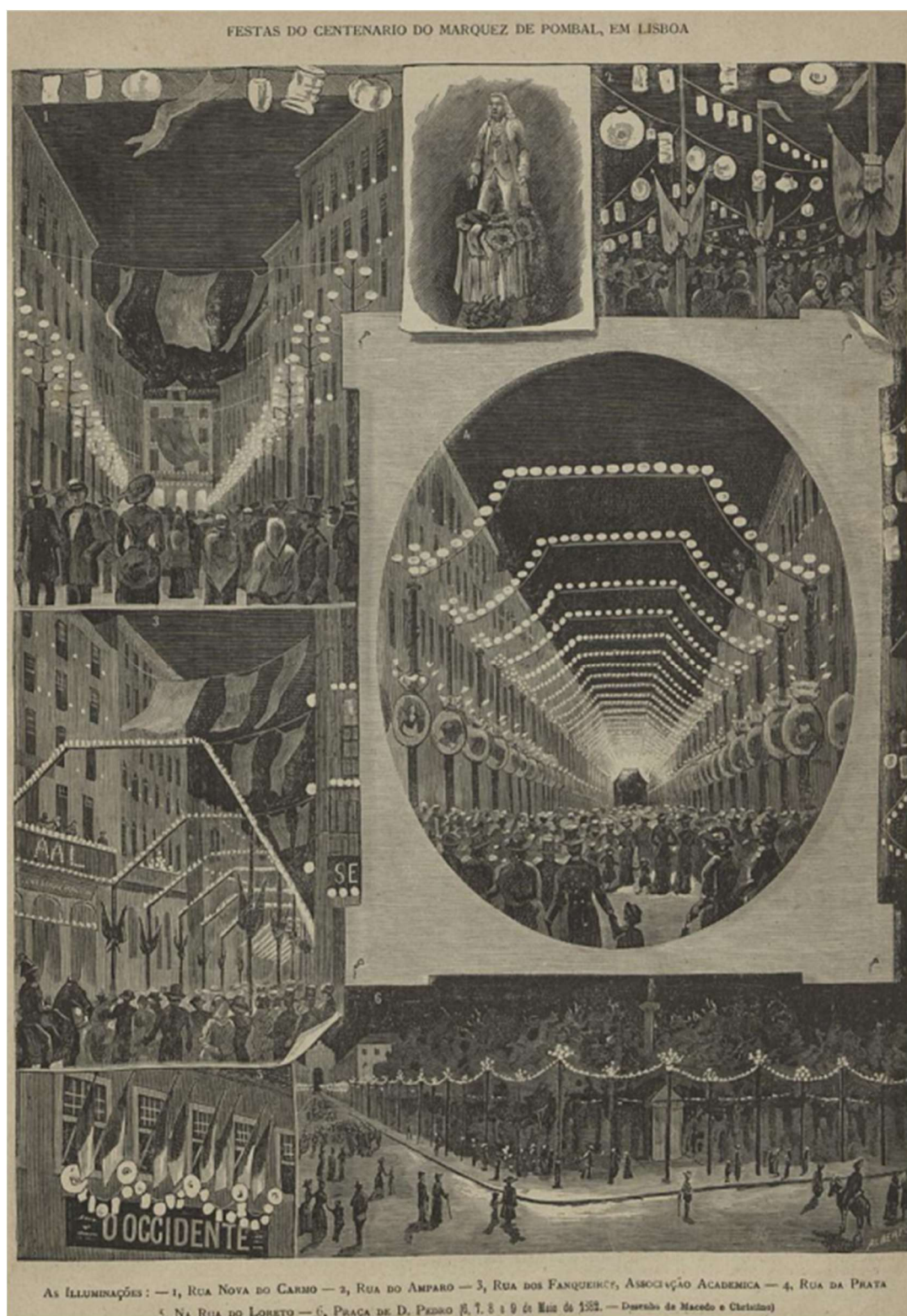
A faustíssima e memorável reunião dos ilustrísimos membros da Junta Provisional... Gravura (c. 1820). Museu de Lisboa, acervo online.

Disponível em: <http://acervo.museudelisboa.pt/multimediaNET/2019/07/web/113127.jpg> [acesso em 19/05/2020].

“Derrotados os franceses (1815), havia que expulsar os ingleses da regência do reino em Portugal. O comando em chefe do exército português estava entregue ao marechal William Carr Beresford (1768-1854) desde 1809, que se fez rodear por oficiais ingleses, o que constituiu um foco de descontentamento na população portuguesa, confrontada com a continuada permanência da família real no Brasil. A 24 de agosto de 1820, criou-se um movimento revolucionário no Porto denominado Sinédrio. A 15 de setembro, em Lisboa, constituiu-se o Supremo Conselho Regenerador de Portugal. Sintomaticamente, o grito de revolta foi dado no Rossio, pelo tenente Aurélio José de Moraes. Os dois movimentos, unidos sob a designação de Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, reuniram-se no Rossio a 1 de outubro e dirigiram-se para o Palácio da Regência, onde impuseram a convocação de cortes, que haveriam de resultar na Constituição de 1822. Esta gravura ilustra o momento de união dos dois movimentos no Rossio. Os revoltosos surgem na praça vindos da atual Rua do Amparo, passando pelo interior de um arco de triunfo efêmero, encimado por nicho com a efígie do rei D. João VI, à época ainda no Brasil. O cortejo dirige-se para o Palácio da Regência (que funcionava em instalações do Paço da Inquisição), sob a solenidade de uma parada militar e o regozijo da população lisboeta que, em primeiro plano, saúda os membros da Junta Provisional.” [informação fornecida pelo museu]

“Para além da sua função documental, assinalando um momento chave da história do liberalismo, o rigor da representação permite assinalar devidamente o palácio da extinta Inquisição, transformado em sede do governo, para onde se dirige o cortejo. No topo do edifício, rematando o frontão triangular, assinala-se a estátua da Fé, obra da autoria de Joaquim Machado de Castro. Esta peça, destruída no período, numa atitude ilustrativa do espírito de *iconoclastia seletiva* das movimentações em Lisboa nesses anos, que conservariam a não muito distante estátua real de D. José na praça do Comércio” (MONTEIRO, PEDREIRA & FARIA, 2013). A esse respeito, escreveu Ramalho Ortigão (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28/07/1877): “a representação nacional, tomando quase o caráter de uma convenção, [...] abolia a Inquisição e abria as portas aferrolhadas dos seus cárceres onde apodrecera, esmagada por tantos anos de tormentos, a inteligência portuguesa. Era a nossa demolição da Bastilha. O povo deitou fogo ao edifício e arrastou pelas ruas, despedaçada e coberta de lama, a estátua da Fé”.

Imagem 42



O Ocidente, Lisboa, 01/06/1882. Desenho de Macedo e Christino. Na ilustração, veem-se ruas da capital iluminadas e repletas, durante os festejos pombalinos. No alto, nota-se a estátua de gesso do marquês, que ficou temporariamente no intercolúnio do teatro de D. Maria II, e também a praça de D. Pedro IV.

Imagem 43



A procissão cívica desfilando na praça de D. Pedro (8 de maio de 1882). Desenho de A. Ramalho. O Ocidente, Lisboa, 01/06/1882.

Nota-se o longo cortejo, com o carro dos estudantes em destaque, e a praça repleta de assistentes e curiosos – que se apinham inclusive nos prédios em volta, como se costumava fazer. Dentre os assistentes, destacam-se as figuras femininas, em contraste com os participantes do préstito.

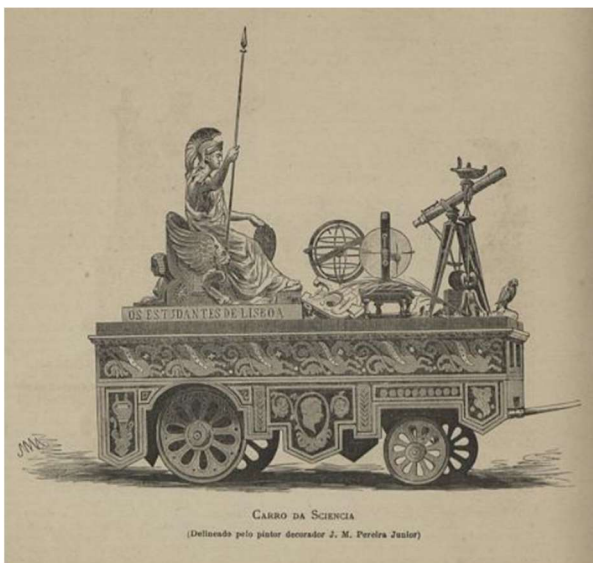
Imagem 44



Carro alegórico, alusivo ao Marquês de Pombal no centenário de Camões [sic]. Negativo de colódio e prata em vidro. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/NEG/000082.

A despeito do título atribuído pelo arquivo, trata-se do carro da ciência que desfilou no centenário do marquês de Pombal. No centenário camoniano, sequer houve um carro alusivo ao marquês. Ademais, a imagem corresponde a ilustrações e descrições de 1882. No brasão que a estátua de Minerva ostenta, lê-se a seguinte lista de nomes: “Linneu, P. Nunes, Newton, Archimedes, A. Comte, Hypocrates, Darwin, Laplace”. Na fotografia, veem-se ao fundo as arcadas da praça do Comércio, com as árvores que então havia, e o castelo, no alto (no período, anterior às alterações salazaristas que lhe conferem o aspecto de um *castelo legítimo*, parece um edifício como outro da época).

Imagem 45



“É muito elegante, de forma retangular, de uns seis metros de comprimento, com quatro rodas e revestido de altos relevos. À frente leva a figura bronzeada de um mocho, seguindo-se vários distintivos da ciência, como a esfera anular, telescópio, lira, máquina elétrica, ampulheta, uma caveira, um grande candelabro com lâmpada e vários apetrechos mecânicos. Ao fundo, em plano mais elevado, tem a estátua de Minerva, [...] sentada numa cadeira cujos braços terminam em duas cabeças de dragões. Atrás da estátua, fazendo costas à cadeira, há duas esfinges” (*Diário de Notícias*, Lisboa, 03/05/1882).

“O aspecto do carro da Ciência era dos mais elegantes e foi feito com verdadeiro conhecimento de causa, tanto na sua ornamentação, no estilo grego, como nos

atributos muito bem combinados” (*O Ocidente*, Lisboa, 21/06/1882 – descrição e ilustração).

Imagem 46



Construção do arco da rua Augusta [entre 1862 e 1873]. Dispositivo cormogéneo em acetato de celulose. Fotografia de Wenceslau Cifka. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ORI/000830.

Na imagem, nota-se o arco ainda em construção.

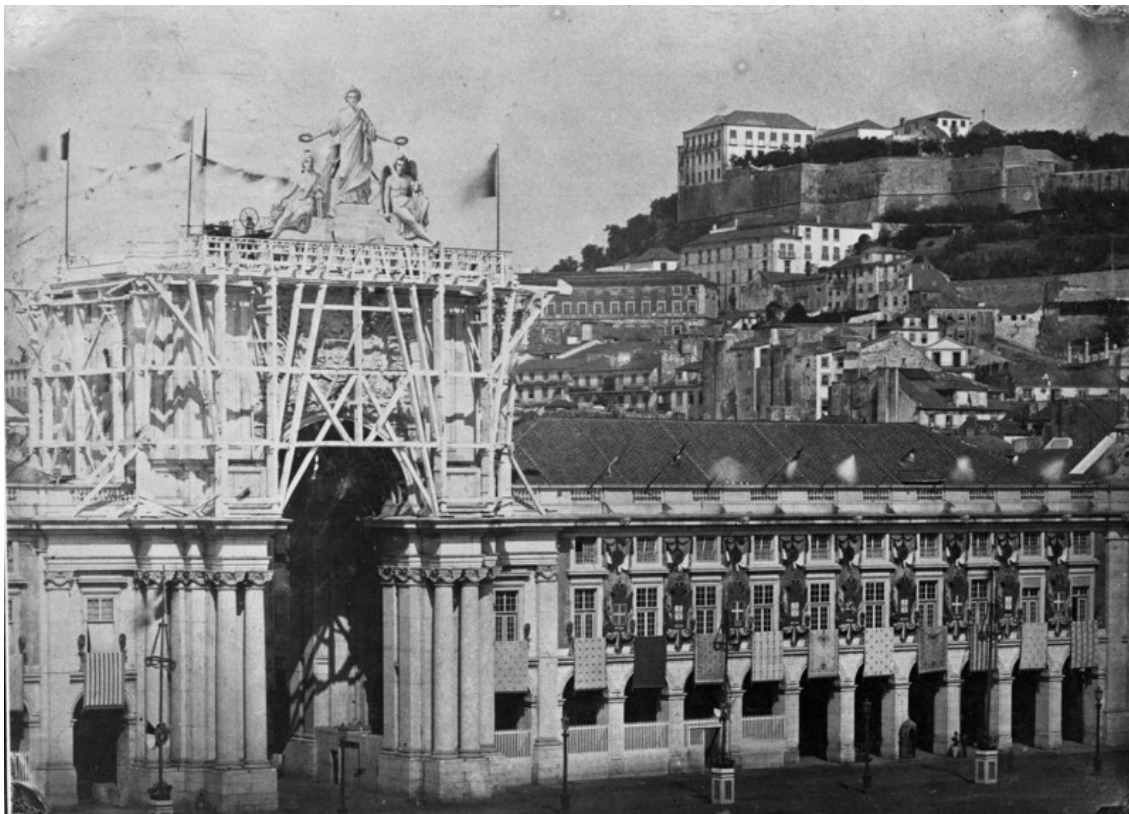
Imagem 47



Estátua de Dom José I, arco da rua Augusta em construção. [ant. 1873]. Negativo de colódio e prata em vidro. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SEX/000337.

Na imagem, nota-se que o arco já se encontra fechado, mas ainda em construção (veem-se instrumentos, no topo, ao lado direito da fotografia). Não se notam, ademais, nenhuma das suas nove estátuas. A datação, pelo arquivo, se refere ao fato de a conclusão da obra se ter dado em 1873. Mas apenas em 1875, já com as estátuas postas, inaugurou-se o monumento.

Imagem 48



Arco da rua Augusta ornamentado por ocasião do casamento de D. Luís I (1862). Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. Estúdio de Mário Novais. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MNV/001712.

O arco já se encontra em obras; quase fechado, mas com as madeiras vistas na imagem 46, e ainda sem as estátuas. Para a ocasião, constroem-se versões efêmeras das três maiores, no topo. Ao fundo, nota-se ainda mais claramente, o castelo de São Jorge anteriormente às alterações salazaristas (sem as ameias e servindo de fundação para edifícios burocrático-militares construídos sobre as ruínas deixadas após o terremoto. Ver, a respeito: ALMEIDA, 2012, p. 127-140).

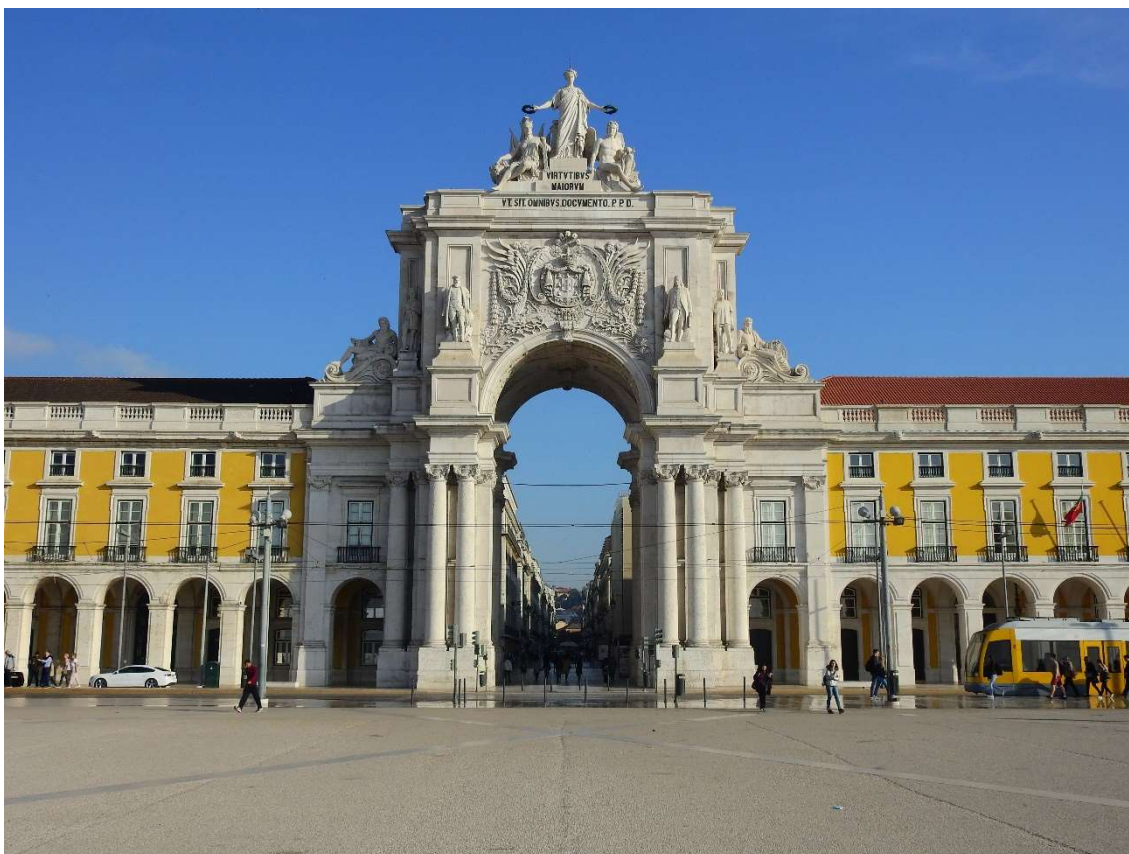


Imagem 49

*O Arco da rua Augusta (Nogueira da Silva e Alberto), *Panorama*, Lisboa, 1866, nº 26.*

Vê-se o desenho do arco com as nove estátuas.

Imagem 50



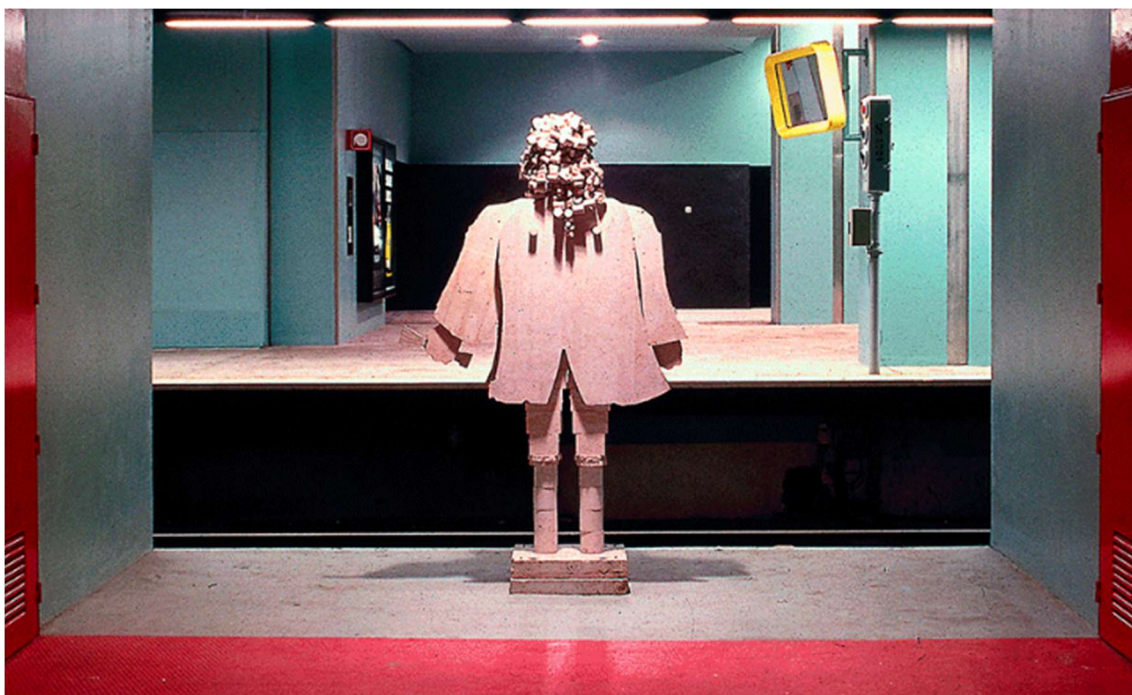
Arco triunfal da rua Augusta, 1875. Fotografia de Rehman Abubakr. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rua_Augusta_Arch_-_April_2019.jpg

Imagem 51



Detalhe do arco, com destaque para a estátua do marquês de Pombal – segurando os planos de Lisboa e representado sobre alegóricos escombros da capital.

Imagem 52



Estátua do marquês de Pombal na estação (azul) do metro. João Cutileiro, 1995. Disponível em: <https://www.metrolisboa.pt/viver/arte-nas-estacoes/marques-de-pombal-linha-azul/> [acesso em 05/02/2020].

Em publicação vinda a lume na altura da inauguração (*Expresso*, Lisboa, 25/08/1995), lê-se a interessante apreciação do monumento:

“João Cutileiro instalou na antiga estação da Rotunda três figuras escultóricas do marquês do Pombal que são uma só imagem emblemática, repetida com ligeiras variações de acaso, divertidíssima trindade a descobrir sucessivamente no interior dos quatro vãos existentes entre as plataformas, diante de quem espera o metro ou nele circula. O marquês é um vulto recortado, que se vê de ambos os lados da gare igualmente de costas, destacando-se da figura quase plana o volume da larga cabeleira feita de fiadas de cilindros de pedra. Com a aparência de um corpo articulado ou boneco de montar, que é acentuada por duas peças de encaixe nas costas da casaca, ergue-se sobre pernas-colunas e agarra com firmeza numa das mãos um rolo de papel. Nos subterrâneos da praça consagrada ao marquês, é o exacto oposto do excesso retórico do monumento que a República lhe quis erguer, e que já seria inaugurado ao tempo de Salazar, quando outro gosto estatutário se começava a impor, mais modernizado e com outros programas ideológicos (o concurso para a obra data de 1914 e a conclusão tardou até 1934). Sem o leão da estátua de Francisco Santos, ‘símbolo do poderio e da força’, o marquês de Cutileiro não conserva a pose majestática nem outros atributos de poder da iconografia tradicional — basta-lhe a cabeleira imponente e o decreto na mão fechada. Descido do pedestal, numa imobilidade suspensa, mas enérgica, parece disposto a aceitar o novo transporte para visitar as obras da sua reconstrução de Lisboa. Peça de humor e inteligência que se entenderá na sequência de outras figurações históricas de Cutileiro, é um antimonumento contemporâneo, desconstrutor de mitos e de formulários escultóricos, que cumpre a evocação do passado com o conveniente distanciamento irónico perante as representações do poder [...]. Sem a ambição, ou o compromisso, do retrato histórico, que seriam absurdos naquele local, num contexto que é a da intervenção decorativa num espaço subterrâneo, o Marquês de Cutileiro parece ter-se apeado do comboio da história, fantasma despojado de literatura, indiferente às projecções contraditórias que a sua memória tem revestido”.

Imagem 53



Detalhe do monumento ao marquês de Pombal, 1934. Fotografia de Harvey Barrison. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marqu%C3%AAs_de_Pombal.png [acesso em 05/02/2020].

Imagem 54



A estátua do marquês, na Rotunda. Fotografia de Alvesgaspar, 2013. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lisboa_June_2013-1.jpg [acesso em 05/02/2020].

Imagem 55



Revolução de 5 de Outubro de 1910
Rotunda da Avenida—Barricada e a heroína Amelia Santos

Forças republicanas na Rotunda, 1910. Coleção Fundação Mário Soares / António Pedro Vicente.
Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_149462 [acesso em 14/05/2020].

“Bilhete postal com imagem fotomecânica, documentando a posição do contingente republicano na Rotunda da Avenida (actual Praça Marquês de Pombal, Lisboa). Na imagem figura um grupo de civis armados, protegidos pela barricada - entre os quais se destaca Amélia Santos, posando com um revólver. 5 de Outubro de 1910. (13,7x9,6 cm)”.

Imagem 56



Forças republicanas na Rotunda, 1910. Coleção Fundação Mário Soares / António Pedro Vicente.
Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_149221 [acesso em 14/05/2020].

“Bilhete postal com imagem fotomecânica, documentando a posição do contingente republicano na Rotunda da Avenida (actual Praça Marquês de Pombal, Lisboa). Na imagem figura uma das peças de artilharia utilizadas, rodeada por populares e militares dos regimentos de Artilharia 1 e Infantaria 16. 5 de Outubro de 1910. (13,7x9,6 cm)”.

Imagem 57



Forças republicanas na Rotunda, 1910. Coleção Fundação Mário Soares / António Pedro Vicente.
Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_149440 [acesso em 14/05/2020].

“Bilhete postal com imagem fotomecânica, documentando a posição do contingente republicano na Rotunda da Avenida (actual Praça Marquês de Pombal, Lisboa). Na imagem figura a barricada erguida pelos revoltosos com os objectos disponíveis à ocasião: carreta, bancos de jardim, chapas de zinco, ramos de árvores; atrás da barricada, populares e militares dos regimentos de Artilharia 1 e Infantaria 16 em posição de disparo. 5 de Outubro de 1910. (13,7x9,6 cm)”.

Imagem 58



Forças republicanas na Rotunda, 1910. Coleção Fundação Mário Soares / Alberto Pedroso. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09767.043> [acesso em 14/05/2020].

“Bilhete postal enviando felicitações por despacho. O bilhete postal reproduz uma fotografia dos revoltosos no acampamento da Rotunda em 5 de Outubro de 1910”.

Imagem 59



Monumento ao Marquês de Pombal, lançamento da primeira pedra, 12/08/1917. Negativo de gelatina em vidro. Foto de Joshua Benoliel. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000637.

Vê-se, no topo do espaço que viria a ser o parque Eduardo VII, o prédio oitocentista da Penitenciária. Nota-se, ainda, que a região, pouco urbanizada, aparece bastante vazia, no início do período republicano.

“Às 11 horas, na vasta praça que tem o nome do notável estadista, encontrava-se já muita gente. Ao centro, no local onde o monumento vi ser erigido, viam-se muitos mastros embandeirados e com galhardetes e ao cimo, junto ao Parque, um palanque coberto por um toldo verde-vermelho, tendo ao centro um estrado revestido por um tapete, sobre que assentava uma mesa de pau santo. Aos lados, viam-se os porteiros da Câmara Municipal rigorosamente fartados, fazendo a guarda de honra. O sol caía a pinto, inundando a praça, cheia de gente. Muitas pessoas procuravam abrigo debaixo das árvores que a circundam. As organizações, porém, formavam de um lado e do doutro do palanque, vendo-se ali os alunos das escolas, dos asilos, da Casa Pia, dos Pupilos do Exército grupos de escoteiros, Federação do Livre-Pensamento, Associação do Registro Civil etc. algumas das agremiações ostentavam as suas bandeiras e estandartes. À entrada da praça, estava postada uma força de infantaria da guarda republicana, ostentando o fardamento de gala. Ao seu lado, estavam também alguns cavaleiros da mesma guarda e à frente a banda. Mais para cima, formava a divisão auxiliar dos bombeiros voluntários das três sessões comandadas pelo sr. Alfredo Pereira da Rocha e o corpo de bombeiros municipais comandados pelo chefe Carvalho” (*Diário de Notícias*, 13/08/1917).

Imagem 60



Presidente da República, Bernardino Machado e entidades oficiais [o seu lado, o presidente da Câmara] inauguram os trabalhos do monumento ao Marquês de Pombal, 12/08/1917. Negativo de gelatina em vidro. Foto de Joshua Benoliel. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000832.

Imagem 61



Monumento ao Marquês de Pombal, lançamento da primeira pedra, 12/08/1917. Negativo de gelatina em vidro. Foto de Joshua Benoliel. Arquivo Municipal de Lisboa.
PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000635.

Imagem 62



Maqueta do monumento ao marquês de Pombal, 2º prémio (projeto Marques da Silva e Alves de Sousa), 1914. Negativo de gelatina em vidro. Foto de Joshua Benoliel. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000557.

A figura feminina no topo representa a Pátria (ou a República). O marquês aparece à frente do conjunto, também em destaque, mas localizado em posição inferior e em tamanho bastante menor.

Imagem 63



Maqueta do monumento ao marquês de Pombal, 1º prémio (projeto de Francisco do Santos com colaboração de Adães Bermudes e António Couto), 1914. Negativo de gelatina em vidro. Foto de Joshua Benoliel. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/002825.

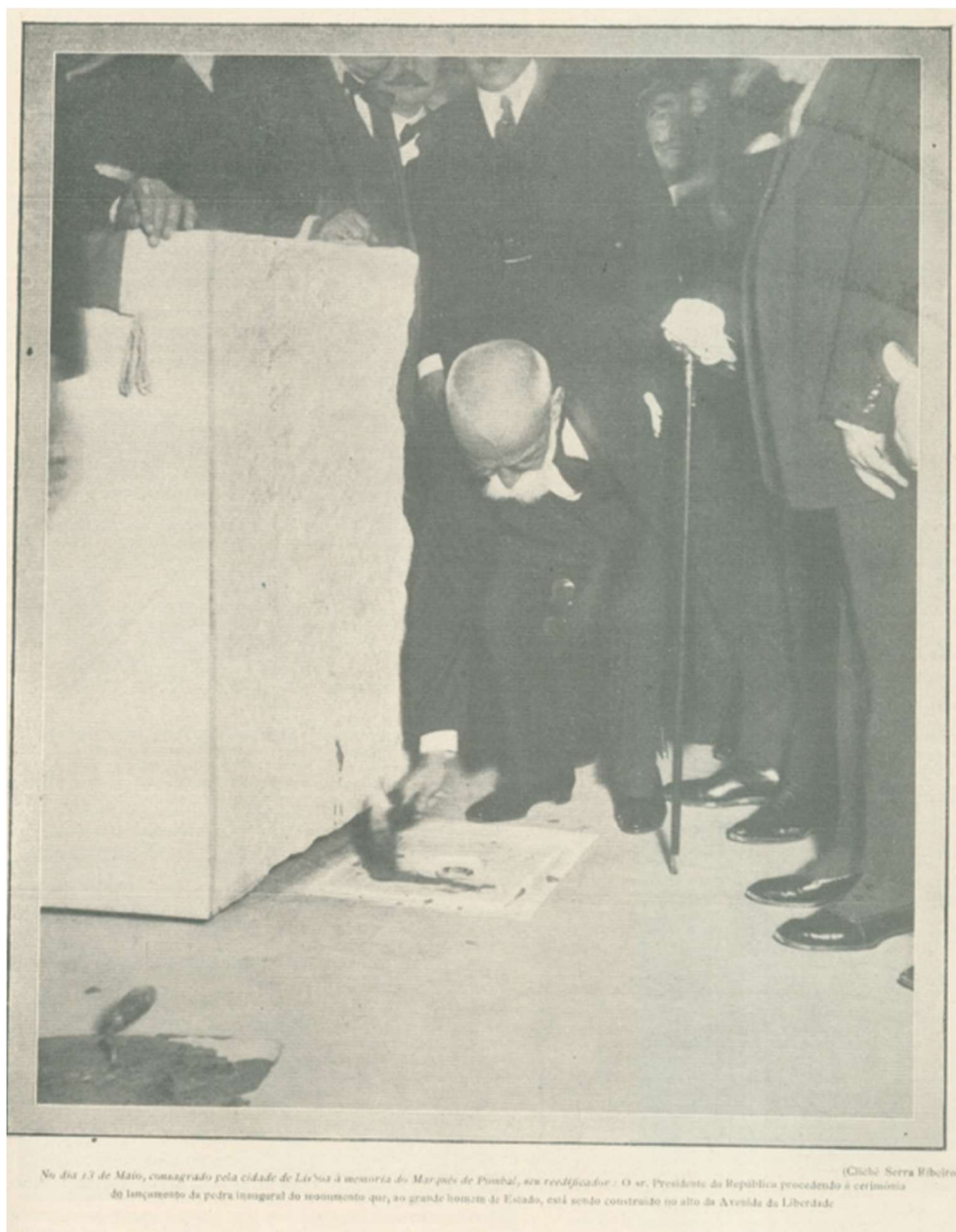
O marquês, acompanhado de um leão que representa a pátria, ocupa o lugar de destaque, no topo do pedestal – circundado por alegorias de suas reformas, tendo à frente uma alegoria feminina, também em claro destaque, mas em escala menor, em relação a Pombal. No monumento construído 20 anos mais tarde, as figuras apresentam pose e elementos um pouco diferentes, respeitando, contudo, o desenho geral, com sua ênfase. A efigie feminina, por exemplo, que no projeto aprovado no concurso se pode imaginar mais próxima a uma imagem da República (a pose, as vestes, o facho), é substituída por outra, que os autores apresentam como evocação da Lisboa reconstruída.

Nas descrições de seus autores, a maquete mostra “ereto, no seu pedestal de glória [...], o marquês de Pombal, [que] procura sacudir do vil letargo secular a alma generosa e forte da nação, simbolizada por um leão que se levanta rugindo, e esmaga reação teocrática e a reação feudal que a traziam subjugada. [...]

Ele traça a dinâmica da nação decadente, desnorteada e exausta a nova rota da sua natural evolução histórica: ‘o Trabalho’ que devia resgatar-nos da escravidão económica e valorizar o nosso vasto império; e o ‘Estado’ a que devia redimir a mentalidade da nação dos preconceitos, fanatismos e ignominiosa ignorância que a sequestravam à civilização. [...] Iniciamos a representação da obra colossal que é o seu verdadeiro monumento, evocando a reconstrução da cidade de Lisboa [...]. Rematamos a exibição dessa obra, pela representação da Universidade de Coimbra que o grande estadista transformou e modernizou inteiramente, arrancando-a à tenebrosa influência jesuítica e colocando-a sob os auspícios da verdadeira ciência. Entre essas alegorias, numerosas figuras em pleno relevo, interpretam o mais belo ciclo da atividade nacional, o extraordinário desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, em plena glorificação do ‘Trabalho’: o ideal novo e fecundo que vem substituir entre nós o antigo ideal religioso e aventureiro. Assim, assistimos, de um lado às pacíficas cenas de doce faina agrícola, do outro, à tumultuosa atividade da indústria e do tráfego comercial. À frente, a nave que sai do cais de Lisboa, levando na proa o escudo das quinas, simboliza a nacionalização do comércio marítimo e a reconstituição da nossa marinha de guerra e os troféus militares que encimam as bases do fuste simbolizam a reorganização do nosso exército. É sob proteção desses atributos da defesa nacional que se desenvolvem livres e seguras as forças vitais da nação. Por fim o templo da ciência, onde se preparam as futuras classes dirigentes que estudam as bases científicas e progressivas que valorizam o trabalho prodigiosamente. Embora o vulto gigantesco do eminente político ofusque todo o passado histórico em que se desenvolveu a sua dominadora personalidade, pareceu-nos injusto esquecer os seus principais colaboradores. [...] A figura do marquês, tal como nos é transmitida pelos retratos e descrições do tempo, era duma serenidade cortês e impassível mesmo nos grandes lances. Isso basta para dar nota da sua força moral, mas tira-lhe toda a expressão comunicativa. Para reforçar essa expressão preferimos recorrer às imagens alegóricas, a representá-lo em atitudes dramáticas contra toda a verdade histórica. Contudo, procuramos não abusar dos símbolos e deixamos predominar no monumento uma larga nota moderna de realismo e humanidade” (*Memória descritiva* apresentada pelos autores do projeto “*Gloria Progressus... Delenda Reactio*”, 1914. Cf. Rodrigues, 1947, p. 264-272).

Em entrevista publicada vinte anos mais tarde, lê-se: “o que dizem os autores do monumento? Um deles, Francisco Santos, genial estatuário, já não pode falar. Morreu a meio da execução da obra, que foi completada por Leopoldo de Almeida. Mas os seus dois arquitetos, Adães Bermudes e Antonio Couto, felizmente vivos, vão dizer da sua justiça. [...] A entrevista teve uma imponente e silenciosa testemunha: o monumento. Os dois artistas julgaram a sua obra – e, o que é natural, absolveram-na. [...] [Adães Bermudes]: Em um monumento, só existem duas escalas. A escala de proporções e a escala que podemos chamar humana, quando a obra envolve figuras humanas. A primeira é absolutamente do sentimento do artista. É a arte que regula as dimensões das diferentes partes de um monumento, assegurando-se assim a beleza do conjunto. [...] Nesse monumento, [...] foi-se para escala decorativa das proporções que estabelece entre as diversas dimensões das partes uma relação numérica simples. Assim as figuras laterais, que ornaram o pedestal da estátua, têm uma proporção; Lisboa, que é um símbolo, outra; e o marquês, protagonista da obra, outra – a maior, que domina. Netuno e Plutão, o mar e o fogo, na sua encarnação de deuses extra-humanos, outra ainda. Não esquecer que são forças da natureza. [...] Tem apenas um estilo único desde a mais pequena moldura até o corpo de maiores dimensões. O monumento enquadra-se perfeitamente dentro do estilo clássico do século XVIII, que é o pombalino. [Antonio Couto]: Embora aqui e ali se notem sugestões de fórmulas modernas, elas estão integradas dentro do pombalino. Não destoam, não chocam. E compreende-se: o monumento vem desde 1906, não por culpa nossa. [Adães Bermudes]: Tratamos a arquitetura dentro do século XVIII para assim criar ambiente à personagem principal. O monumento resume e glorifica a vida do marquês. Dispensamo-nos de a pormenorizar nos símbolos que a evocam. [...] [O marquês] foi propositadamente engrandecido, porque a sua figura foi, na história, excepcional. Sozinha, ficaria *magra* nessa grande massa. Juntou-se-lhe o discutido leão que, como se diz na memória do monumento, é a “alma generosa e forte da nação que se levanta, rugindo e esmagando a reação teocrática e a reação feudal que o trazia subjugado!” [...] O fim do estilo que escolhemos foi o de criar ambiente apropriado à figura que se pretendeu personificar, adotamos a arquitetura da época em que ele viveu. Presentemente, faria a mesma coisa!” (*Diário de Lisboa*, Lisboa, 02/03/1934).

Imagem 64



Ilustração, Lisboa, 16/05/1926.

Legenda: “No dia 13 de maio, consagrado pela cidade de Lisboa à memória do marquês de Pombal, seu reedificador, o sr. Presidente da República procedendo à cerimônia do lançamento da pedra inaugural do monumento que, ao grande homem de Estado, está sendo construído no alto da avenida da Liberdade”.

Imagem 65



Fundações do monumento ao marquês de Pombal. Estúdio Mário Novais, 1925 [?]. Fundação Calouste Gulbenkian, cota: CFT0003.56096-56099.

Imagem 66



Fotografia aérea sobre a praça do marquês de Pombal, são visíveis as fundações para o monumento. Negativo de gelatina em vidro. Foto de J. P. C. Pinheiro [anterior a 1934]. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PIC/000008.

Já se nota maior urbanização da região no entorno da Rotunda e nas ruas que nela se cruzam, com prédios e arruamentos construídos e em construção.

Imagem 67



Fotografia aérea da avenida da Liberdade e arredores, Marquês de Pombal e local do futuro Parque Eduardo VII. Prova em papel de revelação baritado [entre 1930 e 1932]. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/MBM/000015.

Além do desenvolvimento da região, é possível ver o lago que, anteriormente às reformas empreendidas em meados do século XX, havia no parque Eduardo VII. Ao fundo, no canto superior esquerdo, vê-se o aqueduto das Águas Livres, construído no século XVIII.

Imagem 68



Fotografia aérea sobre a praça do Marquês de Pombal, monumento em construção. Negativo de gelatina em vidro. Foto de J. P. C. Pinheiro [anterior a 1934]. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PIC/000005.

Vê-se o pedestal, ao centro – e nota-se que, além de a estátua não estar posta (o que ocorre em 1933), as figuras alegóricas laterais ainda estão em construção. Vê-se, ademais, os barracões de apoio às obras, em que se destaca um maior, ao centro – em que, na fotografia a seguir (imagem 69), pode-se ver a estátua antes de seu posicionamento final.

Imagem 69



Reproduzida sem referência segura (por ora, não foi possível encontrar a origem primeira do registro) na internet, a fotografia é das mais interessantes, permitindo que se vislumbre a real dimensão do gigantismo da estátua, ainda no barracão visto na fotografia anterior (imagem 68), antes de ser posicionada no pedestal. Disponível em: <https://www.pinterest.ch/pin/526780487654406830/> [acesso em 05/02/2020].

Imagem 70



Monumento ao marquês de Pombal em construção. Negativo de gelatina e prata em vidro. Foto de Ferreira da Cunha [c. 1934]. Arquivo Municipal de Lisboa.
PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FEC/000138.

Já se pode ver, por entre as estruturas de madeira, a estátua posicionada no topo do pedestal. Vê-se, também, parte das figuras alegóricas laterais.

Imagem 71



Monumento ao marquês de Pombal, limpeza da estátua, Negativo de gelatina e prata em vidro. Ferreira da Cunha [s/d]. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FEC/000136.

Supõe-se, pelo título, que se trate de uma das últimas etapas do processo. A estátua já está posicionada no topo, e um trabalhador a limpa, antes da retirada da estrutura de madeira.

Imagem 72



Fotografia aérea da praça do Marquês de Pombal: monumento em construção. Negativo de gelatina em vidro. Foto de J. P. C. Pinheiro [c.1934]. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PIC/000006.

A estrutura de madeira já foi retirada, a estátua já está no topo, mas a construção de apoio ainda está no canteiro de obras – e ainda se finalizam os quatro grandes postes e lustres que circundam o monumento.

Imagem 73



Inauguração do monumento ao marquês de Pombal. Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. Filmarte, 13/05/1934. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FIL/000071.

No dia da inauguração, vê-se, de acordo com os relatos coetâneos, que a Rotunda e as ruas no entorno do monumento estão apinhadas de gente.

Imagem 74



Inauguração do monumento ao marquês de Pombal. Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. Filmarte, 13/05/1934. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FIL/000072.

Vê-se a mesa onde a comissão e seus convidados oficiais se posicionaram durante a cerimônia. Veem-se, ademais, jornalistas tomando notas. Trechos dos discursos então proferidos podem ser lidos em: RODRIGUES, 1947, p. 280-292.

ANO 14.º

LISBOA—DOMINGO, 13 DE MAIO DE 1934

N.º 4126

Diário de Lisboa

Numero avulso: 30 CENTAVOS
Administrador e editor:
MANZONI DE SEQUEIRA
ADMINISTRAÇÃO—Rua da Rosa, 27, 2.º
Endereço Telegráfico: DIBOA

DIRECTOR
JOAQUIM MANSO

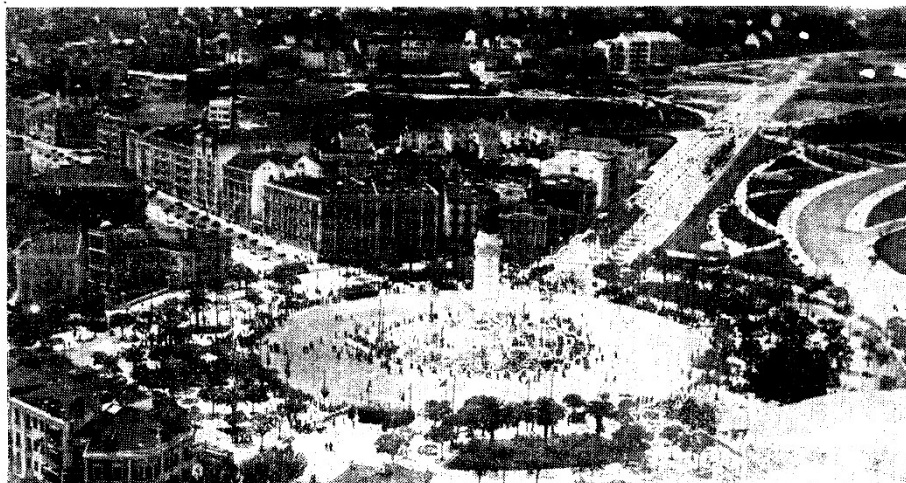
Propriedade da RENASCENÇA GRAFICA
Redacção, composição e impressão:
RUA LUZ SORIANO, 48
TELEFONES—2 0271, 2 0272 e 2 0273
Endereço telegráfico: DIBOA

ESTE NUMERO FOI VISADO PELA COMISSAO DE CENSURA

**Inaugurou-se esta tarde
o monumento ao Marquês de Pombal**



Um aspecto geral da inauguração do monumento, que dá bem a ideia da imponência de que se revestiu a cerimónia



Aspecto do monumento e da Rotunda, tirado hoje de avião, antes da cerimonia, pelo tenente-aviador Humberto Pais



Revista Ilustrada, Rio de Janeiro, 14/05/1882.

- “1. No céu tem havido grande banzé entre os santos por causa dos centenários. Eles queixam-se que os mortais não se importam mais com eles; já não há festas religiosas, há só festas civis. Houve discursos feitos pelos trovões lá do céu.
2. A questão foi levada [por S. Pedro] ao Padre Eterno. Este respondeu que o não amolem; o mundo anda e tudo tem sua época. Vá se queixar ao papa.
3. Leão XIII respondeu [a S. Pedro] que já não podia com o século XIX, que este tem 82 anos, que já deveria ter juízo e que afinal não pode com ele.
4. Homem, cá entre nós, disse S. Pedro [ao papa], o que me parece é que a nossa religião está numa furiosa degringolade”.

Imagem 78



Detalhe em ilustração de Rafael Bordalo Pinheiro para *O António Maria* (Lisboa, 11/05/1882).

Imagem 79



Suplemento d'*A Folha Nova* (Porto, 08/05/1882). Trata-se do texto da lei de expulsão dos jesuítas, distribuído durante o cortejo cívico no Porto.

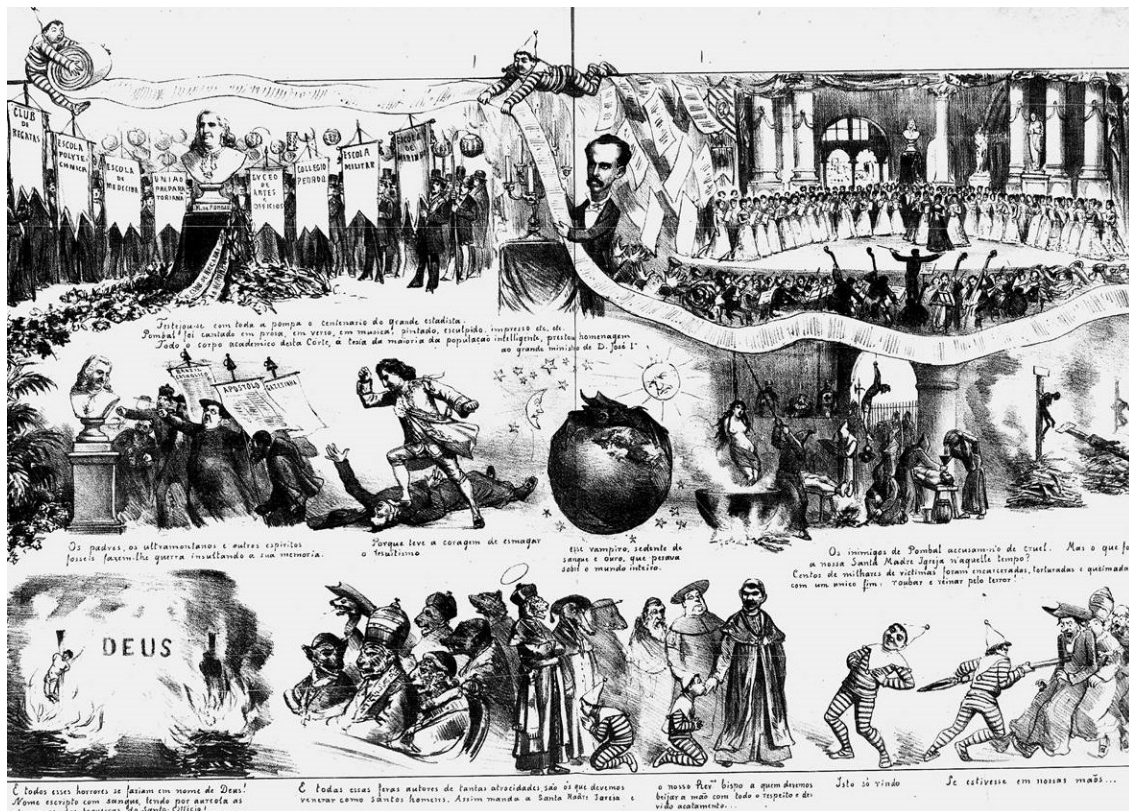
Imagem 80



A procissão cívica desfilando na rua de Santo António, Porto. Sete de maio de 1882. (litografia de Alberto, segundo desenho de Isaías Newton). *O Ocidente*, Lisboa, 01/06/1882.

“Se os elementos atmosféricos se rebelaram desapiedadamente contra a solenidade, não puderam contudo as suas iras obstar a que ela se exhibisse com todos os esplendores de uma festa entusiástica e memorável. [...] Todas as ruas estavam ornamentadas e das janelas pendiam colchas de seda, cujos matizes, casando-se com o colorido variegado dos vestuários das senhoras, que enchiam as varandas e os peitoris, davam um tom de expansiva alegria ao aspecto já de si festivo da população. [...] Os carros eram elegantes e vistosos [...]. A multidão que estacionava nas ruas era enorme, e a cada passo soltavam-se das janelas nuvens de flores, enquanto dos espectadores saíam incessantes saudações às Academias do Porto e de Coimbra, à Imprensa e à Liberdade, etc. Pela sua parte os estudantes aclamavam as damas e as outras corporações correspondiam com provas de expansivo agradecimento às manifestações de simpatia que lhes eram tributadas”.

Imagem 81



Revista Ilustrada, Rio de Janeiro, 14/05/1882.

1. “Festejou-se com toda a pompa o centenário do grande estadista. Pombal foi cantado em prosa, em verso, e música! Pintado, esculpido, impresso etc. etc. Todo o corpo acadêmico desta corte, à testa da maioria da população inteligente, prestou homenagem ao grande ministro de D. José”. Vê-se um busto do marquês, rodeado de ramos de flores. Veem-se, em torno da sorridente efigie, uma série de sujeitos, com estandartes e luminárias, em que se identificam: Clube de Regatas, Escola Politécnica, Escola de Medicina, União Preparatoriana, Liceu de Artes e Ofícios, Colégio Pedro II, Escola Militar, Escola de Marinha.
2. No canto, em primeiro plano, vê-se Rui Barbosa, segurando os papéis em que escreveu seu longo discurso, que atravessam todos os quadros. No palco do teatro de Pedro II, vê-se o grade coral e a orquestra, com o busto do marquês ao centro.
3. “Os padres, os ultramontanos e outros espíritos fósseis fazem-lhe guerra, insultando a sua memória”. Vê-se o marquês, em efigie, que olha de soslaio aqueles que, portando estandartes de jornais que criticaram sua figura e sua homenagem (os religiosos *Brasil Católico* e *O Apóstolo*, mas também a *Gazetinha*), vão até seu busto, em protesto.
- 4-5 “Porque teve a coragem de esmagar o jesuitismo, esse vampiro sedento de sangue e ouro, que pesava sobre o mundo inteiro”.
6. “Os inimigos de Pombal acusam-no de cruel. Mas o que foi a nossa Santa Madre Igreja naquele tempo? Centos de milhares de vítimas foram encarceradas, torturadas e queimadas com um único fim: roubar e reinar pelo terror!”
7. “E todos esses horrores se faziam em nome de Deus! Nome escrito com sangue, tendo por auréola as chamas das fogueiras do Santo Ofício”.
- 8-10. “E todas essas feras, autores de tantas atrocidades, são os que devemos venerar como santos homens. Assim manda a Santa Madre Igreja e o nosso Reverendíssimo Bispo, a quem devemos beijar a mão com todo o respeito e devido acatamento. Isso só rindo”.
11. “Se estivesse em nossas mãos...”

Imagem 82



Revista Ilustrada, Rio de Janeiro, 14/05/1882.

“1. S. M., que costuma ir a toda parte, quis distinguir o Clube de Regatas, autorizando-o a pôr a chapa acintosa nos seus anúncios ... É uma distinção que nem todos têm tido e que muito deve lisonjear os meninos do Clube [na imagem, lê-se: O centenário do marquês de Pombal. Programa das festas que terão lugar sem a augusta presença SS MM II. Teatro de Pedro II. Ao lado: Circo de Cavalinhos... com a augusta presença.. Escola da Glória, conferência sr. Tulano dos Anzóis Carapuça descobridor do mel de pau... com a augusta presença...].

2. S. M. preferiu assistir às novenas em Petrópolis. É provável que algumas augustas mãos varram novamente a igreja.

3. Houve grande festa no jardim do Campo [da Anunciação] em benefício do Liceu de Artes e Ofícios. Porém, as portas abriram-se gratuitamente à onda popular, por ordem do ministro da Agricultura [contrariando a proposta de cobrar pela entrada, para angariar fundos]. [na imagem, vê-se o busto do marquês, ao centro da praça].

4. S. Exa. [o ministro] entendeu à última hora dever salvar os sagrados direitos que têm meia dúzia de vagabundos de espreguiçarem-se naquele logradouro público.

5. Logrado ficou o diretor do Liceu, quando no dia seguinte à festa, encontrou em lugar de um benefício, um verdadeiro malefício [referência ao fato de se ter investido na festa, e não se ter obtido recursos, ao fim das contas].

6-11 [comenta casos anteriores de cobranças – ausentes deste recorte]

11. E já que essa maldita raça ainda tem força para obrigar um ministro a fazer figura triste, pedimos a Deus que nos mande um marquês de Pombal para salvar este desgraçado país”.

Imagem 83

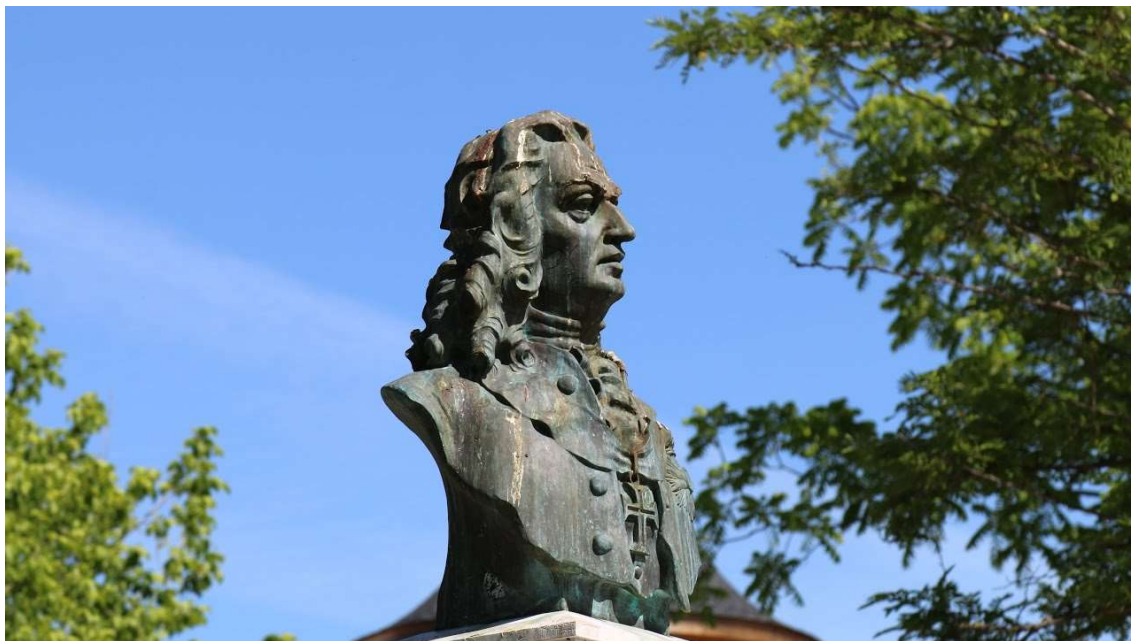


HOMENAGEM A POMBAL
O eminente regenerador do Portugal jesuítico, por meio da força, da coroa, do terremoto, da fogueira, dos cavallos e de outros instrumentos de progresso...

O Binóculo, Rio de Janeiro, 06/05/1882.

O desenho é assinado por Rapp, pseudônimo de Raul Pompeia.

Imagem 84



Busto do marquês de Pombal no município de Pombal, 1907. Disponível em: <https://www.cm-pombal.pt/> [acesso em 10/11/2019].

Imagem 85



Encenação [2017] da inauguração do monumento a Pombal [1907] em Pombal. *Site POMBAL*, Município. “Município disponibiliza ao público registo de honra dos protetores do monumento do marquês de Pombal” [09/05/2017]. Disponível em: <https://www.cm-pombal.pt/> [acesso em 10/11/2019].

Imagem 86



Disponível em: <https://www.facebook.com/municipiopombal/> [foto de 09/06/2017].

Imagem 87



Disponível em:
<https://www.facebook.com/municipiopombal/> [post de 30/04/2019].

Imagem 87



Mural próximo à entrada do castelo de Pombal, em Pombal.

Foto tirada pelo autor em 29/04/2018.

Imagem 88



Logo do pelouro do desporto, Município de Pombal.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/municipiodepombaldesporto/>
[acesso em 05/02/2020].

Imagem 89



Marquês de Pombal, João Cutileiro, Vila Real de Santo António, 2009.

Disponível em: <https://vilarealdesantoantonio.files.wordpress.com/2010/03/dsc08405.jpg>
[acesso em 19/09/2020].

“Para onde olha o marquês? A imponente obra de seis metros teve o cunho do artista João Cutileiro e foi encomendada pela autarquia local para celebrar o 235º aniversário da fundação da Vila Real. Mas qual o motivo de tanta estranheza? Vários! Começando pela ausência de rosto do marquês – substituída por uma farta cabeleira em redor de toda a cabeça –, e terminando na falta de um dos braços, tudo são aperitivos de provocação; quanto baste para pôr os visitantes a discutirem a arte e a própria vida do então primeiro-ministro do rei D. José. Mas, para tirar teimas, nada melhor que perguntar ao artista as motivações levadas em conta na concretização da obra... que, afinal, são tão simples como evidentes. ‘Se tivesse feito o rosto do marquês sem cabeleira, era capaz de o reconhecer? Se calhar não. Assim, reconhece-o, porque ela é a sua imagem de marca e não vale a pena inventar um rosto e ir aos retratos da época, que são todos diferentes. Se vir na rua um daqueles retratos, não o identifica e isso não vale à pena [...]. [Quanto à ausência de um dos braços,] por brincadeira, dou várias explicações. Uma delas é a de que o marquês tem coisas horrendas na sua actuação como primeiro-ministro e outras fabulosas, como a genial decisão de mandar construir Vila Real. Então não pus o braço; pus um remo. É só uma graça’. [...] Inicialmente planeada para ornamentar uma rotunda à entrada da cidade; depois prevista para a própria praça Marquês de Pombal, a verdade é que a obra de arte acabou situada frente ao rio Guadiana e de costas para cidade... ou de costas para Espanha e de olhar atento na cidade... É tudo uma questão de pontos de vista” (Barlavento online, 23/05/2009. <https://www.barlavento.pt/arquivo/para-onde-olha-o-marques-com-fotos-e-video> [acesso em 18/09/2020]).

ANEXO III: Notas biográficas (autores/políticos)

ABREU. Paulo Cancela Abreu (1885-1974). Advogado e monárquico assumido, foi deputado entre 1922 e 1925 (I República, 1910-1926) e depois entre 1945 e 1969 (Estado Novo, 1926-1974) – quando apoiou Salazar, “grande português, enviado por Deus para salvar a glória da pátria”.

AGOSTINI. Ângelo Agostini (1843-1910). Ilustrador nascido na Itália, costuma ser apontado como um dos *pais da caricatura* no Brasil, onde desenvolve sua carreira, entre o Rio de Janeiro e São Paulo, colaborando em diversos periódicos com seus desenhos de crítica social e política – envolvendo-se em campanhas pela República e pela abolição. Seu projeto mais conhecido é a *Revista Ilustrada*, de que é proprietário.

AGUIAR. Joaquim António de Aguiar (1792-1884). Político, importante líder *cartista*, junta-se depois aos *regeneradores*. Ocupou por três vezes a cadeira de presidente do Conselho de Ministros. Referido neste trabalho sobretudo por sua ação enquanto ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça durante a regência de D. Pedro, quando redige o decreto de 30 de maio de 1834 (constantemente recuperado em subseqüentes embates de teor anticlerical e anticongreganista) extinguindo conventos, mosteiros, hospícios e quaisquer casas das ordens religiosas regulares, secularizando e nacionalizando seus bens (incorporados na Fazenda Nacional) – por conta de que recebe o cognome de *mata-frades*.

ALMEIDA. António José de Almeida (1866-1929). Médico e político, um dos dirigentes e oradores de destaque no partido e nos comícios republicanos, sendo eleito deputado em 1907, ano em que se filiou à maçonaria. Já na República, veio a ser o sexto presidente do país (1919-1923), além de deputado e ministro. Esteve à frente do executivo no período em que se deu o traslado dos restos do marquês para a igreja da Memória.

ARANHA. Pedro Wenceslau de Brito Aranha (1833-1914). Escritor, jornalista e bibliófilo, tendo contribuído em uma série de publicações de relevo como *Arquivo Pitoresco*, *Diário de Notícias* e *O Ocidente*. De grande importância para os estudiosos do Oitocentos por ter dado continuidade ao *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876). Sócio da ACL, da SGL, correspondente do IHGB, membro do Instituto de Coimbra, da Comissão Central de 1º de Dezembro “e de outras corporações literárias e científicas nacionais e estrangeiras” (ARANHA, 1886b).

ARAÚJO. Joaquim de Araújo (1858-1917). Poeta, jornalista e literato. No CSL, liga-se a Teófilo Braga. Participa de diferentes sociedades e academias – como a ACL, a SGL e a SGCP. Funda e dirige algumas revistas, em que colaboram grandes nomes das letras coetâneas.

ARROBAS. António Maria Barreiros Arrobas (1824-1888). Militar e político. Eleito deputado diversas vezes (a partir da década de 1870), é nomeado *conselheiro de Estado* e feito par do Reino. Ademais, desempenha uma série de funções na administração, em cargos de indicação política – no Reino e no Ultramar (foi governador-geral de Cabo Verde na década de 1850). Em 1881, é nomeado governador civil do Distrito de Lisboa, cabendo-lhe administrar e zelar pela *ordem pública* na capital em uma altura em que se receia, da parte dos partidos monárquicos, o avanço do republicanismo – de que resulta uma série de embates capitaneados pelo *conselheiro Arrobas*, retratado satiricamente pelos estudantes na altura do centenário pombalino.

AZEVEDO. Guilherme Avelino Chaves de Azevedo (1839-1882). Apesar de ter produzido também poesia e drama, é conhecido sobretudo por suas crônicas de teor humorístico (escritas em Lisboa e também em Paris, em que esteve como correspondente da carioca *Gazeta de Notícias*), com colaborações em diversos jornais e revistas, portugueses e estrangeiros – *Comércio de Lisboa, O Ocidente, António Maria, Revolução de Setembro, Álbum das Glórias*.

BARATA. António Francisco Barata (1836-1910). Escritor, conservador da biblioteca de Évora, estudioso, publica uma série de obras de conteúdo histórico.

BARBACENA, visconde (1825) e marquês (1826). Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta (1772-1842). Militar, diplomata e político. Atuante na política do Império como deputado constituinte, senador e ministro.

BARBOSA. Rui Barbosa. Jurista, jornalista, orador, político, diplomata... Desenvolveu atividades em diversas frentes no Império (1822-1889) e na I República (1889-1930), tendo sido deputado, senador e ministro. Participou da fundação da Academia Brasileira de Letras (1897). À época dos centenários, era deputado geral pela Bahia (1878-1885), conhecido por seus longos discursos – em que muitas vezes figuravam tópicos relacionados ao abolicionismo, causa a que esteve ligado.

BARROS, João de Barros (1881-1960). Poeta, pedagogo e publicista. Republicano, ministro (Negócios Estrangeiros) na I República, afasta-se da política ativa durante sob o Estado Novo, tomando parte em manifestações de oposição democrática.

BELÉM. António Manuel da Cunha Belém (1834-1905). Político, médico, professor, jornalista e escritor – redigiu obras dramáticas de conteúdo maçônico e anticlerical.

BIKER. Júlio Firmino Judice Biker (1814-1899). *Primeiro Oficial, Arquivista e Bibliotecário do Ministério dos Negócios Estrangeiros*. Do período em que esteve ativo e mesmo depois de aposentado, deixou um número grande de obras, sobretudo de coletâneas de documentação oficial – que, à altura, interessava ao Estado português preservar, organizar, editar e divulgar.

BORDALLO PINHEIRO. Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905). Artista com obra variada, é conhecido sobretudo por suas caricaturas (tendo fundado diversas revistas ilustradas humorísticas, em que se destacam nesta tese *O António Maria* e o *Álbum das Glórias*) e por suas cerâmicas. Mora no Brasil entre 1875-1879 (onde publica desenhos n' *O Mosquito*, no *Psit!!!* e n' *O Besouro*). Sua personagem mais conhecida, o *Zé povinho* (figura-síntese, satírica e crítica, do povo português – retratado como explorado, apático e resignado) aparece pela primeira vez n' *A Lanterna Mágica*, em 1875. Em sua produção, nota-se uma crítica acentuada à Monarquia dos Bragança – aproximando-se das ideias republicanas, sem se filiar a partidos.

BRAGA. Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924). Professor do Curso Superior de Letras. É um dos promotores do positivismo no país. Formado em Direito, dedica-se a estudos sobre temáticas relacionadas a história e literatura – publicando artigos e muitos volumes com sua interpretação (envolvendo-se em muitos debates) sobre a nacionalidade e cultura portuguesas. Destaca-se como um dos organizadores do centenário camoniano e como grande apoiador do pombalino. Republicano, veio a ser presidente do Governo Provisório (1910-1911) e presidente da República (1915).

CAETANO. João Carlos Relvão Caetano (1970-). Doutor em Ciências Políticas, professor auxiliar no Departamento de Ciências Sociais e Gestão, da UAb. Pró-reitor para

o Desenvolvimento Institucional e Assuntos Jurídicos. Diretor-adjunto da Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização. Presidente da Associação Portuguesa de Editoras do Ensino Superior.

CAIRU, barão (1825) e visconde (1826). José da Silva Lisboa (1756-1835). Escritor, historiador, economista. Bastante ativo, pela imprensa, na época da independência do Brasil. Desenvolveu, a seguir, intensa atividade política e parlamentar – foi deputado constituinte, deputado, senador, desembargador da Mesa do Paço.

CALDAS. José Ernesto de Souza Caldas (1842-1932). Escritor, jornalista, publicista, funcionário público. Tendo desenvolvido estudos de forma autodidata, escreve obras de teor histórico (para as quais desenvolve pesquisas documentais). Republicano, imprime em suas obras forte teor anticlerical.

CAMOESAS. João José da Conceição Camoesas (1887-1951). Médico, jornalista e político, ocupou a referida pasta em dois governos (1923 e 1925). Em 1932, foi deportado para Angola – exilando-se mais tarde nos Estados Unidos.

CARAVELAS, visconde (1825) e marquês (1826). José Joaquim Carneiro de Campos (1768-1836). Advogado, diplomata, professor, desenvolveu intensa atividade política no Império – foi deputado, ministro (justiça e estrangeiros), conselheiro, senador.

CARNOTA, conde da. John Smith Athelstane (1813-1886). Inglês, diplomata, residiu muitos anos em Portugal. Foi secretário do duque de Saldanha (descendente do marquês). Nas palavras nada imparciais de Castelo Branco (1882, p. 161), o autor, “secretário particular do duque de Saldanha, publicou em 1843 a 1ª edição das *Memoirs of the Marquis of Pombal*, trasladadas a português em 1872. Este Smith, que veio a ser cunhado do duque, foi agraciado com o título de conde da Carnota por haver escrito essa obra muito ordinária, inçada de incorreções cronológicas, de crítica estolita e de mentiras originais. O tradutor português nada emendou”.

CARVALHO. Joaquim Martins de Carvalho (1822-1898). Importante jornalista de Coimbra, fundador de *O Conimbricense*. Maçom, estudioso da história e das questões de seu tempo – em perspectiva liberal, publicando muitos textos de teor de divulgação no jornal acima referido. Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

CARVALHO. Augusto Saraiva de Carvalho (1839-1882). Jurista, publicista, político. Junto de indivíduos como Latino Coelho, Oliveira Marreca e Elias Garcia (republicanos), participa de movimentos de teor reformista e contestatório, mobilizando setores ditos radicais, participando do *Clube dos Lunáticos* e da *Janeirinha* (1868), a partir de que, em um período de instabilidade governativa, funda-se o Partido *Reformista* (1870), do bispo de Viseu. Eleito deputado algumas vezes a partir de finais da década de 1860, ocupa pastas em diferentes governos. Em 1882, retorna à Câmara (na oposição *progressista*).

CASCAIS. Joaquim da Costa Cascais (1815-1898). Militar, professor, poeta e dramaturgo, colaborou com artigos de divulgação com teor literário, histórico e científico em diversos periódicos – como *Diário Ilustrado*, *O Panorama* e *Revista Universal Lisbonense*.

CASTELO BRANCO. Camilo Castelo Branco (1825-1890). Um dos escritores lusófonos mais prolíferos e conhecidos no século XIX, célebre por romances, colaborações em jornais (*Arquivo Pitoresco*, *Panorama*, *Revista Universal Lisbonense*, *A Folha Nova*, *A Ilustração Portuguesa*), pelas muitas polêmicas em que se envolve e também por sua atribulada vida pessoal. Afirmava-se católico e se reconhece enquanto tal,

apesar das críticas e dos imbróglios com a instituição. Feito visconde de Correia Botelho em 1885.

CHARDRON. Ernesto Chardron (1840-1885). Livreiro e editor francês, vai para Portugal em 1858. Em 1869, estabelece-se por conta própria, fundando a *Livraria Internacional*, no Porto. Edita alguns dos principais autores portugueses e também franceses na altura. Dentre esses, destaca-se Camilo, que manteve relações cordiais com o editor e com sua família até sua morte (quando enfrentou imbróglios com seus sucessores, relativos a propriedade literária).

COELHO. José Maria Latino Coelho (1825-1891). Político, militar, escritor e jornalista, contribuindo no *Arquivo Pitoresco*, n' *O Panorama*, na *Revolução de Setembro*, no *Diário de Lisboa*, no *Jornal do Comércio*, n' *O Século*. Ao longo de sua trajetória, passa por diferentes grupamentos políticos (e por seus veículos de imprensa) – desde os regeneradores até os republicanos. Formado na Escola do Exército, com habilitação em engenharia, é nomeado lente na Escola Politécnica de Lisboa (1851). Sócio da ACL, em que é eleito secretário (1856). Publica uma série de estudos históricos.

COMTE. Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798-1857). Filósofo francês, formulador do positivismo e da sociologia. Busca, em perspectiva cientificista, compreender os fenômenos sociais, apresentando leis gerais de seu desenvolvimento – que apontam um futuro laico e republicano. Também propõe a Religião da Humanidade. Suas influentes ideias, disputadas e adaptadas, são importantes na conformação dos rituais cívicos em tela nesta tese.

CORDEIRO. Luciano Baptista Cordeiro de Souza (1844-1900). Formado pelo Curso Superior de Letras (1867), atua como professor de literatura e filosofia no Colégio Militar (1871-1874). Político filiado ao partido Regenerador (eleito deputado em 1882 e 1884), escritor, estudioso e jornalista (funda o *Jornal do Comércio* e colaborou em outros), primeiro secretário (e depois primeiro secretário perpétuo) da Sociedade de Geografia de Lisboa (motor do estudo e defesa das colônias ultramarinas), de que é o principal fundador (1875), tendo desempenhado no governo funções ligadas às questões colonialistas. Autor de uma série de textos relacionados ao império português – sua administração e sua história. No âmbito da SGL em reuniões internacionais, atua na defesa dos territórios portugueses (em um período de grande questionamento por parte de potências europeias), representando o país na Conferência de Berlim (1884). Um dos organizadores do centenário camoniano de 1880.

COSTA. Afonso Costa (1871-1937). Advogado, professor, político, desempenhando importantes ação e liderança na I República. Ministro da Justiça e Cultos no governo provisório, cabendo-lhe a apresentação de medidas importantes, como a célebre e polêmica Lei da Separação do Estado das Igrejas (1911). Por conta de sua atuação de sentido laicista, anticlerical e sobretudo anticongreganista (como a expulsão dos jesuítas), também é alcunhado *mata-frades*.

COSTA. João Carlos Rodrigues da Costa (1843-1917). Oficial do Exército, jornalista (redator da *Revolução de Setembro*), professor do Colégio Militar, sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, bibliófilo e político. Referido, na altura do tricentenário camoniano (em cuja comissão da imprensa foi nomeado presidente honorário), como *decano da imprensa*, dele partiu a ideia de fundar a Associação de Escritores e Jornalistas. É eleito deputado em 1882. *Regenerador*.

COUTINHO. Augusto Maria da Fonseca Coutinho (1857-1887). Bacharel em Direito (1879). Deputado regenerador por Portalegre (1882-1884).

EÇA DE QUEIRÓS. José Maria de Eça de Queirós (1845-1900). Além de diplomata, é um dos mais destacados escritores oitocentistas de Portugal, tendo contribuído com alguns periódicos e publicado romances – vinculado ao realismo, que apresenta como reação ao convencionalismo.

EMÍDIO GARCIA. Manuel Emídio Garcia (1838-1904). Professor de Direito em Coimbra, escritor republicano e positivista – teoria de que é um dos grandes divulgadores no meio jurídico-político em Portugal.

ENES. António. António José de Orta Enes (1848-1901). Político (progressista), escritor e jornalista. Conclui os estudos no CSL (1868). Redator d’*O Progressista*. Sócio da SGL.

ESTÊVÃO. José Estêvão Coelho de Magalhães (1809-1863). Político, célebre como orador parlamentar e conhecido pelas posturas que assume. Opositor ao miguelismo, emigra e retorna ao país batalhando ao lado de D. Pedro. Eleito deputado, opõe-se ao cabralismo. Adere à Regeneração e tem papel de destaque, com seus discursos, no embate às Irmãs de Caridade.

FERREIRA. José Dias Ferreira (1837-1909). Lente de Direito em Coimbra, advogado, político, maçom. Eleito deputado a partir de 1860, funda em 1871 o Partido *Constituinte*.

FRANCO. José Eduardo Franco (1969-). Historiador e escritor (com contribuições textuais bastante diversificadas). Além de professor da Universidade Aberta de Portugal, é diretor da Cátedra Infante Dom Henrique de Estudos Insulares e da Globalização (UAb, CLEPUL, FCT). Com produção acadêmica bastante volumosa (vide bibliografia), dedica-se, como investigador coordenador em grandes projetos investigativos e editoriais.

GAMA. José Basílio da Gama (1741-1795). Poeta setecentista brasileiro, celebrado pelo poema épico *O Uruguai* (1769), de teor antijesuítico e dedicado ao irmão do futuro marquês.

GARRETT, visconde [de Almeida] (1851). João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854). Poeta, romancista, dramaturgo, político, diplomata, legislador e jornalista, marcou o cenário político e cultural no mundo lusófono no século XIX, tendo batalhado pelas ideias liberais e defendido reformas no ensino e as tradições portuguesas (em um sentido afim ao romantismo). Entendia que a história servia para a formação do cidadão liberal. Não sendo historiador, foi cronista-mor do reino.

GOMES. Francisco Luis Gomes (1829-1869). Médico, político, escritor. Eleito deputado em 1860 (representando Goa, de onde é natural), colabora com jornais e tem produção relevante acerca de economia e história. Dentre as quais se encontra *Le marquis de Pombal, esquisse de sa vie publique* (1869), muito referida em discursos e textos na altura do centenário.

GOMES. João Carlos Alberto da Costa Gomes (1868-1929). Farmacêutico e militar, membro do Partido Democrático. Dentre outras funções, presidiu a Câmara Municipal de Lisboa entre 1915 e 1918.

GUIMARÃES. Querubim do Vale Guimarães (1880-1970). Advogado, definia-se como católico e nacionalista, representando a ala radical da direita católica. Senador por Aveiro (1922 e 1925), representando a minoria monárquica no parlamento (a que retornou entre 1935-38 e 1942-49).

GRAINHA. Manuel Borges Grainha (1862-1925). Professor, pedagogo e político maçom republicano. Tendo estudado em uma escola da Companhia de Jesus, afasta-se, contudo, dos meios religiosos. Inscreve-se no Curso Superior de Letras, passando a lecionar línguas e a desenvolver estudos sobre educação e história – com particular atenção a temáticas anticlericais e maçônicas. Esteve à frente do efêmero Museu da Revolução (de cinco de outubro) e se envolveu ainda com a criação do Arquivo das Congregações, enquanto vogal da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas. Por portaria de 24 de novembro de 1921, esteve ainda encarregado de fiscalizar a Lei da Separação e restantes leis anticongreganistas.

HERCULANO. Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (1810-1877). Estudioso, escritor romântico-liberal, político, historiador. Apontado como o pai da historiografia moderna portuguesa. Além de sua *História de Portugal*, marco fundamental, publicou romances históricos, obras de divulgação (com teor histórico), textos intervindo em polêmicas candentes e, enquanto sócio da Academia Real das Ciências, deu início à tarefa de coligir e publicar fontes históricas. Em 1867, retira-se da vida pública. Dedicando-se à agricultura, mas também à escrita, mantém, contudo, certa influência moral no país.

LAET. Carlos Maximiliano Pimenta de Laet (1847-1927). Jornalista, poeta e professor no Colégio Pedro II.

LAFFITTE. Pierre Laffitte (1829-1903). Professor de matemática, militante republicano e filósofo positivista francês, discípulo de Auguste Comte e um dos seus continuadores. Mantém-se vinculado à Religião da Humanidade, feição religiosa das ideias comtianas (um positivismo dito *ortodoxo*), de que se distancia Émile Littré.

LE MOS. Miguel Lemos (1854-1917). Filósofo positivista brasileiro. Funda em 1876 a Sociedade Positivista Brasileira. Inicialmente vinculado à corrente de Émile Littré, acaba por se ligar a Pierre Laffitte, que conhece em Paris. Ordenado sacerdote da Religião da Humanidade, funda, em 1881 a Igreja Positivista do Brasil. Envolve-se em campanhas de teor anticlerical, laicista, republicano e abolicionista.

LIMA. Henrique Linhares de Lima (1876-1953). Tenente-coronel, além de cargos de instrução em institutos militares, ocupou uma série de ministérios e cargos políticos. Esteve à frente da Câmara entre 1933 e 1934.

LITTRÉ. Paul-Émile Littré (1801-1881). Médico, lexicógrafo e filósofo positivista francês, discípulo de Auguste Comte – de quem se demarca no que diz respeito a sua feição religiosa, liderando uma corrente mais *filosófica* do positivismo.

LOBATO. Gervásio Jorge Gonçalves Lobato (1850-1895). Escritor, dramaturgo, professor e jornalista. Colabora em diversos jornais (*Diário Ilustrado*, *Jornal da Noite*, *O Século*, *A Ilustração Portuguesa*), e dirige *O Ocidente* de 1880 até sua morte. Destacado por seu humor e pelos contornos realistas que imprime em suas críticas aos costumes da época.

LUPI. Miguel Ângelo Lupi (1826-1883). Pintor e professor na Academia de Belas-Artes de Lisboa, reconhecido por seus retratos e pinturas históricas. Morre pouco depois de concluir o quadro que lhe foi encomendado pela Câmara para comemorar o centenário: *O marquês de Pombal determinando a edificação de Lisboa*.

MACEDO. Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882). Formado em medicina, atuou como jornalista, político, escritor (importante no romantismo brasileiro), professor de

história e geografia do Brasil no Colégio Pedro II, sócio, secretário, orador e vice-presidente do IHGB.

MACHADO DE ASSIS. Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908). Escritor, conhecido sobretudo por seus romances, contos e crônicas. Um dos grandes nomes da literatura brasileira, marcando fortemente o cenário oitocentista. Afrodescendente sem sólida educação formal, desenvolve longa trajetória na capital, com colaboração intensa no jornalismo (*Correio Mercantil*, *Semana Ilustrada*, *O Cruzeiro*, *Gazeta de Notícias*, *Revista Brasileira*). Iniciou suas atividades como aprendiz de tipógrafo e revisor na Imprensa Nacional e também ocupou cargos na função pública. Foi fundador e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras (1897).

MACHADO. Bernardino Luís Machado Guimarães (1851-1944). Formado em matemática e filosofia (mais tarde se licencia em agricultura e economia rural) em Coimbra, onde foi nomeado professor em 1877. Desempenha cargos de relevo nas áreas de instrução e comércio. Durante a crise acadêmica de 1907, junta-se aos estudantes, sendo obrigado a pedir demissão do cargo de lente. Dirigente republicano, desempenha funções importantes na República – ministro, deputado, senador, tendo sido duas vezes presidente: em 1915-1917 e 1925-1926, e duas vezes destituído (pelo movimento de Sidónio Pais e pelo movimento militar de 28 de maio). Importante liderança na maçonaria, Escreve um discurso comemorativo quando dos festejos pombalinos de 1882 em Coimbra. Enquanto presidente, retoma as obras do monumento em Lisboa.

MAGALHÃES LIMA. Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928). Bastante envolvido nos rituais cívicos comemorativistas que desde a década de 1880 mobilizaram o país. Presidiu a comissão do monumento de Pombal. Muito influente na propaganda antidinástica, sobretudo enquanto jornalista (foi fundador de *O século*), afirmando-se como importante liderança republicana e livre-pensadora. No que diz respeito à maçonaria, em que foi iniciado em 1874, ocupou o cargo de Grão-Mestre do GOLU desde 1907 até sua morte – momento em que a associação assumia posição mais explícita nas lutas pela laicização, na denúncia da ofensiva congregacionista e jesuítica e no apoio à República.

MARTA. Manuel Augusto Cardoso Marta (1882-1958). Professor, poeta, bibliófilo, jornalista. Organiza obras relacionadas a escritores como Camilo e Eça de Queirós e colabora em atividades folcloristas.

MEDINA. Fernando Medina (1973-). Economista, vinculado ao Partido Socialista (centro-esquerda), em cujos governos desempenhou funções de relevo. Eleito deputado em 2011. Em 2015, assumiu a presidência da Câmara Municipal de Lisboa em 2015 (com a saída de António Costa, que desde então desempenha o cargo de primeiro ministro).

MELO. António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887). Militar e político. Figura de destaque da Regeneração, ocupa algumas pastas sendo, por diversas vezes, presidente do Conselho de Ministros, liderando o Partido *regenerador*. Devido a sua influência política e ao cunho pessoal assumido pela política de *melhoramentos materiais*, com um discurso associado ao progresso, fala-se em *fontismo*; associado aos caminhos de ferro, às relativas pacificação e prosperidade, e também aos empréstimos (com aumento da dívida pública e dos impostos).

MORAIS. Isaltino Afonso Morais (1949-). Jurista, foi vinculado ao Partido Social Democrata (centro-direita). Presidente da Câmara Municipal de Oeiras entre 1985 e 2002 (PSD) e (independente) de 2005 até 2013, quando foi detido por branqueamento de

capitais e fraude fiscal. Já em liberdade, foi novamente eleito em 2017. Desde 2014, exerce a presidência da Fundação Marquês de Pombal. Tem ligações com a maçonaria.

NAVARRO. Emídio Júlio Navarro (1844-1905). Advogado, conselheiro, deputado pelo Partido *progressista*, escritor e jornalista. Funda *O Correio da Noite* e, com Antonio Enes, *O Progresso* (de que é redator principal). Colabora em uma série de veículos da época.

NAZARÉ, visconde (1824) e marquês (1826). Clemente Ferreira França (1774-1827). Juiz de fora, desembargador, desempenhou importantes cargos na política no Império – foi deputado constituinte, ministro, conselheiro e senador

OLIVEIRA. Emídio de Oliveira (1853-?). Jornalista e escritor republicano, diretor d'*A Folha Nova*. Primeiro secretário-geral da Sociedade de Geografia Comercial do Porto, de breve duração – presidida por Oliveira Martins. Escreve sob o pseudônimo *Spada* uma série de artigos sobre questões polêmicas, mobilizando a opinião pública. Nas Palavras de José Caldas (s/d, p. 79-80), era “o mais poderoso jornalista que o Porto ainda conheceu. Intrépido, cultíssimo, decidido”. Na altura do centenário camoniano, dirigiu o *Portugal a Camões*, jornal comemorativo.

OLIVEIRA MARTINS. Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894). Importante figura na historiografia portuguesa do século XIX. Em suas obras, com um *método totalizante, sintético e artístico*, faz uso de fontes, teorias sociológicas e interpretações *intuitivas*, acusando a decadência de Portugal e tecendo críticas à dinastia de Bragança e ao liberalismo.

ÓSCAR CARMONA. António Óscar Fragoso Carmona (1869-1951). Militar e também governante português. Uma das lideranças do golpe de 28 de maio de 1926, ocupou importantes cargos (ministro, presidente do ministério) no período das ditaduras. Nomeado e depois eleito presidente da República (em 1928 e, já no Estado Novo, sempositor, em 1935, 1942 e 1949), mantém-se na presidência até sua morte.

PACHECO. Duarte José Pacheco (1900-1943). Sujeito marcante no regime do Estado Novo. Engenheiro, formou-se no Instituto Superior Técnico, onde veio a lecionar e desempenhar cargo de diretor. Foi ministro da Instrução em 1928 e em 1932 assumiu a importante pasta das Obras Públicas e Comunicações.

PAIS. Sidónio Pais (1872-1918). Militar, político e acadêmico (professor de matemática em Coimbra). Participa da revolta militar que dissolve o Parlamento e depõe o presidente Bernardino Machado, instaurando uma ditadura. A República Nova (1917) – período conhecido como *sidonista*, dada sua influência pessoal; de teor conservador, antiparlamentar e tradicionalista (próximo ao Integralismo). Altera a constituição, instaurando um regime presidencialista, e também a Lei da Separação, reatando as relações com Roma (1918). Após sua morte em um atentado, a ditadura chega ao fim.

PEDROSO. Zófimo Consiglieri Pedroso (1851-1910). Político, etnógrafo, escritor e professor do Curso Superior de Letras, importante na divulgação do positivismo em Portugal. Colabora com Teófilo Braga n'*O Positivismo*. Sócio da Sociedade de Geografia e da Academia de Ciências de Lisboa. Eleito vereador em Lisboa em 1876 (Partido *regenerador*), participa da formação do Centro Republicano Democrático, no mesmo ano. Mantém-se ativo na Câmara Municipal. Eleito deputado republicano em 1884.

PIMENTEL. Alberto Augusto de Almeida Pimentel (1849-1925) Escritor e político. Com produção diversa (romances, poesia, trabalhos de teor histórico...), valorizada na

época. Publica alguns estudos sobre Camilo Castelo Branco. Colabora em periódicos de teor cultural. Eleito deputado em 1882 (*regenerador*).

PINHEIRO CHAGAS. Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895). Célebre, à altura, como político (deputado, Partido *constituente*), escritor e jornalista, muito criticado pela *geração de 70* (com que se envolve em debates desde meados da década de 1860). Destaca-se com romances, peças de teatro e obras de divulgação de teor histórico por muito difundidas. Sócio da Academia de Ciências de Lisboa.

PINTO. António José da Silva Pinto (1848-1911). Escritor, jornalista, publicista, após violenta polémica com Camilo Castelo Branco, ficam amigos. Reconhecendo no romancista um mestre da língua, e também uma figura de interesse amplo, Silva Pinto publica algumas das cartas que dele recebeu.

QUENTAL. Antero Tarquínio de Quental (1842-1891). Escritor, filósofo, poeta. Formado em direito, tem papel de relevo na comunidade académica coimbrã, vindo a desempenhar considerável papel de liderança para a *geração de 70* em Portugal, estando à frente dos emblemáticos embates na *questão coimbrã* (1865) e das *conferências democráticas do Cassino* Lisbonense (1871). Com José Fontana, trava contatos com a Internacional Operária e funda e dirige *O Pensamento Social*, preconizando a formação de um partido (socialista) de base operária, demarcando-se do republicanismo.

RAMALHO ORTIGÃO. José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915). Republicano *sui generis* – conservador, marcado por um pedagogismo *neoiluminista*, e não vinculado aos clubismos de seu tempo. Não se filia à linhagem revolucionária de 1789 ou às ideologias de 1848. Neste trabalho, destacam-se, de sua produção, *As Farpas*, periódico satírico, cuja primeira série (1871-1872) é escrita juntamente com Eça de Queiroz. Já a terceira e última (1882) cabe apenas a Ortigão. Destacam-se ainda suas críticas “Cartas Portuguesas” para a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro – textos sobre a atualidade entre 1877 e 1915.

RAPOSO. José Hipólito Vaz Raposo (1885-1953). Advogado, escritor, político monárquico, dirigente do Integralismo Lusitano – grupo que, nas narrativas históricas, propõe, com António Sardinha, uma revisão pautada nas ideias de tradição e raça, em substituição à narrativa liberal e republicana de decadência; um nacionalismo contrarrevolucionário e católico, de teor historicista.

REGO. Raul d’Assumpção Pimenta Rego (1913-2002). Formado em teologia, em 1936, abandona o seminário antes de ser ordenado, envolvendo-se com importantes setores da oposição à ditadura. Professor, escritor, jornalista e militante na política. Afim aos ideais republicanos e socialistas, atuou em defesa dos direitos e das liberdades (preso algumas vezes por se opor ao regime salazarista). Ingressou na maçonaria no início da década de 1970 (vindo a ser grão-mestre duas décadas mais tarde). Foi um dos fundadores do Partido Socialista. Após o 25 de abril, atuou como ministro e como deputado.

RIBEIRO. Tomás António Ribeiro Ferreira (1831-1901). Político e literato, desempenha uma série de cargos públicos – presidente da Câmara Municipal de Tondela, secretário-geral da Índia, governador civil do Porto e de Bragança. Participa da Academia de Ciências de Lisboa. O prefácio de António Feliciano de Castilho a seu poema *D. Jaime* despertou a reação de Antero de Quental e Teófilo Braga (criticados por Castilho), dando partida à *questão coimbrã*. Eleito deputado em 1862 e em 1875 (*regenerador*). Em 1882 é feito par do Reino. Tendo ocupado diversas pastas, é ministro do Reino entre 1881 e

1883. *A Delfina do Mal* (1868) despertou certa celeuma pela dedicatória a seu irmão, conhecido padre apóstata, a quem ele defende.

ROCHA MARTINS. Francisco José Rocha Martins (1879-1952). Sucessivamente monárquico liberal, franquista e sidonista, foi escritor dos mais prolíxos, dedicando-se a obras que teor político e histórico. Autodidata, frequentou, mas não concluiu o Curso Superior de Letras, e foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Apresentava-se, à altura, como monárquico e liberal, opondo-se a *jacobinismos*. Em sua produção, com marcado teor jornalístico, nota-se a evocação do passado, visando a confirmar seus juízos com documentação histórica.

ROMERO. Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914). Crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira. Estudou na Faculdade de Direito do Recife – onde, junto com outros acadêmicos, pôs-se a pensar criticamente o país. Envolve-se em uma série de polêmicas, em meio a seu esforço para elaborar uma narrativa da nação entre a tradição/herança historiográfica imperial e as *ideias novas* – pensando de modo peculiar a questão da mestiçagem. Inicialmente positivista, afastou-se das ideias de Comte e se aproximou da filosofia evolucionista de Spencer. Colaborou em uma série de jornais, foi deputado provincial e professor de filosofia no Colégio Pedro II.

RODRIGUES SAMPAIO. António Rodrigues Sampaio (1806-1882). Político e jornalista. Tendo se empenhado nas lutas liberais, participa ativamente da oposição cabralista, dirige *A Revolução de Setembro*. Após sofrer censuras e perseguições sob Costa Cabral, é eleito deputado em 1851. Vinculado aos *regeneradores*, ocupa diversas pastas e é feito par do Reino em 1878. Já na década de 1880, é bastante criticado na imprensa republicana por se associar às iniciativas de censura em defesa do regime (da Carta e da dinastia, que antes chegou a criticar diretamente) e da ordem. Referido como *o Sampaio da Revolução*.

SALAZAR. António de Oliveira Salazar (1889-1970). Formado em Direito na Universidade de Coimbra, onde também atua como docente. Inicia sua ação política pelo Centro Acadêmico da Democracia Cristã (oposição religiosa à I República). Pouco após o golpe de 1926, assume a pasta das Finanças. Nos anos seguintes, adquire influência e poder crescentes. Depois de assumir a chefia do governo (1932), passa à presidência do Conselho de Ministros (1936-1968), em uma altura em que já está institucionalizado o Estado Novo – regime ditatorial, corporativo e tradicionalista que tem em Salazar figura central (daí se falar em *salazarismo*).

SAMODÃES, 2º visconde (1840) e 2º conde (1849). Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar (1828-1918). Par do Reino (ligado aos *progressistas*). Professor, engenheiro civil e militar. Desempenha uma série de funções políticas – vereador e presidente da Câmara Municipal do Porto, governador-civil do Porto, ministro das Finanças. Além de sua grande atuação de liderança em associações culturais (como a Academia de Belas Artes do Porto) e religiosas (como a Associação Católica do Porto). Enquanto escritor católico liberal, colabora em jornais (como *A Palavra*) e escreve alguns livros de teor histórico e religioso.

SAMPAIO. Jorge Fernando Branco de Sampaio (1939-2006). Advogado e político, ligado ao Partido Socialista (PS, centro esquerda). Ocupou a Presidência da Câmara Municipal de Lisboa (1990-1995) e a seguir a Presidência da República (1996-2006).

SÉGUIER. Jaime de Séguier (1860-1932). Escritor português, destacado, no período em tela, por sua contribuição em periódicos. No republicano *A Folha Nova*, assina suas crônicas com o pseudônimo *Iriel*.

SILVA. António Maria da Silva (1872-1950). Engenheiro, esteve envolvido com a Carbonária Portuguesa, afirmando-se como um dos fundadores do regime republicano e mais tarde afirmou-se como figura das mais importantes do Partido Republicano Português/Partido Democrático e na política nacional. Foi presidente do ministério em seis ocasiões. Na maçonaria, foi Grão-Mestre adjunto entre 1915 e 1929.

SILVA. Agostinho Duarte Pinheiro e Silva (1836-1883). Escritor e jornalista. Segundo suas palavras na abertura de seu livro (*Modestos reparos...* 1882), mantém com Camilo, “desde os dezoito anos, inalteráveis relações de mútua estima, cuido não ter agravado, antes rendido testemunho do que muito prezo e respeito o seu esplêndido talento”.

SILVA. João Manoel Pereira da Silva (1817-1898). Político, romancista, historiador, crítico literário, poeta. Nascido em uma família de negociantes, estuda direito em Paris, onde se envolve com o grupo de estudantes brasileiros da revista *Niterói* (1836) – precursora do romantismo, visando à divulgação a cultura no Brasil. De volta ao Império, inicia sua vida política, vinculado ao Partido *conservador*. É por diversas vezes eleito deputado provincial e depois geral, entrando por fim para o Senado. Titular do Conselho do Império. Tem intensa produção biográfica e já em 1896 é um dos fundadores de Academia Brasileira de Letras.

SILVANO. António Augusto de Almeida Silvano. Padre, redator do ultrarreacionário *A Ordem*, de Coimbra – que comandou na cidade as campanhas contra o centenário pombalino (tendo, por isso, exemplares queimados pelos estudantes da Universidade). Mais tarde conhecido como Monsenhor Almeida Silvano, também polemiza com escritores católicos, como o conde de Samodães.

SORIANO. Simão José da Luz Soriano (1802-1891). Importante por suas obras históricas detalhadas sobre a guerra civil e sobre a implementação do liberalismo, em que tomou parte, também escreve sobre o período pombalino, mostrando-se grande admirador do marquês.

TÁVORA. João Franklin da Silveira Távora (1842-1888). Advogado, jornalista, romancista, funcionário público, político. Sócio do IHGB (eleito orador em 1882, cargo que na ocasião em tela desempenha interinamente) e de outras associações relacionadas à história, à geografia, à arqueologia e às letras.

ANEXO IV: Notas bibliográficas (jornais/revistas)

O Binóculo: *semanário ilustrado*, Rio de Janeiro (1881-1882). Jornal ilustrado semanal, dedicado a sátiras de teor político e social, colaborado pelos jovens autores Raimundo Correia, Filinto de Almeida e Raul Pompeia, que se envolve com as causas abolicionistas e republicanas.

A Capital: *diário republicano da noite*. Lisboa (1910-1938). Fundado em 1910, pouco antes da proclamação da República. Em seu primeiro número, apresenta-se como republicando, propondo-se a lutar por todos os meios para a dignidade do povo português (que se encontraria com base no governo de todos e por todos, de teor republicano). Foi publicado, com alguns intervalos, até 1926 (insistindo, após o 28 de maio, na defesa das instituições republicanas e da liberdade, é suspenso). Mais tarde, já em 1968, vem a lume, por outros grupos, um jornal que se reclama continuador de *A Capital*, demarcando-se do regime salazarista.

A Cruz do Operário, Lisboa (1880-1882). *O primeiro jornal católico operário antissocialista*, em resposta ao jornal do Partido Socialista, *O Protesto* (de 1877). Não tratando tanto da *questão operária*, propriamente dita, é mais um jornal apologético a operários. Tem como redatores principais Donoso de Mendonça e Mendes Lajes, contando com a colaboração de Sena Freitas e Benevenuto de Souza.

Diário de Lisboa, Lisboa (1921-1990). Um dos jornais de referência do século XX português – importante em termos culturais e de abertura, além da oposição que representa, mais tarde, em relação ao salazarismo.

Diário de Notícias, Lisboa (1865-). Jornal diário, barato e conciso; voltado às informações do quotidiano e às atualidades. Devido à eliminação do artigo de fundo, visa a se afastar das polêmicas políticas (dizendo-se portanto *incolor*). Marca o início de uma imprensa de tipo noticioso e empresário-comercial no país. Dirigido por Eduardo Coelho.

Diário Popular, Lisboa (1866-1896). Jornal noticioso, ligado aos *progressistas*. Resultado da fusão d’*O Noticiário Português* (1866) com *As Notícias* (1866).

Fantoches, Lisboa (1914, 1923-1924). Coleção de panfletos dirigida e editada por Rocha Martins, cuja primeira série data de 1914 e que se propõe uma voz crítica contra o regime republicano. A segunda série é publicada entre 1923 e 1924.

A Folha Nova, Porto (1881-1888). Jornal republicano. Dirigido por Emídio Oliveira.

A Folha do Povo, Lisboa (1881-1906) Jornal republicano, apresenta-se como sucessor d’*O Trinta* (1879-1881), “suprimido violenta e arbitrariamente por um abuso da monarquia”. Dirigido por Tavares Trigueiros.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (1874-1942). Afirma-se um jornal barato, popular e liberal e acaba por se afirmar um dos mais importantes no Brasil oitocentista. Além de informações sobre atualidades, concedia espaço considerável para textos de escritores nacionais e estrangeiros, contando com bastantes colaboradores – como os portugueses Ortigão, Eça e Guilherme de Azevedo.

Gazetinha, Rio de Janeiro (1881-1883). Jornal de baixo custo, editado pelo então jovem Artur de Azevedo. Circula por um curto período, com algum destaque. Publica textos sobre o dia a dia, com teor humorísticos e literários, fazendo referências irônicas ao imperador – sinalizando simpatias ao republicanismo

A Ilustração Portuguesa, Lisboa (1903-1993). Lançada pela empresa de *O Século* e bastante ativa até 1931, destaca-se por fotografias, ilustrações, descrições e reportagens literárias, retratando a vida portuguesa coetânea.

O Mequetrefe, Rio de Janeiro (1875-1893). Jornal fartamente ilustrado, com teor humorístico, simpático a bandeiras republicanas e abolicionistas. Dirigido por Eduardo Joaquim Correia. Nele colaboram, entre outros, Artur e Aluísio Azevedo.

A Nação, Lisboa. (1847-1928). Principal e mais influente e longo jornal legitimista. Tendo a *questão religiosa* reanimado o legitimismo na segunda metade do século XIX, engajando-se no movimento de reação anticlerical, o periódico se mostra bastante combativo no período em tela, em que é dirigido por Francisco Pedroso.

O Ocidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, Lisboa (1875-1915). Bastante diversificada em seu conteúdo (cultura, ciência, história), incorpora comentários sobre atualidades (e política) na rubrica *crônica ocidental*, assinada por seu diretor literário (no período em tela, Gervásio Lobato). Sempre primando pelas gravuras (que ilustram também as *atualidades*), publica três números mensais.

A Palavra, Porto (1872-1913). Jornal católico liberal. Órgão da Associação Católica do Porto, dirigido por Frutuoso da Fonseca, tendo Mesquita Pimentel como redator principal, ambos ativos na edição de matérias religiosas.

O Panorama: jornal literário e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa (1837-1868). O título explicita o objetivo de formar cidadãos instruídos e ilustrados, comungando ideais do Romantismo e da Ilustração. Lançado em 1837, contou com um vasto leque de redatores e colaboradores, publicando-se semanalmente, com algumas interrupções e mudanças de propriedade (em cinco diferentes séries), até 1868. Nas duas primeiras séries, Alexandre Herculano teve papel central.

O Progresso Católico: revista religiosa, científica, literária, artística e noticiosa, Guimarães (1878-1925). Jornal católico quinzenal, de teor ultramontano, em que se destaca a liderança do padre *lazarista* José Joaquim de Sena Freitas. Em 1882, após o Congresso Católico de Lisboa, Sena Freitas, empenhado no projeto de unificação dos católicos portugueses (ultrapassando, em defesa da Igreja, as divisões acentuadas entre constitucionais e legitimistas), apresenta o periódico como *órgão da União Católica*.

Revista Ilustrada, Rio de Janeiro (1876-1898). Periódico semanal ilustrado satírico, com teor republicano e abolicionista, fundado e dirigido por Ângelo Agostini até 1889.

O Século, Lisboa (1880-1979). Fundado sob a liderança de Magalhães Lima, na sequência das comemorações camonianas, empenhou-se, em sua fase inicial (1880-1896), na afirmação do projeto republicano. Ampliou e diversificou seu enfoque em fins do Oitocentos, com uma rede de correspondentes e com a publicação de alguns suplementos (como *A Ilustração Portuguesa*). Transformando-se em um dos principais meios de informação, afinado à República. Na década de 1920, contudo, a empresa se demarca dos poderes políticos (apresentando uma série de críticas) e mais tarde se alinha ao regime salazarista.

O Sorvete, Porto (1878-190). Semanário portuense de caricaturas, de teor republicano, dirigido por Sebastião Sanhudo.